

PAULO SIMÕES RODRIGUES



**A Apologia da Cidade Antiga.
A formação da identidade de Évora
(sécs. XVI-XIX)**

Tese de Doutoramento em História da Arte,
apresentada à Universidade de Évora,
sob a orientação da Prof.^a Doutora Raquel Henriques da Silva,
Professora Auxiliar, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa.

Esta tese não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri.

**UNIVERSIDADE DE ÉVORA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
2008**

PAULO ALEXANDRE RODRIGUES SIMÕES RODRIGUES

A Apologia da Cidade Antiga.
A formação da identidade de Évora
(sécs. XVI-XIX)



168662

Tese de Doutoramento em História da Arte,
apresentada à Universidade de Évora,
sob a orientação da Prof.^a Doutora Raquel Henriques da Silva,
Professora Auxiliar, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
da Universidade Nova de Lisboa.

Esta tese não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri.

U.E. Serviços Académicos	N. 60/16/30
8/8/08 Filomena	Sector: DEPG

UNIVERSIDADE DE ÉVORA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
2008

Introdução

“Expandir, circular, higienizar e tipificar foram os princípios que determinaram o paradigma da cidade do século XIX, seja nas teorias e nos discursos acerca do espaço citadino, seja nos projectos concebidos e elaborados, seja nas transformações efectivamente operadas nas morfologias dos centros urbanos”. Assim começava o primeiro texto que redigimos para o projecto da tese que agora encetamos, e cujo objectivo geral era fazer a história da cidade de Évora no século XIX, cruzando três eixos que considerávamos, e ainda consideramos, estruturantes no caso em estudo. Esses três eixos são a arquitectura construída de raiz, as alterações na configuração do espaço urbano e os monumentos do passado. Anunciava-se particularmente estimulante a relação dos dois primeiros com o último, tendo em conta que Évora era uma cidade que pouco se havia alterado desde o século XVII, tendo permanecido contida dentro do seu perímetro amuralhado até à primeira década do século XX. Tal factor fazia adivinhar uma convivência complexa e difícil com o modelo de cidade moderna, tal como está enunciado na frase com que abrimos o parágrafo.

As fontes e os estudos entretanto consultados vieram confirmar a nossa primeira percepção, desenhando uma conjuntura balizada em duas atitudes aparentemente opostas, no que diz respeito à forma como os eborenses do século XIX viveram a sua cidade. De um lado, percebe-se a atitude dos progressistas, defensores da modernização das infra-estruturas e

dos equipamentos, com vista a conseguir uma cidade mais salubre, mas também mais bela, por via da introdução de melhoramentos nas principais ruas e praças, da construção de edifícios esteticamente actualizados e da criação de zonas verdes. Todas estas são medidas que implicariam o sacrifício de extensas parcelas da cidade histórica. Do lado oposto, detecta-se a atitude dos defensores dos monumentos que o passado lhes tinha legado, que não recusavam a modernidade, mas que a desejavam mais contida e respeitadora da história e da arqueologia. Este conflito está subjacente, em diferentes graus, nos trabalhos de Maria Domingas Simplício (*O espaço urbano de Évora: contributo para melhor conhecimento do sector intra-muros*, 1987, e *Evolução e morfologia do espaço urbano de Évora*, 1997), António Carlos da Silva (*A “restauração” do templo romano de Évora*, *A Cidade de Évora*, 1994-95), Joana Cunha Leal (*Giuseppe Cinatti. 1808-1878. Percurso e obra*, 1996), Maria da Conceição Marques Freire (*Rossios do significado urbano: um caso de estudo. O Rossio de Évora*, 1999), Maria da Conceição Lopes Aleixo Fernandes (*Os “restauros” e a memória da cidade de Évora. 1836-1896*, 1998), Carmen Almeida (*Riscos de um século. Memória da evolução urbana de Évora*, com a colaboração de José Maria Pinto Barbosa, 2001, e *Évora – Objectos Melancólicos*, 2005) e Manuel J. C. Branco (*A defesa do património construído de Évora. Cunha Rivara, Filipe Simões, Gabriel Pereira e Túlio Espanca*, em *Monumentos*, 2007).

O confronto entre “progressistas” e “arqueólogos” ou “antiquários”, como se apelidavam mutuamente as facções em confronto, foi, de facto, uma característica do Portugal Oitocentista. Assim o comprovam as centenas de textos da época, divulgados pelos estudos de Lúcia Rosas (*Monumentos Pátrios. A Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro*, 1995), Maria João Neto (*Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais*, 2001), Maria Helena Maia (*Património e Restauro em Portugal*, 2007), assim como o que apresentámos como dissertação de mestrado (Paulo Simões Rodrigues, *Património, Identidade e História*, 1998), entre outros. No entanto, ao encetarmos a nossa própria investigação, deparámos com uma realidade mais complexa, sobretudo no que respeitava aos chamados “progressistas”. Relativamente a Évora, parecia haver uma integração da conservação e do restauro dos mais importantes monumentos

históricos da cidade nas políticas de melhoramentos materiais. Esta atitude aponta para uma tentativa de compromisso e não para uma total indiferença, relativamente à preservação monumental. Chegou-se a utilizar, inclusive, um discurso apologético do passado da cidade, para justificar as reformas que se desejava implementar, ou até mesmo as já implementadas. Foi no sentido do aprofundamento dessa linha de interpretação, que orientámos já os estudos que desenvolvemos sobre Évora, e que publicámos a partir de 2000: *Giuseppe Cinatti e o restauro do templo romano de Évora*, em *A Cidade de Évora*, 2000; *Évora, urbanismo e arquitectura: os projectos para o Bairro Cenáculo*, em *A Cidade de Évora*, 2001; *Architecture and engineering practice in the second half of the nineteenth century. The pioneers of a new tradition* (com Maria Helena Souto), em *Pride & Predesign*, 2005; *Em busca da cidade perdida. Condição e destino dos monumentos históricos eborenses (1834-1920)*, em *Évora Desaparecida. Fotografia e Património. 1839...1919*, 2007; *Restaurar para renovar na Évora do século XIX* (com Ana Cardoso de Matos), em *Monumentos*, 2007; *Urbanismo, arquitectura e monumentos nacionais na Évora Oitocentista: balanço historiográfico*, em *Seminários de Estudos de Arte: Estados de Forma I*, 2007; “A fixação da imagem da cidade na origem do conceito de património urbano: o exemplo de Évora”. em *Arte Teoria*, 2007.

Esta atitude, também presente nos “progressistas”, parecia derivar de uma poderosa consciência da importância do passado de Évora, com origem numa tradição historiográfica e arqueológica que remontava ao século XVI e que tem sido amplamente estudada. Veja-se, a título de exemplo, as obras de Rafael Moreira (*A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal*, 1991) ou Sylvie Deswarte (*II “Perfeito Cortegiano”. D. Miguel da Silva*, 1989).

Parecia ser nesse momento fulcral do seu passado que todos os discursos sobre a cidade começaram a partilhar dessa consciência histórica, em que se configura uma identificação plena de Évora com a ideia de urbe antiga e histórica. Uma antiguidade que se foi tornando na essência da cidade, uma verdadeira identidade. Verificá-lo despoletou uma alteração decisiva no nosso projecto, para a qual se revelou fundamental a orientação da Professora Raquel Henriques da Silva.

A partir desse momento o nosso objecto de estudo passou a ser a formação dessa identidade de cidade antiga e histórica, numa perspectiva de tempo longo, embora continuando a ter o século XIX como epicentro da sua plena assimilação. Enquanto objecto, a problemática é inédita e complexa, obrigando a uma metodologia em que a História da Arte é atravessada pela História e pelas teorias do Património, pela história da Arqueologia, pela história da Cultura e pela teoria da História, com contaminações conceptuais da Antropologia e da Estética, designadamente da estética da paisagem. No quadro da História da Arte, tiveram particular pertinência os instrumentos de análise da imagem e do imaginário da cidade, das cidades ideais e da cidade como obra de arte, tal como foram formulados por Kevin Lynch (*A Imagem da Cidade*, 1960), Aldo Rossi (*A Arquitectura da Cidade*, 1966), Giulio Carlo Argan (*História da Arte como História da Cidade*, 1984) ou, mais recentemente, Marie Christine Boyer (*The City of Collective Memory*, 1994). No âmbito da história e das teorias do património, estarão em causa os próprios conceitos de antiguidade, monumento histórico e cidade-museu, bem como o reequacionar das suas definições tradicionais (Jean-Pierre Babelon e André Chastel, *La Notion de Patrimoine*, 1994; Françoise Choay, *A Alegoria do Património*, 1982; Dominique Poulot, *Une histoire du patrimoine en Occident*, 2006) em função de um caso específico, mas que se pretende que abra caminho para uma outra via de análise, a das dinâmicas que as sociedades ocidentais foram entabulando com a herança material dos seus antecessores.

Para construir a história da formação dessa identidade estruturámos o nosso trabalho em três partes. Na primeira, procederemos à narrativa, necessariamente breve e generalista, da história de Évora, desde as suas possíveis origens até aos inícios do século XX. O objectivo é caracterizar a evolução da cidade concreta, o referente dos discursos, das imagens e dos comportamentos que estarão em análise, as circunstâncias arquitectónicas e urbanas que estimularam a formação da identidade em estudo e que depois foram congregadas sob a categorização dessa mesma identidade.

A segunda parte tem como finalidade compreender como a lenta e progressiva consciencialização patrimonial dos ocidentais, num intervalo temporal que irá desde as primeiras civilizações (em termos internacionais e

interculturais) ou do século XIV (à escala nacional) até aos finais do século XVIII, foi fundamental para a formação da identidade de Évora. Que reflexos teve esse processo em Portugal, como se manifestou na situação específica de Évora a partir da centúria de Quinhentos, nomeadamente ao nível da construção da imagem da cidade.

A terceira e última parte, concentrada no século XIX, abordará os mecanismos icónicos, discursivos e textuais da consagração dessa identidade, e quais as suas repercussões na arquitectura, no espaço e na vivência, pelos Eborenses, da cidade. A localização temporal dessa consagração identitária nos anos de 1800 justifica o limite cronológico do final do nosso estudo.

Apenas se impõe uma última ressalva, respeitantes às citações das fontes manuscritas e impressas oitocentistas e às biografias dos principais autores referenciados: em todas as citações, mantivemos as ortografias originais.

PARTE I

***Breve sinopse da história
da cidade de Évora:
das possíveis origens ao início do
século XX.***

Poucas cidades portuguesas se poderão equiparar a Évora em matéria do número de estudos dedicados à história da sua arquitectura e evolução urbana, mesmo se nos circunscrevermos apenas aos publicados na segunda metade do século XX. Entre o dedicado labor de levantamento de fontes realizado por Túlio Espanca desde 1940 e regularmente divulgado nas páginas de *A Cidade de Évora*, boletim do município eborense, e o número 26 (Março de 2007) da revista *Monumentos*, periódico da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, subordinado precisamente a esta cidade alentejana, todas as épocas artísticas de Évora até ao século XVIII foram já objecto de algum estudo, ensaio ou monografia.

A quase totalidade destes estudos consiste, no entanto, em abordagens parcelares, dirigidas a um determinado monumento ou conjunto de monumentos da cidade, a uma área específica do seu perímetro urbano, ou a um determinado intervalo cronológico da sua história. Até as únicas duas publicações que ensaiam uma abordagem mais geral, abordam a história da cidade por meio de uma grelha de monumentos isolados. Referimo-nos à introdução ao tomo dedicado ao concelho de Évora do *Inventário Artístico de Portugal* da Academia Nacional de Belas Artes¹, que intenta uma síntese da evolução dos estilos artísticos que ali se desenvolveram até ao neoclassicismo, e do volume sobre Évora da colecção “Cidades Portuguesas”², editada pela Presença, ambos são textos da autoria de Túlio Espanca. O primeiro caracteriza os estilos artísticos em causa (do gótico ao neoclássico) e algumas categorias arquitectónicas (militar, popular, civil) através de edificações

¹ ESPANCA, T. – *Inventário Artístico de Portugal. Concelho de Évora*. IN *Inventário Artístico de Portugal*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1966. Vol. VII, I-XXIII.

² ESPANCA, T. – *Évora*. 1ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1993.

consideradas paradigmáticas. O último historia as mais importantes peças de arquitectura da cidade agrupando-as por zonas do espaço urbano. Nenhum toma os monumentos como marcos das diferentes fases da evolução de Évora, manifestando, os dois, um entendimento atomista da cidade, em que a soma das partes, os edifícios, é mais importante que o todo. Deste modo, uma perspectiva holística, em que a arquitectura sinaliza as dinâmicas que pautaram a história de Évora, é o contributo mais inovador do nosso discurso sobre a história desta cidade.

Apesar do seu elevado grau de especialização, estudos houve que se revelaram axiais para a estrutura da primeira parte do nosso trabalho, porque embora se concentrem num determinado período da história de Évora, fazem-no tomando a configuração urbana e os fenómenos e as realidades históricas que a determinaram como o objecto da sua investigação. É o que sucede com *Évora na Idade Média* (Lisboa, 1995) de Maria Ângela Beirante e *Évora: da reconquista ao século XVI. Alguns aspectos de desenvolvimento urbano e arquitectura* (Évora, 1988) de Ana Maria de Mira Borges. O contributo destes dois trabalhos foi cruzado com a informação recolhida nos artigos e livros de temáticas mais parcelares e complementado com documentos recolhidos na Biblioteca Pública e nos arquivos Distrital e da Diocese de Évora, no âmbito do projecto “Documentação Artística de Évora dos séc. XVI-XVIII”, desenvolvido no Centro de História da Arte da Universidade de Évora e coordenado por José Alberto Gomes Machado e Joaquim Caetano.

A pesquisa levada a cabo por nós na base de dados constituída pelo projecto “Documentação Artística de Évora dos séc. XVI-XVIII”, completada pelo *Livro de Actas da Câmara Municipal de Évora*, pelas *Memórias Paroquiais* de 1758, pela *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal* (Lisboa, 1708) de António Carvalho Costa e por narrativas de viajantes estrangeiros que passaram por Portugal, permitiram-nos traçar o perfil da cidade nas centúrias de XVII e XVIII, as quais mereceram uma menor atenção por parte da fortuna crítica.

Capítulo I

Ebora Liberalitas Iulia.

Embora apareça enunciada com o estatuto de cidade logo nos primeiros documentos que a referem, desconhecem-se as circunstâncias concretas que deram origem a Évora.³ A subsistência de diversos monumentos megalíticos nas suas circunvizinhanças⁴ demonstra que a ocupação humana desse território remonta ao neolítico. Quanto à formação propriamente dita do povoado, houve quem colocasse a hipótese do envolvimento de uma tribo germânica por volta de 700 a.C., os *Eburones*.⁵ Mas, para além da evidente analogia semântica, não foram apresentadas, nem surgiram até agora,

³ À semelhança, de resto, com o que acontece com outras urbes portuguesas, como Lisboa, Porto, Braga ou Sines. SALGUEIRO, T. B. - *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*. Porto: Edições Afrontamento, 1992, p. 20.

⁴ Veja-se a Anta Grande do Zambujeiro, o Menir e o Cromeleque da Herdade dos Almendres, as antas do Pinheiro do Campo, da Herdade do Montinho, de Nossa Senhora da Boa Fé, do Silval, de Paredes, do Barrocal, da Herdade do Zambujal, da Herdade da Galvoeira, do Paço da Vinha, da Herdade da Tisnada, da Herdade da Murteira e da Herdade do Freixo; os menires da Herdade da Casbarra e do Vale dos Cardos; o cromeleque da Portela de Magos; e o conjunto megalítico de Vale de Rodrigo. PEREIRA, P. – Arte e Arquitectura Megalítica. Significado Antropológico-religioso. IN PEREIRA, P. - *História da Arte Portuguesa*. s.l.: Círculo de Leitores, 1995, vol 1, p 51-60; SIMPLÍCIO, M. D. - *O espaço urbano de Évora - contributo para melhor conhecimento do sector intramuros*. Évora: Universidade de Évora, 1991, p.15; VILAÇA, R. – Arte megalítica. IN *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Edições Alfa, 1986, vol I, 24 e 25.

⁵ A tese da fundação germânica de Évora data de 1962 e a sua autoria pertence a António Bartolomeu Gromicho, reitor do Liceu de Évora entre 1929 e 1958. Segundo Bartolomeu Gromicho, a Península Ibérica teria sido ocupada por diversas tribos germânicas por volta do século VII a.C., entre as quais estariam os Eburones, que se devem ter instalado na actual Andaluzia, no Alentejo Central e em parte da Estremadura. GROMICHO, A. B. – Origens da Cidade de Évora. IN *A Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora, 1962-63, nº. 45/46, 29 e 30.

quaisquer provas arqueológicas ou documentais que confirmassem a sua presença no território da actual área urbana de Évora. Os poucos indícios disponíveis - os testemunhos de Estrabão, Mela e Plínio que nomearam os habitantes do Alentejo aquando da romanização como *Celtici* ou Célticos⁶ - sugerem uma muito provável fundação celta, portanto não anterior ao século V a.C., centúria da chegada daqueles povos ao Alentejo.⁷ Génese que a sobrevivência do radical pré-romano *Eburo* no topónimo latino *Ebora Liberalitas Iulia* (Évora) veio corroborar e estender, segundo Jorge Alarcão, às localidades homónimas de *Eburobrittium* (a actual Amoreira Óbidos), *Ebura* na Andaluzia e Évora de Fonte Santa no concelho de Alcobaça.⁸

Estes primeiros habitantes terão sido atraídos pelas condições físicas, morfológicas e geográficas bastantes favoráveis do território onde nasceu a cidade de Évora: uma vasta planície com um morro que atinge, no seu ponto de maior altitude, 360 metros (o Alto de S. Bento), de relevo bastante uniforme e drenado pelas bacias hidrográficas dos rios Xarrama e Degebe, a Este e Nordeste, e pelas do Sado, do Guadiana e do Tejo, a Norte-nordeste.⁹ O relevo pouco acidentado terá facilitado a edificação de um povoado, a topografia elevada do morro favorecia a sua defesa – permitia a vigilância da área em redor – e a proximidade com zonas irrigadas assegurava a sua subsistência. Todos foram, por certo, factores de atracção para os grupos populacionais que ali se fixaram, nomeadamente para aquele que foi o primeiro a deixar ficar, para o presente, testemunhos materiais significativos da sua presença: os Romanos.

Localizada numa posição relativamente central da metade sul do actual território português, o núcleo pré-existente de *Ebora* terá ganho alguma

⁶ O colectivo que os três autores romanos – Estrabão na sua *Geografia*, escrita entre 27 e 7 a.C. e revista por Pompónio Mela em 17 ou 18 d.C., e Plínio, o Antigo (falecido em 79 d.C.) na sua *História Natural* – titularam de *Celtici* ou Célticos corresponderia a pequenos grupos indo-europeus de sangue celta. ALARCÃO, J. de – *Portugal Romano*. 3ª edição. s.l.: Editorial Verbo, 1983, p. 17-19 e 67.

⁷ Aquando do início da sua romanização, os cidadãos de Ebora estavam inscritos na tribo Galeria. ALARCÃO, J. de – *O Domínio Romano em Portugal*. Mira Sintra – Mem Martins: Publicações Europa-América, 1988, p. 49.

⁸ ALARCÃO, J. de – *Arquitectura Romana*. IN *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Edições Alfa, 1986, vol. I, pp. 76, 78 e 79.

⁹ SIMPLÍCIO, M. D. – *O espaço urbano de Évora – contributo para melhor conhecimento do sector intramuros*. Évora: Universidade de Évora, 1991, pp. 9 e 10; GASPAR, J. – *A área de influência de Évora. Sistemas de funções e lugares centrais*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1981, p. 10; RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H. – *Geografia de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa, 1988, vol. I, p.580.

relevância estratégica depois de conquistada pelo romano Décimo Júnio Bruto no século II a.C., enquanto pólo de ligação entre as cidades do extremo ocidental da Península, como *Olisipo* (Lisboa) e *Salacia* (Alcácer do Sal), e as do interior, como *Pax Iulia* (Beja).¹⁰ De tal modo que as vias romanas que ali se cruzavam influenciaram, inclusivamente, o futuro crescimento de *Ebora*, condicionando, segundo Ana Maria Borges, os principais arruamentos da cidade no final da Idade Média – a via para *Pax Iulia* acabou por se tornar na antiga rua dos Mercadores, depois rua do Paço (actualmente rua da República), e a via para Serpa e Moura na rua da Mesquita.¹¹ Tal polaridade ter-lhe-á granjeado alguns direitos latinos por volta de 45 a.C., quando lhe foi concedido o epíteto de *Liberalitas Iulia*¹², como lhe chama Plínio na *História Natural* (IV, 117), que embora não se igualasse aos estatutos mais elevados de *Olisipo* (Lisboa) e *Pax Iulia* (Beja, sede de *conuentus*¹³), indica que *Ebora* teve uma certa importância regional para a administração da província Ulterior¹⁴. Uma inscrição epigráfica depositada no Museu de Beja, interpretada e estudada por José d' Encarnação, na qual se alude a um certo Marcio Píero que foi augustal de *Pax Iulia* e de *Ebora Liberalitas Iulia*, permite concluir que esta última gozava da categoria jurídica de município com *Latium Vetus*, atribuída por Júlio César ou Augusto.¹⁵

¹⁰ FABIÃO, C. – O Passado Proto-Histórico e Romano. A romanização do actual território português. IN *História de Portugal. Primeiro Volume. Antes de Portugal*. s.l.: Círculo de Leitores, 1992, p. 231 e 232.

¹¹ BORGES, A. M. M. – *Évora: da Reconquista ao Século XVI. Alguns aspectos de desenvolvimento urbano e arquitectura*. Évora: Universidade de Évora, 1988, pp. 18 e 19. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica.

¹² Hoje, contudo, não conseguimos definir concretamente a que categoria administrativa corresponderia esse conjunto de direitos e o título de *Liberalitas Iulia*. FABIÃO, C. - O Passado Proto-Histórico [...], 1992, p. 231.

¹³ Os *conuentus iuridici* foram criados por volta de 13 a.C. e eram subdivisões administrativas das províncias. A Hispânia ficou dividida em 14 *conuentus*, desigualmente distribuídos pelas três províncias criadas em meados do século I, sob o impulso de Júlio César: Tarraconense, Bética e Lusitânia. A Lusitânia possuía apenas três, entre as quais estava a Pacense, cuja capital era, precisamente, *Pax Iulia* (Beja). FABIÃO, C. - O Passado Proto-Histórico [...], 1992, p. 239 e 240.

¹⁴ Foi em 197 a.C. que Roma dividiu pela primeira vez o território hispânico ocupado em províncias, delimitando duas, a Hispânia Citerior e a Hispânia Ulterior. *Ebora* ficou a pertencer à segunda. FABIÃO, C. - O Passado Proto-Histórico [...], 1992, 228.

¹⁵ Citado por SARANTOPOULOS, P. – *O Templo e as Termas. Dois edifícios públicos da Évora romana. Contributos para uma recuperação e valorização integrada*. Évora: Universidade de Évora, 1998, p.10. Dissertação de mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico. Ver ainda ALARCÃO, J. de – *O Domínio Romano em Portugal*. Mira Sintra – Mem Martins: Publicações Europa – América, 1988, p. 49.

Essa relativa importância está patente na quantidade vestígios monumentais e arqueológicos que Évora conservou na sua estrutura urbana ou que foram achados mais recentemente. Referimo-nos às ruínas do templo romano; às termas descobertas no actual edifício da Câmara Municipal; aos resíduos da cerca romana assimilados na muralha fernandina, como o Arco de D. Isabel, sob o qual existem ainda troços de vias militares, que também foram identificados debaixo da escadaria da Sé Catedral; e aos trechos do que parece ser uma residência romana na casa nobre da rua de Burgos¹⁶, onde foi encontrado, durante as escavações arqueológicas ali realizadas entre 1984 e 1985, um tubo de canalização com o nome da cidade inscrito: *LIBIVL*. A estes acrescem outros achados mais pequenos, mas igualmente elucidativos: aras, cipos funerários e um sarcófago romano esculpido em mármore branco da região, todos pertencentes ao Museu Nacional Soares dos Reis (Porto); uma cabeça mutilada, presumivelmente de um imperador romano, também de mármore, achada no adossamento interior do lado oriental do Arco de D. Isabel e hoje integrada no espólio do Museu de Évora; para além de pequenos elementos de pedra, cerâmica, vidro e metal que foram sendo depositados nos museus nacionais de Arqueologia e Etnologia.¹⁷ Destacam-se também as moedas cunhadas em *Ebora*, encontradas em diferentes regiões da Península Ibérica, mostrando que a cidade era suficientemente relevante para dispor de oficina própria de cunhagem e para o numerário ali produzido circular pelas três províncias da Ibéria (Bética, Lusitânia e Tarraconense).¹⁸

Dispomos ainda de informação indirecta sobre a possível existência de outras estruturas comuns numa urbe romana ou romanizada, mas das quais não sobreviveram quaisquer vestígios. É o que acontece com os supostos arco do triunfo e aqueduto da cidade de *Ebora*. O arco do triunfo estaria localizado na praça do Geraldo e, segundo Gaspar Estação, terá sido demolido em 1571 por iniciativa do cardeal-infante D. Henrique, para desafrontar a recém

¹⁶ Em que estão instalados presentemente o Instituto Português do Património Arquitectónico e a Direcção Regional da Cultura do Alentejo.

¹⁷ Fora do centro histórico, ainda existem as pontes romanas de Almeirim (muito danificada por reparações inadequadas) e do Xarrama. Ambas faziam parte do eixo viário que ia de *Ebora* a *Pax Iulia*, mais os chãos de mosaicos policromos localizados nas zonas da Turega, de Machede e de Fonte Coberta. ESPANCA, T. – *Inventário Artístico de Portugal. Concelho de Évora*[...], 1966, vol. VII, tomo I p.6.

SIMPLÍCIO, M. D. - *O espaço urbano de Évora* [...], 1991, p. 16, 17.

¹⁸ SARANTOPOULOS, P. – *O Templo e as Termas*[...], 1998, p.43.

edificada igreja de Santo Antão, permitindo a construção da fonte que ainda hoje existe fronteira àquele templo¹⁹. O contado por Estação é, porém, susceptível de ser posto em causa por outras fontes e pela ausência de vestígios arqueológicos que complementem a sua informação. Retomaremos o tema no próximo capítulo, no qual verificaremos que dúvidas se põem ao narrado por Estação e à própria existência do arco, às quais também procuraremos responder.

Quanto ao aqueduto, a probabilidade da sua existência torna-se credível quando sabemos que *Ebora Liberalitas Iulia* era a cidade da Ibéria onde vivia o maior número de famílias de ascendência romana, logo mais susceptíveis de querer beneficiar das infra-estruturas que os engenheiros do império punham à sua disposição, como esta de captação e abastecimento de águas²⁰. No entanto, por falta de indícios materiais que a comprovem, acreditar na possibilidade de ter havido um aqueduto romano em Évora ateou uma acesa polémica iniciada no século XVI com André de Resende, que a refere na *História da Antiguidade da Cidade de Évora* (1553)²¹, e levou-nos a estudar extensivamente no decurso no nosso trabalho.

Como podemos verificar, as fontes arqueológicas permitem-nos ir pouco além da mera suposição no que respeita à configuração e à dimensão territorial de *Ebora Liberalitas Iulia*. Deixa-nos supor, no entanto, que apresentava uma forma de pentágono irregular, com um perímetro de cerca de 1080 metros.²² Perímetro que, por sua vez, contornaria a urbe pelo actual Jardim Conde de Schomberg, paço dos Duques de Cadaval, largo dos Colegiais, pelo palácio dos Condes de Basto (ou pátio de S. Miguel) no ângulo da rua do Colégio, porta de Moura, largo de S. Vicente, porta da Selaria, porta do Sol, convento do Salvador e Arco de D. Isabel. As três portas enunciadas mais o Arco de D.

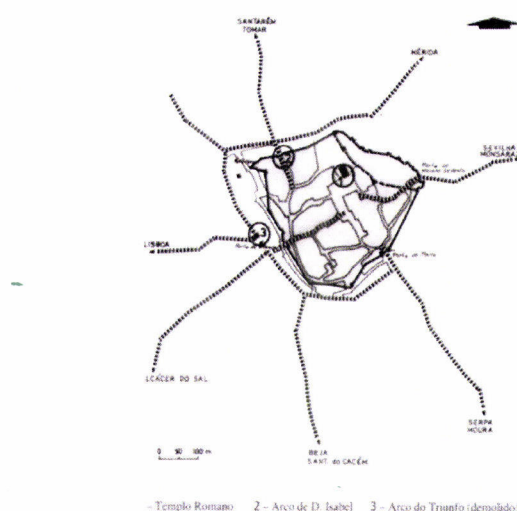
¹⁹ ESTAÇO, G. – *Varias Antiguidades de Portugal*. Lisboa: 1625, pp. 124 e 125; PEREIRA G. – *Estudos Eborenses*. Évora: Livraria Nazaré, 1974, vol. I, p.305; BRANCO, M. C. – Renascimento, Maneirismo e Estilo Chão em Évora. IN *Do Mundo Antigo aos Mundos Novos. Humanismo, Classicismo e Notícias dos Descobrimentos em Évora (1516-1624)*. Lisboa: Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses; Évora: Câmara Municipal de Évora, 1998, p. 237.

²⁰ ALARCÃO, J. de – *Portugal Romano*. 3ª edição, s.l.: Editorial Verbo, 1983, p. 76 e 77.

²¹ RESENDE, A. de – *História da Antiguidade da Cidade de Évora*. IN *Obras Portuguesas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1963, p. 17 e 18.

²² Não tinha uma forma perfeitamente rectangular devido, talvez, à sua topografia irregular, especialmente do lado oriental. BORGES, A. M. M. – *Évora: da Reconquista ao Século XVI*. [...], 1988, p. 18.

Isabel corresponderão às quatro entradas da cidade romana, que muito provavelmente estariam protegidas por torreões.²³ As portas de D. Isabel e de Moura marcariam os limites do *cardo*, enquanto as da Selaria e do Sol os do *decumanus*, ou seja, os dois eixos ou ruas principais rectas que atravessavam, cruzando-se, a área das cidades romanas – o primeiro (*cardo*) na direcção Norte/Sul, o segundo (*decumanus*) de Este para Oeste. No ponto de cruzamento dos dois eixos, nas imediações do templo, situava-se o *forum*²⁴.



A Cidade Romana (SIMPLÍCIO, M. D. V. M. - "Évora: algumas etapas fundamentais na evolução da cidade até ao século XVI". *A Cidade de Évora*, 6, 2002-2006, p. 100).

O *forum* de *Ebora*, provavelmente flaviano (segunda metade do século I d.C.), localizar-se-ia no alto de S. Bento, na área hoje ocupada pela Sé, pelo Museu de Évora e pelo templo (cerca de 7200 m²). Desconhece-se, contudo, se era um recinto de vocação exclusivamente religiosa ou se incluía também a cúria e a basílica, à semelhança do que aconteceria em *Aeminium* (Coimbra).²⁵ Ao centro do *forum*, destacado na sua parte mais alta, em concordância com as regras de construção de edifícios públicos estabelecidas pelo arquitecto Vitruvius por volta de 25 e 26 a.C., no seu tratado *De Architectura*, estava o templo, como é possível constatar ainda hoje. Arqueólogos e historiadores

²³ BORGES, A. M. M. – *Évora: da Reconquista ao Século XVI*. [...], 1988, pp. 17 e 18; SARANTOPOULOS, P. – *O Templo e as Termas*. [...], 1998, p.15; ESPANCA, T. – *Inventário Artístico de Portugal. Concelho de Évora*. [...], 1966, vol. VI.

²⁴ SARANTOPOULOS, P. – *O Templo e as Termas*. [...], 1998, p.71.

²⁵ BORGES, A. M. M. – *Évora: da Reconquista ao Século XVI*. [...], 1988, p. 18.

estão convictos que este foi construído antes do fórum, possivelmente na primeira metade do século I d.C.

Erroneamente designado “de Diana” desde finais do século XVII²⁶, o templo romano de *Ebora Liberalitas Iulia* seria um santuário de culto oficial do *municipium*²⁷. De clássica planta rectangular (25,18 X 15,25m), com *podium* de embasamento alto (3,40m), tinha a particularidade de ser cercado dos lados Norte, Este e Oeste por um espelho de água. Aceder-se-ia ao interior pelo extremo sul do monumento, por uma escadaria de dois lanços. É um templo períptero e hexástilo, com vinte e seis colunas de fustes canelados de granito e capiteis coríntios de mármore - conservam-se catorze de pé, dos lados norte, Este e Oeste, assim como parte da arquitrave.²⁸

O templo terá sido cristianizado durante a época visigótica, pois foi encontrado um cimácio de mármore desse período a 10 metros do alçado norte. Em data incerta, entre os séculos XIII e XIV, terá sido transformado numa espécie de torre com ameias e passou a acolher o açougue municipal. Não seria propriamente um matadouro, tendo em conta a raiz árabe do termo, mas um mercado de carne.²⁹ Foi nestas condições que por ocasião das alterações de 1384, segundo Fernão Lopes, serviu de suporte ao ataque dos correligionários do Mestre de Avis contra o castelo da cidade, onde estavam acantonados os partidários da rainha D. Leonor Teles:

²⁶ Cabe ao padre Manuel Fialho, autor do manuscrito *Évora Ilustrada*, do qual o padre António Franco extraiu um texto seu com o mesmo título, a responsabilidade da atribuição da designação de “Diana” ao templo romano da cidade de Évora. Fê-lo porque acreditava ter sido o general romano Sertório (c. 123 – 72 a.C.) a mandá-lo edificar para a deusa Diana por ser seu devoto: “Por ser especial devoto desta Deusa lhe edificou em Évora um templo, que ainda hoje está de pé”. A designação foi retomada e repetida por outros autores, como Amador Patrício na sua *História das Antiguidades de Évora*, assim prevalecendo até hoje. A estes autores aludiremos mais especificamente em capítulo seguinte. FRANCO, P. A. – *Évora Ilustrada*. Évora: Edições Nazareth, 1945, p. 25; SARANTOPOULOS, P. – *O Templo e as Termas*[...], 1998, p.10 e 43.

²⁷ MACIEL, M. J. – A Arte da Época Clássica (Séculos II a.C. – II d.C.). IN *História da Arte Portuguesa*. s.l.: Círculo de Leitores, 1995, vol. I, p.83.

²⁸ ALARCÃO, J. de – *O Domínio Romano em Portugal*. Mira Sintra – Mem Martins: Publicações Europa – América, 1988, 185; SARANTOPOULOS, P. – *O Templo e as Termas*[...], 1998, p.29-33.

²⁹ SARANTOPOULOS, P. – *O Templo e as Termas*[...], 1998, p. 34-36 e 41. Segundo o *Livro dos Herdamentos do Cabido* de 1321, o primeiro inventário conhecido dos bens da Sé, esta instituição possuiria uma “adega da Neve” no açougue e cinco tendas de aluguer junto a essa adega. A referência às cinco tendas sugere a vocação comercial do açougue. BEIRANTE, M. A. R. – *Évora na Idade Média*. s.l.: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995, pp. 60-62.

“Quase todos eles se meteram no castelo e isto foi sabido pela cidade, logo nesse dia Diego Lopes Lobo e Fernão Gonçalves de Arca e o filho deste, João Fernandes, que eram dos grandes da terra, levantaram-se contra eles com todo o povo da cidade, e foram atacar o castelo subindo ao alto da Sé e igualmente ao do mercado, que são lugares altos donde podiam danificá-lo com tiros de besta. Dali dispararam muitos virotões contra os que estavam no castelo, que era muito forte de torres e muralha, e arcado com uma cava muito difícil e trabalhoso de tomar”.³⁰

A feição do templo é novamente alterada em 1500, por vontade de D. Manuel I e do vereador Mendes Cicioso, com a imposição de um campanário na cobertura, intervenção que provocou danos graves na arquitrave e a destruição do friso. André de Resende e Duarte Nunes de Leão referem-se-lhe como um pórtico:

“Item mandou Sertório cercar a cidade de cantaria lavrada, como se inda em muitas partes mostra por onde é a cerca velha, e assi fez trazer a água da Prata ao pórtico em o mais alto da cidade, (...)”.³¹

“(…) e logo nesse dia Diogo Lopes Lobo, e Fernão Gonçalves da Arca, e João Fernandes seu filho, que eraõ huns dos grandes, que ahi avia, com todo o povo da Cidade se levantáraõ contra elles, e foraõ combater o castello, sobindo em cima da Sé, e sobre hum postigo antigo, que inda está inteiro do tempo de Quinto Sertório, onde o aqueducto de agoa da prata sohia vir, e agora serve de açougues de carne, que saõ lugares altos, donde com as béstas podiaõ empecer.”³²

No século XVIII seria utilizado exclusivamente como matadouro. Pelo menos, quando os padres Lóios quiseram ampliar o seu convento (a actual pousada dos Lóios) através da anexação do templo por meio de um arco – o primeiro rodeava os alçados oeste e sul do segundo, na continuidade do palácio Cadaval –, justificaram a sua aspiração junto da Câmara de Évora declarando que não achavam adequado que o matadouro municipal estivesse

³⁰ LOPES, F.– “Crónica de El-Rei D. João”. *As Crónicas de Fernão Lopes*. Lisboa: Portugália Editora, 1969, p. 245.

³¹ RESENDE, A. de – História da Antiguidade da Cidade de Évora. IN *Obras Portuguesas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1963, p.17 e 18.

³² LEÃO, D. N. de – “Cronica del Rey D. Joaõ o I”. *Crónicas dos Reis de Portugal*. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1975, p. 463. Gabriel Pereira atribuiu esta citação erradamente a Rodrigo da Cunha, arcebispo de Braga e Lisboa que, em rigor, diligenciou para que as crónicas de Duarte Nunes de Leão fossem editadas em 1643. PEREIRA, G– Évora Romana. 1ª Parte. O Templo Romano. As Inscrições Lapidares. IN *Estudos Eborenses*. Évora: Edições Nazareth, 1947, I vol., p.38.

situado numa zona tão nobre da cidade, como era a da Sé Catedral.³³ A pretensão dos Lóios não foi deferida e a situação do matadouro manteve-se inalterada até 1836, como veremos noutro capítulo.

O último dos edifícios públicos da Évora romana cujos vestígios chegaram até nós é o das termas,³⁴ localizado a cerca de 100 metros de distância do templo (a Nordeste), eventualmente separados por duas *insulae*. Datado dos séculos I ou II d.C., o complexo termal configuraria uma área quase quadrada com 3 600 m² (60 X 60m ou 65 X 65m), da qual foi escavada apenas um parcela com 250 m², correspondente aos espaços do *laconicum* - sala circular para banhos quentes ou a vapor, com o respectivo *hipocaustum* (a zona de aquecimento) -, do *praefurnium* – a fornalha – e parte do *natatio* – piscina ao ar livre, provavelmente porticada.³⁵ A sua entrada principal devia fazer-se, em concordância com as regras vitruvianas, pelo lado Poente (actual praça de Sertório), devendo haver outra do lado Nascente (rua Dona Isabel).³⁶

As termas romanas estiveram activas até ao século V d.C. A partir daqui, pelo silo de armazenagem e fragmentos de cerâmica ali encontrados e pelos sedimentos estratificados e sucessivos revolvimentos que os arqueólogos conseguiram reconhecer na parcela escavada, deduzimos que a arquitectura das termas foi reutilizada com funções ainda não inteiramente clarificadas na época islâmica e durante a Alta Idade Média. Em 1560, aproveitaram-se as paredes romanas para as fundações do palácio dos condes de Sortelha, assunto que retomaremos mais adiante.³⁷

Com o ocaso do Império romano e a consequente instalação dos povos bárbaros na Hispânia, com os Alanos a fixarem-se na Lusitânia a partir de 411, as fontes históricas e arqueológicas tornam-se lacónicas em relação a *Ebora Liberalitas Iulia*. Podemos deduzir, contudo, que se mantiveram as estruturas romanas, na medida em que apesar do convívio com os Alanos se tornar conflituoso a partir de 415, com pilhagens e saques, e dos frequentes ataques dos Suevos às cidades e vilas da Lusitânia e da Bética entre os anos de 441 e

³³ SILVA, A. C. – A «Restauração» do Templo Romano de Évora. IN *A Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora, nº. 1 (2ª série), 1994-95, p. 63.

³⁴ Descobertos em 1987, podem ser observados no átrio do edifício da Câmara municipal, na praça de Sertório. P. SARANTOPOULOS, *op. cit.*, 17 e 38

³⁵ SARANTOPOULOS, P. – *O Templo e as Termas*. [...], 1998, p. 23.

³⁶ SARANTOPOULOS, P. – *O Templo e as Termas*. [...], 1998, pp. 27 e 28.

³⁷ SARANTOPOULOS, P. – *O Templo e as Termas*. [...], 1998, pp. 38-42 e 45.

454, atraídos pelas suas riquezas, os territórios do Sul mantiveram-se predominantemente romanizados. Assim continuaram mesmo depois da chegada dos Visigodos, chamados pelos próprios Hispano-romanos em 454, para os auxiliarem na resistência contra as investidas dos Suevos³⁸, levando inclusive ao aparecimento de pequenos poderes autónomos no século VI. Somente a progressiva consolidação da presença visigótica irá enfraquecer as relações dos territórios do Sul com Roma, principalmente depois do rei visigodo Leovigildo, com uma série de campanhas militares decorridas entre 573 e 585, unificar a Península Ibérica sob o seu domínio.

Nesse período algo obscuro da história da cidade de Évora pensa-se que as muralhas foram remodeladas ou reparadas. Há autores que aludem à Torre de Sisebuto, o que nos parece lógico face às ameaças alanas e suevas dos séculos V e VI.³⁹ O historiador Aarão de Lacerda, citando o arqueólogo espanhol Lamperez, menciona a presumível existência de uma igreja de S. Márcio.⁴⁰ Pouco mais se sabe para além de um muito certo reaproveitamento das pré-existências arquitectónicas romanas, como parece indicar o já referenciado cimácio recolhido perto do templo, e da cidade ter conservado alguma da relevância que detinha quando estava integrada no império romano, uma vez que, com Leovigildo, foi sede de um bispado dependente de Mérida.

Nos primeiros anos do século VII, sucessivas crises políticas vão enfraquecer a monarquia e a aristocracia visigóticas. Pestes, calamidades naturais e crises alimentares cíclicas agravam a conjuntura, gerando um processo de decadência que tornou as estruturas do poder visigótico incapazes de conter as invasões muçulmanas de 711-714.

³⁸ Com a afirmação do seu reino na Galécia a partir de 430, cuja fronteira meridional chegava a Coimbra a à Idanha, os Suevos tornaram-se numa ameaça efectiva para os Hispano-romanos do Sul. Para os combater, os Hispano-romanos solicitaram o auxílio de Teoderico, rei dos Visigodos, em 454. Para informação mais pormenorizada sobre este tema ver MATTOSO, J. – A Época Sueva e Visigótica. IN *História de Portugal. Primeiro Volume. Antes de Portugal*. s.l.: Círculo de Leitores, 1992, p. 301-337.

³⁹ BORGES, A. M. M. – *Évora: da Reconquista ao Século XVI*. [...], 1988, pp. 20 e 21.

⁴⁰ A. de LACERDA – *História da Arte em Portugal*. Porto: Portucalense Editora, 1942, vol. I, p.111.

Capítulo II

Da presença islâmica à conquista cristã.

A partir de 711, sucessivos exércitos do Mundo Árabe e Islâmico, que tinha posto fim ao império Persa Sassânida e passado a administrar vastas áreas do império Bizantino, vão entrar na Península Ibérica e conseguir ocupar os principais centros urbanos do reino visigodo em cinco anos. Fizeram-no recorrendo não só à conquista militar, mas também a negociações com as populações e as elites regionais menos resistentes. De resto, terá sido através de um pacto com a população local que a região de Évora ficou sob o controle dos árabes entre 714 e 716. A assimilação pacífica da cidade deve ter inibido o assentamento de populações de origem oriental em Évora e permitiu certamente que se mantivessem, no essencial, as estruturas sócio-culturais e religiosas pré-existentes. A língua, os cultos anteriores, os habitantes e o urbanismo de raiz romana pouco se alteraram⁴¹. Somente a passagem do

⁴¹ Não há realmente informações acerca da fixação de comunidades “orientais” em Évora ou nas áreas circundantes, embora se saiba que Beja as recebeu, talvez porque a sua importância era maior nesses primeiros séculos de domínio islâmico. A conservação dos bispados permite-nos deduzir que o de Évora ter-se-á mantido dependente de Mérida e que as conversões ao islamismo devem ter sido pouco frequentes e bastante circunscritas às elites, ou seja ao grupo social que estava ou pretendia estar mais próximo do novo poder central. Escavações recentes na Alcárçova de Cima mostraram a sobreposição da muralha a uma casa do século III. Isto significa que a matriz urbana romana, ainda que da Antiguidade Tardia, permaneceu inalterada no período muçulmano.

CORREIA, F. B. – *Évora islâmica – fragmentos de cinco séculos de história*, 2003, 2 - 4 (não publicado comunicação apresentada no *Curso Livre “História e Património da Cidade de Évora”*, Évora, Departamento de História da Universidade de Évora);

tempo, com a progressiva arabização da população eborense, conferiu algumas alterações significativas à situação da cidade, conforme indicia um texto do século X, da autoria de Ibn Hayyan.

Neste relato, Ibn Hayyan descreve como a cidade de Évora foi sitiada e tomada pelas tropas do cristão Ordonho, futuro Ordonho II de Leão, no ano de 913. Segundo Ibn Hayyan, ao examinarem a cidade, Ordonho e os seus soldados constataram que a muralha era baixa, com o topo parcialmente desprovido de parapeito e ameias, existindo, junto a um dos seus panos, uma elevada pilha de detritos, feita do lixo que os Eborenses costumavam atirar para o exterior e que se foi acumulando ao longo do tempo. Foi escalando essa pilha de lixo que eles conseguiram abrir uma brecha na muralha e entrar em Évora.⁴² A cidade foi pilhada e os seus habitantes chacinados ou levados cativos, incluindo o governador, *Marwan ibn 'Abd al-Malik*, morto na sua mesquita particular. Apenas terão escapado cerca de uma dezena de notáveis, que se haviam entrincheirado, juntamente com as suas famílias, no topo de um edifício antigo que se revelou inacessível para o atacante.⁴³ Os sobreviventes acabam por abandonar a cidade, deixando-a deserta e à mercê dos grupos de berberes que existiam nos seus arredores. Precisamente por reear a ocupação do território de Évora por esses berberes, o senhor omíada de Badajoz (*Abd Allah ibn Muhammad ibn 'Abd al-Rahman*) que dominava a região ordenou o arrasamento do que restava das suas torres e muralhas.⁴⁴

Apesar da crónica de Ibn Hayyan ser deveras vaga no que concerne à caracterização de Évora, preocupou-o sobretudo registar a descrição dos acontecimentos, permitindo-nos fazer algumas aferições sobre como era Évora nos séculos IX e X. O nome do governador (*Marwan ibn 'Abd al-Malik*) indica que a população eborense tinha-se entretanto arabizado. Por outro lado, a referência à sua mesquita privada pressupõe a existência de pelo menos uma grande mesquita pública⁴⁵, destinada à maioria dos habitantes que moravam

VILAR, H., FERNANDES, H. – “O Urbanismo de Évora no Período Medieval”. *Monumentos*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, vol. 26 (Abril), 2007, pp. 6, 7 e 9.

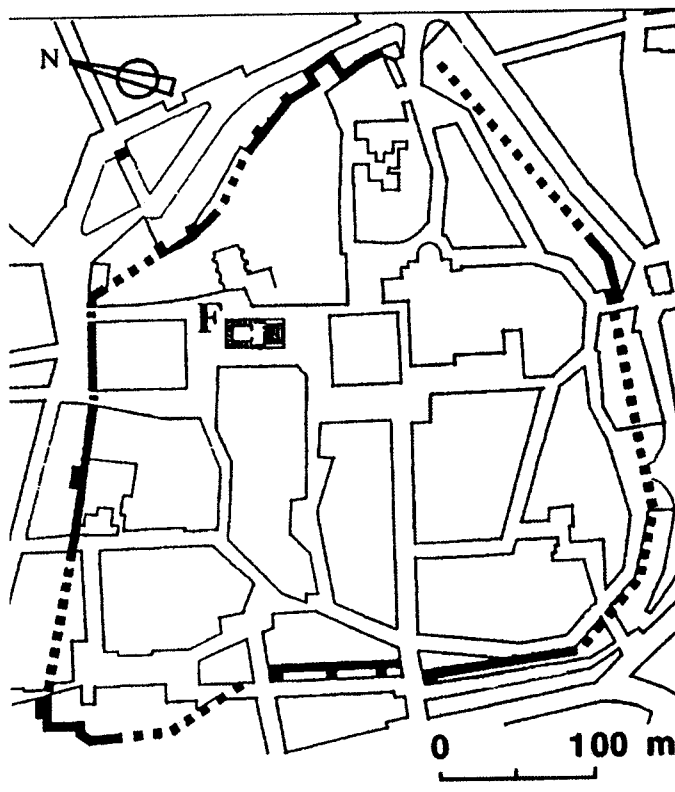
⁴² SIDARUS, A. – Um texto árabe do século X relativo à nova fundação de Évora e aos movimentos Muladi e Berbere no Ocidente Andaluz. *A Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal, 1988-1993, anos XLV-L, nº. 71-76, p. 22.

⁴³ SIDARUS, A. – Um texto árabe do século X [...], 1988-1993, p. 23.

⁴⁴ CORREIA, F. B. – *Évora islâmica* [...], 2003, p.4.

⁴⁵ SIDARUS, A. – Um texto árabe do século X [...], 1988-1993, p. 23 e 24.

nos 12,5 hectares da cidade. Évora mantinha ainda importantes permanências da arquitectura pré-islâmica, como a muralha e a edificação antiga onde os sobreviventes se refugiaram, que era, muito provavelmente, o templo romano⁴⁶.



Perímetro da Évora muçulmana (MAZZOLI-GUINTARD, C. – *Villes d'al-Andalus. L'Espagne et le Portugal à l'époque musulmane (VIII^e-XV^e siècles)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 1996, p. 296).

Pouco tempo depois, num período não precisado pela fonte, a condição de Évora inverte-se. Os senhores de Badajoz decidem iniciar a reconstrução da muralha por eles próprios demolida⁴⁷, bem como o restauro dos edifícios da cidade para aí acolher um seu aliado, *Mas'ud ibn Sa'dun*, conhecido como *al-Surunbaqi*, que fora obrigado a sair do local onde vivia, situado a leste da

⁴⁶ MAZZOLI-GUINTARD, C. – *Villes d'al-Andalus. L'Espagne et le Portugal à l'époque musulmane (VIII^e-XV^e siècles)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 1996, pp 168, 328; VILAR, H., FERNANDES, H. – O Urbanismo de Évora no Período Medieval [...], 2007, p. 6.

⁴⁷ Em conformidade com a crónica, as muralhas de Yabura teriam sido totalmente demolidas. A narrativa da sua reconstrução pelo mesmo cronista deixa antever que o arrasamento não terá sido, contudo, assim tão extremo, voltando-se a repor o contorno do perímetro amuralhado romano, com a consolidação das estruturas que terão escapado aos ímpetos aluidores de Badajoz: “tapou-se a brecha, consolidaram-se os contrafortes e colocaram-se as portas pesadas. C. MAZZOLI-GUINTARD, *op. cit.*, 41, 163 e 167; VILAR, H., FERNANDES, H. – O Urbanismo de Évora no Período Medieval [...], 2007, p. 27.

actual Santarém, por motivo de rivalidades e conflitos regionais. A cidade foi repovoada sobretudo por gente originária do ocidente da Península Ibérica, convertida ao islamismo (*muladis*), e pelo regresso daqueles que tinham conseguido escapar à chacina de 913 e encontrado refúgio em Badajoz. A partir de então, Évora passou a ter uma população numerosa, “tornou-se próspera e a sua produção agrícola abundou”.⁴⁸ Prosperidade que tenderá a aumentar favorecida pela mudança de conjuntura que ocorre na Península Ibérica no século XI, com a fragmentação do território nos Reinos de Taifas⁴⁹.

Com a formação dos Reinos de Taifas, a região de Évora ficou submetida à dinastia aftácida de Badajoz. Badajoz confrontava, a Leste, com dois reinos rivais, o de Toledo e o de Sevilha, localização geo-política que o obrigava a ter o seu principal porto na actual Alcácer do Sal (*Qasr Abu Danis* ou *al-Qasr*), o que tornava Évora num núcleo urbano de passagem obrigatória no percurso que ia da capital à orla marítima, como tinha acontecido durante o domínio romano. Esta nova posição estratégica fez certamente aumentar o número dos Eborenses e elevou de tal modo o estatuto da cidade que esta chegou a ser governada, entre 1050 e 1051, por um primo do soberano de Badajoz (*‘Ubayd Allah ibn Jarraz*) e a ter *‘Umar al-Mutawakkil*, um dos filhos do rei aftácida *al-Muzaffar*, entre os seus moradores. Quando *‘Umar al-Mutawakkil* abandona *Yabura* (como Évora era então nomeada) para suceder a seu irmão Yahya como rei de Badajoz, em 1072, deixa o seu filho Abbas a governá-la, escolha que é demonstrativa do estatuto que atingiu neste período, o de segunda cidade deste reino Taifa.⁵⁰

Uma cidade que era residência de príncipes teria, muito provavelmente, construções de qualidade equivalentes: um palácio, residências de maior grandeza para os membros da elite eborense, uma mesquita pública (*aljama*), outras mais pequenas espalhadas pelos vários bairros – as casas mais abastadas e o palácio possuiriam oratórios particulares – e, como em qualquer cidade islâmica, banhos públicos.⁵¹ Deduções que são em parte confirmadas

⁴⁸ SIDARUS, A. – Um texto árabe do século X [...], 1988-1993, p. 24-27.

⁴⁹ MAZZOLI-GUINTARD, C. – *Villes d'al-Andalus*. [...], 1996, pp 168, 328.

⁵⁰ CORREIA, F. B. – *Évora islâmica* [...], 2003, pp. 5 e 6.

⁵¹ Embora não hajam quaisquer indícios da sua existência, a analogia com outras cidades islâmicas coevas e peninsulares permite-nos supor que também *Yabura* teria a sua comunidade de cristãos e o seu bairros de judeus, com os seus lugares de culto. CORREIA, F. B. – *Évora islâmica* [...], 2003, p. 6.

pela descrição que um geógrafo do século XII, de seu nome *Abu Abd Allah Muhammad al-Idrisi* (1100 – c. 1164), fez de *Yabura*, num tratado dedicado a África e a Espanha que escreveu para o seu protector cristão, o conde normando Roger de Hauteville (ou da Sicília, pois conquistou esta ilha)⁵².

Há que ressaltar, porém, que o tratado de Geografia de al-Idrisi foi escrito numa época em que *Yabura* estava inserida num contexto geo-político diferente. Já não fazia parte do Reino de Taifa de Badajoz, mas do domínio almorávida (dinastia de génese norte-africana) que se seguiu⁵³. Os novos poderes não trouxeram, aparentemente, qualquer prejuízo à cidade. Pelo contrário, de acordo com al-Idrisi, *Yabura* era, no século XII, uma cidade grande e povoada⁵⁴, estava cercada de muros, possuía um alcácer (que al-Idrisi designa de castelo) e uma “mesquita catedral” (ou mesquita *aljama*, a mesquita principal).

O alcácer estaria posicionado no cume da *madina* (cidade), muito possivelmente na área hoje ocupada pelo complexo do palácio dos Condes de Basto (pátio de S. Miguel). No século XII, passarão a existir dois alcáceres, um velho e outro novo. Quer isto dizer que a construção do Alcácer velho deve ter sucedido depois de 914 e certamente antes de 1165, talvez no período califal. O conjunto que forma com a mesquita *aljama* sugere a existência de uma zona áulica não murada⁵⁵. O achamento, em 1968, nas fundações do paço arquiépiscopal (actual Museu de Évora), nas vizinhanças do palácio dos Condes de Basto, de uma inscrição datável dos anos de 1148 a 1151, mandada fazer por Abu Muhammad Sidrāy Ibn Wazir al-Qāysi, através do seu

⁵² IDRISI, A.– A. M., – *Description de l' Afrique et de l' Espagne*. Amsterdam: Oriental Press, 1969, pp. II-V.

⁵³ Por outro lado, al-Idrisi pode nunca ter estado em *Yabura*, uma vez que, conforme o próprio refere no prefácio da sua obra, para a escrever consultou um número considerável de tratados de Geografia árabe e é possível que a informação genérica que ele fornece sobre a cidade tenha sido retirada de algum ou alguns desses textos. A confirmação de esta hipótese não significa necessariamente que a realidade fosse, para além de mais complexa, muito diferente da enunciada por al-Idrisi.

⁵⁴ No período considerado, a Península muçulmana estaria dividida em cerca de vinte distritos, designadas por *iqlim*. Évora, juntamente com Alcácer do Sal, Badajoz, Jerez, Mérida, Alcântara e Coria, pertenciam ao *iqlim de Qasr*. MAZZOLI-GUINTARD, C. – *Villes d'al-Andalus*. [...], 1996, p. 239.

⁵⁵ VILAR, H., FERNANDES, H. – O Urbanismo de Évora no Período Medieval [...], 2007, pp. 8, 9; MAZZOLI-GUINTARD, C. – *Villes d'al-Andalus*. [...], 1996, pp. 43 e 44.

vizir, para comemorar a fundação da cidade, vem reforçar esta hipótese de ali estar localizada essa zona palatina⁵⁶.

As terras que circundavam a *madina* eram de “uma fertilidade singular” – produziam “trigo, gado e toda a espécie de frutos e legumes” – e o comércio próspero, tanto no que respeita à exportação como à importação⁵⁷. A recente descoberta arqueológica de materiais islâmicos na praça António Augusto Aguiar, na zona hoje ocupada por um parque de estacionamento subterrâneo, fronteiro ao Teatro Garcia de Resende, vem reforçar a informação veiculada por al-Idrisi em relação à abundância dos campos circunvizinhos da cidade, na medida em que apontam para a existência de arrabaldes ou quintinhas em redor do núcleo urbano⁵⁸. É muito possível que a comunidade cristã (existia certamente uma) estivesse alojada num desses arrabaldes, junto à porta de Moura. Situação distinta da dos bairros judeus que, quer nas cidades muçulmanas, quer nas cristãs, estavam situados junto dos centros, por razões económicas ou / e de protecção dos seus moradores⁵⁹.

O florescimento de *Yabura* fica evidente no dinamismo da sua economia (agricultura e comércio), na necessidade de levantar um sistema duplo de defesa (a muralha e o castelo) e no facto de *Sidray ibn Wazir*, um líder regional, a ter escolhido para capital de um pequeno Estado nascido da desagregação do poder da dinastia almorávida, em meados da década de sessenta do século XII⁶⁰. Estatuto que manteve durante pouco tempo. A instabilidade e o enfraquecimento do poder islâmico tornam-na bastante vulnerável e é facilmente conquistada pelo aventureiro cristão Geraldo Sem Pavor, em nome de D. Afonso Henriques de Portugal, no ano de 1165.

⁵⁶ A citada epígrafe reaproveitou, para seu suporte, a face traseira de uma outra duzentos anos mais antiga, que apesar de incompleta, permite perceber que evoca a reconstrução de Évora no século X, após o ataque de Ordonho II. BORGES, A. G. de M. – Duas inscrições árabes inéditas no Museu de Évora. IN *A Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal, 1984-1985, nº. 67-68, pp 21-31; TORRES, C., MACÍAS, S. – *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*. s.l.: Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp.222 e 223 [Catálogo da Exposição].

⁵⁷ IDRISI, A. – A. M., – *Description de l' Afrique et de l' Espagne*. Amsterdam: Oriental Press, 1969, p.219; MERCADAL, J. G. – *Viajes de Extranjeros por España y Portugal*. Madrid: Aguilar S.A. Ediciones, 1952, vol. I, p. 188; COELHO, A. B. – *Portugal na Espanha Árabe*. Lisboa: Editorial Caminho, 1972, vol. I, p. 69; PEREIRA, G. – *Estudos Eborenses. Os Mouros*. Évora: Minerva Eborensis, 1893, p.10.

⁵⁸ CORREIA, F. B. – *Évora islâmica* [...], 2003, p. 10.

⁵⁹ BORGES, A. M. M. – *Évora: da Reconquista ao Século XVI*. [...], 1988, pp.23 e 24.

⁶⁰ CORREIA, F. B. – *Évora islâmica* [...], 2003, p. 8.

Capítulo III

Da reconquista cristã ao alvor da modernidade (séc. XII-XIV).

Pouco conhecemos sobre Évora no período que se seguiu à sua conquista por Geraldo Sem Pavor. O foral concedido por D. Afonso Henriques logo em 1166, por não ser mais que um pequeno código de direito público produzido para regulamentar o sistema tributário do concelho para com a coroa e garantir a protecção dos habitantes, não comporta qualquer informação concreta sobre a área urbana ou a arquitectura eborenses.⁶¹ Sabemos apenas que a cidade conseguiu permanecer isolada sob o domínio cristão quando uma nova dinastia norte-africana, a dos Almóadas, recolocou, entre 1184 e 1191, os limites fronteiriços do território islâmico peninsular na linha do rio Tejo.⁶² A proximidade da frente islâmica e posterior envolvimento pelas forças almóadas explicará a construção ou reconstrução do castelo em 1176⁶³, que ocupava

⁶¹ BEIRANTE, M. A. – Évora no dealbar do Império. IN *Foral Manuelino de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001, p. 25.

⁶² Três anos antes da conquista de Évora, em 1162, os cristãos haviam chegado a Beja, cidade que acabam por abandonar pouco depois, embora não sem demolir os seus muros. CORREIA, F. B. – *Évora islâmica* [...], 2003, p. 9; MAZZOLI-GUINTARD, C. – *Villes d'al-Andalus*. [...], 1996, p.191.

⁶³ Aludimos aqui à possível reconstrução do castelo de Évora porque este aparece referido como *Alcazar Veteri*, designação que indica uma provável génese muçulmana. Por volta de 1176, os chamados freires de Évora instalam-se, sob o comando de Gonçalo Viegas de Lanhoso, no interior da cerca romana, no local que mais tarde viria a ser chamado de Freiria, assumindo deste modo um papel essencial na defesa e manutenção da cidade. Precisamente no ano de 1176, Afonso Henriques concedeu-lhes umas suas casas situadas em Évora, com o seu Alcácer velho. A designação por que ficaram conhecidos, freires de Évora, denota o estatuto militar e defensivo da cidade nestes primeiros anos pós conquista cristã. VILAR, H., FERNANDES, H.– *O Urbanismo de Évora no Período Medieval* [...], 2007, pp.10 e 11.

uma extensão que começaria na capela de São Miguel (nas traseiras da Sé)⁶⁴ passava pelos muros de suporte do palácio dos condes de Basto até à torre pentagonal do paço dos duques de Cadaval – cuja silhueta militar é perceptível pelo pátio central rodeado por corpos ameados, separados por torreões como se de uma fortaleza se tratasse –, inflectindo depois em direcção à torre quadrangular, incluindo ainda a chamada torre de Sertório. Desta última torre dirigia-se novamente até à capela de São Miguel⁶⁵. Esta localização do “castelo velho”, como aparece designado nas fontes do século XV, é confirmada pelo documento da sua doação, em 1446, pelo infante D. Pedro, regente do reino, a Martim Afonso de Melo: sítio

“(…) Teemos por bem e fazemoslhe mercê livre e pura irrevogável doaçam antre os vivos valedoira deste dia pêra todo sempre pêra elle e todos seus herdeiros e successores acedentes e descendentes do nosso castello velho da cidade d'Evora com suas torres, casas, pardieiros, quintaes e arvores assy como partem de uma parte com pomar e casas do dito Martim Affonso, e da outra parte com adro da See, e da outra parte com quintal de D. Diogo de Castro, e da outra parte com paaço do concelho da dita cidade, (...)”.⁶⁶

O “castelo velho” de Évora ficou destruído no conflito que opôs os partidários do mestre de Avis às forças leais a D. Beatriz, como atestam novamente as crónicas de D. João I escritas por Fernão Lopes e Duarte Nunes de Leão:

“O castello que era bem forte e afito, e que não fora tomado tão à pressa da guisa que o foi senão fóra pelo modo que tiveram em poer as mulheres e filhos em carros, como foi tomado, logo foi roubado de quanto hi acharam, e derribado por muitas partes, e posto fogo dentro em elle de guisa que queimadas as casas e quanto em elle havia, ficou devasso como pardieiro sem parte defensavel que em elle ouvesse”⁶⁷.

“E como o castello era mui forte de torres, e muro, e cerca de cava, e não se podia tomar sem grande difficuldade, usáraõ daquelle ardil entaõ costumado, para os fazerem em breve render; que foi porem as molheres, e

⁶⁴ Fundada pelos freires de Évora na zona da alcáçova pouco tempo passado da sua instalação em Évora. VILAR, H., FERNANDES, H. – O Urbanismo de Évora no Período Medieval [...], 2007, p. 12.

⁶⁵ BALESTEROS, MIRA, C., É. – As Muralhas de Évora. IN TAVARES, M. J. F [coord.]- *A Cidade. Jornadas inter e pluridisciplinares*. Lisboa: Universidade Aberta, 1993, vol. I, p. 233.

⁶⁶ PEREIRA, G. – *Documentos Históricos da Cidade de Évora*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998, p. 270.

⁶⁷ LOPES, F. – “Crónica de El-Rei D. João” [...], 1969, pp. 245, 246.

filhos dos que no castello estavaõ, amarrados em carros: e chegando ás portas do castello bradaram aos de cima que saíssem fora, senão que as mulheres e os filhos lhe queimariaõ ali á vista delles; e começaraõ de pôr fogo ás portas do castello com grande arruido, e alvoroço. O Alcaide mór, e os que com elle estavaõ, vendo aquelle furor do povo, se renderaõ á condição de os deixarem ir fora do castello, e da Cidade em salvo de sua honra. O castello foi logo entrado, roubado, e queimado, e devasso como hum pardieiro”⁶⁸.

A insularidade da Évora cristã num além Tejo controlado pelos Almóadas não lhe foi, contudo, prejudicial. Pelo contrário, tornou Évora num centro comercial de primeira importância, atraindo os cristãos e os muçulmanos que se dedicavam às transacções de fronteira, com os primeiros a utilizar o ouro dos despojos de guerra como pagamento das mercadorias andaluzas trazidas pelos segundos.⁶⁹

Com o restabelecimento da diocese de Évora ainda no reinado de D. Afonso Henriques⁷⁰, a primeira grande campanha arquitectónica desta primeira fase expansionista, e que certamente a impulsionou, foi a da Sé Catedral, fundada e sagrada em 1283, segundo a data inscrita numa lápide alusiva à sua consagração pelo bispo D. Durando, depositada na capela do Santíssimo, mas de provável fundação anterior. As obras prosseguiram no pontificado seguinte, com D. Fernando Martins, prolongando-se até ao século XVI, daí a confluência de estilos que o templo apresenta, embora com predominância clara do românico e do gótico. A igreja ficou concluída por volta de 1320 e o claustro tumular do bispo D. Pedro IV foi edificado de 1317 a 1340. Entre o final da centúria de 1300 e o início da seguinte construiu-se o nártex.⁷¹ Já do século XV deve datar a factura das imagens de S. Pedro e S. Paulo do apostolado do portal principal da Sé. Na centúria de XVI, o arquitecto Diogo de Torralva constrói o coro alto.

A Sé está situada no centro da primeira cintura da cidade, no alto de S. Bento, naquela que foi a sua área nobre desde o império romano, onde se

⁶⁸ LEÃO, D. N. de – “Cronica del Rey D. Joaõ o I” [...], 1975, p. 463.

⁶⁹ MATTOSO, J. – Dois séculos de vicissitudes políticas. IN MATTOSO, J. [coord.]- *História de Portugal. A Monarquia Feudal (1096-1480)*, s.l.: Círculo de Leitores, 1992, vol.II, 1992, 79.

⁷⁰ Até 1393, a diocese de Évora esteve dependente administrativamente de Santiago de Compostela. Nesse ano passou para Lisboa, a que se seguiu a sua integração no bispado de Évora.

⁷¹ BRANCO, M. – Sé de Évora. IN www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx, document em linha, consultado, 15/11/2006, 5.

localizava também o açougue (no antigo templo como vimos atrás), e o primitivo edifício dos Paços do Concelho, com casa própria de audiências, alpendre e castra (no lugar hoje ocupado pela Biblioteca Pública). Aqui permaneceu até 1517, ano em que foi transferido para a praça Grande (praça de Alconchel ou do Geraldo).⁷² Pela sua localização e dimensão, a Sé representou e continuará a representar o triunfo do cristianismo. Simbolismo que é indissociável do seu estatuto de referência urbana, destacando-se como a edificação mais elevada da cidade, seu primeiro núcleo seminal.

Fora dos muros ou concentrados numa determinada área intra-muros habitavam os grupos sócio-religiosos à margem do cristianismo dominante. De acordo com o padre Manuel Fialho, após a conquista da cidade pelos cristãos, os “sarracenos” que optaram por permanecer em Évora ficaram concentrados num arrabalde junto à porta de Moura, no bairro de Farrobo, onde antes, na ordem anterior, estiveram concentrados os cristãos. Esta localização suscita hoje muitas dúvidas, em virtude de sabermos que a situação da mouraria era outra no século XIV, posicionada entre as actuais ruas da Mouraria e do Menino Jesus, no arrabalde de S. Mamede⁷³. Obedeceria a um traçado geométrico e possuiria uma mesquita, o seu próprio açougue e albergaria⁷⁴.

A judiaria, embora devesse estar claramente delimitada, ocupava o mesmo espaço intra-muros dos cristãos, do lado ocidental da futura praça Grande, entre a rua do Raimundo e a rua Serpa Pinto. Tal como acontecia com a mouraria, apresentaria um urbanismo rectilinear, sendo as suas principais artérias a rua do Tinhoso e a rua Direita de Vila Nova. Os principais edifícios do bairro judeu eram, como habitualmente, as sinagogas, pois haveria mais que

⁷² BORGES, A. M. M. – *Évora: da Reconquista ao Século XVI*. [...], 1988, pp.30 e 31.

⁷³ Em documentos datados de 1363 e de 1366 designa-se o espaço como *Mouraria Nova*, o que denota a transferência do espaço habitacional dos muçulmanos da cidade. Transferência que, de resto, se terá verificado em função da ordenação de D. Pedro I, nas Cortes de Évora de 1361, ordenando a instituição de bairros próprios para mouros e judeus, nas áreas urbanas onde vivessem mais de dez famílias. BARROS, M. F. L. – *Tempos e Espaços de Mouros: A Minoria Muçulmana no Reino Português (Séculos XII a XV)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2007, p. 213.

⁷⁴ A localização das mourarias de Évora suscita ainda outras questões historiográficas que obrigariam a uma problematização extrínseca ao teor do presente trabalho. Em particular, relativamente à origem do topónimo Farrobo (da designação borgonhesa *Fauxbourg*), concernente à possível área em que os mouros passaram a morar depois da conquista cristã, ou à posição da mesquita na malha da cidade, se na precisamente denominada rua da Mesquita, onde está situada a igreja do Senhor Jesus da Pobreza. FIALHO, P. M. – *Évora Gloriosa*, Roma: 1728, 38; BORGES, A. M. M. – *Évora: da Reconquista ao Século XVI*. [...], 1988, pp. 35,36, 42.; BEIRANTE, M. A. R. – *Évora na Idade Média*. [...], 1995, pp. 46-47.

uma na judiaria de Évora: a grande, na travessa do Barão, e a velha, que era também a mais pequena e que incluiria um hospital, uma gafaria e a sua própria mancebia⁷⁵.

A partir do século XIII, com a expansão do território do reino de Portugal para Sul do Tejo, também Évora crescerá para fora da primeira cintura de muralhas, da urbe romana e islâmica, levando à formação de arrabaldes para além do da porta de Moura, onde estaria concentrada a população islâmica, como notámos no parágrafo anterior. Em 1286, quando o concelho da cidade reuniu com o rei D. Dinis no adro de Santo Antoninho, entre os presentes estavam os habitantes do “arravaldi da Porta dalconchell”, do “arravaldi de Sam Francisco”, do arravaldi da Porta de Moura” e do “arravaldi de Sam Mamede”⁷⁶. Na centúria seguinte, a capela gótica da albergaria do Corpo de Deus de Santo Antoninho, em cujo adro se tinha reunido o concelho da cidade no ano de 1286, é transformada em igreja paroquial, o que significa que servia uma comunidade suficientemente grande para criar uma nova paróquia⁷⁷.

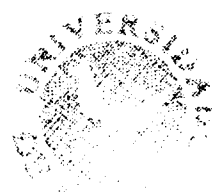
A partir daqui, a malha urbana de Évora ampliar-se-á até ao perímetro de cerca de 4 km definido pela cerca nova, levantada à volta do núcleo urbano entre, talvez, 1345 e 1353 ou 1353 e 1361⁷⁸, isto é no reinado de D. Afonso

⁷⁵ BEIRANTE, M. A. R. – *Évora na Idade Média*. [...], 1995, pp. 43 e 44.

⁷⁶ A primeira cintura de muralhas mantinha-se, no entanto, a zona urbana por excelência, como fica demonstrado pela criação de duas novas paróquias intra-muros ainda no século XIII, a de S. Pedro e a de S. Tiago; BORGES, A. M. M. – *Évora: da Reconquista ao Século XVI*. [...], 1988, pp.39-41; LOURO, P. H. da S. – *Freguesias e Capelas Curadas da Arquidiocese de Évora* (sécs. XII / XX). s.n: Évora: 1974, pp.42, 43.

⁷⁷ VILAR, H., FERNANDES, H. – *O Urbanismo de Évora no Período Medieval* [...], 2007, pp. 13-15.

⁷⁸ Um documento datado de 1374 refere a um caminho que percorreria, do lado de dentro, todo o muro novo, num total de 3 425 passos ou cerca de 4 km. O argumento que fundamenta a primeira hipótese de datação centra-se na necessidade de proteger a cidade durante a peste de 1348 através do encerramento e do controle dos seus acessos, uma das medidas mais eficazes contra as epidemias. A segunda cronologia baseia-se num documento de 1361 em que a Évora solicita ao rei D. Pedro I que os oleiros fossem obrigados a sair do centro da cidade e a instalarem-se nas novas olarias feitas pela Câmara fora da cerca nova (aparecem representadas na iluminura do foral de 1501), perto da porta de Alconchel. Assenta também nas informações que nos dão conta de demolições de troços da cerca velha durante o reinado de D. Fernando (1367-1383). Ora, sendo este reinado marcado por um conflito prolongado com Castela, a desmontagem de uma ampla parcela da muralha de uma das suas principais cidades, localizada entre a fronteira e Lisboa, só se justificava com a existência de uma segunda linha defensiva, necessariamente mais ampla. BORGES, A. M. M. – *Évora: da Reconquista ao Século XVI*. [...], 1988, pp. 112 e 113; BRANCO, M. J. C. – *Evolução do sítio do século XIII ao século XX*. IN *Monumentos (S. Francisco de Évora)*. Lisboa: DGEMN, 2002, Setembro, nº. 17, pp. 9-12.



IV⁷⁹, permanecendo estabilizado neste limite até à primeira década do século XX, como constataremos em capítulos seguintes. Durante esta fase de crescimento, segundo o rol dos tabeliães realizado entre 1287 e 1290, por ordem do rei D. Dinis, Évora ascende ao nível das cidades mais importantes do reino, como Lisboa, Santarém, Bragança e Guimarães. Em meados do século XIV, Évora é já a terceira maior cidade do país, depois de Lisboa e Coimbra e à frente, agora sim, de Santarém, Porto e Braga.⁸⁰ Os principais pólos dinamizadores desta evolução, verdadeiros elementos geradores e aceleradores de urbanização, foram as portas, os caminhos e as novas comunidades mendicantes que se vão estabelecer nas proximidades.

Vãos de acesso às áreas circundantes e povoações vizinhas, de fluxo de pessoas e mercadorias, as portas e os caminhos são elementos fulcrais para a economia das cidades, as quais, por isso mesmo, no contexto de um crescimento mais espontâneo e empírico, vão fomentado e agregando as novas construções. No período considerado, em Évora, destacam-se as portas da Selaria e de Moura, principalmente a primeira, no favorecimento de um crescimento para Norte, Ocidente e Sul.⁸¹ Da porta da Moura, por exemplo, nascerão as ruas da Mesquita, de Mendo Estevens e de Machede.⁸²

Dada a sua vocação para a vida urbana, as ordens mendicantes, ao estabelecerem conventos em espaços abertos nas circunvizinhanças de

⁷⁹ Ana Mira Borges propôs uma outra hipótese de datação para a cerca nova, que a faz recuar ao século XIII, nomeadamente ao reinado de D. Dinis. A corroborá-la, um documento desse reinado que se refere a “arravaldi da porta dalconchel”, sendo que a porta de Alconchel era um dos principais acessos da cerca nova. Reforça-a o facto do bairro dos judeus, próximo da futura porta de Alconchel, ser um dos pólos mais activos e dinamizadores do desenvolvimento urbano no século XIII, como vimos. A autora propõe ainda uma outra explicação para a citação enunciada, baseada numa sugestão fornecida por António Francisco Barata e tendo em conta a origem árabe do termo *alconchel*, de que Évora teria um circuito de muralhas do período islâmico, hoje desconhecido, mas que teriam sido aproveitadas, reparadas e talvez alargadas, pelos cristãos. BORGES, A. M. M. – *Évora: da Reconquista ao Século XVI*. [...], 1988, p. 109, 110, 114-118; BARATA, A. F. – *Évora Antiga*. Évora: 1909, p.80 e 81.

⁸⁰ Efectuado com vista a estabelecer um imposto geral sobre os tabeliães do reino, o rol dos tabeliães permitiu hierarquizar as principais localidades, aparecendo Évora em quinto lugar. Há que ter em conta, no entanto, que esse rol incluiu somente as terras subordinadas à jurisdição do rei, estatuto que não se aplicava, por exemplo, às cidades de Braga e Porto. Deve-se, por isso, relativizar este quinto lugar. BEIRANTE, M. A. R. – *Évora na Idade Média*. [...], 1995, p. 142; BORGES, A. M. M. – *Évora: da Reconquista ao Século XVI*. [...], 1988, p. 25; FONSECA, T. – *Absolutismo e Municipalismo. Évora 1750-1820*. Lisboa: Edições Colibri, 2002, p. 38; SOUSA, A. – Condicionamentos Básicos. 1325-1480. IN MATTOSO, J. [coord.] - *História de Portugal. A Monarquia Feudal (1096-1480)*, s.l.: Círculo de Leitores, 1992, vol II, p 350.

⁸¹ BORGES, A. M. M. – *Évora: da Reconquista ao Século XVI*. [...], 1988, p.36 e 37.

⁸² Temos outro exemplo na porta Nova, da qual saíram as ruas de Avis e da Lagoa. BORGES, A. M. M. – *Évora: da Reconquista ao Século XVI*. [...], 1988, p. 49-51.

idades, vão desencadear a formação de arrabaldes em seu torno que acabaram por se tornar, enquanto comunidades social e economicamente activas, em elementos de atracção do crescimento estimulado e condicionado por portas e caminhos. No caso de Évora, o primeiro dos conventos mendicantes a instalar-se foi o de S. Francisco, construído pouco antes de 1250,⁸³ ainda fora das muralhas, na zona Sudoeste da cidade. Seguiu-se o de S. Domingos, fundado em 1286, na extremidade oposta, a Noroeste, do convento franciscano⁸⁴.

Assim, entre os séculos XIII e XIV, a cidade expandiu-se a partir da judiaria, outra zona extremamente dinâmica, configurando a quadra da praça Grande (do Geraldo) e descendo pela futura rua do Raimundo⁸⁵ até se juntar ao arrabalde de S. Francisco, percurso que incluía as ruas das Estalagens (actual rua Romão Ramalho) e de Afonso Linhares (depois chamada rua do Mal Foro, actual Bernardo de Matos), bem como toda área junto à cerca nova, desde a porta do Raimundo ao convento de S. Francisco. Ou então pela rua Ancha (actual rua João de Deus) até à porta Nova, nas proximidades do convento de S. Domingos e do arrabalde de S. Mamede, referenciado na documentação coeva pela quantidade e qualidade das olarias ali estabelecidas (“olarias da Porta Nova”)⁸⁶.

Existiriam ainda outras artérias cuja presente localização desconhecemos devido à alteração dos topónimos: rua do Barracho, do Poço de Pêro Braga e do Alcácer. Outro dos espaços urbanizados em meados do século XIV foi o denominado *Chãos Domingueiros* ou *Foros dos Bacharéis*, do lado ocidental do convento de S. Francisco, entre a muralha e os muros da cerca, dos quais estava separado por uma via pública⁸⁷. A Sul, a horta conventual confinava com a várzea dos freires, da qual, por intercessão de D.

⁸³ Embora as crónicas monásticas indiquem o ano de 1224 para a sua fundação, esta data deve ser entendida como a do início da existência jurídica da nova comunidade de frades. Sabe-se somente que o primitivo edifício estaria já de pé por volta de 1250. SILVA, J. C. V. da – A reconstrução tardo-medieval da igreja. IN *Monumentos (S. Francisco de Évora)*. Lisboa: DGEMN, 2002, Setembro, nº. 17, p.14.

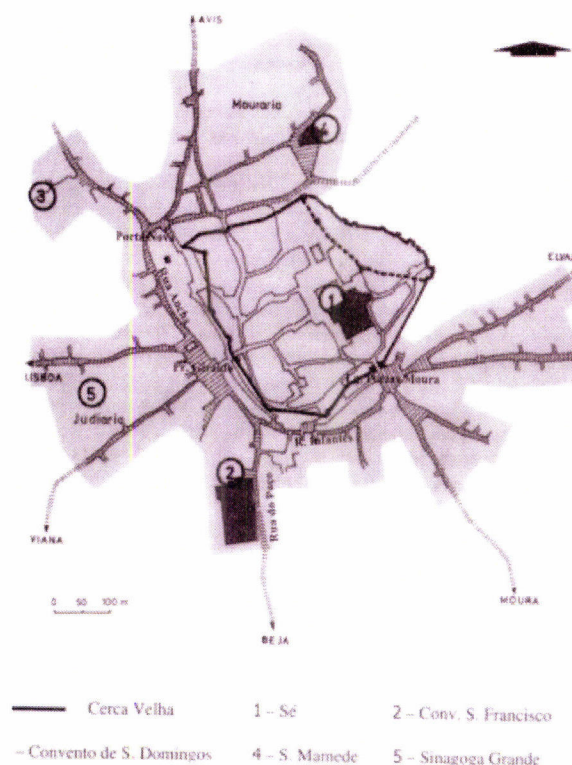
⁸⁴ BORGES, A. M. M. – *Évora: da Reconquista ao Século XVI*. [...], 1988, p.138 e 139.

⁸⁵ Outras das artérias fundamentais nascidas com a constituição da praça Grande foram as de Alconchel e dos Mercadores, depois do Paço. BORGES, A. M. M. – *Évora: da Reconquista ao Século XVI*. [...], 1988, p. 50.

⁸⁶ BORGES, A. M. M. – *Évora: da Reconquista ao Século XVI*. [...], 1988, p. 49 e 50.

⁸⁷ *Chãos Domingueiros* foi a designação mais vulgarizada e aquela que é ainda utilizada passadas duas centúrias. BORGES, A. M. M. – *Évora: da Reconquista ao Século XVI*. [...], 1988, p. 44-48.

Dinis em 1319, vai ser doada uma parcela ao concelho da cidade pela Ordem de Avis, sua proprietária, para nela se fazer um rossio para a venda de produtos como a hortaliça, o sal, o pescado, a fruta, e para a instalação do curral do concelho, referenciado num documento de 1382.⁸⁸



A Cidade no Século XV (SIMPLÍCIO, M. D. V. M. - "Évora: algumas etapas fundamentais na evolução da cidade até ao século XVI". *A Cidade de Évora*, 6, 2002-2006, p. 104).

⁸⁸ De raiz latina (*residus*), o termo Rossio está conotado com o conceito de baldio, terreno não cultivado ou comunal. Com o surto comercial do final da Idade Média, o Rossio passou a desempenhar um papel na vida económica das comunidades, tornando-se num espaço vocacionado para as transacções comerciais, nomeadamente para as feiras, eventos que, ao contrário dos mercados, estavam ligadas à própria existência económica das povoações, pois eram realizadas para compensar as faltas e distribuir os excessos de uma região, pondo o comércio local em contacto com todo o reino. Até ao século XIV, tanto os mercados como as feiras eram realizados intra-muros. A partir dessa altura, as feiras tendem a passar para os arrabaldes, para os rossios, tornando-os num pólo de vital importância para as cidades, na medida que liga o centro urbano com o mundo rural. Situado fora dos muros, o rossio de Évora, embora periférico, comunicava directamente com a praça Grande através da rua dos Mercadores (actual rua do Paço). Outras zonas de comércio eram, para além dos açougues no antigo templo romano, o terreiro do Trigo na porta Nova (para os cereais), a praça da porta de Alconchel para fruta e as padeiras na praça Grande, junto ao pelourinho – as duas últimas segundo as posturas antigas da Câmara de Évora) BORGES, A. M. M. – *Évora: da Reconquista ao Século XVI*. [...], 1988, p. 70, 119-122; BRANCO, M. J. C. – *Renascimento, Maneirismo e Estilo Chão em Évora* [...], 1998, p. 13.

BEIRANTE, M. A. – Espaços públicos nas cidades portuguesas medievais: Santarém e Évora. IN TAVARES, M. J. F. – *A Cidade. Jornadas inter e pluridisciplinares*. Lisboa: Universidade Aberta, 1993, vol. II, p. 70.

A partir da constituição da praça Grande, Évora vai desenvolver uma expansão pluridireccional de estrutura radial e torna-se, simultaneamente, policêntrica. Para além do núcleo seminal do alto de S. Bento, podemos encontrar uma nova centralidade na própria praça e outra no largo da porta de Moura, às quais se vão juntar, na transição do século XV para o século XVI, os largos das portas de Avis e Alconchel e a área do convento e paço de S. Francisco.⁸⁹ As direcções que o crescimento da cidade então tomou fizeram com que os conventos franciscano e dominicano - com as respectivas cercas, hortas e alguns ferragiais -, apesar de estarem situados em áreas não plenamente urbanizadas, onde subsistiam ainda muitos campos de cultivo, fiquem dentro da muralha nova aquando da sua construção.⁹⁰ O interior desta era acessível através de doze portas (Alconchel, Raimundo, Rossio, Mesquita, Rampa, Mendo Estevens, Machede, Nova da Traição, Moinho de Vento, Avis e da Lagoa), demonstrativas da importância atingida pela cidade no século XIV e da complexidade da sua rede viária, que não teria certamente a ver com as antigas vias romanas, mas com o pluri-centrismo da sua estrutura urbana.

A importância destas doze portas era muito variável, dependendo muito da rua a que estavam ligadas ou dos condicionalismos da conjuntura do momento. A porta de Alconchel era a que dava acesso à saída para Lisboa, o que a tornava importante, mas não uma porta real. De resto, personagens e acontecimentos diferentes escolheram, ao longo da história da cidade, portas distintas. Em 1490, o príncipe herdeiro D. Afonso e a sua noiva a Princesa D. Isabel, filha dos Reis Católicos, entraram em Évora para as festas do seu casamento, pela porta de Avis. Pela porta da Lagoa entraram a embaixada enviada pelo Papa Pio V a D. Sebastião em 1571 e Filipe III de Espanha em 1619⁹¹.

⁸⁹ BEIRANTE, M. A. – Espaços públicos nas cidades portuguesas medievais [...], 1993, p. 9 e 10; BRANCO, M. J. C. – Renascimento, Maneirismo e Estilo Chão em Évora [...], 1998, p. 9 e 10.

⁹⁰ Para além das cercas dos dois conventos mendicantes, a cerca nova circunscreveu, no seu interior, outros campos de cultivo com alguma dimensão, os quais perduraram até finais do século XV. A sua existência foi identificada na zona da Palmeira, entre as portas do Raimundo e Alconchel, em Cogulos (entre a cerca e curral de S. Domingos e a porta da Lagoa), nas Alcaçarias (abaixo de S. Mamede) e confinante à cerca do convento de Santa Catarina (a Horta dos Melos). BRANCO, M. J. C. – Renascimento, Maneirismo e Estilo Chão em Évora [...], 1998, p. 11.

⁹¹ BORGES, A. M. M. – *Évora: da Reconquista ao Século XVI*. [...], 1988, p.114-118.

Capítulo IV

Os Séculos XV e XVI. A Idade de Ouro.

A partir do século XV, Évora cresce de importância a ponto de se destacar das demais cidades portuguesas, com uma única excepção, a de Lisboa. Para essa ascensão contribuíram quatro ordens de factores. Em primeiro lugar, também em Évora se sentiram os efeitos do crescimento generalizado da população portuguesa no dealbar da centúria de 1400. Depois, temos a sua situação geográfica, no centro de uma vasta planície a Sul do Tejo que a tornou num ponto de passagem obrigatório do caminho para Castela, logo para a Europa. Segue-se a sua capacidade agrícola, em que se destaca a produção de trigo, com o qual abastece Lisboa. Finalmente, o prestígio político adquirido quando do apoio dos Eborenses, e do Sul do reino em geral, à causa do futuro D. João I. Acresce ainda o facto de ser uma boa região de caça, actividade com que reis e senhores se ocupavam.⁹² Daí ir merecer a preferência dos monarcas da dinastia de Avis, de D. Afonso V a D. João III, que aqui vão estacionar, com as respectivas cortes, que eram itinerantes, durante prolongadas temporadas, em alternativa a Lisboa ou a Santarém⁹³.

Retomemos o crescimento populacional para sublinhar que este não só foi um dos factores que impulsionou o desenvolvimento de Évora, mas também

⁹² MAGALHÃES, J. R. – O enquadramento do espaço nacional. A construção da capital. IN MATTOSO, J. [dir.]; MAGALHÃES, J. R. [coord.] - *História de Portugal. No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. s.l.: Círculo de Leitores, 1993, vol. III, p. 52, 53.

⁹³ SILVA, J. C. V. da, – *O Tardo-gótico em Portugal. A Arquitectura no Alentejo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989, p. 29, 31.

uma sua consequência, na medida em que teve duas causas directas, o citado aumento demográfico verificado em Portugal na época considerada e a permanência de reis e da corte na cidade, que trouxe novos residentes, atraindo muitos outros com as oportunidades de cargos, negócios e trabalhos fomentadas pela sua presença. Só o séquito do rei, composto por membros da alta nobreza e da burocracia estatal, com as respectivas famílias e criadagem, somaria milhares de pessoas⁹⁴. As necessidades consumistas desta população flutuante fazem de Évora um bom mercado de serviços e produtos. Para o satisfazer, reis e concelho fixaram em Évora, através da concessão de cartas de privilégio e tenças, profissionais das mais variadas proveniências e artes: mestres de cantaria e de carpintaria, tecedores, jubeteiros, luveiros e borzeigueiros, carreiros, seleiros, correeiros, estalajadeiros, armeiros e espingardeiros.⁹⁵

Consequentemente, se Évora era a terceira maior cidade do reino por volta do século XIV, em 1475, com cerca de 2 000 fogos (10 000 habitantes)⁹⁶, subia ao segundo lugar, a par do Porto. Vinte anos mais tarde, a acreditar no testemunho de Garcia de Resende, o número de moradas de Évora teria ascendido às 4 500 (20 250 habitantes). Também a divisão administrativa da cidade passou de três para cinco freguesias: Sé, S. Antão, S. Pedro, S. Mamede e Santiago. Na centúria seguinte, entre 1527 e 1532, o levantamento sistemático ordenado por D. João III aos corregedores de todas as comarcas registou uma descida bastante expressiva para os 2813 de fogos (12 658 habitantes).⁹⁷

⁹⁴ Com o pessoal da corte e aqueles que recebiam moradias e ficavam ligados ao rei chegaram às 4937 pessoas no tempo de D. João III. MAGALHÃES, J. R. – O enquadramento do espaço nacional [...], 1993, p., 55.

⁹⁵ Afonso V, por exemplo, concedeu, em 1442, cartas de privilégio e contratos a 103 judeus eborenses. M. A. BEIRANTE – Évora no dealbar do Império [...], 2001, pp. 22, 23.

⁹⁶ O cálculo do número de habitantes através da contabilização das suas moradas seguiu o critério fixado por Vitorino Magalhães Godinho, que estimou uma média de 4,5 habitantes para cada fogo. Note-se que a população das grandes urbes europeias coevas estava entre os 10 000 e os 50 000 habitantes. Em Portugal, apenas Lisboa lhes era comparável. BEIRANTE, M. A. R. – *Évora na Idade Média*. [...], 1995, 169; FONSECA, T. – *Absolutismo e Municipalismo* [...], 2002, p. 55;

GODINHO, V. M. – *A estrutura na antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1971, p. 30.

⁹⁷ Número que fazia de Évora, em termos populacionais, à data, a terceira maior cidade do país, logo a seguir ao Porto, com cerca de 15 000 habitantes. Mesmo assim, ambas as cidades estavam bastante distantes de Lisboa, que ocupava um distante primeiro lugar com as suas 55 943 almas. FONSECA, T. – *Absolutismo e Municipalismo* [...], 1992, pp. 54 e 55.

Embora a credibilidade do número de fogos apontado por Garcia de Resende para o ano de 1495 nos suscite algumas dúvidas, nomeadamente em relação à excessiva amplitude da sua inflação desde 1475, mais que duplicou em vinte anos, estes terão diminuído de facto até 1527, por motivo da grande peste de 1509, que teve repercussões profundas em Évora e no seu termo, e da saída da cidade de muitos membros da nobreza, atrás da sombra de seu rei, D. Manuel I, que preferiu permanecer mais tempo em Lisboa, cidade de vocação marítima, do que no interior alentejano. Mesmo nestas condições, Évora estava entre as grandes cidades medievais, que teriam entre 10 000 a 50 000 habitantes, e as cidades europeias médias do século XVI, balizadas nos 5 000 e 20 000 moradores.⁹⁸ A frequência com que se realizaram cortes em Évora durante o século XV é bem demonstrativa desse estatuto.

Se entre 1282 e 1390, as cortes reuniram-se apenas por três vezes nesta cidade (1282, 1335 e 1390, com capítulos especiais, ou seja com decisões relativas especificamente a Évora, nas cortes de 1361 e 1391), de 1408 a 1490, Évora foi sede de oito cortes (1408, 1436, 1442, 1447, 1460-61, 1475, 1481 e 1490, com capítulos especiais nas cortes de 1448 e 1468).⁹⁹ Projecção política que permitiu a Évora, em 1535, conquistar o segundo lugar nos assentos da primeira bancada das cortes.¹⁰⁰ Por isso, embora o Porto a suplantasse em número de fogos, com 3006, Évora era a segunda cidade do reino em “dignidade e principal nos feitos”.¹⁰¹ Demonstra-o o número de conventos que foram sendo construídos intramuros na transição do século XV para o século XVI.

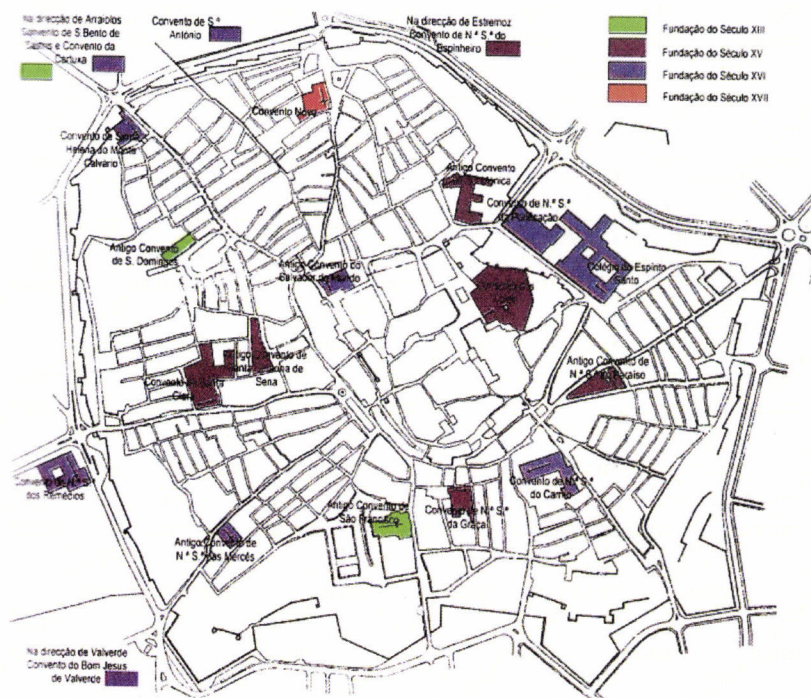
⁹⁸ BORGES, A. M. M. – *Évora: da Reconquista ao Século XVI*. [...], 1988, p. 26-28; ARROTEIA, J. C. – *A evolução demográfica portuguesa. Reflexos e perspectivas*. Lisboa: 1985, 12 e 13; MARQUES, A. H. de O. – Portugal na crise dos séculos XIV e XV. IN SERRÃO J. (dir.); MARQUES, A. H. de O [dir]. Lisboa - *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1987, vol. IV, 17 (mapa 1); RESENDE, G. de – *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Lisboa: 1973, p.271; GODINHO, V. M. – *A estrutura na antiga sociedade portuguesa* [...], 1971, p. 38

⁹⁹ Na centúria de Quatrocentos, as cortes realizaram-se em Lisboa por dezassete vezes e em Santarém, tal como em Évora, por oito vezes. MARQUES, A. H. de O., GONÇALVES, ANDRADE, A. A. – *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, pp. 83-85.

¹⁰⁰ Desde meados do século XV que Évora e Porto reivindicavam uma subida na hierarquia do banco das cortes, estabelecida em 1402: Lisboa, Coimbra, Évora, Santarém e Porto. Esta foi alterada apenas na terceira década de quinhentos, com a seguinte ordenação: Lisboa, Évora, Porto, Coimbra e Santarém. FONSECA, T. – *Absolutismo e Municipalismo* [...], 1992, p. 60.

¹⁰¹ BEIRANTE, M. A. R. – *Évora na Idade Média*. [...], 1995, pp. 185, 743; M. A. BEIRANTE – *Évora no dealbar do Império* [...], 2001, p.22.

No período considerado foram fundados os conventos de Santa Mónica, Nossa Senhora do Paraíso, Santa Clara, S. João Evangelista dos Lóios (finalizado em 1491) e Santa Marta.¹⁰² Santa Mónica estava submetido à regra de S. Agostinho desde 1421, situando-se perto da igreja de S. Mamede e da mouraria. Nossa Senhora do Paraíso pertencia à ordem de S. Domingos e estava nas proximidades da porta de Moura. Santa Clara que era, evidentemente, das freiras clarissas, foi fundado em meados do século XV, entre as ruas de, precisamente, Santa Clara e Alconchel. O convento dos Lóios data de finais do século XV e a sua existência deve-se a D. Rodrigo de Melo, que propôs a edificação de uma casa religiosa anexa ao seu palácio, futuro paço Cadaval, à congregação dos Cónegos Azuis ou de S. João Evangelista, cuja igreja seria, simultaneamente, o panteão da sua família. Santa Marta, antecessor do convento de Santa Catarina de Sena, foi fundado também no final do século XV, pertencia à mendicante ordem dominicana e estava situado frente ao desaparecido convento de S. Domingos.



¹⁰² De notar que Santa Mónica, Nossa Senhora do Paraíso e Santa Marta tiveram origem em beatérios, casas onde mulheres, motivadas pela sua religiosidade, viviam como freiras sem, contudo, pertencerem a qualquer ordem religiosa. BORGES, A. M. M. – *Évora: da Reconquista ao Século XVI*, [...], 1988, p. 135, 136, 140, 141.

A importância de Évora nesta sua Idade de Ouro também pode ser medida pelo número e qualidade das personalidades que por aqui vão passar ou residir: Gil Vicente, Bernardim Ribeiro, Luís de Camões, André e Garcia de Resende, Aires Barbosa, Nicolau Clenardo, Rui de Pina, João de Barros, Diogo de Arruda, Francisco Henriques, Vasco da Gama, etc. Era também visitada frequentemente por diplomatas estrangeiros, como os embaixadores da senhoria de Veneza em 1486 ou, vindo de Sevilha, o médico e cosmógrafo alemão Jerónimo Münzer, emissário do imperador Maximiliano I. Em conformidade com essa importância, Évora foi elevada a arcebispado em 1540. A vista da cidade que acompanha o foral manuelino de Évora, de 1501¹⁰³, em que é representada uma urbe claramente definida, monumental e plena de actividade, consolidada por um passado de recuada antiguidade – perceptível através da representação do templo romano e da inscrição “Ebura Colonia Romana” – dinamizada por um presente cheio de vitalidade – patente na figuração da campanha de obras de S. Francisco e das actividades agrícolas que se desenrolam à volta da muralha -, sugere, efectivamente, que estamos diante de um dos centros político, económico e cultural do reino.



Foral de Évora de 1501 (*Foral Manuelino de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001).

¹⁰³ O exemplar do foral de Évora que chegou até ao presente faz parte de um conjunto de três cópias mandadas fazer por D. Manuel logo em 1501. A vista de Évora encontra-se no segundo fólio e está desenhada à pena sobre pergaminho, numa tinta de cor sépia.

De autoria desconhecida, embora a firmeza e a precisão do traço, aliados a uma típica preocupação pelos pormenores sem perder a visão de conjunto, faça lembrar Duarte de Armas, como nota Teresa Botelho Serra¹⁰⁴, a iluminura do foral dá um expressivo destaque aos edifícios que melhor simbolizavam os valores em que assentava o prestígio atingido por Évora. Deste modo, a Sé, o edifício que o autor mais detalhadamente debuxou, com as suas torres pontiagudas e a bandeira hasteada, coroa a povoação como um emblema, um marco norteador da paisagem. Abaixo, do lado esquerdo, o templo romano com o aspecto de torre e, num nível inferior, provavelmente a igreja de S. Mamede. Descendo ainda mais, à direita, estão a igreja de S. Francisco, ainda em obras – com a grua e os minúsculos operários na cobertura –, e o paço real, onde o estandarte do rei (branco e carmesim, com a esfera armilar) anuncia a sua presença. No extremo oposto, a casa dos dominicanos salienta-se do aglomerado do casario. Imediatamente sob S. Francisco e junto à muralha, na área da judiaria, pensa-se que o edifício de telhado azul possa corresponder à ermida de Nossa Senhora da Orada. No coração do agregado urbano, na posição da praça Grande, podemos visualizar a igreja de S. Antoninho e umas construções que corresponderão à pousada real dos Estaus. Abraçando a cidade temos a muralha, a cerca nova com os seus dois recintos, o de fora mais baixo, com a sua barbacã, e o de dentro mais alto, para defesa do casario. As duas portas visíveis são a de Alconchel, já com uma das suas duas torres,¹⁰⁵ e a do Raimundo (actualmente desaparecida). Extramuros, para além dos caminhos que desembocam nas portas da cidade, das manchas de árvores e dos campos verdes, com o seu

¹⁰⁴ Duarte de Armas era escudeiro da casa de D. Manuel I e primoroso debuxador, talento que lhe valeu ser encarregado pelo rei de vistoriar as fortalezas que defendiam a nossa raia, com o propósito de verificar o seu estado de conservação. Ao executar a tarefa, Duarte de Armas produziu, no ano de 1509, várias perspectivas de 55 fortalezas fronteiriças, compondo 2 volumes ou álbuns, um em folha de papel de linho, com desenhos à pena, e outro, de maior qualidade e precisão, em pergaminho. O debuxador incluiu ainda três vistas da vila de Sintra e uma da de Barcelos. As representações das perspectivas das estruturas militares incluem as respectivas povoações, com pormenores, verdadeiramente notáveis, da paisagem e da topografia destas. Ver T. B., SERRA – O Foral Manuelino de Évora e as suas Iluminuras. IN *Foral Manuelino de Évora*. Évora: Câmara Municipal; Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001, pp.72, 73.

¹⁰⁵ Nos séculos XV e XVI, esta porta teria um arco que entretanto se perdeu e era protegida por duas torres, sendo a da face sul maior e conhecida por Torre de Homenagem.

¹⁰⁵ BORGES, A. M. M. – *Évora: da Reconquista ao Século XVI*. [...], 1988, p. 112.

quotidiano agrícola (gado a beber e homem a tanger um animal), encontramos representados a ermida de S. Sebastião e o chafariz das Bravas.¹⁰⁶ A assiduidade das presenças reais e cortesãs havia, de facto beneficiado largamente, a cidade.

Logo no reinado de D. João I, o aumento da população eborense levou à subida dos aforamentos das casas e à necessidade de dividir algumas moradas em duas. O agravamento dos arrendamentos no início do século XV obrigou a comunidade judaica a pedir autorização a D. João I para ampliar o espaço da judiaria. Da outorga da autorização resultou a expansão da judiaria pelas travessas que findam a rua de Alconchel e pela rua dos Mercadores até à do Raimundo, ou seja para Sul, dinamizando uma nova zona urbana que se opunha à mais antiga, recebendo a denominação genérica de Vila Nova. Sintomaticamente, em 1408, a rua dos Mercadores foi rebaptizada com o nome de rua Direita de Vila Nova.¹⁰⁷

D. Duarte, porque esteve em Évora por diversas temporadas durante o seu reinado, passando aqui parte dos seus Invernos,¹⁰⁸ ordenou a criação de uma coutada régia de lebres e perdizes num raio de duas léguas em redor da cidade. Imprimiu ainda algumas melhorias na arquitectura local, como o fomento da construção de casas levantadas sobre arcos, tipicamente urbanas, e mandando levantar na praça Grande a cadeia e o Palácio dos Estaus¹⁰⁹, cujo

¹⁰⁶ Para representar a cidade, o autor deve ter-se posicionado num local a que chamam o Alto dos Cucos, muito perto dos Moinhos de S. Bento; destas colinas, situadas a poente da cidade, obtém-se uma boa perspectiva do conjunto. Esta representação de Évora testemunha uma mutação que se produziu nas mentalidades a partir do século XV: das imagens que anteriormente representavam de forma emblemática a cidade por uma muralha, uma torre, uma porta e edificações amontoadas, evoluiu-se para uma representação mais pormenorizada, amplificada, explicitada. Passou-se da imagem ideal de cidade, que reportava para a Jerusalém Celeste, para a cidade particular ou particularizada. SERRA, T. B., – O Foral Manuelino de Évora [...], 2001, 73-76.

¹⁰⁷ BORGES, A. M. M. – *Évora: da Reconquista ao Século XVI*. [...], 1988, p.51-53.

¹⁰⁸ O humanista italiano Cataldo Áquilo Sículo, que frequentou a corte portuguesa nos finais do século XV, estabeleceu uma espécie de calendário para as estadias régias em que recomenda Lisboa e Sintra para os meses de Verão (Junho a Setembro), Évora para os de Inverno (Outubro a Fevereiro) e Santarém para a Primavera (Março e Maio). RAMALHO, A. C. – Algumas figuras de Évora no Renascimento. IN *A Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal, 1982-1983, nº. 65-66, pp 5-20.

¹⁰⁹ O Palácio dos Estaus ficou no lado ocidental da praça Grande, entre a então existente carreira dos Touros e a rua das Estalagens (actual rua Romão Ramalho), assim denominada devido ao grande número de estalagens que nela se instalaram ao longo do século XV, vocacionadas para dar pousada a caminheiros e viajantes, assim como abrigo a cavalgaduras, o que é sintomático da quantidade de pessoas que circulavam em Évora naquela época. BORGES, A. M. M. – *Évora: da Reconquista ao Século XVI*. [...], 1988, 72, 73.

rés-do-chão foi ocupado pelos novos açougues,¹¹⁰. A edificação dos Estaus, os novos paços reais, reaproveitou pedra e cantaria de antigas torres, pertencentes presumivelmente à primeira cintura de muralhas da cidade e demolidas já com esse propósito por ordem do rei D. Duarte – o documento da doação de uma torre próxima ao “castelo velho” a Nuno Martins da Silveira, por D. Afonso V em 1450, assim o indica:

“Sabede que Nuno Martins da Silveira, Rico homem do nosso conselho e escriptvã da nossa puridade nos fez recontamento como huma torre que está acerca de suas casas que tem em a dita cidade, as quaes foram fundadas onde chamam o castello velho, e que a dita torre se mostra segundo sua feiçom se servir pêra o dito castello e do castello pêra ella, pela qual razão era avida por sua, e elrei meu Senhor e padre, cuja alma Deos aja, lhe deu uma carta per que mandava que lha nom derribassem quando elle mandou derribar outras torres pera pedra e cantaria dellas se fazerem os nossos paços que estam em a praça da dita cidade, (...)”.¹¹¹

Coube a D. Afonso V iniciar a construção da casa da Câmara de Évora no topo sul da praça Grande, riscada pelo arquitecto Álvaro Anes, mas também com a colaboração, “tanto no formal, quanto no matherial”, do vereador João Mendes Cicioso – assim o refere uma *Promemoria das Cazas da Camara de Evora*.¹¹² A obra revelou-se demorada e prolongou-se pelos dois reinados seguintes.

Com D. João II, de acordo com um alvará de 21 de Fevereiro de 1481, inicia-se a varanda. A 22 de Julho de 1513, face à pobreza do concelho, D. Manuel vê-se obrigado a impor um imposto de 30 reis aos cidadãos de Évora para pagar as despesas tidas com o edifício da Câmara, em virtude da sua dimensão e regularidade ter obrigado à aquisição, para derribamento, de uma série de imóveis vizinhos. A Câmara foi inaugurada em 1517.¹¹³

Em 1461, por seu “serviço, bem, honra e proveito comum” da cidade e para que esta ficasse “mais nobre e limpa”, ordenou o calcetamento das ruas da Selaria e dos Mercadores, medida que pretendeu dignificar as principais

¹¹⁰ BORGES, A. M. M. – *Évora: da Reconquista ao Século XVI*. [...], 1988, pp. 55, 56, 68-70.

¹¹¹ PEREIRA, G. – *Estudos Eborenses* [...], 1974, 286.

¹¹² BPE – Fundo Manizola, Cód. 75, nº. 16. Documento levantado e transcrito (por Tânia Morais Rico) no âmbito do projecto “Documentação Artística de Évora dos séc. XVI-XVIII” do CHA, coordenado por José Alberto Gomes Machado e Joaquim Caetano.

¹¹³ ESPANCA, T. – *Evolução dos Paços do Concelho de Évora*. IN *Cadernos de História e Arte Eborense*. Évora: Edições Nazareth, 1947 (IV), pp.19-20;
M. J. C. BRANCO – *Evolução do sítio do século XIII ao século XX* [...], 2002, pp.13, 14.

artérias da cidade¹¹⁴, aquelas que faziam parte dos percursos reais.¹¹⁵ Dois anos depois, o mesmo rei determina a entrega dos Estaus à Câmara da cidade em 1463, para aí estabelecer as “aposentadorias” dos cortesãos que, por alguma razão, visitassem a cidade, transformando este palácio em pousada real.

No reinado de D. João II assiste-se a uma cada vez maior permanência da corte em Évora. Aqui ocorrem as primeiras cortes deste monarca (em 1481), a decapitação do seu maior inimigo, o duque de Bragança (em 1483), e a celebração do casamento de seu filho, o príncipe D. Afonso, com a filha dos reis católicos, a princesa D. Isabel (em Novembro de 1490).¹¹⁶ Das obras arquitectónicas mais notáveis deste reinado foi a ermida de S. Brás, erigida no Rossio. Fundada entre 1480 e 1483, estava já ao culto, em 1490, de acordo com o testemunho de Jerónimo Münzer¹¹⁷. O rei D. João II foi ainda o primeiro monarca a ponderar a condução da água da Fonte da Prata para a cidade, pois, até aí, os Eborenses abasteciam-se em chafarizes e poços particulares nos quintais das casas. Este monarca chegou a comprar e a mandar abobadar as nascentes da Fonte da Prata. Pretendeu, ao fazê-lo, responder a uma população que crescia substancialmente com a cada vez mais frequente presença do rei, atingindo na altura um pico demográfico que, de acordo com a *Crónica de D. João II* de Garcia de Resende, não mais se repetiu:

“Esteve El Rey com sua Corte ate o mes de Iulho de mil e quatrocentos e nouenta e cinco em Euora, onde muyto folgaua, e mandaua muyto nobreecer os paços, e a cidade, em que auia então quatro mil e quinhentos moradores, em que entrauão muytos fidalgos honrados, e dos principaes do Reyno, auia na Cidade trezentos a caualllo, e de então pera ca foy sempre mingoando, e tinha ja el Rey ordenado de fazer vir a ella agoa da

¹¹⁴ Esta determinação não significa que não tenham ocorrido trabalhos de calcetamento anteriores a 1461, pois a própria ordem de D. Afonso V refere expressamente que se procedesse “segundo se fez em outras calçadas e há costume dessa cidade”. A sua frequência e extensão é que teriam sido, até aí, exíguas e dispersas. PEREIRA, G. – *Documentos Históricos da Cidade de Évora* [...], p 84.

¹¹⁵ A mulher de D. Afonso V, a rainha D. Isabel, morreu precisamente nesta cidade em 1455. No mesmo ano, Évora recebeu festivamente a rainha de Castela e irmã do seu rei, D. Joana. M. A. BEIRANTE – *Évora no dealbar do Império* [...], 2001, p. 15, 16.

¹¹⁶ Para as festas deste património, a cidade foi ornamentada com diversas construções efémeras, como arcos do triunfo e uma fortaleza de madeira levantada na praça Grande para a realização das justas reais. M. A. BEIRANTE (1995), *op. cit.*, 91; M. A. BEIRANTE (2001), *op. cit.*, 16 e 17.

¹¹⁷ ESPANCA, T. – *Évora*. Lisboa: Editorial Presença, 1996, 102, 103; MERCADAL, J. G. – Jerónimo Münzer – *Relato de la Viaje*. IN *Viajes de Extranjeros por España y Portugal*. Madrid. Aguilar: S. A. De Ediciones, 1952, p. 376.

fonte da prata, onde ja tinha muytas fontes compradas, e feytas de aboboda, e concertadas, e medida a agoa que á cidade podia vir que era muyta, [...]”¹¹⁸.

Quanto a D. Manuel I, apesar de ter preferido Lisboa a Évora, não deixou também de estacionar na cidade alentejana e de introduzir aí algumas melhorias. Das obras mais emblemáticas desse período manuelino terá sido o Castelo Novo, projectado pelo arquitecto Diogo de Arruda e erguido de 1518 a 1525¹¹⁹. A corte, contudo, nunca chegou a ocupá-lo, mesmo durante o reinado de D. João III, o monarca que mais tempo permaneceu em Évora¹²⁰. Acabou por ser transformado em Celeiro Comum no tempo de D. Sebastião, recebendo, por isso, obras de adaptação e manutenção nos anos de 1577-1579, 1580-1582 e 1639-1648¹²¹. Embora hoje pouco reste deste monumento, suplantado que foi pelo Quartel dos Dragões no século XVIII, o largo cordão torso de granito que ainda subsiste no embasamento da face sul deste edifício setecentista indicia a presença de alguns paralelismos com a torre de Belém, em Lisboa, riscada pelo irmão de Diogo de Arruda, Francisco de Arruda. D. Manuel ainda fez com que se canalizasse a água do poço da Selaria para o laranjal do paço, que se efectuassem obras no chafariz da praça Grande, nas cadeias, nos caminhos e nas calçadas.¹²²

Outra das medidas de D. Manuel a ter consequências, ainda que indirectamente, na organização do espaço da cidade foi o édito de expulsão dos judeus e dos mouros do reino de Dezembro de 1496. Com a sua

¹¹⁸ RESENDE, G. de – *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, 271. Texto terminado em 1533.

¹¹⁹ A sua feitura obrigou, em 1520, ao derrube de um grupo casas que foram compradas para esse fim a um João Moreno e de umas estrebarias. Relativamente a estas últimas, D. Manuel garantiu a sua substituição adquirindo duas casas a “Pedre Annas Peguas” e ao seu genro “Estevam Fernandes”. *Publica forma do documento a respeito do Padrão de mil quatrocentos e cinco reis, que ElRey Nosso Senhor paga cada anno nesta Cidade ao Cabido*. Arquivo do Cabido da Sé de Évora, Pasta 18, Assuntos das freguesias e vigarias da Diocese de Évora com o Cabido, doc. 1. Documento levantado e transcrito (por Ana Rita Costa) no âmbito do projecto “Documentação Artística de Évora dos séc. XVI-XVIII” do CHA, coordenado por José Alberto Gomes Machado e Joaquim Caetano.

¹²⁰ No *Tombo das Demarcações do Concelho* de 1536, Manuel Branco encontrou o registo de um chão municipal aforado a um D. Garcia de Meneses, localizado entre as suas casas, à porta da Mesquita, e o “Castelo da obra nova”, que aquele nobre era obrigado a “alargar” (largar, deixar, libertar) por ser necessário “o dito chão pêra” [a] “obra que estaa começada” [a] “fazer que he da coroa do Regno”. Segundo Manuel Branco, este documento comprova o abandono por D. João III da obra iniciada por seu pai. BRANCO, M. J. C. – *Renascimento, Maneirismo e Estilo Chão em Évora [...]*, 1998, p.13.

¹²¹ BRANCO, M. J. C. – *Renascimento, Maneirismo e Estilo Chão em Évora [...]*, 1998, 227.

¹²² M. A. BEIRANTE – *Évora no dealbar do Império [...]*, 2001, pp.18-21.

execução, a judiaria e a mouraria deixaram de ser células fechadas e passaram a poder ser habitados por qualquer cidadão, o que significa que foram integradas no todo da malha urbana.¹²³

Se D. Manuel não privilegiou Évora com a sua presença, a situação alterou-se com o seu filho. Logo no princípio do seu reinado, entre 1524 e 1525, D. João III passou cerca de um ano na capital transtagana e aqui se estabelecerá por uma temporada de cinco anos, de finais de 1532 a meados de 1537, quando um terramoto ocorrido a 26 de Janeiro de 1531 e as epidemias que se seguiram obrigaram a família real e a corte a sair de Lisboa.¹²⁴ Presença demorada que tornou Évora no efectivo centro político-administrativo e cultural do país e do império português, chegando-se inclusivamente a ponderar a oficialização desse estatuto, como fica patente por uma carta de Garcia de Resende dirigida ao senado de Évora, datada de Maio de 1535, à qual voltaremos a deter-nos com mais pormenor na Parte II:

“E que deuem de Requerer a el Rey noso senhor que pelos muytos mereçimentos desta cidade como eu conpridamente mostrarey /. E pólo príncipe noso senhor E os senhores jfantes dela serem naturaes / que o príncipe nosso senhor aquy foy conçebydo /.” (...)

“que sua alteja faça merçe a esta cidade de todosos privilégios que tem E tener a cidade de lixboa/.”¹²⁵

Apesar da pretensão não ter sido atendida, Évora beneficiou largamente do acolhimento que deu a D. João III e à sua corte, assim notou João de Barros e nós constataremos de seguida:

“Ao mui alto e muito poderoso Rey de Portugal D. João terceiro deste nome. Panegírico de João de Barros (...) o que este dia e tempo o prezente nos pode dar em que não somente faz mais rica e populoza com sua presença à sua cidade de Euora, mas ainda, mui dezejoso de lhe ser causa de mores beens (...).”¹²⁶

¹²³ A BORGES, A. M. M. – *Évora: da Reconquista ao Século XVI*. [...], 1988, pp. 54, 55.

¹²⁴ Évora foi pouco atingida por esse sismo. MANSO, M. de D. B – *Évora, Capital de Portugal*. Lisboa: Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990, vol. I, p.3. Dissertação de Mestrado em História.

¹²⁵ MANSO, M. de D. B – *Évora, Capital de Portugal* [...], 1990, p. 223.

¹²⁶ Cit. In MANSO, M. de D. B – *Évora, Capital de Portugal* [...], 1990, p. 43 e 44 (Biblioteca Nacional de Lisboa, COD. 3060).

Recebeu um melhoramento essencial ao quotidiano de qualquer cidade que foi, simultaneamente, uma mais valia para o bem-estar urbano e um sinal de modernidade. Referimo-nos ao levantamento do Aqueduto da Água da Prata, com início provável em 1533 e terminado em 1538, sob a direcção de Miguel de Arruda e possivelmente de Nicolau de Chanterene. A sua construção aproveitou a antiga conduta que, intra-muros, dera origem à rua do Cano no século XIII e uma das torres que o fechava foi erigida junto ao paço de S. Francisco.¹²⁷ Entretanto, principiou-se a edificação da igreja e do convento da Graça, obra que pertenceu também a Miguel de Arruda e em que este contou novamente com a colaboração do escultor Nicolau de Chanterene, autor do portal classicista da fachada da igreja. Situados nas proximidades de S. Francisco, do lado oriental, a igreja e o convento da Graça são o produto de uma profunda remodelação e ampliação de uma pequena capela homónima, referenciada documentalmente desde 1469, e de um pequeno mosteiro que os agostinhos haviam fundado junto a essa ermida em 1512, sob a protecção de D. João III e, mais tarde, de D. Francisco de Portugal, o primeiro conde de Vimioso.¹²⁸ A fachada do templo foi dada como terminada em 1540 e o claustro talvez em 1542.¹²⁹

Depois de João III, o protagonismo do mecenato e do fomento da renovação arquitectónica e urbanística de Évora coube ao seu irmão cardeal D. Henrique, primeiro na qualidade de primeiro arcebispo de Évora (1540), depois enquanto regente (1562-1568) e rei (1578-1580) do país.¹³⁰ Devem-se-lhe importantes infra-estruturas como o fontanário público do largo da Porta de

¹²⁷ Para a sua concretização contribuiu também André de Resende, justificando-a num manuscrito intitulado *Dous livros de Aqueductos*, que ofereceu a D. João III em 1543, no qual defende que já os Romanos tinham levantado um aqueduto para abastecer de água a cidade. BRANCO, M. J. C. – Renascimento, Maneirismo e Estilo Chão em Évora [...], 1998, pp. 225-227; FERREIRA, C. A. – Comentários a Damião de Góis, Olisipógrafo e Cronista do Património Histórico-Cultural. IN *Damião de Góis e o Seu Tempo (1502-1574)*. Lisboa: Academia de História, 2002, p. 99 [Actas do Colóquio].

¹²⁸ Ocupou o lugar do antigo hospital de Jerusalém e incorporou várias casas da rua de Jerusalém para fazer uma horta, entre as quais estavam as de D. Brás da Costa. BORGES, A. M. M. – *Évora: da Reconquista ao Século XVI*. [...], 1988, pp. 141-146.

¹²⁹ Foi o bispo D. Afonso de Portugal quem doou o convento dos agostinhos à igreja da Graça em 1520. Por volta de 1603 ou 1604, a abóbada levantada por Arruda caiu, sendo reedificada por Pêro Vaz Pereira, arquitecto do duque de Bragança. BRANCO, M. J. C. – Renascimento, Maneirismo e Estilo Chão em Évora [...], 1998, pp. 228-231.

¹³⁰ Apesar da frequência com que D. Sebastião visitou Évora – esteve aqui por doze vezes, em períodos de duração variável, entre alguns dias e vários meses –, aparentemente o jovem rei não imprimiu qualquer alteração significativa na fisionomia da cidade. FONSECA, T. – *Absolutismo e Municipalismo* [...], 1992, p. 60.

Moura, atribuído a Diogo de Torralva (datado de 1556), e a fonte da praça do Geraldo, de Afonso Álvares (ali colocada em 1571)¹³¹. Erigiu-se, entre 1559 e 1563, no lugar da igreja de S. Antoninho e da albergaria anexa do Corpo de Deus de S. Antoninho, no topo nordeste da praça Grande, a igreja de Santo Antão, riscada por Manuel Pires.¹³² Antes, em 20 de Setembro 1558 e 15 de Abril 1559, D. Henrique obtivera as bulas pontificias instituidoras da Universidade de Évora, cuja docência foi entregue à Companhia de Jesus e passou a funcionar no colégio do Espírito Santo¹³³.

Instituído em 1531, o colégio do Espírito Santo foi desde o início projectado para albergar os estudos superiores, em estreita ligação com o vizinho colégio de Nossa Senhora da Purificação (o Seminário Maior)¹³⁴. As obras da empreitada primitiva decorreram entre 1550 e 1554, possivelmente sob a superintendência dos arquitectos Afonso Álvares (mestre de obras da comarca do Alentejo), Manuel Pires, Jerónimo de Torres e Silvestre Jorge¹³⁵, que serviam o cardeal D. Henrique, e talvez com a participação de um jesuíta estrangeiro¹³⁶. Este verdadeiro complexo jesuítico de ensino, cultura e oração só ficou completo com a igreja do Espírito Santo.

A igreja do Espírito Santo foi fundada pelo cardeal ainda infante e regente em 1566, riscada em estilo chão novamente pelos arquitectos Afonso Álvares e Manuel Pires, mais António Álvares e com a colaboração dos mestres empreiteiros Jerónimo de Torres, Afonso e Baltasar Fernandes. A sua sagração deu-se no domingo de Páscoa de 1574. Fundado em 1577, o colégio de Nossa Senhora da Purificação foi delineado por Jerónimo de Torres e concluído, somente em 1605, por Manuel de Góis.¹³⁷ D. Henrique instituiu

¹³¹ BRANCO, M. J. C. – Renascimento, Maneirismo e Estilo Chão em Évora [...], 1998, pp.236, 237.

¹³² A construção de Santo Antão incorporou a rua dos Gaios, alterando a ordenação daquela área. BORGES, A. M. M. – *Évora: da Reconquista ao Século XVI*. [...], 1988, pp. 131 e 132.

¹³³ T. FONSECA, *op. cit.*, p. 32.

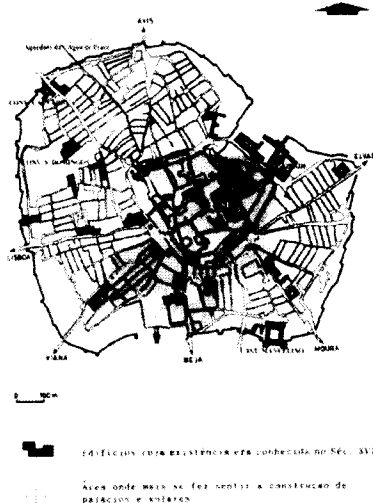
¹³⁴ O terreno onde o colégio foi edificado fora adquirido em 1520 por D. Manuel I, já com a intenção de nele se fazerem estudos. A.M. BORGES, J. A. G. MACHADO – “O Colégio do Espírito Santo”. *Monumentos*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 26 (Abril), 2007, p. 70.

¹³⁵ Investigações recentes inclinam-se para uma maior responsabilidade de Silvestre Jorge na definição da traça do colégio. A.M. BORGES, J. A. G. MACHADO, *op. cit.*, p. 70.

¹³⁶ Um documento de 1554 alude à passagem do padre jesuíta e arquitecto Bartolomé de Bustamante por Évora e que este ter-se-á expressado sobre a localização e a arquitectura do edifício. A.M. BORGES, J. A. G. MACHADO, *op. cit.*, p.70.

¹³⁷ M. C. BRANCO, *op. cit.*, 241 e 242; T. ESPANCA, *op. cit.*, pp. 56-62.

ainda o colégio dos Porcionistas em 1562 e fez com que se concluísse a igreja de S. Mamede de 1564 a 1566.¹³⁸



A Cidade no Século XVI (SIMPLÍCIO, M. D. V. M. - "Évora: algumas etapas fundamentais na evolução da cidade até ao século XVI". *A Cidade de Évora.*, 6, 2002-2006, p. 110)

Transversal à dinastia está a campanha de remodelação da igreja e construção do paço de S. Francisco, reflexo privilegiado do empenhamento dos reis portugueses dos séculos XV e XVI em transformar Évora numa cidade de corte, num centro político com acomodações apropriadas a esse estatuto. O facto de já existir um palácio em Évora, os Estaus, e de não se ter construído um paço em todas as localidades onde a corte portuguesa costumava pousar vem dar especial relevo a S. Francisco enquanto símbolo da função real da cidade.¹³⁹ Mais do que qualquer obra, até pelo modo como se prolongou no tempo e pelos acontecimentos a que serviu de cenário, S. Francisco representa exemplarmente a Idade de Ouro eborense.

Frei Jerónimo de Belém, autor da *Chronica Serafica da Santa Província dos Algarves*, aponta D. Dinis como o primeiro rei a idealizar a igreja de S. Francisco e a formular o desejo de fundar um palácio naquele convento. De concreto sabemos apenas que D. João I terá sido o primeiro rei a negociar, com os franciscanos, a cedência de espaços conventuais para a construção de um paço de morada. Dessa negociação terão resultado, em 1423, a edificação de aposentos próprios, a colocação de uma cerca num ferragial e numa horta,

¹³⁸ M. C. BRANCO, *op. cit.*, p. 240.

¹³⁹ A. M. M. BORGES, *op. cit.*, pp. 153 e 154.

a plantação de laranjeiras, a abertura de um poço e a feitura de um lavatório, como refere D. João I em carta dirigida a seu filho D. Duarte:

“pousando mujtas uezes em o moesteiro de sam françisco da cidade d’ Euora como os outros Rex costumauom, mandara hi fazer de nouo duas câmaras com hua trescamara E priuada, E Refazer e correger alguuas outras E bem assi mandara cercar huum ferregial e hua orta E plantar em ella muytas lorangeiras E fazer huum poço E hum lauatorio por seu solaz e spaço.”¹⁴⁰

Estas instalações corresponderiam somente à preparação do convento para receber o rei, prática habitual na época e que em Évora se tornou fundamental depois da destruição do castelo pelos partidários do mestre de Avis¹⁴¹, futuro D. João I.¹⁴² Seriam, quanto muito, o embrião do futuro palácio.

D. Duarte pouco ou nada usufruiu do convento de S. Francisco, ao contrário do seu sucessor, D. Afonso V, que “agradando-se muito do lugar, como mais acomodado para as saídas a campo contra os Castelhanos, com quem andava em guerra, tomou para estender o Palácio, o Collegio dos Estudos (...) e huma parte das hortas”.¹⁴³ Ter-se-á então comprometido em reedificar a igreja, em troca da obtenção de mais espaço na casa conventual para o estabelecimento de um paço real, embora não sem alguma resistência por parte dos franciscanos. Fê-lo somente nos finais da década de Setenta, depois das guerras em que se envolveu com Castela, entre 1475 e 1479 (durante as quais se desenrolou a batalha de Toro, em 1476) e após a igreja ter sofrido um desmoronamento, ocorrido pouco antes de 1443, na sequência do qual, segundo frei Jerónimo de Belém, os próprios frades franciscanos empreenderam uma primeira tentativa de reconstrução - “tornarão a fazer os Padres de três naves” -, sob a responsabilidade de um mestre castelhano de

¹⁴⁰ Carta depositada na Biblioteca Pública de Évora. Cit. M. J. C. BRANCO, *op. cit.*, p. 14.

¹⁴¹ A existência de paços régios integrados em complexos monásticos e em que a respectiva igreja servia igualmente de capela privativa dos monarcas, é uma tradição característica da Península Ibérica e também da área do Sacro Império; iniciada na Idade Média, prolongou-se pela Idade Moderna.

¹⁴² Acrescente-se que quando da visita do barão de Rosmital, embaixador da Boémia, a Évora, decorrida de 1465 a 1467, ele considerou dignos de referência apenas dois palácios: o episcopal e o do duque, irmão do rei; se o palácio real já existisse, mereceria com certeza a sua distinção. A. M. M. BORGES, *op. cit.*, pp. 155 e 156.

¹⁴³ F. J. de BELÉM - *Chronica Serafica da Santa Provincia dos Algarves, da Regular Observância do Nosso Seráfico Padre S. Francisco*. Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues, 1753 (vol. 1).

pedraria, de seu nome Pêro.¹⁴⁴ A reconstrução revelou-se mal sucedida, voltando a igreja a ruir, permitindo a D. Afonso V apropriar-se de parte do convento como contrapartida da promessa de reedificar o templo e efectuar outras melhorias nas instalações dos frades, de forma a matizar o seu provável prejuízo. Mas tendo Afonso V falecido em 1481, limitou-se a iniciar as obras de reconstrução.¹⁴⁵ Coube a D. João II, seu filho, a confirmação da promessa de D. Afonso, de que resultou, porém, uma maior apropriação do espaço conventual, deixando-o sem vista para o Rossio e sem oficinas.¹⁴⁶

A 2 de Novembro de 1493, D. João II insistia em obter dos franciscanos (o que revela resistência da sua parte em atender aos desejos do monarca) um terreiro com um poço e parte das privadas conventuais para aí instalar aposentos de apoio às mulheres que serviam a rainha. Os planos de D. João II para S. Francisco incluíam também uma nova cozinha, a destruição da existente para ampliar o quintal fronteiro e a apropriação de parte da horta monástica, de maneira a permitir a ampliação do paço.¹⁴⁷ Insistência reivindicativa que o rei consertou com um pedido de autorização ao papa Alexandre VI para utilizar o paço construído na área do convento, reafirmando junto do pontífice o compromisso de construir casa apropriada para os frades. Foram então erigidos aposentos específicos para o rei, a rainha e o príncipe, pelo menos duas grandes salas de aparato, uma do rei e outra da rainha, onde se realizaram acontecimentos importantes como, por exemplo, as cortes de 1490. Atendeu-se também ao embelezamento da horta, contratando-se o jardineiro valenciano Gomes Fernandes para essa função específica. O cronista Garcia de Resende refere-se ainda à grande e efémera sala de madeira mandada construir propositadamente para as festividades da boda do príncipe D. Afonso com D. Isabel de Castela.¹⁴⁸ No ano anterior ao da morte de D. João II, em 1494, Jerónimo Münzer referiu-se a este paço como

¹⁴⁴ “Dom Affonso (...), sabede que mestre P.º, mestre da obra de sam Francisco da cidade dEuora nos enuiou dizer como ell fora chamado dos juizes e homes boões da cidade de Silves përa fazer tres arcos përa hua ponte que tinha começada (...). Isto em 1443 (Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 27, fol. 142). S. VITERBO – *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988 (vol. II – H/R), p. 259.

¹⁴⁵ J. C. V. da SILVA (1989), *op. cit.*, pp. 19 e 20.

¹⁴⁶ Idem, *ibidem*, pp. 19 e 20.

¹⁴⁷ J. C. V. da SILVA – *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPPAR, 1995, pp. 130 e 131.

¹⁴⁸ Idem, *ibidem*.

“formoso”.¹⁴⁹ “Formoso” seria, mas sem estar concluído, continuando o processo de reedificação da igreja e ampliação do paço pelo reinado de D. Manuel I.

A igreja estava praticamente concluída em 1503, faltando apenas ladrilhá-la.¹⁵⁰ Mas, se tivermos em conta a conclusão e colocação do retábulo pintado por Francisco Henriques para a capela-mor da igreja, só podemos dar a obra como terminada por volta de 1544.¹⁵¹ Depois de concluída, porém, a igreja deixa de estar unicamente ao serviço do convento e assume também as funções de capela palatina, com a sua tribuna alta sob a forma de uma delicada janela de lavor renascentista que pode ser ainda vista na capela-mor.

Em relação aos paços reais, a obra estava ainda em curso no ano de 1516. Nomeadamente o seu prolongamento para Sudoeste, ultrapassando a muralha que delimitava a cidade, por meio de uma ala de remate, a denominada Galeria das Damas, erigida sob a orientação de Martim Lourenço (responsável pelas obras de S. Francisco de 1507 a 1524) e que se articularia com o resto do palácio através de uma solução em varanda – “varanda que vai das Casas da Rainha sobre o Tirejro e orta, que he hua mui grande casa”¹⁵² –, à semelhança dos Paços da Ribeira, em Lisboa.¹⁵³ A Martim Lourenço sucedem, no posto de mestre-de-obras dos paços de Évora, Diogo de Arruda, em 1525, e o seu irmão Francisco de Arruda, em 1531, devendo-se a introdução dos elementos classicistas (*à romana*) nas janelas do corpo central provavelmente ao último destes três arquitectos.¹⁵⁴ Entre a Galeria das Damas e o corpo principal do palácio estariam o jardim do rei e o laranjal.¹⁵⁵

¹⁴⁹ J. G. MERCADAL, *op. cit.*, p. 376.

¹⁵⁰ J. C. V. da SILVA (1989), *op. cit.*, 96; J. C. V. da SILVA (2001), *op. cit.*, p. 22. Manuel Branco aponta para uma conclusão mais tardia, por volta de 1509. M. C. BRANCO, *op. cit.*, p. 219.

¹⁵¹ M. A. BEIRANTE (2001), *ob. cit.*, pp. 18-21.

¹⁵² A. C. de SOUSA – *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: 1947 (tomo III, 1ª parte), 46; A. M. M. BORGES, *op. cit.*, pp. 157-159.

¹⁵³ Sob a direcção de Martim Lourenço, em 1520, a obra de S. Francisco implicou a compra, calcula-se para serem derrubadas, de umas casas e dois quintais pertencentes a Margarida Vaz Peguas e por ela aforadas. *Publica forma do documento a respeito do Padrão de mil quatrocentos e cinco reis, que ElRey Nosso Senhor paga cada anno nesta Cidade ao Cabido*. Arquivo do Cabido da Sé de Évora, Pasta 18, Assuntos das freguesias e vigarias da Diocese de Évora com o Cabido, doc. 1. Documento levantado e transcrito (por Ana Rita Costa) no âmbito do projecto “Documentação Artística de Évora dos séc. XVI-XVIII” do CHA, coordenado por José Alberto Gomes Machado e Joaquim Caetano.

¹⁵⁴ Diogo de Arruda havia sido nomeado mestre-de-obras da comarca do Alentejo em 1521 e medidor de todas as obras do reino em 1522. M. C. BRANCO, *op. cit.*, p. 219.

¹⁵⁵ *Idem, ibidem*, pp. 179 e 180;

Com a saída de D. João III de Évora em 1545, o paço de S. Francisco deixou de ser frequentado assiduamente pelos reis portugueses. D. Sebastião ficou lá em 1573 e 1575, e Filipe I em 1583. Depois, foi sendo concedida autorização régia para que fosse usado por figuras eborenses de relevo. Filipe II, aquando da sua permanência na cidade em 1616, preferiu o paço dos Condes de Basto, autorizando que os frades usufruíssem de todos os cómodos, do laranjal e do jardim. O antigo quarto da rainha foi então transformado em dois andares de dormitórios, remodelação que permitiu aos franciscanos recuperar a vista para o Rossio de S. Brás, que as instalações do palácio lhes tinha ocultado até aí.¹⁵⁶ Em 1619, o mesmo rei, noutra visita à cidade, permitiu que os franciscanos usassem a madeira, o ferro, a pedraria e o anel de água do antigo paço nas suas obras.¹⁵⁷ Desencadeou-se assim o seu fim enquanto palácio.

A progressiva construção do paço de S. Francisco e a actividade cortesã, política e económica que dele emanava intensificaram o ritmo de urbanização daquela área intra-muros, devido principalmente à procura por parte da nobreza, dos funcionários régios e dos criados, de aposentadorias, casas de habitação ou terrenos para as construir de raiz, não muito distantes do palácio real. Num primeiro momento, a nobreza tinha-se distribuído pelo núcleo original da cidade e sua área mais antiga, como os Melo, futuros duques de Cadaval, que se instalaram no palácio da Torre das Cinco Quinas, erigido sobre as estruturas do antigo castelo,¹⁵⁸ e os condes de Vimioso, descendentes do bispo D. Afonso de Portugal, que tinham o seu palácio frente à catedral. Mas também pelas zonas ocidental e sul, em particular pelas ruas dos Infantes e do Raimundo, pela porta de Moura e pelo Outeiro da Vila Nova, onde ainda hoje encontramos um grande número de casas nobres.¹⁵⁹ Com a fixação da corte em S. Francisco, a nobreza passa a privilegiar as artérias que rodeiam o convento-paço.

D. Jorge de Lencastre, filho ilegítimo de D. João II, morava em casas localizadas junto do adro de S. Francisco e da rua dos Mercadores (actual rua

¹⁵⁶ G. PEREIRA, *op. cit.*, p. 228.

¹⁵⁷ M. J. C. BRANCO, *op. cit.*, pp. 14 e 15.

¹⁵⁸ Doado a Martim Afonso de Melo pelo regente D. Pedro (futuro D. Pedro II), concessão confirmada por D. Afonso V. A. B. FREIRE – *Os Brasões da Sala de Sintra*. Lisboa: 1973 (1º vol.), p. 430.

¹⁵⁹ A. M. M. BORGES, *op. cit.*, pp. 154, 155, 160 e 161.

do Paço). D. Diogo de Mendonça, alcaide de Mourão, morava em casas que ficavam entre o terreiro do paço e a porta do Rossio. D. Nuno Manuel, almotacé-mor e guarda-mor de D. Manuel I, habitou numas casas que confrontavam com o laranjal do rei, sitas na rua das Estalagens, compradas por ele no dia 23 de Novembro de 1520, ano em que lhe foi concedido o título de senhor das Águias (Mora). D. Diogo de Meneses, cavaleiro da Ordem de Cristo, residiu perto do convento da Graça, na rua que tem actualmente o seu nome e em prédios que a sua viúva vai vender aos graciosos para ampliação da sua casa religiosa.¹⁶⁰

A partir da edificação do paço de S. Francisco estabelecem-se em definitivo três centralidades fundamentais na cidade, mais uma vez confirmando o carácter policêntrico que lhe identificámos anteriormente. Um centro cortesão, de amplitude nacional, situado precisamente no convento-palácio; um centro político, de escala local, localizado na praça Grande e marcado urbanisticamente pelo pelourinho, essencial ao sistema de justiça¹⁶¹, e pela casa da Câmara, contígua à cadeia Comarcã; um centro religioso que se mantinha no âmago da cidade, no alto de S. Bento, onde estavam o paço Episcopal, já perceptível contíguo à Sé na vista panorâmica que abre o foral de Évora de 1501¹⁶² e, a partir da segunda metade do século XVI, os palácios da Inquisição e do Inquisidor-mor.

¹⁶⁰ M. J. C. BRANCO, *op. cit.*, p. 15.

¹⁶¹ Esteve próximo da igreja de Santo Antoninho até 1535, ano em que foi transferido para lado oposto da praça, frente à rua das Estalagens. A. M. M. BORGES, *op. cit.*, pp. 74 e 75.

¹⁶² Foi remodelado na década de Sessenta pelo arcebispo D. João de Melo. A. C. C. da C. GOMES – “Subsídios para o estudo da vida e obra do arcebispo de Évora D. João de Melo”. *A Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal, 2002-2006 (II série, nº. 6), p. 183.

Capítulo V

Um lento crepúsculo (Séculos XVII e XVIII).

Com a entrada solene de Filipe II de Espanha em Lisboa, no mês de Julho de 1581, fechava-se o complexo processo de sucessão ao trono português que as mortes sem descendência de D. Sebastião, em Alcácer Quibir a 4 de Agosto de 1578, e do cardeal-rei D. Henrique, em 31 de Janeiro de 1580, tinham aberto. Desfecho que unia as duas dinastias, acrescentava Portugal e o seu império aos domínios dos Áustrias e tornava o rei Filipe II de Espanha no primeiro com este nome em Portugal.¹⁶³ Aparentemente, a mudança dinástica não trouxe grandes alterações à política interna portuguesa, mas atingiu profundamente a cidade de Évora.

Afastada do litoral, onde se concentrava o cerne da actividade económica do império, o apogeu vivido por Évora nas primeiras décadas do século devia-se, como tivemos oportunidade de demonstrar, à presença constante e demorada da corte e da multidão clientelar que a acompanhava. Essa presença foi-se tornando cada vez menos duradoura à medida que os organismos dirigentes das conquistas e dos domínios ultramarinos se foram fixando em Lisboa, favorecendo um cada vez maior sedentarismo do rei e dos grandes senhores, que não podiam enjeitar as mercês régias, nem as

¹⁶³ J. R. MAGALHÃES – “Filipe II (I de Portugal)”. *História de Portugal. No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, direc. J. MATTOSO, coord. J. R. MAGALHÃES. s.l.: Círculo de Leitores, 1993 (Terceiro Volume), pp. 563-570.

oportunidades de negócio. Vimos como já D. Manuel havia preferido Lisboa, assumindo-a como cabeça do reino e do império, e que embora D. Sebastião visitasse frequentemente Évora, fê-lo por curtos períodos de tempo, minorando os efeitos impulsionadores que a estadia do rei podia ter no desenvolvimento da cidade.

Assistiu-se, assim, a uma progressiva capitalização de Lisboa que, paradoxalmente, se fortaleceu ainda mais quando o rei deixa de aí residir com a dinastia de filipina. Não o devemos estranhar, estando o monarca em Madrid ou Valladolid, necessitava de um centro interlocutor na gestão política e burocrática do território português. Pelo prestígio, por ser sede dos órgãos do governo, pela riqueza, pela posição geográfica estratégica e pela dimensão da sua população, que atingiu os 120 000 habitantes em 1617, esse centro era Lisboa. A administração política do resto do país foi deixada, na perspectiva de Joaquim Romero Magalhães, a um crescente neosenhorialismo ou a neomunicipalismo fortemente aristocracizante.¹⁶⁴ Nova conjuntura que pôs Évora fora dos circuitos do poder régio, limitando-a aos recursos e às potencialidades da sua região, o que significou o começo de uma gradual estagnação, de um prolongado ocaso.

Detenhamo-nos, em primeiro lugar, nos dados populacionais. Em pleno século XVII, nomeadamente em 1620, Évora albergaria cerca de 14 000 habitantes, número que representou uma descida para o quarto lugar das cidades mais populosas do reino, posicionando-se a seguir a Lisboa, Porto e Braga. Segue-se uma tendência de crescimento até aos 16 800 residentes nos anos finais de Seiscentos, segundo os valores fornecidos pela *Corografia Portuguesa* de António Carvalho da Costa¹⁶⁵, que dará lugar, na centúria seguinte, a nova fase de acentuada quebra, no que Évora acompanha a conjuntura geral do país, registando 13 790 habitantes em 1732, 11 903 em 1739, cerca de 12 500 (distribuídos por 4 000 fogos) em 1758, 12 887 em 1765, até chegar aos 14 000 em 1801. A partir de 1758, a propensão parece ser para um crescimento populacional, mas, em termos relativos, Évora foi

¹⁶⁴ Idem, *ibidem*, pp. 567-569.

¹⁶⁵ O número de cerca de 16 800 habitantes foi calculado a partir da referência de 4 200 vizinhos, referenciados por António Carvalho da Costa na sua obra. Valor que se deve reportar a finais do século XVII, em virtude da primeira edição do texto em causa ser datada de 1706. A. C. da COSTA – *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal*. Lisboa: Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1708 (tomo II), p. 420.

caindo na escala dos centros urbanos. Para o 6º lugar em 1765 - depois de Lisboa, Porto, Braga, Coimbra e Setúbal – até chegar à sétima posição em 1801, deixando-se ultrapassar por aglomerados de menor dimensão como Elvas.¹⁶⁶

Também a construção de raiz e os melhoramentos urbanos ou infra-estruturais diminuíram substancialmente a partir da monarquia filipina. Merecem registo, apesar de tudo, o Convento da Cartuxa (ou de Santa Maria Scala Coeli) da ordem se S. Bruno, fundado pelo arcebispo D. Teotónio de Bragança, projectado pelo padre e engenheiro italiano Giovanni Vincenzo Casale, iniciado pouco depois de 1588 e concluído oficialmente em 1625¹⁶⁷; o início, por volta de 1590, sob os auspícios do arcebispo D. Teotónio de Bragança e com a intervenção do arquitecto-mor do reino Baltasar Álvares, do paço episcopal, obra que ficou terminada com D. José de Melo, responsável pela diocese entre 1611 e 1633¹⁶⁸; o mosteiro de Nossa Senhora dos Remédios, levantado de 1601 a 1614; o reordenamento paisagístico do Rossio de S. Brás, que incluiu a instalação de um chafariz em 1592 e de um amplo tanque em 1604, e a abertura de uma alameda que tornou estes dois equipamentos acessíveis a partir da zona do Castelo Novo¹⁶⁹; e o palácio da Inquisição em 1635, por determinação de Filipe III e sob a responsabilidade do arquitecto-mor Mateus do Couto¹⁷⁰.

Mesmo depois da Restauração em 1640, o primeiro rei da nova dinastia de Bragança, D. João IV, regressou a Évora apenas por fugazes meses, em 1643 e 1644, e por necessidade de acompanhar *in loco* os preparativos da

¹⁶⁶ Évora também reflectia a situação da província a que pertencia. No século XVIII, o Alentejo foi a província cuja população mais desceu até à década de Trinta e a que menos recuperou nos decénios seguintes. As povoações alentejanas, com excepção das praças de guerra, tinham menos habitantes no final de Setecentos do que no começo dessa centúria. T. FONSECA, *op. cit.*, pp. 53-58; J. V. SERRÃO – “População e Rede Urbana nos Séculos XVI-XVIII”. *História dos Municípios e do Poder Local. Dos Finais da Idade Média à União Europeia*, dir. C. de OLIVEIRA. s.l.: Círculo de Leitores, 1995, pp. 75 e 77; A. H. da SILVEIRA – “Racional Discurso sobre a Agricultura e População da Província do Alentejo”. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa. 1789-1815*. Lisboa: Banco de Portugal, 1991 (tomo I), p. 50.

¹⁶⁷ Os frades entraram no convento em 1588, não estava aquele ainda concluído, embora já capaz de receber a comunidade. M. SOROMENHO – “As possíveis fontes tipológicas da fachada da Igreja”. *Monumentos. Convento da Cartuxa de Évora*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 10 (Março), 1999, pp. 9 e 10.

¹⁶⁸ *Idem, ibidem*, 32.

¹⁶⁹ Enquanto a fonte sobreviveu até hoje, o tanque foi arrasado no início do século passado. M. J. C. BRANCO, *op. cit.*, 15.

¹⁷⁰ T. ESPANCA, *op. cit.*, 26.

guerra contra Espanha. Os longos vinte e oito anos da Guerra da Restauração foram, aliás, o motivo da maior e mais relevante obra realizada na cidade durante o século XVII, os novos baluartes de defesa contra a artilharia de fogo que vinham substituir, na função de defesa da urbe, os velhos muros medievais. Pelos decénios de 1640 a 1680, Évora assistiu, efectivamente, ao levantamento de uma terceira cintura defensiva, constituída por um conjunto de baluartes geometrizados, na linha da tradição de engenharia militar francesa e de Vauban. São então edificados os baluartes do Aça, junto à cerca do Hospital da Misericórdia; do Castelo ou do Picadeiro (1680), que defendia a área do Castelo Novo, utilizado por esta altura como Celeiro Comum; do conde de Lippe, que protegia o mosteiro de S. Francisco, o que restava do paço e a porta do Rossio; e o do Príncipe (1651), que abrangia a parte da cidade que ia da cerca do mosteiro de S. Francisco à porta do Raimundo; de S. Bartolomeu, nas imediações da porta de Avis, destruído nos assédios de 1663 e reconstruído em 1682; dos Apóstolos ou de Jesus (1680), que guardava a zona do colégio do Espírito Santo; e o de Nossa Senhora de Machede (1640), adossado à cerca medieval e entaipando a antiga porta com a mesma denominação¹⁷¹.

A rede de baluartes foi rematada, a partir de 1660, com o forte de Santo António. Mais afastado da cidade que os restantes, atravessado pelo aqueduto, cobria as estradas de Arraiolos e de Lisboa e reforçava a defesa das portas de Alconchel, Lagoa e Avis. São ainda de referir os redutos feitos aquando da ocupação de Évora pelo exército espanhol comandado pelo príncipe D. João da Áustria, entre Maio e Junho de 1663.¹⁷²

Baluartes e forte foram construídos a partir de estudos e levantamentos realizados pelos engenheiros Charles Lassart e Jean Gillot (1642), Nicolau de Langres (1648-1460), Bartelomy Zanit e Pierre de Saint-Colombe (1657-1663), Simão Joquet e Jean Brivois (1660), e ainda de Allain Manesson Mallet (1666), sob a orientação do mestre de campo general conde de Schomberg.¹⁷³ Os planos definitivos devem-se, contudo, ao barão de Sillincourt, engenheiro-mor

¹⁷¹ M. P. de LIMA – *O Recinto Amuralhado de Évora*. s.l.: Estar Editora, 1996, pp. 59 e 60.

¹⁷² M. J. C. BRANCO, *op. cit.*, 15 e 16; T. ESPANCA (1966), *op. cit.*, pp. VII e VIII.

¹⁷³ Nicolau de Langres e Pierre de Saint-Colombe, juntamente com um auxiliar italiano chamado Victório António Ache, foram os responsáveis pela construção dos redutos que os Espanhóis fizeram construir aquando da ocupação de 1663. Langres foi também quem dirigiu, orientado por Schomberg, a conclusão do forte de Santo António, iniciado na década antecedente, a de 1660, sob a responsabilidade técnica do general de artilharia Agostinho de Andrade. T. ESPANCA (1966), *op. cit.*, p. VII.

do Alentejo, ao capitão engenheiro D. Diogo Pardo de Osório e às rectificações propostas por Luís Serrão Pimentel, cosmógrafo-mor e tenente general de artilharia. A direcção das obras definitivas, executadas entre 1670 e 1680, coube ao mestre de pedraria Manuel Pereira.



Planta e perspectivas de Évora e suas fortalezas (Coquart, A., c. 1720-1740), Biblioteca Nacional de Lisboa.

De resto, o século de seiscentos teve uma última obra arquitectónica de relevo em Évora, o convento de Nossa Senhora do Carmo. Localizado não muito distante da porta de Moura, o convento do Carmo corresponde, na verdade, à reconstrução de uma casa religiosa carmelita datada do século XVI e que existiu naquele local até 1663, quando foi incendiada pelos soldados de D. João de Áustria. A primeira pedra da igreja do Carmo foi lançada a 1 de Janeiro de 1670 e a sagração do convento sucedeu no ano de 1691.¹⁷⁴

¹⁷⁴ T. ESPANCA (1996), *op. cit.*, p. 80.

Apesar dos monarcas seiscentistas e setecentistas terem ido pouco além de visitas esporádicas a Évora, não deixaram, por isso, de se manter como os principais patronos das campanhas de obras que se destacaram numa urbe que vivia quase adormecida à sombra da sua catedral. A vontade e o financiamento de D. João V levaram, de 1718 a 1746, à total reconstrução da capela-mor da Sé em estilo barroco, em consonância com a tendência que estava a ser desenvolvida em Maфра. Esta filiação na arquitectura do convento de Maфра deveu-se, obviamente, ao facto das duas construções partilharem o mesmo arquitecto, o alemão João Frederico Ludwig – apelido que em Portugal foi adaptado à sonoridade italiana de Ludovice.¹⁷⁵ Voltamos a encontrar um testemunho da experiência adquirida na basílica de Maфра nas linhas sólidas e elegantes que Ludovice conferiu à igreja do Senhor Jesus da Pobreza, outro dos seus trabalhos eborenses, começado em 1729.¹⁷⁶

No mês de Maio de 1728, segundo a correspondência mantida entre Diogo de Mendonça Corte Real, na qualidade de ministro de D. João V, e o cabido da Sé de Évora, Frederico Ludovice terá sido também encarregue de preparar o paço arquiepiscopal (com os seus celeiros, palheiros e cavalariças) e o colégio dos Meninos do Coro¹⁷⁷, que estavam ligados por um passadiço, para receber a família real quando esta visitasse a cidade:

“ (...) e como sua Sua Magestade determina apozentar-se nelle quando for a essa Cidade, ordenou que vendo-se a ditto planta por João Fedrico Loduvico, deliniasse as obras, que se devião fazer para melhor acomodação da Real Família, não somente no corpo do Palácio, mas tambem em todas as mais pertenças, e as que estão unidas com hum passadiço ao ditto Palacio, (...)”.¹⁷⁸

¹⁷⁵ A decoração interior da capela-mor recebeu ainda os contributos de pintores da oficina de Agostino Masucci de Roma, dos escultores António Bellini, Carlos Harcuria (de Pádua) e Manuel Dias. O órgão saiu das mãos de D. Pascoal Olvidini. T. ESPANCA (1996), *op. cit.*, pp. 16 e 17.

¹⁷⁶ O financiamento desta igreja não se deve ao rei, mas ao cónego António Rosado Bravo. A sua feitura pode ser atribuída a dois mestres pedreiros que colaboravam com Ludovice em Maфра, Manuel da Cruz Matoso ou Manuel Gomes Negrão. T. ESPANCA (1996), *op. cit.*, pp. 101 e 102.

¹⁷⁷ Edifícios que hoje abrigam, respectivamente, o museu e a Biblioteca Pública. O colégio acabou transferido para novas instalações, anexas ao claustro da Sé, precisamente no século XVIII.

¹⁷⁸ Arquivo do Cabido da Sé de Évora, Pasta 3, Cartas Relativas ao reinado de D. João V, doc. 23 (carta datada de 18 de Maio de 1728). Ver ainda o documento 22 (4 de Maio de 1728). Documentos levantados e transcritos (por Ana Rita Costa) no âmbito do projecto “Documentação Artística de Évora dos séc. XVI-XVIII” do CHA, coordenado por José Alberto Gomes Machado e Joaquim Caetano. Aqui trabalharam ainda os mestres pedreiros Manuel da Cruz, Manuel Luís da Silva e Manuel Gomes.

A obra ficou terminada em Fevereiro do ano seguinte, como comprova a carta que o citado ministro escreve ao Cabido no dia 5 de Fevereiro de 1729, informando-o que seria do agrado do rei “que as obras que se haviam feito no Palacio Archiepiscopal se concuerem no Estado em que se achão”¹⁷⁹. A necessidade de remodelar o palácio do arcebispo de modo a disponibilizá-lo para que a família real tivesse onde ficar condignamente quando visitasse a cidade demonstra que a condição da parcela dos antigos paços reais que não tinha sido reocupada pelos frades franciscanos seria de progressiva ruína: “(...) e as mais [ruas] principais da cidade com grandes casas, que as emnobressem e fazem vistozas, nellas alem dos dous palacios reais, de S. Francisco reduzido a ruínas, (...)”¹⁸⁰.

Évora tem o último dos grandes edifícios deste período no quartel dos Dragões. Não foi propriamente uma construção de raiz, antes um aproveitamento do que restava do antigo castelo manuelino, ordenada por alvará de D. João V de 8 de Janeiro de 1736. Na altura, o antigo castelo servia depósito do Celeiro Comum, funcionalidade que tinha obrigado a alterações significativas na sua estrutura em 1577-1579, 1580-1582 e 1639-1640. Quando da sua adaptação a quartel, o projecto foi entregue ao capitão engenheiro Miguel Luís Jacob. Obra de grande porte, com a sua planta quadrangular com cerca de 66 metros de lado e quatro torres nos ângulos, será suspensa em 1759 por causa da guerra com Espanha. E se as cavaliças são terminadas em 1772, os trabalhos de conclusão do quartel só serão verdadeiramente retomados em 1795, agora dirigidos por Tomás de Vila Nova e Sequeira, tenente-coronel com exercício de engenheiro, concedido por decreto de 2 Dezembro de 1769, pelos serviços prestados na construção do forte de Lippe e de outras fortificações da praça de Elvas, era ele ainda capitão de infantaria¹⁸¹. O desfecho dos trabalhos prolongar-se-á até 1807, razão pela qual nos deteremos um pouco mais neste edifício mais noutro capítulo.

¹⁷⁹ Arquivo do Cabido da Sé de Évora, Pasta 3, Cartas Relativas ao reinado de D. João V, doc. 31. Documento levantado e transcrito (por Ana Rita Costa) no âmbito do projecto “Documentação Artística de Évora dos séc. XVI-XVIII” do CHA, coordenado por José Alberto Gomes Machado e Joaquim Caetano.

¹⁸⁰ M. L. B. GRILO, – “O Concelho de Évora nas Memórias Paroquiais de 1758 (Conclusão)”. A *Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal, 1994-1995 (II Série, nº. 1), p. 139.

¹⁸¹ S. VITERBO, *op. cit.* (vol. III – S/Z), 191; P. AMENDOEIRA - “Castelo Novo / Quartel dos Dragões”. www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx. 15/11/2006.

Com a reconstrução do Castelo Novo como quartel dos Dragões impôs-se a necessidade de encontrar um outro depósito para os cereais da cidade. Decidiu-se, para esse fim, construir um edifício de raiz, a levantar entre a rua do Paço e o largo de S. Francisco, no lugar onde existiam os restos do palácio quinhentista de D. Jorge de Lencastre, duque de Coimbra e filho natural de D. João II, cujo talhão foi então adquirido. A sua construção, todavia, só se iniciou em 1773. Entretanto, desde 1744 que o celeiro estava acomodado na Galeria das Damas do antigo paço de S. Francisco. As obras do novo Real Celeiro Comum (do Monte da Piedade), edifício barroco em granito que se destaca pelo seu monumental portal, riscado pelo mestre pedreiro João Baptista, ficaram totalmente concluídas no ano de 1780¹⁸².

Se a Évora da primeira metade do século XVIII ainda foi de algum modo dinamizada, em termos arquitectónicos, pelas remodelações diligenciadas pela coroa, a segunda metade caracterizou-se pela sedimentação de uma paralisia que o esforço dispendido na reconstrução da capital após o terramoto de 1 de Novembro de 1755 veio, porventura, agravar ainda mais. Os efeitos directos desse mesmo sismo na cidade alentejana, conquanto relativamente pouco gravosos, pelo menos à escala da destruição sofrida por Lisboa – “Ainda que se sentio vehementissimo e cauzou algumas ruínas, forão estas de pouca conqideração, e todas se achão reparadas”¹⁸³ -, evidenciaram, mais que qualquer outro factor, o declínio de que Évora padecia desde o dealbar de seiscentos.

Esse ocase está nitidamente expresso na incapacidade de muitos proprietários eborenses em reparar os danos provocados pelo terramoto nas suas casas, indiferentes às repetidas insistências das vereações da Câmara de Évora para que o fizessem. Poucos dias depois do cataclismo, de 12 a 22 de Novembro, a Câmara decide, sucessivamente, notificar “as pessoas que tiverem ruínas nas paredes de suas casas para que as reparem com espeques ou as derrubem sob pena de se mandarem votar abaixo à sua custa (...)”, requerer que se fizesse “uma vistoria (...) pela Câmara a ver as ruínas que há pela cidade para se mandarem remediar (...)” e determinar que as pessoas

¹⁸² T. ESPANCA (1966), *op. cit.*, pp. 187 e 188.

¹⁸³ Resposta do pároco da freguesia da Sé, reverendo Francisco Garcia da Rosa, ao “26º. Interrogatório” das Memórias Paroquiais de 1758: “Se padeceo alguma ruína no terremoto de 1755; e em quê, e se está já reparada?”. M. L. B. GRILO, *op. cit.*, p. 131.

cujas moradias pudessem “servir de prejuízo ao Povo se notificassem para reparar num termo de vinte e quatro horas ou demolir ou segurar em forma que não prejudique ao povo pena de que não o fazendo serem condenados em seis mil reaes e se mandarem demolir à sua custa.”¹⁸⁴ Quem não cumprisse a decisão municipal corria o risco de ter o seu imóvel apreendido pela Câmara.

Aparentemente, se atendermos à resposta do pároco da freguesia da Sé na *Memórias Paroquiais* de 1758, acima citada, as imposições camarárias terão sido atendidas e as ruínas “reparadas”. Sabemos, no entanto, que em 1756, vários meses após o terramoto, muitas das casas de Évora mantiveram-se destruídas ou arruinadas por nítido desinteresse dos proprietários ou incapacidade da Câmara em repará-las. Em 1781, os vereadores acordavam em contratar um pedreiro, um canteiro e um carpinteiro para concertar as casas da câmara que se achassem “com ruína e indecência”. Sete anos mais tarde, determinava-se o conserto da sala de audiências da Câmara, cujo estado precário impedia que aquelas ali se realizassem.¹⁸⁵ Já em pleno século XIX, no ano de 1809, o senado camarário decidiu notificar os proprietários das casas vazias da cidade, sem portas ou janelas, a fim de as repararem ou demolirem, pois serviam de esconderijo a malfeitores.¹⁸⁶

À degradação dos imóveis que compunham o recinto urbano juntava-se o problema da salubridade das suas artérias, da limpeza do lixo que se ia acumulando nas ruas. Em Évora, a preocupação com a higiene das ruas remontava ao século XV, quando a Câmara se empenha contra

“as muitas esterqueiras e çogidades que se fazem em esta cidade asy nas praças e ruas della como em outros muitos logares e em como muitas pessoas recebem per aazo das ditas esterqueiras e cogidades grandes pernas e danos em suas casas e adeguas e cavaliças e ainda o que peyor he recebem grandes doenças e enfermidades em seus corpos (...)”.¹⁸⁷

Fá-lo produzindo uma série de posturas camarárias, renovadas periodicamente, talvez porque o seu cumprimento constituísse uma dificuldade

¹⁸⁴ AHE – *Livro de Actas da Câmara Municipal de Évora* n.º. 44, 78v-79v (12/11/1755), 81v (19/11/1755); 82v-83 (22/11/1755).

¹⁸⁵ AHE – *Livro de Actas da Câmara Municipal de Évora* n.º. 50, 36 (04/08/1781), 69v (12/03/1788).

¹⁸⁶ T. FONSECA, *op. cit.*, 110.

¹⁸⁷ G. PEREIRA (1998), *op. cit.*, 6.

para as vereações. Era comum o lixo acumulado diante das casas, vendo-se, por isso, o município obrigado a impor aos moradores que mandassem varrer as suas portas “cada oyto dias (...) e que lancem os lixos ao pé do muro”. A prática de atirar despejos e águas sujas pela janela foi também regularizada e sujeita a multa – “[...] que nom lancem água nem lixo de janella que seja em cima da casa em rua publica sem primeyramente dizendo 3 vezes augua vay, e qualquer que lançar e nom disser tres vezes pague 60 soldos”. Dá-se, inclusive, particular atenção a áreas da cidade mais sujeitas à acumulação de lixos, como a porta de Alconchel, onde se realizava o mercado do peixe, ameaçando com coimas quem vertesse o “caldo ou a água do pescado”, ou o Rossio, zona muito exposta talvez porque estava extramuros, proibindo que se lançasse ali “esterquo, salvo se por cima do outeyro da correioira”. Em contrapartida, procurou-se aproveitar muito desse lixo como adubo nas “esterqueiras dos farregeaes ou hortas (do corpo da vila) [...]”¹⁸⁸.

Apesar de proficuamente legislada, o problema da salubridade da cidade manteve-se latente até à centúria de XIX. Ficou registado o conflito que, por esse motivo, a vereação manteve com ao rendeiro da limpeza em 1783. A 8 de Janeiro desse ano, a Câmara requer ao procurador da cidade que não se entregasse “o último quartel da renda da limpeza ao arrendatário dela sem primeiro limpar a cidade que estava muito suja e tenha ficado assim do tempo da arrematação e que logo fosse avisado para a limpar que não o fazendo como devia se mandasse fazer providencias necessárias até que chegasse a sua conta (...)”. Medida que não terá surtido muito efeito, pois em Dezembro determina-se:

“que fosse preso na cadeia pública o rendeiro da limpeza por não ter limpo a cidade na forma da sua obrigação nem ainda as ruas públicas por onde passa as procissões e porque sem embargo de ser advertido não cumpre com o que deve mandaram como fica dito que fosse preso e que não saísse da prisão sem que a cidade estivesse limpa”.¹⁸⁹

Évora chega assim ao século XIX: uma cidade que se mantém fechada dentro dos seus muros medievais, de malha urbana compacta e irregular, com dificuldade na conservação e manutenção dos seus edifícios e artérias.

¹⁸⁸ Idem, *ibidem*, pp. 131-133.

¹⁸⁹ AHE – *Livro de Actas da Câmara Municipal de Évora n.º. 50*, 84-84v (08/01/1783), 116v (03/12/1783).

Aparência que está claramente patente nas descrições que três viajantes estrangeiros, que aqui estiveram entre 1774 e 1799, fizeram da cidade. Numa missiva remetida de Sevilha em 9 de Dezembro de 1774, um oficial inglês chamado Hew Whiteford Dalrymple (1750-1830)¹⁹⁰, que visitara Évora em Outubro desse ano, descreve-a como uma cidade grande, mas quase despovoada, em ruínas, sem comércio nem fábricas e toda “entregue a uma beataria ridícula”¹⁹¹. Na Biblioteca Pública de Évora está depositada uma carta datada de 1791, não assinada, mas que se atribui a um viajante estrangeiro, em que se pode ler a seguinte referência a Évora:

“As Ruas desta Cidade á excepção de duas, ou três são irregulares, estreitas, e tortas; as Cazas são ainda quazi todas de hum gosto bárbaro, tem bastantes Palácios pertencentes aos Grandes do Reino, por aqui terem feito a sua Rezidencia no tempo que foi Corte; porem estes Senhores querem que na Ruína delles se conheça a antiguidade das suas famílias.”¹⁹²

Não deixa de sublinhar a importância que a presença da corte teve para o desenvolvimento de Évora no passado e como, findada que está essa fase, a nobreza que aqui tinha ocorrido seguindo os reis abandonou a cidade e deixou as suas casas ao sabor da ruína. Em 1799, o botânico e mineralogista alemão Henry Frederick Link¹⁹³ verificava que a cidade “Its indeed surrounded by walls, wich however are fallen down in many parts (...). The town consists of narrow crooked streets full of angles, (...)”. Apontava para a quantidade de casas religiosas existentes em Évora como a causa do seu despovoamento: “(...) Évora is an old town, but has much dwindled since the fifteenth century, and

¹⁹⁰ Sir Hew Whiteford Dalrymple era um major inglês que estava colocado em Gibraltar e que encetou um viagem por Espanha e Portugal no ano de 1774, com a finalidade de conhecer a Academia Militar fundada pelo General O'Reilly em Ávila. Chegou a Évora no dia 29 de Outubro. J. G. MERCADAL – *Viajes de Extranjeros por España y Portugal, Siglo XVIII*. Madrid: Aguilar S.A. Ediciones, 1962 (vol. III), p. 645.

¹⁹¹ Refere ainda que se havia começado a construir algumas fortificações novas, mas que estas nunca tinham sido terminadas. J. G. MERCADAL – “Mayor W. Dalrymple – “Viaje a España y a Portugal”. *Viajes de Extranjeros por España y Portugal*. Madrid. Aguilar: S. A. De Ediciones, 1962 (volume III), p. 710.

¹⁹² BPE – Fundo Manizola, Cód. 36, nº. 12 Pasta 3. Documento levantado e transcrito (por Tânia Morais Rico) no âmbito do projecto “Documentação Artística de Évora dos séc. XVI-XVIII” do CHA, coordenado por José Alberto Gomes Machado e Joaquim Caetano.

¹⁹³ Deter-nos-emos mais demoradamente na vinda a Portugal de Henry Link e no livro que dessa visita escreveu no capítulo 2.6.

now contains at most 12 000 inhabitants, of which the enormous proportion of twenty-three religious houses may be the cause”¹⁹⁴.

Os dois últimos, no entanto, fizeram questão de salientar o valor histórico de Évora através da importância dos seus monumentos antigos, numa abordagem mais genérica em 1791 – “Esta Cidade sempre tem sido celebre pelos seus monumentos antigos, de que ainda se vêem bastantes vestígios; tanto dentro da mesma Cidade, como nas suas vizinhanças (...)” – ou destacando, em particular, a beleza das formas clássicas do templo romano como fez Link, que o favorece em relação ao gótico da catedral, dentro do gosto pela antiguidade greco-latina que caracterizou o espírito iluminista da transição do século XVIII para o XIX, em que ele, enquanto cientista, certamente se integraria:

“Adjacent to it (catedral) is the Archbishop’s house, and not far from that the shambles, an old roman building, whose well-preserved Corinthian columns are now connected by a plaster-wall. The beautiful forms however are instantly recognized, and the eye reposes with pleasure on this animating object, after being fatigued with gothic angles and pointed arches”¹⁹⁵.

Ao fazerem-no reflectiam a perspectiva da cidade que os Eborenses vinham cultivando desde o século XVI, de que a sua antiguidade era impar no país, que recuava para além da própria fundação do reino e que se manifestava na vivência quotidiana da urbe através do convívio físico com os vestígios arqueológicos e os monumentos. Começaram aqui a definir-se os antecedentes de uma identidade urbana que se baseará fortemente no valor histórico da cidade e que se irá consolidar nos séculos seguintes. Verificaremos nos próximos capítulos que à medida que Évora perdeu relevância política e cultural, foi cultivando o conhecimento e a divulgação do seu passado como último recurso para recuperar o prestígio de outrora e que essa identidade histórica será um dos vectores fundamentais da modernização da cidade a partir do século XIX.

¹⁹⁴ H. F. LINK – *Travels in Portugal and through France and Spain, with a dissertation of the literature of Portugal, and the Spanish and Portuguese Languages*. London: T. N. Longman and O. Rees, 1801, pp. 470- 472.

¹⁹⁵ Idem, *ibidem*, p. 471.

Capítulo VI

A cidade possível numa conjuntura de transição (1801-1834).

Verificámos atempadamente como a densidade populacional de Évora estagnou a partir da segunda metade do século XVIII. Em 1801, centros urbanos como Braga, Setúbal, Coimbra e Elvas tinham mais de 12 000 habitantes, enquanto Évora se ficava pelos 11 643¹⁹⁶. Tendência que se vai agudizando nos três decénios seguintes, com a população eborense a atingir os 9 050 indivíduos em 1820 e os 9 300 em 1838¹⁹⁷.

Sintoma da progressiva desqualificação política de Évora, a estagnação demográfica reteve a cidade atrás dos seus muros medievais e limitou a actividade arquitectónica do princípio do século XIX à gestão do construído. Tem essa gestão o seu expoente nas três campanhas que mais se salientam num período que termina com a ocupação de Évora pelo exército francês em 1808: a conclusão do Quartel dos Dragões, a abertura da nova porta de Avis e a adaptação do antigo paço arquiépiscopal a biblioteca, museu e galeria de pinturas.

O Quartel dos Dragões de Évora, regimento instituído por D. João V em 1736, corresponde a uma segunda e mais profunda reformulação do Castelo

¹⁹⁶ Em 1801, Lisboa (164 731 habitantes), com grande destaque, e o Porto (43 218 habitantes) eram as cidades mais populosas do reino. Seguiam-se Braga (16 266 habitantes), Setúbal (15 288 habitantes), Coimbra (15 210 habitantes), Elvas (12 874 habitantes) e Évora. T. B. SALGUEIRO – *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*. Porto: Edições Afrontamento, 1999, p. 427.

¹⁹⁷ A. H. de O. MARQUES (Cord.) – *Nova História de Portugal. Portugal e a Instauração do Liberalismo*. Direc. J. SERRÃO, A. H. de O. MARQUES. Lisboa: Editorial Presença, 2002, vol. IX, pp. 26 e 29.

Novo de D. Manuel I, que havia sido já adaptado a depósito do Celeiro Comum entre 1577 e 1580. Interrompida desde 1759, a execução do novo quartel foi retomada em 1795 e prolongou-se até 1807¹⁹⁸, sob a direcção consecutiva do tenente-coronel Tomás de Vila Nova e Sequeira¹⁹⁹ e do major António José de Santa Ana²⁰⁰. O resultado final deve muito à pré-existência manuelina, perceptível no aproveitamento da cortina primitiva, todo o flanco sul está-lhe adossado, e, sobretudo, na permanência da planta quadrangular (com cerca de 66 metros de lado), com pátio central e rematada nos ângulos com quatro corpos salientes, em substituição das torres originais²⁰¹.

É um edifício rebocado e caiado de branco, de três andares, a que correspondem, nas quatro fachadas, três linhas de vãos, dispostos hierarquicamente. A face principal, virada a Norte, para o actual largo dos Castelos, terá avançado em relação à original manuelina, absorvendo uma parcela significativa dos dois torreões que a flanqueiam, cujo ressalto é menor comparativamente ao par oposto. A massa horizontal da fachada é interrompida, ao centro, por um alçado nobre, demarcado por pilastras e composto, na vertical, por um pórtico que dá acesso ao edifício, uma varanda de vão em arco, uma janela de sacada e um frontão semi-circular que o coroa, no qual está inscrita uma cartela em mármore com as armas de Portugal. Os alçados laterais assentam em arcos cegos (quatro de cada lado) que anicham janelas semi-circulares, em contraponto às linhas de vãos quadrangulares dos níveis superiores. O pórtico, as molduras de arcos, janelas, varandas e frontão, o friso que sublinha o piso térreo, os pilares que suportam as arcadas, o

¹⁹⁸ Antes de 1795 houve uma retoma temporária da obra por volta de 1772, ano em que as cavaliças foram concluídas. A estrutura do edifício estava pronta em 1804, prolongando-se a empreitada até 1807, quando o Regimento dos Dragões ocupou o quartel, devido aos acabamentos interiores. "Quartel de Cavallaria N.º 5 em Évora". *O Manuelinho d'Evora*, Évora, n.º 410, 1 de Dezembro de 1888 (IX Ano), p. 1.

¹⁹⁹ Ver novamente o capítulo 1.5.

²⁰⁰ Sobre este oficial sabemos que recebeu a patente de capitão de infantaria com exercício de engenheiro em 1766, sendo então enviado para o arquipélago de Cabo Verde, para ficar aí colocado por seis anos. S. VITERBO – *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. s.l.: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, s.d., vol. III, p. 10.

²⁰¹ Planta que permite deduzir que o Castelo Novo obedeceria ao modelo das fortalezas renascentistas italianas de planta centrada, desenvolvida em torno de um pátio quadrado e com torres nos cantos.

embasamento e os cunhais que separam os corpos e alçados do quartel são, todos, em granito²⁰².

Produto de três épocas distintas, o Quartel dos Dragões congrega traços de todas, simbiose que lhe confere uma aparência híbrida, entre a arquitectura militar e a civil, para a qual muito contribuiu o avanço da fachada original sobre o muro do castelo manuelino. Dessa época, ficou a planta e a monumentalidade, aspectos que provocaram no botânico alemão Henry Link, quando este passou por Évora entre 1798 e 1799, a seguinte observação: “At this time a large and massive edify was building for barracks, which will certainly be unique in its kind in Portugal, when finished”²⁰³. O frontão semicircular, o portal encimado por uma varanda a enobrecer a fachada principal e o jogo do contraste cromático entre o escuro da cantaria granítica e o branco das paredes caiadas pertencem à fase barroca da campanha. O ritmo composto pelos diferentes formatos e tamanhos dos vãos, assim como as mansardas são uma citação da arquitectura pombalina. As arcadas térreas são nitidamente neoclássicas. No conjunto, porém, a contenção da distribuição dos elementos e a sua linearidade permitem que os diferentes corpos que formam os edifícios se articulem harmoniosamente e favorecem as qualidades estruturais da fortaleza original.

Puramente neoclássica é nova porta de Avis, aberta em 1804 pelos cidadãos de Évora, em memória do Príncipe D. João, regente do reino, conforme se pode ler na inscrição da lápide em mármore que a encima²⁰⁴.

²⁰² De destacar ainda, as coberturas de duas águas nos corpos centrais e de quatro águas nos angulares, as mansardas e o beirado assente em cimalha que remata as quatro faces do imóvel. No interior, merecem a nossa atenção a área de distribuição, na entrada, de secção oval, os corredores cobertos por abóbadas de meio canhão, as escadas de granito e as pinturas murais alusivas à vida militar. De referir também que aquando da reforma do exército português encetada por Beresford, o quartel passou a ser ocupado pelo Regimento de Cavalaria nº. 5 T. ESPANCA – *Inventário Artístico de Portugal. Concelho de Évora*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1966, pp. 14-16.

²⁰³ H. F. LINK – *Travels in Portugal and through France and Spain, with a dissertation of the literature of Portugal, and the Spanish and Portuguese Languages*. London: T. N. Longman and O. Rees, Paternoster Row, 1801, p. 472.

²⁰⁴ Túlio Espanca data-a de 1525, considerando que foi levantada para homenagear a entrada da rainha D. Catarina de Áustria na cidade. Mas, tal como Miguel Lima salienta, tomando a placa da inscrição como fonte documental, 1804 é, efectivamente, o ano da construção da nova porta de Avis. M. dos R. P. de LIMA – *O Recinto Amuralhado de Évora*. Évora: Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, 1995, p. 31.

“Nova Porta de Aviz / Aberta no Anno da Esterilidade de 1804 / Sendo Regente do Reino O Príncipe D. João / Pai de sevs vassallos Piedoso filho de D. Maria I / OS CIDADÃOS PVSERÃO AQVI / AOS VINDOVROS ESTA MEMORIA”.

Mandada fazer pelo corregedor José Inácio Cordeiro, com autorização do General Fernando da Costa, a nova porta de Avis foi rasgada na muralha²⁰⁵ ao lado de uma homónima mais antiga, documentada desde o século XIV²⁰⁶. Tomando como modelo os pórticos romanos, a porta abre-se em arco de volta perfeita e túnel de pouca profundidade. O arco está flanqueado por dois pares de pilastras simples sobrepostas, adossadas ao pano do muro, que suportam o entablamento. Este distingue-se pelo modo como a arquitrave está destacada e pela altura do friso, elevado para acolher a placa em mármore com a dedicatória ao futuro D. João VI. À semelhança do arco, o friso também é apilastrado, embora com pilastras obviamente mais pequenas e ornamentadas nas ilhargas por volutas. O frontão é triangular, de tímpano ornamentado com um simples florão. A clareza da sua linguagem neoclássica e o registo inscrito da intenção dos Eborenses de fazer a Porta de Avis em memória de D. João – “OS CIDADÃOS PVSERÃO AQVI / AOS VINDOVROS ESTA MEMORIA” – elevam-na à categoria de monumento ao príncipe regente, entroncando-a na tradição dos arcos triunfais e comemorativos romanos, numa possível invocação do passado Antigo da cidade.

No ano anterior à abertura da porta de Avis, D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas (1724-1814)²⁰⁷ chegava a Évora, vindo de Beja, para tomar posse

²⁰⁵ No avesso da porta de Avis, sobre o túnel, embebida na espessura da muralha, está a ermida da Senhora do Ó, fundada em 1482.

²⁰⁶ Esta foi entaipada somente depois de 1806. Hoje são ainda visíveis, sobre o seu antigo arco, fragmentos do fresco que a ornamentava, uma representação de “A Fuga para o Egipto”. M. dos R. P. de LIMA, *op. cit.*, p. 32.

²⁰⁷ Nascido em Lisboa, no seio de uma família de modestos artífices - o seu pai era ferreiro -, foi baptizado Manuel Martins, que substituiu por Manuel do Cenáculo quando entrou para a vida religiosa, a que acrescentou Vilas-Boas, nome de uma das paróquias da diocese de Beja, que dirigiu, e que lhe foi concedido por favor régio em 1771. A sua integração na carreira religiosa terá sido condicionada, precisamente, pelas poucas posses familiares. Assim, em 1736, entra para o colégio da Congregação do Oratório em Lisboa. Três anos mais tarde, ingressa na Ordem Terceira de S. Francisco. No ano seguinte, professou no Convento de Jesus e parte para Coimbra, onde se doutora em Teologia (1749) e ensina Teologia no colégio de S. Pedro. Regressa a Lisboa em 1755, assumindo a partir de então, sucessivamente, os encargos de inspector das igrejas e benefícios das ordens militares (1758), capelão-mor das armadas reais (1764), Provincial da sua ordem (1768), confessor e depois preceptor (1770) do Príncipe da Beira, D. José (filho da futura D. Maria I), e Presidente da Real Mesa Censória. A sua proximidade política com o Marquês de Pombal permite-lhe fazer parte das muitas comissões pombalinas para a reforma do ensino, nomeadamente da Junta da Providência

do arcebispado, como sucessor do falecido D. Frei Joaquim Botelho de Lima (1717-1800)²⁰⁸. Ao transferir-se para Évora, Cenáculo, bibliófilo e coleccionista, trouxe consigo grande parte do seu espólio livresco, artístico e arqueológico, muito enriquecida durante o seu bispado bejense e mantida por ele no seu gabinete particular na Sé e no Museu Sesinando Cenáculo Pacense, que havia fundado em 1791²⁰⁹.

A ideia de criar uma Biblioteca Pública em Évora é, no entanto, anterior à vinda de Frei Manuel do Cenáculo para a cidade. Terá despontado com o seu antecessor na diocese eborense, D. Joaquim Botelho de Lima. Este fora o primeiro a pretender estabelecer uma Livraria de acesso público na cidade de Évora, tendo conseguido, para esse fim, uma bula pontifícia e o beneplácito régio e doado a sua valiosa biblioteca pessoal de dois mil volumes²¹⁰. Frei Manuel do Cenáculo terá encontrado na iniciativa antecedente de Botelho Lima terreno fértil para implantar, em Évora, o modelo de biblioteca-museu que ele conheceu quando viajou até Roma para assistir ao Capítulo Geral da Ordem Terceira de S. Francisco no ano de 1750, como a fundada por Ângelo Maria Querini, bispo de Brescia²¹¹: “As famosas Bibliothecas, que se representarão à

Literária, de que foi conselheiro. J. A. G. MACHADO - *Um Coleccionador Português do Século das Luzes: D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas, Arcebispo de Évora*. Évora: Publicações Ciência e Vida, Lda., 1987, pp. 7 e 8; J. O. CAETANO - “Os Restos da Humanidade. Cenáculo e a Arqueologia”. *Imagens e Mensagens, Escultura Romana do Museu de Évora. s.l.*: Instituto Português dos Museus, Museu de Évora, 2005, pp. 49-51.

²⁰⁸ D. Joaquim Xavier Botelho de Lima fora confirmado arcebispo de Évora a 15 de Dezembro de 1783, tomando posse do cargo no dia 22 de Março do ano seguinte. Do seu pontificado, destacam-se as obras importantes que fez na tribuna da catedral. Frei Manuel do Cenáculo foi nomeado arcebispo de Évora a 6 de Março de 1802, mas só assumirá oficialmente o cargo no dia 11 de Novembro de 1803. F. de ALMEIDA – *História da Igreja em Portugal*. Porto. Lisboa: Livraria Civilização, s.d. (vol. III), p. 532; F. A. L. VAZ – “A Fundação da Biblioteca Pública de Évora”. *Frei Manuel do Cenáculo – Construtor de Bibliotecas*. Coord. F. A. L. VAZ, J. A. CALIXTO. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006, p. 60.

²⁰⁹ Criado em 1791, o nome do museu teve origem na sua localização, sito que estava na ermida de S. Sezinando, entre o colégio jesuíta de Beja, que Cenáculo ocupou paço episcopal, e a igreja do Salvador. J. CAETANO, *op. cit.*, p. 53.

²¹⁰ É possível que Frei Manuel do Cenáculo tenha sabido das iniciativas de Botelho de Lima logo que realizadas, pois mantinha contactos directos com este - chegou a substituí-lo na sagração do Convento da Serra de Ossa em 1797 e a estacionar no paço do arquiépiscopado eborense. Em Évora, Cenáculo encontrou os volumes ofertados por Botelho de Lima à não concretizada biblioteca dispersos pelas divisões do paço. J. S. RIBEIRO – *Apontamentos Históricos sobre Bibliotecas Portuguesas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1914, p. 51; F. A. L. VAZ (2006), *op. cit.*, p. 59.

²¹¹ No percurso até Roma teve oportunidade de conhecer ainda as bibliotecas Real de Madrid, da Universidade de Alcalá e da Universidade de Turim. J. C. BRIGOLA – “Frei Manuel do Cenáculo – Semeador de Bibliotecas e de Museus. O Conceito de Biblioteca-Museu na Museologia Setecentista”. *Frei Manuel do Cenáculo – Construtor de Bibliotecas*. Coord. F. A. L. VAZ, J. A. CALIXTO. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006, p. 47; J. O. CAETANO, *op. cit.*, p.50.

nossa curiosidade nas Cidades eruditas da nossa passagem, levantarão milhares de idéas que se começarão a reproduzir, como o tempo hia permitindo”²¹². Modelo que ele já teria intentado concretizar em Beja, enquanto bispo daquela cidade alentejana, conforme indicia uma “aguada” e sete desenhos (alçados, plantas e cortes) assinados pelo arquitecto Joaquim de Oliveira²¹³, depositados na Biblioteca Pública de Évora e até hoje não referidos pelos investigadores, com excepção de Gabriel Pereira que os inventariou²¹⁴.

O propósito da “aguada” aparenta ser o planeamento de um complexo arquitectónico, da distribuição dos edifícios que o constituem por um terreno. Legendada, a “aguada” tem, ali, as funcionalidades previstas nitidamente discriminadas, destacando-se o “Museu e Livraria” e o “Paço dos senhores Bispos”²¹⁵. Os desenhos corresponderão, pela simetria detectada entre as plantas - um rectângulo intersectado, ao centro, por um corpo quadrangular - e pela dupla valência do programa enunciada nas mesmas, nos alçados e nos cortes²¹⁶, ao projecto pormenorizado do museu e da biblioteca, em que o braço esquerdo do edifício estaria destinado ao museu e o direito à livraria, com a galeria e a sala de leitura a ocuparem o primeiro piso, enquanto as respectivas oficinas eram relegadas para o nível térreo. A linearidade da fachada principal, sublinhada pela balaustrada e enobrecida pelo duplo frontão triangular do

²¹² M. do CENÁCULO – *Memórias Historicas e Appendix Segundo [...] Para Observância e Estudos da Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1794 (V. 2), 203. Citado de M. D. DOMINGOS – “Biblioteca de Bibliotecas. A Gênese da Biblioteca Pública no Pensamento de Cenáculo”. *Frei Manuel do Cenáculo – Construtor de Bibliotecas*. Coord. F. A. L. VAZ, J. A. CALIXTO. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006, pp. 23 e 24.

²¹³ Sobre Joaquim de Oliveira sabemos que a sua actividade profissional está balizada nos anos de 1753 e 1803, tendo participado na reconstrução pombalina de Lisboa. Foi arquitecto da Junta do Comércio (desde 1762), “segundo-arquitecto” das obras dos paços reais; arquitecto das obras do Conselho da Fazenda (nomeado a 17 de Maio de 1780), medidor da casa das obras de Lisboa (a partir de 4 de Fevereiro de 1788) e arquitecto do Senado. São-lhe atribuídas as autorias dos Armazéns da Cruz da Pedra, do restauro e da ampliação do convento de S. Bento da Saúde (1776-1781), da reedificação do Quartel da Cruz da Taboada e da reparação do convento da ordem militar de Santiago de Espada (1801). Está ainda documentada a assistência que fez a uma vistoria ao mosteiro de S. Bento da Saúde a 3 de Fevereiro de 1791, para ali se instalar o cartório do registo das Mercês. W. ROSSA – “Joaquim de Oliveira (act. 1753-1803)”. *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, 329-330.

²¹⁴ G. PEREIRA – *Cartas Geographicas e Topographicas, gravadas ou manuscriptas conservadas na Bibliotheca Pública de Évora*. s.l.: s.n., 1880, p. 5.

²¹⁵ Incluía ainda oficinas, jardim e pátios. BPE, Gaveta 8, Pasta nº. 1, Desenho 21.

²¹⁶ “Frente da Caza do Museu e Livraria, Sala Principal da entrada”, “Prospecto da caza da Livraria, do lado do meio dia”, “Especado ou perfil da livraria e oficinas”, “Planta do plano de Cima da caza do Muzeu, e caza da Livraria, e Offecinas da mesma”, e “Planta do passim do Muzeu, e Offecinas = da Livraria, e Offecinas da mesma”. BPE, Gaveta 8, Pasta nº. 1, Desenhos 6-9

tramo central (o do portal), e a depuração geométrica das restantes faces configuram um edifício neoclássico.

Embora nenhum dos desenhos esteja datado ou forneça qualquer referência sobre a identidade do seu/s encomendador/es e do sítio para onde haviam sido realizados, a indicação na legenda da “aguada” que o terreno a ocupar pertencia ao “Colégio Norte”, a articulação com um “Paço dos senhores Bispos”, a assinatura de Joaquim de Oliveira e a dupla funcionalidade (museu e biblioteca) tornam plausíveis Beja como destino do projecto e Frei Manuel do Cenáculo como seu mentor.

As referências ao “Colégio Norte” e ao “Paço dos senhores bispos” aludirão ao colégio jesuíta de Beja, expropriado à Companhia de Jesus ainda inacabado (havia sido iniciado em finais do século XVII) com a expulsão da ordem de Portugal em 1759 e cedido pelo Marquês de Pombal, a 6 de Junho de 1771, para que fosse convertido em paço do muito recente bispado bejense – criado por decreto 10 de Julho de 1770²¹⁷. A obra de adaptação do colégio a paço foi entregue a Joaquim de Oliveira²¹⁸, possivelmente porque fazia parte do círculo de relações pessoais de Frei Manuel do Cenáculo, o primeiro bispo de Beja. O tratamento carinhoso de primo que Cenáculo dá a Joaquim de Oliveira na sua correspondência evidencia essa familiaridade e até denota a existência de um grau de parentesco entre os dois²¹⁹. A proximidade entre ambos também justificaria a recorrente intervenção de Joaquim de Oliveira em campanhas a que Frei Manuel do Cenáculo esteve associado, designadamente em Lisboa, na reconstrução pós terramoto de 1755 da igreja de Nossa Senhora das Mercês e na remodelação do Convento de Jesus para receber a Academia das Ciências²²⁰. Este passado comum reforça a hipótese do projecto de

²¹⁷ Estaria previsto complementar a obra do paço com o levantamento de uma catedral. T. ESPANCA – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Beja*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1992 (vol. XII), p. 166.

²¹⁸ J. O. CAETANO, *op. cit.*, p. 56.

²¹⁹ Na Biblioteca Pública de Évora estão depositadas cinco cartas de Joaquim de Oliveira para Frei Manuel do Cenáculo, catalogadas do número 2453 ao 2457. Na primeira, remetida de Lisboa a 29 de Fevereiro de 1776, o arquitecto dá notícias de uma prima e de uma tia e alude a uma certa intriga, pouco clara, urdida contra Cenáculo. As restantes são datadas de 21 de Setembro de 1778 (referência à medição e construção de um adro), de 18 de Julho e 26 de Setembro (duas redigidas no mesmo dia) de 1780. *Catálogo da Correspondência dirigida a Fr. Manuel do Cenáculo Vilas-Boas*. Évora: Publicações da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, 1946 (vol. III), pp. 144 e 145.

²²⁰ Nas Mercês é-lhe atribuída a autoria da nova fachada e do adro. N. de ARAÚJO - *Peregrinações em Lisboa*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, s.d. (Livro 5), pp.39-41; S. VITERBO,

“Museu e Livraria” assinado por Joaquim de Oliveira corresponder a uma solicitação de Frei Manuel do Cenáculo para Beja. A solicitação adviria da necessidade de acolher e exhibir a biblioteca e as colecções artística, arqueológica e naturalista de Cenáculo, sobretudo a de antiguidades, que teve um substancial enriquecimento em Beja. De facto, recolhido na metrópole do seu bispado depois da morte de D. José I e do consequente afastamento da governação do reino do Marquês de Pombal, seu protector, numa espécie de auto-exílio, Cenáculo pôde cultivar o seu gosto pelo coleccionismo e pela arqueologia, patrocinando escavações, em Tróia e nos arredores de Beja, e reunindo cerca de 160 espécimes arqueológicos, entre lápides, fragmentos de escultura e arquitectura, e inscrições medievais e modernas²²¹. O projecto, contudo, não se terá concretizado²²², ficando o acervo da biblioteca e as colecções dispersos pelo gabinete particular do bispo na Igreja do Salvador, onde estava provisoriamente sedeadada a Sé, pelo paço, e pelo Museu Sesinando Cenáculo Pacense, fundado em 1791²²³.

Frei Manuel do Cenáculo não trouxe de Beja para Évora todo o acervo da sua colecção²²⁴, quer pela dificuldade em transportá-la, quer porque necessitava de criar as condições logísticas adequadas para acolhê-la, deixando parte do seu espólio arqueológico na igreja de S. Sisenando, levando consigo apenas as peças mais valiosas²²⁵. Talvez por isso tenha dado prioridade à instalação da sua biblioteca, destinando-a à ala oriental do paço arquiiepiscopal, onde havia funcionado o colégio dos Meninos do Coro da Sé, ligada ao corpo principal do edifício por um passadiço. No paço propriamente dito ficariam o museu (antiguidades e curiosidades naturais), a galeria de

op. cit., 1988 (vol. II), pp. 219-222; J. de CASTILHO - *Lisboa Antiga*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand - José Bastos, 1903 (2ª ed.), pp. 283 e 284; F. de ANDRADE - *Do Convento de Nossa Senhora de Jesus*. Lisboa: Editorial Império, 1946, pp. 14 e 93; A. M. QUARESMA - *Porto Covo* - "Um Exemplo de Urbanismo das Luzes". *Anais da real Sociedade Arqueológica Lusitana*, 2ª. série, 1988 (II), p. 208.

²²¹ J. C. BRIGOLA (2003), *op. cit.*, pp. 428 e 429 (n. 252).

²²² A insuficiência de rendas cobráveis acabou por fazer demorar as obras da construção da catedral e da adaptação do colégio a paço, que acabaram por ser interrompidas quando Cenáculo deixou o bispado, ficando a Sé muito inacabada. O museu e a biblioteca nem sequer saíram do papel. T. ESPANCA (1992), *op. cit.*, pp. 166 e 167.

²²³ O nome do museu teve origem na sua localização, sito que estava na ermida de S. Sezinando, entre o paço episcopal e a igreja do Salvador. J. CAETANO, *op. cit.*, p. 53.

²²⁴ Coube a Augusto Filipe Simões conseguir, em pleno século XIX, a transferência para Évora do espólio deixado por Cenáculo em Beja. J. O. CAETANO, *op. cit.*, p. 56.

²²⁵ J. S. RIBEIRO - *História dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artísticos de Portugal nos Successivos Reinados da Monarchia*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1873 (Tomo III), pp. 337 e 338.

pinturas²²⁶ e o monetário²²⁷. Para o efeito, Cenáculo teria planeado uma remodelação profunda das duas edificações arquiépiscopais, recorrendo novamente aos préstimos de Joaquim de Oliveira, como concluímos por outra série de desenhos assinados por este arquitecto, em número de catorze, entre plantas, alçados, cortes e desenhos²²⁸. Entre estes, quatro minuciosas plantas dos dois pisos do paço e do colégio indiciam que Joaquim de Oliveira começou por preparar a intervenção realizando um exaustivo levantamento dos dois imóveis²²⁹. O último ano de actividade registada do arquitecto pombalino, 1803, sugere que os desenhos em questão tenham sido executados entre a nomeação de Frei Manuel do Cenáculo para o arcebispado de Évora, em 1802, e a efectiva assunção do cargo no ano seguinte.

A existência de dois alçados com a representação do perfil do passadiço que ainda hoje liga o edifício do museu ao da biblioteca e de outros dois com a marcação do respectivo vão de acesso²³⁰ confirmam a sua identidade e permitem a dedução que Joaquim de Oliveira terá elaborado um par de propostas para a remodelação de ambas fachadas, da do paço transformado em galeria, virada a Nordeste, e da do colégio transformado em livraria, virada a Sul. Nas duas, Joaquim de Oliveira optou por um classicismo menos apurado que no projecto para Beja, embora não chegue a atingir o dinamismo ondulante da fachada da igreja das Mercês em Lisboa, excêntrica à ortodoxia pombalina, o que faz com que muitos autores contestem a autoria que lhe é atribuída. A “Livraria” e o Museu para Évora estão mais próximos da tendencia

²²⁶ Segundo a *Relação das pinturas que o Ex. Sr. Don Frei Manuel do Cenáculo deixou na Livraria Eclesiástica e Pública da Metrópole Eborense para uso Público*, elaborada logo após o falecimento do arcebispo em 1814, a colecção de pintura contava com 478 obras. Não sabemos, porém, qual o número das trazidas de Beja e quantas foram adquiridas entretanto, estando Frei Manuel do Cenáculo já em Évora. J. A. G. MACHADO, *op. cit.*, p. 42.

²²⁷ A colecção era constituída por mais de sete mil exemplares de numismática, 160 lápides e fragmentes escultóricos, algumas centenas de pinturas e uma ignorada quantidade de espécimes de naturália. O Monetário tinha moedas godas, portuguesas (medievais e modernas), romanas e mouras. F. A. L. VAZ, *op. cit.*, pp. 63 e 64.

²²⁸ BPE, Gaveta 8, Pasta nº. 1, Plantas 45-51.

²²⁹ Em que todas as divisões estão assinaladas numericamente, remetendo essa numeração para um rol de referências com quatro páginas, anexo às plantas: “Plano inferior”, “Plano inferior do pavimento das oficinas das logas”, “Plano Superior” e “Plano Superior do Pavimento nobre”. Também fará parte deste levantamento o que aparenta ser um alçado da fachada do paço arquiépiscopal. Assim o indica a sua implantação no terreno, num suave declive que faz o imóvel ter dois pisos na primeira secção e terminar com três pisos na última secção, e a roseta que fecha a moldura superior recortada dos vãos do último piso, semelhantes às que ainda podemos ver, hoje, a ornamentar as janelas do primeiro andar da Biblioteca Pública. Destaque ainda para o frontão barroco da porta principal. BPE, Gaveta 8, Pasta nº. 1, Plantas 6 – 9.

²³⁰ BPE, Gaveta 8, Pasta nº. 1, Plantas 53-55 e 57

predominante na reconstrução de Lisboa, à qual não foram alheias influências dos barrocos italiano e centro-europeu, matizados por uma maior sobriedade – no uso de águas-furtadas e nas grandes janelas rasgadas sobre os portais, em que se denota o ascendente de Ludovice, possivelmente por via de Mateus Vicente (veja-se a fachada de cerimónia do palácio de Queluz)²³¹.

Uma das propostas previa a uniformização da feição de ambos os edifícios, fazendo-se avançar as fachadas da biblioteca e do museu em relação à estrutura original e riscando-se alçados compostos por três tramos, com os laterais a se ficarem pelos dois pisos, enquanto o central atingiria o terceiro por meio da implantação de uma ampla água-furtada, rematada por frontão triangular e ladeada por volutas²³².

No que concerne ao outro projecto, Joaquim de Oliveira distingue a fachada da biblioteca da do museu. Para o museu, comparando com o projecto anterior, modifica somente o número de tramos e o coroamento da fachada principal²³³. O número de tramos cresce para cinco, mas sem alterar a largura do alçado, pois coincidem com as linhas de vãos. No coroamento da fachada principal, a empena da cobertura de duas águas é deixada a descoberto e decorada com almofadas e pilastras e vazada por janelão, encimado por escudo e encaixado, pela base, num frontão curvo quebrado que remata o tramo central do alçado²³⁴.

Na fachada da biblioteca²³⁵, o tramo central fica restringido aos vãos do portal e da grande janela que se lhe sobrepõe, culminando num simples frontão triangular, decorado nos vértices com fogaréus e urna, e de tímpano vazado por uma pequena janela que forma uma espécie de falsa água-furtada. A

²³¹ José Eduardo Horta Correia salienta a proximidade de Joaquim de Oliveira com Mateus Vicente na reconstrução dos templos localizados nas margens da Lisboa pombalina, pertencentes às ordens religiosas que se afirmaram ideologicamente também à margem da nova sociedade, mantendo-se numa linha de continuidade da época joanina, expressa normalmente através de um gosto barroco tardio de sabor “borrominesco”. J. E. C. H. CORREIA – *Vila Real de Santo António. Urbanismo e Poder na Política Pombalina*. Porto: F.A.U.P., 1997, 203 e 204.

²³² BPE, Gaveta 8, Pasta nº. 1, Desenhos 26-28 e 32

²³³ BPE, Gaveta 8, Pasta nº. 1, Desenho 34

²³⁴ Este alçado, no entanto, inclui ainda a possibilidade de uma solução alternativa para o remate da fachada do museu. Nesta, o janelão e o frontão quebrado são substituídos pela inclusão na empena de um terceiro nível, um mezanino que abrange os três tramos centrais, os mais pequenos, e que também seria rematado por um escudo. A solução alternativa articula-se com a anterior através da montagem de uma pequena folha colada por uma das extremidades, permitindo assim sobrepôr o desenho da nova proposta de remate da fachada ao alçado e criar o efeito de estar-se perante um segundo projecto. BPE, Gaveta 8, Pasta nº. 1, Desenho 24

²³⁵ BPE, Gaveta 8, Pasta nº. 1, Desenho 23

ladear este frontão, simétricas, duas verdadeiras águas-furtadas, a pontuar o eixo dos dois tramos laterais. Cornijas, pilastras e cunhais completam o enobrecimento de um alçado que é, talvez, aquele em que a experiência de Joaquim de Oliveira na reconstrução de Lisboa está mais presente e em que a economia dos elementos acrescidos e a simplicidade das soluções conseguem o resultado arquitectonicamente mais coerente, evitando o efeito de sobreposição do novo sobre o preexistente que os restantes desenhos transmitem.

Em ambos os projectos, pelos cortes e pelas plantas por que são constituídos, tanto a sala de leitura (“Sala Pública”) da biblioteca como as galerias do museu deveriam ficar situadas no primeiro piso, o andar nobre²³⁶. Salvaguardando opções distintas para a abertura das fontes de iluminação do interior (na empena ou por águas-furtadas) e dos vãos das portas de acesso, ambos os projectos revestem as paredes da “Sala Pública” de estantes para o acervo bibliográfico, arrumado por temáticas²³⁷. Seguiam o modelo de biblioteca que Cenáculo deve ter conhecido em Espanha e, principalmente, em Itália²³⁸, como fica bem patente pela presença, entre os desenhos de Joaquim de Oliveira depositados na Biblioteca Pública de Évora, de três gravuras do interior da Biblioteca Casamatense em Roma (cortes longitudinal e transversal)²³⁹, cuja similitude com o desenhado para a “Livraria de Évora” lhe concede o estatuto de protótipo inspirador²⁴⁰.

²³⁶ O corte longitudinal do museu permite-nos ver os diferentes aspectos da organização do espaço e da construção, incluindo as traves de sustentação da cobertura. As plantas dos pisos térreo e superior mostram, neste, duas galerias dispostas paralelamente (tem a maior, sensivelmente, o dobro da dimensão da menor) e o corredor que as liga e se prolonga pelo passadiço que dá passagem à biblioteca, e, naquele, a seccionação das várias divisões, não identificadas. BPE, Gaveta 8, Pasta nº. 1, Plantas e Desenhos 37-39

²³⁷ BPE, Gaveta 8, Pasta nº. 1, Plantas e Desenhos 40-44

²³⁸ Ter-se-á baseado na organização do espaço da biblioteca do Instituto Specula de Bolonha, sediado no Palazzo Poggi, com as suas salas abertas para o claustro e divididas por áreas de saber, uma das que Cenáculo visitou aquando da sua viagem a Roma em 1750. J. O. CAETANO, *op. cit.*, p. 50.

²³⁹ BPE, Gaveta 8, Pasta nº. 1, Gravuras s/n. A Biblioteca Casanatense nasceu de um fundo de 25 000 volumes e 160 000 escudos legado em testamento, a 5 de Outubro de 1698, pelo cardeal Girolamo Casanete, destinado à construção de uma grande biblioteca pública na cidade de Roma, junto ao convento dominicano de Minerva. O edifício da Biblioteca Casanatense foi iniciado ainda antes da morte do cardeal, tendo a obra sido dirigida pelo arquitecto Antonio Borioni, com projecto atribuído a Carlo Fontana. A sua inauguração ocorreu a 3 de Novembro de 1701. *Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti*. Milano: Instituti Giovanni Treccani, 1931, vol. IX, pp. 282 e 283.

²⁴⁰ O modelo, porém, está já patente na rica e elegante livreria do Convento de Jesus (Academia das Ciências), construída de 1771 a 1800, igualmente por iniciativa de Frei Manuel

Sem legendagem que nos informe da localização das oficinas, dos gabinetes de trabalho e dos depósitos de livros, apenas podemos conjecturar que funcionariam nos pisos térreos, baseados na divisão dos espaços interiores representada nos cortes e nas plantas, e sobretudo por analogia com as directrizes determinadas por Cenáculo para a Biblioteca Pública de Lisboa, quando era presidente da Real Mesa Censória na década de 1770²⁴¹, que conhecemos graças a uma nota manuscrita enviada por ele a Reynaldo Manuel, o Arquitecto Geral de Obras Públicas em 1773. Para Lisboa, Frei Manuel do Cenáculo havia estabelecido, como programa, uma biblioteca bem proporcionada e majestosa, capaz de acolher milhares de volumes, com um grande átrio “para ornato” e acesso ao andar superior, o principal, onde ficariam situados a “Sala Pública” e os gabinetes para os censores ou outros ministros que realizassem trabalhos especiais, amanuenses e copistas. Programava-se ainda a existência de um gabinete para o Bibliotecário Maior; salas para os restantes bibliotecários, os livros (distribuídos por faculdades e matérias), os mapas, os globos, as raridades, os manuscritos e os códices; uma galeria ou duas salas para o monetário, os desenhos, as estampas e as pinturas dos mestres, que ele considerava fundamentais numa biblioteca; e oficinas de encadernação, armazéns de materiais de imprensa e depósitos de livros e manuscritos de “inferior ordem”²⁴².

As semelhanças que detectamos na sala de Leitura Geral que conhecemos actualmente e os dois projectos de Joaquim de Oliveira apontam para a possibilidade de estes serem os únicos de alguma forma concretizados durante a campanha de obras iniciada em 1803 e prolongada, sem grandes incidentes, até 1805, com um custo que rondou os 6.800.000 réis. Concomitantemente, Frei Manuel do Cenáculo preparou ainda uma “Segunda Casa” no paço arquiiepiscopal para albergar as suas colecções, com a qual

do Cenáculo e sob planos de Joaquim de Oliveira. A. F. PIMENTEL – “Bibliotecas”. *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989, p. 90.

²⁴¹ A Mesa Censória tinha-se atribuído a missão de instituir uma biblioteca pública, à altura das maiores da Europa, que substituisse os “estabelecimentos literários”, como a Biblioteca Real, que tinham desaparecido com o terramoto de 1755. M. D. DOMINGOS (2006), *op. cit.*, p. 25; J. E. PEREIRA – “Ribeiro dos Santos, Cenáculo e a Criação da Biblioteca Pública”. *Frei Manuel do Cenáculo – Construtor de Bibliotecas*. Coord. F. A. L. VAZ, J. A. CALIXTO. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006, p. 20.

²⁴² M. D. DOMINGOS – “A Primeira Biblioteca Pública Portuguesa, 1775-1795. Planos, Projectos e Primeiros Fundos”. *Cadernos BAD (1)*, Lisboa, 1994, pp. 62, 65 e 66; M. D. DOMINGOS (2006), *op. cit.*, pp. 34 e 35.

despenderia a soma de 3. 479.260 réis no pagamento de pedreiros, carpinteiros e lançadas. A sua remodelação, contudo, não cumpriu o espaço definido na planta elaborada pelo arquitecto Joaquim de Oliveira.

Eventuais dificuldades na continuação do financiamento da empreitada, agravadas pela conjuntura das invasões francesas (1807-1811) e da época pós-invasões²⁴³, terão ditado a inconsequência da maior parte da remodelação projectada com a nomeação de Cenáculo para arcebispo de Évora²⁴⁴. Fica, porém, como registo derradeiro das possibilidades de intervenção na cidade sob o ocaso do Antigo Regime e de ambição inconcretizada de construir uma arquitectura digna do passado de Évora.

As consequências da segunda invasão napoleónica (1808) foram particularmente gravosas para os Eborenses. Perante o avanço do exército francês, as autoridades de Évora tentaram resistir-lhe com uma defesa sustentada em 1600 homens, Portugueses e Espanhóis, e no bloqueio com tapumes de pedra e argila de três das cinco portas da cidade, que pouco tempo conseguiram suportar o assédio da artilharia e dos soldados franceses. Estes, em número de 8 000 e comandados pelo general Loison, tomaram a cidade pela porta do Rossio na tarde do próprio dia em que chegaram aos seus arrabaldes, a 29 de Julho de 1808²⁴⁵. Como represália pela sua resistência, Évora foi vítima de um violento saque que se prolongou até ao dia 31, a que nenhum convento ou igreja terá escapado²⁴⁶. Os vandalismos, as pilhagens, as

²⁴³ Entre 1805 e 1808, pouco ou nada se avançou nas obras de adaptação do paço a biblioteca e museu. Mesmo assim, recebeu a visita do Príncipe Regente D. João, acompanhado da sua mulher, a Princesa D. Carlota Joaquina, em 1806. As invasões napoleónicas interromperam definitivamente os trabalhos e embora Frei Manuel do Cenáculo retomasse o projecto da biblioteca logo após a derrota dos franceses, com os respectivos estatutos a saírem em 1811, o estado da economia do país terá obrigado ao reequacionamento da dimensão do projecto. Em 1813, o museu começou a ser organizado pelo bacharel Francisco de Paula Velez e o catálogo da livraria começou a ser feito por José da Estrela Marques, coadjuvado por José Constâncio Lopes da Cruz. F. A. L. VAZ, *op. cit.*, pp. 60-62, 65 e 66.

²⁴⁴ Apenas a sala de Leitura Geral e um gabinete da biblioteca ficaram concluídos em 1805, mantendo-se como únicos até 1844. O gabinete desapareceu em 1877 para permitir a abertura de uma nova entrada na biblioteca. G. PEREIRA – “A Bibliotheca Publica d’ Evora”. O *Manuelinho d’ Evora*, Évora, nº. 71, 30 de Maio de 1872 (Ano II), 1.

²⁴⁵ J. A. das NEVES – *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*. Porto: Edições Afrontamento, s.d. (tomos III, IV e V), pp. 249 e 250.

²⁴⁶ Muitos dos objectos de culto e alfaia saqueados acabaram por ser recuperados por pessoas que os compraram numa feira de trastes e preciosidades que soldados franceses organizaram em Elvas, devolvendo-os depois às igrejas a que pertenciam. J. A. das NEVES, *op. cit.*, pp. 250-252 e 259; F. A. L. VAZ – “Évora Lastimosa e outros textos sobre o saque de Évora pelos franceses em 1808”. *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*. Lisboa:

agressões e as mortes perpetrados pelos franceses naqueles três dias causaram tão forte impressão nos Eborenses que se assistiu, quase imediatamente, à produção de uma série de narrativas dos principais incidentes então ocorridos²⁴⁷. Destaque para o relato redigido por Frei Manuel do Cenáculo, um dos protagonistas dos acontecimentos narrados, quer como uma das autoridades da cidade à altura, quer na tentativa de contenção da agressividade do invasor, quer enquanto vítima – alguns dos objectos mais valiosos da sua colecção foram roubados, incluindo grande parte do monetário, verificando-se também a destruição de muitos dos seus livros, manuscritos e raridades exóticas, chegando o próprio Cenáculo a ser preso pelo exército ocupante em Beja²⁴⁸.

Se o cerco do exército francês à cidade, pelo pouco tempo que durou,

Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, vol. 15 (2ª série), 2002, pp. 191-210.

²⁴⁷ Ver Frei Manuel do Cenáculo, *Memoria Descriptiva do assalto, entrada e saque de Évora pelos Francezes, em 1808. Imprensa e expensas do Municipio em gratidão e lembrança do Arcebispo D. Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas*, 1808 (impresso e editado em 1887 pela Minerva Eborense, com prefácio de António Francisco Barata); João Limpo Pimentel de Lacerda, *Mappa Histórico-Militar-Político, e Moral da Cidade de Évora, ou exacta narração do Terrível Assalto, que à mesma Cidade deu o General Loison com hum Exército de nove mil homens em o Fatal Dia 29 de Julho de 1808* (Lisboa, Oficina de António Rodrigues Galhardo, 1814); António Mexia Fouto Galvão Pereira, *Évora no Seu Abatimento, gloriosamente exaltada ou Narração histórica do Combate, Saque e Crueldades praticadas pelos Francezes em 29. 30. E 31. De Julho de 1808 na Cidade de Evora, com huma breve exposição das suas antecedenças, e consequencias, para maior clareza da historia. Dedicada ao Principe Regente Nosso Senhor, em nome da mesma Cidade pelos Deputados, que ella mandou á Suprema Regencia do Governo da Corte, e Reinos, e escrita pelo Bacharel António Mexia Fouto Galvão Pereira* (Lisboa, Na Typografia Lacerdina, 1808); José Joaquim da Silva, *Evora lastimosa pela deploravel catastrophe do fatal triduo de 29, 30, e 31 de Julho de 1808: Memoria histórica dos acontecimentos relativos especialmente ás Corporações Ecclesiasticas de hum, e outro sexo: dividida em duas partes: Offerecida ao Il. E Exmo Marquez de Olhão; Gentil-Homem da Camara do Principe Regente, Nosso Senhor; Gram Cruz da Ordem de Cristo; Monteiro Môr do reino; Tenente General, e Capitão General do Algarve; e Governador do Reino. Primeira Parte* (Lisboa, Na nova Officina de Rodrigues Neves, 1809); José Joaquim da Silva, *Evora Lastimosa (...). Segunda Parte* (Lisboa, Na Impressão Régia, 1814).

²⁴⁸ Apesar de Loison ter instalado o seu quartel general no paço arqui episcopal, este não escapou à violência daqueles dias: "(...); não ficou quasi nada da prata de que o meu antecessor se tinha provido; fiquei sem anel episcopal; todo o copioso monetario, que a tanto custo tinha juntado para deixar, juntamente com a grande livraria que tenho edificado (...). – Tudo quanto era ouro e prata foi saqueado, como também rasgados os livros e feitos pedaços os manuscritos, quebrando as mais pequenas e delicadas peças do museu natural e artificial, unicamente para levarem alguns pequenos remates de prata e oiro, fazendo em pedaços imagens de Christo e Santos, em fim, reduzindo todo um estado de fazer lastima ainda a quem não é curioso. / (...) porque quasi não houve igreja onde não obrassem o insolentissimo sacrilegio de arrombar o Santo Tabernaculo, (...)". Frei M. do C. V. BOAS - *Memoria Descriptiva do assalto, entrada e saque de Évora pelos Francezes, em 1808*. Évora: Minerva Eborense, 1887, pp. 14 e 15. Ver ainda F. A. L. VAZ (2002), *op. cit.*, pp. 198 e 199; J. C. P. BRIGOLA – *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003, p. 433.

provocou apenas danos residuais nas estruturas construídas de Évora²⁴⁹, as repercussões do roubo do ouro e da prata foram bem mais penosas, na medida em que deixaram a cidade sem recursos, condição que atingiu sobretudo as casas religiosas e que levou à acentuada deterioração de muitos dos seus imóveis nos anos seguintes. Essa falta de recursos fica patente logo nesse ano de 1808, quando Junot, cumprindo uma ordem emitida por Napoleão Bonaparte a 4 de Fevereiro, cobrou uma contribuição de 40 milhões de cruzados a Portugal por efeitos da guerra, a pagar pelas províncias e cidades de acordo com a riqueza de cada uma. Para a saldar, os prelados das igrejas e as ordens religiosas deviam contribuir com dois terços do seu rendimento anual quando este não excedesse os 16 000 cruzados ou com três quartos se fosse superior àquela quantia²⁵⁰. Muitos conventos e mosteiros de Évora viram-se impedidos de cumprir integralmente essa obrigação devido ao “inaudito estrago” que padeceram na “catastrofe de dia 29 de jullo pasado”, como atestam quatro missivas de diferentes corporações dirigidas ao Senado da Câmara de Évora²⁵¹, possivelmente o organismo responsável pela recolha da parcela que cabia à cidade alentejana.

A sucessão de conflitos militares e a instabilidade política que marcaram os anos que se seguiram às invasões francesas até à instauração definitiva do liberalismo em 1834 - a revolução de 1820, a “Vilafrancada” (1823), a “Abrilada” (1824), a entronização de D. Miguel (1828) e a guerra civil (1832-34) – abandonaram a cidade de Évora a uma entropia que perdurará até à Regeneração.

²⁴⁹ “(...) , rebentando sobre a abobada [da catedral] granadas que tambem mataram e feriram algumas pessoas e fizeram cair aos meus pés estilhaços e pedaços de pedra, (...)”.Frei M. do C. V. BOAS, *op. cit.*, 12.

²⁵⁰ J. V. SERRÃO – *História de Portugal. A Instauração do Liberalismo (1807-1832)*. s.l.: Editorial Verbo, 1990, pp. 30 e 31.

²⁵¹ ADE – *Correspondência da Câmara Municipal de Évora*, Livro 16, f. 92-95.

Capítulo VII

A construção de uma perspectiva de futuro (1834-1909).

Conforme o século XIX foi passando, Évora conseguiu sustentar uma dinâmica de crescimento, que chegou aos 11 508 habitantes em 1864, aos 13 050 em 1878, aos 15 134 em 1890, e aos 16 020 em 1900, e que lhe permitiu subir um modesto degrau entre as dez mais populosas cidades portuguesas, colocando-se então na sexta posição²⁵². Em termos relativos, no entanto, estes valores representaram apenas pouco mais que 0,30% da totalidade da população urbana do país. Um dos dois principais sintomas desta conjuntura era a quantidade de casas antigas desocupadas, verificada pelo pastor protestante George Borrow: “the houses are in general very ancient, and many of them unoccupied”²⁵³. O outro foi a paralisia do perímetro urbano de Évora, confinado ao limite das muralhas medievais até aos inícios do século XX, conforme o mostrado por uma planta da cidade elaborada pelo capitão Manuel

²⁵² A. MENDONÇA – *Crises de Mortalidade no Concelho de Évora (1850-1900)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000, pp. 56-59. Os valores demográficos para as mesmas datas publicados por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues em 1907 são ligeiramente distintos para os anos de 1864 (11 518) e 1900 (16 152). Também detectámos pequenas dissemelhanças nos valores indicados por Magda Pinheiro para 1864 (11 878 habitantes) e 1878 (13 046 habitantes). Mas, como podemos verificar, com diferenças pouco significativas e mantendo a curva ascendente nos dois autores. E. PEREIRA, G. RODRIGUES – “Evora”. *Portugal. Dicionário Histórico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Heraldico, Numismatico e Artistico*. Lisboa: João Romano Torres & C^a, Editores, 1907 (vol. III), p. 236; J. A. CORRÊA – *Cidades de Portugal*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1907, p. 184; M. A. PINHEIRO – “Crescimento e modernização das cidades no Portugal oitocentista”. *Ler História*, Lisboa, nº. 20, 1990, pp. 82 e 83.

²⁵³ G. BORROW – *The Bible in Spain. Or, the Journeys, Adventures and Imprisonments of an Englishman, in a Attempt to Circulate the Scriptures in the Peninsula*. London: MacDonald, 1959, p. 23.

Joaquim Matos em 1882, por encomenda da edilidade, e outra de 1913²⁵⁴, em que as construções extra-muros se limitam ao cemitério público, na cerca do convento de Nossa Senhora dos Remédios (1840)²⁵⁵, e à Praça de Touros, nas proximidades do baluarte do Príncipe. Embora não estejam assinalados na carta, uma unidade industrial da Companhia de Iluminação a Gás (1889) e um equipamento hoteleiro hoje desaparecido, ambos localizados no Rossio de S. Brás e o asilo Francisco Ramalho Barahona (1908), nas proximidades da Horta do Bispo, constituem o restante das edificações extrínsecas ao núcleo amuralhado, por razões de saúde pública ou por necessidade de espaço, até 1913. A descrição dos arredores de Évora no século XIX confirma que saindo do limite do núcleo amuralhado se entrava num mundo rural. Os “campos circumvisinhos” eram constituídos por “pastagens e searas”, “extensas e despovoadas campinas”, onde “De longe em longe apparecem então, como oasis vecejantes, as quintas cobertas de arvores, com as casas branquedas”²⁵⁶.

A contenção da cidade atrás dos seus muros fez com que a nacionalização dos bens imóveis das ordens religiosas, em consequência da sua extinção no ano de 1834, tivesse sido um facto ainda mais estruturante da arquitectura e do urbanismo oitocentista em Évora que noutras localidades do país. Depois de passarem para a posse do Estado, os que não foram conservados pelo seu alto simbolismo histórico e valor artístico, acabaram demolidos para descongestionamento da malha urbana ou adaptados a novas funcionalidades (câmaras municipais, tribunais, orfanatos, escolas, asilos, etc.),

²⁵⁴ C. ALMEIDA, J. M. P. BARBOSA – *Riscos de um Século. Memórias da Evolução Urbana de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora, 2001, pp. 60 e 61.

²⁵⁵ Inaugurado no dia 10 de Julho de 1840, o cemitério público de Évora ocupou a cerca do convento dos Carmelitas Descalços de Nossa Senhora dos Remédios, cedido com a igreja ao município pelo governo a 30 de julho de 1839. No entanto, desde 1834 que o cemitério da cidade estava acolhido provisoriamente no forte extra-muros de Santo António da Piedade, na cerca do convento homónimo ali localizado. A. S. d' A. B. de Pinho LEAL – “Evora”. *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1874 (vol. 3), p. 94; M. CAROLINO – “A Architectura Tumular em Évora – 1840-1910”. *Além-Tejo*, Évora, nº. 6 (1996), pp. 28-31; M. CAROLINO – “A cidade dos mortos – um espelho da sociedade dos vivos. Estratégias de afirmação social no cemitério de Nossa Senhora dos Remédios de Évora”. *Actas do 2º Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre*. Lisboa: Associação dos Professores de História, 1996, pp. 217-284.

²⁵⁶ “Ruínas Fingidas no passeio publico d’ Evora”. *O Manuelinho d’ Evora*, nº. 46 (Ano II), 1. Que mesmo assim se considerava estar distante da cidade, como foi notado em 1867: “Chegámos a Évora faltavam 20 para o meio dia, apeamonos na estação que é muitissimo bôa fica um pouco distante da cidade não sei por que razão”. C. BASTO – *Viagem a Beja e Évora em 20 de Junho de 1867*, 2º Tomo, f. 31 (exemplar policopiado).

suprindo assim as necessidades tipológicas do jovem aparelho administrativo liberal, demasiado empobrecido para as satisfazer na totalidade com arquitectura nova de raiz.

O convento de S. Domingos foi demolido faseadamente de 1835 a 1842, para dar lugar à praça D. Pedro IV (actual praça Joaquim António Aguiar). O de S. Francisco sofreu um processo semelhante, embora mais prolongado, de 1864 a 1895, e depois de estar ao serviço do tribunal judicial da junta de freguesia de S. Pedro, ali acolhido por ordem da rainha D. Maria II em 1845²⁵⁷. O colégio do Espírito Santo (Universidade) é concedido à Casa Pia em 1836, pelo Governador Civil de Évora, António José de Ávila²⁵⁸. Ali serão ainda instalados o liceu da cidade, nas salas da antiga Universidade, o Governo Civil (1858) e a Repartição Distrital da Fazenda²⁵⁹. Entre 1848 e 1850, o convento da Graça passa a servir o hospital militar e de quartel aos destacamentos de infantaria instalados na cidade²⁶⁰, enquanto a igreja recebe a escola nocturna de desenho e instrução primária da Sociedade Artística Eborense²⁶¹. Em 1864, o arcebispo de Évora permite que se estabeleça um asilo da Infância Desvalida no antigo seminário dos Meninos do Coro, por de trás da Sé²⁶². Em meados do

²⁵⁷ ROSAS, L. – *Monumentos Pátrios...*, 1995 (vol. II), p. 110.

²⁵⁸ Foi ele quem fundou, nesse mesmo ano de 1836, a Real Casa Pia de Évora. Em 1867, a Casa Pia de Évora suportava 100 rapazes e 50 raparigas. No século XX, pelo ano de 1907, a Casa Pia de Évora acolhia 90 rapazes e 37 raparigas, dos 7 aos 18 anos, estando longe da sua capacidade total de alojamento: 100 rapazes e 50 raparigas. Noutro dos edifícios da cidade propriedade da Casa Pia, o convento de S. José, no largo de Avis, a instituição tinha internados e sustentava mais 42 rapazes e 22 raparigas. A. S. d' A. B. de Pinho LEAL, *op. cit.*, 97; J. A. CORRÊA, *op. cit.*, 171 e 172; C. BASTO (2º Volume), *op. cit.*, f. 71 e 83 (exemplar policopiado); E. PEREIRA, G. RODRIGUES, *op. cit.*, p. 238.

²⁵⁹ A Casa Pia ocupava a ala à esquerda frente à Sala dos Actos. Do lado oposto, estava o liceu e os outros estabelecimentos. Esta ocupação do espaço levou, contudo, à degradação das divisões menos usadas, nomeadamente das salas do liceu, da biblioteca e dos Actos. Grande parte do estuque da biblioteca caiu no Verão de 1864, obrigando à remoção de sete mil volumes. *Folha do Sul*, nº. 59, 23 de Outubro, 1864 (1º ano), 4. ADE – Governo Civil de Évora, correspondência com o Reitor do Liceu Nacional de Évora, Livro 3, nº. 43, 1 f; J. A. CORRÊA, *op. cit.*, 173; C. BASTO (2º Volume), *op. cit.*, f. 64 e 80; E. PEREIRA, G. RODRIGUES, *op. cit.*, pp. 238 e 239.

²⁶⁰ Durante esse período, um tenente-coronel graduado do Real Corpo de Engenheiros, de seu nome José Mansos de Faria, elabora três orçamentos e dois mapas das obras a efectuar e efectuadas no extinto convento da Graça em Évora. AHM – Propriedades e Instalações Militares. Obras em Geral, Cx. n.º 22, DIV/3/20/22/23 (4 fls., 1 mp.) e DIV/3/20/22/27 (11 fls. 1 mp.).

²⁶¹ Para o efeito, a sacristia recebe obras de adaptação entre 1863 e 1864, promovidas pelo governador civil Francisco Guedes de Carvalho Meneses. "Notícias da Semana". *O Jornal d' Evora*, nº. 5, 29 de Novembro, 1863, 3; *Roteiro da Cidade de Evora* ..., 10; J. A. CORRÊA, *op. cit.*, 169; C. BASTO (2º Volume), *op. cit.*, f. 80.

²⁶² "Apontamentos extraídos dos livros de acordos do arquivo capitular da Sé de Évora pelo dr. Abel Martins Ferreira, chantre da mesma sé". *Archivo Eborense. Publicação Semanal*. Évora, Typ. Eborense de F. C. Bravo, 1893, 256; *Folha do Sul*, nº. 69, 1 de Janeiro, 1865 (2º ano), 1.

século XIX, chegou a haver um posto dos correios no convento dos Lóios e algumas repartições da administração do concelho e do comissariado da polícia cívica no paço arquiépiscopal²⁶³. A igreja paroquial de S. Pedro será profundamente transformada para receber a Escola Normal de Segunda Classe, inaugurada a 16 de Outubro de 1884²⁶⁴. O convento do Paraíso, onde terá funcionado o hotel Tabacinho na década de sessenta, foi demolido em 1901, para abrir uma praça entre as ruas de Machede e de Mendo Esteves²⁶⁵. Desmantelados foram também o convento de Santa Mónica (1900), para construir “casas baratas para famílias de artistas, operários e trabalhadores pobres”²⁶⁶; e o convento de Santa Catarina (1902), “porque demolido o espaço por elle occupado se transformará n’um largo aprazível e desafogado, desaparecendo as escuras e sombrias ruas que o circulam”²⁶⁷.

Semelhantes destinos tiveram algumas edificações não religiosas, fora da alçada da nacionalização dos bens eclesiásticos, mas atingidas pela mesma vaga demolidora e pelos seus motivos. Assim sucedeu com as portas de Rossio (1863), Alconchel (1868) e Rampa. O antigo Palácio Sepúlveda, ao fundo da rua da Lagoa, comprado no século XVI pelo cardeal D. Henrique para instalar o recolhimento feminino de S. Mansos, será ocupado, sucessivamente, por uma fábrica de moagem de farinha, por uma serração de madeiras e pela Adega Regional²⁶⁸. Em 1881, o Celeiro Comum é cedido pelo município para quartel-general da divisão militar de Évora. No ano de 1893, a imprensa propunha que o Palácio Mesquita, sito na praça D. Pedro e detido pela junta geral do distrito, fosse incorporado nos bens do Estado para que ali se pudesse

²⁶³ C. da C. MANOEL – *Atravez a cidade de Evora ou Apontamentos sobre a Cidade de Evora e seus Monumentos*. Évora: Minerva Comercial, 1900, p. 29; S. GODINHO, *op. cit.*, p. 68.

²⁶⁴ ADE – Governo Civil de Évora, Secção da Junta Geral, Livro 1, nº 49, doc. nº. 4,1 f.

²⁶⁵ C. BASTO (2º Volume), *op. cit.*, f. 35, 36 e 39; J. QUEIROZ – *Da Minha Terra: Figuras Gradadas. Impressões de Arte*. Lisboa: Cultarte, 2003, p. 14.

²⁶⁶ “Apontamentos de Legislação Portuguesa. Ano de 1899. Edifícios e Conventos Extintos”. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*. Lisboa: 5, 1905 (tomo X), pp. 246 e 247.

²⁶⁷ Largo que não chegou a ser rasgado, tal como o mercado público coberto que o município planeou erigir aqui três anos antes não chegou a ser uma realidade. P. S. RODRIGUES – “Em Busca da Cidade Perdida. Condição e destino dos monumentos históricos eborenses (1834-1920)”. *Évora Desaparecida. Fotografia e Património – 1839 ... 1919*. Évora: Câmara Municipal de Évora, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, Centro de História da Arte da Universidade de Évora, 2007, pp. 57 e 59; P. S. RODRIGUES, A. C. de MATOS – “Restaurar para renovar na Évora do século XIX”. *Monumentos*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 26, 2007 (Abril), pp. 140 e 141.

²⁶⁸ A. F. BARATA – “Évora Antiga. Janellas dos Séculos XVI e XVII”. *Serões*, nº. 20, Fevereiro, 1907, pp. 93 e 94.

instalar o tribunal militar e a residência do general comandante da divisão, evitando-se assim a despesa com o aluguer de espaços apropriados às instalações em causa²⁶⁹. Os edifícios da Câmara Municipal, desactivado por volta de 1881, e da cadeia pública que lhe estava adjacente, encerrado em 1899, foram demolidos em 1906²⁷⁰, depois de comprados pelo Banco de Portugal em 1904, para os substituir por uma sua agência²⁷¹.

A prisão será transferida para a antiga cadeia dos estudantes da Universidade, próxima do colégio do Espírito Santo, à altura na posse do Ministério da Guerra, que a vendeu à Câmara em 1880²⁷². Os serviços municipais passaram para a praça do Sertório, reinstalados que foram no antigo solar do marquês de Abrantes ou paço dos condes de Sortelha²⁷³, um edifício com pátio central quadrangular, aberto para o exterior, de acordo com o cânone da arquitectura solarenga dos séculos XVII e XVIII. As obras de adaptação que então recebeu revelaram-se insuficientes no início do século

²⁶⁹ “Representação”. *O Manuelinho de Évora*, nº. 619, 5 de Março, 1893 (ano XIII), 1; “Encargo ilegal e vexatório”. *O Manuelinho de Évora*, nº. 620, 12 de Março, 1893 (ano XIII), 1.

²⁷⁰ Já em 1878 se havia desmantelado uma pequena casa que existia colada à cadeia pública, para desafrontamento da rua da Cadeia (actual Romão Ramalho). Em 1894 e 1903, deitam-se abaixo arcos do edifício da Câmara para alargar a rua do Paço, “que ali era angustiosa”, resolução tomada em 1887. A operação entendida como um “notável melhoramento” para a cidade. A. F. BARATA – “A praça do Geraldo (Lado Sueste)”. *O Manuelinho d’ Évora*, nº. 706, 1 de Dezembro, 1894 (ano XIV), p. 1; T. ESPANCA – “Evolução dos Paços...”. *A Cidade de Évora*, 12, 1947 (Março), pp. 18 e 26; H. C. P. MOURATO – *Salvaguarda da Imagem Urbana de Natureza Histórica de Évora*. Évora: dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, 2000, pp. 64-66.

²⁷¹ Em leilão no Ministério da Fazenda pelas importâncias de 2 747\$00 (a Câmara) e 2 007\$00 (a prisão). T. ESPANCA – “Evolução dos Paços do Concelho de Évora”. *A Cidade de Évora*, 12, 1947 (Março), 19 e 27; H. C. P. MOURATO – *Salvaguarda da Imagem...*, 2000, 44.

²⁷² O edifício fora construído para paço do cardeal-infante D. Henrique e ainda funcionou, por doação do seu proprietário, como hospital universitário. Entre 1874 e 1876, ainda se planeou construir uma prisão de raiz, em conformidade com uma lei decretada pelo Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça (Direcção Geral dos Negócios da Justiça) a 1 de Julho de 1867, chegando-se a adquirir os terrenos necessários. De 1887 a 1893, ainda se ponderou deslocar a cadeia para o convento de S. Bento de Cástris ou para os conventos do Calvário e de Santa Mónica. ADE – “Estado Material da Cadeia d’ Évora em 24 de Setembro de 1859”, *Governo Civil de Évora, Secção da Junta Geral*, 6f; ADE – “Governo Civil do Districto d’ Évora. Repartição Districtal d’ Obras Publicas. Relatório sobre a construção d’ uma cadeia-cellular districtal na Capital d’ este Districto Administrativo”, *Governo Civil de Évora, Secção da Junta Geral*, 7f; ADE – *Governo Civil de Évora, Secção da Junta Geral*, Livro 2, nº. 134, 2 f; ADE – Livro 2, nº. 503, *Governo Civil de Évora, Secção da Junta Geral*, doc. nº. 42878, 1 f; “Sobre a transferência da cadeia civil”. *O Manuelinho d’ Évora*, nº. 625, 16 de Abril, 1893 (ano XIII), 2; “Explicação espontanea”. *O Manuelinho d’ Évora*, nº. 626, 23 de Abril, 1893 (ano XIII), 1.

²⁷³ Houve ainda quem ponderasse a edificação de uma nova sede camarária na antiga cerca do convento de S. Francisco, a adaptação do Celeiro Comum à função da administração municipal ou ainda a não demolição do edifício original, que deveria ser remodelado aproveitando o espaço adjacente ocupado pela cadeia civil, de modo a que permanecesse na mais importante e central praça da cidade. “Os Serviços municipais da cidade d’ Évora”. *O Manuelinho d’ Évora*, nº. 713, 20 de Janeiro, 1895 (ano XV), 2.

XX, obrigando a uma intervenção bem mais profunda, da autoria do arquitecto Alfredo Costa Campos. O projecto de Costa Campos, datado de 1908, previa o fechamento do pátio central, de modo a criar um átrio, a que uma escadaria e um varandim de honra confeririam a dignidade necessária às funções públicas do imóvel. No exterior, a fachada do átrio, um novo corpo central, destacar-se-ia por um portal neo-manuelino e por um relógio. Em 1910, contudo, por iniciativa da edilidade, o projecto original sofrerá algumas alterações, introduzidas por Januário Martins de Almeida, um fiscal de obras. Essas alterações consistiram em fazer toda a cobertura do átrio e a escadaria em ferro, solução que acarretou algumas dificuldades de concretização, nomeadamente a nível dos suportes, que obrigaram à intervenção do engenheiro camarário Adriano Augusto da Silva Monteiro (1846-1925). Os trabalhos no novo paço municipal prolongaram-se até 1912, terminando com a colocação do relógio na fachada²⁷⁴.

As adaptações, as modificações e as demolições que atingiram muitos os edifícios históricos eborenses revelam um sentimento comum a uma parcela significativa da elite da cidade de que, na centúria da industrialização e da salubridade, Évora nem sequer podia ser comparada às “cidades de segunda ordem das nações cultas, não obstante a sua riqueza, população, posição topográfica e importancia commercial”²⁷⁵. Dominava a convicção de que a instabilidade política dos primeiros anos a seguir à vitória do Liberalismo, em 1834, havia isolado Évora das preocupações do poder central até 1860. Verbalizava-a um artigo publicado em *O Manuelinho de Évora*, assinado por “um contribuinte”, que reduzia os melhoramentos materiais daqueles 26 anos

²⁷⁴ ADE – *Actas da Câmara Municipal de Évora*, livro nº. 92, 1907, sessão nº. 53 (14 de Novembro), f. 90; “Câmara Municipal de Évora. Sessão ordinária de 11 de Janeiro de 1912”. *Notícias de Évora*, nº. 3391, 13 de Janeiro, 1912, pp. 1 e 2; “Câmara Municipal de Évora. Sessão ordinária de 8 de Fevereiro de 1912”. *Notícias de Évora*, nº. 3415, 11 de Fevereiro, 1912, 2; “Câmara Municipal de Évora. Sessão ordinária de 15 de Fevereiro de 1912”. *Notícias de Évora*, nº. 3419, 16 de Fevereiro, 1912, 2; PEREIRA, J. – A Afirmação do Ferro na Arquitectura Pública em Évora (1888-1912) in *A Cidade de Évora*, nº. 5 (2001), 438-440; MATOS, A. C. de; PEREIRA, J. – Entre a modernização urbana e a preservação da memória da cidade. Évora na segunda metade do século XIX e início do século XX in *Évora Desaparecida. Fotografia e Património – 1839 ... 1919*. Évora: Câmara Municipal de Évora, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, Centro de História da Arte da Universidade de Évora, 2007, pp. 76 e 78.

²⁷⁵ Em 1870, o reverendo inglês Alfred Charles Smith salientava que a província do Alentejo, e a cidade de Évora que a integra, era a menos alterada pelo recente contacto com as outras nações – leia-se as nações industrializadas. A. C. SMITH – *Narrative of a Spring Tour in Portugal*. London: Longmans, Green, and C^o., 1870, p. 59.

constitucionais “à existencia d’ algumas pontes e calçadas de construção barbara, a uma illuminação que corria primazias com a classica candeia de torcida d’ algodão, a uma limpeza d’agua-vae, aos enterramentos nas egrejas (sendo o primeiro cemitério a cerca do convento de Santo António), e ao abastecimento primitivo d’ agua da prata e chafarizes isolados de limitado producto. Era o quadro de decadência d’antigas grandezas trazidas para entre nós pelo conquistador e pela côrte dos nossos reis”. Considerava-se que fora praticamente de 1860 em diante que o município de Évora havia introduzido “alguns melhoramentos, que ainda hoje attestam a boa vontade da sua administração”²⁷⁶.

Efectivamente, a estabilidade trazida pela Regeneração e o consequente crescimento do investimento capitalista havia consolidado a elite local, feita tanto das antigas como das mais recentes fortunas, permitindo-lhe começar a investir no seu conforto e na modernização de uma imagem que passava, simultaneamente, pelas residências e pela localidade onde os seus nomes ou os da suas famílias eram ou passaram a ser uma referência social e política. Deste modo, a elite eborense enceta uma aproximação ao cosmopolitismo burguês das grandes urbes europeias, nomeadamente da Paris de Napoleão III e do barão Georges-Eugène Haussmann (perfeito de Paris entre 1853 e 1869), desenvolvendo circuitos de sociabilidade, recreação e cultivo do espírito que implicavam tipologias architectónicas e estruturas urbanas adequadas a essas práticas e à imagem que com elas se desejava transmitir. Estando a necessidade de novas tipologias architectónicas parcialmente resolvida com o aproveitamento das preexistências, o esforço dos Eborenses concentra-se nas melhorias infraestruturais, nos endémicos problemas de salubridade urbana, afectada pela inexistência de uma rede de esgotos e de abastecimento de água (que ficaram por concretizar no século XIX²⁷⁷), pela exiguidade e pelo

²⁷⁶ “Os Serviços municipaes da cidade d’ Evora”. *O Manuelinho d’ Évora*, nº. 704, 18 de Novembro, 1894 (Ano XIV), p. 2.

²⁷⁷ Em Março de 1912 ainda a Câmara adjudicava a elaboração do plano da rede de esgotos ao engenheiro J. Fernandes Araújo, o único candidato ao concurso público aberto para o efeito. “Câmara Municipal de Évora. Sessão extraordinária de 18 de Março de 1912”. *Notícias de Évora*, nº. 3446, 20 de Março, 1912, p. 2.

maus estado das ruas, pela falta arborização e pelas dificuldades de iluminação²⁷⁸.

De 1855 a 1864, serão calcetados e nivelados os pisos do largo da Sé, da rua Ocidental, do largo das Cinco Quinas, da carreira do Menino Jesus, da Regueira – “o sitio mais immundo e perigoso da cidade” –, das ruas do Muro, de Avis, das Damas do Cardeal, do Forno da Toita, do Tinhoso, de Evorim e do Paço, da travessa do Arco de S. Vincente (também alargada), do largo da Misericórdia (que receberá obras mais profundas em 1871), da travessa da Alegria, da Palmeira, da Aldeia dos Frades e do largo de S. Francisco²⁷⁹. Num período que vai de 1880 a 1909, será a vez da rua do Raimundo, rua da Ancha, rua do Conde Serra da Tourega, rua de Machede, rua dos Infantes, rua dos Mercadores e, novamente, do largo de S. Francisco e das ruas do Paço e de Avis²⁸⁰. A praça de D. Pedro IV foi embelezada com a colocação de bancos, para descanso e fruição dos transeuntes, e a transposição do chafariz da porta Nova. Na praça Maior ou do Geraldo²⁸¹, depois de 1863, encerrado o mercado que ali se realizava²⁸², o tabuleiro central foi calcetado a preto e branco, recebendo, a partir de 1867, doze bancos, candeeiros a petróleo, aos quais se juntaram os postes e as consolas para a distribuição da electricidade em 1906, e renques de laranjeiras²⁸³. Alargadas foram a rua do Cano (1873), a rua do

²⁷⁸ Em 1863, alertava-se para a falta de salubridade da cidade salientando as áreas junto às muralhas: “Se olharmos hygienicamente para esta capital da provincia, a camara descuidosa, não cuidou, como devêra, desses focos de imundice, que fazem da cidade uma espécie de pantano, d’onde miasmas deleterios de composições gazozas mixtas, atacam, enervam, e decompõem os entes que se lhes põem em contacto. / O hospital é d’isto a prova mais clara. Cerca da cidade, junto às muralhas, existem escavações cheias de águas pútridas, e até rebanhos de porcos estacionam, fóra da muralha, mesmo debaixo das janellas do governo civil. / E é isto progresso, civilização?” M. A. da CRUZ – *Os Miseraveis do Alentejo*. Évora: Editores Bravo, Correia, e Mello, 1863 (Primeira Parte), 66. Ver ainda MANOEL, C. da C. – *Causas permanentes d’infeção da cidade d’Evora e indicação geral dos meios a empregar para as attenuar*. Evora: Typographia do Progresso do Alentejo, 1885.

²⁷⁹ Estas eram as principais, embora se reconhecesse haverem muitas ruas em péssimo estado na cidade. “Extracto da Sessão da Câmara Municipal de 1 de Fevereiro de 1864”. *O Jornal d’Evora*, nº. 18, 28 de Fevereiro, 1864, 3; *Roteiro da cidade de Évora...*, 20.

²⁸⁰ C. ALMEIDA, J. M. P. BARBOSA – *Riscos de um Século...*, 2001, p.46.

²⁸¹ A praça do Geraldo recebeu esta designação em 1869, antes encontramo-la sob o topónimo de praça Grande em 1618, praça Maior em 1728 e praça redonda em 1833. MOURATO, H. C. P. – *Salvaguarda da Imagem...*, 2000, pp. 44 e 45.

²⁸² Proibiu-se o trânsito de veículos e animais, o corte de lenha e o abate. No entanto, só dois anos mais tarde se interditiu a venda de hortalças, legumes e quaisquer outros objectos que se costumavam commerciar nos mercados da cidade. MOURATO, H. C. P. – *Salvaguarda da Imagem...*, 2000, p. 64.

²⁸³ A praça do Geraldo será também calcetada, “tornando-se um local de reunião e commodo passeio por todos apreciado”. “Extracto da Sessão da Camara Municipal de 4 de Janeiro de 1864”. *O Jornal d’Evora*, nº. 14, 31 de Janeiro, 1864, 3; “Mellhoramentos Públicos”. *Sul de*

Salvador (1893) e a travessa do Sertório (1896-1897), enquanto que a praça também nomeada do Sertório virá a ser totalmente remodelada em 1907²⁸⁴.

Em 1858, inicia-se a primeira de muitas desobstruções e reparações do Aqueduto da Água da Prata, a fim de melhorar o abastecimento de água à cidade, ainda dependente deste equipamento quinhentista, que padecia de deficiências crónicas²⁸⁵. Serão retomadas em 1871, 1873, 1881 e 1889, levando a que *O Manuelinho de Évora* o apelide de “eterna reparação”²⁸⁶. Pelo decénio de sessenta, a iluminação pública passa a ser feita com candeeiros de petróleo, em lugar do azeite, introduzido em 1826. A partir de 1890, o combustível utilizado será o gás, substituído definitivamente pela electricidade em 1917²⁸⁷.

Em relação a áreas arborizadas, fundamentais para purificar o ar das cidades, de acordo com a cultura higienista do século XIX, para além das árvores plantadas em algumas praças e ruas e do jardim das Amoreiras (1838) junto à porta do Rossio, transformado em Jardim Público depois de 1863, dos quais falaremos um pouco mais à frente, limitavam-se ao modesto Passeio de Diana (c. 1858-1864). Filiado nos pequenos jardins municipais que proliferaram pelas cidades do país e da Europa, o Passeio de Diana, próximo do templo, relacionaremos os dois noutro capítulo, era pouco mais que uma esplanada arborizada, articulada com a alameda que dava acesso à Sé²⁸⁸.

Até legislativamente a cidade pretendeu modernizar-se, com a publicação de novas posturas municipais em 1836 e novamente em 1879, as quais regulamentarão, a partir daí, a construção e a manutenção dos edifícios

Portugal, nº. 1, 25 de Março, 1866, 2; “Os Serviços municipaes da cidade d’ Évora”. *O Manuelinho d’ Évora*, nº. 704, 18 de Novembro, 1894, p.2.

²⁸⁴ C. ALMEIDA, J. M. P. BARBOSA – *Riscos de um Século...*, 2001, pp.28, 29 e 47.

²⁸⁵ LEAL, J. E. da C. – *Giuseppe Cinatti (1808-1878). Percurso e Obra*. Lisboa: dissertação de Mestrado em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa, 1996 (volume I), 266.

²⁸⁶ “Os Serviços municipaes da cidade d’ Évora”. *O Manuelinho d’ Évora*, nº. 705, 25 de Novembro, 1894 (Ano XIV), 1; “Os melhoramentos materiaes do districto d’ Évora , II. O que fez a ultima situação regeneradora”. *O Manuelinho de Évora*, nº. 374, 25 de Março, 1888, 1.

²⁸⁷ MOURATO, H. C. P. – *Salvaguarda da Imagem...*, 2000, pp.44 e 45; MATOS, A. C. de; PEREIRA, J. – *Entre a modernização urbana...*, 2007, p. 73.

²⁸⁸ “Ha n’este sitio um passeio, que supponho obra moderna, d’onde se descobre parte da cidade, do campo proximo, e d’aquelle aqueducto”. J. M. A. NOGUEIRA – “Algumas horas em Évora”. *Jornal do Commercio*, nº. 3938, 5 de Dezembro de 1866, p. 1.

da cidade²⁸⁹. Uma dos equipamentos a obedecer aos novos parâmetros de construção foi o Matadouro Municipal, levantado entre 1899 e 1904, fundamental para a melhoria da higiene da cidade²⁹⁰.

Em termos estritamente arquitectónicos e urbanísticos, nenhuma outra zona da cidade concentrou tantas perspectivas de modernização e progresso que a área do convento de S. Francisco, contígua ao Rossio de S. Brás, que se transformará, a partir dos anos de 1860, numa verdadeira centralidade da Évora burguesa, verdadeiro símbolo do desejo de progresso.

Os primeiros sinais de mudança manifestaram-se em 1858, quando o abastado lavrador José Maria Ramalho Perdigão (1830-1884)²⁹¹ deu início a construção de uma nova residência apalaçada por de trás do convento de S. Francisco, no fim da rua do Paço, junto à porta do Rossio, no término do baluarte do Príncipe, onde existia uma antiga casa dos séculos XV ou XVI, propriedade da família da sua futura mulher, Inácia Angélica Fernandes (1844-1918), comprada por ele antes do casamento de ambos em 1864. O autor do projecto do novo palácio era o prestigiado arquitecto e cenógrafo italiano Giuseppe Cinatti (1808-1878)²⁹².

Conhecido actualmente com a designação de Palácio Barahona²⁹³, o mais importante exemplar da arquitectura oitocentista eborense foi desenhado segundo um depurado ecletismo, pautado pelos valores classicizantes dos palácios renascentistas italianos e por uma interpretação erudita da arquitectura eborense dos séculos XV e XVI²⁹⁴. O Palácio Barahona veio antecipar a relevância que o eixo sul da cidade vai adquirir, designadamente

²⁸⁹ ADE – *Anno de 1836. Posturas Municipaes do Conselho d'Evora*, Governo Civil de Évora, Câmaras Municipais, cx. 247, 8 fls; CME – *Codigo de Posturas do Concelho d'Evora*. Lisboa: Typographia Nova Minerva, 1879, 86 p.

²⁹⁰ ALMEIDA, C.; BARBOSA, J. M. P. – *Riscos de um Século...*, 2001, p. 43.

²⁹¹ Filho de lavradores abastados, José Maria Ramalho era um dos maiores proprietários do distrito de Évora, com uma fortuna calculada, à altura da sua morte, em três mil contos de reis. Destacou-se sobretudo como explorador agrícola, mas actuou também no domínio industrial, na transformação da cortiça. LEAL, J. E. da C. – *Giuseppe Cinatti...*, 1996 (volume I), 202.

²⁹² LEAL, J. E. da C. – *Giuseppe Cinatti...*, 1996 (volume I), 203-205.

²⁹³ Apelido de Francisco Barahona Fragoço, segundo marido de Inácia Angélica Fernandes, por morte de José Maria Perdigão, e a quem devemos a conclusão do palácio. RODRIGUES, P. S. – *Urbanismo, Arquitectura e Monumentos Nacionais na Évora Oitocentista: Balanço Historiográfico*. in *Seminário de Estudos de Arte: Estudos da Forma I*. dir. LEANDRO, S. Évora: Edições Eu é que sei, 2007, p. 157.

²⁹⁴ No interior destacam-se as pinturas decorativas de António Ramalho e António Carneiro, já encomendadas por Francisco Barahona.

com a chegada do caminho-de-ferro a Évora em 1863, acontecimento que alterará definitivamente as circunstâncias daquele lugar²⁹⁵.

De facto, a inauguração da estação ferroviária, localizada no flanco Sul da cidade, depois do Rossio de S. Brás, gerou quase de imediato expectativas de expansão do núcleo urbano nessa direcção. Ter-se-á pensado que o comboio, o “representante por excellencia dos progressos do seculo XIX”²⁹⁶, o mais moderno e rápido meio de transporte, por meio do qual passariam a chegar pessoas e bens à cidade, à semelhança do que vinha sucedendo noutras cidades do país e da Europa, atrairia serviços e população às suas proximidades. Não tardou a surgir a primeira proposta de urbanização do Rossio de S. Brás, com a finalidade de o embelezar e otimizar, de modo a que a condução de passageiros e produtos da gare para o centro da cidade fosse menos incómodo e dispendioso²⁹⁷. Embora a sua concretização se tenha traduzido apenas na tímida avenida da Estação (futura avenida Barahona) aberta na década de setenta, que não era mais que uma estrada, o comboio veio trazer um dinamismo verdadeiramente revolucionário à zona do antigo convento de S. Francisco. De tal modo que se chegou a colocar a hipótese de mudar o nome da porta do Rossio para porta do Progresso²⁹⁸. A alteração não chegou a ser efectivada, mas expressa o espírito progressista que havia chegado com o caminho-de-ferro²⁹⁹.

O processo despoletou efectivamente no ano seguinte, com a cedência do governo à edilidade, por decreto de 25 de Julho de 1864, do convento e paço de S. Francisco, com a respectiva cerca e terrenos anexos. As repercussões desta concessão foram particularmente nefastas para a estrutura

²⁹⁵ Em 1867 não estava ainda concluído, faltavam as salas de baile. BASTO, C. – *Viagem a Beja e Évora em 20 de Junho de 1867*, 2º Volume, f. 61 (exemplar policopiado). Para uma descrição da distribuição das divisões do Palácio Barahona ver BASTO, C. – *Viagem a Beja...*, 4º Volume, fls. 6-8 e 10-13.

²⁹⁶ BASTO, C. – *Viagem a Beja...*, 4º Volume, f. 55.

²⁹⁷ *Folha do Sul*, 182, 1866 (24 de Fevereiro), p. 1.

²⁹⁸ RODRIGUES, P. S. – Évora, Urbanismo e Arquitectura: os projectos para o bairro Cenáculo. in *A Cidade de Évora*, 5, 2001, 76 e 82 (n. 10).

²⁹⁹ A porta do Rossio não mudou de nome, mas mudou de configuração, pois a Câmara e o ministério da Guerra permitiram que José Maria Perdigão, que a achava primitiva e pouco harmónica com a beleza da sua residência, a remodelasse. O trabalho também foi entregue a Giuseppe Cinatti. O resultado são duas colunas monumentais adoçadas ao pano da muralha, animadas pelas armas de Portugal e de Évora, e rematadas por duas esferas. O lavrador consegue ainda, em 1863, o aforamento do recanto do Rossio mais próximo do palacete, com o fito de saná-lo da frequência marginal que aparentemente o frequentava, comprometendo-se, em compensação, a ajardiná-lo. LEAL, J. E. da C. – *Giuseppe Cinatti...*, 1996 (volume I), pp. 203 e 268.

conventual, lentamente demolida nos anos seguintes, até 1895, ficando apenas a igreja e a Galeria das Damas, então também denominada de Palácio de D. Manuel. Deste processo e do que ele significou para a relação da cidade com o seu património daremos conta mais adiante. Para aqui, interessa-nos como foi sendo ocupado o espaço deixado livre pelo convento. A começar pelo Jardim Público, projectado para ocupar a área definida pelo baluarte do Príncipe no lado oposto ao do palácio de José Ramalho Perdigão, ampliando um antigo jardim das Amoreiras, que remontava a 1837³⁰⁰.

Nesse ano de 1837, numa iniciativa que conciliava a dimensão pragmática com a estética, o município tomou posse dos fossos dos baluartes de S. Francisco, desde a porta do Rossio à do Raimundo e da Piedade à rampa dos Castelos, para aí plantar amoreiras, em conformidade com uma ordem da rainha D. Maria II. Em 1838, aproveitando a plantação das árvores, era criado o jardim das Amoreiras no baluarte junto à porta do Rossio. Vinte e cinco anos depois, decide-se ampliá-lo e reconvertê-lo num equipamento urbano de embelezamento, higiene e sociabilidade, filiado nos parques e passeios públicos que iam proliferando pelas cidades da Europa, com destaque para Lisboa, mas tendo Paris como modelo distante.

O desenho do novo jardim foi também da responsabilidade de Giuseppe Cinatti, que se ofereceu para riscá-lo sem auferir qualquer remuneração e fará com que uma das suas entradas laterais se abra fronteira à fachada do palácio de José Maria Perdigão, associando urbanística e simbolicamente duas das suas principais obras na cidade³⁰¹. O projecto de Cinatti para o jardim eborense inovava no aproveitamento que fazia de algumas das estruturas antigas e monumentos existentes naquela área da cidade – um torreão da muralha

³⁰⁰ Não terá sido por acaso que Potes de Campos, presidente da Câmara de Évora em 1863, terá comunicado a conveniência de alargar o antigo jardim das Amoreiras pelos terrenos anexos ao Palácio de D. Manuel ao ministro da Guerra, o marquês Sá da Bandeira, precisamente na festa de inauguração do caminho-de-ferro. "Ruínas Fingidas no passeio publico d' Evora". *O Manuelinho d' Evora*, 46, 1881, 2.

³⁰¹ O lavrador terá, de resto, contribuído financeiramente, com bastante generosidade, para a construção do jardim. "É realmente digno dos maiores elogios o empenho com que a ex.ma camara promove a satisfação de uma necessidade instantemente redamada pela hygiene e pela civilisação, assim como também não é menos para louvar a efficaz coadjuvação que todos á porfia lhe teem dado. / Não queremos fazer excepção, mas injustos não sabemos ser. Os donativos valiosissimos do senhor Ramalho, e a infatigavel diligencia do senhor Cinnati, dão-lhes direitos ao reconhecimento publico, registando estes dois nomes cumprimos o nosso dever". *Folha do Sul*, 82, 1865 (18 de Fevereiro), p. 1.

tornou-se na base das ruínas fingidas que ele ali criou (1866-1867) e a Galeria das Damas ficou integrada no seu interior³⁰².

Pela tendência estética seguida por Cinatti no Jardim Público soprava uma corrente de modernidade romântica que, comparando com o resto da Europa, chegava tardiamente a Évora. Mesmo assim, mereceu um artigo justificativo da opção por um jardim à inglesa, onde se estava a tentar recriar o que se julgava ser a liberdade e a espontaneidade da natureza, em detrimento da sua regulação, mais dentro de um espírito racionalista cartesiano:

“A ideia de fazer um jardim regular e symetrico, e destinal-o à cultura de flores mimosas, poderia agradar a muitos, mas era contrariar o gosto da epoca, e por outro lado augmentar a despeza, já pelos movimentos da terra que era forçoso realizar, já pelo numeroso pessoal que o tratamento das plantas demandava. Attendendo a estas poderosas considerações, mui avisadamente andou a illustrada vereação resolvendo a construcção d’ um jardim á imitação da natureza agreste, proscrevendo nelle todas as leis da symetria; assim são tortuosas as suas ruas, accidentado o seu terreno, irregular a forma do lago, toscas as pedras que o guarnecem, e arvores e arbustos constituem o seu principal ornamento, condições que, augmentando o effeito diminuem consideravelmente a despeza.

N’um jardim com estas feições fora inqualificavel desacerto a conservação das amoreiras porque a sua distribuição symetrica contrastava singularmente com a irregularidade geral. Tornou-se por isso indispensável remover muitas d’ ellas, principalmente as que pela sua existência no primeiro plano contrariavam as regras da perspectiva: assim é que nas duas placas que primeiro se offerecem ao visitante em vez de amoreiras que as sombreavam, se desenrolará em breve verde tapete de luzernai, se aqui se observa um ou outro grupo magnifico de cedros do Mexico, carnarinas, pinheiro insigne, pinheiros d’ Alepo, etc., a sua collocação foi tão artisticamente desegnada, que longe de prejudicar augmenta o effeito geral.

Ainda com vistas de tornar o jardim pittoresco, se fizeram nas demais placas plantações de giesta, madresilva, urze, alecrim, etc. etc. as quaes em breve constituirão vistosas matas, offerecendo aos olhos, deleitoso descanso, e perfumando o ar com o aroma das suas flores”³⁰³.

Outro dos equipamentos que o decreto de 1864 previa vir a ser levantado nos terrenos do antigo convento de S. Francisco e respectiva cerca era um mercado público, em substituição do mercado de frutas e hortaliças que se havia realizado na praça do Geraldo até ao ano precedente, quando foi proibido. No entanto, a decisão não foi pacífica, provocando um conflito entre as autoridades políticas e os comerciantes da cidade, por razão da falta de centralidade do novo mercado, que prorrogará a sua inauguração até Janeiro

³⁰² LEAL, J. E. da C. – *Giuseppe Cinatti...*, 1996 (volume I), pp. 269-273.

³⁰³ *Folha do Sul*, nº. 82, 18 de Fevereiro, 1865 (2º ano), 1.

de 1880³⁰⁴. Mesmo depois de aberto, o mercado ficará como que abandonado durante cerca de dez anos, período em que foi “o monturo publico, indecoroso para a cidade de Evora e o espelho da ineptia local, posto, em contraste, ao lado do mimoso e esplendido jardim publico”, “um pardieiro em derrocada”³⁰⁵.

O Mercado de D. Manuel, como foi inicialmente denominado – designado actualmente de Mercado 1º de Maio – teve projecto do engenheiro Adriano Augusto Monteiro, apresentado ao executivo municipal de Évora no dia 3 de Maio de 1878. Destacava-se pelo uso dominante nos materiais construtivos do ferro e vidro, à semelhança dos mercados construídos noutras cidades portuguesas, com a finalidade de tornar o espaço mais funcional. A importância que o Mercado de D. Manuel teve no melhoramento e modernização do largo de S. Francisco está patente na descrição das alterações introduzidas no projecto pelo seu autor ainda em Maio de 1878: diminuiu o corpo do edifício cortando “dois compartimentos na fachada do norte da construção existente”, a fim de isolá-lo de todas as construções adjacentes rasgando ruas mais largas em seu redor, com a dupla finalidade de facilitar o trânsito e melhorar a sua implantação do espaço urbano, atenuando possíveis desequilíbrios de escala com as edificações que o circundavam, nomeadamente com a igreja de S. Francisco³⁰⁶.

Em 1879, com o Mercado de D. Manuel ainda por abrir, iniciou funções junto ao que restava do convento de S. Francisco um pavilhão de venda de peixe, imediatamente criticado pelos mais progressistas, recebendo então a alcunha de “Cabanão do Peixe”. Acabou por ser substituído por uma estrutura que seguia o modelo do mercado da praça da Figueira em Lisboa, também predominantemente em ferro. O seu autor foi o condutor de obras António Manuel

³⁰⁴ O movimento de resistência ao novo mercado era liderado pelos “comerciantes da arcada” os mais prejudicados pelo abandono de uma localização que permitia uma maior proximidade das suas lojas aos “quintaneiros” que vinham vender os seus produtos agrícolas e fazer as suas compras na praça do Geraldo. MATOS, A. C. de; PEREIRA, J. – Entre a modernização urbana..., 2007, p. 75.

³⁰⁵ Os comerciantes pareciam achar que o novo mercado estava fora do centro da cidade. Consequentemente, não alugavam os lugares que ali eram postos à sua disposição e derivavam, com o consentimento da Câmara, para a praça do Sertório, onde fora o mercado do peixe (a praça chamara-se do Peixe). “Os Serviços municipaes da cidade d’ Evora”. O *Manuelinho d’ Evora*, nº. 705, 25 de Novembro, 1894 (ano XIV), 1; nº. 711, 6 de Janeiro, 1895 (ano XV), 2; e nº. 713, 20 de Janeiro, 1895 (ano XV), 2.

³⁰⁶ Do lado nascente, ficava ainda um terrapleno de 12 a 14 metros de largura para acesso ao adro da igreja de S. Francisco. ADE – *Livro das Actas da Câmara Municipal de Évora*, nº. 76, 1878, sessão de 22 de Maio, fls. 52v-54.

Ribeiro, embora a construção tenha sido acompanhada por Adriano Monteiro. Inaugurado a 6 de Janeiro de 1903, recebeu o nome de mercado do Peixe³⁰⁷.

Assim se terá galvanizado uma nova centralidade para Évora que se pretendeu aglutinadora das diferentes dimensões da vida numa cidade, a do lazer e da higiene pública (jardim), a comercial (mercado) e a residencial (palácio), da qual se chegou a planear a ampliação com um projecto de urbanização do Rossio de S. Brás, um novo bairro idealizado por um vereador municipal, Carlos Monteiro Serra (1872-1950), apresentado à Câmara em 1909, mas nunca concretizado³⁰⁸. Houve ainda o propósito de provê-la com um serviço judicial, um tribunal projectado por Caetano Câmara Manuel (1836-1910), primeiro engenheiro da Repartição de Obras Públicas do Distrito de Évora, em 1874. O projecto colocava o tribunal na extremidade do convento de S. Francisco, fronteiro ao Jardim Público, com a entrada virada nessa direcção e a maior parte do corpo do voltada para o largo de S. Francisco. A intenção seria substituir a sala de audiências instalada no convento de S. Francisco, mas o tribunal não saiu do papel³⁰⁹.

Se o tribunal não chegou a ser construído, não poderíamos dar por terminado esta breve passagem pela Évora do século XIX sem referenciar os edifícios que farão arquitectonicamente a transição para o século XX, referimo-nos ao Teatro Garcia de Resende e à agência do Banco de Portugal.

Embora a bibliografia existente responsabilize a crise agrícola que assolou o distrito de Évora depois do Inverno rigoroso e extenso de 1880-1881 pela construção do Teatro Garcia de Resende, por ter feito com que um conjunto de figuras proeminentes da cidade, lideradas pelo proprietário José Maria Ramalho Perdigão, se decidissem pela sua edificação como meio de criar postos de trabalho para a mão de obra rural desempregada³¹⁰, parece-nos

³⁰⁷ MATOS, A. C. de; PEREIRA, J. – Entre a modernização urbana..., 2007, pp. 75 e 76.

³⁰⁸ RODRIGUES, P. S. – Évora, Urbanismo.... in *A Cidade de Évora*, 5, 2001, pp. 75-87.

³⁰⁹ Talvez porque o director das obras públicas do distrito de Évora, engenheiro Manuel Vicente Graça, considerou, em parecer emitido a 31 de Agosto de 1875, a área prevista para o edifício excessiva em relação às necessidades e à dimensão da cidade, nomeadamente o auditório, a sala de audiências e os gabinetes laterais. Detém-se ainda na cobertura da sala principal por meio de uma cúpula. ADE – Direcção das Obras Públicas do Distrito de Évora, doc. 70 A, 5 f; LEAL, J. E. da C. – *Giuseppe Cinatti...*, 1996 (volume I), 279 e 280; MONIZ, M. de C. – *O Convento e a Igreja de S. Francisco de Évora*. Separata do *Boletim da Junta de Província do Alto Alentejo*. Évora: Junta de Província do Alto Alentejo, 1959, p. 34.

³¹⁰ SILVÉRIO, H. L. A., SILVÉRIO, M. A. A., SANTOS, M. E. F. C. M. dos, ROSÁRIO, M. H. C. de M. C. do; O Teatro Garcia de Resende IN *A Cidade de Évora*, nº. 61-62, anos XXXV-XXXVI,

que também terá sido determinante a ambição da elite local por uma sala de espectáculos digna da imagem que tinham de si e da cidade que habitavam. Não só porque a vontade de construir um teatro na cidade se tinha manifestado anteriormente³¹¹, mas também por a sociedade eborense ter demonstrado, ao longo da segunda metade do século XIX, uma apetência especial para a prática dramaturgica³¹².

Associados na Companhia Eborense Fundadora do Teatro Garcia de Resende, os impulsionadores e financiadores da obra entregaram o projecto ao engenheiro Adriano Augusto da Silva Monteiro em 1881, que o desenhou gratuitamente e terminou ainda nesse ano. O local escolhido foi o topo oeste da praça D. Pedro IV e os trabalhos começaram a 11 de Abril de 1881, prolongando-se até Maio de 1883, quando foram interrompidos por falta de recursos financeiros. Situação que se agravou no ano seguinte, com o falecimento de José Maria Ramalho Perdigão. A partir de aqui o processo de construção do teatro foi lento e faseado, quer por dificuldades orçamentais, quer por incompatibilidades despoletadas entre os membros da companhia fundadora do teatro. Retomada a obra em 1886, é quase imediatamente parada até 1888, quando Francisco Eduardo Barcarola Fragoso (1843-1905), que se havia consorciado com a viúva de José Maria Perdigão em 1887, decide custear a conclusão do teatro, que se dilatará até 1890³¹³. Entregue à

1978-79, 119 e 120; BANDEIRA, F. – O Teatro Garcia de Resende. A pertinência de um inventário para a avaliação de uma herança. IN *Monumentos*, 26, 2007, pp. 82 e 83.

³¹¹ Leia-se a descrição que Carlos Basto fez, em 1867, do Teatro Eborense, comparando-o com o teatro da rua dos Condes em Lisboa e aludindo ao acesso aos camarotes, feito por escadas quase de mão. BASTO, C. – *Viagem a Beja...*, 3º Volume, fls. 76 e 77.

³¹² O último quartel do século XIX é rico em referências aos grupos teatrais amadores: o Teatro Eborense (no pátio de S. Miguel e que chegou a acolher um teatro infantil em 1892), o Teatro Recreio Familiar Eborense (na rua do Raimundo), a Sociedade Dramática Mendes Leal (na rua das Amas do Cardeal), o Grupo Dramático da Sociedade Harmonia (na praça do Geraldo), o Teatro Camilo Castelo Branco (na rua da Mesquita), o Teatro Popular, o Teatro Serpa Pinto, o Teatro Barraca e o Teatro Recreio Dramático (estes últimos quatro instalados em teatros desmontáveis no Rossio de S. Braz). Uma das salas teatrais mais antigas, conhecidas e frequentadas era a das Casas Pintadas, localizada entre a travessa homónima e a rua Vasco da Gama, possivelmente no edifício onde hoje está instalada a Fundação Eugénio de Almeida. Chegara a haver, inclusivamente, a ideia de levantar um novo teatro à porta de Moura, para o qual já se tinha reunido algum dinheiro e desenhado uma planta, por iniciativa de João Ferreira Alves, inspector da Fazenda e João António de Carvalho. SILVÉRIO, H. L. A., SILVÉRIO, M. A. A., SANTOS, M. E. F. C. M. dos, ROSÁRIO, M. H. C. de M. C. do; O Teatro Garcia..., 1978-79, 118 e 119; BANDEIRA, F. – O Teatro Garcia..., 2007, p. 82.

³¹³ É nesta última fase que se realiza a decoração do espaço, em que participaram relevantes artistas portugueses da época: o arquitecto, cenógrafo e pintor italiano Luigi Manini (autor do pano da boca de cena), os pintores António Ramalho, João Vaz e João Eloy do Amaral, o

Câmara Municipal a 4 de Abril de 1892, foi inaugurado oficialmente cerca de dois meses depois, a 1 de Junho.

Concebido segundo o modelo italiano, o Teatro Garcia de Resende resultou num edifício autónomo que se destaca, pela sua volumetria compacta e impositiva, no topo da praça, do tecido urbano circundante. A sua fachada, com três pisos, apresentava um classicismo simples, sublinhado pelo frontão triangular e pelo pórtico da entrada principal, cujos arcos suportam a varanda do andar nobre³¹⁴. No interior, a decoração caracteriza-se por um gosto eclético, em que se destacavam os motivos de inspiração mudéjar e neo-manuelinos.

As reacções à nova obra foram plurais. Fialho d'Almeida, aquando da inauguração do teatro em 1892, escreveu o seguinte:

“Externamente tem a configuração do piano de cauda, pesadona, que em Lisboa S. Carlos oferece ao desconsolo dos fisionomistas dos monumentos: a arcada vestibular com varanda por cima, dando o arremedo do teclado, janelas de volta redonda, sem friso ou coroamento ornamental de nenhuma espécie, frontão d’armazém, platibanda de prédio de aluguel, e para trás um casarão esburacado de rectângulos de vidraça, caiado e com um incaracterístico aspecto de fábrica de moagens, escola académica e quartel de bombeiros voluntários”³¹⁵.

Em contrapartida, a Associação dos Engenheiros Civis Portugueses, depois de uma visita, realizada no dia 5 de Junho de 1897, considerou que o teatro de Évora era, manifestamente, um dos melhores de Portugal, “pelo bem estudado das disposições da sala, palco, vestibulo e salões anexos, pela sumptuosidade e ornamentação da sala, pela decoração dos seus salões e pelo bem estudado de todo o edifício”³¹⁶. Em 1907, as suas “espaçosas dependencias primorosamente estucadas” e a sua bela sala de espectáculos,

entalhador Leandro Braga, o dourador Manuel José da Costa e o estucador Domingos Meira. BANDEIRA, F. – O Teatro Garcia..., 2007, pp. 86 e 87.

³¹⁴ A fachada original e a quase totalidade dos alçados norte e sul estavam revestidos com placas de mármore rosa que foram retiradas durante as obras de restauro levadas a cabo de 1966 a 1969, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian.

³¹⁵ O texto é datado de 1 de Junho e foi publicado no periódico *Os Gatos*. ALMEIDA, F. – *Os Gatos*. Lisboa: Clássica Editora, 1992 (volume V), p.170.

³¹⁶ Ao elogio não era estranho o estatuto de sócio do autor do projecto: “Esta obra foi planeada e estudada por um dos nossos mais distintos colegas, o nosso consocio e companheiro de excursão, o sr. Adriano Monteiro”. “Acta da Sessão Ordinaria de 12 de Junho de 1897”. *Revista de Obras Públicas e Minas*. Lisboa: Imprensa Nacional, 331 e 332 (Julho e Agosto), 1897, pp.365 e 366.

com quatro ordens e camarotes e profusamente iluminada a gás faziam com que o Teatro Garcia de Resende fosse tido como o melhor teatro das províncias portuguesas³¹⁷.

A filial do Banco de Portugal de Évora, levantada no extremo da praça do Geraldo ocupado pelos paços do Município e pela antiga prisão até 1906³¹⁸, foi desenhada pelo arquitecto Adães Bermudes (1864-1948). O edifício cumpria um programa nacional daquela instituição financeira de remodelação e construção de agências do Banco de Portugal em todas as capitais de distrito, na sua maioria projectadas por Adães Bermudes ou por Ernesto Korrodi³¹⁹. O cumprimento desse programa implicava uma coerência estética neo-barroca, de sabor parisiense, que, segundo Lucília Verdelho da Costa, assinalava a vitória do progresso, base do poder económico³²⁰. Na agência eborense, contrastando com a linearidade e a ordem quase neo-clássica da fachada, ganha destaque o monumental duplo frontão interrompido, com volutas no registo inferior e as armas da cidade encimadas pela coroa real a rematar o registo superior. O edifício ficou concluído a 31 de Dezembro de 1909³²¹. A imprensa considerou a arquitectura eclética de Adães Bermudes majestosa, reunindo todas as condições para ser “um modelo do genero”.

Terminamos salientando que embora as transformações introduzidas na malha da cidade ao longo do século XIX não tenham sido suficientes para alterar o perfil antigo da cidade, porque tocaram em zonas e edifícios estruturantes da identidade urbana de Évora, causaram uma impressão de mudança maior que a sucedida na realidade. Assim o foi expresso em verso no ano de 1901:

³¹⁷ J. A. CORRÊA, *op. cit.*, 178 e 179.

³¹⁸ Ainda se pôs a hipótese de construir neste topo da praça um edifício que albergasse a direcção de obras pública do distrito e a repartição dos telégrafos. “Melhoramentos importantes”. *Diário Transtagno*, nº. 1, 12 de Abril, 1899 (ano I), f. 1.

³¹⁹ Adães Bermudes também terá projectado a de Lisboa, Coimbra, Vila Real e Funchal. “Agência do Banco de Portugal em Evora”. *A Architectura Portuguesa*, 6, 1911 (Junho), 21.

³²⁰ COSTA, L. V. da – *Ernesto Korrodi 1888-1944. Arquitectura, ensino e restauro do património*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, pp.258-260.

³²¹ O Banco de Portugal marcou o acontecimento com uma fotografia da fachada principal do edifício, tirada por António Passaporte, fotógrafo da Casa Real, e oferecendo um jantar a todos os operários que tinham participado na sua construção. “Edifício da Agência do Banco de Portugal”. *Notícias de Évora*, nº. 2471, 1 de Janeiro, 1909 (ano IX), p. 2.

“Entrou comnosco o progresso; / Tudo mudado hoje temos; / Em certas coisas, talvez, / Tocam-se até os extremos; / Esta já não é a Evora / De João Raphael de Lemos, [...]”³²².

Passaremos, de seguida, a verificar que identidade era essa analisando como se formou.

³²² “Carta Do mestre Felizardo, d’Evora, ao seu compadre Fagundes, da villa do Vimieiro”. *Evora em Versalhada*. Evora, Typographia do *Noticias d’Evora*, 1901, 5.

PARTE II

A construção do valor histórico de Évora (sécs. XVI – XVIII): a Cidade Antiga.

Em Portugal, salvo raras excepções¹, a prática historiográfica tem concentrado a investigação acerca da evolução dos conceitos de monumento e património históricos e das práticas que deles decorrem nos séculos XIX e XX², assumindo-os, no essencial, como uma realidade contemporânea, impulsionada pelas profundas transformações que a industrialização e os conflitos militares foram imprimindo à paisagem construída. Deriva esta assunção da fixação das semânticas em causa, de “monumento” e “património” históricos, que ocorreu entre finais do século XVIII e a segunda metade do século XX. Se, segundo Françoise Choay, “a entrada de um neologismo nos léxicos assinala o reconhecimento oficial do objecto material ou mental que ele designa, a de “monumento histórico” aparece pela primeira vez, de facto, nas *Antiquités Nationales* de Aubin-Louis Millin, publicadas em 1790³. No entanto, como também Françoise Choay e outros autores realçaram, a origem da realidade que a categoria de “monumento histórico” oficializou, verbalizando-a, remonta a mais atrás. Choay localiza-a com precisão no *Quattrocento* italiano, quando, segundo ela, as edificações se tornam objectos do saber e são, por esse motivo, preservadas. Admite, contudo, que a conservação de objectos do

¹ Constituem-se como excepções a este panorama o texto de Miguel Soromenho e Nuno Vassalo e Silva para o catálogo da exposição *Dar Futuro ao Passado* (Lisboa, 1993), intitulado “Salvaguarda do Património – Antecedentes Históricos”, e o livro *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII* (Lisboa, 2003) de João Carlos Pires Brigola, que corresponde à sua tese de doutoramento.

² Veja-se, a título de exemplo, entre os muitos trabalhos produzidos nesta área temática, os de Lucília Verdelho da Costa – *Ernesto Korrodi (1889-1944). Arquitectura, ensino e restauro do património* (Lisboa, 1997) e Alfredo de Andrade (1839-1915). *Da pintura à invenção do Património* (Lisboa, 1997) -, Maria João Baptista Neto – *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Batalha* (Lisboa, 1997) e *Memória, Propaganda e Poder. O Restauro dos Monumentos Nacionais* (Porto, 2001) – e Lúcia Rosas – *Monumentos Pátrios. A Arquitectura Religiosa Medieval – Património e Restauro (1846-1935)* (Porto, 1995).

³ F. CHOAY – *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2000, 23; J.-P. BABELON, A. CHASTEL – *La Notion de Patrimoine*. s.l.: Liana Levi, 1994, 71.

passado pelo seu valor artístico e cultural tem raízes profundas na Antiguidade romana, no gosto pelo coleccionismo manifesto desde o século III a.C.⁴.

Abordagem semelhante à de Françoise Choay é seguida desde Alöis Riegl, autor que em 1903 considerava que as primeiras manifestações da transição paulatina do conceito de monumento para o de monumento histórico, designado por ele de monumento não intencional, ocorreram na Idade Média⁵. Também Nikolaus Boulting, historiando a situação britânica, reconhece sinais de uma certa sensibilidade emocional para com a arquitectura pretérita já no século XII, apesar de identificar a primeira atitude oficialmente organizada na proclamação de Isabel I em defesa das antiguidades inglesas, que retomaremos adiante⁶. Jean-Pierre Babelon e André Chastel corroboram a tese da génese medieva com dados mais concretos, entroncando a noção de património na acepção jurídica do termo, vinculando-a ao reconhecimento e propriedade das relíquias religiosas e dos *regalia* - designativo do conjunto de objectos sagrados, porque legitimadores, de uma monarquia⁷.

Apenas os autores que se têm dedicado à evolução das práticas e dos métodos da conservação e do restauro artístico e arquitectónico ao longo do tempo convergem no sentido de situarem a sua génese na Grécia Clássica⁸. Ao fazê-lo, admitem que a necessidade de preservar um bem meramente pelo seu valor cultural tem expressão, no Ocidente, desde a Antiguidade. O que contraria parcialmente o famoso axioma de Eugène Viollet-le-Duc sobre o restauro arquitectónico, de que era uma acção moderna⁹. Pretendia ele afirmar que o era na intencionalidade de defender a essência estilística e o significado originais do objecto arquitectónico do passado, sobre o qual a sua reflexão se debruçava. Mas, como os estudos citados já demonstraram, essa

⁴ F. CHOAY, *op. cit.*, 21, 22, 24, 29 e 30.

⁵ A. RIEGL – *El Culto Moderno a los Monumentos*. Madrid: Visor, 1999, 33.

⁶ Antes dela, em 1533, já o seu pai, Henrique VIII, tinha instituído o cargo oficial de antiquário do rei. N. BOULTING – “The law’s delays: conservationist legislation in the British Isles”. *The Future of the Past. Attitudes to conservation 1147-1974*. ed. J. FAWCETT. New York: Watson-Guptill Publications, 1976, 10 e 11; M. C. BOYER, *The City of Collective Memory. His Historical Imagery and Architectural Entertainments*. Cambridge and London: The MIT Press, 1994, 377.

⁷ J.-P. BABELON, A. CHASTEL, *op. cit.*, 15-19 e 28-32.

⁸ Consultar *Historia de la Conservación y la Restauración* (Madrid, 1995) de Ana Maria Macarrón Miguel, *A History of Architectural Conservation* (Oxford, 1999) de Jukka Jokilehto e *Historia y Teoría de la Conservación* (Madrid, 2000) de Maria José Martínez Justicia.

⁹ “Le mot et la chose sont modernes”. E. VIOLLET-LE-DUC – «Restauration». *Dictionnaire Raisonné de l'Architecture Française du XI^e au XVI^e siècle*. Paris: Morel y Lie Editeurs, 1875 (t. VIII), 14.

intencionalidade também não foi, na sua época, ideologicamente neutra e é duvidoso que alguma vez o venha a ser. Tal como em períodos históricos antecedentes, do século XIX até hoje, a protecção de determinados bens patrimoniais não obistou à destruição e ao desaparecimento de muitos outros¹⁰.

Deste modo, é nossa convicção que a relevância da fixação e da consolidação da semântica “monumento histórico” na cronologia apontada tem a ver sobretudo com a regulação de uma consciência e uma prática culturais que lhe são anteriores, formalizadas por necessidades de administração que se vai centralizando e normalizando cada vez mais. Note-se como a larga abrangência do termo Antiguidades no século XVI, a realçar quando for oportuno, está próxima do grau de diversidade de objectos e realidades a que é aplicado, na actualidade, o conceito de património histórico.

A situação específica da cidade de Évora é bem demonstrativa de como a consciência patrimonial foi uma construção cultural de longa duração, na medida em que o valor histórico que condicionará a vivência desta cidade nas centúrias de XIX e XX, tanto nas transformações que sofreu como nas permanências que a marcaram, se começa a formar em Mil e Quinhentos. Antecipa-a a atenção concedida a certos vestígios materiais do passado a fim de convocar a autoridade do acontecido, portanto do imutável, para consolidar o que está a acontecer, o presente. Este parece ser, de acordo com J. H. Plumb e Alain Schnapp¹¹, que a reconhecem em civilizações tão distantes como a egípcia e as da Mesopotâmia, uma condição inerente à natureza temporal das sociedades humanas. Assim começaremos por mostrar.

¹⁰ Sobre o assunto ver L. RÉAU – *Histoire du Vandalisme. Les Monuments détruits de l'Art Français*. Paris: Éditions Robert Laffont, 1994 (1ª ed. 1958) ; F. CHOAY, *op. cit.*, 14 e 15.

¹¹ J. H. PLUMB – *The Death of the Past*. Hampshire. New York: Palgrave Macmillan, 2004 (1ª ed. 1969); A. SCHNAPP – *La Conquête du Passé. Aux origines de l'archéologie*. Paris: Éditions Carré, 1993.

Capítulo I

Os Antecedentes Históricos

Paralelamente à fase de maior desenvolvimento e engrandecimento da cidade de Évora à sombra da dinastia de Avis, nos séculos XV e XVI, inicia-se também um movimento de interesse pelo seu passado que se manifesta por duas vias: pela sua sistematização através da narrativa literária e pelas primeiras iniciativas em prol da preservação dos vestígios materiais desse passado, que apesar de começarem por ser muito esporádicas, não deixam de ser reveladoras da existência da preocupação em as salvaguardar. A expressão dessa necessidade é, em si mesma, bastante sintomática da valorização desses vestígios enquanto fontes de conhecimento do passado e meios de recuperação e conservação da sua memória. São-no porque estão irremediavelmente associados aos fundamentos e às circunstâncias da sua criação; porque a caracterização da sua morfologia e a identificação da sua finalidade e função originais, como objectos e artefactos, possibilitou, assim o veremos adiante, elaborar uma determinada interpretação do tempo que os havia produzido, isto é uma perspectiva histórica¹²; e porque o simples facto de existirem testemunhos materiais concretos, de terem sido conservados, permitiu que não se abordasse o passado como um factor autónomo, extrínseco, mas integrado no presente e utilizado, se não mesmo

¹² R. RECHT – *Penser le patrimoine. Mise en scène et mise en ordre de l'art*. Paris: Editions Hazan, 1998, 77.

instrumentalizado, em seu benefício¹³. Deste modo, o passado só ganha relevância quando é apropriado como meio de justificar e legitimar o presente e assegurar o cumprimento das expectativas em relação ao futuro. Postulado que, contudo, está longe de constituir uma inovação cultural dos séculos XV e XVI. Pelo contrário, podemos encontrá-lo, com diferentes cambiantes, desde as primeiras civilizações.

A atribuição da capacidade de transmitir a memória do passado aos bens materiais, de serem objectos de conhecimento, isto é a sua categorização como “antiguidade”, remonta, de facto, ao Renascimento, ligada que está à consagração – mais do que à atenção, porque esta foi uma constante ao longo de toda a Idade Média¹⁴ - da matriz cultural e histórica greco-romana e ao gosto pela arqueologia e pelo coleccionismo dos objectos antigos¹⁵. Mas também é verdade que desde as primeiras formas de civilização que objectos e edificações foram sendo preservados e convocados para ilustrar e compor todo o tipo de narrativas entendidas como históricas – mitos de fundação, lendas, hagiografias (as relíquias dos mártires e santos do cristianismo) e crónicas -, comprovar a veracidade dos acontecimentos e das personagens que porventura lhes estivessem ligados¹⁶, e legitimar a acessão de um novo líder ou uma dinastia (os *regalia* da Idade Média)¹⁷. Os exemplos são muitos.

No Antigo Egipto, a chamada pedra de Palermo¹⁸, um fragmento de basalto preto datado de finais da V dinastia (c. 2500 a.C.), em que estão inscritos os nomes dos faraós da época pré-dinástica e do Império Antigo, das respectivas mães e o registo dos principais acontecimentos dos seus reinados, assegurava a idoneidade dos governantes do presente lembrando as suas

¹³ J.-M. LENIAUD – *Les Archipels du Passé. Le patrimoine et son Histoire*. s.l.: Fayard, 2002, 64.

¹⁴ J. HEERS – *A Idade Média, uma Impostura*. Porto: Edições Asa, 1994, 99-128.

¹⁵ M. SOROMENHO e N. V. e SILVA – “Salvaguarda do Património – Antecedentes Históricos”. *Dar Futuro ao Passado*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Secretaria de Estado da Cultura, Galeria de Pintura D. Luís, 1993, 25 e 26.

¹⁶ F. CHOAY, *op. cit.*, 61.

¹⁷ F. HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ – *El Patrimonio Cultural: la memoria recuperada*. Gijón: Ediciones Trea, 2002, 18-26; A. CHASTEL – “La Notion de Patrimoine”. *Les Lieux de la Mémoire II. La Nation*. Paris: Editions Gallimard, *op. cit.*, 407 e 408.

¹⁸ Encontrada na cidade italiana de Palermo (Sicília) em 1877, há autores que a consideram uma cópia ou uma compilação arcaica feita sob a XXV dinastia. J. das C. SALES – “Pedra de Palermo”. *Dicionário do Antigo Egipto*. Direc. L. M. ARAÚJO. Lisboa: Editorial Caminho, 2001, 667 e 668.

origens¹⁹. Destaca-se também a acção de Khaemuset (1290 – 1224 a.C.), um dos filhos do faraó Ramsés II e sumo-sacerdote de Ptah em Mênfis, onde levou a cabo, assim como em Sakara, a recuperação de velhos monumentos arruinados, medida que ele considerou fundamental à concretização de um projecto político-religioso de maior fôlego, o da restauração da antiga preponderância daquela cidade enquanto centro da religiosidade egípcia²⁰. De referir ainda a necessidade que um dos sucessores de Ramsés II teve de restaurar uma das estátuas deste faraó existente no Grande Templo de Abu Simbel, que apresentava o braço direito e a perna partidos, tendo-o feito segundo critérios muito próximos dos do restauro moderno: conservou os fragmentos originais no seu devido lugar, suportados por um simples bloco de pedra²¹.

Em Babilónia, conforme o descrito numa placa cuneiforme do século VI a.C. encontrada em Larsa (Iraque), o rei Nabónido (556-539 a.C.) terá ordenado a escavação e o restauro do antigo templo de Ebabar, consagrado aos deuses Shamash e Aia, assim como a decifração e a reintegração sobre uma placa de alabastro, juntamente com a legislação promulgada durante o seu próprio reinado, do código de leis de Hamurabi, um dos monarcas que o antecederam. Ao fazê-lo, Nabónido assumiu-se como o continuador legítimo de um processo de domínio do poder cujo início o antecedia, presunção que as suas acções enquanto rei tinham efectivado²².

Na Grécia Antiga, durante as Guerras Persas, antes da batalha de Plateia, em 479 a.C., os atenienses comprometeram-se a não reconstruir os santuários destruídos pelo conflito, deixando-os em ruínas como memoriais da “impiedade dos bárbaros” (os Persas) para as gerações futuras²³ – os

¹⁹ J. H. PLUMB – *The Death of the Past*. Hampshire. New York: Palgrave Macmillan, 2004, 28 e 29.

²⁰ A. SCHNAPP – *La Conquête du Passé. Aux origines de l'archéologie*. Paris: Éditions Carré, 1993, 405 e 406; “Khaemuset”. *Dicionário do Antigo Egipto*. Direc. L. M. ARAÚJO. Lisboa: Editorial Caminho, 2001, 480.

²¹ J. JOKILEHTO – *A History of Architectural Conservation*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1999, 4.

²² A. SCHNAPP, *op. cit.*, 18-22.

²³ “O JURAMENTO – O meu amor pela vida não será maior do que o meu amor pela liberdade, e jamais abandonarei os meus chefes, vivos ou mortos. Enterrarei todos os que, ao meu lado, morrerem em batalha. Se, na guerra, eu vencer os bárbaros, não destruirei nenhuma das cidades que tiverem lutado pela Grécia, mas dedicarei aos deuses a décima parte de todas as que estiverem ao lado dos bárbaros. Nem um desses lugares sagrados, queimados e

monumentos da Acrópole permaneceram neste estado por mais de trinta anos. Aquando da sua reconstrução, alguns dos blocos sobreviventes da estrutura pré-existente foram reintegrados no muro do lado Norte da nova Acrópole, atribuindo-se-lhes assim a poderosa função mnemónica que havia cabido, até aí, às ruínas, a de lembrar a guerra com os Persas. Num contexto mais geral, sabemos que quando era necessário substituir as esculturas arcaicas por outras esteticamente mais actualizadas, as primeiras não eram destruídas, mas enterradas nos templos ou nas áreas circundantes, com a finalidade de salvaguardar simbolicamente o valor que detinham quando foram esculpidas e estavam expostas²⁴. Estamos, todavia, na esfera das intenções e das expectativas, que podiam vir a ser cumpridas ou não no futuro a que se dirigiam. Da perspectiva inversa, já no século I da nossa Era, o grego Pausânias, na sua *Descrição da Grécia*, perante as ruínas de Micenas, mostrava como o edificado podia ser uma porta de acesso ao passado, partindo do que restava dos elementos e das estruturas da arquitectura para evocar as personagens e os acontecimentos que lhes estavam supostamente associados e que ele entendia como históricos:

«Foi a inveja que fez com que os Argivos destruíssem Micenas. No tempo da invasão persa, os Argivos não tomaram qualquer iniciativa, enquanto os Micénios enviaram oitenta homens para as Termópilas, partilhando o feito com os Lacedemónios. A vontade de se destacarem, porém, fez com que a ruína caísse sobre eles, pois irritaram os Argivos. Ainda hoje se podem ver ali partes da muralha da cidade, incluindo a Porta das Leas. Diz-se que estas foram obra dos Ciclopes, os mesmos que fizeram a muralha de Tirinte para Proteu. Nas ruínas de Micenas há uma fonte conhecida como Perseia. Ali estão também as câmaras subterrâneas em que Atreu e seus filhos guardavam os tesouros. Lá está também o túmulo de Atreu, juntamente com os daqueles que com Agamémnon regressaram de Tróia e que foram assassinados por Egisto, depois do banquete que este lhes ofereceu. Quanto ao túmulo de Cassandra, esse é reclamado pelos Lacedemónios que vivem perto de Amiclas. Mas Agamémnon tem também lá o seu túmulo, tal como Eurimedonte, o auriga, enquanto um outro túmulo é partilhado por Telédamo e por Pélops. Diz-se que estes eram os filhos gémeos de Cassandra, a quem Egisto matou ainda bebés, depois de ter matado os pais deles. Também Electra, que foi dada em casamento por Orestes a Pílates, tem lá o seu túmulo. Helânico acrescenta que os filhos de Pílates e Electra foram Medonte e Estrófio. Clitemnestra e Egisto foram sepultados a pouca distância da muralha, mas

arrasados pelos bárbaros, será reconstruído. Assim ficarão, para que as gerações futuras deles façam memória da impiedade dos bárbaros.” Licurgo, *Contra Leócrates* 81.

²⁴ J. JOKILEHTO, *op. cit.*, 4; A. M. MACARRÓN MIGUEL – *Historia de la Conservación y la Restauración*. Madrid: Editorial Tecnos, 1997, 19.

fora dela, porque foram considerados não merecedores de um lugar no seu interior, onde jazem o próprio Agamémnon e todos aqueles que com ele foram assassinados.”²⁵

Com os Romanos, foi a vez das manifestações materiais da cultura grega se tornarem referenciais de um modelo civilizacional. Destacaram-se sobretudo as manifestações artísticas, como fica patente pela proliferação de colecções privadas de arte helénica entre as elites romanas. Trazidos para Roma por meio da expugnação das cidades da Hélade, a atracção pelos objectos artísticos gregos explica-se pelo seu valor económico e enquanto despojos deixados pelos vencidos. A apropriação de estátuas, pinturas e objectos decorativos dos povos subjugados representava, para os romanos, tomada de poder e domínio. Daí a sua exibição pelos imperadores nos desfiles triunfais e a reacção dos autores romanos mais conservadores que criticavam os seus efeitos corrosivos no carácter nacional, designadamente da arte helenística. Consideravam que fragilizava a moral, corrompia as atitudes, comprometia os valores tradicionais, fomentava a luxúria e enfraquecia a fibra da República²⁶. O fervoroso protecção cultural que emanava desta opinião havia sido fomentado pela pressão militar das Guerras Púnicas (264 – 241 a.C. e 218 – 202 a.C.), ao desencadearem uma crise moral e intelectual que, por sua vez, desencadeou uma nova consciência da identidade romana e do estatuto geo-estratégico que Roma devia começar a conquistar no mundo mediterrâneo: o de uma grande potencia itálica. Conjuntura que estimulou uma postura por parte dos Romanos dos séculos IV e III a.C. que hoje designaríamos como predominantemente nacionalista²⁷. Esta manifestou-se em diferentes aspectos da sociedade romana, em particular na sua dimensão religiosa, na qual se verificou um movimento de regresso às tradições locais. Foi certamente dentro desse espírito de “nacionalismo” religioso que o cônsul M. Cláudio Marcelo mandou construir, em Roma, por volta de 208 ou 207 a.C.,

²⁵ PAUSÂNIAS, *Periegesis ou Descrição da Grécia* 2, 16, 5-7; A. SCHNAPP, *op. cit.*, 57-59.

²⁶ E. S. GRUEN – *Culture and National Identity in Republican Rome*. New York: Cornell University Press, 1992, 84-89.

²⁷ P. GRIMAL – *Le siècle des Scipions. Rome et l'hellénisme au temps des guerres puniques*. s.l.: Aubier, 1993, 117 e 118.

junto à Porta Capena, onde já havia uma edificação mais antiga consagrada à *Virtus*, um templo dedicado a *Honos*²⁸.

Membro de uma das mais antigas e orgulhosas famílias da aristocracia romana²⁹, Marcelo havia chefiado as tropas da República na tomada de Siracusa em 211 a.C. O saque decorrente desta vitória proporcionou-lhe os meios que precisava para a edificação do templo de *Honos*³⁰, tendo-lhe, inclusive, ofertado a maioria das estátuas e pinturas trazidas daquela cidade siciliana. Sendo Siracusa uma urbe de origem grega que chegou a ter um papel fundamental para a expansão da cultura helénica no século IV a.C.³¹, as esculturas e as pinturas, sagradas e profanas, que Marcelo levou para Roma seriam, muito provavelmente, gregas³². Ou seja, ao fazê-lo, a sua intenção foi associar a arte grega siracusana a uma das duas entidades divinas abstractas que personificavam os valores tradicionais da cultura romana, *Honos* e *Virtus*³³. Nesta associação podemos ver a afirmação da cultura vitoriosa sobre a cultura derrotada, em que a arte helénica é submetida aos interesses religiosos e civis de Roma, da glorificação do seu carácter, da sua religiosidade e do seu poder³⁴. A apropriação da arte grega pelos Romanos e a sua reutilização nos edifícios públicos latinos era também uma declaração do seu estatuto de herança civilizacional e de modelo cultural que não foi simplesmente reproduzido, mas assimilado na constituição dos referenciais da identidade romana. Não há aqui qualquer contradição, mas uma complexa dualidade.

Doravante, os Romanos recorrerão ao património material deixado pelos seus antepassados para sublinhar a sua originalidade e à arte dos povos vencidos para mostrar a sua força e os antecedentes históricos do cunho

²⁸ PLUTARCO – *Vies Parallèles*, “Marcellus”, 28, 1-4.

²⁹ P. GRIMAL (1993), *op. cit.*, 93.

³⁰ Este era um projecto que M. Cláudio Marcelo acalentava desde a batalha de Clastidium, em 222 a.C., após a qual o cônsul pretendeu dedicar-se à construção de um templo consagrado a *Honos* e à *Virtus*. A guerra com o cartaginês Aníbal e a falta de fundos acabaram, contudo, por fazer com que ele adiasse este seu propósito. A possibilidade do seu cumprimento ficou a dever-se, de facto, ao saque de Siracusa. Surgiu entretanto outro obstáculo. Os pontífices consideraram impróprio a atribuição de um único espaço a duas divindades. É então que Marcelo decidiu edificar o templo de *Honos* ao lado de uma construção pré-existente, fora da Porta Capena, dedicada à *Virtus*. Marcelo, no entanto, não conseguiu viver o suficiente para assistir à dedicação do templo em 205 a.C. E. S. GRUEN, *op. cit.*, 100 e 101.

³¹ P. GRIMAL, *op. cit.*, 37 e 38.

³² Algumas destas esculturas e pinturas foram ofertadas, também por M. Cláudio Marcelo, a templos em Samotrácia e Rodes, ou para decorar outras cidades. E. S. GRUEN, *op. cit.*, 99.

³³ P. GRIMAL (1993), *op. cit.*, 122, 144 e 261.

³⁴ E. S. GRUEN, *op. cit.*, 100.

marcadamente civilizador da romanização. É com essa intenção que, no século I a.C., Júlio César exhibe publicamente as obras gregas do seu acervo particular no Capitólio e o cônsul Marco Agripa defende que se aja do mesmo modo com os objectos depositados nos templos³⁵. Sintomaticamente, no fim da República, as cidades gregas tornaram-se autênticos centros culturais onde os jovens romanos iam procurar o conhecimento e a prática da retórica e da filosofia³⁶.

Na época de Augusto, a defesa de uma certa ideia de romanidade está presente no empenho posto por Tito Lívio na redacção dos 142 livros da sua *História de Roma*, assim como na vontade do Imperador de devolver a dignidade aos velhos cultos latinos, intenção que o terá levado, assim assevera o seu testamento, a restaurar 82 santuários no espaço de um só ano – capelas ou pequenos templos que estavam abandonados ou tinham sido destruídos pelos frequentes incêndios que afectavam a cidade de Roma³⁷. Em 44 d.C., Plutarco escrevia *Vidas Paralelas*, obra que comparando as personalidades e as acções dos “grandes homens” da Grécia com os de Roma demonstrava que nos mesmos domínios tinham sido aplicados os mesmos valores.³⁸ Em síntese, ao equiparar os feitos dos “grandes homens” gregos aos feitos dos “grandes homens” romanos, *Vidas Paralelas* reconhecia a existência de um ascendente de matriz helénica que filiava os segundos nos primeiros. No século II, foi certamente esse ascendente que fez o Imperador Adriano reunir um largo espólio de arte grega na sua vila Adriana em Tibur (hoje Tivoli), do qual faria parte uma das Cariátides do templo do Erectéion da Acrópole de Atenas, e patrocinar a reparação do Pártenon depois de um incêndio lhe ter infligido sérios danos³⁹.

O período que medeia os séculos III e IV é marcado por fortes ameaças dos povos bárbaros e por perturbações políticas que levaram quase à anarquia e que Diocleciano intentou sanar constituindo um regime de governação conhecido pela designação de Tetrarquia. A Tetrarquia consistia na instituição de dois Augustos e dois Césares, em que os dois últimos ficaram encarregados, sob a sua autoridade suprema dos primeiros, de missões e

³⁵ M. MACARRÓN MIGUEL, *op. Cit.*, 26 e 27.

³⁶ P. GRIMAL – *O Império Romano*. Lisboa: Edições 70, 1999, 24.

³⁷ P. GRIMAL – *O Século de Augusto*. Lisboa: Edições 70, 1997, 77 e 81.

³⁸ P. GRIMAL (1999), *op. cit.*, 107.

³⁹ A. M. MACARRÓN MIGUEL, *op. Cit.*, 24; I. GONZÁLEZ-VARAS – *Conservación de Bienes Culturales. Teoría, historia, principios y normas*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1999, 24 – 27.

comandos regionais. O próprio Diocleciano e Maximiano foram os primeiros Augustos, Constâncio e Galério eram os respectivos Césares. No ano de 305, Diocleciano e Maximiano abdicam a favor de Constâncio e Galério, que nomeiam Severo, um oficial subordinado a Constâncio, e Maximino Daia, um militar adjunto de Galério, como seus Césares. A partilha dos poderes foi, todavia, perturbada pelo falecimento de Constâncio logo em 306, na medida em que não coube a Severo substituí-lo no cargo de Augusto, mas ao seu filho Constantino, por força de uma proclamação imposta pelo exército⁴⁰. A interrupção da lógica da continuidade do sistema de governação estabelecido por Diocleciano, que tinha antecedentes na sucessão anterior, obrigou Constantino a afirmar a sua legitimidade. Daí que na construção do arco de Constantino em Roma, no ano de 314, tenham sido usados fragmentos de relevos mais antigos que representavam os imperadores Trajano, Adriano e Marco Aurélio, e esculturas retiradas de monumentos vetustos, como o arco triunfal e o foro dos mesmos Marco Aurélio e Trajano, respectivamente⁴¹. A intenção do aproveitamento desses fragmentos não terá sido apenas a rentabilização dos meios construção através do reaproveitamento de estruturas e materiais pré-existentes, prática recorrente até ao século XIX, mas também reivindicar e assumir publicamente a herança política deixada por aqueles três imperadores. A partir de aqui, porventura acossados pela divisão do Império no século V, os Romanos privilegiaram a conservação dos monumentos do seu próprio passado, aqueles que davam suporte físico à sua identidade histórica. No ano de 408, talvez para os proteger, é outorgado um decreto a favor da utilização secular dos templos a salvaguardar enquanto monumentos públicos⁴². Em 458, os imperadores Leão I (Império Oriental) e Majoriano (Império Ocidental), preocupados com a progressiva destruição das edificações mais antigas, ordenaram ao perfeito de Roma que proibisse a demolição dos templos e dos monumentos construídos pelos seus antecessores. Teodorico, o Grande, o Ostrogodo que governou a Itália de 493 a 526, criou os cargos de *curator statuarum* e *architectus publicorum* (Flávio Magno Aurélio Comodoro foi o primeiro), com vista à vigilância e protecção das estátuas e dos edifícios

⁴⁰ P. GRIMAL (1993), *op. cit.*, 137 - 140.

⁴¹ J. JOKILEHTO, *op. cit.*, 5; A. M. MACARRÓN MIGUEL, *op. Cit.*, 27.

⁴² F. CHOAY (2000), *op. cit.*, 37.

públicos antigos⁴³. A institucionalização das figuras do *curator statuarum* e do *architectus publicorum* significou que a conservação e o restauro das construções antigas fora, para Teodorico, mais que uma resposta concreta e pontual a uma situação precisa, sendo assumida como uma autêntica política governamental.

Segundo Cassiodoro, Teodorico chegou a afirmar que o mérito de quem conservava era superior ao de quem construía: “It is more necessary to pay attention to the conservation of things than to the creation of new ones, because, when one comences, recognition must be given to inventiveness, but when one preserves, it is possible to arrive at praiseworthy perfection”⁴⁴. O mérito residia num conceito de conservação que provavelmente implicava, assim inferimos da afirmação de Teodorico, uma intervenção mais directa na construção em causa, um restauro passível de ser entendido como uma oportunidade de aperfeiçoamento da obra original, que poderia passar pela sua adaptação a novas funções ou pela reintegração de elementos arquitectónicos⁴⁵. Por isso a declaração de que embora fosse sua intenção construir de raiz, pretendia, acima de tudo, preservar “old buildings, because in preserving them we shall win no less praise than from building anew”⁴⁶. Por de trás desta atitude estava a intenção de Teodorico de apresentar-se como continuador natural dos imperadores romanos, pretensão que o levou a intentar a recriação da grandiosidade daqueles tempos, nomeadamente das épocas de Trajano e Valentiniano I, suas principais referências⁴⁷. Para a concretizar, empreendeu a recuperação das antigas cidades imperiais sob o seu domínio, bastante arruinadas pelo processo de desagregação do Estado romano, cometimento que o identificou ainda mais com a figura do imperador Trajano.

⁴³ J. JOKILEHTO, *op. cit.*, 5 e 6; H. MEEK, M. MEEK – “Architectural conservation and restoration”. *Grove, The Dictionary of Art*. J. TURNER (ed.). London: Macmillan Publishers, 1996 (vol. 2), 319.

⁴⁴ CASSIODORUS, *Variae*, I.25 (MGH, AA, XII, 28 = CC, 33), cit. C. FRUGONI – *A Distant City. Images of Urban Experience in the Medieval World*. Oxford: Princeton University Press, 1991, 35.

⁴⁵ Teodorico embelezou a cidade de Ravena com placas de mármore e colunas antigas trazidas de Roma. C. FRUGONI, *op. cit.*, 36.

⁴⁶ CASSIODORUS, *Variae*, 3.9 (MGH, AA, XII, 84 = CC, 104), cit. C. FRUGONI, *op. cit.*, 34 e 35.

⁴⁷ Os Romanos chegaram a chamá-lo pelos nomes destes dois imperadores. Só com ambos se completava a perspectiva que Teodorico tinha do império romano. Enquanto Trajano representava o passado glorioso do império na sua fase mais paradigmática, séculos I e II, Valentiniano simbolizava o auge da Nova Roma, a que estava sob a égide da fé cristã. C. FRUGONI, *op. cit.*, 34 e 47.

Entre as obras então realizadas, destacamos a reparação do aqueduto de Ravena, erigido precisamente por Trajano⁴⁸. Estas medidas eram também uma tentativa de moderar o desaparecimento das obras de arte pagãs e a corrupção irreversível da sua arquitectura mais emblemática, que vinha sucedendo desde que o imperador Teodósio tinha interdito, em 391, os cultos não cristãos⁴⁹. Não impediram, no entanto, que a partir do século VI se assistisse à adaptação da Sala de Audiências do Prefeito a igreja de S. Cosme e S. Damião (526-530), de uma sala cerimonial do século I a igreja de Santa Maria Antica (580), do Senado do *forum* romano a igreja de S. Adriano e à consagração do Panteão à Virgem Maria.

Em 804, com a derrota dos Saxões, Carlos Magno tornou-se senhor de um império que ia do Elba ao Ebro e do Mar do Norte ao Sul de Itália. A sua extensão e a diversidade de povos que integrava (Francos, Germânicos, Lombardos, Romanos, Saxões, etc.) fomentaram a convicção de se estar a viver a Era de uma nova *pax romana*, à qual não seria decerto estranho o movimento cultural que se vinha desenvolvendo desde o início do século, impulsionado pelo diácono Alcuin, um erudito que dirigia a reputada escola de York, a que se convencionou chamar de “Renascimento Carolíngio”. O “Renascimento Carolíngio” tinha por princípio definidor a recuperação da Idade de Ouro do culto das ciências e das artes vivida durante a Antiguidade clássica e por objectivo tornar o centro político-administrativo do império, a corte de Aix-la-Chapelle, numa nova Atenas, com a sua sabedoria, ou numa nova Roma, com o seu esplendor, mas agora sob a regulação dos valores da fé cristã. De resto, não foi Roma por si, predominantemente pagã, que se constituiu como modelo a seguir pelo Império Carolíngio, mas a Roma que fora o veículo da

⁴⁸ Procedeu da mesma forma para com o aqueduto de Verona. C. FRUGONI, *op. cit.*, 33.

⁴⁹ A principal consequência desta proibição fora a destruição de todos os símbolos ligados às práticas do paganismo. Os seus templos sobreviveram porque os condicionalismos financeiros e o sentido prático impuseram a sua adaptação aos rituais cristãos, embora apenas o fossem depois de purificados com água benta e com a presença das relíquias de santos. A. SCHNAPP, *op. cit.*, 114-116. Em 595, numa missiva aos missionários enviados para evangelizar os anglo-saxões, Gregório Magno escreveu acerca deste assunto, que “Decididamente, não se deve destruir os templos dos povos, apenas os ídolos que se encontram no seu interior. Benza-se com água benta e com ela respingue-se os templos. Construam-se altares e deposite-se neles as relíquias.

Estes templos tão bem construídos devem passar do culto dos espíritos maus para o culto do Deus verdadeiro. Quando o povo verificar que os seus templos não são destruídos, voltar-se-á com alegria para o conhecimento e adoração do verdadeiro Deus nos lugares que lhe são familiares.” Trad. cit. F. HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ – *El patrimonio cultural: la memoria recuperada*. Gijón: Ediciones Trea, 2002, 19.

expansão do cristianismo⁵⁰. Este pressuposto esteve sempre presente quando Carlos Magno, imbuído pelo desejo de ser o imperador de uma idealizada “Roma cristã”, agiu em prol da preservação dos indícios materiais da arquitectura e das artes romanas - eram-no também dos primórdios da civilização cristã. Estava presente quer quando fez transportar colunas e mármore antigos de Roma e Ravena, com a autorização do papa Adriano I, até Aix-la-Chapelle e Saint-Riquier, quer quando nomeou o alemão Eginhardo - letrado, historiador, teólogo e possível artífice⁵¹ - superintendente dos edifícios públicos, a quem cabia a responsabilidade pela conservação dos monumentos antigos:

“Praticava em toda a sua pureza e com maior fervor a religião cristã, cujos princípios lhe tinham sido inculcados desde a infância. Foi por esta razão que mandou construir uma magnífica basílica que ornamentou de ouro e de prata, de candelabros, de grades e de portas de bronze maciço, e para a qual mandou vir de Roma e de Ravena mármore e colunas que não se podiam encontrar noutra parte.”⁵²

“Mas os edifícios sagrados foram sobretudo objecto dos seus cuidados em toda a extensão do reino. Sabendo que estes monumentos caíam de velhice, exortava os pontífices e os religiosos que deles tinham a guarda a fazê-los restaurar, e delegava comissários para vigiar a execução das suas ordens.”⁵³

O fim do Império Carolíngio nos anos derradeiros do século IX não significou uma ruptura com a referência civilizacional da Antiguidade greco-romana, que nunca perdeu o seu prestígio durante toda a Idade Média, nomeadamente entre os clérigos, por via da afirmação do contributo intelectual de Roma, do desenvolvimento da cultura erudita e do respeito pelas técnicas e pela arquitectura romana.

⁵⁰ E. KUBACH, V. H. ELBERN – *L'Art de l'Empire au Début du Moyen Age. Les Arts Carolingien et Ottonien*. Paris: Éditions Albin Michel, 1968, 106-110.

⁵¹ Foi o autor de uma biografia do seu imperador Carlos Magno, escrita por volta de 820, e terá fiscalizado a construção do palácio de Aachen. Seria um conhecedor da obra de Vitruvius. D. A. BULLOUGH - “Einhard (Eginhard)”. Grove, *The Dictionary of Art*. J. TURNER (ed.). London: Macmillan Publishers, 1996 (vol. 10), 115 e 116.

⁵² EINHARDI, *Vita Karoli Imperatoris* in A. TEULET, *Oeuvres Complètes d'Eginhard*, t. I, Société de l'Histoire de France, Paris, 1840, 83-85, cit. Trad. F. ESPINOSA – *Antologia de Textos Históricos Medievais*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1971, 155.

⁵³ EINHARDI, *Vita Karoli Imperatoris*, A. TEULET, *Oeuvres Complètes d'Eginhard*, t. I, Société de l'Histoire de France, Paris, 1840, 55-57, cit. Trad. F. ESPINOSA, *op. cit.*, 156.

Quando Otão I, rei da Germânia (936) e da Itália (951), restaura a dignidade imperial em seu benefício (Sacro Império Romano, 962) e estabelece a sua capital em Magdeburgo, age tal como Carlos Magno: ordena que sejam trazidos elementos arquitectónicos e mármore antigos de Itália como se de verdadeiras relíquias se tratassem⁵⁴. Posteriormente, entre os séculos XII e XIV, a Europa assiste novamente à idealização de um Império universal cristão concebido à imagem do Império romano, pelos papas Gregório VII e Inocêncio III, e pelos imperadores germânicos da dinastia Hohenstanfen (Sacro Império Romano-Germânico), mormente por Frederico II, coroado em 1220. Também para eles muitos dos objectos artísticos deixados pelos antigos Romanos tinham um valor que ia para além da sua utilidade ou do seu preço, admirando-os pelo arrojo da sua concepção e pela qualidade e mestria da sua execução, sobretudo as estátuas em bronze e de grandes dimensões, consideradas inimitáveis.⁵⁵ Admiração que se efectivava através do contacto com as ruínas das edificações que os romanos tinham construído por toda a Europa, como as descritas numa carta de Conrad de Querfurt, chanceler do imperador Henrique VI em viagem por Itália (Baia, Nápoles e Taormina) no ano de 1194 ou das peregrinações a Roma que lhes possibilitava o conhecimento directo dos monumentos antigos.

Os *Mirabilia*, volumes que tinham por objectivo orientar os peregrinos pela cidade de Roma (cumpriam a função dos actuais guias de viagem), continham, para além das necessárias indicações topográficas, descrições dos monumentos imperiais⁵⁶. O primeiro deles foi o *Mirabilia urbis Romae*, redigido por Benedito, cónego de S. Pedro, em 1115, dedicado exclusivamente aos monumentos pagãos de Roma, com identificações e descrições algo fantasiosas e míticas⁵⁷. Refere, por exemplo, tomando como fonte a hagiografia

⁵⁴ O papa Vítor III, ainda enquanto abade Desidério, agiu de modo idêntico quando decidiu patrocinar a remodelação do Mosteiro de Monte Cassino, a cuja comunidade monástica pertencia desde 1055. Enviou agentes seus a Roma no ano de 1066, em busca de colunas, bases e capitéis para a sua abadia do Monte Cassino. F. CHOAY (2000), *op. cit.*, 36 e 37.

⁵⁵ J. JOKILEHTO, *op. cit.*, 14; A. M. MACARRÓN MIGUEL, *op. cit.*, 39.

⁵⁶ A. M. MACARRÓN MIGUEL, *op. cit.*, 39 e 40; J. – P. BABELON, A. CHASTEL, *op. cit.*, 21 e 22.

⁵⁷ F. CHOAY (2000), *op. cit.*, 34. Pela mesma altura, outro autor de origem inglesa, conhecido pelo nome de Magister Gregorius, escreve *Narratio de mirabilibus urbis Romae*. F. HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, *op. cit.*, 45.

de S. Silvestre, que debaixo do templo de Vesta do *forum* romano existiria um dragão enterrado.

São estes os antecedentes que explicam a medida concreta de defesa de um monumento antigo que foi o decreto de protecção e manutenção *in situ* da coluna de Trajano imposto pelo senado de Roma de 1162.⁵⁸ Fora do seu contexto, o decreto senatorial de 1162 podia parecer algo excêntrico numa época em que a relação com o património construído herdado dos antigos Romanos foi, pelo menos, ambivalente. Com efeito, paralelamente às iniciativas de salvaguarda enunciadas até aqui, outras houveram que infligiram profundos danos num número apreciável de construções romanas clássicas ou que até causaram a sua destruição. Muitos dos teatros, banhos, arcos triunfais e túmulos foram adaptados a fortificações por famílias aristocráticas rivais. No século IX, por exemplo, a arena do Coliseu recebeu a cidadela dos Frangipani e uma igreja, enquanto os arcos foram fechados e ocupados por habitações, armazéns e oficinas. A mesma família fará erguer, no século XIII, uma torre defensiva sobre o arco de Septimo Severo. Os Fabi apropriaram-se do teatro de Marcelo (construído entre 13 e 11 a.C.) em 1150 – as arcadas foram aproveitadas por trapeiros, adelos e tabernas⁵⁹. A congregação de Saint Guy ocupa o Circo Máximo com habitações que arrendam e mercadores de vinho e *trattorie* instalam-se nos arcos do teatro de Pompeios. No actual território francês, na Provença, a Arena de Arles é, à semelhança do Coliseu de Roma, transformada em cidadela, entaipando-se as arcadas e levantando-se uma igreja no seu centro e um quarteirão de habitações sobre as suas bancadas. Na centúria de 1200, devido à instigação da Igreja, o anfiteatro de Trêves, a Arena de Mans e o templo de Tours são transformados em pedreiras⁶⁰. Há que ter em conta, porém, que esta prática não se deveu tanto ao possível menosprezo que a arte e a arquitectura pagãs podiam suscitar, mas principalmente ao sentido prático daqueles que achavam ser mais económico

⁵⁸ A. M. MACARRÓN MIGUEL, *op. cit.*, 40; A. SCHNAPP, *op. cit.*, 106 e 107.

⁵⁹ O teatro de Marcelo acabará convertido em palácio no ano de 1519. F. HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, *op. cit.*, 40. Estas reutilizações foram particularmente atentatórias não apenas pelas alterações que introduziram na arquitectura original dos monumentos, mas também porque mais de 140 dessas estruturas saíram gravemente danificadas de um conflito que oporá, em 1257, um senador chamado Brancalione degli Andalò aos nobres de Roma mais as suas fortalezas e torres. H. MEEK, M. MEEK, *op. cit.*, 319.

⁶⁰ F. CHOAY (2000), *op. cit.*, 32 e 33.

reaproveitar o que já existia e que havia perdido o seu sentido e a sua utilidade, do que construir de raiz.

Também na cidade de Roma foi frequente que as velhas estruturas imperiais fornecessem materiais de boa qualidade para a construção de residências de príncipes e cardeais, chegando os contratos de obra a prever, especificamente, a reutilização dos materiais antigos encontrados nos locais de edificação – o passado era literalmente o suporte do presente.⁶¹ O aparecimento desta garantia contratual indica que estamos perante materiais cujo valor ultrapassava o meramente fundiário, abrangendo igualmente a dimensão do simbólico – a nobilitação das novas residências passava pela aplicação de matérias-primas consideradas preciosas pelas suas qualidades físicas intrínsecas e por evocarem os espaços por onde tinham passado imperadores, patrícios, senadores, enfim as personagens emblemáticas da história de Roma. Atitude que era demasiada ambígua para evitar o desaparecimento de muito do património do passado.

Foram muito possivelmente reutilizações e danificações como as que acabámos de enunciar e outras provocadas por circunstâncias semelhantes que estiveram por de trás do protesto do escritor italiano Francesco Petrarca (1304-1374) contra a destruição de monumentos antigos e a exportação de obras de arte, expresso numa sua missiva a Cola di Rienzo em 1347. Petrarca, no entanto, fá-lo com uma intenção nova, com a qual contribui para o estabelecimento de um quadro cultural inovador, o do Humanismo do *Quattrocento*. Para ele, a Antiguidade é mais que uma referência sagrada e mítica de legitimação dos poderes religioso e secular, é uma realidade histórica concreta, um passado acabado cujo conhecimento é acessível apenas por intermédio dos monumentos, das “Antiguidades” (dos objectos antigos), e dos autores gregos e romanos⁶², mediadores que se autenticam e confirmam reciprocamente – aqui se fundamenta o alvitre de Petrarca de que Roma devia ser visitada com obras dos autores antigos na mão. Essa é a Roma gloriosa do passado que subjaz sob a desolação da modernidade e da qual a arqueologia

⁶¹ A. SCHNAPP, *op. cit.*, 146.

⁶² F. CHOAY (2000), *op. cit.*, 39.

vai achando e escavando alguns vestígios arqueológicos⁶³. É na libertação e recuperação desses vestígios e na conservação do que está ainda visível à superfície que reside a esperança de uma *Rinascità*⁶⁴. Subordinada a possibilidade de realização do desejo de uma *Rinascità* à preservação arqueológica e monumental, as disposições implementadas nesse sentido começaram a tender para um menor circunstancialismo, com medidas mais assertivas em termos da regulação das responsabilidades do poder e da comunidade para com a herança material da civilização romana.

Em 1363, os estatutos da cidade de Roma proibiram a destruição dos edifícios antigos localizados intra-muros, multando os vandalizadores e seus mentores, para que a cidade não fosse desfigurada por ruínas e as “Antiguidades” pudessem continuar a testemunhar publicamente a nobreza ancestral da urbe. Precaviam inclusivamente a hipótese de um Senador contrariar as suas disposições prevendo que aquele que o fizesse fosse multado em 100 florins.⁶⁵ No século seguinte, o papa Martinho V restabelecia a função do *Magister viarum*. Eugénio IV recupera a cobertura e os acessos do Panteão e promove os estudos dedicados às reconstruções dos monumentos romanos danificados. Sob o pontificado de Nicolau V, o arquitecto Leon Battista Alberti (1404-1472) é encarregado da conservação e do restauro de grandes monumentos como o aqueduto de *Acqua Virgineo*, que retoma o seu funcionamento, e a muralha de Aureliano. Tira-lhes as medidas precisas a fim de levantar uma planta completa da cidade antiga (*Descriptio Urbis Romae*) e restabelece, desobstruindo-o de construções extemporâneas, o circuito da ponte de S. Ângelo⁶⁶.

A escolha de Alberti por Nicolau V para intervir nas preexistências edificadas de Roma parece advir de um entendimento partilhado pelos dois do valor e do significado dos monumentos antigos, percorridos pelo arquitecto no seu tratado *De re aedificatoria*. Alberti terá ofertado uma primeira versão

⁶³ L. BARKAN – *Unearthing the Past: Archaeology and Aesthetics in the Making of Renaissance Culture*. New Haven. London: Yale University Press, 1999, 24 e 25.

⁶⁴ O pintor e historiador Giorgio Vasari é o primeiro a empregar o termo *rinascità*, embora não o faça na forma verbal da terceira pessoa, *rinacque*, pela qual Lorenzo Ghiberti, nos seus *Comentários* (1450), exprime a ideia de um despertar da criatividade humana após a queda do Baixo-império, época que ele qualifica de trevas, de *media età* (Idade Média). G. BAZIN – *História da História da Arte*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, 117.

⁶⁵ Cit. A. SCHNAPP, *op. cit.*, 412.

⁶⁶ G. BAZIN, *op. cit.*, 15; F. HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, *op. cit.*, 41 e 42.

manuscrita e incompleta do seu tratado a Nicolau V em 1452, aquando das obras de reabilitação da basílica de S. Pedro. Sabendo-se que só nas vésperas da morte de Alberti, acontecida em 1472, é que o texto do *De re aedificatoria* ficou praticamente terminado para publicação⁶⁷, é muito provável que parte do que o arquitecto italiano aí pondera sobre a importância da arquitectura para a memória colectiva seja também fruto dessa experiência com os monumentos romanos antigos, ao serviço de Nicolau V e dos pontífices que se seguiram até à sua morte (Calisto III, Pio II e Sisto IV). Dessa convergência resulta uma noção do significado da arquitectura do passado no presente que é representativa da cultura dominante.

Ao constatar que a antiga Creta deve a sua notoriedade ao Templo de Júpiter, que para o enaltecimento de Delfos contribuíram mais a beleza da cidade e a majestade do seu templo que o conhecido oráculo de Apolo e que, em relação à magnificência do Império Romano, merecem mais credibilidade os vestígios arquitectónicos espalhados por toda a Europa do que o testemunho dos historiadores, Alberti reconhece que os monumentos do passado são o principal meio de conservação e transmissão da memória de uma época – a durabilidade e a solidez das construções fixa a lembrança das gerações passadas e demonstra a perenidade das instituições⁶⁸. A constatação permite-lhe compreender não só a necessidade de preservar esse legado ancestral, mas também a intencional parcialidade ideológica com que foi construído, a qual veio condicionar a leitura que o presente fez do pretérito a que se reporta. A propósito dessa parcialidade, Alberti avoca a aprovação que os antigos mereceram de Tucídides por terem dotado as suas cidades de todo o género de edifícios para afectarem ser mais poderosos do que realmente eram⁶⁹. Seria a consciência dessa intencionalidade um dos factores da pulsão mecénica que caracterizou a produção artística na Itália do *Quattrocento*. Alberti escreve que entre os príncipes maiores e mais sábios não haveria um

⁶⁷ Por causa, sobretudo, do lento processo de escrita de Alberti, pautado por constantes correcções, retoques e interrupções, introduzidos e feitos ao sabor do espírito do tempo e das suas preocupações individuais. De acordo com Flavio Biondo, na *De Roma Illustrata* (Veneza, 1510), foram três os livros manuscritos sobre a arte de edificar que Alberti deu a Nicolau V. O *De re aedificatoria* é constituído, na totalidade, por dez livros. Foi publicado pela primeira vez em 1485, treze anos depois do falecimento de Alberti. F. CHOAY – “Introduction”. *L’Art d’Édifier*. L. B. ALBERTI. Paris: Éditions du Seuil, 2004, 11, 12, 18 e 19.

⁶⁸ L. B. ALBERTI – *L’Art d’Édifier*. Paris: Éditions du Seuil, 2004, 50.

⁶⁹ TUCIDIDES – *A Guerra do Peloponeso*, I, 10, 2.

que recusasse a arte de edificar como uma das melhores formas de legar a memória do seu nome às gerações futuras. A convicção de que assim era dá-lhe o pretexto para afirmar e prestigiar o estatuto social do arquitecto, atribuindo-lhe uma responsabilidade fulcral na estabilidade, na dignidade e na honra da República, pois as suas criações permitiam fruir o lazer com beleza, alegria e salubridade, trabalhar e cumprir tarefas com vantagem e proveito, em ambas as vertentes com dignidade e sem perigo, para além dos benefícios que delas podia vir a tirar a posteridade. Deviam os arquitectos ser, por isso, reconhecidos, respeitados e incluídos entre os primeiros a recompensar e a honrar pela espécie humana⁷⁰.

Por outro lado, pelo entendimento transmitido por Alberti do papel do legado monumental antigo, no que nele era possível antever do passado que o presente poderia vir a ser, percebe-se a lógica da sua conservação ser por vezes sacrificada à necessidade ideológica da existência de novo edificado: em caso de necessidade ou conflito, a memória do pretérito é suplantada pelo desejo de condicionar a memória futura. É esta lógica que justifica que haja sido justamente com o papado de Nicolau V que o Fórum, o Circo Máximo e o Aventino produziram duas mil e quinhentas carroças de mármore e de pedras talhadas. Políticas urbanas e acções concretas, tal como hoje, contradisseram-se frequentemente. Em 1425, segundo os respectivos contratos e convenções encontrados nos arquivos pontifícios, Martinho V, que havia reiterado as atribuições do *Magister viarum*, encarregou dois empreiteiros (Antonio Picardi e Nicolau Bellini) de encontrar antigas e belas pedras nos monumentos para o restauro do pavimento da igreja de São João de Latrão. Do Coliseu, do Capitólio, do porto de Óstia e da vila Adriana veio grande parte do travertino de que Pio II, pontífice entre 1458 e 1464, necessitou para as obras que empreendeu no Vaticano e em S. Pedro⁷¹. Abertas as pedreiras de mármore de Carrara, graças à iniciativa deste pontífice, deixa de ser preciso recorrer ao Coliseu, medida que vinha de encontro aos princípios formulados na ambiciosa bula *Cum almam nostram urbem* do mesmo Pio II, datada de 28 de Abril de

⁷⁰ L. B. ALBERTI, *op. cit.*, 51.

⁷¹ Acrescem ainda os materiais retirados das circunvizinhanças do teatro de Tivoli para a construção de uma cidadela. F. CHOAY (2000), *op. cit.*, 47 e 48.

1462, que dava continuidade e reforçava a determinação profilática dos estatutos da Roma de 1363:

“Como desejamos que a Cidade nossa Mãe seja respeitada na sua dignidade e no seu esplendor, devemos primeiro que tudo aplicar uma cuidadosa vigília não apenas às basílicas e às igrejas da Cidade de modo a que os lugares santos e consagrados, nos quais foram conservadas numerosas relíquias de santos, sejam mantidos e preservados nos seus admiráveis edifícios, mas ainda para que os velhos e antigos edifícios, assim como os seus vestígios, sobrevivam para as gerações futuras, porque concedem à Cidade o seu maior ornato e o seu maior adorno, e porque se elevam em monumentos das virtudes antigas e incitam à perpetuação da glória; e, fazendo tomá-los ainda mais em consideração, estes edifícios e os seus vestígios permitem contemplar melhor a fragilidade das obras humanas; que ninguém se fie nas obras humanas, porque estes edifícios que os Antigos pensaram que iriam rivalizar com a eternidade, graças ao seu imenso poder e ao seu muito grande valor, nós vemos em ruínas e até desfeitos sob os efeitos da idade e de outros avatares. Por todas estas razões, (...) nós seguiremos com determinação os passos de alguns dos Pontífices Romanos de honrosa memória que nos precederam, que interditaram expressamente a demolição ou destruição de edifícios antigos, (...) assim, sob pena de excomunhão e sob pena de multas fixadas por este estatuto, penas incorridas de imediato pelos infractores, (...), nós proibimos formalmente a todos e a qualquer um, tanto eclesiásticos como seculares, de qualquer classe, dignidade, estado, ordem ou condição que seja, e mesmo que se arroguem da dignidade pontifícia ou de qualquer outra dignidade eclesiástica ou laica, de ousar demolir, destruir, desmontar, dissipar ou utilizar como pedreira, por qualquer meio que seja, directa ou indirectamente, publicamente ou em segredo, um edifício público antigo ou os vestígios não enterrados de um edifício antigo, na Cidade ou no seu território, e mesmo se o edifício estiver em propriedade privada, no campo ou na cidade. Caso alguém ouse transgredir esta interdição, atribuímos aos nossos queridos filhos os conservadores da câmara, instituídos recentemente devido às circunstâncias, que vão fazer sobre este assunto cuidadosas inquirições para os seus oficiais, a plena e completa autorização, (...), de prender os artífices ou os jornaleiros apanhados em flagrante delito de demolição e de destruição, de prender, penhorar e confiscar os seus bens, as suas ferramentas e outros, e de obrigar essas pessoas assim como aqueles a trabalhar para pagar a multa completa e na totalidade.”⁷²

A citação é longa, mas a sua extensão justifica-se pela importância que a bula *Cum almam nostram urbem* assume quando reconhecemos a sua aguda modernidade no que respeitava aos pressupostos e aos critérios consignados no seu teor.

⁷² Trad. do cit. A. SCHNAPP, *op. cit.*, 425-427.

1. Identifica claramente o que estava em causa, a sobrevivência dos imóveis que comprovavam o passado prestigiante de Roma, antiga capital do Império e centro do Cristianismo - “que a Cidade nossa Mãe seja respeitada na sua dignidade e no seu esplendor”.
2. Separa epistemologicamente monumentos, as “basílicas” e “igrejas” erigidas para albergar as “numerosas relíquias de santos”, que deviam ser protegidos como documentos da existência e da passagem pela terra dos santos e dos mártires da Igreja também⁷³, de antiguidades, os “velhos e antigos edifícios” e os seus “vestígios”.
3. Estabelece três pressupostos concretos para a formalização da salvaguarda de antiguidades e monumentos que prevaleceram até ao século XX: são uma mais valia para a estética urbana (“porque concedem à Cidade o seu maior ornato e o seu maior adorno”); enquanto testemunhos do passado convocam a memória das virtudes e glórias passadas, veiculando desse modo modelos de comportamento social e político a cultivar e a seguir no presente (“porque se elevam em monumentos das virtudes antigas e incitam à perpetuação da glória”); e sendo um património que tendo sobrevivido às vicissitudes da passagem do tempo, cabe ao presente garantir que ele seja transmitido também às gerações futuras (“mas ainda para que os velhos e antigos edifícios, assim como os seus vestígios, sobrevivam para as gerações futuras”).
4. Impõe regras universais, aplicáveis a todos os indivíduos, independentemente do seu grupo social ou do seu estatuto político - “proibimos formalmente a todos e a qualquer um, tanto eclesiásticos como seculares, de qualquer classe, dignidade, estado, ordem ou condição que sejam, e mesmo que se arroguem da dignidade pontifícia ou de qualquer outra dignidade eclesiástica ou laica, de ousar demolir” -, que incluíam penalizações como a excomunhão e a penhora de todos os bens - “prender, penhorar e confiscar os seus bens, as suas ferramentas e outros, e de obrigar essas pessoas assim como aqueles a trabalhar para pagar a multa completa e na totalidade” - e que eram extensíveis a todo o território pontifício (“na Cidade ou no seu território”).

⁷³ Sobre a compreensão do valor patrimonial das relíquias no contexto religioso ver J.-P. BABELON, A. CHASTEL, *op. cit.*, 14-19; F. HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, *op. cit.*, 21 e 22.

5. Cria um corpo administrativo específico, o cargo de “conservadores da câmara”, para aplicar o legislado na bula.
6. Finalmente, antecipa a percepção romântica de que as ruínas, enquanto fragmentos do passado - uma presença e simultaneamente uma ausência, em que a parcela que sobreviveu sugere o que desapareceu -, definiam um eixo entre o passado e o presente que era uma metáfora da “fragilidade das obras humanas” (“que ninguém se fie nas obras humanas, porque estes edifícios que os Antigos pensaram que iriam rivalizar com a eternidade, graças ao seu imenso poder e ao seu muito grande valor, nós vemos em ruínas e até desfeitos sob os efeitos da idade e de outros avatares”) ⁷⁴.

Os objectivos de Pio II ficaram, contudo, longe de um desempenho pleno, assim o atesta, novamente, a situação do Coliseu. Depois de pertencer aos Frangipani e de servir de pedreira, o Coliseu será concedido ao cardeal veneziano Pietro Barbo, futuro papa Paulo II, para que construa o *Palazzo Venezia*, a fim de albergar as suas colecções de arte antiga. Por sua vez, depois de empossado nas funções papais, Paulo II fez colocar um obelisco na praça de S. Pedro (projecto já acalentado por Nicolau V), financia o restauro dos arcos de Tito e Septimo Severo, do Fórum, da Coluna de Trajano, da estátua equestre de Marco Aurélio e até do Coliseu que lhe tinha sido cedido para levantar o *Palazzo Venezia*. O Coliseu, porém, ainda servirá o sucessor de Paulo II, Sisto IV, cujo pontificado terminará em 1484, que ali vai buscar, assim como ao templo de Hércules, a matéria-prima para a edificação da ponte que receberá o seu nome. Este é o mesmo Sisto IV que restaurará o templo de Vesta, libertará o Arco de Tito das fortificações erigidas pelos Frangipanni, estabelecerá as regras de expropriação por utilidade pública e promulgará o primeiro édito a interditar a exportação de obras de arte – foi ele a começar a

⁷⁴ C. CARENA – “Ruína / Restauro”. *Enciclopédia Einaudi. Memória – História*. s.l.: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984 (volume I), 107-129; P. S. RODRIGUES – “A Descoberta de Pompeios sob o Olhar de um Português. António José Dias Guimarães e a «Memória sobre as Ruínas e Antiguidades de Pompeia»”. *Boletim de Estudos Clássicos*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Associação Portuguesa de Estudos Clássicos, 2005 (Junho, vol. 43), 139-158; S. SETTIS – *Le Futur du Classique*. Paris: Liana Levi, 2005, 123-136; A. USTÁRROZ – *La Lección de las Ruínas. Presencia del pensamiento griego y del pensamiento romano en la arquitectura*. Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos, 1997, 26-35.

colecção de antiguidades do Vaticano. Por outro lado, foi também este papa quem ordenou a demolição de alguns templos e arcos do triunfo, autorizou, por breve de 17 de Dezembro de 1471, os arquitectos da Biblioteca Vaticana a realizarem escavações com o objectivo de encontrar os materiais necessários à construção daquele espaço e vendeu uns bustos de Augusto e Agripa a Lourenço, o Magnífico (de Médicis)⁷⁵.

De facto, as boas intenções e as boas práticas alimentadas pelo culto dos modelos filosóficos, literários e artísticos clássicos por parte dos Humanistas (cardeais, artistas e académicos) e pelo gosto crescente pela Arqueologia embateram frequentemente com o sentido prático que via nas preexistências a solução imediata para a necessidade cada vez mais premente de habitações e materiais nobres numa cidade cuja população estava nos 55 000 habitantes em 1527, sem que a sua área tivesse crescido na mesma proporção⁷⁶. Fazê-lo pareceria contraditório também aos contemporâneos, mas a resolução eficaz de um problema concreto de política urbana impunha-se aos princípios legais, morais e filosóficos. Para além de que a reutilização de materiais antigos em construções novas podia ser considerada uma forma de salvaguardar algo do valor cultural que representavam, que era assim sintomaticamente apropriado. A frequência com que continuavam a ocorrer suscitou então uma reacção veemente da parte do pintor renascentista Rafael Sanzio (1443-1520).

A 27 de Agosto de 1515, aquando do levantamento da nova basílica de S. Pedro, o papa Leão X encarrega Rafael expressamente do controle das antiguidades que deviam ser integradas naquele edificio, entendidas como uma mais valia à qualidade da sua arquitectura, e de evitar toda a destruição que não fosse decidida por si.⁷⁷ O papa nomeia-o, para esse fim, *Romanarum Antiquitatum Praeses* (Prefeito das Antiguidades de Roma), tornando-o

⁷⁵ F. CHOAY (2000), *op. cit.*, 46 – 48; F. HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, *op. cit.*, 43 e 44; L. STEPHENS – “Rome, III – Art life and organization, 3. 1420-1502”. *The Dictionary of Art. Grove*. London: Macmillan Publishers, 1996 (vol, 27), 765-767.

⁷⁶ A Roma de Nicolau V, dos inícios do século XVI, era uma pequena cidade de cerca de 17 000 a 20 000 habitantes que vai crescer em escassos vinte anos, segundo o censo de 1526-1527, para os 55 000, ou seja para bem mais do dobro da população, com a agravante da área ocupada ter sofrido uma expansão muito modesta, o que significa que houve essencialmente um processo de reorganização do núcleo urbano. P. PORTOGHESI – *Rome of the Renaissance*. London: Phaidon, 1972, 12.

⁷⁷ F. HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, *op. cit.*, 47; A. SCHNAPP, *op. cit.*, 147.

responsável pela inspecção-geral de todas as escavações e descobertas de pedras e mármore que se fizessem, daí em diante, em Roma e num raio circundante de dez milhas, com ordem de comprar tudo o que fosse necessário para a construção de S. Pedro e salvaguardar as inscrições consideradas indispensáveis à história da romanidade⁷⁸. Será nessa condição que Rafael redige e envia, em parceria com Baldassare Castiglione⁷⁹, uma missiva de alerta ao papa, em 1518, da qual transcrevemos aqui um trecho:

“ (...) Mas se considero, ao examinar os vestígios ainda visíveis entre as ruínas de Roma, a majestade desses espíritos antigos, não me parece irrazoável de acreditar que a maioria das coisas que nos parecem impossíveis eram para eles muito fáceis. Tendo estudado muito estas antiguidades e tendo posto um cuidado extremo e minucioso a procurá-las e a medi-las com diligência, lendo de ponta a ponta, continuamente, bons autores e comparando as obras com as suas descrições, penso ter adquirido algum conhecimento sobre esta arquitectura antiga. Isto dá-me um grande prazer, por conhecer algo tão nobre, e também uma grande dor, pelo quase cadáver desta sublime e nobre cidade, que foi rainha do mundo, tão miseravelmente recortado (...).

Por isso, se a cada um cabe amar os antepassados e a pátria, eu sinto-me obrigado a comprometer todas as minhas limitadas forças para que, na medida do possível, fique viva um pouco da imagem e quase a sombra desta que, na verdade, é pátria universal de todos os cristãos e que durante tanto tempo foi tão nobre e poderosa que os homens já começavam a crer que abaixo do céu só ela estava acima do destino e do curso natural, livre da morte para perdurar eternamente. Mas parece que o tempo, invejoso da glória dos mortais, não confiando plenamente nas suas próprias forças, se tivesse aliado ao destino e aos profanos e desalmados bárbaros, os quais à voraz lima e dentada venenosa daquele acrescentaram o ferro e o fogo e todos os meios necessários para a arruinar. Por isso é que todas aquelas famosas obras, que hoje mais que nunca seriam floridas e belas, foram queimadas e destruídas pela raiva desalmada e o ímpeto cruel de homens malvados e violentos; ainda que tenha sobrevivido a estrutura do conjunto, mas sem decoração e, como quem diz, os ossos sem a carne.

Mas, porque nos lamentamos dos Godos, Vândalos e outros pérfidos inimigos, se aqueles que como pais e tutores deviam defender estas pobres relíquias de Roma, eles mesmos se tenham dedicado amplamente a destruí-las? Quantos papas, Santo Padre, que exerceram o mesmo ofício que Vossa Santidade, mas que não possuíam o mesmo saber, nem

⁷⁸ Das tarefas atribuídas a Rafael constava ainda o levantamento da topografia da Roma antiga. Qualquer escavação num sítio antigo devia ser comunicada ao Prefeito das Antiguidades de Roma num prazo de três dias. Em 1517, o humanista Jacopo era autorizado a publicar as inscrições encontradas, devendo-o fazer em sete anos. A primeira colectânea saiu em 1521. G. BAZIN, *op. cit.*, 60; H. MEEK, M. MEEK, *op. cit.*, 319; F. CHOAY (2000), *op. cit.*, 49.

⁷⁹ Terão sido ambos, Rafael e Castiglione, efectivamente, a redigir a carta para Leão X. Porque, para além da grande amizade que os unia, o estilo e os conceitos parecem pertencer a Castiglione, enquanto a substância tecnicista dos argumentos, sem o carácter abstracto de uma teorização, parecem ser de Rafael. P. PORTOGHESI, *op. cit.*, 35.

o mesmo valor e grandeza de alma, quantos papas, dizia eu, permitiram a ruína e a desagregação de templos antigos, de estátuas, arcos e outros edifícios que fizeram a glória dos seus fundadores? Quantos, apenas para alcançar a terra profunda, escavaram as fundações, provocando a ruína dos edifícios? Qual a quantidade de cal que fizeram com as estátuas e outros ornatos antigos? Direi mesmo que a nova Roma que vemos hoje, tão grande que seja, tão bela, tão adornada de palácios, de igrejas e outros edifícios, é inteiramente feita com a cal proveniente dos mármore antigos. Recordo-me, não sem uma grande compaixão, que depois de estar em Roma, não faz doze anos, belíssimas coisas foram destruídas, tais como a pirâmide da via Alexandrina, o arco que se encontrava à entrada das termas de Diocleciano e o templo de Ceres na via Sagrada, uma parte do fórum *transitorium* que foi, há alguns dias, queimado e destruído e cujos mármore serviram para fazer cal, a maior parte da basílica do fórum (...) sem contar com as muitas colunas quebradas ou fendidas em duas, as muitas arquitraves, os muitos belos frisos partidos [como galhos]; ao ponto de ser uma verdade infame do nosso tempo termos encorajado esta situação e podermos afirmar verdadeiramente que Aníbal e os outros não fizeram pior (...).⁸⁰

Começando por valorizar a capacidade empreendedora do passado romano, designadamente cristão, em relação ao presente, Rafael utiliza a grandiosidade dos “espíritos” avoengos como pretexto para convencer Leão X a proteger as Antiguidades. Depois, arroga-se dos seus conhecimentos e do seu labor arqueológico para dar credibilidade às suas pretensões. A sua experiência neste campo permitia-lhe o conhecimento de como aquela “sublime e nobre cidade” foi “rainha do mundo” e “pátria universal de todos os cristãos”, “tão nobre e poderosa que os homens já começavam a crer que abaixo do céu só ela estava acima do destino e do curso natural, livre da morte para perdurar eternamente”, algo que mais ninguém teria oportunidade de saber no futuro caso se prolongasse a atitude do presente para com a arquitectura do passado. Perigo que se devia tanto aos acidentes da História – “Godos, Vândalos e outros pérfidos inimigos” e o cartaginês Aníbal – como àqueles “que como pais e tutores deviam defender estas pobres relíquias de Roma”, que tinham um dever para com a memória dos seus antepassados e da pátria, os seus contemporâneos, com particular destaque para os próprios pontífices. Chega, inclusive, a enunciar alguns episódios recentes de Antiguidades desaparecidas: “a pirâmide da via Alexandrina, o arco que se encontrava à entrada das termas

⁸⁰ Trad. do cit. A. SCHNAPP, *op. cit.*, 427-429 e M. J. MARTÍNEZ JUSTICIA – *Historia y Teoría de la Conservación y Restauración Artística*. Madrid: Tecnos, 2001, 80 e 81. Para consultar a transcrição completa da missiva ver P. BAROCCHI – *Scritti d’Arte del Cinquecento*. Milano. Napoli: Riccardo Ricciardi Editore, s.d., tomo III, 2971 – 2985.

de Diocleciano e o templo de Ceres na via Sagrada, uma parte do fórum *transitorium* (...), a maior parte da basílica do fórum”. Ou seja, Rafael utiliza uma argumentação eminentemente política, pela identificação com a idade dourada do Império romano, para convencer Leão X a ter uma atitude mais firme e eficaz em prol do património construído desse passado – vai tê-la Paulo III com a sua bula de 28 de Novembro de 1534, na qual defende a protecção dos monumentos.⁸¹

O predomínio da argumentação política mostra que o que estava em causa ultrapassava a apreciação estética daquelas construções suscitada pelo estudo da Antiguidade. O que estava realmente em causa era o valor ideológico que lhe era conferido pelas elites, ou seja pela ordem social e política vigente, tal como tinha sido tão lucidamente formulado por Alberti, e que decidia a sua conservação, ou reintegração, ou desaparecimento. Sublinha-o a pequena vaga de legislação protectora que, a partir da segunda metade do século XVI, atinge países onde os vestígios da Antiguidade eram pouco mais que residuais e que incide nos bens artísticos de outra natureza histórica.

Em 1560, Isabel I de Inglaterra, prosseguindo o que tinha sido feito pela católica Maria Stuart, emitiu um decreto que acautelava os monumentos e objectos religiosos católicos do vandalismo gerado pelo processo da Reforma, realçando que os protegia pela memória e não pela superstição. O mesmo processo suscitou ainda, em 1585, a criação, por iniciativa privada, da Sociedade de Antiquários de Londres⁸². Em 1622, Cristiano IV da Dinamarca promulga o primeiro édito concernente à protecção das antiguidades dinamarquesas. A 20 de Maio de 1630, era a vez de Gustavo II da Suécia estabelecer a primeira instituição da Europa vocacionada para a conservação dos monumentos antigos, que incluíam inscrições rúnicas, obrigando à sua pesquisa e investigação por antiquários e historiadores. O seu recenseamento foi atribuído, treze anos mais tarde, pelo mesmo monarca, a inspectores regionais, nomeados para o efeito. Seguiu-se, em 1666, a proclamação de todos os monumentos antigos do país⁸³.

⁸¹ F. HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, *op. cit.*, 44.

⁸² G. BAZIN, *op. cit.*, 101 e 102; N. BOULTING, *op. cit.*, 11.

⁸³ G. BAZIN, *op. cit.*, 317; A. SCHNAPP, *op. cit.*, 214.

Mas, os primeiros a munirem-se de outros recursos além da literatura para conhecer a Antiguidade, comparando sistematicamente as fontes textuais com os monumentos do passado e desenvolvendo novas técnicas de investigação, como a epigrafia, a numismática e a topografia histórica, foram realmente os italianos. Ciriaco de Ancona (1391-1454), que passou a maior parte da sua vida a viajar pelo Mediterrâneo copiando inscrições e desenhando edifícios, foi o primeiro a demonstrar que o monumento, a moeda e a inscrição epigráfica também eram fontes históricas. Um seu contemporâneo, o alemão Sigismundo Meisterlin, que se dedicou ao estudo da génese das cidades alemãs, inserido num vasto movimento de afirmação e resistência das cidades livres face às pressões dos altos feudatários do Império alemão, é dos primeiros historiadores a incluir o estudo das inscrições latinas e das antiguidades nas suas obras, mormente na sua *Crónica de Augsburg*⁸⁴. Na esteira de Meisterlin, em 1446, com a sua *Roma instaurata*⁸⁵, uma descrição sistemática daquela cidade, Flávio Biondo, o seu autor, criava e impunha um novo género literário histórico-topográfico, a que deu continuidade com a redacção e publicação dos seus *Italia Illustrata* de 1453 e *Roma Triunfante* de 1459, todas inspiradas nas *Antiquitates* (séc. II-I a.C.) de Varrão⁸⁶. Acrescem ainda os pequenos volumes dedicados à arqueologia e à topografia das Antiguidades romanas pelos académicos humanistas Francesco Albertini, Poggio Bracciolini e Andrea Fulvio, com os seus *Opusculum de mirabilibus novae et veteris Urbis Romae* de 1509, *Ruinarum urbis descriptio* de 1513 e *Antiquitates Urbis* de 1537, respectivamente⁸⁷.

Fora de Roma, Lorenzo Ghiberti aborda o passado artístico da Toscana nos seus *Comentários*, escritos em 1450 e deixados inacabados⁸⁸. Leonardo Bruni, chanceler da *Signoria* de Florença, escreveu *Historiae Florentini Populi*, Marcantonio Cocchio, dito Sabellicus, foi o autor de uma *Gesta dos Venezianos* (1498) e Maquiavel das *Histórias Florentinas*, nas quais declara que “das

⁸⁴ A. SCHNAPP, *op. cit.*, 133 e 136-138.

⁸⁵ A sua publicação só aconteceu em 1471, em Roma e anonimamente, e depois em 1531, na cidade de Basileia e *in-folio*. G. BAZIN, *op. cit.*, 60.

⁸⁶ A. SCHNAPP, *op. cit.*, 145.

⁸⁷ O texto de Poggio Bracciolini surgiu integrado nas obras completas do seu autor publicadas em Estrasburgo na data citada. L. STEPHENS, *op. cit.*, 767; G. BAZIN, *op. cit.*, 60; F. HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, *op. cit.*, 48.

⁸⁸ Dos *Comentários* de Ghiberti sobreviveu uma cópia apenas, pertença da biblioteca do grão-duque Cosme I, onde foi consultada por Vasari. G. BAZIN, *op. cit.*, 15.

ruínas de Roma, não tinha surgido nada que pudesse ser comparado à sua antiga grandeza”⁸⁹. Na segunda metade do século XVI, Pirro Ligorio (1513-1583), um arquitecto originário de Nápoles, onde foi antiquário de Afonso II até se estabelecer em Roma no ano de 1542 (daqui mudou-se para Ferrara em 1568), encetou a primeira tentativa de compreensão global da Antiguidade numa obra de considerável dimensão, os *Libri dell' antichità di Roma*, uma verdadeira enciclopédia em trinta volumes manuscritos (e com gravuras) que se encontram hoje espalhados por diversas bibliotecas europeias.⁹⁰ Fora do âmbito do classicismo, ter-se-ia que esperar pela centúria seguinte para o aparecimento de um estudo equivalente no campo da arqueologia cristã. O seu autor foi António Bosio (1575-1629) e o estudo saiu postumamente em 1634, com o título de *Roma sotterranea*, completado vinte anos depois com o *Roma sotterranea novíssima* de Paolo Aringui. *Roma sotterranea* aludia às catacumbas cristãs que vinham sendo outra vez frequentadas desde o século XV, por incitamento da Academia Romana de Pompónio Leto, fundada com o apoio do papa Paulo II, e para as quais a descoberta do cemitério de Santa Priscila em 1578 tinha atraído a atenção e o interesse de investigadores como Bosio, que, aliás, descobriu e estudou afincadamente muitas outras⁹¹.

O modelo da literatura histórico-topográfica depressa se difundiu por toda a Europa e no século seguinte assiste-se à publicação de obras semelhantes num arco geográfico que vai até ao Norte da Europa, onde o bispo Olaus Magnus redige *Historia de Gentibus Septentrionalibus* (1555). Na Escócia, George Buchanan é o autor de *History of Scotland* (1582) e na Inglaterra, William Camden publica *Britannia* (1586), uma descrição histórica e geográfica das ilhas britânicas.⁹² Ou seja, nos séculos XV e XVI, a batalha pela

⁸⁹ Maquiavel escreveu *Histórias Florentinas* também ao serviço da Signoria de Florença. J. HEERS – *A Idade Média, uma Impostura*. Lisboa: Edições Asa, 1994, 116.

⁹⁰ Biblioteca Nacional de Paris, Biblioteca Bodleiana de Oxford, Biblioteca de Nápoles e Arquivos de Estado de Turim. Em 1553, na cidade de Veneza, Ligorio publicou uma descrição dos circos e teatros de Roma, em que os desenha e explica a sua história, utilidade e proporções, intitulada *Delle antichità di Roma*. Com forte influência das ideias de Rafael, desenha, algures entre 1552 e 1561, *Efigies Antiquae Romae ex vestigiis aedificiorum ruinis Libro delli antichità*. G. BAZIN, *op. cit.*, 61; F. HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, *op. cit.*, 48; D. R. COFFIN – “Ligorio, Pirro”. *The Dictionary of Art. Grove*. Ed. J. TURNER. New York: Macmillan Publishers, 1996 (vol. 19), 370-373.

⁹¹ G. BAZIN, *op. cit.*, 61 e 62.

⁹² J. Leland, bibliotecário de Henrique VIII, havia já projectado a publicação de uma descrição histórica da Inglaterra, *De Antiquitate Britannia*, que chegou a começar em 1546, mas que nunca terminou. A. SCHNAPP, *op. cit.*, 166 e 167; J. JOKILEHTO, *op. cit.*, 15.

protecção das “Antiguidades”, dos vestígios arqueológicos e monumentos, suscitou o aparecimento e o desenvolvimento de uma literatura historiográfica dedicada às cidades, aos estados e aos povos europeus cujo alcance ultrapassou, em muito, a procura das suas origens e dos acontecimentos relevantes para o seu desenvolvimento. Esta literatura tornou-se numa via de exposição e afirmação da identidade histórica dessas urbes, não raras vezes determinando a imagem que se passa a ter da cidade em causa e influenciando intervenções concretas, como seja a recuperação, a conservação e a reintegração na malha urbana das “Antiguidades” citadas ou das entretanto achadas. As leituras que os textos de Círiaco de Âncona e Flávio Bondi, ou semelhantes, fizeram das edificações do passado romano contribuíram certamente para que os pontífices se decidissem, a partir do século XV, a desentulhar, resgatar e restaurar antiguidades de particular significado, já que não deixaram, em simultâneo, de reutilizar outras. As eleitas foram aquelas em que eles reconheceram os valores que queriam projectar no presente e com os quais desejavam ser identificados, como o Panteão. Não em termos da sua vocação religiosa original, de natureza pagã, mas da capacidade de concretização de uma sociedade e dos seus líderes que se encontrava expressa na qualidade e na grandiosidade da sua arquitectura. Projecta-se assim o prestígio do passado no presente, num procedimento que se parece repetir no tempo, ainda que com variantes, normalmente de cariz nacionalista. Variantes essas que não são de somenos. Pelo contrário, traduzem as especificidades dos diferentes passados, mas sobretudo as dos olhares sobre esses passados, que determinaram o usufruto dado aos seus vestígios materiais. Despoletadas entre os anos finais do século XV e os iniciais do XVI, por altura da expedição das primeiras bulas papais de protecção da arte e dos monumentos do passado romano, a afirmação e a demonstração da antiguidade de Évora, pela qual a cidade se prestigia, através da valorização dos seus testemunhos construídos e da sua narrativa, que formatará a imagem desta urbe e será um dos factores condicionantes da sua evolução até à actualidade, inscrevem-se precisamente no quadro dessas variantes. A forma como se foram configurando até ao alvor do século XIX será, daqui em diante, o objecto da nossa análise.

Capítulo II

A Situação de Évora no Contexto Português

Datam do dealbar do século XV as primeiras obras historiográficas sobre Portugal, ou os seus reis, para ser mais preciso. De qualquer modo, a sua existência pressupõe já uma consciência da nacionalidade, uma identidade a que os feitos do passado dão a necessária substância e os monumentos concretizam em matéria e forma. Dão testemunho também da necessidade de alicerçar o presente e o destino histórico do rei e do reino numa sequência de acontecimentos pretéritos e predestinadores. Até aí, segundo José Mattoso, são raras as narrativas acerca dos feitos dos reis de Portugal. A mais antiga conhecida será a *IV Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra*, de meados do século XIV, feita a partir de um escrito desaparecido a que se convencionou

designar de *Crónica galego-portuguesa de Espanha e de Portugal*, em que as acções dos monarcas portugueses são abordadas como tema isolado⁹³. Será a ascensão de uma nova linhagem régia, a de Avis, na sequência da crise de 1383-1385, a suscitar o aparecimento, fora do contexto clerical, de crónicas historiográficas formais, diríamos mesmo oficiais, dedicadas aos sucessivos titulares da coroa portuguesa. Como quaisquer outros reis ou dinastias empossados na sequência de uma crise ou de uma ruptura do poder, os monarcas da casa de Avis, a começar logo pelo seu primeiro representante, o rei D. João I, perceberam como eram vitais os mecanismos de atribuição de credibilidade e legitimidade política, consubstanciados nas estratégias de representação, propaganda e memória, em que a apropriação do passado, do mais recente ao mais distante, era um factor fundamental⁹⁴. Coube a Fernão Lopes (c. 1380 – c. 1458), por iniciativa de D. Duarte, assegurar, simultaneamente, a conservação da memória do reino como responsável pela Torre do Castelo de Lisboa onde se guardavam os documentos mais importantes, a do Tombo, e perpetuar o nome da dinastia e dos acontecimentos que a marcaram como cronista-mór do reino, para que foi nomeado a 19 de Março de 1434⁹⁵. Sucederam-lhe no cargo Gomes Eanes de Zurara (1410-20 – 1473-74), por volta de 1450, Vasco Fernandes de Lucena (? – 1499), em 1473 ou 1474, Rui de Pina (c. 1440 – 1514-25), no ano de 1497 e Duarte Galvão (c. 1446 – 1517). Nas suas crónicas, contudo, nem as arquitecturas, nem as cidades são tidas como entidades autónomas no processo de conhecimento do passado. São o mero cenário onde se desenrolam os acontecimentos e os eventos relevantes para a narrativa

⁹³ José Mattoso coloca a hipótese de este ser um texto preparatório para o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*. Tê-lo-ão precedido alguns escritos e composições orais que contariam a gesta de figuras como D. Afonso Henriques e Egas Moniz, mas que não se constituíram enquanto narrativa dos feitos dos monarcas portugueses. Existe ainda um relatório sobre os bens da Ordem de Santiago de 1317 a 1319 em que é feita uma referência à batalha de Ourique que pressupõe a possível existência de uma tradição literária à volta deste tema fundador da história de Portugal. J. MATTOSO – *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal 1096-1325. Volume II – Composição*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988, 203 e 204.

⁹⁴ M. H. da C. COELHO – *D. João I*. Casais de Mem Martins. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005, 242-254; L. M. DUARTE – *D. Duarte*. Casais de Mem Martins. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005, 213-219; S. A. GOMES – *D. Afonso V*. Casais de Mem Martins. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005, 143-158.

⁹⁵ Sabe-se que Fernão Lopes em 1418 já acumulava o seu ofício na Torre do Tombo com o cargo de escrivão dos livros do infante D. Duarte. L. M. DUARTE, *op. cit.*, 216-218.

historiográfica, são o espaço do tempo. Verificá-lo-emos concentrando-nos no exemplo de Évora.

Em Fernão Lopes, na *Crónica de D. João I*, escrita depois de 1434⁹⁶, Évora é um dos palcos da luta que opôs os apaniguados da rainha D. Beatriz, entre os quais estava o alcaide da cidade, e os do Mestre de Avis, destacando-se os episódios da tomada do castelo, referido por nós no capítulo anterior, e o do linchamento da abadessa de S. Bento de Castris⁹⁷. Com D. João já rei, Évora o recebe, aos infantes e demais nobres que os acompanharam aquando do regresso deles de Ceuta, depois da conquista daquela cidade em 1415, vindos do Algarve, onde tinham desembarcado⁹⁸.

Na oração de obediência ao papa Inocêncio VIII que Vasco Fernandes de Lucena profere em Roma, em nome do rei D. João II, no dia 11 de Dezembro de 1485, a cidade de Évora, “magnifica cidade real e glória do velho Lácio”, aparece, juntamente com outras cidades, vilas e fortalezas – Leiria, Santarém, Lisboa -, como exemplo dos muitos serviços prestados pelos príncipes portugueses na luta contra os inimigos da religião cristã, os Mouros, pela qual, inclusivamente, se fundou o reino⁹⁹.

Na *Crónica de El-Rei D. João II* de Rui de Pina, acontecimentos fulcrais do reinado deste monarca sucedem em Évora, mormente a prisão e a execução do duque de Bragança e a celebração do casamento do infante D. Afonso, primogénito de D. João, com a princesa D. Isabel de Castela – enunciámo-lo no capítulo I¹⁰⁰.

Verificamos, portanto, que embora seja pela via da narrativa que em primeiro lugar se efectiva a apetência do século XV português pelo passado, não o é quanto ao entendimento da arquitectura como suporte da história. Este começa por se manifestar numa dimensão mais concreta, na atitude protectora da administração régia para com os vestígios da presença romana no território

⁹⁶ Neste ano de 1434, o rei D. Duarte atribuiu a tença vitalícia de 14 000 réis a Fernão Lopes pelo trabalho de escrever as crónicas dos reis de Portugal, incluindo a de D. João I. L. M. DUARTE, *op. cit.*, 217.

⁹⁷ F. LOPES – “Crónica de D. João I”. *As Crónicas de Fernão Lopes*. Lisboa: Portugália Editora, 1969, 244-249.

⁹⁸ G. E. de ZURARA – *Chronica de El-Rei D. João I*. Lisboa: A Liberal, 1900 (volume III), 105-107, esta obra fazia parte de um projecto mais vasto da feitura de uma *Crónica Geral do Reino*, em que estaria já a trabalhar por volta de 1449; S. A. GOMES, *op. cit.*, 146-149.

⁹⁹ *Oração de Obediência ao sumo pontífice Inocêncio VIII dita por Vasco Fernandes de Lucena em 1485*. Lisboa: INAPA, 1988, 1 e 20.

¹⁰⁰ R. de PINA – *Crónica de El-Rei D. João II*. Coimbra: Atlântida, 1950, 40-51 e 110-131.

português, à semelhança do que acontecia em Itália pela mesma altura. Encontramo-la na autorização solicitada por D. Afonso V à câmara de Évora, a 10 de Agosto de 1467, para que um cavaleiro da sua casa, Soeiro Mendes, reintegrasse “duas pedras que estam nos açougues dessa cidade [o antigo templo romano] pera huns antipeitos de huas janellas que faz em suas casas”¹⁰¹. O monarca justificava este seu pedido argumentando que a residência de Soeiro Mendes¹⁰² na rua da Oliveira daria um acolhimento mais digno às ditas pedras que o templo romano transformado em açougue, entendendo-se neste aproveitamento de elementos arquitectónicos antigos uma forma de os salvaguardar e valorizar. Sublinhe-se como a preservação das pedras em causa passava pelo seu reaproveitamento, solução de que temos outros dois exemplos em Évora. O da inscrição romana que servia de peitoril no palácio eborense de D. Fernão Martim de Mascarenhas¹⁰³ e as placas epigráficas retiradas do pano da muralha da cidade, de um trecho próximo da igreja de S. Vicente, por ordem do cardeal-infante D. Afonso, enquanto administrador do bispado de Évora, e expostas na sua Quinta de Bom Jesus de Valverde¹⁰⁴.

“Acharamsse duas outras pedras escriptas de muy boas letras na antiga muralha de Sertorio junto a Igreja de S. Vicente, as quaes fez levar para a Quinta, chamada de Valverde, o Cardeal D. Affonso filho del Rey D. Manoel, Sendo Governador do Bispado de Evora, e querendo per todas as

¹⁰¹ Recomendava-se o mestre-de-obras da cidade, Rodrigo Esteves, para as retirar sem prejuízo das paredes do açougue ou templo romano. S. VITERBO – *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. s.l.: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, s.d., volume I, 306; G. PEREIRA – *Documentos Históricos da Cidade de Évora*. s.l.: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, s.d., 315 e 316 (documento XLIX).

¹⁰² Soeiro Mendes era um conhecido cavaleiro que se havia distinguido na conquista de Alcácer-Cequer em 1485 e na ocupação da costa africana. Aqui, dirigiu a construção do castelo-feitoria na ilha de Arguim, na Mauritânia, em 1461, sendo por isso recompensado com a nomeação para seu alcaide-mor em 1464 e uma tença de doze escravos em cada ano ou o seu equivalente em ouro. R. de F. D. MOREIRA – *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal. A Encomenda Régia entre o Moderno e o Romano*. Lisboa: dissertação de doutoramento em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991 (vol. I), 216 e 217.

¹⁰³ R. MOREIRA – “Arquitectura: Renascimento e Classicismo”. *História da Arte Portuguesa*. Direc. P. PEREIRA. s.l.: Círculo de Leitores, 1995 (vol. II), 310.

¹⁰⁴ D. Afonso possuía uma colecção de inscrições na sua Quinta de Valverde, nas proximidades de Évora. Tanto a quinta como a colecção terão chegado às suas mãos quando passou a administrar o bispado de Évora, depois da morte de D. Afonso de Portugal em 1522, que era bispo daquela cidade e proprietário de um conjunto de lápides epigráficas e da citada Quinta de Valverde. S. DESWARTE, *op. cit.*, 186.

vias enfeitar aquelle mui viçozo retiro; onde ora se vem no pateo dos Paços, assentados sobre bases de mezurada fabrica”¹⁰⁵.

Destes exemplos podemos tirar três ilações. Em primeiro lugar, o reaproveitamento de materiais antigos em novas construções podia ser visto, de facto, como uma forma de as proteger. Mostra-o as palavras do rei quando não se limitou a deixar actuar a prática usual na época de utilizar os materiais disponíveis das pré-existências que tinham ficado obsoletas – como quando D. Duarte ordenou o derrube de umas torres da cidade, porventura do castelo velho, com a finalidade de usar a sua cantaria no edifício do paço dos Estaus, à praça Grande¹⁰⁶ –, acentuado a valorização que as pedras do templo romano confeririam a uma casa cuja qualidade arquitectónica dava nobreza à cidade e era digna de acolher o próprio soberano – “pera nos em ellas aveamos de pousar”. Por outro lado, a relativa importância que é dada a objectos arqueológicos de pequena dimensão como deviam ser as pedras em causa não teria propriamente a ver com um interesse pelo “Antigo” de tal maneira abrangente e exaustivo que até englobaria os seus vestígios mais pequenos e vulgares, mas com a raridade dos testemunhos materiais da romanização, pois Évora, ou qualquer outra cidade portuguesa, não era Roma, onde as ruínas antigas eram tão numerosas que faziam parte da essência da paisagem¹⁰⁷. Finalmente, a conservação destas “antigualhas” através da sua integração em edifícios de traça “moderna”, isto é gótica¹⁰⁸, indica que nesta primeira fase, como Rafael Moreira aferiu de modo pertinente, o interesse pela Antiguidade clássica não era um factor *per si*. Estava inserida na escala mais vasta de apropriação que a dinastia de Avis fez da memória histórica. Neste contexto, a Antiguidade Clássica também fazia parte do passado prestigiante do reino.

Portugal também teve o seu quinhão de eruditos classicistas, cujo gosto purista pela cultura greco-latina se havia gerado nas amiudadas peregrinações

¹⁰⁵ D. M. de VASCONCELLOS – *Livro V do Município Eborensis*. Évora: Martim de Burgos, 1593. In B. J. de S. FARINHA – *Collecção das Antiguidades de Évora Escriptas por Andre de Resende, Diogo Mendes de Vasconcellos, Gaspar Estaco, Fr. Bernardo de Brito e Manoel Severim de Faria*. Lisboa: Officina de Filipe da Silva e Azevedo, 1785, 79 e 80.

¹⁰⁶ G. PEREIRA, *op. cit.*, 286 (documento XXXIV).

¹⁰⁷ Tanto que nas representações paisagistas apareciam em correlação com os elementos naturais, enquanto partes do mesmo cenário. P. PORTOGHESI, *op. cit.*, 12.

¹⁰⁸ Foi o pintor italiano Giorgio Vasari quem aplicou a designação de *maniera moderna* às obras de arte tardo-medievais. P. S. RODRIGUES – “Da História da Conservação e do Restauro: Das Origens ao Portugal Oitocentista”. *40 Anos do Instituto José Figueiredo*. Lisboa: Instituto Português de Conservação e Restauro, 2007, 20.

à Terra Santa, que passavam obrigatoriamente pelos grandes centros urbanos italianos, e na frequência assídua, por motivos diplomáticos e jurídicos, da cúria papal em Roma ou Bolonha e, por motivos escolares, das universidades de Siena, Pádua, Pavia e novamente Bolonha, famosas pelo estudo do direito¹⁰⁹. Protagonistas de uma renovação cultural que pretendia garantir a consolidação da consciência nacional de acordo com as solicitações do mundo civilizado de então, os classicistas portugueses expressavam-se pela leitura e pela tradução de autores clássicos como Aristóteles, Ptolomeu, Tito Lívio, Séneca, Cícero ou Vitrúvio¹¹⁰ – sabe-se, por exemplo, que o primeiro duque de Bragança colecionava manuscritos clássicos e epígrafes latinas¹¹¹ – ou pela contratação de humanistas italianos para preceptores e cronistas ao serviço da corte (Mateus de Pisa, Estêvão de Nápoles, Justo Baldino). A sua influência está presente em atitudes como a que D. Afonso V teve em 1475, ao fazer rodear a ponte romana de Alcântara pelas suas tropas, a fim de protegê-la de uma destruição eminente por ordem dos reis Católicos, para impedir a passagem do rei português e evitar que ele chegasse a Plasencia, onde se pretendia casar com D. Joana, filha natural de Henrique IV de Castela e Leão e candidata ao trono destes reinos, no que concorria com sua irmã D. Isabel, a Católica.¹¹² Ou ainda no interesse pelos monumentos antigos de Roma, pelas descobertas arqueológicas e pelos *spogli* (fragmentos lapidários, escultóricos ou

¹⁰⁹ A migração de escolares portugueses fora ininterrupta desde o reinado de D. João I. N. de N. C. Soares – “A História Antiga no Humanismo Renascentista Português”. *II Congresso Peninsular de História Antiga. Actas*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Clássicos, Instituto de Arqueologia, 1993, 285.

¹¹⁰ Por exemplo, do tratado de arquitectura de Vitrúvio existia uma cópia da rara *editio princeps* (Roma, 1486? – 1490), segundo um inventário feito em 1500, na biblioteca da Sé de Braga. A primeira referência impressa a esta obra em Portugal surge num diálogo filosófico escrito em 1530-1531 pelo humanista João de Barros. Pelo ano de 1541, Pedro Nunes estaria a trabalhar numa tradução de *De Architectura* de Vitrúvio, da qual Poggio Bracciolini tinha descoberto uma cópia na livraria do mosteiro de Saint-Gall em 1414 ou 1416 e Fra Giocondo fez uma tradução do latim em 1511. R. MOREIRA – “D. João de Castro e Vitruvius”. *As Tapeçarias de D. João de Castro*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Museu Nacional da Arte Antiga, Instituto Português de Museus, 1995, 51; S. A. GOMES, *op. cit.*, 146; C. A. FERREIRA – “Comentários a Damião de Góis, Olisipógrafo e Cronista”. *Damião de Góis e o seu Tempo (1502-1574). Actas do Colóquio*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2002, 90.

¹¹¹ Da biblioteca do rei D. Duarte também faziam parte autores clássicos, quer no original, quer em latim. N. de N. C. SOARES, *op. cit.*, 287.

¹¹² D. Afonso V chegou a enviar um emissário ao duque de Villahermosa, que chefiava o exército castelhano, para comunicar-lhe que não destruísse a ponte porque ele tinha a zona protegida. J. LIZGURAL – *El Puente de Alcantara: Arqueologia e História*, Madrid: Fundación San Benito de Alcantara, Biblioteca CEHOPU – Centro de Estudios Históricos de Obras Públicas y Urbanismo, 1988, 36 e 37; R. MOREIRA (1991), *op. cit.*, 214 e 215; R. MOREIRA (1995), *op. cit.*, 308 e 309; S. A. GOMES, *op. cit.*, 198-216.

arquitectónicos retirados das construções antigas), patente na colecção de lápides antigas reunida por D. Afonso de Portugal, bispo de Évora entre 1485 e 1522, nas suas quintas de Valverde e da Sempre-Noiva, nos arredores de Évora. Está também evidente no conjunto de desenhos a pena que constituem álbum das *Antiquilhas d' Itália* de Francisco de Holanda (1517-1584)¹¹³; no pequeno modelo do Coliseu feito por Gonçalo Baião¹¹⁴ a pedido de D. João III em 1547, após ter ouvido o relato da viagem do artista a Itália¹¹⁵; e na representação algo ingénua do conjunto escultórico do Laoconte no frontispício iluminado de uma das páginas da *Leitura Nova* (1504-1552), imputada a António Fernandes¹¹⁶, cerca de trinta anos depois do seu achamento, a 14 de Janeiro de 1506, nas ruínas da *Domus-Aurea* de Nero, sobre as quais Tito tinha edificado as suas termas¹¹⁷. Detenhamo-nos um pouco nas *Antiquilhas d' Itália*, executadas por Francisco de Holanda aquando da sua viagem a Roma, onde esteve entre 1538 e 1540¹¹⁸.

¹¹³ D. Afonso de Portugal era filho natural do conde de Ourém.

¹¹⁴ Artista de ofício desconhecido, possivelmente natural do Porto, cavaleiro da casa do Infante D. Henrique e que terá viajado por Itália algures entre 1540 e 1547. S. VITERBO – *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988 (volume I), 92 - 97.

¹¹⁵ "Quanto as cousas que eu dise a V.A. que vyra em Italia e em outras partes, nomeandolhe algumas que eu entendy podellas fazer em sua perfeiça dellas, dey huu apontamento a V.A. em Almeirim e me disse que folgaria de as ver; que lhe fizesse o Culuseu de Roma em huu modello pequeno, o qual eu faço em grandura de trinta palmos de roda e tenho muita parte delle feito e vay em sua perfeiça e asy as outras cousas que jaa forã todas acabadas se a obra do Culuseu nã fora em sy tamanha feita de cousas muy pequenas que sã necessarias pera se bem ver e entender; [...]." S. VITERBO, *op. cit.*, 94.

¹¹⁶ António Fernandes é um artista maneirista cuja actividade teve maior destaque na segunda metade do século XVI. Particularmente activo entre 1548 e 1563, terá começado a sua carreira como iluminador nos livros do coro de Tomar. É ele o pintor dos últimos frontispícios da *Leitura Nova*, em 1552, num estilo completamente novo, marcado pelo antigo e pelas medalhas com retratos dos imperadores romanos. S. DESWARTE – *Les Enluminures de la Leitura Nova 1504 – 1552. Etude sur la Culture Artistique au Portugal au Temps de l'Humanisme*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1977, 16, 119 e 185, Kv, Lr B, nº. 32 a² (1538, Livro 12 de Estremadura, fólio 9v°).

¹¹⁷ Descoberta arqueológica que teve grandes repercussões à época e da qual circularam, quase imediatamente, muitas gravuras (italianas e nórdicas). O Laoconte da *Leitura Nova* terá sido elaborado a partir de uma segunda versão de uma gravura do italiano Marco Dente – aparece sobre um vasto fundo marinho coma inscrição *Minerva Sacrum*. Comprado pelo papa Júlio II em Março desse mesmo ano, no dia 1 de Julho estava já instalado no Belvedere do palácio do Vaticano, num nicho construído de propósito, onde Francisco de Holanda o viu e desenhou. Laoconte foi o tema predilecto dos artistas da Renascença, uma espécie de símbolo formal do gosto pelo arabesco e pela mistura de formas, uma espécie de símbolo da Renascença clássica. L. BARKAN, *op. cit.*, 2 e 42; F. HASKELL, N. PENNY – *Pour l' Amour de l' Antiquité. La statuaire gréco-romaine et le goût européen*. Paris: Hachette Littératures, 1999, 14; L. LEONCINI – «Laokoon». Grove, *The Dictionary of Art*. J. TURNER (ed.). London: Macmillan Publishers, 1996 (vol. 18), 756; S. DESWARTE, *op. cit.*, 16 e 119.

¹¹⁸ Francisco de Holanda viajou até Roma na qualidade de cortesão integrado na comitiva de D. Pedro de Mascarenhas, embaixador português naquela cidade. As fontes da curiosidade de

Em Roma, e nos percursos de ida e regresso, Francisco de Holanda teve a oportunidade de desenhar os mais emblemáticos monumentos arquitectónicos e escultóricos romanos, designadamente: Coliseu (Fólio 5v.), Panteão (Fólio 6r.), Coluna de Trajano (Fólio 6v.), Coluna Antonina de Marco Aurélio (Fólio 7r.), Estátua Equestre de Marco Aurélio (antes das alterações introduzidas por Miguel Ângelo, Fólio 7v.), Ariadne abandonada do Vaticano (identificada como Cleópatra, Fólio 8v.), Apolo de Belvedere (Fólio 9r.), grupo de Laoconte e seus Filhos (Fólio 9v.), Dioskouri do Quirinal (Fólios 10v. e 10bis), Arco dos Argentários e Arco de Jano (Fólio 18v.), Arco de Constantino (Fólio 19r.), Arco de Tito (Fólio 20r.), frontão e muro do Templo de Serapis no Quirinal (ruína desaparecida em 1620, Fólio 20v.), Templo de Saturno no fórum romano (Fólio 22v.), Septizonium de Sétimo Severo (ruína demolida em 1589¹¹⁹, Fólio 23r.), Templo de Antonino e Faustina e Templo de Minerva (Fólio 24v.), Esfinge egípcia do Vaticano (Fólio 26v.), escultura de Marte Ultor (Fólio 27r.), Templo de Dioskouri em Nápoles (Fólio 45v.), Arco de Trajano em Ancona (Fólio 47bisr.), Anfiteatro de Nimes (desenhado durante a viagem de regresso a Portugal, Fólio 54v.), para além de diversos relevos, pequenos relevos e pinturas parietais, como as da *Domus Aurea* de Nero¹²⁰. Desenhos cuja principal competência não era, porém, a evocação de uma era passada, alcance que está neles latente, mas a formatação de um paradigma estilístico clássico, a divulgação de um modelo de criação e construção, na medida em que surgem descontextualizados, quer graficamente, quer discursivamente. Intenção que ressalta ainda mais naqueles desenhos que não reproduzem a realidade do estado dos monumentos à época, com as alterações que o tempo tinha imposto à sua arquitectura, mas reconstituem-nos na imagem em consonância com o aspecto que provavelmente teriam aquando da sua

Holanda pela antiguidade romana terão sido André de Resende, seu mestre em Évora, e Luís Teixeira, chanceler-mor do reino e antigo aluno de Poliziano em Florença, de quem herdará o *Epigrammata Antiquae Urbis*, livro de epigrafia romana escrito por Jacobus Mazochius (Roma, 1521) que lhe servirá de guia em Roma. S. DESWARTE – “Francisco de Holanda, teórico entre o Renascimento e o Maneirismo”. *História da Arte em Portugal. O Maneirismo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986 (volume 7), 13; R. MOREIRA, *op. cit.*, 236.

¹¹⁹ Demolição ordenada pelo papa Sisto V, a fim de poder aproveitar os mármorees do edifício na remodelação da cidade de Roma que estava a empreender, a qual foi dirigida pelo arquitecto Doménico Fontana. E. TORMO Y MONZO – *Os Desenhos das Antiquilhas que Vio Francisco d' Ollanda Pintor Português (... 1538 – 1540 ...)*. Madrid: Ministério dos Assuntos Exteriores, 1940, 108.

¹²⁰ E. TORMO Y MONZO, *op. cit.*, 49, 50, 52, 53, 56, 57, 60, 62 – 64, 66, 73, 74, 76, 85, 87, 94 – 96, 106, 108, 113, 120, 122, 199, 209, 239.

edificação. É o que sucede com o Coliseu, o Panteão (sem o campanário do século XII no vértice do tímpano)¹²¹, o Arco dos Argentários (apresenta-se isolado da igreja de S. Giorgio-in-Velabro, à qual estava ligado), o Arco de Tito (representado separado da torre da fortificação dos Frangipani) e o Anfiteatro de Nimes¹²². Todos exemplares modelares de uma estética classicista cuja recepção em Portugal tinha sido, até aí, dominada por um vincado hibridismo, evidente na justaposição de elementos góticos (“Modernos”) com elementos antigos, como a executada nas janelas do torreão central da Galeria das Damas (1505) do palácio de D. Manuel em Évora.¹²³

Parece-nos evidente que, até aqui, a compreensão de que o construído era passível de ser fonte de conhecimento histórico não passa de uma suposição que subentendemos nas acções realizadas, como a de valorizar e preservar os elementos retirados do açougue / templo romano. Em nenhum passo da documentação citada o é abertamente declarado. Sê-lo-á pela primeira vez quanto a Évora em 1501, não por palavras, mas por imagens, no panorama que iluminava o foral concedido à cidade por D. Manuel I¹²⁴ e que a historiografia da arte atribui a Duarte de Armas¹²⁵. Às circunstâncias históricas da produção desta iluminura já nos referimos no capítulo antecedente, foquemo-nos neste momento no significado que Évora encontra nela.

O primeiro aspecto que realça de imediato quando detemos o nosso olhar no panorama iluminado de Évora é o apurado sentido verista com que foi

¹²¹ A. M. MACARRÓN MIGUEL, *op. cit.*, 38.

¹²² O exemplo do Anfiteatro de Nimes é especialmente elucidativo. À altura em que foi desenhado por Francisco de Holanda, este anfiteatro estaria alterado por estruturas parasitárias, ali introduzidas de modo a poder ser ocupado como habitação, pois, em 1553, Francisco I da França terá ficado indignado com esta situação, ordenando então que a cidade restabelecesse o seu aspecto original. Porém, apenas a parte superior da estrutura, a que estava menos ocupada, foi parcialmente libertada desses acrescentos. J.-M. LENIAUD, *op. cit.*, 72; J. – P. BABELON, A. CHASTEL, *op. cit.*, 35-37 e 133-135.

¹²³ R. MOREIRA (1995); *op. cit.*, 310.

¹²⁴ Os forais eram documentos de que se faziam três cópias. Um exemplar era entregue ao concelho, outro era enviado ao senhor da localidade, ficando uma cópia na Torre do Tombo. O Foral Novo de Évora, aqui abordado, hoje na posse da Câmara Municipal de Évora e depositado no Arquivo Distrital de Évora corresponde muito provavelmente ao exemplar entregue ao concelho. J. M. GARCIA – “Poder, História e Exotismo na Iluminura Portuguesa Quinhentista”. *Oceanos*, nº. 26, Abril / Junho, 1996, 29.

¹²⁵ Duarte de Armas era um escudeiro da casa de D. Manuel I que ficou conhecido por ter desenhado, em 1509, dois álbuns com perspectivas de cinquenta e cinco fortalezas fronteiriças, três vistas da vila de Sintra e uma da de Barcelos. Estes desenhos foram realizados aquando de uma vistoria que Duarte de Armas fez às fortalezas que defendiam a fronteira do reino, de que foi encarregado, precisamente, por D. Manuel. T. B. SERRA – “O Foral Manuelino de Évora e as suas Iluminuras”. *Foral Manuelino de Évora*. Lisboa: Câmara Municipal de Évora, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001, 73.

representado, com os pormenores dos seus principais elementos debuxados minuciosamente. Essa precisão pode ser observada na figuração da Sé Catedral, em que entrevemos os diferentes formatos das janelas abertas nas torres da fachada, a muito peculiar torre da lanterna, os coruchéus, o claustro arborizado¹²⁶, a rosácea de um dos braços do transepto e as ameias que rodeiam a cobertura. Não estamos já, portanto, perante a idealização abstractizante que foi dominante nas imagens das cidades até ao século XV, na qual se repetiam, quase indiferenciadamente, as estruturas comuns à maioria dos centros urbanos: muralhas, castelo e / ou igreja. Ao ultrapassá-la, o autor intentou uma aproximação evidente ao referencial da representação, de modo a permitir o reconhecimento imediato da cidade por parte dos potenciais observadores e a conferir um significado muito preciso à imagem de Évora que ali se mostra¹²⁷. Para a eficácia da mensagem visual que o panorama de Évora pretendia transmitir, este realismo minucioso que garantia a identificação dos edifícios mais proeminentes revelou-se, de facto, essencial, como veremos de seguida.

Logo na primeira observação, mesmo que de relance, dois elementos se destacam de imediato, a Sé Catedral no cume do morro de S. Bento e, num nível inferior, num plano mais aproximado do espectador, junto à cintura de muralhas, a igreja e o paço de S. Francisco.

Na posição mais distanciada do espectador, ao centro do espaço da representação, desproporcionada relativamente à figuração das restantes edificações, de perfil amplificado pelos dois coruchéus pontiagudos e por uma ostensiva bandeira do reino, a Sé é o ponto focal da composição, o vértice a partir do qual foi estabelecida a escala de todos os restantes elementos e se desenvolve a estrutura em pirâmide que configura a representação da cidade. Ou seja, é o elemento unificador da imagem. Como tal, simboliza a

¹²⁶ A visibilidade das duas torres da fachada, do claustro e do braço do transepto implicou que o autor tenha conjugado, na mesma área do espaço da representação, duas orientações distintas da perspectiva. P. S. RODRIGUES – “O Passado é uma Cidade Ideal: um olhar sobre a patrimonização de Évora”. *Revista de História da Arte*, Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, nº. 4, 2007a, 4 (no prelo).

¹²⁷ P. S. RODRIGUES – “A fixação da imagem da cidade na origem do conceito de património urbano: o exemplo de Évora”. *Arte Teoria. Revista do Mestrado em Teorias da Arte da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa*, Lisboa, nº. 10, 2007b, 145.

comunidade urbana e a sua sublimação¹²⁸ e marca, também simbolicamente, o centro original da cidade e a sua cristianização, resultante da matriz religiosa da formação do reino, gerado graças ao processo de conquista da Península Ibérica aos Muçulmanos. Daí a conjugação da Catedral com o estandarte do reino – as cinco chagas de Cristo evocadas na bandeira desfraldada sublinham a missão cristianizadora da monarquia portuguesa¹²⁹.

Numa localização perpendicular à da catedral, a fazer-lhe contraponto, o conjunto arquitectónico de S. Francisco apresenta também uma sobredimensionada bandeira, hasteada sobre o corpo do paço, mas aqui arvorando o escudo do rei, identificado pela esfera armilar, que assinala a presença de D. Manuel I no palácio real. A sua função parece ser, segundo a interpretação de Maria Ângela Beirante, a de fazer contracenar “a majestade régia com a majestade da urbe”¹³⁰, no que é completada, no fôlio seguinte (do lado direito), no frontispício ornamental que encima o início do texto da Carta de Foral, pela representação do escudo real, suportado por dois anjos, ladeados por esferas armilares: à asseveração medieval do rei como representante de Deus na terra, sucedia a glorificação do rei ao serviço da religião (anjos) e garante da prosperidade pelo domínio dos mares e pela protecção das ciências (esferas armilares)¹³¹. Dava-se assim a ver, “frente a frente, a imagem da cidade e a imagem de quem detém o poder sobre a cidade...”¹³². Colocado com destaque no término do núcleo urbano e figurado com o mesmo cuidado de pormenorização que a catedral, como que fixando uma temporalidade concreta da realização da iluminura – patente na incompletude da igreja e no registo quase instantâneo da acção da obra, com a presença da grua e dos perfis minúsculos dos operários -, o conjunto arquitectónico de S. Francisco também simboliza a Évora contemporânea do reinado de D. Manuel I, de cerca de 1501, que continuava a manter o estatuto

¹²⁸ P. SICA – *La Imagen de la Ciudad. De Esparta a Las Vegas*. Barcelona: Gustavo Gili, 1977, 62.

¹²⁹ M. A. BEIRANTE – “Évora no dealbar do Império”. *Foral Manuelino de Évora*. s.l.: Câmara Municipal de Évora, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001, 32.

¹³⁰ Idem, *ibidem*, 33.

¹³¹ S. DESWARTE (1977), *op. cit.*, p. 60, 64 e 184.

¹³² T. B. SERRA, *op. cit.*, 72 e 73.

de cidade real por acolher frequentemente, como dissemos no início do parágrafo, o rei e a sua corte¹³³.

As duas estruturas arquitectónicas citadas, a catedral e o paço e igreja de S. Francisco, estabelecem uma interacção icónica que se completa nos edifícios que ressaltam, pela dimensão e pelo cromatismo das coberturas (azul), da quase compacta malha do casario que preenche o espaço entre ambas, que desce da Sé até aos muros da cidade. Esses edifícios representarão as sucessivas fases da evolução de Évora¹³⁴ - o templo romano cristianizado, a igreja de S. Mamede, a Pousada Real dos Estaus na praça Grande, o convento de S. Domingos quase no limite da área urbana e as primeiras construções nos arrabaldes extra-muros -, estabelecendo um vínculo entre si que enlaçava o presente no passado da cidade e, por extensão, do reino. Deste modo, a iluminura do foral de Évora, ao correlacionar a conquista da cidade pelos cristãos e a fundação do reino de Portugal com a soberania de D. Manuel I, sinalizados na geografia de Évora através da Sé e de S. Francisco, afirma a autoridade do rei sobre a cidade, reforçada por uma legitimação histórica e religiosa do seu poder¹³⁵. Sintetiza iconologicamente o sentido mais amplo da normalização administrativa dos forais empreendida por D. Manuel, da qual o de Évora, que a presente imagem iluminava, fazia parte¹³⁶: a unificação do reino pelo reconhecimento da superioridade completa

¹³³ P. S. RODRIGUES (2007a), *op. cit.*, 5.

¹³⁴ Nas crónicas medievais, as torres dos templos urbanos eram seguros índices avaliadores do crescimento das cidades. M. S. M. CONDESSA, *A Memória das Cidades dos Séculos XII e XIV nas Crónicas de Rui de Pina e Duarte Galvão*. Cascais: Patrimonia Historica, 2001, p. 89.

¹³⁵ Num artigo da minha autoria publicado em 2007, digo que a iluminura em causa afirmava a legitimidade histórica do monarca e o carácter providencialista da sua acessão ao trono, porventura porque este não era descendente directo do seu antecessor, D. João II, mas seu primo direito. Parece-me hoje, no entanto, em sintonia com o defendido por João Paulo de Oliveira e Costa e Nuno Senos, que o processo de sucessão de D. João II foi tranquilo, graças, sobretudo, a este ter reconhecido D. Manuel como seu herdeiro. Com a morte do Infante D. Afonso em 1491, D. Manuel, Duque de Beja, tornou-se, indiscutivelmente, no sucessor legítimo da coroa portuguesa e assim foi nomeado por D. João II no seu derradeiro testamento de 29 de Setembro de 1495. D. João II tinha ainda um filho natural, D. Jorge, mas estava ciente que as cortes dificilmente o reconheceriam como herdeiro do trono, que essa opção antagonizava os reis Católicos (Isabel de Castela e Fernando de Aragão) e tinha a frontal e veemente oposição da rainha D. Leonor, sua mulher e irmã de D. Manuel. Ainda tentou a sua legitimação junto da Santa Sé, mas sem resultado. P. S. RODRIGUES (2007b), *op. cit.*, 146; J. P. O. e COSTA – D. Manuel I. Casais de Mem Martins. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005, p. 70 - 74, 128 e 129; N. SENOS – *O Paço da Ribeira: 1501-1581*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002, p. 207-210; J. R. de MAGALHÃES – “Os Régios Protagonistas do Poder. D. Manuel I”. *História de Portugal. No Alvorecer da Modernidade*. Ed. J. Mattoso. s.l.: Círculo de Leitores, vol. 3, 1993, p. 525.

¹³⁶ Sobre a interpenetração das funções e da simbologia dos poderes com a topografia e o crescimento urbano nas representações das cidades ver F. BETHENCOURT – “Descrições e

do rei, iniciada pelo seu antecessor, D. João II, mas dotada de instrumentos legais e administrativos de maior eficácia, alicerces do Estado moderno¹³⁷.

A iluminura do Foral arroga ainda a ancestralidade do prestígio de Évora como núcleo urbano, na medida em que antecedia a antiguidade do próprio país, remontando à época romana. Constata-o imperativamente a cartela com a inscrição “Ebura Colonia Romana” que coroa a composição da cidade¹³⁸. Demonstra-o materialmente a presença do antigo templo romano, apesar da aparência de torre-fortaleza. A sua cristianização, evidente na imposição de um campanário a rematar a fachada, conciliaria esse passado pagão e a herança da cultura clássica com o cristianismo evocando a conversão dos eborenses ainda sob o império romano. Qualidades que tornavam Évora numa cidade “nobilíssima”, como a adjectivou o humanista italiano Cataldo Parísio Sículo (1455? – 1517)¹³⁹, triunfante, emblemática e providencialista¹⁴⁰.

O significado que encontramos no panorama iluminado do Foral de Évora de 1501 é sintomaticamente convergente com o expresso acerca das cidades pelos cronistas régios dos séculos XV e XVI, como Rui de Pina e

Representações de Lisboa no Século XVI”. *O Imaginário da Cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, 120-125.

¹³⁷ D. Manuel estava consciente das suas responsabilidades de Estado, que incluíam a capacidade de implementar profundas mudanças internas no país, como a reforma dos forais da qual o de Évora fazia parte, e de conduzir o protagonismo que Portugal desempenhava no mundo de então, designadamente na dilatação da fé cristã pelos territórios ultramarinos não cristãos entretanto atingidos ou descobertos. J. M. GARCIA, *op. cit.*, 32; S. LEITE – *A Arte do Manuelino como Percorso Simbólico*. Lisboa: Caleidoscópio, 2005, p. 17 – 47.

¹³⁸ A inscrição tem também a função concreta de fixar o topónimo da cidade. Padece, no entanto, de um erro histórico. Évora nunca teve o estatuto de colónia romana, foi um município de direito latino. Explicar as razões por de trás deste equívoco não cabe no âmbito deste estudo, interessa-lhe apenas as motivações culturais que levaram à necessidade de afirmar tão peremptoriamente a dependência de Évora ao Estado romano. R. de F. D. MOREIRA, *op. cit.*, p. 212 e 213.

¹³⁹ C. P. SÍCULO – *Duas Orações*. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanistas da Universidade de Coimbra, 1974, 35 e 51. Évora é assim adjectivada numa oração de homenagem a Isabel de Castela, pronunciada por Sículo a 28 de Novembro de 1490, dia em que a princesa entrava em Évora para se casar com o infante D. Afonso, vinda, com o seu cortejo, do convento do Espinheiro. Dia que ele considerou para a cidade “mais alegre e mais feliz do que aquele em que foi libertada da mão dos Mouros”, afirmação que realça a importância que era dada à integração de Évora num reino cristão. Cataldo Sículo veio para Portugal por volta de 1485, para exercer funções de *orator* (secretário latino, orador político e embaixador) do rei e de mestre de D. Jorge, filho bastardo de D. João II e de D. Ana Mendonça, com quem viveu em Aveiro até ao falecimento da princesa D. Joana, irmã do rei, em 1490. Foi também mestre dos Meneses e Noronha, da Casa de Vila Real, nomeadamente de D. Pedro de Meneses, conde de Alcoutim, e de sua irmã D. Leonor de Noronha. A. da C. RAMALHO – “Humanismo na Corte de D. Manuel: Damião de Góis e o Testemunho de Cataldo”. *Damião de Góis e o seu Tempo (1502-1574)*. *Actas do Colóquio*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2002, 2.

¹⁴⁰ S. QUESADA – *La Idea de Ciudad en la Cultura Hispana de la Edad Moderna*. Barcelona: Universitat de Barcelona, 1992, p. 132 e 133.

Duarte Galvão. As suas crónicas consideram as cidades devedoras dos reis porque estes as tinham libertado do Islão e, depois, refundado material e espiritualmente. São, enquanto cenários do viver dos reis e das suas cortes, as principais sedes de morada régia e lugares de reunião das mais importantes instituições do reino, espaços estruturantes do poder e do prestígio da monarquia, em que se reflectem os princípios urbanos da abundância, fortaleza e concórdia, “todos eles depressa integrados na construção da memória de reinados gratamente valorizados e exaltados”¹⁴¹. Neste contexto, Évora é frequentemente nomeada porque ali decorreram alguns casamentos reais de particular significado político, como o de D. Constança Manuel com D. Pedro I em 1336 (por procuração), da infanta D. Maria, filha de D. Pedro I, com o infante D. Fernando de Aragão em 1354¹⁴² e o da princesa D. Isabel de Castela com o infante D. Afonso, filho de D. João II, em 1490¹⁴³.

A iluminura do Foral Novo de Évora parece vir a estabelecer um cânone de representação desta cidade em que se reforçam a figuração mental dos elementos que melhor afirmavam a identidade objectiva da realidade representada, aqueles que permitiam reconhecer que era aquele lugar e não outro¹⁴⁴. São esses os elementos que vêm a ser recorrentes na maioria dos futuros panoramas de Évora - até ao século XX, como veremos mais adiante -¹⁴⁵ e que são recuperados logo em finais do século XVI pelo iluminador Simon Bening (1483/84? – 1561)¹⁴⁶, para a denominada *Genealogia do Infante D. Fernando*¹⁴⁷, embora numa composição mais estilizada que a primeira.

¹⁴¹ M. S. M. CONDESSA, *op. cit.*, 169.

¹⁴² R. De PINA – « Chronica D'El-Rei D. Affonso IV ». *Crónicas de Rui de Pina*. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1977, 374 e 459.

¹⁴³ G. de RESENDE – *Crónica de D. João II*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, 158.

¹⁴⁴ C. NORBERG – SCHULZ – *Genius Loci. Towards a Phenomenology of Architecture*. New York: Rizzoli, 1984, 19 – 23.

¹⁴⁵ P. S. RODRIGUES (2007a), *op. cit.*, 9 – 13.

¹⁴⁶ Cidadão de Bruges, Simon Bening era o mais celebrado iluminador do seu tempo. B. BRINKMANN – “Simon Bening”. *Grove, The Dictionary of Art*. J. TURNER (ed.). London: Macmillan Publishers, 1996 (vol. 3), 725 - 727.

¹⁴⁷ Encontra-se depositada no departamento de manuscritos da British Library (Add. Ms. 12531 = V e ixb). Uma sua reprodução pode ser vista em A. de AGUIAR – *A Genealogia Iluminada do Infante Dom Fernando por António de Holanda e Simão Bening*. Lisboa: 1962, 32; e A. de HOLANDA e S. BENING – *A Genealogia do Infante D. Fernando de Portugal*. Lisboa – Porto: Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura, 1984, fólio 9.

Encomendada pelo próprio Infante D. Fernando (1507-1534)¹⁴⁸ em 1530, a *Genealogia* é constituída por um conjunto de 13 fólios em pergaminho, 12 deles iluminados e um que ficou apenas pelo desenho preliminar, devido à interrupção da sua execução em 1534, por motivo do falecimento do encomendador em Novembro desse ano. A sua autoria está atribuída a António de Holanda (1480? – 1557) e a Simon Bening, embora seja complexo definir com precisão a medida da intervenção de cada um. O mais provável é António de Holanda ter executado todos os desenhos e iluminado o fólio 1º e as bordaduras dos 11º e 12º. A Simon Bening terá cabido a iluminação dos restantes fólios¹⁴⁹. No fólio 9º, o segundo respeitante à primeira tábua do tronco de Portugal da árvore genealógica – que compreende, como os restantes, três gerações reais -, apresenta, nas margens lateral e inferior, três panorâmicas miniaturais de cidades portuguesas: Beja, Évora (na margem lateral) e Santarém (na margem inferior)¹⁵⁰. Aludem a um dos aspectos legitimadores da monarquia portuguesa, a posse territorial na Península Ibérica¹⁵¹.

Atribuída a Simão Bening, a representação de uma incompleta cidade de Évora – a moldura do quadro da árvore genealógica corta quase metade do seu espaço de representação – chama a nossa atenção pela sua filiação no esquema compositivo da iluminura do Foral Novo, pois toma como elementos referenciais a morfologia piramidal do território em que a cidade aparece implantada, o morro de S. Bento, em cujo vértice se visualiza, novamente, o perfil da Sé, acompanhado, à direita, pelo do templo romano. Na base da área urbana, colado à muralha, do lado de dentro da dupla cintura de muros que rodeava a cidade, destaca-se outro grupo de construções de grande dimensão que corresponderá, muito possivelmente, ao paço de S. Francisco. A função destes dois edifícios na economia da representação é claramente do domínio

¹⁴⁸ O Infante D. Fernando era o terceiro filho varão do rei D. Manuel I, fruto do seu casamento com a Infanta D. Maria de Castela e Aragão, sua cunhada. Foi Duque da Guarda, Conde de Marialva e Loulé, Senhor e Alcaide-mor de Lamego, Abrantes e Trancoso, e Meirinho-mor do Reino. A. de AGUIAR, *op. cit.*, 159; e M. de ALBUQUERQUE e J. P. de A. e LIMA – “Introdução”, in A. de HOLANDA e S. BENING, *op. cit.*, 9.

¹⁴⁹ A abordagem da complexa atribuição das iluminuras da *Genealogia do Infante D. Fernando de Portugal* a António de Holanda e a Simon Bening não tem cabimento na economia do nosso discurso. Quem desejar conhecê-la em pormenor deverá consultar M. de ALBUQUERQUE e J. P. de A. LIMA, *op. cit.*, 26-34; N. SENOS, *op. cit.*, 84 e 85; B. BRINKMANN, *op. cit.*, 725.

¹⁵⁰ No que são completadas pelo fólio anterior, o 8º, por uma panorâmica da cidade de Lisboa, que ocupa a margem inferior e parte da lateral. A. de AGUIAR, *op. cit.*, 32.

¹⁵¹ S. DESWARTE (1977), *op. cit.*, 64.

da simbologia da identidade da cidade, na medida em que a sua inclusão veio, em concreto, anacronizar o episódio da história de Évora que se pretende figurar, a conquista da cidade aos mouros por Geraldo-Sem-Pavor, ocorrido antes da sua edificação.

A composição plástica dos elementos referenciados é, contudo, bem mais estilizada que a verificada no panorama do Foral Novo, embora a perda de realismo não tenha prejudicado a capacidade de sinalizar a identidade da localidade representada, tal foi a força significativa que a iluminura de 1501 imprimiu à sua organização espacial e configuração. A representação da cidade torna-se, assim, espaço metafórico em que os templos e os mais nobres dos edifícios urbanos se constituem, pela familiaridade da sua presença, marcos de referência espaço-temporal, na medida em que sinalizam a topografia dos acontecimentos e das épocas evocados. São o meio ideal para situar e lembrar a história da cidade, neles “sublinhando a qualidade de poderosos e efectivos lugares de memória, [...]”¹⁵². Da memória de factos e personalidades que uma literatura de natureza historiográfica, corográfica e panegírica começa, também a partir do século XVI, a cotejar e a fixar narrativamente em obras que se tornam nos instrumentos mais eficazes da afirmação da identidade e do prestígio históricos das cidades. Fizeram-no a pretexto de um melhor conhecimento do espaço urbano e da sua história ou de propostas de remodelação e monumentalização das cidades, com vista a uma dignificação compatível com a antiguidade e o prestígio que se lhes reconhecia. Em 1535, o bacharel Cristóvão Rodrigues Acenheiro (1474-1538), natural de Évora e seu morador, autor de uma compilação das *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal*¹⁵³, ao mencionar as doações outorgadas pelo rei D. Sancho I à ordem da Freiria, realça que é “pera se saber a antegidade da Cidade d'Évora ponho ysto”¹⁵⁴.

¹⁵² Avocámos para aqui, porque crermos serem consonantes, a leitura que Maria Sofia Marques Condessa faz da função simbólica das catedrais e dos templos urbanos, relativamente à memória das cidades portuguesas dos séculos XII a XIV nas crónicas de Rui de Pina e Duarte Galvão (séculos XV e XVI). M. S. M. CONDESSA, *op. cit.*, 89.

¹⁵³ Escrito de 1535 a 1537, *Chronicas dos Senhores Reis de Portugal* visou a integração do município eborense no contexto mais geral da história nacional. Cristóvão Acenheiro utiliza claramente, nesta sua obra, antigos manuscritos em função da composição de uma crónica geral que tem como principal fio condutor a sucessão dos reis de Portugal. D. R. CURTO – “Língua e Memória”. *História de Portugal. No Alvorecer da Modernidade*. Ed. J. Mattoso. s.l.: Circulo de Leitores, vol. 3, 1993, 366 e 367; R. MOREIRA, *op. cit.*, 237.

¹⁵⁴ E. N. ESTEVES, *op. cit.*, 72.

A glorificação da antiguidade dos aglomerados urbanos, no entanto, nem sempre implicou a utilização da arquitectura do passado, ou das suas ruínas, como fonte histórica. Encontramo-la com essa função claramente expressa pela primeira vez em Portugal num manuscrito dedicado à descrição às regiões de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes¹⁵⁵, redigido entre as décadas de 40 e 50 da centúria de 1500 por João de Barros, um doutor de leis homónimo do historiador que chegou a ser escrivão da câmara de D. João III de 1546 a 1547 e desembargador dos agravos em 1549¹⁵⁶. Nesta sua dissertação, João de Barros afirma que os romanos, por onde andaram, deixaram “lembranças de ssi e de seus feitos em statuas, colunas, edificios, etc., ...”¹⁵⁷. Num passo mais adiante, ao abordar a história da cidade de Braga, complementa a pouca informação que encontra sobre ela em Estrabão, Plínio e noutros textos antigos – “Porque Strabo e Plinio e outros sCritores antigos so fazem della menção, [...]” – com aquilo que a arquitectura antiga, mesmo a arruinada, permite conhecer do passado: “[...], e, segundo os edificios velhos e a Ruinados, parece que nella foi iunto grande pouo; [...]”¹⁵⁸. Em nenhum outro autor português quinhentista encontrámos a noção da arquitectura antiga como fonte histórica tão nitidamente implícita¹⁵⁹. Adviria, certamente, de uma apurada auto consciência do seu tempo histórico, verbalizada por João de Barros nos seguintes trechos do seu manuscrito:

¹⁵⁵ Está depositado na Biblioteca Pública do Porto e foi publicado em 1919, numa Colecção de Manuscritos Inéditos (n.º. V).

¹⁵⁶ Natural do Porto, filho de Diogo Gonçalves e de Briolanja de Barros, desconhecem-se as datas do seu nascimento (talvez por volta de 1496) e da sua morte. Doutor em leis pela Universidade de Coimbra, para além dos cargos enunciados, foi também ouvidor do arcebispo de Braga e teve diploma de brasão de armas, passado em Lisboa a 21 de Julho de 1553. Destacou-se também por ter revisto, juntamente com o almotacé-mor (Dr. Rodrigo Monteiro) e alguns vereadores, os tributos que regiam a cidade de Lisboa e por ter sido encarregado, pelo cardeal D. Henrique, de reformar os cartórios de muitos conventos. Das obras por ele escritas, foram publicadas *Doze razões sobre o Casamento* (Porto, 1521) e *Espelho de Casados* (Porto, 1540). Deixou manuscritas *Dos nomes próprios de todas as províncias de Espanha*, *Livro das escrituras autênticas e bens do mosteiro Pedroso*, *Carta escrita ao cardial [sic] D. Henrique* e *Breve suma da geographia da comarca de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*.

¹⁵⁷ J. de BARROS – *Geographia d' entre Douro e Minho e Trá-os-Montes*. Porto: Typografia Progresso, 1919, 18.

¹⁵⁸ J. de BARROS, *op. cit.*, 54.

¹⁵⁹ Pioneirismo que está em consonância com outros sinais de modernidade, como o de ter sido no prefácio da sua obra *Espelho de Casados* (1540) que se assinala a primeira ocorrência conhecida da palavra *humanista* em português. A. de C. RAMALHO – *Para a História do Humanismo em Portugal*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Clássicos e Humanistas da Universidade de Coimbra, 1988, 188.

“Nesta Vida presente nenhua cousa, que os homens ordenem Ou fação, pode ser perpetua, tudo he temporal, tudo se desfas e aCaba e não parese que isto seia sem causa, pois o mesmo homem, por cuio fauor todas as outras cousas se crião, em pouco espaço passa seu tempo, porque sae como flor e assi se seque e nunca permanese em hu mesmo estado; os muros mui fortes e os edefícios altos e sumptuosos por tempo se deRibão e desfasem. As plantas e aruores que nasem e se crião, que paresem perduraueis, por tenpo se Consumem e seqão. As pedras se desfasem huas com as outras, com o discurço do tempo; o ferro se gasta com a ferrugem; os montes caem, os Rios mudão seu Curço natural E o mesmo he em todas as cousas que tem seu primeiro asiento. Porque, como Iustiniano Emperador dizia, não ha Causa que não sinta sua mudança nem que esteia senpre em hu sò ser como quer que segundo a mudança dos tempos comuem que se mudem os humanos costumes. [...] E inda que os feitos dos antigos tenham muita authoridade e muito se presuma pello que elles fizerão e ordenarão e se lhe daua Reuerencia e acatamento, porque forão prudentes e sabedores, comtudo achamos algumas cousas em que se não podem iustamente seguir, porque, pella mudança dos tempos, o que então hera iusto he agora, em partes, imiusto e Reprouado e por nouas cousas comuem innouar o uelho e relaxar leis e preçeptos, porque, como quer que os antigos não puderão cuidar nem prouer nem Conheser e por isso não deuem estranhar os uelhos se os modernos uirem o que elles não uirão e acharem o que eles não acharão, porque pouco e pouco se sabe e aprende o que antes se não sabia, [...]”¹⁶⁰.

Fica por aqui particularmente evidente como o conceito teológico de tempo da Idade Média, da história entendida enquanto fluxo contínuo¹⁶¹, passa a coexistir no Renascimento, não sem alguma tensão, com uma consciência de tempo prático (da acção, da criação, da descoberta e da transformação), decorrente da convicção de que a história se constituía por uma sucessão de eras inequivocamente distintas (Antiguidade, Idade Média e Modernidade), em relação às quais o Homem era o agente da mudança – o Homem renascentista reconhecia o início de um novo ciclo histórico na sua própria época¹⁶². A divisão da história em ciclos temporais internamente coerentes e distintos entre si revelou-se axial na estruturação das obras da historiografia sectorial que se seguiram, de entre as quais destacamos a de André de Resende dedicada a Évora em 1553, com a qual se inaugurou uma série de textos centrados na

¹⁶⁰ J. de BARROS, *op. cit.*, 11 e 12.

¹⁶¹ Durante a Idade Média, o tempo era concebido ao longo de linhas essencialmente teológicas, funcionando como a prova tangível do carácter transitório da vida humana e como uma lembrança permanente da morte e do que existia no além. M. CALINESCU – *As Cinco Faces da Modernidade. Modernismo. Vanguarda. Decadência. Kitsch. Pós-Modernismo*. Lisboa: Veja, 1999, 30.

¹⁶² M. CALINESCU, *op. cit.*, 30-33.

temática da história desta urbe, publicados num tempo longo de cerca de três séculos.

Capítulo III

André de Resende e a «História da Antiguidade da Cidade de Évora».

É efectivamente na centúria de 1500 que Portugal começa a produzir uma literatura historiográfica e corográfica que, numa primeira fase, até por volta de 1580, se deve sobretudo às necessidades administrativas dos reis e da nobreza, que exigiam um melhor conhecimento das cidades, terras e regiões do reino, ou a propósitos de índole cultural e recreativo. Publicam-se então obras como o *Tratado sobre a província d' Antre Douro e Minho e suas*

avodanças (1512) de um desconhecido mestre António¹⁶³, a *Descrição do terreno em roda da cidade de Lamego duas léguas* (1531-32) de Rui Fernandes, a *Geographia d'entre Douro e Minho e Trás-os-Montes* (1548) de João de Barros, o *Summario e que brevemente se contem algumas cousas (assi eclesiasticas como seculares) que há na cidade de Lisboa* (1551) de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, o *Tratado da Magestade e grandeza e abastança da cidade de Lisboa* (1552) de João Brandão de Buarcos, *Geografia* (1564) de Gaspar Barreiros e *Corografia do Reyno do Algarve dividida em quatro livros* (1577) de Frei João de São José. Dentro do mesmo intervalo temporal, outros textos houve cujo propósito ultrapassou a apreensão da realidade física e humana do espaço urbano, para incluir a descrição panegírica ou o louvor do passado e da importância política e cultural da cidade em causa ou do país. Este foi o objectivo subjacente à publicação de *História da Antiguidade da Cidade de Évora* (1553) e *De antiquitatibus Lusitaniae* (edição póstuma de 1593) de André de Resende, *Descrição da Cidade de Lisboa* (1554) de Damião de Góis ou *Da Fabrica que fallece á cidade de Lisboa* (1571) de Francisco de Holanda¹⁶⁴. Importa ressaltar, contudo, que *Da Fabrica que fallece á cidade de Lisboa* de Francisco de Holanda não é propriamente um panegírico da principal cidade do reino, mas uma idealização de Lisboa que se propõe a renová-la e a monumentalizá-la em conformidade com o seu estatuto de cabeça de um império transoceânico¹⁶⁵. Por outro lado, *História da Antiguidade da Cidade de Évora* de André de Resende representa, claramente, a afirmação de um prestígio com ressonância à escala do país e consagrado na ancestralidade e na relevância do seu passado, como veremos de imediato.

¹⁶³ Dele apenas sabemos que era cirurgião, nascido e morador na cidade de Guimarães. Este seu tratado manteve-se inédito até 1959, tendo sido conhecido, com grande impacto junto dos corógrafos, por meio de cópias manuscritas J. R. MAGALHÃES – “O enquadramento do espaço nacional”. *História de Portugal. No Alvorecer da Modernidade*. Ed. J. Mattoso. s.l.: Círculo de Leitores, vol. 3, 1993, 18; J. C. GARCIA – “As Descrições de Portugal no Século XVI”. *Descrição do Reino de Portugal*. D. N. do LEÃO. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, 56 e 57.

¹⁶⁴ *Idem, ibidem*, 18 e 19. Sobre o tema ver ainda SOARES – “Cidades ideais e elogio de cidades no Renascimento e em Damião de Góis”. *Congresso Internacional Damião de Góis na Europa do Renascimento*. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia, Universidade Católica Portuguesa, 2003, 583-608.

¹⁶⁵ A obra foi fruto de mais de vinte anos na função de conselheiro do rei D. João III relativamente ao projecto, acalentado por este monarca, de renovação da cidade de Lisboa. S. DESWARTE (1986), *op. cit.*, 14.

Verdadeiro texto seminal para a configuração de uma história da cidade e para a consolidação do prestígio de Évora sobre um valor histórico insofismável, *História da Antiguidade da Cidade de Évora* de André de Resende (c. 1500-1573), impressa pela primeira vez em 1553 - embora seja bastante provável que estivesse escrita desde, pelo menos, 1548¹⁶⁶ -, consubstancia, quer nas intenções que porventura estiveram por de trás da sua redacção, quer na selecção dos conteúdos abordados, nomeadamente do conjunto de factos e objectos em que o seu discurso assenta, uma interpretação do passado que organizava, segundo uma determinada perspectiva, o substrato de conhecimentos e vestígios materiais ancestrais que a curiosidade e o gosto pela Antiguidade latina tinha vindo a recuperar, a reunir e a preservar desde o reinado de D. Afonso V, e que perdurará, sem grandes alterações de fundo, até à década de 1840.

Nascido em Évora, filho de André Vaz de Resende, cavaleiro da ordem de Cristo, e de Leonor Vaz de Góis, “mulher de boa condição”¹⁶⁷, Lúcio André de Resende terá entrado para o convento de S. Domingos desta cidade ainda muito novo e depois de uma possível estada em Lisboa para estudar. Frequentou as universidades de Alcalá de Henares, onde estudou Latim e Retórica por volta de 1513, de Salamanca, na qual se formou em Artes Liberais e estudou Teologia entre 1518 e 1523, e de Paris, desde 1527. Nestes anos de aprendizagem teve António de Nebrija, Aires Barbosa (em Salamanca) e Nicolau Clenardo (de origem flamenga e de quem recebeu lições de Hebraico em Paris) como os seus mestres mais destacados¹⁶⁸. No período que mediou o seu regresso de Salamanca e a ida para Paris, de 1523 a 1527, André de Resende terá frequentado a corte de D. João III, na qual reencontrou Aires

¹⁶⁶ Deste ano data a menção que Gaspar Barreiros lhe faz na sua *Chorographia* (Coimbra, João Álvares, 1561, fl. 5): “Temos outro argumento, o qual é acharse nomeada à cidade de Beja por este nome Pacca, em hum summario de huma historia dos Godos que ó doctor mestre Andre de Resende (baram mui docto em todo o género de disciplinas, e gram investigador de cousas antigas) allega em hum tractado que fez da origem e antiguidade de Évora, sua patria, d’ onde nos ò tomamos”. Cit. I. C. de SOUSA – “Duas vidas e um pequeno livro que André de Resende ofereceu à sua cidade de Évora”. *Do Mundo Antigo aos Mundos Novos. Humanismo, Classicismo e Notícias dos Descobrimentos em Évora (1516-1624)*. Évora: Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses, Câmara Municipal de Évora, 1998, 80. André de Resende ainda chega a introduzir algumas alterações no corpo do texto para uma segunda edição, que sairá somente em 1576, ou seja, três anos depois da sua morte.

¹⁶⁷ D. M. de VASCONCELOS – “Vida de Lúcio André de Resende”. *As Antiguidades da Lusitânia*. A. de RESENDE. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, 49.

¹⁶⁸ Idem, *ibidem*, 50.

Barbosa, que era, à altura, professor do infante D. Afonso. Em 1529 estava na Universidade de Lovaina e nesta cidade terá convivido com os humanistas Conrado Goclénio, Rugério Réscio, Clenardo, João Campense e Júlio Pflug, bispo de Naumburg-Zeit¹⁶⁹. A eles, assim como ao seu percurso académico, André de Resende deve a comunhão dos ideais da cultura humanista e a admiração por Erasmo de Roterdão, tendo inclusivamente dedicado o seu *Erasmi Encomium (Elogio de Erasmo)*, escrito em Lovaina no ano de 1531 e publicado em Basileia, a Goclénio¹⁷⁰.

Ainda em Lovaina, André de Resende ingressa na casa de D. Pedro de Mascarenhas, embaixador de Portugal junto de Carlos V, a convite do próprio, a quem passou a dar lições particulares de Latim. A posição de mestre de Latim de D. Pedro de Mascarenhas permitiu-lhe, em 1532, acompanhar a corte imperial a Viena - que se havia deslocado até esta cidade para combater os Turcos que a cercavam - e ao Norte de Itália, e ter-lhe-á dado a oportunidade de conhecer e até conviver com o imperador¹⁷¹. Regressado a Portugal no ano seguinte, instala-se na sua cidade natal, recolhendo-se ao convento de S. Domingos. Mas permanecerá aqui durante pouco tempo. Logo depois da sua chegada a Évora, D. João III encarrega-o de convidar Clenardo para mestre do infante D. Henrique, incumbência que o obrigou a viajar mais uma vez até Salamanca. Não só será bem sucedido neste seu encargo como também ele se tornará, por solicitação do próprio rei, professor do infante D. Henrique e dos seus irmãos Afonso e Duarte. A experiência pedagógica tida com os príncipes foi certamente muito bem sucedida, já que André de Resende a retomou em Évora, onde abre uma escola pública, com o apoio expresso de um dos seus antigos alunos, o infante D. Afonso, agora na qualidade de cardeal. O apoio do cardeal-infante D. Afonso evidenciou-se no acolhimento que deu à escola no seu próprio palácio, contíguo à catedral de Évora. Depois das mortes sucessivas do cardeal-infante D. Afonso (21 de Abril de 1540) e do infante D. Duarte (20 de Outubro de 1540), em 1542, André de Resende assumiu o cargo

¹⁶⁹ Idem, *ibidem*, 228 (n. 22).

¹⁷⁰ André de Resende escreveu ainda uma ode de homenagem a Erasmo aquando da morte deste filósofo. José Ferreira TAVARES – prefácio a *Obras Portuguesas*. A. de RESENDE. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1963, XI-XIII.

¹⁷¹ D. M. de VASCONCELOS (1996), *op. cit.*, 50.

de frei pregador na casa do infante D. Henrique, arcebispo de Évora e Inquisidor-mor¹⁷².

André de Resende acaba por fechar voluntariamente a escola eborense por volta de 1555, aquando da entrega de todo o ensino à Ordem de Jesus. Permaneceu, no entanto, em Évora, onde habitou em casa própria¹⁷³ e pôde aprofundar a sua curiosidade e o seu interesse pela arqueologia e pela epigrafia, que pratica e estuda afincadamente. André de Resende, acompanhado por um grupo de serviçais, teria o costume de percorrer Évora e as circunvizinhanças em busca de fragmentos e vestígios arqueológicos que testemunhassem o passado romano da cidade¹⁷⁴, com alguns dos quais terá decorado o jardim da sua residência. Segundo o seu editor Diogo Mendes de Vasconcelos:

“Dedicou-se tão entusiasticamente a esta actividade, que todas as vezes que ia de viagem, muito embora partisse para lugares bem longe, tinha sempre o cuidado de levar dentro da bagagem uma enxada e outras ferramentas, para que, se lhe aparecessem nalgum sítio vestígios da antiguidade, os pudesse mandar escavar, pagando do seu próprio bolso e por sua iniciativa, para os dar a conhecer aos seus habitantes. Fez isto em muito lugares, com tanto cuidado e entusiasmo, que nunca se poupou, para levar a bom fim tal tarefa, nem a despesas, nem a trabalhos.”¹⁷⁵

Constitui a sua própria colecção epigráfica e redige um inventário de inscrições romanas, manuscrito hoje perdido, intitulado *Antigua Epigraphia*, que terá ofertado ao cardeal-infante D. Afonso aquando do regresso da sua viagem à Hungria. *História da Antiguidade da Cidade de Évora* é um dos frutos deste espírito inquisitivo que, munido de uma metodologia inovadora, reuniu uma diversidade inédita de fontes, algumas das quais ignoradas pela historiografia tradicional (dominada pela biografia e pela história eclesiástica), mormente as inscrições antigas e os monumentos arqueológicos, e integrou André de Resende na fileira dos “antiquários” europeus¹⁷⁶.

¹⁷² S. DESWARTE – *Ideias e Imagens em Portugal na Época dos Descobrimentos. Francisco de Holanda e a Teoria da Arte*. Lisboa: Difel, 1992, 149.

¹⁷³ O ter optado por viver na sua residência particular e não no convento de S. Domingos obrigou-o, por exigência da ordem dominicana, estava André de Resende na meia-idade, a abandonar o hábito religioso e a abraçar a vida secular. Diogo Mendes de VASCONCELOS (1996), *op. cit.*, 56.

¹⁷⁴ J. F. TAVARES, *op. cit.*, XIII-XV.

¹⁷⁵ D. M. de VASCONCELOS (1996), *op. cit.*, 55 e 56.

¹⁷⁶ I. C. de SOUSA, *op. cit.*, 91-97.

Comecemos logo pela temática que dá título ao texto, a necessidade de demonstrar e comprovar o quanto a cidade de Évora era antiga com documentos históricos. Objectivo que radicava no primeiro motivo da redacção da obra, uma solicitação da câmara da cidade - “Tinha eu esta História feita a petição da Câmara da cidade, (...)”¹⁷⁷ -, que desejava que o erudito lhe comunicasse “o que do antigo desta cidade Évora, nossa pátria, tinha alcançado e dar-vo-lo per escrito, para o lançardes em tombo e memória; (...)”¹⁷⁸. A mesma razão leva André de Resende a dedicar o livro ao príncipe herdeiro D. João, filho D. João III, que havia nascido em Évora, declarando que o fazia porque sabia o gosto que o príncipe em conhecer a “antiguidade da sua pátria”¹⁷⁹. Inicia-o, por este mesmo motivo, sublinhando a importância do que é antigo e a necessidade que as sociedades têm da sua valorização, que é, ela própria, antiga:

“Tão antigo costume é estimar a memória antiga, que quase per um consentimento em todas as idades houve esta opinião: terem-se muitas cousas em preço, nom por a bondade delas, mas por antiguidade, e muitas vezes tanto sem razão, (...). (...) Donde vem que os povos tanto se hão por de maior dignidade quanto se podem mostrar por de mais longa antiguidade, (...)”¹⁸⁰. Chama ainda a atenção para a necessidade de prezar a “antiguidade das cidades”.¹⁸¹

A antiguidade de Évora evidenciava-se porque as suas provas congregavam testemunhos literários com documentos materiais concretos, as inscrições epigráficas. É o que sucede logo com a ancestralidade do seu nome, que remonta à presença romana. Autores como Plínio, o Velho e Pompónio Mela são convocados por se referirem a Ebora, ascendente do topónimo actualizado de Évora. São complementados por uma fonte documental, o chamado *Itinerário de Antonino*¹⁸², e pela epigrafia (“letereiro”), em que inclui cinco miliários de provável autoria romana existentes na “casa do capitão dos

¹⁷⁷ A. de RESENDE – “História da Antiguidade da Cidade de Évora”. *Obras Portuguesas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1963, 6.

¹⁷⁸ A. RESENDE (1963), *op. cit.*, 9.

¹⁷⁹ A. RESENDE (1963), *op. cit.*, 6.

¹⁸⁰ A. de RESENDE (1963), *op. cit.*, 8.

¹⁸¹ A. de RESENDE (1963), *op. cit.*, 9.

¹⁸² Refere-se ainda ao imperador Antonino Pio, embora erradamente, pois identifica-o como o autor do *Itinerário*, obra que fornecia as distâncias entre as sucessivas estações das principais estradas do império romano e que não foi escrita por este governante. A. de RESENDE (1963), *op. cit.*, 11.

Comecemos logo pela temática que dá título ao texto, a necessidade de demonstrar e comprovar o quanto a cidade de Évora era antiga com documentos históricos. Objectivo que radicava no primeiro motivo da redacção da obra, uma solicitação da câmara da cidade - “Tinha eu esta História feita a petição da Câmara da cidade, (...)”¹⁷⁷ -, que desejava que o erudito lhe comunicasse “o que do antigo desta cidade Évora, nossa pátria, tinha alcançado e dar-vo-lo per escrito, para o lançardes em tombo e memória; (...)”¹⁷⁸. A mesma razão leva André de Resende a dedicar o livro ao príncipe herdeiro D. João, filho D. João III, que havia nascido em Évora, declarando que o fazia porque sabia o gosto que o príncipe em conhecer a “antiguidade da sua pátria”¹⁷⁹. Inicia-o, por este mesmo motivo, sublinhando a importância do que é antigo e a necessidade que as sociedades têm da sua valorização, que é, ela própria, antiga:

“Tão antigo costume é estimar a memória antiga, que quase per um consentimento em todas as idades houve esta opinião: terem-se muitas cousas em preço, nom por a bondade delas, mas por antiguidade, e muitas vezes tanto sem razão, (...). (...) Donde vem que os povos tanto se hão por de maior dignidade quanto se podem mostrar por de mais longa antiguidade, (...)”¹⁸⁰. Chama ainda a atenção para a necessidade de prezar a “antiguidade das cidades”.¹⁸¹

A antiguidade de Évora evidenciava-se porque as suas provas congregavam testemunhos literários com documentos materiais concretos, as inscrições epigráficas. É o que sucede logo com a ancestralidade do seu nome, que remonta à presença romana. Autores como Plínio, o Velho e Pompónio Mela são convocados por se referirem a Eborac, ascendente do topónimo actualizado de Évora. São complementados por uma fonte documental, o chamado *Itinerário de Antonino*¹⁸², e pela epigrafia (“letereiro”), em que inclui cinco miliários de provável autoria romana existentes na “casa do capitão dos

¹⁷⁷ A. de RESENDE – “História da Antiguidade da Cidade de Évora”. *Obras Portuguesas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1963, 6.

¹⁷⁸ A. RESENDE (1963), *op. cit.*, 9.

¹⁷⁹ A. RESENDE (1963), *op. cit.*, 6.

¹⁸⁰ A. de RESENDE (1963), *op. cit.*, 8.

¹⁸¹ A. de RESENDE (1963), *op. cit.*, 9.

¹⁸² Refere-se ainda ao imperador Antonino Pio, embora erradamente, pois identifica-o como o autor do *Itinerário*, obra que fornecia as distâncias entre as sucessivas estações das principais estradas do império romano e que não foi escrita por este governante. A. de RESENDE (1963), *op. cit.*, 11.

ginetes” (um), na sua própria residência (três) e em outra da rua da Selaria (um, meio partido)¹⁸³. Esta preocupação de teor metodológico e historiográfico assume particular relevância quando da demonstração “Da muita antiguidade de Évora”, recusando-se o autor a recuá-la à mítica idade pré-diluviana, à semelhança do feito por outros autores em relação à história de outras cidades, como Floriano del Campo¹⁸⁴, por óbvia falta de documentação histórica. Levando-a, em contrapartida, até ao “tempo do grande lusitano Viriato” e da sua revolta contra os romanos, porque aquele estava explícito numa inscrição epigráfica que transcreve na *História da Antiguidade de Évora*¹⁸⁵. Aos olhos do antiquário e humanista André Resende, um passado balizado na época romana não diminuía Évora em relação às cidades que reclamavam uma génese legendária, pois aquele passado era demonstrável. Ao dizê-lo, André de Resende recusava o modelo historiográfico de tradição medieval, que articulava a fábula da génese dos povos com a apologia da Igreja¹⁸⁶, e inscrevia-se na linha de pensamento iniciada pelos eruditos italianos do século XIV que começaram a empreender uma crítica sistemática das origens míticas dos reinos do Ocidente e que desemboca, no século XVI, na afirmação da origem indígena dos povos europeus¹⁸⁷, que em Portugal é identificada com a tribo céltica dos Lusitanos ou *Lusitani*¹⁸⁸.

Os Lusitanos correspondiam a uma identidade gentílica fundada num tronco étnico comum e numa vivência contínua da mesma região, a Lusitânia, que juntas, geografia e sangue, haviam formado um Portugal natural antes da criação do Portugal político, antes do acto fundador de D. Afonso Henriques. Portugal é assim tomado como uma realidade que existiu desde sempre, e que Évora acompanharia, interrompida apenas pelo domínio mouro¹⁸⁹.

¹⁸³ Aos quais ele juntava ainda uma coluna achada nos arredores da cidade – “milhas além de Tourega” A. de RESENDE (1963), *op. cit.*, 11 e 12.

¹⁸⁴ Ou Florião de Ocampo, ou Floriano de Ocampo, ou ainda mestre Florião do Campo. Nascido em Zamora entre 1490 e 1495, foi cronista-mor da corte castelhana durante o reinado de Carlos IV. Publicou uma edição da Crónica Geral de Afonso X em 1541 e, entre 1544 e 1553, a sua *Crónica Geral de Espanha*.

¹⁸⁵ A. de RESENDE (1963), *op. cit.*, 13-15.

¹⁸⁶ D. R. CURTO, *op. cit.*, 368.

¹⁸⁷ A. SCHNAPP, *op. cit.*, 144.

¹⁸⁸ Em França foi-o com os gauleses. A. SCHNAPP, *op. cit.*, 158.

¹⁸⁹ A. C. N. da SILVA, A. M. HESPANHA – “A identidade portuguesa”. *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Ed. J. Mattoso. S.l.: Círculo de Leitores, 1993 (vol. 4), 29.

A menção aos Lusitanos como avoengos dos Portugueses apareceu pela primeira vez num discurso proferido diante do papa Sisto IV por D. Garcia de Menezes, bispo de Évora, em 1481, quando da embaixada enviada a Roma por D. Manuel: “Omito por brevidade, lembrar os feitos que os seus antepassados [do rei de Portugal] praticaram contra os Mouros, de que maneira, depois de possuírem tenazmente por tantos anos a Lusitânia inteira, os Lusitanos os expulsaram com vigor e valor”¹⁹⁰. Deste modo, a origem divina dos povos – e, genericamente, das dinastias -, um dos processos mais eficazes de legitimação do poder desde a Antiguidade, dava lugar a uma génese mais exacta, concreta e local¹⁹¹, porque tangível. Como as principais fontes de informação do passado, os tratados clássicos, eram lacónicas em relação à singularidade dos povos indígenas europeus, autores como André de Resende viram-se obrigados a recorrer às “antiquilhas”, principalmente aos monumentos epigráficos, a fim de recolher elementos que a demonstrassem e comprovassem¹⁹².

Configuradora de uma singularidade identitária que vinha de encontro ao despertar de uma tendência para a afirmação dos nacionalismos, por aquela altura verificada em muitos países europeus e que se prolongará pelos séculos seguintes, esta necessidade de constituir uma memória das origens e a emergência de um certo espírito nacionalista era um sintoma evidente do fim do universalismo humanista¹⁹³. Explica-se deste modo que a “antiguidade” que dá título ao tratado de André de Resende não esteja restringida ao mundo greco-romano, à época anterior ao triunfo do Cristianismo, considerado pelos Humanistas como um modelo positivo a imitar - embora também o incluía com

¹⁹⁰ Cit. de R. M. R. FERNANDES – “André de Resende e o Humanismo Europeu”. *Em Busca das Raízes do Ocidente I. Cultura Clássica, Cultura Portuguesa*. Lisboa: Alcalá, 2006, 361; M. de ALBUQUERQUE – *A Consciência Nacional Portuguesa*. Lisboa: dissertação de doutoramento em História Moderna e Contemporânea, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1974, 275.

¹⁹¹ De ressaltar, no entanto, que a atribuição de uma origem mítica aos povos e, designadamente, do povo português não desapareceu por completo até ao século XVIII. Até lá, são recorrentes os autores que continuam a remontar a génese do reino a Ulisses ou, mais recuado ainda, a Tubal, neto de Noé e presumível fundador de Setúbal. M. de ALBUQUERQUE, *op. cit.*, 284.

¹⁹² Atitude que em alguns países europeus levou, a partir do século XVII, à redescoberta e valorização dos vestígios megalíticos. A. SCHNAPP, *op. cit.*, 186, 187, 196-198.

¹⁹³ A. I. BUESCU – “A memória das origens. Ourique e a fundação do reino (séculos XV-XVIII)”. *Memória e Poder. Ensaios de História Cultural (Séculos XV-XVIII)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000, 16 e 23; A. M. ALVES – *Iconologia do Poder Real no Período Manuelino. À procura de uma linguagem perdida*. S.l.: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, 99 e 100.

intencionado destaque, como veremos adiante. A “antiguidade” que associa a Évora tem um sentido mais genérico e neutro, refere-se à qualidade ou à característica do que é antigo, à extensão cronológica que o conhecimento empírico das fontes permitia dar à história da cidade¹⁹⁴.

Depois de demonstrar o quanto recuava o passado de Évora através da divulgação de documentação coeva, André de Resende mostrará o prestígio adquirido pela cidade, fazendo coincidir a sua história com a do general romano Quinto Sertório. Ao fazê-lo, estava a dar a Évora um papel fulcral na história de Roma, já que Sertório foi um dos protagonistas das guerras civis que opuseram Gaio Mário a Cornélio Sula no século I a.C.¹⁹⁵.

Apoiante de Mário, Sertório consegue expulsar o governador da Hispânia, que era favorável a Sula, em 88 a.C. chegando a fundar um reino naquela província em 79 a.C., onde se mantém durante sete anos, apesar das incursões dos exércitos romanos¹⁹⁶. André de Resende destaca o apoio que o general romano encontrou na Lusitânia e, em particular, na cidade de Évora, que recompensa escolhendo-a para sua residência, conforme é novamente comprovado por uma inscrição epigráfica, e enobrecendo-a com a edificação de infra-estruturas e monumentos públicos, mandando “cercar a cidade de cantaria lavrada, (...), e (...) trazer a água da Prata ao pórtico em o mais alto da cidade, (...)”¹⁹⁷, referindo-se ao primitivo aqueduto romano que acreditava ter existido em Évora e ao templo. A responsabilidade do general romano pela construção do Aqueduto da Água da Prata foi, contudo, contestada desde logo

¹⁹⁴ J. Le GOFF – “Antigo / Moderno”. *Enciclopédia Einaudi. Memória – História*. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, volume 1, 1984, 370 e 373.

¹⁹⁵ De origem não aristocrata, Mário era um *eques* municipal que fizera carreira nas armas, prestigiando-se na guerra contra os Númidas (106-105 a.C.), e na clientela de uma grande família, os Metelos. Chega a cônsul apoiado pelos “populares”, facção que apostava nos interesses da plebe e que se opunha aos “optimates”, o que lhe valeu inimizades entre estes últimos. Sula era apoiado pelos “optimates” e é o vencedor de seis anos de conflito fratricida, tornando-se ditador em 82 a.C. Como tal, e sob um clima de terror e de assassinatos políticos, restaura os poderes da oligarquia senatorial. P. GRIMAL – *A Civilização Romana*. Lisboa: Edições 70, 1988, 46 e 47.

¹⁹⁶ Cavaleiro romano de Núrcia, Quinto Sertório combatera sob as ordens de Mário contra os Cimbrios em 102 a.C., a que se seguiu o exercício da questura na Gália cisalpina. Chegou a aliar-se a Mitríades VI Eupator, rei do Ponto, um dos adversários mais temíveis do império, tornando-se, por isso, num grave perigo para o poder romano. Morreu assassinado em 71 a.C. P. GRIMAL (1988), *op. cit.*, 308, 309, 320 e 321.

¹⁹⁷ RESENDE, André (1963), *op. cit.*, 17 e 18.

por um seu coetâneo, D. Miguel da Silva, Bispo de Viseu, assunto que desenvolveremos mais adiante¹⁹⁸.

O favor do general romano para com Évora teve como principal consequência a sua elevação à categoria de município romano, com isenção de tributo, à semelhança de Lisboa, “município de juro de cidadãos”, e de Beja, “colónia de juro itálico”. Concedido por Júlio César, o novo estatuto municipal da cidade fazia dos eborenses cidadãos romanos de pleno direito:

“Concluamos, logo, que a nossa cidade em tempo dos Romanos era de estado livre e imune e sócia do povo romano, e os naturais dela eram quase em tudo cidadãos romanos e se chamavam e contavam entre as tribos romanas, e podiam na guerra em as legiões e coortes romanas militar e ter todos os cargos e ofícios e em Roma pedir magistrados e ser em eles eleitos, posto que nom podiam votar, por totalmente nom terem juro de cidadãos”¹⁹⁹.

De acordo com André de Resende, Évora recebeu então o cognome de *Liberalitas Iulia*. O que significa que, no fundo, Évora é parte activa e interventora, através do apoio dado a Sertório e à sua presença, do cerne da história de Roma, que se manifesta em variados aspectos. Podia cunhar moeda, tinha o seu clero (um flamen e uma flamínica), assim o demonstrariam três registos epigráficos, e cidadãos notáveis cuja lembrança mereceu ser mantida para a posteridade mediante outras inscrições epigráficas²⁰⁰.

De ressaltar, porém, que catorze anos depois, André de Resende inflecte na afirmação do estatuto jurídico da Évora romana. Em missiva dirigida a Bartolomeu de Quevedo, com data de 4 de Maio de 1567, escrevia que Évora não fora colónia, nem convento jurídico, “mas apenas município do velho Lácio”. Acontecia que a sua fama e os seus edifícios “(alguns dos quais ainda hoje intactos, outros semi-destruídos)” tinham-na feito superar a vizinha Beja, “célebre por ser colónia e convento jurídico”, e estar praticamente ao mesmo nível de Mérida. Era na comparação com Mérida que Resende se mantinha intransigente na defesa do prestígio da sua cidade natal. Nas suas próprias

¹⁹⁸ Escrivão da puridade do rei, era filho dos condes de Portalegre. D. João III encarregou-o, nos primeiros meses de 1525, de pedir benefícios para a Universidade que pretendia então ver transferida para Évora ao papa Clemente VII. R. M. R. FERNANDES, *op. cit.*, 367 e 368; R. MOREIRA, *op. cit.*, 236.

¹⁹⁹ RESENDE, André (1963), *op. cit.*, 23.

²⁰⁰ A. de RESENDE (1963), *op. cit.*, 27 - 31.

palavras, Évora era comparável a Mérida se não se contasse “com o teatro, a naumaquia, a ponte e o arco do triunfo”²⁰¹.

Foi ainda durante o período romano, antes da maioria das cidades da Península Ibérica, que os eborenses foram cristianizados, por intermédio de S. Manços (ou S. Mâncio) - remontaria a esse período o baptismo da herdade de S. Manços, onde o santo terá sido presumivelmente sepultado, e a edificação da torre com o mesmo nome (outro testemunho monumental). Facto que aglutinava dois eixos centrais da cultura humanista aparentemente contraditórios, como nota Ivo Carneiro Cruz, a herança do classicismo pagão com a fé cristã – André de Resende considerava os visigodos, que chama de godos, “bravos e bárbaros e pouco católicos”, não tendo por isso eles deixado sinais materiais visíveis da sua presença pela cidade, “salvo que no muro antigo romano fizeram estas torres grossíssimas que inda duram”²⁰².

“Este foi o estado desta cidade em tempo dos Romanos. Ora, se deste estado, que sem dúvida era nobre, esta nossa cidade se pode gloriar, certo que com muito mais razão se deve gloriar que recebeu a fé de Nosso Senhor Jesu Cristo, primeiro que todas as outras cidades de Hispânia, ou ao menos entre as primeiras; (...)”²⁰³

O passo seguinte da obra é precisamente demonstrar a antiguidade da fé cristã na cidade, através da ancestralidade do seu bispado, que recua para além do tempo do imperador Constantino, até à época em que os romanos ainda dominavam a Hispânia, durante a qual se alude a um certo bispo Quintiano, e que se mantém até à ocupação islâmica. Provam-no novamente inscrições epigráficas, de letras já “bárbaras e mal feitas”, mas que André de Resende muito estimava porque davam “testemunho de nossa antiga

²⁰¹ A. de RESENDE – *Carta a Bartolomeu de Quevedo*. Coimbra: INIC, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 1988, 115. Sobre o destinatário da carta, sabemos apenas que era um espanhol que passou alguns anos em Portugal, ao serviço de D. João III. V. S. PEREIRA – “Introdução”. A. de RESENDE. *Carta a Bartolomeu de Quevedo*. Coimbra: INIC, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 17.

²⁰² A. de RESENDE (1963), *op. cit.*, 35. Esta é, desde os seus primeiros textos, uma das linhas de força do seu discurso, a concórdia da cultura cristã com a cultura profana, considerando que a lição sobre o homem, a vida e a virtude legada pelos autores greco-latinos era perfeitamente incorporável no cristianismo. Para além de ter em conta a importância do grego, complementar do latim, no acesso aos textos sagrados. A. R. MENDES – “A Vida Cultural”. *História de Portugal. No Alvorecer da Modernidade*. Ed. J. Mattoso. s.l.: Círculo de Leitores, vol. 3, 1993, 386.

²⁰³ “Esta história escrevi assi brevemente, para se ver quão antiga cristandade é a desta cidade”. A. de RESENDE (1963), *op. cit.*, 32 e 33.

cristandade”, mormente na referência que uma pedra tumular fazia a “Juliano, servo de Cristo, bispo da igreja de Évora”²⁰⁴. De realçar a relativa desvalorização dos vestígios arqueológicos do período visigótico a favor da herança material romana. As letras da pedra tumular do bispo Juliano, do século VII, eram “já bárbaras e mal feitas”, sendo tomadas em consideração apenas pelo testemunho que davam da ancestralidade e continuidade do bispado da cidade. Abaixo da presença dos bárbaros visigodos, só o “tempo dos Mouros”, pelo silêncio que submeteram a religiosidade cristã, segundo a perspectiva da altura, e pela inexistência de vestígios materiais que permitissem ter algum conhecimento da Évora islâmica: “[...], como todo era barbaria, nem temos notícia das cousas que em esta cidade passaram, nem eles foram dignos de nós, por isso muito procurarmos”²⁰⁵. André de Resende encara o estado da cidade sob o islamismo como “assaz infelice”, de “mísero estado” e que de tão “indigno de per nós ser reconhecido”²⁰⁶ nem sequer memória deixou, apenas ocupando, por este motivo, um pequeno capítulo – o XVII, *Do tempo em que Évora foi tomada dos Mouros*²⁰⁷ –, preenchido com a narrativa da história de uma princesa moura de Évora, filha de “Joseph”, rei da Hispânia, retirada da por ele nomeada *Crónica de Rasis*²⁰⁸. A opinião negativa que tinha do período muçulmano da Península Ibérica tem reflexos evidentes na avaliação desfavorável que faz da informação disponível na *Crónica de Rasis*: “Isto escreve Rasis; mas, segundo o escreve confuso, é necessário per conjecturas adivinhar”²⁰⁹. A inclusão do capítulo serve, no entanto, para “sabermos o tempo que esta cidade foi conquistada per os Mouros há perto de

²⁰⁴ “Juliano, servo de Cristo, bispo da igreja de Évora, aqui está sepultado. Viveu pouco mais ou menos, setenta anos. Passou em paz dia das calendas de Dezembro. Era de seiscentos e quatro.” A. de RESENDE (1963), *op. cit.*, 34 – 36.

²⁰⁵ A. de RESENDE (1963), *op. cit.*, 41.

²⁰⁶ A. de RESENDE (1963), *op. cit.*, 44.

²⁰⁷ A. de RESENDE (1963), *op. cit.*, 41 – 44.

²⁰⁸ Rāzi (Ahmed ben Mohamed), cronista, poeta e orador andaluz falecido em 936, autor de uma *Descrição do Andaluz. Geografia e História de Espanha do Mouro Rasis*, obra parcialmente perdida e que foi traduzida para o português por Frei Gil Peres e Mestre Mafamede Alarife, talvez por iniciativa de D. Dinis, depois integrada, com alguns acréscimos, na *Crónica Geral de Espanha* de 1344 e da qual André de Resende possuiria um manuscrito da versão portuguesa original. C. M. de VASCONCELOS – *André de Resende e a Crónica do Mouro Rasis*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1922, p. 3 - 6; E. N. ESTEVES – “Os Humanistas e o espólio literário medieval”. *Cataldo & André de Resende. Congresso Internacional do Humanismo Português*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 2002, 70.

²⁰⁹ A. de RESENDE (1963), *op. cit.*, 43.

setecentos e oitenta anos”²¹⁰. Em contrapartida, a tomada de Évora pelo aventureiro cristão Geraldo Sem Pavor é narrada pormenorizadamente, dando entrada à devolução da cidade à dignidade episcopal por Afonso Henriques e à construção da Sé Catedral, símbolo monumental do cristianismo vitorioso, como afirmámos e reafirmámos atrás²¹¹.

O penúltimo capítulo da obra, anterior ao da “Conclusão do Tratado”, trata da instituição em Évora da ordem militar designada de Avis ao tempo de André de Resende. A atenção que lhe é dada justificar-se-á, para além do seu contributo para a reconquista cristã, por aquela ordem ter tido, entre os seus mestres, o fundador da dinastia reinante, D. João I, o Mestre de Avis. Termina o tratado reafirmando a fundamentação documental da sua narrativa historiográfica com a exposição do contributo da cidade de Évora para a batalha do Salado (1340, reinado de Afonso IV), “com cem cavalos e mil homens de pé”, segundo, mais uma vez, a memória registada numa inscrição existente na Sé, no “esteio defronte da capela da Cruz”²¹².

André de Resende alude maioritariamente aos episódios da história da urbe descritos ou provados por fontes epigráficas inéditas, evitando as que eram já conhecidas através das crónicas dos reis ou de registos documentais dos séculos anteriores, como as cartas de privilégio ou os forais²¹³.

“Até aqui me parece que basta escrever as antiguidades desta cidade. Bem sei que há outras cousas dignas de se saberem; mas essas ou estão em as crónicas dos reis ou em os privilégios e foral desta cidade. Por isso, me nom quis entremeter a contá-las.”²¹⁴

²¹⁰ A. de RESENDE (1963), *op. cit.*, 44.

²¹¹ A. de RESENDE (1963), *op. cit.*, 48 – 56.

²¹² A. de RESENDE (1963), *op. cit.*, 58.

²¹³ É também possível que André de Resende não tenha conseguido, por falta de tempo, acabar o tratado ou fazê-lo mais completo. Pelo menos, na opinião de Virgínia Soares Pereira, é o que parece insinuar um dos passos do prólogo, em que o autor afirma que o elaborou ocupando os seus tempos de repouso e sob pressão de algumas personalidades poderosas: “[...]; o que, depois de ser per vós começado, sabendo-o algus pessoas nobres e de autoridade, mostraram em isso tanto desejo, que também de um parecer e propósito se determinaram ser convosco em combater e expugnar qualquer resistência, se em mi se achasse. [...] determinei dar à pátria ua dúzia de madrugadas deste Dezembro e poer em estilo o que me pedistes, de que a vós, por serdes os primeiros que isto procurastes, ninguém tirará vosso louvor.” A. de RESENDE (1963), *op. cit.*, 10; V. S. PEREIRA – “As cartas-prefácio de André de Resende: retórica e mensagem”. *Cataldo & André de Resende. Congresso Internacional do Humanismo Português*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 2002, 280.

²¹⁴ A. de RESENDE (1963), *op. cit.*, 58.

Hoje, no entanto, sabemos que André de Resende forjou as pretensas inscrições epigráficas que certificavam uma antiguidade urbana que antecedia a resistência armada de Viriato contra os romanos **(a)** e a elevação da urbe alentejana à categoria de município romano **(b)**:

- (a)** “Eu, Lúcio Sabino, que em campo de Évora, da província da Lusitânia, em guerra contra Viriato fui todo traspassado de multidão de lanças e armas, sendo em ombros dos soldados trazido assi ferido ao pretor Caio Pláucio, mandei que a minha custa me fosse feita esta sepultura, [...]”²¹⁵.
- (b)** “Évora, LIBERALIDADE JÚLIA per decreto dos decuriões, dedicou esta estátua a divo Júlio, por causa da liberdade que ele usou com os munícipes deste município, no dia da qual dedicação as matronas levaram em dom à madre Vénus ua vestidura pomposa chamada cesto”²¹⁶.

Essa fora já a acusação que o bispo de Viseu, D. Miguel da Silva, havia lançado sobre André de Resende na década de 1530, a de forjar um “letreiro” que comemorava o empreendedorismo de Sertório na construção da muralha e de um aqueduto em Évora:

“Quinto Sertorio em louvor do seu nom e da campanha dos muy esforçados Eborenses, per seu ardimento na guerra Celtiberia, cercou e afortalezou a Cidade Municipio de soldados velhos, e aposentados, e fez trazer por níveis muita agoa colhida de varias fontes para proveito publico do dito Municipio”²¹⁷.

Sustentava-se a denúncia do bispo de Viseu no facto do general aparecer com o nome da mãe e não com o do pai, como era costume entre os romanos. Para D. Miguel da Silva, segundo o veiculado por Diogo Mendes de Vasconcelos, André de Resende fora impelido a falsificar a inscrição pelo seu desejo de persuadir D. João III a construir um aqueduto em Évora, convencendo-o que, na prática, estava a reconstruir uma preexistência²¹⁸. Ora, tendo em conta que a contenda com D. Miguel da Silva terá decorrido nos anos

²¹⁵ A. de RESENDE (1963), *op. cit.*, 15.

²¹⁶ A. de RESENDE (1963), *op. cit.*, 24 e 25.

²¹⁷ Transcrição publicada em S. DESWARTE - II “*Perfeito Cortegiano*”. D. Miguel da Silva. Roma: Bulzoni Editore, 1989, 86, 87, 210 (n. 305).

²¹⁸ A acusação de D. Miguel da Silva não tinha implícita uma oposição por parte do bispo à edificação do aqueduto em Évora. Pelo contrário, não só noticia a sua inauguração numa carta que envia a um seu amigo, Blosio Palladio, em Roma, a 27 de Novembro de 1537, como lhe envia uma poema que compôs para a ocasião, *De Aqua Argentea*. Seria a presumível acção de André de Resende que o incomodava. S. DESWARTE (1989), *op. cit.*, 85 e 87.

de 1530, em virtude de André de Resende ter regressado a Portugal na Primavera de 1533, da inauguração do Aqueduto da Água da Prata ter acontecido em 1537, altura em que a polémica terminou, e do bispo ter fugido de Portugal em 1540, deduzimos que o “letreiro” em causa foi intencionalmente não incluindo entre os documentos epigráficos transcritos por André de Resende na *História da Antiguidade da Cidade de Évora*, impresso em 1553. A sua não inclusão poderá significar que, apesar da ausência de D. Miguel da Silva do país, este permanecia um assunto sensível para Resende. De resto, devemos a Diogo Mendes de Vasconcelos o conhecimento desta placa comemorativa, integrada por ele no *Livro V do Municipio Eborense*, quando historia, em defesa do seu amigo Resende, a controvérsia despoletada pelo bispo de Viseu²¹⁹.

Mais recentemente, devemos ao epigrafista José d'Encarnação o desvendar da sua falsificação. Ele fê-lo cotejando três ordens de sinais; anacronismos e erros históricos como a referência à província da Lusitânia, quando esta foi criada apenas com Octávio Augusto; desvio às regras epigráficas, como a introdução do nome do dedicante da pretensa estátua de homenagem a César no início da inscrição (“Évora, LIBERALIDADE JÚLIA”), quando devia vir no fim, e algumas das abreviaturas utilizadas; e o tom do discurso escrito, frequentemente redigido numa fraseologia claramente literária - o uso das expressões “pátria” e “liberdade”, extrínsecas ao vocabulário usual, ou da palavra *illius*, nitidamente renascentista e aplicada para dar a entender a elevação de Évora a município²²⁰. André de Resende chega, inclusivamente, a reconstituir uma inscrição que havia sido danificada no acto da sua descoberta, mandando picar a superfície recomposta (em volta do texto) para que parecesse autêntica²²¹. Isto significa que quando até as fontes epigráficas eram

²¹⁹ S. DESWARTE (1989), *op. cit.*, 86; D. M. de VASCONCELOS – “Livro V do Municipio Eborense”. *Colleçam das Antiguidades de Evora Escriptas por Andre de Resende, Diogo Mendes de Vasconcelos, Gaspar Estaco, Fr. Bernardo de Brito e Manoel Severim de Faria*. B. J. de S. FARINHA. Lisboa: Officina de Filipe da Silva e Azev., 1785, 45 e 46.

²²⁰ Para uma análise mais detalhada ver J. d' ENCARNÇÃO – “Da Invenção de Inscrições Romanas pelo Humanista André de Resende”. *Biblos. Revista da Faculdade de Letras*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1991 (vol. LXVII), 197 – 199 e 207 – 211.

²²¹ André de Resende refere-se a uma inscrição achada pelos pedreiros que estavam a construir os fundamentos da Igreja da Graça, que ele só conseguiu salvar parcialmente: “[...]; e, quando eu acudi, tinham já os pedreiros um pedaço dela quebrado e posto na obra, sem o resguardar, de modo que o não pude haver”. Actualmente, permanece reconstituída e pertence

raras ou inexistentes, André de Resende, dono de uma vasta cultura epigráfica e histórica, criou-as ou recriou-as com ornamentações adequadas, grafias, abreviaturas, siglas e pontuação arcaicas, sem se esquecer de ficcionar as circunstâncias e a localização da sua falsa descoberta²²². O recurso não era, contudo, inédito na Europa de então. Conhecem-se os casos de Giovanni Nanni di Annio da Viterbo em Itália, o mais célebre falsário da renascença que escavou e descobriu pretensos vestígios arqueológicos que ele próprio tinha enterrado, e, no século XVIII, a ocorrência afim de Bernardo De Dominici, pintor napolitano que ao escrever as biografias dos artistas naturais da sua cidade, as *Vite dei pittori scultori e architetti napoletani non mai date alla luce da autora alcuno* (publicadas em três volumes de 1741 a 1743), tendo constatado que o seu número era insuficiente para prestigiar Nápoles, inventou uma série deles²²³.

Não é, porém, a possível veracidade do conjunto de factos enunciados e descritos por André de Resende na *História da Antiguidade da Cidade de Évora* que nos interessa trazer à presente reflexão, mas a sua função legitimadora e apologética da imagem de cidade de proveito prestígio e significativa relevância histórica que as iluminuras do *Foral Novo de Évora* e da *Genealogia do Infante D. Fernando* haviam configurado. Essa legitimação processava-se através da narrativa minuciosa dos acontecimentos do passado cujas conjunturas eram evocadas simbolicamente nas duas imagens citadas, fosse com relação à história de Roma por meio da figura de Sertório, fosse com relação à história do Cristianismo e da Igreja por meio da figura de S. Manços, do episódio da reconquista de Évora por Geraldo Sem Pavor e da instituição do seu bispado. Discurso laudatório que focava a grandeza da urbe, como era

ao espólio do Museu de Évora. A. de RESENDE (1963), *op. cit.*, 30; J. d' ENCARNÇÃO, *op. cit.*, 199.

²²² Fê-lo a partir de um abundante *corpus* de pedras (cipos, aras, árulas) descobertas em Barcelona e Tarragona, onde ele esteve e copiou inúmeras epígrafes, que terão sido incluídas no seu *Antigua Epigraphia*. J. d' ENCARNÇÃO, *op. cit.*, 210 e 215. De ressaltar, contudo, a opinião de Alice Maria Canto que, baseando-se no estado íntegro de algumas epígrafes que autores dos séculos anteriores afirmam ter visto em muito mau estado, depreende que se deve ter passado o mesmo em Évora que em Antequera (Malága), onde foram feitas cópias modernas das inscrições antigas danificadas ou deterioradas com o objectivo de conservar a sua memória e não de falsificá-las. A. M. CANTO – “Las viajes del caballero inglés John Breval a España y Portugal: novedades arqueológicas y epigráficas de 1726”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, volume 7, nº. 2, 2004, 313.

²²³ Giovanni Nanni di Annio foi também autor de muitos textos antigos apócrifos. A. SCHNAPP, *op. cit.*, 432 e 433; G. BAZIN, *op. cit.*, 64 e 478.

próprio deste género de obras, mas que também subentendia uma predestinação para a grandiosidade que se foi manifestando na relevância histórica das “antiguidades” narradas por André de Resende e que se cumpria na distinção que a monarquia de Avis lhe conferia, enobrecendo-a com a presença reiterada da corte e a implementação de marcantes obras arquitectónicas; ou que se poderia vir a cumprir com a sua expectável elevação formal ao estatuto de centro político e cultural do reino - já que o era informalmente durante os intervalos de tempo que os reis aqui estacionavam. Expectativa que possivelmente ultrapassaria as intenções do príncipe D. João quando solicitou ao erudito eborense que pusesse por escrito a memória da antiguidade da sua cidade, mas que faria parte, muito certamente, das intenções dos vereadores, do procurador e do escrivão da Câmara de Évora quando pediram a André de Resende que redigisse este seu tratado, conforme é dito nas dedicatórias do autor²²⁴.

O escrito de André de Resende é da ordem daqueles que, segundo a classificação avançada por Françoise Choay, fazem do estabelecimento humano um assunto especulatório, são comentadores. O que não significa que deixem, por isso, de participar “na elaboração do mundo edificado”, de ter o “poder de modelar a percepção do espaço e de deslocar e ocultar o seu sentido”, de exercer “uma acção incitadora”²²⁵. Daí a relativa desatenção de André de Resende para com o construído, confinando-se a breves referências ao pórtico romano, como designa o templo, às muralhas, ao aqueduto e à catedral, elementos suplementares de comprovação dos factos do pretérito de Évora, suplementares à epigrafia, o seu documento histórico por excelência. Porque é a cidade enquanto realidade existente, entidade que se foi formando no decorrer do tempo e é desse suceder testemunho, mais do que a cidade enquanto possibilidade de construir, que lhe interessa. Mas embora o tratado de André de Resende não aja directamente sobre o espaço construído de Évora, não fomenta a edificação de espaços novos, confere substância ao

²²⁴ A. de RESENDE (1963), *op. cit.*

²²⁵ F. CHOAY – *A Regra e o Modelo. Sobre a Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007, 25. Françoise Choay começa este seu ensaio por dividir os escritos que abordam o espaço construído e da cidade em duas categorias: os realizadores, aqueles que encaram o estabelecimento humano como um projecto a realizarem e contribuem para a produção do mundo construído, para a edificação de espaços novos, e os comentadores. O *De re aedificatoria* de Alberti pertence à primeira categoria.

existente²²⁶. Conquanto nesta situação específica, essa substância corresponda a um significado passível de condicionar o seu desenvolvimento posterior – e aqui reside a sua dimensão idealizadora, no estatuto que a condição de urbe antiga poderia conferir a Évora: “E certo lá tem a antiguidade ua sua graça e majestade, per que de todos se faz ter em reverência. Donde vem que os povos tanto se hão por de maior dignidade quanto se podem mostrar por de mais longa antiguidade, [...]”²²⁷.

Estatuto que sendo uma plausibilidade com a assídua frequência da cidade pelos membros da Casa Real de Avis, D. Manuel chamava-a de “a segunda [cidade] destes reinos em dignidade e principal nos factos”²²⁸, se tornou expectável a partir Maio de 1532, quando o violento sismo que assolou Lisboa a 26 de Junho de 1531 obrigou D. João III e a respectiva corte a acolherem-se em Évora e a prolongarem essa sua permanência por cerca de cinco anos, até Agosto de 1537²²⁹. Durante esse período, acentuou-se ainda mais o carácter cosmopolita da cidade, frequentada por embaixadores e viajantes estrangeiros, discutindo-se ali os temas actuais como os conflitos entre os príncipes europeus, as dissensões religiosas e os grandes debates políticos da época²³⁰.

O convívio quotidiano com a presença da estrutura política e administrativa do Reino fomentou ambições elevadas nos eborenses. Garcia

²²⁶ F. CHOAY, *op. cit.*, 20 e 21 (2007).

²²⁷ A. de RESENDE (1963), *op. cit.*, 8.

²²⁸ Vão aqui nascer muitos infantes. Dois filhos de D. Manuel I, D. Afonso (1509) e D. Carlos (1520), e três filhos de D. João III - Filipe (1533), Dinis (1535) e João (1537). Mas também morreram Beatriz, Manuel e Dinis. D. Manuel foi jurado herdeiro do trono nas cortes de Évora de 1535 e a princesa D. Joana da Áustria foi nesta cidade recebida solenemente para casar com o infante D. João (já o dissemos), os pais de D. Sebastião. A. I. BUESCU – *D. João III. Casais de Mem Martins*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005, 242, 243, 300 e 303.

²²⁹ O referido terramoto atingiu o litoral sul do país e teve particular incidência na Baixo Alentejo e em Lisboa, onde cerca de um quarto das casas ficaram destruídas. A cidade de Évora não terá sido atingida, factor que levou D. João III a escolhê-la para instalar a Corte. A posição relativamente central desta cidade alentejana foi certamente outra das circunstâncias a ter em conta, sobretudo no que respeita aos acessos ao Algarve e ao Atlântico. Entretanto, de 1531 a 1532, a Corte permaneceu em Montemor-o-Novo. A estadia em Évora só foi interrompida pela passagem de um breve período no Alvito e em Setúbal devido a uma ameaça de peste. M. de D. B. MANSO – *Évora, Capital de Portugal, 1531-1537*. Lisboa: dissertação de Mestrado em História Moderna, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990 (volume 1), 3; R. MOREIRA, *op. cit.*, 233.

²³⁰ R. MOREIRA, *op. cit.*, 241 e 242.

de Resende (c. 1470 – 1536)²³¹ expressa-as subliminarmente nas reivindicações que enviou por missiva ao senado da cidade em Maio de 1535 (como mencionámos e citámos parcialmente no capítulo anterior), aquando da preparação das Cortes de Évora desse ano, ao Senado da cidade, onde tinham assento os mais importantes dignitários eborenses. Requeria então Garcia de Resende para a sua cidade, e por isso exortava o Senado a interceder junto de D. João III nesse sentido, o reactivar da sua feira franca, o acolhimento dos Estudos Gerais – esperava que os seus serviços e manutenção funcionassem como um pólo de atracção de uma população menos inconstante que aquela que flutuava ao sabor do trânsito do Rei e da Corte - e os mesmos privilégios concelhios que Lisboa. Ou seja, equivaler estatutariamente Évora à principal urbe do Reino, torná-la sua capital porque era ali que a corte estava sedeadada:

“E lhe dyse que lenbrase a vosas mercês, que, o que me parece que deviam de requerer pera serem nestas Cortes, eram os Senhores Craveyro e Francisco de Myranda, que por suas nobrezas de sangue, vertudes e bom saber o faram muyto bem. E que devem de requerer a elRey, nosso Sôr, que polos muytos mereçimentos desta cidade, como eu compridamente mostrarey; e polo Princepe, nosso Sôr, e os Senhores Ifantes dela serem naturaes, que o Princepe, nosso Sôr, aqui foy conçebydo [...] que sua Alteza faça merce a esta cidade de todos los preveleijos, que tem e tener a cidade de Lixboa. E que faça nela em cada hum ano huma feira franca, pera se tornar a restaurar de quã perdida estaa. E asy pase aquy os Estudos Jeraes, pêra a cidade se povoar; e isto, Senhores, me parece neçessario, cõ o mais que a vosas merces parecer bem; e beijo as mãos a vosas merces. Garcia de Reesende [...]”²³².

Ainda nesse mesmo ano, novamente por carta, esta remetida para Francisco Castelo Branco, camareiro-mor e um dos colaboradores mais íntimos de D. João III, Garcia de Resende reforçava o argumento discriminando as vantagens que o rei podia colher por se estabelecer em Évora. Começava por descrever elogiosamente as qualidades de Lisboa, terminava salientando as condições políticas, lúdicas, infraestruturais e o ambiente familiar e nobre que a vida em Évora punha à disposição do rei:

²³¹ Nasceu e faleceu nesta cidade de Évora. Secretário de escrevaninha de D. João II, escreveu a crónica *Vida e Feitos del-rei D. João II*, concluída em 1533 e publicada postumamente em 1545.

²³² ADE, Colecção Originais da Câmara, liv. 75, vol. 5, f. 233. Cit. A. B. FREIRE – “Em volta de uma carta de Garcia de Resende”. *Arquivo Histórico Português*, vol. III, 1905 (nº. 1 e nº. 2), 46; M. de D. B. MANSO, *op. cit.*, 233; I. C. de SOUSA, *op. cit.*, 101 (20).

“Cá estão os excelentes príncipes e muito altos infantes. Cá tendes o senhor duque e muitos outros senhores. Aqui está a real corte. Aqui tendes touros, canas e seraus de nobres damas. Se quiserdes passear, tendes terreiro e rocio e também hortas como lá [Lisboa], e ruas largas e bem chãs, cidade bem assombrada com solenes mosteiros. Se sairdes fora, aqui estão os verdes campos cheios de totalas as caças e, se pescar, pescarias, e se desejardes jogar, jogo achareis que farte e banquetes mui sobejos [...]”²³³.

Três anos mais tarde, no ano de 1538, estando D. João III já ausente da cidade, Francisco Miranda, um dos procuradores de Évora que Garcia de Resende cita na primeira das suas missivas, reactivava a tentativa de fixação do núcleo do poder Real na urbe transtagana. Agora, em carta enviada ao próprio monarca, argumenta de forma clara, aberta e directa, recorrendo a uma possível vontade de mudança por parte da Rainha D. Catarina e à depreciação da vida em Lisboa, estratégia inusitada, visto que era mais próprio destes discursos apologéticos privilegiar a grandeza das cidades que eram objecto dos louvores e não fazer comparações depreciativas com outras povoações²³⁴:

“[...] dou novas a V.A. da vosa cydade a quall esta de maneira que quem na vyr numca seja dela hyra peço a Deus nosso senhor que me de vida ate ver Vosa A. e dahi pera diante seja ho que ele quijer a Rainha nosa Senhora não sei se he ja convertida a nosa fe dEvora que me dizem qua que vay ja conhecendo a malldade dese lugar e a nosa verdade porque mui contente deve ser Rainha devora sem outra cousa nenhuma beijo as mãos de V.A. a que peço que por sua vida e saude e de vossos filhos e casa se tire dahy e se venha pera esta terra da promissam dEvora aos xxbj dabrill de bcxxxbiij anos. Francisco Mirãda.”²³⁵.

Sucedem-se novas tentativas de fazer regressar a corte régia a Évora, quer em 1543, quer ainda em 1553. E assim aconteceu por diversas vezes sob a governação de D. João III, a última das quais entre Junho de 1542 e Dezembro de 1545²³⁶, mas sempre ciclicamente. Durante esses curtos períodos de tempo, Évora era, efectivamente, capital do Reino, mas era-o também efemeramente, isto é, até à altura que rei, família real e cortesãos

²³³ ADE, Colecção Originais da Câmara, liv. 9, f. 55v. Cit. J. V. SERRÃO – *História de Portugal. O Século de Ouro (1495-1580)*. s.d.: Editorial Verbo, volume III, 1980 (2ª. Ed.), 226; I. C. de SOUSA, *op. cit.*, 101 e 102.

²³⁴ A. A. do NASCIMENTO – “O Elogio de Lisboa, por Damião de Góis, entre as «Laudes Urbium». *Damião de Góis e o seu Tempo (1502-1574)*. *Actas do Colóquio*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2002, 158.

²³⁵ AN / TT, Corpo Cronológico, parte 1, maço 61. Cit. A. B. FREIRE, *op. cit.*, 60; I. C. de SOUSA, *op. cit.*, 101.

²³⁶ A. I. BUESCU, *op. cit.*, 242.

regressavam a Lisboa ou se deslocavam para outra cidade ou vila – tal como sucedeu em 1531, muitas das deambulações dos monarcas eram devidas às pestes e a outras epidemias que atacavam frequentemente Lisboa. Podemos compreender melhor a veemência destas tentativas de convencimento do rei se atendermos ao lento, mas incisivo, processo de sedentarização das estruturas da alta administração do país em Lisboa²³⁷ e da limitação do governo concelhio lisboeta²³⁸, ligando-a ao poder central, que se vinha consolidando desde o reinado de D. Manuel I e que prefigurava o estabelecimento de uma capitalidade naquela que Rui de Pina classificava “como mais principal [cidade] do Regno”²³⁹. Ao afirmá-lo, Rui de Pina teria em conta as facilidades de comunicação marítima e fluvial que Lisboa dispunha, a fertilidade dos campos que a rodeavam e as aptidões comerciais, tanto para exportação como para importação, do seu porto. Quanto a Évora, ainda nas palavras de Rui de Pina, era “no Regno [...] a segunda [cidade]”, posição que permitia a ambição de subir ao primeiro patamar da hierarquia dos centros urbanos.

A manifestação explícita dessa ambição por parte dos eborenses parece indicar que o terão feito na tentativa de trazer essa irreversível sedentarização administrativa para a sua cidade, possibilidade que a presença prolongada de D. João III, entre 1532 e 1535, tornara viável. O tom assertivo com que o fizeram reagiria, muito possivelmente, ao descontentamento que começava a grassar pelas pesadas despesas que a demora do rei em Évora e o gosto que teria em deixar-se ficar por lá implicavam para os membros da corte, obrigados que estavam a residir ali:

“[...] e El Rei q a este / tempo estava e Evora, onde avia sinco ou seis anos que resedia por se afeissoar aquella / terra e se achar nella be, pello que se nãosabia sair della, de que todo o reino estava / escandalizado pollos muitos gastos que fazião os fidalgos e cortesões em tere suas /

²³⁷ Aqui foram fixadas a Casa do Clével, a Casa da Suplicação, a Casa dos Contos, as alfândegas, a Casa da Moeda, as Casas da Mina, da Guiné e da Índia, os Armazéns, etc. J. R. MAGALHÃES – “O enquadramento do espaço nacional. A construção da capital”. *História de Portugal*. J. MATTOSO (direc.). s.l.: Círculo de Leitores, 1993 (Terceiro Volume), 55 e 56.

²³⁸ Já em 1488, o rei D. João II expressava a sua vontade de examinar a relação dos eleitos para o governo do concelho, a fim de os confirmar. A partir de 1502, o estabelecimento das atribuições dos oficiais da cidade de Lisboa passa a caber ao rei (D. Manuel). Em 1528, D. João III impõe que um dos vereadores seja letrado. J. R. MAGALHÃES, *op. cit.*, 53 e 54.

²³⁹ R. de PINA – *Crónica de El-Rei D. João II*. Coimbra: Atlântida, 1950, 117.

casas na corte, e quando nomeavão El Rey lhe (nomeavão) «João d'Evora».²⁴⁰

A apologia de Évora através da história da sua antiguidade empreendida por André de Resende comunga perceptivelmente da intenção valorativa das cartas daqueles que pugnaram, em 1535 e em 1538, pela elevação desta cidade a capital, no sentido de sede permanente do rei e da corte. Tal acontecia ainda que houvesse um intervalo de cerca de dez anos entre a última das cartas citada e a redacção do texto de André de Resende. Não o devemos estranhar, na medida em que o objectivo de tornar Évora na principal cidade do Reino ainda se manteve vivo entre as elites eborenses até, pelo menos, à primeira metade da década de 50, assim o constatámos. Acresce que a evidente proximidade da corte por parte dos três eborenses citados (André de Resende, Garcia de Resende e Francisco Miranda) coloca-os a partilhar um ambiente cultural, uma percepção da valia política da cidade e uma experiência do espaço urbano que faz ecoar a tentativa de oficialização da relação privilegiada que D. João III parecia manter com Évora pela índole panegírica da *História da Antiguidade da Cidade de Évora*. Seria todavia abusivo estabelecer sem ressalvas uma ligação directa entre a obra de André de Resende e esse desígnio das elites eborenses, pois, em nenhum passo do texto se alude à possibilidade de Évora substituir Lisboa como centro político-administrativo e económico de Portugal. O motivo da realização do tratado, uma solicitação da parte da Câmara de Évora a André de Resende, conforme este refere na dedicatória do livro dirigida aos vereadores e ao escrivão da câmara da cidade, revela o incontestável interesse concelhio na sua publicação que nos permite supor que essa ligação existia. Suposição que se torna hipótese quando o autor, no capítulo III, manifesta a necessidade de justificar a edificação do Aqueduto da Água da Prata, por iniciativa de D. João III e sob a direcção técnica de Francisco e Miguel Arruda.

Inaugurado com pompa em 1537, o Aqueduto da Água da Prata trouxe o abastecimento de água até ao coração da cidade, cumprindo, deste modo, uma medida sanitária básica. Então, porquê a necessidade de estribar historicamente a sua edificação? Ainda para mais da parte do próprio monarca,

²⁴⁰ Parte I, Livro III, Cap. 8, fôlio 84 b. D. do COUTO – *Década Quinta da "Ásia"*. Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1937, 225.

uma vez que foi por ordem real que o humanista eborense redigiu dois livros sobre as técnicas de construção e manutenção de aquedutos²⁴¹, os quais podem ter sido entregues a D. João III em Julho de 1543²⁴². Porquê a comprovação documental da preexistência de um antigo aqueduto romano, erigido por vontade de Sertório, no percurso que era agora ocupado pelo da Água da Prata? Porquê a preocupação e o esforço em refutar a opinião do bispo de Viseu, D. Miguel, que negava essa preexistência²⁴³? Talvez porque começava a germinar um certo mau estar devido ao esforço financeiro a que a corte estava obrigada por se encontrar deslocada, constringendo o rei a lidimar uma edificação que encontrava paralelo em Roma, capital da Cristandade, onde o papa Nicolau V tinha ordenado o restauro do aqueduto Acqua Virgínio, mas não em Lisboa, que só terá o seu aqueduto quase dois séculos mais tarde do que Évora²⁴⁴. Aparentemente, o investimento feito pelo

²⁴¹ “Também falei disso em dous livros dos aquedutos que a El-Rei, Nosso Senhor, per seu mandado escrevi e, portanto, agora nom é necessário torná-lo repetir.” A. de RESENDE (1963), *op. cit.*, 18.

²⁴² A nossa hesitação em afirmá-lo peremptoriamente advém uma informação concernente à vida de André de Resende no período em que redigiu a *História da Antiguidade da Cidade de Évora*, transmitida pelo próprio no prólogo que dedicou aos vereadores da câmara – “[...], e eu ando todo ocupado em um livro de architectura per mandado de El-Rei, Nosso Senhor, de modo que em outro estudo nom intendo, excepto o pregar, [...]”; A. de RESENDE (1963), *op. cit.*, 9. O livro em que ele andava ocupado por essa altura podia muito bem ser um dos que dedicou à construção de aquedutos, embora se saiba que o manuscrito que entregou ao rei em data posterior, Julho de 1543, se intitulava, precisamente, *Dois livros de Aquedutos*. C. A. FERREIRA – “Comentários a Damião de Góis, Olisipógrafo e Cronista”. *Damião de Góis e o seu Tempo (1502-1574)*. *Actas do Colóquio*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2002, 90. No século XIX, Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, director da Biblioteca Pública de Évora, em carta dirigida ao conde Athanasius Raczyński, informa-o que os *Dois livros de Aquedutos* de André de Resende foram depositados nos arquivos da Câmara, de onde terão desaparecido. P. SARANTOPOULOS – *O Templo e as termas: dois edifícios da Évora Romana. Contributos para uma recuperação e valorização integrada*. Évora: dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Architectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, 1998, 116 (doc. 19).

²⁴³ “[...], como eu declarei em ua apologia ou resposta que contra o bispo de Viseu escrevi, que estorvava a El-Rei, Nosso Senhor, tornar a trazer a dita água, dizendo-lhe que nem a água cá viera jamais, nem podia vir, nem Sertório aqui estivera, nem a obra era romana, - contra o que eu a Sua Alteza tinha persuadido.” A. de RESENDE (1963), *op. cit.*, 18. Em 1593, Diogo Mendes de Vasconcelos menciona a sua intenção de mandar imprimir a *Apologia* do aqueduto romano de Évora de André de Resende, redigida para responder a D. Miguel da Silva, juntamente com outras pequenas obras do mesmo autor, para que não se perdessem. D. M. de VASCONCELOS (1785), *op. cit.*, 53 e 54.

²⁴⁴ Enquanto entre os séculos XV e XVI se iniciaram os aquedutos de Setúbal (1487), Elvas (1530), Évora (1531), Torres Vedras (1561), Coimbra (1568), Óbidos (1573) e Tomar (1593), a construção do de Lisboa só foi começada em 1731. M. F. M. MONTEIRO, V. F. JORGE – “O sistema hidráulico quinhentista da cidade de Évora”. *Monumentos*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 26 (Abril), 2007, 92.

rei em Évora era superior ao realizado em Lisboa ou em outras cidades²⁴⁵, factor susceptível de gerar desagrado, sobretudo entre os lisboetas. Notemos como Francisco de Holanda ainda reflecte algum desconforto em relação à desvantagem de Lisboa passados mais de trinta anos, em 1571:

“Outra lembrança dou a Vossa Alteza [D. Sebastião] e à Cidade de Lisboa, que é esta. Nós vemos que as cidades antigas, depois dos templos e das fortalezas e muros, e paços, a coisa em que mais se esmeraram foi em trazer as fontes das águas por grandes arcos e canos, e condutos às suas cidades. [...]

E pois El-Rei vosso avô [D. João III] trouxe a Évora a água da Prata, perdida do tempo de Sertório, capitão romano, que a trouxe àquela cidade e de novo a ela restituída por El-Rei, com que a cidade é muito mais sadia e enobrecida do que era dantes, por onde merece El-Rei, que Deus tem, muito louvor”²⁴⁶.

Através da teoria da preexistência de um aqueduto romano desenvolvida por André de Resende, D. João III procuraria fazer acreditar que estava somente a devolver a Évora um equipamento que esta já possuía, apenas restabelecia a ordem preexistente, nada mais para além disso – André de Resende até propõe que a *História da Antiguidade da Cidade de Évora* e os seus tratados sobre aquedutos sejam leituras complementares: “Antes me parecia que os mesmos livros, porquanto tratam como se devem fazer os aquedutos e como conservar, se deviam ajuntar a este tratado e às vezes se lerem para que deles se tomasse alguma utilidade, se a neles há”²⁴⁷.

No elogio de D. João III, reconstrutor do que Sertório construíra estará também implícito o louvor do rei arquitecto da felicidade e do bem comum, patente nas crónicas, nas entradas reais, nos panegíricos, nas orações

²⁴⁵ A. I. BUESCU, *op. cit.*, 237. João de Barros permite-nos compreender o quão marcante foi a edificação do aqueduto de Évora ao utilizar a afirmação do facto como exemplo para uma “Das Figuras”, a “Macrologia”, da sua gramática da língua portuguesa de 1540: “Macrologia quer dizer longo rodeo de palavras e dições e entám se cométe quando contamos alguma cousa rodeando muitas razões pera concluir ua sentença, como se alguém deséese: Él-Rei Dom Joám, nósso senhor, o terceiro deste nome, que óra reina nestes reinos de Portugal, per mãos de muitos e bons ofiçaes de pedraria que mandou buscár per todo o seu reino, mandou fa/zer mui fórtes árcos de pedraria com que veo água da Fonte da Prata à çidade de Évora. O quáil rodeo de palavras se concluiue nésta sentença: Él-rei Dom Joám, o terceiro, mandou trazer a Évora água da Fonte da Práta”. J. de BARROS – *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971, 362 e 363.

²⁴⁶ No capítulo 6º (“Da Água Livre”), fólhos 17r, 17v e 18r. F. de HOLANDA – *Da Fábrica que Falece à Cidade de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984, 24 e 25.

²⁴⁷ A. de RESENDE(1963), *op. cit.*, 18.

universitárias, nos tratados de educação de príncipes²⁴⁸. Verifique-se como o historiador João de Barros (1497-1562), entre os benefícios que a permanência de D. João III trouxe a Évora, sublinha a construção / reconstrução do Aqueduto da Água da Prata, em articulação com o elogio do *princeps*, do *pater patriae*, do legislador:

“Que mór testemunho do que digo queremos que o que êste dia e tempo presente nos pode dar, em que não somente faz mais rica e populosa com sua presença a sua cidade de Évora, mas ainda mui desejoso de lhe ser causa de mores bens lhe traz novamente água de mui longe em muita abundância, vencendo com arte à natureza, restituindo o cano de água, tam necessário e tantos tempos há esquecido, e com grande ânimo suprimindo os defeitos do lugar, por dar saúde e contentamento aos homens? Oh! quam bem se pode aplicar a V. Alteza aquele consentimento geral, que o povo romão deu ao emperador Élvio Pertinaz, seguros vivemos, ninguém tememos. Ao pai piadoso, ao Pai do Senado, ao Pai de todos os bens. Êste é o verdadeiro ofício do príncipe: viver pera proveito dos homens; isto é que Deus e o mundo e a obrigação do cetro real requerem”²⁴⁹.

Dentro do mesmo espírito laudatório, numa oração pronunciada pelo doutor António Pinheiro quando começou a ensinar Latim aos jovens fidalgos da corte, ao aqueduto é associada outra grande obra do reinado de D. João III, o edifício da Igreja da Graça:

“Além disto venhamos ás obras del-Rei nosso Senhor, as quaes não edifica pera sua habilitação, não pera a mostrea de riquezas, mas pera proveito dos sujeitos, e serviço de Deos, e glória de seu reino. Os Reys do Egipto fizerão pirâmides; os de Cária, mausoleos, sepulcros magníficos e postos no ar sobre pilares muy ricos; os Romãos teatros; mas nestas obras que vemos mais que huma soberba de querer mostrar riquezas: a torre de Pharo, o porto Heuxino, as represas do Nilo podemos louvar; tiverão estas obras vontade de querer aproveitar, ainda que carecerão de prudência em se começarem, não se podendo bem levar ao cabo. E neste caso el-Rey Nosso Senhor deo grande sinal de sua bondade, o qual, como quer que visse Évora seccar-se, e por falta das ágoas accenderam-se muitas febres de grande perigo, sentio ser obra de misericórdia soccorrer a hum mal tão público, e de lugar tão nobre; e já que por necessidade da República se havia de fazer, mandou que se fizesse hum aqyeducto sumptuoso, pera que a ágoa mostrasse della haver hai necessidade e a obra confessasse ser feita por mando del-Rey nosso Senhor; acabou o cano começado por Sertório e fez vir, o que não poderão os antigos, tanta agoa e tam crara, que dahi lhe poserão o nome da prata. E que mais deo esmola pera Nossa

²⁴⁸ N. N. C. SOARES (2003), *op. cit.*, 601.

²⁴⁹ J. de BARROS – *Panegíricos (Panegirico de D. João III e da Infanta D. Maria)*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, s.d., 76 e 77.

Senhora da Graça, com que se fez em Évora mesmo hum edifício grande, honrado, e magnífico como o templo de Diana Efésia. Assim que, o que os outros gastão em seus paços, el-Rei nosso Senhor applica aos paços de Deos, que he Rei dos Reis, e Senhor dos Senhores”²⁵⁰.

Concluimos então que a *História da Antiguidade da Cidade de Évora*, conquanto não a aborde directamente, não deixa de ser devedora de uma circunstância favorável à possibilidade da fixação do rei e da corte dentro dos seus muros. Isto porque a comprovação da antiguidade de Évora contribuía, mais que qualquer outra condição, para o seu estatuto de cidade áulica. E é essa antiguidade, tal como André de Resende a historiou, que continuará a ser destacada e até aprofundada como fonte do prestígio e da importância da cidade pelos autores que se seguiram na sua divulgação ou louvor, mesmo que por razões circunstanciais distintas.

²⁵⁰ “Oração feyta pello doutor António Pinheiro quando por mandado del-Rei nosso Senhor começou a insinar os moços-fidalgos em latim e por elle traducida em vulgar português”, BNL, Cod. 3767, c. 22v (cópia). Texto transcrito em S. DESWARTE (1989), *op. cit.*, 91, 92, 212 (n. 315) e 213.

Capítulo IV

“[...] , segundo lembranças antigas, que André de Resende, nosso cidadão, collegio em hum tratado seu, que nós seguimos, [...]”²⁵¹.

A frase com que intitulámos o presente capítulo pertence a Duarte Nunes do Leão (c. 1528/1530-1608)²⁵², foi transcrita da *Crónica de El Rei D. Afonso Henriques*, que integra a primeira parte das *Crónicas dos Reis de Portugal* (1600), e refere-se ao episódio da conquista de Évora aos mouros por Geraldo Sem Pavor (ou Geraldo Geraldês). Não é, porém, o passo para que remetem que nos interessa de momento, mas a atribuição a André de Resende da

²⁵¹ D. N. do LEÃO – “Chronica Del Rei Dom Afonso Henriquez”. *Crónicas dos Reis de Portugal*. Porto: Lello & Irmãos, 1975, 80.

²⁵² Nasceu em Évora e faleceu em Lisboa. Licenciado em Direito Civil na Universidade de Coimbra por volta de 1554, teve uma carreira de magistrado e jurista. Foi Procurador e Desembargador da Casa da Suplicação. Compilou *Repertório dos Cinco Livros das Ordenações com addições das leis extravagantes dirigida ao muito illustre Senhor Dom Francisco Coutinho, Conde do Redondo, Regedor da Justiça deste Reino, per o Licenciado Duarte Nunez do Lião, Procurador da Casa da Sopricação* (1560), *Leis Extravagantes do Reino* (1569) – o autor terá coligido outras do mesmo género que se encontram manuscritas, inéditas e datadas de 23 de Novembro de 1566 -, recompilou as *Ordenações do Reino* (1602) e foi autor, entre obras obras, para além das citadas no corpo do texto, de *Livro dos Regimentos dos officiaes mecânicos da mui excelente e sempre leal cidade de Lisboa reformados per ordenaçam do Illustrissimo Senado della pello Licenciado Duarte Nunez do Liam* (1572), *Ortographia da Lingoa Portuguesa* (1576), *Doutrina de Notários* (1576) *Genealogia Verdadera de los Reys de Portugal com sus elogios* (1590), *Memorial de Duarte Nunes de Leam e rellação dos seus serviços para o valido d'el-rey Felipe* (1590-1595/96) e *Origem da Língua Portuguesa* (1606). O objectivo das *Crónicas dos Reis de Portugal* não era escrever de novo as crónicas do reino, mas reformar as antigas iniciando-as na *Crónica do Conde D. Henrique*. J. V. SERRÃO – *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica. Séculos XII-XVI*. Lisboa: Editorial Verbo, 1972 (volume I), 322-326; O. GAMA – “Duarte Nunes do Leão, Elementos para uma Biografia”. *Descrição do Reino de Portugal*. D. N. do LEÃO. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, 9-29.

autoria da informação que irá, de seguida, transmitir. Porque citar o antiquário eborense significou prolongar a afirmação do valor histórico que as imagens quinhentistas da cidade alentejana tinham simbolizado e que a *História da Antiguidade da Cidade de Évora* tinha concretizado através da narração do passado, da inventariação das antiguidades que supostamente a comprovavam e dos monumentos que a sintetizavam materialmente. Duarte Nunes de Leão, à semelhança de André de Resende, designa-a de “cidade nobre & antiquissima” e alude ao “portico dos açougues, antiguidade que oje em dia dura” (o templo romano), e ao “grande & nobre edificio da See”²⁵³. Todos aqueles que de agora em diante abordarem a história de Évora ou se dedicarem ao seu estudo não o farão sem referenciar o tratado de André de Resende entre as suas principais fontes - por vezes como a sua principal fonte -, amplificando, conseqüente e consecutivamente, até à primeira metade do século XVIII, o simbolismo histórico da cidade que aquela obra formalizou. Todos com excepção de Fernando Oliveira (c.1507 – c.1582)²⁵⁴, autor de uma *História de Portugal*²⁵⁵ que terá escrito depois de 1580.

Redigida imediatamente a seguir ao desenlace da crise sucessória de 1580, que colocou Filipe II de Castela (e, por extensão, de Espanha) no trono português, a *História de Portugal* de Fernando Oliveira inscreve-se num conjunto de tratados historiográficos – de que também faz parte o seu *Livro da*

²⁵³ D. N. de LEÃO (1975), *op. cit.*, 82 e 83.

²⁵⁴ O invulgar percurso de Fernando ou Fernão Oliveira começa em Évora, no Convento de S. Domingos, onde faz a sua formação, tendo André de Resende entre os seus mestres. Possuidor de um carácter rebelde e insubmisso, foge do convento eborense para Espanha em 1532, onde contacta com os humanistas espanhóis. Regressado a Portugal, torna-se preceptor de filhos da nobreza portuguesa, mormente dos de João de Barros e do Barão do Alvito. Foi ainda enviado secreto de D. João III em Itália, piloto naval da frota do capitão francês Saint-Blanchard e perito em assuntos de marinha na corte inglesa de Henrique VIII, onde contactou com o protestantismo anglicano. O seu profundo conhecimento da ciência náutica chegou a ser disputado pelas cortes espanhola e francesa nos anos de 1560 e 1570. A influência que recebeu em Inglaterra das ideias anglicanas valeu-lhe um processo inquisitorial em 1548, acusado por André de Resende, que resultou numa condenação pelo Tribunal do Santo Ofício por opiniões heréticas. Voltou a ser preso pela Inquisição em 1555. As diferentes actividades que teve produziram as seguintes publicações: *Gramática da Linguagem Portuguesa* (1536), *Ars Nautica* (c. 1570), *A Viagem de Fernão de Magalhães, escripta p hu homem q foy na copanhia* (c. 1570), *Liuro da Fabrica das Nãos* (c. 1580). Traduz *Re Rustica de Columella* e transcreve *Arte de grammatica de lingua castellana por el doctissimo maestro Antonio de Nebrissa compuesta*. J. E. FRANCO – “Introdução”. *História de Portugal*. F. OLIVEIRA. Lisboa: Roma Editora, 2006, 9-15; J. E. FRANCO – *O Mito de Portugal. A Primeira História de Portugal e a sua Função Política*. Lisboa: Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d'Orey, Roma Editora, 2000, 25-65.

²⁵⁵ Manuscrito depositado na Biblioteca Nacional de Paris (Fonds Portugais, Ms. nº 12, fls. 273-339).

Antiguidade, Nobreza, Liberdade e Imunidade do Reino de Portugal (c. 1579-1580)²⁵⁶ – produzidos com o propósito de justificar historicamente a manutenção de uma relativa autonomia do território português em relação aos reinos incorporados na monarquia dos Habsburgos. Pretendiam demonstrar que a coroação de Filipe de Habsburgo Áustria como rei dos Portugueses não tinha necessariamente que corresponder a uma união com Castela, situação que, a concretizar-se, acabaria por acarretar a subalternização de Portugal e provavelmente o seu rebaixamento ao estatuto administrativo de província. Para o conseguir, tentavam definir uma ideia de “portugalidade”, de uma peculiaridade lusitana ancestral, antecedente da presença romana, que impunha a Portugal uma identidade quase ontológica, na medida em que conceptualizava um ser histórico lusitano que se antecipava ao próprio reino e, por isso, pré-determinava a sua existência autónoma, tornando-o uma verdadeira entidade natural:

“Recebe, pois, ó rei invencível, esta tua Lusitânia, que de nova e actual de tornou em velha e antiga, e da mesma maneira que amas e proteges, com certa benevolência especial, a Lusitânia que hoje floresce sob o teu reino e que abunda em todas as prosperidades, assim também, na medida da tua autêntica grandeza de alma e generosidade, digna-te proteger, amar e abraçar a antiguidade da outra, cujos monumentos foram arraçados das trevas, melhor direi, das fauces do próprio tempo”²⁵⁷.

A definição dessa ideia de “portugalidade” fortalecia a condição comunitária do reino e diligenciava no sentido de deixar nas mãos dos portugueses o delineamento dos limites legais da sua autonomia²⁵⁸. Em Fernando Oliveira, no que concerne a Évora, a ideia de “portugalidade” está subjacente quando contesta André de Resende – “homem havido por mui lido e amigo de antiguidades e curioso de ler pedras romanas” - quanto à baliza da antiguidade da cidade alentejana, que o segundo – “porque tinha o entendimento duro como as mesmas pedras, não se sabia desapegar delas e

²⁵⁶ Que pode ser entendido como um projecto da *História de Portugal*.

²⁵⁷ Voto redigido por Diogo Mendes de Vasconcelos em Évora, no ano de 1592, a Filipe II de Espanha e I de Portugal. D. M. de VASCONCELOS – “Ao mui poderoso e invencível Rei Filipe de Espanha, segundo deste nome, deseja Diogo Mendes de Vasconcelos eterna felicidade”. *As Antiguidades da Lusitânia*. A. de Resende. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, 46 e 47.

²⁵⁸ F. BOUZA – *D. Filipe I*. Casais de Mem Martins. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005, 90 e 91.

cuidara que em Roma se compreendiam todas as antiguidades” - emparelhou com a de Roma e o primeiro, socorrendo-se de Beroso²⁵⁹ e da *Geografia* de Ptolomeu²⁶⁰, fazia recuar ao tempo de um Hércules Líbio. Originário do Egipto e da Líbia, segundo Apiano²⁶¹, este Hércules Líbio teria chegado à Hispânia antes mesmo dos Fenícios²⁶².

Embora nenhum dos outros autores contradiga André de Resende como Fernando Oliveira, eles partilham com este último as alterações que a vivência sob a monarquia dual hispânica imputou ao propósito da valorização de Évora e dos seus vestígios materiais, agora não apenas subordinada aos interesses da urbe, mas também enquadrada pela questão da identidade portuguesa, como foi por nós enunciada. Uma identidade proto-nacional que não é constituída em oposição à castelhana²⁶³, mas paralelamente. Deste modo, nunca o teor destes textos afronta ou sequer se opõe efectivamente à dinastia denominada filipina²⁶⁴ e talvez por isso proliferarão de Filipe I a Filipe III de Portugal. Vêm de encontro, por um lado, à garantia prestada por Filipe I de Portugal, aquando da sua aclamação e do seu juramento nas Cortes de Tomar em Abril de 1581, de que a governação do reino seria autónoma da de Castela e respeitadora de todos os seus direitos tradicionais. Por outro lado, coincidem com o seu interesse numa literatura historiográfica que focaria necessariamente os laços de sangue e os séculos de história em comum que uniam as Casas de Avis e Áustria e que sustentavam a existência de uma identidade hispânica²⁶⁵, elementos fundamentadores do seu poder, ainda entendido por muitos como catecúmeno.

²⁵⁹ Ou pseudo-Beroso. Aqui, Fernando Oliveira refere-se a um conjunto de fragmentos publicados pelo frade dominicano italiano João Ânio (ou Nani) (c. 1432-1502), especialista em línguas antigas, numa sua antologia intitulada *Antiquitatum Variarum Autores* (Paris, 1510), como sendo do sábio, sacerdote e astrónomo babilónico Beroso, activo durante o reinado de Antíoco Soter (281-260).

²⁶⁰ Geógrafo e astrónomo alexandrino do século II d.C.

²⁶¹ Apiano Alexandrino (c. 95-165 d.C.), gramático e polígrafo natural de Alexandria, escreveu uma *História Romana* cujo livro VI é dedicado às guerras dos Romanos na Hispânia.

²⁶² F. OLIVEIRA - *História de Portugal*. Lisboa: Roma Editora, 2006, 59-61.

²⁶³ O sentimento anti-castelhano predominou maioritariamente entre as camadas populares, generalizando-se e agravando-se, ao longo do tempo, com os desencantos da união dinástica. A. C. N. da SILVA, A. M. HESPANHA, *op. cit.*, 24.

²⁶⁴ Em 1622, ao reeditar-se a *Miscellanea* de Garcia de Resende, substituiu-se a frase “Portugueses, Castelhanos / nom os quer Deos juntos ver” pela versão pró monarquia dual “Portugueses, Castelhanos / Já os quer Deos juntos ver”. D. R. CURTO, *op. cit.*, 373.

²⁶⁵ A. C. N. da SILVA, A. M. HESPANHA, *op. cit.*, 24 e 25.

Não foi pois inocentemente que se manteve o cargo de cronista-mor do reino durante a governação filipina, na posse Francisco de Andrade até 1614, quando é nomeado, por carta régia de D. Filipe II, Frei Bernardo de Brito (1569-1617)²⁶⁶. Para o conseguir, Frei Bernardo de Brito teve, inclusive, de se deslocar, em 1611, até à corte de Madrid. Sintomaticamente, um ano depois da sua nomeação, aquele rei incumbiu-o de editar as crónicas dos reis de Portugal cujos manuscritos se encontravam depositados na Torre do Tombo, com os nomes dos respectivos autores, sem alterar a linguagem e os estilos originais e certificando-se que os conteúdos não haviam sido adulterados²⁶⁷. Pela mesma altura também terá começado, por ordem real, a composição de uma *Chronica d'El Rei D. Sebastião*.

Ambas as tarefas foram interrompidas e ficaram por concluir com a morte de Frei Bernardo de Brito em 1617²⁶⁸. Antes, no ano de 1591, segundo supõe Frei Fortunato de S. Boaventura²⁶⁹, um dos seus biógrafos, já Bernardo de Brito havia viajado até Madrid para dedicar a Filipe II a sua *Monarchia Gentilica* e pedir-lhe auxílio para uma obra que enalteceria “ambas as Monarchias”, supõe-se que a portuguesa e a castelhana, agora representadas por um único rei. Essa obra intentaria uma grande síntese historiográfica fora do modelo da Crónica Geral do Reino e corresponderia às duas últimas partes de uma trilogia iniciada com a *Monarchia Gentilica* (que tratava a história da Lusitânia desde a criação do mundo até ao nascimento de Cristo) e que o frade cisterciense planeava continuar dedicando-se à *Monarchia Gotica ou Sarracénica* (até ao conde D. Henrique) e à *Monarchia Catholica* (até Filipe II). Plano que foi depois

²⁶⁶ Filho de Pedro Cardoso de Andrade, capitão do exército e responsável militar pela fortaleza de Almeida, onde nasceu, Bernardo de Brito (Baltazar de Brito de Andrade por baptismo) estava predestinado a uma carreira de armas, a que renunciou para ingressar, a 23 de Fevereiro de 1585 no Convento de Alcobaça, onde estudou e assumiu o cargo de cronista-geral da Ordem de Cister. Enquanto tal escreveu a *Primeira Parte da Chronica de Cister* (1602) e os *Elogios dos Reis de Portugal* (1603). Graduou-se em Teologia na Universidade de Coimbra (12 de Abril de 1606). Faleceu a 27 de Fevereiro de 1617, quando voltava de Madrid para Alcobaça. J. V. SERRÃO – *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica. Século XVII*. Lisboa: Editorial Verbo, 1972 (volume II), 43 e 44.

²⁶⁷ Em 1619, ano da visita de Filipe II a Lisboa, é reeditada a *Crónica de D. Manuel* de Damião de Góis. D. R. CURTO, *op. cit.*, 373.

²⁶⁸ A. da S. REGO – “Introdução”. *Monarquia Lusitana I*. Frei B. de BRITO. s.l.: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004, XV; J. V. SERRÃO (1972), *op. cit.*, 43 e 44.

²⁶⁹ Fr. F. de S. BOAVENTURA – *Memoria de algumas particularidades com que se póde accrescentar, e corrigir o que até ao presente se tem publicado sobre a vida e escritos do Chronista mór Fr. Bernardo de Brito*, publicado em *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa. Memórias dos Correspondentes. Historia e Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, t. VII, 1821, 13-51. Cit. A. da S. REGO, *op. cit.*, XI e XII.

alterado, acabando por serem publicadas a primeira (1597) e a segunda (1609)²⁷⁰ partes com o título genérico de *Monarchia Lusitana*²⁷¹. Estas receberam, por doação régia (alvará de 25 de Agosto 1611 e postila de 6 de Dezembro de 1613), a quantia de mil cruzados de ajudas de custo para os gastos da impressão²⁷².

O motivo da confirmação das raízes históricas da inclusão dos territórios portugueses nos seus domínios também terá ditado uma iniciativa régia de valorização de objectos antigos, consignada por Filipe II no regimento que aplicou ao Aqueduto da Água da Prata em 1602. Ordenou-se então a exposição em praça pública das placas epigráficas alusivas à presença de Sertório em Évora, à comprovação da tese de André de Resende da pré-existência de um aqueduto romano e à antiguidade e nobreza daquela cidade:

“E Para, que se não perdesse a memoria assy da primeira, e antiga trazida // desta Agoa a cidade per ordem de Sertorio como da reedificaçam, e restauraçam // della por mandado por mandado do dito Rey mandei que as pedras, que ficarão dos Romanos / que fálão em Sertório, e no aqueducto, e na anteguidade, e nobreza da cidade // fossem tiradas de lugares particulares donde estavam encubertas, e restituídas à // praça publica onde hora estão, e mande, que se pusesse, outra pedra na qual se fi // zesse menção da restituição e reedificaçam, que o ditto Rey fez, e outra da mes // ma maneira, porque conste do tempo em que eu isto ordenei, e mandei de nouvo vesi // tar, e acodir ás rotnras do ditto aqueducto, E fontes, para, que se não perdesse algua // cantidade de Agoa, E assy renouar, e reformar o ditto regimento perdido, e man // dei passar algumas prouissões em conseruação, e proueito do ditto aqueducto por auer // necessidade dellas allem d'outras, que os Reys meus antecessores passarão.”²⁷³

Supomos que fossem as inscrições transcritas por André de Resende no seu tratado dedicado à cidade de Évora, algumas delas forjadas por ele, sabemos hoje, e que estariam em residências particulares²⁷⁴, de onde deviam

²⁷⁰ Tinha-a concluído dois anos antes (1607).

²⁷¹ A. da S. REGO, *op. cit.*, XIII e XIV. De acordo com este autor, foi esta obra que lhe valeu, de tão bem recebida que foi pelo rei, o cargo de cronista-geral da Ordem de Cister. Não há, no entanto, qualquer outro indício de que essa fosse a razão principal da sua nomeação.

²⁷² Assegurar a elaboração da Crónica Geral do Reino era uma responsabilidade da Coroa, logo, por ela custeada. A sua continuidade, contudo, cessou praticamente com a morte de Francisco de Andrada em 1614. Por isso, a atribuição do financiamento da *Monarchia Lusitana* ser feita em moldes diferentes, em reconhecimento da pertinência da obra.

²⁷³ T. ESPANCA – “O Aqueduto da Água da Prata”. *Cadernos de Estudo e Arte Eborense*. Évora: Nazareth & Filho, Lda., 1944, 33-35.

²⁷⁴ A maioria das placas e cipos referenciados por André de Resende estavam na sua posse ou “em casa do capitão dos ginetes”. A. de RESENDE, *op. cit.*, 24, 27, 29.

ser trasladadas para a Praça Maior. Ali, juntar-se-lhes-ia duas outras placas de feitura nova, a recordarem, para memória futura, a construção do Aqueduto da Água da Prata por vontade de D. João III – entendida, em consonância com a tese do aqueduto “sertoriano”, como uma reconstrução -, assim como a reparação da sua estrutura e a reformulação do seu regimento pelo próprio D. Filipe II. Seriam, ao todo, treze placas que o arqueólogo alemão Emílio Hübner ainda viu, no dealbar do decénio de 1870, sob a arcada do antigo edifício da Câmara, na Praça Maior ou do Geraldo²⁷⁵:

“Na praça do mercado em Évora, sob a arcada da casa da Câmara, ha treze lapides com inscripções, grupadas em um todo architectonico. A mais moderna refere-se á reconstrução mandada fazer por Filippe 2º de Portugal (e 3º de Espanha) do aqueducto edificado por D. João 3º. Ao pé d'esta inscripção está a d'este ultimo rei, referida ao anno de 1532, mas que foi gravada pela primeira vez em 1605. Diz n'esta que D. João 3º

²⁷⁵ No século XVIII, de acordo com o Padre António Franco, as ditas placas estavam encastoadas na parede da fachada, sob as varandas, dos primitivos Paços do Concelho, precisamente na Praça Maior: “No ano de 1600, El-Rei Filipe segundo em Portugal mandou ajuntar as Leis, que já havia sobre o Aqueduto e renovar as penas contra os daninhos. Em agradecimento o diz um letreiro, em mármore, na praça pública debaixo das varandas do Senado. Está emparelhado com os letreiros de D. João o terceiro e de Sertório”. Outras houveram que permaneceram na posse dos herdeiros de André de Resende. John Breval, erudito e viajante inglês, que esteve em Portugal em 1708 e 1716, refere-se a umas inscrições modernas erigidas na praça do mercado. É aí que o académico espanhol Francisco Pérez Bayer as vê em 1782. O arquitecto inglês James Murphy, que esteve em Évora em 1789, afirma que se podiam apreciar nove inscrições antigas numa velha parede contígua à prisão que, como se sabe, era adjacente aos Paços do Concelho na Praça Maior. Em 1845, num relatório manuscrito que redigiu para informar o Governador Civil do distrito de Évora sobre o estado das escavações no templo romano, Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, na altura responsável pela Biblioteca Pública local, alude a uma lápide que, “com outras colligidas pelo Mestre André de Resende”, estava “na Praça desta cidade, e foram todas alli postas por mandado d’El Rey D. Philippe o 2º de Portugal”. Não conseguimos descortinar, no entanto, se Cunha Rivara se referia somente às lápides encastoadas nas paredes dos Paços do Concelho ou a mais exemplares, localizados noutras zonas da praça. Em 1869, Augusto Filipe Simões defende a integração das mais antigas, que separa pelas categorias de romanas e árabes, na colecção epigráfica de Frei Manuel do Cenáculo, que ele depositara no Templo de Diana. Incluindo as mandadas fazer por D. João III e D. Filipe II, ele contabiliza 14 inscrições inseridas na parede dos Paços do Concelho. Aquando da demolição do edifício dos Paços do Concelho, iniciada em 1894, as placas “verdadeiras e falsas” ali incorporadas foram retiradas e entregues à Biblioteca Pública, que as transferiu para o Palácio de D. Manuel, onde estava depositada a colecção epigráfica de Frei Manuel do Cenáculo. Actualmente, pertencem todas ao acervo do Museu de Évora. T. ESPANCA (1944), *op. cit.*, 45; A. F. BARATA – “A praça do Geraldo (Lado Sueste)”. *O Manuelinho d’ Évora*, nº. 706, 1 de Dezembro, 1894 (Ano XIV), 1; A. M. CANTO, *op. cit.*, 279; Padre A. FRANCO - *Évora Ilustrada*. Évora: Edições Nazareth, 1945, 133; J. L. de VASCONCELOS – “Viagem de Pérez Bayer em Portugal em 1782”. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: I Série, volume XXIX, 1919-1920, 139; J. MURPHY – *Viagens em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998, 264; J. H. da C. RIVARA – *O Templo de Diana e o Aqueducto de Sertório em Évora*. Évora: 1845 (17 de Setembro), f. 3v (manusc. BPE, Fundo Rivara, Armário III e IV, nº 30, peça 2); A. F. SIMÕES - *Relatorio Á Cerca da Renovação do Museu Cenaculo*. Évora: Typographia da Folha do Sul, 1869, 5 e 32-37.

restaurara o antigo aqueducto de Q. Sertório feito 75 annos antes de Christo, etc.”²⁷⁶

A relevância que o Regimento dá ao período romano manifesta o interesse de D. Filipe II pela antiguidade da cidade, mas também por uma época histórica em que os reinos que constituíam a monarquia hispânica não estavam ainda divididos como tal, o que permitia constatar que a situação política vivida no presente estava longe de ser apócrifa. Ligação simbólica que a junção das placas modernas, relativas à obra de D. João III e à actuação de D. Filipe II, às antigas vinha tornar mais evidente e reforçar. Por aqui se entende melhor o delicado equilíbrio posto na descrição do passado comum hispânico e na afirmação de uma identidade portuguesa por autores como Duarte Nunes do Leão e Frei Bernardo de Brito nos seus textos historiográficos, não poucas vezes interpretado como ambiguidade. Frei Bernardo de Brito dedica a *Monarchia Lusitana* a D. Filipe II, a quem Deus tinha concedido um Império de trinta reinos e que poderia encontrar naquele livro todos os seus antepassados²⁷⁷. Por outro lado, a Lusitânia é Portugal e a descrição dessa antiga província romana é a descrição de um país de que é necessário ter permanentemente consciência²⁷⁸ - ao referir-se aos habitantes da Lusitânia, o cronista cisterciense chama-lhes frequentemente portugueses²⁷⁹. A apologia da antiguidade e da grandeza das principais cidades portuguesas, entre as quais Évora se destaca, é outro dos meios encontrados para reforçar a excepção lusa. A *Descrição do Reino de Portugal* (redigida em 1599, mas saída somente em 1610) de Duarte Nunes do Leão confirma-o:

²⁷⁶ E. HÜBNER – *Noticias Archeologicas de Portugal*. Lisboa: Typographia da Academia, 1871, 42 e 43.

²⁷⁷ Frei B. de BRITO - *Monarquia Lusitana I.. s.l.*: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2004, 1vº e 2.

²⁷⁸ J. GARCIA, *op. cit.*, 61. Também na *Descrição de Portugal* (1610), de Duarte Nunes do Leão, a matriz de Portugal é romana, da qual os portugueses herdaram a língua e o melhor do seu passado, que lhes assegurou parte da sua fama e nobreza, depois corrompidas pelos povos que se seguiram, os godos e os mouros. Nos Romanos, Duarte Nunes do Leão, como jurista erudito que era, admirava especialmente a eficácia com que a sua administração organizava o espaço do Império. S. DAVEAU – “O Conteúdo Geográfico da *Descrição do Reino de Portugal*”. *Descrição do Reino de Portugal*. D. N. do LEÃO. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, 71.

²⁷⁹ Frei B. de BRITO, *op. cit.*, 283vº.

“Do direito de Latio / erão as cidades de Evora, Mertola, e Alcacere do Sal. [...] E por este privilégio que se deu à cidade de Evora, a Alcacere do Sal, e a Mertola, se verá quam nobres foram, e como testificação as memorias que dellas há, nos geographos, e por os nomes que lhes foram postos, alem dos antigos, que a Evora chamaram *Liberitas Iulia*: o que parece foi merce de Julio Cesar, por algum serviço que daquelles povos recebeo. Estas cidades foram já grandes, e nobre, como sempre mostrou Evora em todos os tempos, [...]”²⁸⁰

A *Monarchia Lusitana* de Frei Bernardo de Brito consubstancia-o por meio de fontes e informações recolhidas maioritariamente em André de Resende, incluindo a citação e a reprodução dos monumentos epigráficos apresentados por André de Resende²⁸¹, tantos os verdadeiros como aqueles cuja falsidade hoje conhecemos. A saber, o que refere a existência de sacerdotes romanos (“Flamines, & Flaminicas”) na antiga *Liberitas Iulia*, achada na casa “do Capitão dos ginetes”, a pressuposta base de uma estátua de Júlio César que os cidadãos terão presumivelmente levantado na praça da cidade, em agradecimento pela sua elevação a município, e as que aparentemente comprovam a presença de Sertório em Évora²⁸². Inédita é a inscrição que Bernardo de Brito diz ter sido encontrada aquando da construção da igreja de S. Luís e que continha o epitáfio de Sertório, no qual se rogava à deusa Diana que encaminhasse o corpo do general romano até aos Campos Elísios²⁸³. Também esta inscrição devia ser falsa, tendo em conta que intitulava Sertório como “Capitão dos Lufytanos”, anacronismo que aportuguesava a história da Península Ibérica romana, tal como quando mencionava que o destino do general tinha sido Portugal, não a Hispânia²⁸⁴. Para além disso, a menção à deusa romana Diana, associando-a simbolicamente à figura de Sertório, remete para as *Vidas Paralelas* de Plutarco, autor assaz citado nas páginas da *Monarchia Lusitana*. Ao descrever a vida de Sertório na Lusitânia, Plutarco conta como ele usou uma corça que lhe havia sido oferecida por um camponês local, e que o seguia para todo o lado, para elevar a moral dos seus soldados

²⁸⁰ D. N. do LEÃO - *Descrição do Reino de Portugal*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, 152.

²⁸¹ Recorre igualmente, embora com menos frequência, a Diogo Mendes de Vasconcelos, autor que já citámos como biógrafo de André de Resende e cuja obra sobre a história da cidade de Évora, *Liber Quintus de Antiquitate Municipii Eborensis* (c. 1593), abordaremos mais adiante.

²⁸² Frei B. de BRITO, *op. cit.*, 227, 227vº, 284vº, 285, 289vº, 290, 304, 377vº, 378; A. de RESENDE, *op. cit.*, 24-27.

²⁸³ Frei B. de BRITO, *op. cit.*, 303vº e 304.

²⁸⁴ Frei B. de BRITO, *op. cit.*, 272.

lusitanos. Fingiu e convenceu os autóctones que a corça era divina, uma dádiva da deusa Artemisa (Diana em Roma), e que possuía a capacidade de avisá-lo dos perigos que o ameaçavam, das incursões inimigas no território lusitano ou dos perigos que alguma povoação pudesse correr. Fazia crer que a corça o contactava enquanto ele dormia para lhe recomendar que pusesse o seu exército em estado de alerta. Sempre que um dos seus generais lhe participava alguma vitória, ele escondia o mensageiro e mandava soltar a corça com uma coroa de flores sobre a cabeça como sinal da chegada de boas novas. O ardil visava dar confiança aos seus soldados e induzi-los a sacrificar aos deuses na esperança de um sucesso²⁸⁵. Frei Bernardo de Brito narra esta passagem da vida de Sertório na Lusitânia no Livro Terceiro da primeira parte da *Monarchia Lusitana*, citando como fontes, para além de Plutarco, Júlio Frontino, Orósio, Lúcio Floro, Laimundo Ortega e Johannes Camertes²⁸⁶. A descrição do embuste terá inspirado a associação de Sertório à deusa Diana que o epitáfio estabelece, embora essa ligação não seja feita, nem admitida pelo autor.

Quanto à cidade de Évora, Frei Bernardo de Brito destaca a sua fundação por uma tribo de Celtas – os “Eburones” ou “Eburonices”, dos quais se terá gerado a nomenclatura “Ebora”, referencia que o cronista colheu em Diogo Mendes de Vasconcelos - e o seu engrandecimento por Sertório, que lhe deu uma cintura de muralhas, um aqueduto e duas casas sumptuosas para sua residência. Não deixa de salientar o quão ilustre a cidade se tornou com o tempo, das mais prestigiadas de Espanha e a segunda em grandeza e majestade do reino de Portugal, como ficou patente pela opção do cardeal-infante D. Henrique em fundar aqui uma universidade. Reforça ainda, dentro do contexto político da publicação da sua obra, a lealdade histórica de Évora para com os reis de Portugal:

²⁸⁵ PLUTARCO, *Sertório*, 10 e 11 (*Vie Parallèles I*, Paris, Robert Laffont, 2001, 777-779). O episódio é invocado por Camões em *Os Lusíadas* (1572): “Vês, connosco também vence as bandeiras / Dessas aves de Júpiter validas; / Que já naquele tempo as mais guerreiras / Gentes de nós souberam ser vencidas. / Olha tão sotis artes e maneiras / Pera adquerir os povos, tão fingidas: / A fatídica cerva que o avisa. / Ele é Sertório, e ela a sua divisa”. L. V. de CAMÕES, *Os Lusíadas*, 8, 8 (Porto: Porto Editora, s.d., 251).

²⁸⁶ Laimundo Ortega é um presumível autor do século IX que terá escrito uma obra intitulada *Antiquitatibus Lusitaniae*, que Bernardo de Brito afirma ter descoberto no arquivo do Real Convento de Alcobaça. Frei B. de BRITO, *op. cit.*, 4vº, 5, 273, 274, 287vº e 288; J. S. M. FERNANDES – “Estrutura e função do mito de Hércules na *Monarquia Lusitana* de Bernardo de Brito”. *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*. Aveiro: nº. 9, 2007, 122 (n. 11).

“E bem poderá alargar a pena em cōtar lououres, & grandezas desta cidade, fe no difcurfo da hiftoria me não ficara lugar pera fazer, contando os bes, & proueitos que della vierão a este Reyno, & a muyta obrigação em que lhe eftão todos os Reys delle, pella lealdadde, & fizmeza que fempre acharão em feus moradores, em que por natiua inclinação reflpandee inda agora o esforço dos feus antepaffados, com que fufftentaram a liberdade Portuguesa em companhia de Sertório”²⁸⁷.

Uma abordagem mais aprofundada da cidade de Évora foi deixada para a Terceira Parte, dedicada à reconquista e à formação do reino. Terceira parte que, no entanto, não saiu já da pena de Frei de Bernardo de Brito, morto em 1617²⁸⁸, mas de frei António Brandão (1584-1637)²⁸⁹.

Também a terceira parte da *Monarchia Lusitana*, que narra a História de Portugal desde 1080 a 1279, resultou de uma encomenda régia, a qual reitera o interesse da Coroa hispânica no completar desta colecção. Frei António Brandão iniciou-a por volta de 1620, quando regressou ao Convento de Alcobaça, e demoraria quase dez anos a cumprir a sua incumbência. A execução dessa tarefa conduziu-o a uma pesquisa apurada em muitos arquivos e cartórios notariais, a começar pelo Arquivo Real e continuando pelos cartórios das sés de Braga e Coimbra, pelos mosteiros de Santa Cruz de Coimbra, do Lorvão, Arouca e Salzedas, e pela biblioteca da abadia de Alcobaça²⁹⁰. Dos autores consultados, realce para o enfoque especial posto em André de Resende e Manuel Severim de Faria, em quem falaremos mais adiante.

Sobre Évora propriamente dita, a atenção do autor centra-se na sua conquista aos mouros no reinado de D. Afonso Henriques. Segue os passos convencionais da história da cidade tal como foi estabelecida por André de

²⁸⁷ Frei B. de BRITO, *op. cit.*, 283vº e 286.

²⁸⁸ Frei Bernardo de Brito, no entanto, redigiu uma terceira parte da *Monarchia Lusitana*, cujo manuscrito está depositado na Biblioteca Nacional de Lisboa. Em conformidade com o registado no próprio manuscrito, este fora acabado em 1593, logo antes das duas primeiras partes. O autor contaria 25 anos de idade e o manuscrito foi considerada uma obra de principiante e sem crédito, razão pela qual nunca terá sido publicada, segundo o registado por Frei António Brandão no prólogo da sua III parte, a efectiva. A. da S. REGO, *op. cit.*, XIV.

²⁸⁹ Nasceu em Alcobaça, filho de Rodrigo Rebelo e Antónia Brandão. Baptizado com o nome de Marcos, alterou-o para António quando entrou para o Mosteiro de Alcobaça em 1599. Foi mestre de Teologia no Mosteiro do Bouro (1612-1615) e escolar, também de Teologia, na Universidade de Coimbra, onde se doutorou (1619). Voltou para Alcobaça, do qual passou para o Mosteiro do Desterro em Lisboa, onde chegou a abade (1630). Foi definidor (1633) e abade geral (1636) da Ordem de Cister. Faleceu em Alcobaça. J. V. SERRÃO (1973), *op. cit.*, 55-65.

²⁹⁰ J. V. SERRÃO (1973), *op. cit.*, 55 e 57.

Resende, focando o seu prestígio antigo – “Era já esta povoação insigne em tempo do famoso Capitão Viriato, o qual floresceu 140 anos antes da vinda do nosso Salvador do Mundo”²⁹¹ - e as figuras de Sertório, aquilo que deu à cidade em termos construtivos, de Júlio César, que à época se acreditava ter elevado a cidade a município, e de Geraldo Sem Pavor, que a conquistou para os cristãos. É o primeiro autor a referir directamente as casas que os Sortelha cederam para a instalação do Convento do Salvador, coladas ao seu palácio, onde hoje está o edifício da Câmara Municipal, como a possível residência de Sertório em Évora, antiguidade que as tornava célebres entre os eborenses – “Deftas cafas de Sertorio ha oje tanta memoria na cidade de Euora, que a ninguem fe preguntará quais faõ, que as ignore, por eftarem ynda inteiras, & ferem por fua antiguidade cellebres, [...]”²⁹². Aqui, Frei António Brandão estabeleceu um vínculo directo entre um edifício e uma personagem do passado, o que constitui uma mudança de atitude para com as antiguidades porque, nos autores anteriormente abordados, a capacidade evocativa da arquitectura antiga não ultrapassou a dimensão temporal, necessariamente mais generalista. Para objectivar esse vínculo numa personalidade ou num acontecimento particulares havia, até agora, que complementá-lo com uma inscrição epigráfica em que aqueles fossem nomeados. Sabemos, evidentemente, que a veracidade histórica da conexão estabelecida entre as construções em causa e o romano Sertório não é demonstrável. Interessa-nos trazer para reflexão, no entanto, a enunciação desse elo.

Frei António Brandão distingue-se também por intentar uma pequena descrição do sítio onde está a cidade e da paisagem que a rodeia, não deixando de estabelecer uma pequena comparação com Roma:

“Evora illustrissima cidade do Reino de Portugal, e da cabeça da província a que chamamos Alentejo, está fundada em um lugar não muito alto, mas superior a uma campina grande, de terras fertilíssimas [...]. É nisto muito semelhante à cidade de Roma, porque assim como esta grande cidade alem dos dilatados campos que a cercam, tem do Oriente, e Norte os montes Tiburtinos e para o medio dia os Sabinos e outros que coroam as campinas.”²⁹³

²⁹¹ Frei A. BRANDÃO – *Monarquia Lusitana*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1973, 218.

²⁹² Frei A. BRANDÃO, *op. cit.*, 285.

²⁹³ Frei A. BRANDÃO, *op. cit.*, 218.

Descrição que se estende à cidade do presente, cercada de muros e barbacãs, à volta das quais se abriam dez portas, que circunscreviam os seus nove mosteiros masculinos e sete femininos e a sua igreja catedral, classificada por António Brandão como a mais rica de Portugal e das mais opulentas de Espanha. A importância que é conferida à Sé enlaça com outra afirmação relativa ao valor histórico de Évora, de que esta foi das primeiras cidades do mundo a ser cristianizada, sendo S. Mancos o seu primeiro bispo, tendo recebido a sua dignidade episcopal ainda no tempo dos Godos. A sua antiguidade e a sua cristianização relativamente precoce emparelhavam, mais uma vez, à semelhança de André de Resende, na construção de uma imagem simbólica de Évora²⁹⁴.

Após 1640, com a separação das duas Coroas, manteve-se o enquadramento da afirmação da identidade portuguesa, mas, a partir de agora, acirrada por um tom declaradamente propagandístico a favor da cisão com os reinos hispânicos e legitimador da imposição da dinastia de Bragança. Detectamo-lo aplicado a Évora nas *Notícias de Portugal* (1655)²⁹⁵ de Manuel Severim de Faria (1583-1655)²⁹⁶, dado à estampa no ano da sua morte²⁹⁷. Severim de Faria oferece este seu texto, significativamente, ao primeiro rei da nova dinastia, D. João IV, conforme o discriminado no título da obra – *Notícias de Portugal, oferecidas a ElRey N. S. Dom João o IV (...)*²⁹⁸.

²⁹⁴ Frei A. BRANDÃO, *op. cit.*, 218-220.

²⁹⁵ De temática nacional, é, contudo, produzida num contexto regional, denotado na atenção especial concedida a Évora. Por isso a sua inclusão neste grupo da historiografia local e não no do capítulo anterior, o dos historiadores do Reino.

²⁹⁶ Nasceu em Lisboa e era filho de Gaspar Gil Severim, executor-mor do reino, e de Juliana de Faria. Passou a juventude junto de Baltasar de Faria Severim, seu tio materno, cónego e chantre da Sé de Évora. Na Universidade desta cidade, fez-se bacharel em Artes (1605) e graduou-se em Teologia. Em 1608, substituiu o tio no cargo de cónego da Sé e, em 1609, no de chantre. A partir desta altura, com excepção de breves deslocações pelo reino (Elvas, Miranda do Douro, Maças de D. Maria), não mais saiu desta cidade até à sua morte. Erudito, cultivava o ofício de antiquário, a epigrafia, a numismática, a arqueologia, a heráldica e a genealogia. Possuía uma biblioteca com valiosos manuscritos e primeiras edições, como o *Nobiliário* do Conde D. Pedro ou as obras de Frei Luís de Granada. Publicou *Discursos Vários Políticos* (1624) e foi o autor dos manuscritos *Annaes de Portugal* (1610-1625), *História Geral do Brasil*, um discurso sobre as *Minas do Monomotapa*, uma história de Angola até 1612 e *Partes e preceitos da Historia*. J. V. SERRÃO (1973), *op. cit.*, 80-96.

²⁹⁷ A advertência aos leitores está datada de 24 de Outubro de 1653 e a dedicatória a D. João IV de 9 de Fevereiro de 1655. J. V. SERRÃO (1973), *op. cit.*, 90.

²⁹⁸ O manuscrito estaria quase pronto para impressão em 1624, com o título *Notícias de Portugal, e suas conquistas*, tendo a situação política do país adiado a sua publicação para depois de 1640. O teor nacionalista acentuou-se neste intervalo de tempo: "No ano de 1625,

Constituído por oito discursos e vários elogios de figuras da história e da Igreja nacionais e um panegírico da cidade de Évora, *Notícias de Portugal* enumera os atributos do Reino, da sua agricultura, do seu comércio, das suas artes e dos seus habitantes²⁹⁹, o seu potencial produtivo e as qualidades da paisagem, com a finalidade de solucionar alguns dos problemas que afligiam o reino e mostrar que este reunia as condições necessárias para progredir autonomamente. Évora demonstra-as enquanto cidade, a única a merecer uma atenção particular por parte de Manuel Severim de Faria, talvez porque ali vivia, talvez porque equacionaria a possibilidade de ali se centralizar a liderança política e administrativa do percurso autónomo que o reino começava a encetar, de se constituir capital de Portugal. Fá-lo idealizando-a, a começar pela sua localização geográfica e topográfica privilegiada, que a punha a par de Roma e, com a expressa intenção de a fazer equivaler à nova capitalidade de Castela, de Madrid e Toledo³⁰⁰. Continua verificando a antiguidade da sua história, que remontava ao mítico primeiro povoador de Espanha (“Elisa”), e que se caracterizava por sucessivos protagonismos nos principais acontecimentos da história da Hispânia e de Portugal. Évora foi o primeiro povoamento celta da Hispânia, onde Viriato venceu os romanos pela primeira vez, onde Sertório edificou os monumentos mais emblemáticos da presença romana (“fábricas Coríntias”), a primeira cidade da Lusitânia a ser cristianizada, baluarte dos reis godos contra o império romano e da resistência dos cristãos à submissão ao poder dos Árabes, decisiva na reconquista cristã, apoiante de D.

dei à estampa alguns *Discursos e Elogios* para instrução política das Artes, em que hão de ser doutrinados os mancebos nobres da República, conforme os preceitos do Filósofo: E tendo eu naquele tempo uma obra grande, que intitulava: *Notícia de Portugal, e suas conquistas*: já quase em estado para se poder imprimir, como testeficam os Doutores Fr. António Brandão, Geral que foi de Alcobaça, e António de Sousa Macedo, que então a viram; com tudo como as cousas daqueles anos para cá tiveram tão grande mudança, recresceram tais inconvenientes, que sustive na execução deste intento. Porém, entendendo eu, que não seriam de menor serviço do bem público alguns dos Discursos dos muitos, que nesta obra se continham sobre diversas matérias, assim políticas, como de vária lição, me pareceu comunicá-los a todos, e pelo que participam de seu primeiro original, dar-lhe o título de *Notícias de Portugal*”. M. S. de FÁRIA - *Notícias de Portugal*. Lisboa: Edições Colibri, 2003, 5.

²⁹⁹ Obedece a uma estrutura enciclopédica, em que são tratados temas como a Milícia, a Nobreza, a Moeda, as Universidades, a Evangelização, a Carreira das Naus e a Peregrinação. Enumera, por exemplo, os cardeais portugueses desde S. Dâmaso ao rei D. Henrique, passando pelos nomes de Pedro Hispano e do Papa João XXI. Biógrafa Frei Bernardo de Brito, assim como transcreve panegíricos da sua autoria e de outros autores – o de António de Castilho a D. João III e o de João de Barros à Infanta D. Maria. F. A. L. VAZ – “Introdução”. *Notícias de Portugal*. M. S. de FÁRIA. Lisboa: Edições Colibri, 2003, IX.

³⁰⁰ M. S. de FÁRIA, *op. cit.*, 255. A corte castelhana fixou-se definitivamente em Madrid no ano de 1606.

João I antes de qualquer outra povoação, praça de armas do Condestável e congregação do mais relevante episcopado de Espanha. Culmina no passado recente, verificando que foi berço de muitas figuras ilustres da cultura e das ciências portuguesas e do primeiro rei da dinastia de Bragança, D. João IV - “a Real planta da senhora Infanta Dona Catarina; donde refloresceu com maior felicidade a nossa Monarquia”³⁰¹ - e líder, entre as cidades portuguesas, na luta pela independência³⁰²: “Esta foi a primeira [cidade] que teve valor para desprezar o poder da Monarquia Castelhana” - afirmação que se refere, certamente, às “Alterações de Évora”, tumultos de oposição à soberania dos Áustrias ocorridos em Évora no ano de 1637.

O panegírico de Évora feito por Manuel Severim de Faria nas *Notícias de Portugal* destaca-se dos discursos anteriores pela militância “nacionalista”, ainda mais enfatizada quando a amplitude temporal do tema se alarga, numa abordagem verdadeiramente original, até ao passado recente no que respeita à data da publicação da obra, o período da Restauração, correspondendo esta inclusão às alterações verificadas entre a primeira versão do texto de 1625 e a sua edição em 1655. Em tudo o resto – nas situações, nos factos, nas personalidades e no valor histórico da cidade – impõe-se, no essencial, o ascendente dos autores que o antecederam até André de Resende, que se manterá até ao século seguinte, em obras de abrangência nacional, como a *Corografia portuguesa e descripçam topográfica do Reyno de Portugal* (1712) do padre António Carvalho da Costa e a *Geografia Histórica* (1734-36) de D. Luís Caetano de Lima. Colateralmente, a influência da *História da Antiguidade da Cidade de Évora* também se faz sentir numa historiografia regional e local que partilha o seu tema de estudo com André de Resende, a cidade de Évora, mas que o vai aprofundando em alguns aspectos e prolongando em termos cronológicos, em conformidade com a data da sua elaboração e condicionada pelos motivos da sua produção, como passaremos a constatar.

³⁰¹ Manuel Severim de Faria alude, certamente, ao sétimo duque de Bragança, D. Teodósio, pai de D. João IV e filho de D. João, sexto duque de Bragança, e de D. Catarina, neta do rei D. Manuel I, filha do infante D. Duarte e candidata ao trono português aquando da morte do cardeal-rei D. Henrique em 1580. Embora D. Teodósio tenha nascido em Vila Viçosa, o autor pretenderia chamar a atenção dos leitores para o facto do duque ser natural do Alentejo, região de que Évora era considerada a principal cidade. L. F. da COSTA e M. S. da CUNHA – *D. João IV*. Casais de Mem Martins. Rio de Mouro: Círculo de Leitores. 2006, 38-47.

³⁰² M. S. de FARIA, *op. cit.*, 255 e 256.

Capítulo V

Das Várias Antiguidades de Évora.

Vimos já como a partir do século XVI se desenvolveu uma literatura historiográfica e corográfica que acabou por substituir a cronística e que, com a incorporação de Portugal na monarquia dos Áustrias, se tornou no meio privilegiado de defesa da autonomia do reino. A partir de aqui, iremos ver como, nesta conjuntura, a não residência do rei em Portugal, substituído pela entretanto criada figura do vice-rei, à qual ficaram subordinados os órgãos do governo e os dispositivos administrativos do país, fomentou o florescimento, dentro do género histórico-corográfico, de uma corrente estritamente vocacionada para a afirmação das identidades regionais e locais, protagonizadas pelas principais cidades portuguesas, entre as quais Évora foi preponderante.

Com o rei ausente³⁰³, a centralidade de Lisboa vai, paradoxalmente, fortalecer-se. O que se explica pela sua localização geográfica, que a tornava essencial para o controle da nova dimensão marítima de um império, o dos Áustrias, cuja matriz era predominantemente continental e terrestre, e porque se tornou, com a presença do vice-rei ou dos governadores, os postos hierárquicos mais elevados dos corpos administrativos que permaneceram em

³⁰³ Depois da sua entrada solene na cidade em 1581, Filipe II de Espanha e I de Portugal ficou em Lisboa apenas até 1583, nunca mais lá voltando; Filipe III, II de Portugal, visita este seu reino unicamente em 1619; e Filipe IV, III de Portugal, nem sequer chegou a vir cá. J. R. de MAGALHÃES, D. R. CURTO – “Os Régios Protagonistas do Poder”. *História de Portugal. No Alvorecer da Modernidade*. Ed. J. Mattoso. s.l.: Círculo de Leitores, vol. 3, 1993, 566, 572 e 573.

Portugal, na interlocutora do rei e do Conselho de Portugal em Valhadolid ou Madrid³⁰⁴. O afastamento do rei do território do reino contribuiu para o reforço de um neo-municipalismo fortemente aristocratizante, paralelo ao fortalecimento dos senhorios laicos e eclesiásticos³⁰⁵, que favoreceu a publicação de tratados dedicados às cidades portuguesas de pendor fortemente panegírico. Há que separar, no entanto, as dedicadas a Lisboa - como *Do sítio de Lisboa* (1608) de Luís Mendes de Vasconcelos, o *Livro das Grandezas de Lisboa* (1620) de frei Nicolau de Oliveira e a *Primeira Parte das Antiguidades da Mui Nobre Cidade de Lisboa* (1625) de António Coelho Gasco (nas quais se acalenta o desejo de ver o rei abandonar Madrid ou Valhadolid e a fixar ali morada³⁰⁶, que assim assumiria a posição de capital dos reinos hispânicos) - das consagradas às outras urbes e regiões³⁰⁷: *História do Reino do Algarve* (1607) de Henrique Fernandes, *Tratado da Cidade de Portalegre* (1616) de Diogo Pereira Sotto Maior, *Geografia da Província do Alentejo* de Sebastião Antunes de Azevedo, *Descrição de Todos os Lugares de Portugal* de Paulo Calhandro, *Topografia do Algarve* de Frei Francisco de Oliveira, *Memórias Sobre a Província do Alentejo* de Frei Francisco de Oliveira, *Historia de Santarém edificada que dá noticia da sua fundação e das cousas mais notaveis nela sucedidas* de Inácio Piedade de Vasconcelos, *Santarem Illustrada* de Luís Montês Matoso, *Topographia da Villa de Pias* de Salvador Soares Cotrim, *História Breve de Coimbra* de Bernardo Brito Botelho, *Topographia da Villa de Aveiro* de Frei Boaventura de Assunção, *Descrição da Villa de Amarante* de João Mendes de Vasconcelos, *Descrição da villa de Real Ordem de Aviz* de Francisco Xavier do Rego, *Descrição da villa de Chaves* (c. 1710) de Tomé de Távora e Abreu, *Notícia Histórica e Topografica*

³⁰⁴ Madrid tornou-se capital em 1561, Valhadolid recebeu esse estatuto entre os anos de 1601 e 1606, ano em que foi novamente atribuído a Madrid. J. R. MAGALHÃES, *op. cit.*, 58 e 59 ; F. BOUZA, *op. cit.*, 159.

³⁰⁵ Assiste-se a um processo de aristocratização senhorial, de neo-senhoralismo. J. R. de MAGALHÃES, D. R. CURTO, *op. cit.*, 568.

³⁰⁶ Desejo que não era gratuito. Pelo contrário, fora fomentado pelo facto de Lisboa ser na primeira metade do século XVII, com os seus 165 000 habitantes em 1619, a maior cidade da Península Ibérica e das maiores da Europa (ultrapassava Roma, Florença, Antuérpia e Amesterdão). Tamanha concentração populacional devia-se a estar ali instalada a engrenagem económico-administrativa do Império Ultramarino português, que compreendia a Casa da Guiné e Mina, a Casa da Índia e as Vedorias da Fazenda. V. M. GODINHO – *A Estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa. S.l.: Arcádia, 1971, 27-29*; D. R. CURTO – “Descrições e representações de Lisboa (1600-50)”. *O Imaginário da Cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989, 132 e 133.

³⁰⁷ J. R. MAGALHÃES, *op. cit.*, 20-24.

da villa de Alcanede de Simão Fróis de Lemos, *Memórias de Anciões* (1722) de João Pinto de Moraes, *Cartas acerca da história e geografia da vila de Chaves*; *Memórias da vila de Torre de Moncorvo* de António Veloso de Carvalho e Descrição da vila de Oleiros (1758) de Frei Domingos Nogueira, só para dar alguns exemplos³⁰⁸. Estas permaneceram, em grande parte, inéditas nas suas versões manuscritas, e a sua produção prolongou-se, como podemos verificar, para além de 1640, entrando pelo século XVIII.

Deveu-se essa proliferação não tanto à sempre latente ameaça da aglutinação de Portugal num reino de dimensão hispânica, mas, em primeiro lugar, ao domínio das identidades sectoriais, específicas de uma cidade ou província, coexistente, em Seiscentos, sem qualquer sentimento de contradição, com os outros níveis de identidade existentes, designadamente religiosa (católica), europeia (restrita às camadas mais cultas da população), hispânica e reinícola³⁰⁹. Destas, destacam-se a religiosa e a reinícola. A religiosa corresponde a uma associação entre o ser-se português e o ser-se católico, em que a segunda categoria, mais ampla, legitimava, de certa maneira, a primeira, em virtude da visão eminentemente religiosa da formação do reino de Portugal, fruto do combate aos infiéis (reconquista da Península Ibérica) e da sua vocação messiânica, concretizada na evangelização dos não cristãos do território do Império³¹⁰. Inscreve-se nesta visão o cuidado com que corografias e histórias regionais abordam a história dos santos e das igrejas locais.

Quanto à identidade reinícola, encontrava-se marcada por um sentimento de decadência em comparação com a Idade de Ouro das duas centúrias antecedentes (séculos XV e XVI), de desencanto face ao atraso económico do país, em confronto com o estado das nações estrangeiras, mais polidas e ilustradas³¹¹. A partir do século XVIII, a reacção a esse sentimento de decadência desenvolver-se-á por duas vias opostas e em permanente confronto de entendimento da especificidade portuguesa, protagonizadas pelos denominados *casticistas* e *estrangeirados*. Os primeiros, os *casticistas*, na

³⁰⁸ J. V. SERRÃO – *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica. Século XVIII*. Lisboa: Editorial Verbo, 1974 (volume III), 160-162.

³⁰⁹ A. C. N. da SILVA, A. M. HESPANHA, *op. cit.*, 19, 20 e 27.

³¹⁰ A. C. N. da SILVA, A. M. HESPANHA, *op. cit.*, 21.

³¹¹ A. C. N. da SILVA, A. M. HESPANHA, *op. cit.*, 32 e 33.

esteira da teoria aristotélica sobre a naturalidade da índole dos povos ou influenciados pela noção providencialista de Portugal (em que o país era tido como basilar na economia da Salvação cristã), acreditavam que a identidade portuguesa era um dado natural, intrínseco à condição de se ter nascido em território português, considerando contra-natura toda a inovação que a contradissesse. Os segundos, os *estrangeirados*, enquadrados pelo pensamento iluminista, estavam convictos que a identidade do reino era um dado cultural e histórico, resultante dos costumes e das práticas sócio-políticas. Esta última noção relativizava, em função das circunstâncias do tempo e do espaço, as formas pelas quais essa identidade se manifestava, abrindo a possibilidade de estas serem revertidas, caso desagradassem ou fossem tomadas por inadequadas³¹².

Outra das reacções a esse sentimento de decadência, paralelamente ao conflito entre *casticistas* e *estrangeirados*, e por ele amiúde contaminado, foi a afirmação das histórias sectoriais, com as quais se especificam a individualidade natural de cada região, cidade ou vila e as diferenças que as distinguem entre si, que passavam pela topografia, pela flora, pela cultura e pela história, todos factores determinantes para o temperamento dos seus habitantes e para a sua identidade colectiva – daí a muito frequente utilização do termo *pátria* para denominar a cidade ou a vila a que se pertencia. No que respeita à situação particular de Évora, é o próprio sentimento de decadência que tem uma apurada expressão local, com os eborenses a tentar contrariar a estagnação em que a cidade se encontrava desde que a corte deixara de ali assentar, mesmo que temporariamente.

Como verificámos antes, ao longo do século XVII, com a paulatina fixação do centro de poder que era a corte numa capital, Évora vai padecer de uma contínua diminuição do seu protagonismo político e, consequentemente, da sua população³¹³. Os autores que intentaram opor-se a esse declínio fizeram-no atribuindo uma individualidade muito própria à cidade³¹⁴,

³¹² A. C. N. da SILVA, A. M. HESPANHA, *op. cit.*, 19 e 20.

³¹³ A. C. GOUVEIA – “Estratégias de interiorização da disciplina”. *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*. Ed. J. Mattoso. S.l.: Círculo de Leitores, 1993 (vol. 4), 415; A. C. N. da SILVA, A. M. HESPANHA, *op. cit.*, 19.

³¹⁴ Que por vezes é comum à da região em que está integrada, o Alentejo. Ambas, cidade e região, comungam de um carácter guerreiro, servido pelas maiores fortificações do reino e pelo

fundamentada na sua antiguidade e na relevância da sua história, qualidades que compensavam a grandeza perdida de uma cidade que tinha chegado a ambicionar ser capital, em função das quais eram referenciados todo o repositório de tópicos comuns a este género de abordagens. Atenda-se como, por exemplo, o domínio muçulmano não deixa de ser visto como um factor de perturbação da identidade cristã da cidade, embora sem que a sua herança seja totalmente excluída, pois, está no cerne da sua inclusão na geografia do Reino de Portugal, graças à intervenção de Geraldo Sem Pavor³¹⁵.

A forma como partilham a abordagem que fazem do período muçulmano faz parte de um grupo de topos que pauta todos estes textos e que inclui a filiação no tratado seminal de André de Resende, a afirmação da identidade da cidade em primeiro lugar pela História, o recuo da sua ancestralidade até ao período pré-romano, a enunciação dos Godos como progenitores dos reis portugueses e a valorização dos modelos da cultura clássica e da religiosidade cristã³¹⁶ - o alcance cronológico do final de cada texto é variável conforme a época da sua redacção. Reconhecemo-los em Diogo Mendes de Vasconcelos, com o *Livro V do Município Eborensis (Liber Quintus de Antiquitate Municipii Eborensis*, 1593); Gaspar Estação, no trecho das suas *Várias Antiguidades de Portugal* (1625) que dedica a Évora; na sequência de textos complementares da *Évora Ilustrada* (c. 1718) de Manuel Fialho e António Franco e da *Évora Gloriosa* (1728) de Francisco da Fonseca.

O cônego da Sé de Évora Diogo Mendes de Vasconcelos (1523-1599)³¹⁷ era amigo de André de Resende e foi essa posição que lhe terá permitido apor algumas anotações da sua autoria à primeira edição das *Antiguidades da Lusitânia (Libri Quatuor de Antiquitatibus Lusitanae a Lúcio Andrea Resendio olim inchoati et a Iacobo Menoetio Vasconcello recogniti atque absoluti*, Évora,

“valor e fidelidade” do naturais, entre os quais se integram perfeitamente as figuras do general romano Sertório e de Geraldo Sem Pavor. A. C. N. da SILVA, A. M. HESPANHA, *op. cit.*, 28.

³¹⁵ A. C. N. da SILVA, A. M. HESPANHA, *op. cit.*, 26.

³¹⁶ A. C. N. da SILVA, A. M. HESPANHA, *op. cit.*, 19-25.

³¹⁷ Nascido em Alter do Chão, o padre Diogo Mendes de Vasconcelos era sobrinho do bispo de Viseu, D. Gonçalo Pinheiro, por quem foi educado até à ida de este eclesiástico para França como embaixador de D. João III, continuando então a sua instrução num colégio de Bordéus reitorado por André de Gouveia. Estudou Direito Canónico e Civil na Universidade de Toulouse, formação que concluiu na Universidade de Coimbra em 1543, onde também se doutorou. Frequentou ainda as universidades de Orleães e Paris. Os seus méritos valeram-lhe uma nomeação de fidalgo da Casa de D. João III. Foi embaixador de Portugal ao Concílio de Trento e o cardeal D. Henrique nomeou-o cônego da Sé de Évora e inquisidor desta cidade, cargo que deixou de exercer em 1573. Foi nesta cidade alentejana que morreu.

1593) e complementá-la com um *Livro V do Município Eborense*, que sabia estar no plano original daquela obra³¹⁸, no qual inclui a biografia do antiquário eborense a que já aludimos. Os três textos (*História da Antiguidade da Cidade de Évora*, *Livro V do Município Eborense* e *Vida do Lecenciado Andre de Rezende escripta por Diogo Mendes de Vasconcelos*) foram publicados por Bento José de Sousa Farinha na sua *Colecção das Antiguidades de Évora* em 1785³¹⁹.

Sintetizando e consolidando com mais rigor muita da informação já veiculada por André de Resende na *História da Antiguidade da Cidade de Évora* – especifica, por exemplo, o passo da *História Natural* em que Plínio alude a *Liberalitas Iulia* (livro III, capítulo XII)³²⁰ -, o *Livro V do Município Eborense* de Diogo Mendes de Vasconcelos interessa-nos sobretudo pelo modo como deixa patente o valor e a operacionalidade das antiguidades para o conhecimento histórico, presentes desde logo nas circunstâncias que envolveram alguns dos achados arqueológicos do autor de *As Antiguidades da Lusitânia*. Designadamente, por que se apercebe do valor histórico dos vestígios materiais que, tanto para as gerações ancestrais como para as contemporâneas, haviam sido tomadas como entulho a reaproveitar em novas construções. Assim sucedeu, segundo os “apontamentos de nosso Rezende posto em memória”, com o achamento de “cinco cepos de mármore postos por igual antigamente no muro velho junto a Porta nova, os quaes todos faziam hum só letreiro, e queixasse de que foram arrancados e esmigalhados pelos alvineos: dos pedaços dos quaes há hoje n’ uma torre do convento de S. Joam este letreiro truncado”. Ou com o da “pedra partida, e com algumas letras de menos”, arrancada por André de Resende “das mãos dos trabalhadores [...],

³¹⁸ “O quinto livro, começou-o a escrever numa pequena folha, na qual restam tão-só vinte e cinco linhas, tal como segue: «Comecei este livro por Évora, de que sou natural, mas de forma a que possa agora falar mais sucintamente, visto que em tempos publiquei em língua portuguesa uma pequena história acerca da sua antiguidade e reuni muitos materiais acerca do mesmo assunto no *Apologético* dedicado a Francisco Nunes de Beja e bastantes coisas no livro dedicado a Quevedo Toledano». D. M. de VASCONCELOS – “Ao mui sábio e piedoso rei de Portugal D. Henrique, primeiro deste nome, faz votos de plena felicidade Diogo Mendes de Vasconcelos”. *As Antiguidades da Lusitânia*. A. de RESENDE. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, 62.

³¹⁹ Com a referência de que esta reedição traduzia do Latim a versão original editada por Martim de Burgos, em Évora, no ano de 1593. D. M. de VASCONCELOS (1785), *op. cit.*, 37.

³²⁰ André de Resende cita a menção de Plínio ao “sobrenome *Liberalidade Júlia*” de Évora, mas não indica em que obra deste autor romano. A. de RESENDE, *op. cit.*, 24; D. M. de VASCONCELO (1785), *op. cit.*, 11.

quando os pedreiros occupados na fudaçam da Igreja [da Graça] começavam de a quebrar, e a meter na parede sem mais escolha”³²¹. Porque embora hajam “obras e testemunhos que o poder dos tempos” apaga, outras há “Cuja lembrança se nam pode apagar e delir de todo em tamanha enfiada de annos, tantas destruições de Hespanha e tamanho esquecimento das cousas romanas, e tam desafigurado acabamento de toda antiguidade.

Pois há hy ainda alguns rastos da antiguidade, dos quaes qualquer pode discorer, quam avondoza foy antigamente esta Cidade de fortes e, claros varões”³²². Entre esses restos destacavam-se as “muralhas antigas, que inda hoje há hi, e vulgarmente se chama cerca velha, Quinto Sertorio os lavrou depois da guerra Celtibérica, [...].

Eram estes muros lavrados de pedras quadradas, com fortes ameias, e torres, postas em seus lugares, tam seguras, e de tam nociça fabrica, que depois de tantos séculos, e tam desvairada mudança de tempos, ainda hoje se vêem peças inteiras delles”³²³. Mas também as “duas grandes torres que dizem foram edificadas por Sisebuto huma das quaes se ve junto á praça na rua de Sellaria, outra perto da Igreja de S. Tiago da parte da porta principal”, ou objectos bem mais diminutos, como moedas da época goda³²⁴. O terem sobrevivido às desventuras da passagem do tempo capacitava estes objectos a transmitirem ao presente o que a sua época tinha sido, embora não sem a intervenção de uma abordagem interpretativa por parte de arqueólogos e antiquários, quer das suas características físicas, quer do local e da situação do seu achamento. Por exemplo, a possível descoberta de duas inscrições epigráficas na área onde estava a ser construída a Igreja de Nossa Senhora da Graça, como vimos por mais de uma vez, uma delas referente a uma pretensa estátua de homenagem a Lúcio Vaconio Paulo, um edil, questor, perfeito e sacerdote romano, que teria sido levantada no fórum da cidade romana, conduz Diogo Mendes de Vasconcelos à hipótese de ter sido ali ou nas proximidades que estaria localizada “a Praça da Cidade no tempo dos Romanos porque isto apontam os mesmos letreiros”³²⁵. Esquecia-se,

³²¹ D. M. de VASCONCELOS (1785), *op. cit.*, 77 e 82.

³²² D. M. de VASCONCELOS (1785), *op. cit.*, 74 e 75.

³²³ D. M. de VASCONCELOS (1785), *op. cit.*, 44 e 45.

³²⁴ D. M. de VASCONCELOS (1785), *op. cit.*, 93.

³²⁵ D. M. de VASCONCELOS (1785), *op. cit.*, 75 - 77.

que lhe “mereceu ser neste Reino a segunda depois de Lisboa”³²⁹. Outro dos factores do prestígio de Évora entre as cidades insignes de “Hespanha” era, em conformidade com os topos seguidos por este género de literatura, o ter sido “pátria” de S. Vicente e de suas irmãs, Sabina e Cristeta, todos mártires cristãos³³⁰. Acrescia a amiudadamente citada antiguidade de Évora, que recuava a muito antes da época dos imperadores Diocleciano e Maximiano e que era comprovada, de acordo com Gaspar Estaço, pelos vestígios arquitectónicos do palácio de Sertório, sobre os quais havia sido levantado o convento do Salvador, do aqueduto mandado construir pelo mesmo Sertório, o qual fora “renovado por el rei Dom João III”, da antiga muralha romana (edificada novamente por Sertório) e de um formoso pórtico de colunas coríntias que teria existido, até ao século XVI, na actual praça do Geraldo, fronteiro à igreja de Santo Antão³³¹. Se as alusões ao palácio, ao aqueduto e às muralhas pretensamente construídos por iniciativa de Sertório eram recorrentes desde André de Resende, a notícia respeitante à existência de um pórtico romano na Praça Maior constituía uma novidade:

“Era este Portico, huma das mais famozas peças dos Romanos que se conservava, nom digo eu somente nas Hespanhas, mas no Mundo: era composto de tres arcos triunfaes ornados de diversas ordens de columnas, alquitraves, frizos, nichos, e estatuas de precioso marmore, occupava toda a largueza da Praça: passavam de trezentas as columnas que delle se arrancaram e dellas se conservam ainda muitas nos Paços da Inquiziçam, nos Conventos de S. Francisco, e Espírito Santo, e nas cazas particulares dos Cidadãos; das quaes eu conservo huma, no Pateo das que tenho na Carreira do Menino Jesus, e parece-me que o Átrio da Igreja da Cartucha de Evora se compoz de muitas peças do dito Portico. O qual assi era alterozo e realçado que afrontava, e cobria a alta e muy fermoza Basilica de S. Antam que ao pe delle fundou o Cardeal Dom Henrique: e deste pretexto se valeram os Jezuitas para fazerem que o Cardeal, sob cor de dezafogar a sua obra, negoceasse com seu irmam o senhor Rey D. Joam III que mandasse arrazar o dito Portico, e assi se fez per hum Decreto do dito Rey, que eu vi, no muito curioso, e rico gabinete do Padre José Lopes de Mira, grande esquadrinhador de antiguidades, e muy bem fadado nas descobertas dellas. Disse que eu vi o decreto, e ainda me parece que não basta isto para se crer que em taes tempos, por tal Rey, e tal Príncipe, e nos olhos de Mestre André de Resende, Gaspar Barreiros, Diogo Mendes de Vasconcelos, e infinitos

³²⁹ G. ESTAÇO, *op. cit.*, 113 e 114.

³³⁰ G. ESTAÇO, *op. cit.*, 114.

³³¹ G. ESTAÇO, *op. cit.*, 123-125.

outros homens sabios e dados ás antiguidades, que entam moravam em Evora, se desmanchasse e destruísse, e apagasse tal memoria”³³².

Como podemos aferir, conforme o narrado por Estaço, o pretense pórtilco teria sido demolido por instância do cardeal D. Henrique junto de seu irmão, o rei D. João III. Influenciado pelos Jesuítas, o seu motivo para tal acção terá sido o desafrontamento da recém reconstruída igreja de S. Antão (1571). Seguindo a prática habitual desde a Idade Média, os elementos arquitectónicos sobreviventes, os mais nobres, as colunas, foram aproveitados e integrados noutras construções. A descrição de Estaço menciona os Paços da Inquisição, os conventos de S. Francisco e do Espírito Santo, a igreja da Cartuxa e casas de particulares, incluindo a do próprio narrador.

A existência deste pórtilco é, contudo, posta em causa pela ausência de menções noutros autores, tanto anteriores como posteriores a Estaço. André de Resende alude efectivamente a um “pórtilco em o mais alto da cidade”³³³, mas, como notámos atrás, estaria a referir-se ao templo romano. O próprio Estaço, quando diz que parte das colunas do antigo pórtilco fora aproveitada nos Paços da Inquisição, estaria a confundir a possibilidade dessa adaptação ter acontecido com a assimilação do que restava do templo por aquele edifício, que por essa altura havia já acontecido (foi-o por volta de 1568³³⁴). Sucede que tendo nascido em Évora em 1560, é muito provável que Gaspar Estaço tenha ainda conhecido o presumível pórtilco ou arco durante a sua infância, pois, a ter realmente existido, só teria sido demolido perto de 1571, ano da construção de S. Antão. Ora, se Estaço tivesse realmente ainda convivido com o pórtilco da Praça Maior, causa estranheza que a sua única fonte de informação sobre aquele monumento fosse o presumível decreto de D. João III a ordenar sua aluição, a que teve acesso no gabinete do padre José Lopes de Mira, um profícuo antiquário eborense. Sendo assim, restam-nos apenas dúvidas e incertezas acerca da fiabilidade do afirmado por Estaço sobre o dito

³³² G. ESTAÇO, *op. cit.*, 124 e 125.

³³³ RESENDE, André, *op. cit.*, 18.

³³⁴ Nesse ano, o cardeal D. Henrique, nas funções de Inquisidor Geral do Reino, ampliou o Palácio da Inquisição, tendo, para esse fim, solicitado que a Câmara doasse a travessa que separava o Tribunal do Santo Ofício dos açougues (isto é, o antigo templo romano) para construir novas dependências nesse espaço disponível. Voltaremos a este assunto no capítulo IV. S. P. F. MENDES – *Antigo Tribunal da Inquisição*. Évora. Évora: Fundação Eugénio de Almeida, 2003, 4.

monumento. Dúvidas e incertezas que se manteriam não fosse o narrado pelo Padre António Franco sobre a construção do Aqueduto da Água da Prata na sua obra *Évora Ilustrada*, terminada por volta de 1722, passível de trazer alguma luz sobre a questão.

Mais adiante, deter-nos-emos com maior atenção no contexto da redacção da *Évora Ilustrada* e no seu autor. Por agora, concentremo-nos apenas no capítulo XVIII do Livro II. Aqui alude-se à existência na Praça Maior de “um chafariz com um magnífico pórtico e muitas e grandes colunas de mármore”, mandado erigir por D. João III para a distribuição da água conduzida pelo recém construído Aqueduto da Água da Prata. O seu levantamento terá obrigado à trasladação do pelourinho da cidade para uma zona da praça onde estaria um outro chafariz, este da época de D. João II (era abastecido de água por uma nora), que, para esse efeito, foi prontamente aluído. O seu desaparecimento ficou a dever-se à vontade do cardeal D. Henrique, que o substituiu, com a permissão de seu sobrinho D. Sebastião, pela fonte “mui copiosa” e “nobilíssima” que actualmente permanece fronteira à Igreja de Santo Antão³³⁵.

Por uma carta dirigida pelo cardeal-infante D. Henrique, a 21 de Agosto de 1570, ao Juiz, aos vereadores e aos procuradores de Évora, ficamos a saber que aqueles eram informados da chegada à cidade de Afonso Álvares³³⁶, cavaleiro fidalgo da casa do cardeal, para, por ordem do rei, erigir a fonte henriquina da praça do Geraldo e “desfazer” um arco que atravessava a Rua da Ancha, assim como o chafariz e pórtico “aonde agora corre a água da prata”, de modo a “ficar terreiro diante da porta principal da igreja de Santo Antão”. Como vemos, embora seja clara a referência à existência de um chafariz e um pórtico na Praça Maior, não há qualquer menção à plausibilidade da segunda ser uma obra dos romanos. Acrescente-se ainda que alude unicamente ao Colégio do Espírito Santo como destinatário das colunas maiores do pórtico da Praça Maior - “ [...] , e porque ha-de mandar levar para o collegio da Companhia as columnas grandes e as mais que servirem do portico

³³⁵ Padre A. FRANCO, *op. cit.*, 133.

³³⁶ Afonso Alvares era mestre-de-obras das fortificações do reino e foi nomeado, nesse ano de 1570, por falecimento de Manuel Pires, mestre das obras do cano da Água da Prata de Évora e mestre das obras reais da comarca do Alentejo. S. Viterbo, *op. cit.*, vol. I, 12-15.

vos agradecerei parecer-vos bem porque el-rei meu senhor me tem d' ellas feito mercê"³³⁷.

Estaço certamente confundiu o chafariz porticado quincentista, possivelmente desenhado à romana, com uma estrutura efectivamente romana. Quanto à ordem de demolição emitida por D. João III na posse do padre José Lopes de Mira, destinar-se-ia talvez ao chafariz quatrocentista, do reinado de D. João II, para dar lugar à recolocação do pelourinho. É provável que a origem do equívoco de Gaspar Estaço resida na possibilidade do chafariz quatrocentista ter aproveitado uma preexistência romana, hipótese que Túlio Espanca aparentemente defende³³⁸ e que encontra consistência no que as *Memórias Paroquiais* de Évora, datadas de 1758, noticiam sobre a freguesia de S. Antão, apesar de ali se atribuir a D. João III a adaptação do pórtico:

"Defronte deste Templo [Igreja de S. Antão] estava hum pórtico romano, com três arcos triunfais, ornado de diversas ordens de columnas alquitravas, frizos e nichos, e estátuas de precioso marmore, que occupava com pompoza perspectiva todo o largo da Praça, o qual transformou em fonte El Rey D. João Terceyro, dirigindo a elle o curso da agoa da prata, que principiou a correr no mesmo em 1535, e porque esta grande fabrica com a sua corpulencia impedia a vista, ou eclizava o prospecto da magestosa fabrica do mesmo Templo, o mesmo Serenissimo Senhor Cardeal Rey fundador delle, mandou demollir tão honrada antigalha, de que só se approveytarão as grandes columnas, que hoje estão no grande refeytório dos Padres da Companhia desta Cidade, as da Igreja do Convento de Valverde, e as que estão no tranzito da Sanchristia do Convento de S. Francisco, e para que se não estranhasse a falta desta precioza memoria, o mesmo Príncipe mandou fazer substituir em seu lugar, a soberba fonte, que nelle se vê chamada da Praça, [...]"³³⁹.

³³⁷ A transcrição da missiva do cardeal-infante D. Henrique à Câmara de Évora foi transcrita em G. PEREIRA - *Estudos Eborenses. Historia - Arte - Arqueologia. A Igreja de Santo Antão*. Évora: Minerva Eborense, 1887, 7. O documento terá sido descoberto por Cunha Rivara nos arquivos do município, ele assim o afirma quando a sua transcrição, traduzida para francês, foi publicada pelo Conde Athanasius Raczyński no *Les Arts en Portugal* em 184. C. A. RACZYŃSKI - *Les Arts en Portugal - Létres adrèsses a la Societé Artistique et Scientifique de Berlin et accompagnés de documents*. Paris: Jules Renouard, Lib., 1846, 362.

³³⁸ "A designação de *Praça Grande*, ou *Praça Maior*, é remota e a sua primeira referência é conhecida desde 1286, data da reunião pública celebrada entre D. Dinis e o Senado Municipal no adro de Santo Antoninho, capela e albergaria da Ordem do Templo que o cardeal-infante D. Henrique mandou arrasar, assim como o pórtico romano que enobrecia o recinto e cavalgava uma fonte medieval de gárgula leoninas, para construir a Igreja paroquial de Santo Antão". T. ESPANCA (1996), *op. cit.*, 44.

³³⁹ M. L. B. GRILO - "O Concelho de Évora nas *Memórias Paroquiais* de 1758 (Conclusão)". *A Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal, II série, 1994-1995 (nº. 1), 134 e 135.

Parece-nos duvidoso, porém, que caso esse aproveitamento tenha de facto sucedido, os outros autores, a começar por André de Resende, lhe fossem indiferentes ou o ignorassem, pois não lhe fazem qualquer referência.

Mas, independentemente da veracidade histórica do narrado por Gaspar Estaço, é de sublinhar o seu comentário a lamentar o presumível desaparecimento do pórtico, no qual encontramos, em relação a Évora, a primeira manifestação do que hoje designamos como *consciência patrimonial*: “Disse que eu vi o decreto, e ainda me parece que não basta isto para se crer que em taes tempos, por tal Rey, e tal Príncipe, e nos olhos de Mestre André de Resende, Gaspar Barreiros, Diogo Mendes de Vasconcelos, e infinitos outros homens sabios e dados ás antiguidades, que entam moravam em Evora, se desmanchasse e destruisse, e apagasse tal memoria”. Para além do sentido de perda de um vestígio material do passado aqui expresso, o discurso de Estaço incorpora o conceito abstracto de “memória” na realidade material do objecto architectónico. Ao designar o pórtico com a expressão “tal memória”, memória e pórtico deixam de ser entidades autónomas e passam a ser *significado* (a memória) e *significante* (o pórtico). O valor deste último reside exclusivamente na sua capacidade de informar o presente sobre o tempo da sua construção. Podemos então falar numa *pré-consciência patrimonial* que virá a estar presente na *Évora Ilustrada* do padre Manuel Fialho (1646-1718)³⁴⁰, manuscrito em quatro volumes a que António Franco (1662-1732)³⁴¹ dará

³⁴⁰ Padre jesuíta nascido em Évora, filho de António Fialho e Margarida Pais, entrou na Companhia de Jesus daquela cidade em 1659, com treze anos. Segundo o testemunho do padre António Franco, seu contemporâneo, interrompeu os seus estudos em Évora para continuá-los em Lisboa, num convento da mesma ordem. Regressará à sua cidade natal para prestar votos, passando ali quase todo o resto da sua vida, com breves interrupções durante os assédios de Évora, tendo-se então deslocado, juntamente com outros frades da ordem, para Montemor e, durante o primeiro cerco à cidade, em 1663, para Lisboa. J. V. SERRÃO (1974), *op. cit.*, 163; A. de GUSMÃO – “Introdução”. *Évora Ilustrada*. Padre A. FRANCO. Évora: Edições Nazareth, 1945, V – IX.

³⁴¹ Nascido em Montalvão (bispado de Portalegre), entrou na Companhia de Jesus com quinze anos, em 1677. Foi professor de Humanidades e Retórica na ilha de S. Miguel (Açores), mestre de Noviços em Lisboa, Évora e Coimbra, perfeito do Recolhimento dos Irmãos em Évora e reitor do Colégio de Setúbal. Escreveu *Promptuário de Syntaxe* (Évora, 1699), *Imagem do Colégio Apostólico do glorioso Padre S. António de Pádua, nos treze dias da sua devoção* (Lisboa, 1709), *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus no Real Colégio do Espírito Santo de Évora* (Lisboa, 1714), *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus na Corte de Lisboa* (Coimbra, 1717), *Imagem da Virtude em o Noviciado da Companhia de Jesus no Real Colégio de Coimbra* (Évora, 1719, 2 tomos), *Novena da esclarecida virgem e mártir Santa Bárbara* (Évora, 1725), *Contramina gramatical com que se desvanecem diversas notas e assuntos, que um curioso imprimiu contra as gramáticas e em especial contra a Arte do Padre Manuel Álvares* (sob o pseudónimo de Francisco da Costa Eborense, Évora, 1731),

continuidade e em que Francisco da Fonseca (1668-1738)³⁴² se baseará para escrever a sua *Évora Gloriosa* (1728).

A primeira versão do manuscrito da *Évora Ilustrada* é fruto de cerca de 20 anos de trabalho do padre Manuel Fialho, os últimos da sua vida. A acreditar nas palavras do próprio, transcritas por Armando de Gusmão, a sua primeira intenção foi fazer a história dos prelados eborenses, à semelhança de umas que tinham sido realizadas, à altura, para as dioceses do Porto, de Braga e de Lisboa. Todavia, não lhe permitindo a documentação disponível desenvolver e aprofundar o tema como desejaria³⁴³, resolveu dar notícia de todos os aspectos do passado da cidade, eclesiásticos e seculares, profanos e sagrados³⁴⁴. Tendo redigido a *Évora Ilustrada* até perto do seu falecimento, ocorrido em 1718, a obra faz a história da cidade alentejana desde a sua possível fundação até àquela data. O contributo do padre António Franco teve início nesse ano de 1718, continuando a história da cidade daí até 1722, a

Imagen do primeyro seculo da Companhia de Jesu em Portugal (2 volumes) e *Imagen do segundo seculo da Companhia de Jesu em Portugal*. Traduziu *Indículo Universal: contém distintos em suas classes os nomes de quasi todas as cousas que há no mundo e o nome de tôdas as artes e ciências* (Évora, 1760) do padre Francisco Pomey A. de GUSMÃO, *op. cit.*, XXI – XXIII.

³⁴² Baptizado Francisco Duarte, este padre jesuíta nasceu em Évora, em cuja universidade estudou e recebeu o grau de mestre em Humanidades e Filosofia. Foi em Lisboa, no entanto, que entrou no noviciado da Companhia de Jesus, no ano de 1686. Passou pelo Funchal, onde ensinou Humanidades no colégio da ordem; Viena, na qualidade de confessor do conde de Vilar-Maior (D. Fernando Teles da Silva) quando este se deslocou à capital austríaca para concluir as negociações do enlace de D. João V com D. Maria Ana da Áustria e com o padre Álvaro Cienfuegos, ministro de Carlos VI em Lisboa, em 1715, para tratar do testamento de D. João Tomás Henriques de Cabrera, almirante de Castela; Roma, novamente com o padre Cienfuegos, entretanto eleito cardeal (em 1720); e Sicília, para tomar posse do bispado da Catânia e do arcebispado de Monreal em nome do citado cardeal Cienfuegos. Embora ainda tenha regressado a Portugal, será em Lisboa que vem a morrer. Para além da obra aqui em causa, escreveu *Compêndio da vida de S. João Nepomuceno* (sob o pseudónimo de Afonso Franco, Viena, 1708 e Lisboa, 1712), *Embaixada do conde de Vilar-Maior, Fernando Teles da Silva à Corte de Viena, e viagem da rainha nossa Senhora D. Maria Ana de Áustria, de Viena à corte de Lisboa, com uma notícia das províncias e cidades por onde se fez a jornada* (Viena, 1717), *Panegyricus primo ulyssiponensis* (1717), *Breve resumo da vida do ven. P. António Vieira* (em Castelhana, Barcelona, 1734), *Maria Santíssima, mística cidade de Deus, breve compêndio da vida e mistérios de Maria, que nas obras da venerável Madre Soror de Jesus de Aguda se contém...* (Lisboa, 1738) e *Notícia dos Santos da Alemanha por todos os meses do ano* (incompleta). Deixou em manuscrito, entre outros textos, *Tratado das canonizações pelas dúvidas que se opuseram à beatificação do rev. Padre José Anchieta, da Companhia de Jesus*.

³⁴³ "Com este intento comecei a observar o q podia servir e sair; mas desesperei de achar as noticias, q eram necessarias p^a o intento. Muitas vezes me queixo desta falta, pello discurso dessas noticias, principalm.^{te} no numero marginal 482, em q procuro livrar-me da culpa, q de minha negligencia se me podia imputar nesta falta." A. de GUSMÃO, *op. cit.*, IX.

³⁴⁴ As suas fontes foram, para além do evidente André de Resende, Gaspar Estaço, Aquiles Estaço, Martim Cardoso de Azevedo, Diogo Mendes de Vasconcelos, Gaspar Barreiros, Manuel Severim de Faria, entre outros. A. de GUSMÃO, *op. cit.*, X, XV e 5.

última data indicada no texto³⁴⁵. Não deixou porém de aprofundar, a partir da documentação impressa e manuscrita inédita que encontrou, o que o padre Manuel Fialho sabia sobre alguns dos factos por ele narrados³⁴⁶. Analisaremos a *Évora Ilustrada* pela sua versão mais completa, a do Padre António Franco, embora estando sempre conscientes que grande parte do seu conteúdo se deve a Manuel Fialho.

Logo no prólogo ao leitor, António Franco começa por destacar a cidade de Évora como “uma das mais nobres e antigas da Lusitânia, assim no laico como no sagrado”, ou como uma “das mais antigas de Espanha”, a primeira a ser “fundada pelos netos de Noé apartada do mar, esteiro ou rio”, e “que em todos os tempos foi muito nobre”³⁴⁷. Eleva-a ao estatuto de mais importante cidade da Lusitânia romana – “cabeça da Lusitânia” -, que manteve até ao período de Augusto, altura em que foi ultrapassada por Mérida³⁴⁸. A partir da sua integração no reino de Portugal, são citados, descritos e por vezes até analisados os acontecimentos que se deram em Évora ou nos quais os eborenses tiveram alguma forma de participação e as personalidades da história do país que aí nasceram, viveram ou passaram uma fase particularmente marcante das suas biografias, tais como Nuno Álvares Pereira (fez de Évora praça de armas), Diogo Mendes de Vasconcelos, André de Resende, Frei Gaspar da Cruz, Aquiles Estaço, Luís Mendes de Vasconcelos, a conquista de Ceuta, a prisão e execução do Duque de Bragança por ordem de D. João II, as bodas do príncipe D. Afonso, a conquista de Azamor, a crise sucessória que se seguiu ao falecimento do cardeal-rei D. Henrique, os motins de Évora e a Restauração, etc.³⁴⁹

A abordagem que deste forma se desenvolve está eivada de um nacionalismo comum na historiografia pós filipina, aqui posto ao serviço do prestígio da cidade natal dos dois autores, no contexto da valorização da histórias locais e regionais que caracterizam a transição do século XVII para o

³⁴⁵ A. de GUSMÃO, *op. cit.*, XXIII.

³⁴⁶ A. de GUSMÃO, *op. cit.*, XXIII e XXIV.

³⁴⁷ Padre A. FRANCO, *op. cit.*, 5, 13, 15 e 214.

³⁴⁸ Padre A. FRANCO, *op. cit.*, 32 e 33.

³⁴⁹ Acontecimentos e personalidades que são devidamente enquadrados por sínteses dos diferentes reinados, com descrições mais individualizadas a partir da dinastia de Avis. São também de assinalar algumas das cortes realizadas em Évora e os eborenses que participaram nas conquistas portuguesas e que acabaram mortos ou cativos em Alcácer Quibir. Padre A. FRANCO, *op. cit.*, 74-77, 82-84, 101-105, 116-122, 135, 136, 147-152, 154-159 e 169-174.

XVIII. A comprová-lo, a defesa que faz da legitimidade da candidatura de D. Catarina (Duquesa de Bragança nascida em Évora) ao trono português durante a crise dinástica de 1580 e o contributo dos motins de Évora de 1637 contra o domínio filipino para a aclamação de D. João, Duque de Bragança, como rei de Portugal³⁵⁰. Na situação específica de Évora, valorizar o seu passado subentendia a intenção de conseguir através da história o prestígio que a cidade havia perdido quando, no século XVII, deixou de ser um centro estratégico da coroa, de acolhimento da corte³⁵¹, e iniciou um processo de estagnação e queda demográfica que, agravado pelo prolongamento das guerras da Restauração³⁵², chegou a descer 18% na década de 30 do século XVIII. O padre Francisco da Fonseca escreve-o sem rodeios na *Évora Gloriosa*, obra que publicou em 1728 e que assumiu como epílogo da *Évora Ilustrada*: “14.000 vizinhos contou Évora no auge das suas glórias, hoje com as fatalidades da peste, e guerra, e muyto mais com a auzencia da Corte, chora o ver diminuida a mayor parte deste grande numero”³⁵³. A conjuntura das motivações compensatórias de ambos os religiosos jesuítas é verbalizada por António Franco no último capítulo, o LVIII, do Livro II:

“Foi esta cidade mui florente pela assistência antiga dos Senhores Reis e dos Senhores ilustres, que nela tinham seus palácios. É no circuito depois de Lisboa a maior do Reino, pôsto que por lhe faltar a assistência dos Príncipes e Senhores grandes, que são os que em grande parte dão alma às terras, especialmente às que não têm contratos, esteja mui descaída, do que foi e o ficou mais, depois que a entrou e dominou, no ano

³⁵⁰ Padre A. FRANCO, *op. cit.*, 156-159 e 169-176.

³⁵¹ J. O. CAETANO, J. A. S. CARVALHO – “*He nobreza as cidades haverem em ellas boas casas*. A propósito de dois palácios eborenses”. *Monumentos*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 26 (Abril), 2007, 58.

³⁵² Que atingiram fortemente Évora, que se viu cercada e ocupada pelo exército de D. João da Áustria em 1663. J. V. SERRÃO – *História de Portugal. A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)*. Póvoa do Varzim: Editorial Verbo, 1982 (volume V), 53-56.

³⁵³ O número de vizinhos indicado é claramente exagerado, mas fica a intenção de demonstrar as razões da atrofia da cidade. O mesmo sucede com a contagem das portas da muralha. Se tinha dez portas nos reinados de D. Afonso IV, D. Pedro I e D. Fernando, à altura da publicação desta obra contava com menos três, ou seja sete. F. da FONSECA (Padre) – *Evora Gloriosa. Epilogo dos quatro tomos da Évora Ilustrada, que compoz o R. P. M. Manoel Fialho da Companhia de Jesus*. Roma: Officina Momarediana, 1728, 2. A sua interpretação dos factos foi certamente uma das fontes a que certamente recorreu o relator da freguesia da Sé das *Memórias Paroquiais* de Évora em 1758: “No auge da sua grandeza contou Evora de des athe quatorze mil vizinhos; hoje porem com a auzencia da corte, e outras fatalidades tem pouco mais de quatro mil com doze athe treze mil pessoas”. M. L. B. GRILLO, *op. cit.*, 120.

de 1663, o exército Castelhana. Causa é ordinária deixarem semelhantes entradas mui prostadas as povoações que dominaram”³⁵⁴.

Na *Évora Ilustrada*, das diferentes dimensões que compõem a cidade, a arquitectura é das que mais contribui para o seu enobrecimento, nomeadamente a Catedral, a Universidade, o edifício do Tribunal do Santo Offício e os quinze conventos e colégios de religiosos e religiosas que ali existiam³⁵⁵. Com excepção da catedral, evidencia-se a modernidade dos outros dois imóveis, dos únicos três nomeados. O destaque que lhes é dado deve-se possivelmente à sua qualidade arquitectónica e, sobretudo, ao que representavam da importância de Évora para a Igreja portuguesa³⁵⁶.

Note-se que nos 4 livros e 172 capítulos em que a obra está dividida, a fase da presença moura, de 714 a 1166, ocupa pouco mais que uma página. A partir da conquista da cidade por Geraldo Sem Pavor, a história da cidade passa a ser, no seu essencial, a história dos seus bispos, arcebispos (a partir do cardeal-infante D. Henrique) e prelados - por isso a Catedral é uma referência material fundamental³⁵⁷ - e da Companhia de Jesus³⁵⁸. A estrutura narrativa fica completa com a história de todos os conventos, colégios (masculinos e femininos), Hospitais e Ermidas existentes na cidade, a qual ocupa a quarta e última parte da *Évora Ilustrada*: conventos de S. Bento, Santa

³⁵⁴ Padre A. FRANCO, *op. cit.*, 221. Já em 1669, na descrição que faz da sua visita a Évora, o Príncipe Cosme de Médicis, Duque da Toscana, explicava que apesar da cidade ter dado origem a um grande número de famílias ilustres e titulares, que ali continuavam a ter as suas casas e os seus haveres, quase todos de se tinham retirado para junto da corte depois da aclamação de D. João IV. Os poucos que haviam ficado, tinham sido obrigados a procurar outra residência por causa da Guerra da Restauração. Refere o mesmo que na cidade não havia outro titular para além de D. Miguel de Portugal, o Conde de Vimioso. T. ESPANCA – “Visitas de Embaixadores Célebres, Reis, Príncipes e Arcebispos na Évora dos séculos XV-XVIII”. *A Cidade de Évora*, volume X, nº. 27-nº. 28, 1952, 194.

³⁵⁵ Padre A. FRANCO, *op. cit.*, 15.

³⁵⁶ A importância da Universidade para a cidade é indissociável da ordem religiosa a que pertencia, a Jesuíta, da qual Manuel Fialho e António Franco eram membros. Os 58 capítulos do Livro III são totalmente preenchidos com a história da vinda da Companhia de Jesus para Portugal, a sua instalação em Évora, a enumeração e a descrição dos seus principais edifícios na cidade (Colégio e Igreja do Espírito Santo, Colégio da Purificação, Colégio da Madre de Deus, Hospital da Universidade fontes, cercas, quintas), com destaque para a fundação e construção da Universidade de Évora e a enunciação dos seus reitores e principais religiosos, prelados, lentes, doutores (seculares e religiosos) e mártires. São ainda enunciados os autores jesuítas a nível nacional e os benfeitores exteriores à Companhia. Padre A. FRANCO, *op. cit.*, 223-307.

³⁵⁷ Do capítulo XX ao XXXIII e do XLV ao XLVII do Livro I; do capítulo XXII ao XXIV, do XXXVI ao XXXVIII e os capítulos L e LI do Livro II. Padre A. FRANCO, *op. cit.*, 49-70, 96-100, 138-142, 160-166 e 192-197.

³⁵⁸ Padre A. FRANCO, *op. cit.*, 44 e 45.

Mónica, Santa Clara, Santa Catarina de Siena, do Paraíso, do Calvário ou de Santa Helena do Monte Calvário, do Salvador, de S. José, de S. João Baptista, dos Eremitas de S. Agostinho (depois de Nossa Senhora da Graça), de S. Francisco, de S. Domingos, de Nossa Senhora do Espinheiro (extramuros), (e Colégio) de S. João Evangelista, dos Carmelitas Calçados (depois do Carmo), de Jesus de Valverde (fora da cidade), de Santo António de Pádua, de Santa Margarida (extramuros), Santa Catarina de Montemuro (fora da cidade), da Cartuxa (extramuros), dos Carmelitas (ou de Nossa Senhora dos Remédios, (extramuros) e dos Agostinhos Descalços (ou de Nossa Senhora das Mercês); recolhimentos de Santa Marta, de Nossa Senhora da Piedade e das Convertidas; colégios de S. Paulo, de S. Manços, dos Meninos do Coro, e dos Meninos Órfãos; Irmandade e Casa da Santa Misericórdia; e Hospital Real de Évora³⁵⁹.

Antigos eram o Aqueduto da Água da Prata, o templo e a primeira cintura de muralhas, estruturas que Franco identificava com a figura de Sertório, em consonância com os autores que o antecederam, por ele citados frequentemente. O Aqueduto da Água da Prata porque Franco mantinha que este era um restauro ou uma reconstrução do primitivo romano, ordenada por D. João III, e não uma construção de raiz³⁶⁰. O templo, que permanecia “de pé” na sua função de açougue da cidade, era dado por Franco como “Mesquita” no tempo “dos Mouros” e originalmente dedicado à deusa Diana por Quinto Sertório. António Franco explica a dedicação à deusa da caça a partir do episódio da oferenda feita por um lusitano de uma corsa a Sertório³⁶¹, tirado certamente dos parágrafos 10 e 11 da biografia do general romano incluída nas *Vidas Paralelas* de Plutarco e que fora já relatado por Frei Bernardo de Brito na *Monarchia Lusitana*. Entre os dois, criou-se a lenda da devoção de Sertório a

³⁵⁹ Informa ainda sobre os restantes hospitais e albergarias da cidade, incluindo os já desaparecidos, sobre as freguesias e as ermidas de dentro e fora das muralhas e sobre as imagens milagrosas de Nossa Senhora. Padre A. FRANCO, *op. cit.*, 311-375.

³⁶⁰ A reconstrução do aqueduto foi complementada pela construção de sete fontes públicas, com a função de distribuir a água pela cidade, intra e extra muros: Chão das Covas, Porta Nova, Praça e Porta de Moura e Praça Maior Rossio (cuja fonte Henriquina terá substituído um monumental chafariz mandado erigir por D. João III quando da construção do aqueduto), entre a Cartuxa e a cidade e nas proximidades do Mosteiro de S. Bento. Padre A. FRANCO, *op. cit.*, 132 e 133.

³⁶¹ “Um homem por nome Hispano lhe ofereceu uma corça pequena. Fingiu lha mandara Diana, para por ela o avisar dos modos, que teria em se defender. Por ser especial devoto desta Deusa lhe edificou em Évora um templo, que ainda hoje está de pé. Andando anos foi Mesquita dos Mouros, e agora serve de açougue da cidade.” Padre A. FRANCO, *op. cit.*, 25.

Diana por de trás da tradição que faz com que ainda hoje o edifício seja comumente designado de Templo Diana.

Em relação à muralha, Franco afirma que foi desmantelada por ordem do rei D. Fernando, restando “em pé algumas tórres e [...] alguns fragmentos”³⁶².

“Foi El-Rei D. Fernando pouco feliz no seu gôverno. Entre as cousas, que nêle, e com razão, vituperam os escritores foi o mandar destruir os muros com que o grande Sertório tinha fortalecido esta cidade. Eram de 25 palmos de largo, altura competente, e na face de fora todos de cantaria; três anos, dizem, que os gastara em os demolir.

[...]

Encheram a El-Rei de suspeitas, de que a cidade e povos, fiados na fortaleza de Évora, tomariam as armas contra êle, e que convinha para sua segurança demolir aquelas fortes muralhas. Isto bastou para desfazer uma das mais ilustres memórias, que dos Romanos havia em Espanha. Dizem que Sertório os fizera em um ano, o que parecerá incrível a quem não considerar a grande potência de Sertório. D. Fernando, dizem, gastou 3 anos em os demolir.”³⁶³

Na manifestação de pesar de Franco pela perda da “soberba obra” e “insigne memória da grandeza de Sertório” que era a cerca velha, pela qual o responsável foi vituperado por “todos os escritores”³⁶⁴, reflecte-se uma *consciência pré-patrimonial* equivalente à expressa por Gaspar Estação em 1625, aqui dirigida a uma estrutura edificada que, perdida a eficácia da sua função defensiva, tinha adquirido um valor cultural decorrente da convicção de que tinha acompanhado a biografia da cidade desde o tempo dos Romanos, agora concentrado no que restava dos muros e nas torres que tinham sobrevivido à demolição. Valor esse que não se referia a uma evocação generalista ou a uma idealização abstracta do passado, mas a uma realidade

³⁶² O motivo desta decisão por parte de D. Fernando, segundo o autor, terá sido o receio que este monarca tinha que os eborenses, cansados do conflito militar que aquele rei mantinha com Castela, se revoltassem contra ele. Esse receio foi instigado por dois irmãos próximos de D. Fernando, Vasco e Lopo Rodrigues, alcunhados de Façanhas, moradores na cidade, em casas sitas fora dos muros e que tinham inimigos a viver intramuros, cujas moradas desejavam ver destruídas. Padre A. FRANCO, *op. cit.*, 70.

³⁶³ Padre A. FRANCO, *op. cit.*, 69 e 70.

³⁶⁴ Padre A. FRANCO, *op. cit.*, 27. É de salvaguardar que a avaliação negativa da decisão de D. Fernando de demolir a cerca velha de Évora estava também contaminada pela perspectiva pouco abonatória do reinado fernandino que dominou a historiografia portuguesa entre os séculos XV e XIX. A governação de D. Fernando era vista como o período de desordem que preludiava o momento de conflito e transformação que foi a crise de 1383-1385, uma mudança dinástica. Sobre o tema ver R. C. GOMES – *D. Fernando*. Casais de Mem Martins, Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005, 128, 129 e 247-258.

histórica muito concreta, como se percebe pela reconstituição do possível percurso da primeira cinta de muralhas de Évora que Franco propõe no capítulo XXXIII do Livro II, com base nos vestígios que conseguiu identificar no Palácio dos Condes de Basto, junto da Ermida de S. Manços, na rua dos Infantes, na entrada do chamado terreiro de Álvaro Velho, na designada Torre de Sisebuto (na rua da Selaria), na torre fronteira à Igreja de Santiago, no Colégio dos Padres de S. Paulo, no Palácio dos Condes de Figueiró e Vilanova, no Convento do Salvador, no arco de D. Isabel, no Palácio dos Duques de Cadaval (Torre das Cinco Quinas) e no Convento dos Lóios³⁶⁵. O perímetro que estas edificações definiam correspondia ao da cerca velha, logo, em concreto, à área da Évora romana, goda, moura e dos primeiros tempos a seguir à sua conquista pelos cristãos.

Cerca velha, templo, aqueduto, universidade, igreja do Espírito Santo, conventos, colégios, ermidas, hospitais – o destaque dado aos edifícios na *Évora Ilustrada*, que lhes chega a conceder capítulos inteiros, coloca-os a par das personagens e dos acontecimentos como protagonistas da narrativa da história da cidade. Ao fazê-lo, *Évora Ilustrada* consolidou definitivamente a arquitectura como fonte primária do conhecimento do passado, torna-o verificável, e consagra-a como a dimensão física, isto é concreta e percepcionável, da antiguidade que Évora pretendia representar. Essa consagração ficou a dever-se à maior atenção que os eruditos seiscentistas e setecentistas deram aos séculos mais recentes da história da cidade, especificamente ao período que vai do XIV ao XVI. Para as épocas anteriores à conquista cristã, devido à escassez ou inexistência de vestígios arquitectónicos passíveis de afirmar a antiguidade da cidade, é o bem arqueológico, sobretudo o registo epigráfico, que ainda domina. Mostra-o exemplarmente o caso extremo da *História das Antiguidades de Évora* de 1739, escrita por Amador Patrício, pseudónimo de Martim Cardoso de Azevedo, no século XVII³⁶⁶.

³⁶⁵ Padre A. FRANCO, *op. cit.*, 70 e 71.

³⁶⁶ Sabemos muito pouco sobre este Martim Cardoso de Azevedo. Apenas que terá nascido em Évora, que foi padre jesuíta, que era dotado, segundo Barbosa Machado, de “feliz engenho”, “genio jovial” e de uma invulgar cultura histórica. Inocêncio Francisco da Silva diz que possivelmente faleceu em 1614, na sua terra natal. Impressa apenas em 1739, a sua *História das Antiguidades de Évora* circulou na sua versão manuscrita desde provavelmente os inícios do século XVII. A obra é dedicada a um tal Francisco Mendes, possivelmente o seu patrono. I. F. da SILVA – *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862 (tomo

Consideramo-la um caso extremo porque a sua versão da história de Évora, formulada segundo o modelo das cosmogonias antigas³⁶⁷, é assaz fabulosa e fantasista com o propósito de, num registo “carnavalesco”, parodiar o empenho de antiquários e eruditos em vincular os grandes homens e acontecimentos das histórias bíblica e greco-romana ao passado de Évora³⁶⁸ e de Portugal³⁶⁹ - a intencionalidade explicará o ter publicado sob o pseudónimo de Amador Patrício. Os principais alvos da sua sátira parecem ter sido André de Resende, Gaspar Estaço e Frei Bernardo de Brito.

É particularmente irónico com André de Resende quando, aos muitos benefícios que o humanista eborense diz terem sido concedidos por Sertório à cidade, Amadeu Patrocínio acrescentou a fundação da Universidade de Évora e do Seminário³⁷⁰. Com Gaspar Estaço, coincide na sinalização da casa de Sertório sob a Igreja do Salvador, na Praça do Peixe³⁷¹. Frei Bernardo de Brito é citado amiudamente na *História das Antiguidades de Évora*³⁷² e são evidentes as apropriações factuais que Amador Patrício faz da *Monarchia Lusitana*. Encontramo-las, a estas últimas, na precisão cronológica com que alguns dos acontecimentos são enunciados³⁷³ ou na localização da presença

Sexto), 152 e 153; V. SERRÃO (1974), *op. cit.*, 165 e 166; D. R. CURTO – “Os Louvores da Parvoíce”. *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, nº 1, 2004, 194 (n. 10).

³⁶⁷ Isto é, dos mitos da formação do mundo. Sobre o assunto, ver W. BURKERT – *Mito e Mitologia*. Lisboa: Edições 70, 1991, 47-53.

³⁶⁸ Em Évora localiza o núcleo original de onde saiu a população que povoou o território português. A. PATRÍCIO, *op. cit.*, 13.

³⁶⁹ D. R. CURTO (2004), *op. cit.*, 194 (n. 10); E. HÜBNER, *op. cit.*, 44-46; G. PEREIRA – “Évora Romana. 1ª Parte. O Templo Romano. As Inscrições Lapidares”. *Estudos Eborenses*. Évora: Edições Nazareth, 1947 (I vol.), 41. A ter em atenção como a partir do Livro Décimo, da conquista de Évora por Geraldo Sem Pavor, depois de passar pelo período da presença islâmica na Península, em que inventa nomes sem qualquer sentido para os reis mouros, o seu discurso fica limitado a uma enumeração simples - sem qualquer inversão, alteração ou observação humorística – dos reis portugueses e da sua descendência até D. Filipe II. A. PATRÍCIO, *op. cit.*, 264-295 e 323-342.

³⁷⁰ A. PATRÍCIO, *op. cit.*, 151.

³⁷¹ A. PATRÍCIO, *op. cit.*, 159.

³⁷² “E não sei com que fundamento Fr. Bernardo de Britto diz na sua *Monarchia* se fallava a lingua Caldaica: porém não posso reprovar historiador de tanta autoridade. Cada hum siga o que lhe parecer, que eu com o nosso Belefio digo, e affirmo, que os primeiros fundadores de Evora fallavão a mesma lingua, que hoje fallâmos”. A. PATRÍCIO – *História das Antiguidades de Évora. Primeira Parte*. Évora: Officina da Universidade, 1739, 11.

³⁷³ Frei Bernardo de Brito estabelece a data do dilúvio em 1056, 2906 anos antes do nascimento de Cristo. Amador Patrício põe Évora a ser fundada 2106 anos antes do nascimento de Cristo e 200 anos depois do dilúvio, por Elbura, hermafrodita que teve dois filhos, Evora e Evorinho. F. B. de BRITO, *op. cit.*, f. 4v; A. PATRÍCIO, *op. cit.*, 1, 2 e 6.

das figuras mitológicas de Atlante e Hércules na Lusitânia³⁷⁴. Seria também Frei Bernardo de Brito que estaria em causa quando Amador Patrício aborda a devoção de Sertório pela deusa Diana, particularidade da sua biografia, tal como Plutarco a estabeleceu, que vimos ser narrado na *Monarchia Lusitana*: o da corça que Sertório terá feito crer ter-lhe sido oferecida pela deusa Diana³⁷⁵.

Ainda acerca de Diana, Amador Patrício explica que a divindade era natural de Évora e que fora ela a construir o seu próprio templo na cidade, com a ajuda dos eborenses, onde chegou a viver com as suas ninfas³⁷⁶:

“Os Eborenses conhecendo sua determinação lhe concederão tudo, offerecendo-lhes ajuda, e companhia na obra, que querião fazer: os quaes em pouco tempo acabarão huma obra muito sumptuosa, e de muita fabrica, que foi o affamado Templo de Diana naquelle lugar onde agora estão os açougues de carne junto à Inquisição”³⁷⁷.

Alheando-nos do caracter fantástico da narrativa, própria da natureza satírica do texto, merece a nossa especial atenção a designação concedida ao templo romano de Évora, “de Diana”. Esta será anterior a Manuel Fialho e António Franco (à sua *Évora Ilustrada*), a quem se convencionou atribuir a paternidade da ligação estabelecida entre aquela divindade clássica e o templo. Assim o concluímos baseados na data provável do falecimento de Martim Cardoso de Azevedo (ou Amador Patrício), em 1616³⁷⁸, conforme o indicado por Francisco Inocêncio da Silva, muito antes do início da redacção da primeira versão da *Évora Ilustrada*, a de Manuel Fialho, começada por volta de 1698. Ao indicador cronológico juntamos a alusão que António Franco faz a como Martim Cardoso de Azevedo misturava nas “antiguidades verdadeiras” e deduzia delas “tôdas as fábulas com uma grata cadência, e com tanta

³⁷⁴ Amador Patrício coloca-as – Atlante, de quem descendem as amazonas, e Hércules, filho de Júpiter – a residir especificamente em Évora. F. B. de BRITO, *op. cit.*, f. 8, 19 e 20; A. PATRÍCIO, *op. cit.*, 31-34.

³⁷⁵ A. PATRÍCIO, *op. cit.*, 154.

³⁷⁶ A narrativa de Martim Cardoso de Azevedo conta como a deusa Diana passeava com amigas suas por um bosque circunvizinho de Évora quando se deparou com um grupo de refugiados gregos que procuravam chegar à cidade, para aí se acolherem. Diana, ao constatar o quão os Gregos se encontravam “destroçados, e miseráveis”, enviou-lhes “algum presente, e refresco”. Aqueles, pelas vicissitudes passadas durante a viagem por mar, tendo prometido construir um templo dedicado à primeira coisa que em terra lhes desse alívio, cumpriram a sua promessa pouco tempo depois de chegarem a Évora, edificando-o com a ajuda dos eborenses e dedicando-o a Diana. A. PATRÍCIO, *op. cit.*, 32 e 33.

³⁷⁷ A. PATRÍCIO, *op. cit.*, 33 e 34.

³⁷⁸ Ver nota 365.

sisudeza, que quem não sabe o que é, ficará quási crendo o que lê”³⁷⁹. A evidência de que António Franco conhecia a *História das Antiguidades de Évora* antes da edição que chegou até nós, datada de 1739, garante a que à *Évora Ilustrada* apenas devemos a primeira referência à responsabilidade directa de Sertório na dedicação do templo romano de Évora à deusa da caça, formalizando teórica e historicamente uma denominação que deverá ser anterior ao próprio Amador Patrício, visto que é também sujeita ao seu humor. Diana faz parte de um largo grupo de personagens mitológicas e figuras da história antiga que Amador Patrício põe a nascer ou a residir em Évora³⁸⁰.

Aludindo à era pré diluviana ou apropriando-se da mitologia greco-latina e da narrativa historiográfica romana, que correlaciona com antiguidades eborenses verdadeiras e fictícias, Martim Cardoso de Azevedo ou Amador Patrício cria uma narrativa fabulosa que tenta sarcasticamente tornar credível manipulando a interpretação dos vestígios materiais do passado no sentido da confirmação da pretensa veracidade da sua *História das Antiguidades de Évora* – chega ao ponto de ilustrar o texto com representações gráficas de *antiguidades* forjadas.

Uma pedra gravada achada “no outeiro do Conde de Bastos, curvando-se naquella torre, que está quasi damnificada”, autoriza-o a dizer que Évora fora habitada por Gigantes antes do dilúvio³⁸¹, “os quaes moreirão naquella parte, aonde agora está o Collégio da Companhia”³⁸². A inscrição por ele inventada permitiu-lhe ironizar com os pruridos expressos pelo antiquário eborense em relação às “origens e antiguidades fabulosas” que o obrigavam a cingir-se ao encontrado em “autores dignos de fé”, em “escrituras de pedras”

³⁷⁹ Padre A. FRANCO, *op. cit.*, 5.

³⁸⁰ Do panteão dos deuses greco-romanos, em Évora nasceram Júpiter, Juno, Minervina, Perseu, Vulcano, Cupido, Aquiles e Prosérpina; viveram Danae, as nove musas (num monte próximo da cidade, perto do Convento de S. Bento), Vénus, Jasão, Páris, Orfeu, Eurídice. Da história antiga, em Évora nasceram Homero (junto ao paço da Inquisição, onde estava a cocheira do arcebispo), Cícero, Virgílio e Ovídio; viveram Aristóteles, Platão, Alexandre da Macedónia (foi sepultado na cidade) e Júlio César. A. PATRÍCIO, *op. cit.*, 7, 16, 22, 25, 26, 39, 40, 43, 48, 50, 64, 66, 73, 103, 107, 151, 152, 190 e 193.

³⁸¹ Alude certamente aos gigantes referenciados em *Génese* 6: 1-8, cujos pais eram anjos que se sentiram atraídos pelas filhas dos homens e, desobedecendo a Deus e renegando a sua natureza divina, as tomaram como esposas, e que foram destruídos no dilúvio.

³⁸² Intenta inclusivamente uma possível transcrição do registo epigráfico: “As quaes letras, que devião ser as que naquelle tempo os Gigantes costumavam, em nosso Portuguez querem dizer o seguinte: Briarêo, e mais Tipheo / Tem entrado em conselho, / Para combater o Ceo”. Informa ainda que a dita pedra fora integrada na estrutura de um portal localizado nas traseiras da Igreja do Espírito Santo e que dava acesso a um pátio. A. PATRÍCIO, *op. cit.*, 32 e 33.

ou no que os olhos ainda pudessem ver e que o impediam de recuar para além da época de Viriato³⁸³. No escudo da cidade, encontrado “Em tempo Del-Rey Diniz fazendo-se os muros por aquella parte da Porta do Rocio”, e que representa um cavaleiro cristão empunhando uma espada (presumivelmente Geraldo Sem Pavor) e ladeado pelas cabeças de dois muçulmanos que terá degolado, Martim Cardoso de Azevedo vê uma metamorfose da representação de Perseu, herói da mitologia grega, segurando a cabeça da Medusa. Conta como Perseu entrou em Évora com a cabeça da Medusa descoberta, a qual, em sintonia com a capacidade que o mito atribui ao olhar daquela personagem mítica, converteu em pedra quatro pajens que acompanhavam o herói. Afirma ainda que as quatro esculturas de atlantes que ornamentam a fachada da Igreja da Graça – sentados sobre as pilastras laterais e segurando lanças de ferro nas mãos – são esses quatro pajens, ali mandados colocar pelo rei D. João III³⁸⁴. Encerremos este parêntesis e retomemos a análise da *Évora Ilustrada*.

A consagração do valor documental da arquitectura na *Évora Ilustrada* também mostra que este dependia tanto das qualidades (estéticas, materiais e estruturais) intrínsecas do objecto arquitectónico em causa como da sua circunstância particular de representante da condição histórica da entidade mais ampla que era o núcleo urbano de Évora. O que possibilita que essa condição histórica se possa reflectir também, inovadoramente, no perfil e na morfologia da cidade. O padre Francisco da Fonseca fê-lo na *Évora Gloriosa* com um tom de poética idealização que só encontra paralelo na formulação plástica da Iluminura do Foral da cidade de 1501. Francisco da Fonseca

³⁸³ A. de RESENDE (1963), *op. cit.*, 13 e 14.

³⁸⁴ “[...], e caminhando Persêo por diante chegou a Évora em cima do seu cavallo Pegaso com a cabeça de Medusa na ponta de huma lança. Os Eborenses o recebêrão com muitas festas, e por ser á bocca da noite havia muitas luminárias, e fogos fazendo elle a entrada por onde agora he a rua do Paço, onde estavam quatro pagens cada hum com sua facha acesa na mão para o acompanharem, e chegando Persêo com a cabeça de Medusa pela trazer descoberta subitamente os quatro pagens se converteram em pedra, onde ficarão para sempre até o tempo Del-Rey D. João o III, que fazendo aquelle Convento de Nossa Senhora da Graça pôs estas quatro figuras de pedra no frontespício sobre o coro da maneira, que hoje estão, e se chamão os Meninos de Nossa Senhora da Graça. A nossa cidade de Évora tomou por armas ao mesmo cavalleiro Persêo com a cabeça de Medusa na ponta da lança, pondo em cima as armas antiguas, que erão os dous rostos de Évora, e Evorinho, e he de notar, que Evora sempre teve as mesmas armas, ainda que com diferente sentido, e historia; porque neste principio teve ao cavalleiro Persêo com a cabeça de Medusa, e hoje tem o cavalleiro Geraldo e, as cabeças de Mouros, que servião de vijias na torre de S. Bento, [...]”. A. PATRICIO, *op. cit.*, 30-32.

descreve “a antiquíssima e gloriosa cidade de Évora” como estando “sentada em uma colina, tão docemente levantada, que apenas se percebe a subida; e tão proporcionadamente alta, que domina quatro, e cinco léguas de planíssima, e fertilíssima campanha; terminando-se a vista; ou com o horizonte perdido em si mesmo, ou com as serras d’Ossa, Portel e Alcáçovas, que a cercam em distância de algumas léguas. O formoso complexo dos seus edifícios levanta-se em forma de magestoso anfiteatro; a que os muros servem de guarnição, as torres da Sé de Coroa”. Acrescenta ainda que “As ruas de Évora são belas, porque planas, alegres e direitas, e largas, e ornadas de nobres edifícios, assim sagrados como profanos. Tem diversas praças, todas famosas, e enobrecidas com fontes de mármore, daquela perene água, a quem deu o nome de Prata; não sei, se o cristalino da veia, se o custoso da fábrica”³⁸⁵. A referência implícita ao Aqueduto da Prata (“o custoso da fábrica”) faz a passagem da descrição da panorâmica geral da cidade para a enunciação de alguns edifícios que então já se haviam tornado em marcos referenciais da paisagem urbana de Évora e que eram a Sé, o Tribunal do Santo Ofício, “que foi o primeiro de Portugal”, a “Universidade Regia e Pontificia, que foi a segunda; àquele deve a pureza da fé, a esta a luz da ciência”, mais os quinze conventos de religiosos de ambos os sexos, “tão numerosos, como observades há dentro dos muros, e mais pouco diante deles”³⁸⁶.

Os edifícios citados, aos quais se deve juntar ainda o templo romano, congregam o que Kevin Lynch designa de *imaginabilidade* da cidade, ou seja detêm a capacidade “de evocar uma imagem [mental] forte num dado observador” e fazem de Évora uma urbe “altamente imaginável (aparente, legível ou visível)”, podendo “ser compreendida para além do tempo como um modelo de grande continuidade, com numerosas partes distintas interligadas claramente”³⁸⁷. As imagens que esses edifícios evocavam consistiam, para Francisco da Fonseca, nas cinco categorias que faziam as cidades célebres: o serem antigas na fundação (templo), valorosas nas armas (os muros), domicílios da piedade (Tribunal de Santo Ofício), Sés de Pontífices (Catedral), claustro de religiosos (conventos femininos e masculinos) e academia de

³⁸⁵ F. da FONSECA (Padre), *op. cit.*, 2 e 3.

³⁸⁶ F. da FONSECA (Padre), *op. cit.*, 3.

³⁸⁷ K. LYNCH – *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70, 1999, 19 e 20.

letrados (Universidade)³⁸⁸. Eram estas as “Excellencias, e Prerrogativas da Cidade de Évora”, assunto a que o livro de Francisco da Fonseca se dedicava e que estava significativamente sintetizado no título escolhido de *Évora Gloriosa*. A glória - assente na antiguidade, no heroísmo, na religiosidade e na academia – era a continuidade que interligava as partes distintas que eram os edifícios, a imagem mental que a cidade suscitava em Francisco da Fonseca e que ele desejava preservar com a publicação do seu texto.

Legitimado pela subordinação dos edifícios do passado à categoria de Antiguidade, Francisco da Fonseca permite-se elogiar a arquitectura medieval da Sé de Évora – “soberbo edifício de três naves, e outras tantas torres, ornado de belíssimas capelas, e rico de preciosos ornatos”³⁸⁹. Apreciação análoga é emitida nas *Memórias Paroquiais* eborenses em 1758, apelidando-se aí o edifício da catedral de “templo magnífico”, com uma “arquitectura gótica tão forte como bem dilineada” e os pilares que sustentavam as abóbadas das três naves – “ou montanhas de pedra de notável grossura” - dispostos “com tal semetria” que “despois de tantos seculos se admira a perícia do seu author”³⁹⁰. Nas *Memórias Paroquiais*, a atitude favorável à ordem gótica estende-se ainda à Igreja de S. Francisco, considerada “humã maravilha da arte” pela exímia capacidade técnica que os seus construtores haviam demonstrado ao conseguir cobrir a única e vasta nave da igreja com apenas uma abóbada nervurada, assente em paredes pouco espessas³⁹¹. O efeito que a nave assim

³⁸⁸ Em conformidade com estas cinco categorias, o livro estava dividido em cinco partes: a Évora Profana, a Évora Pia, a Évora Pontificia, a Évora Religiosa e a Évora Douta. F. da FONSECA (Padre), *op. cit.*, 1.

³⁸⁹ F. da FONSECA (Padre), *op. cit.*, 3.

³⁹⁰ As colunatas do cruzeiro e da nave central davam-lhes uma “notável graça”. Opinião da responsabilidade do relator da freguesia da Sé, o reverendo Francisco Garcia da Rosa. M. L. B. GRILO, *op. cit.*, 121.

³⁹¹ As dimensões da nave da Igreja de S. Francisco são 56 metros de comprimento, 13,5 metros de largura (com mais 7 metros nas capelas laterais) e 24 metros de altura. A abóboda assenta em arcos torais distribuídos ao longo da nave e em nervuras secundárias (que garantem a estabilidade dos arcos torais com o travamento por arcos formeiros). A pouca espessura das paredes é compensada por um complexo sistema de suporte, constituído por poderosos contrafortes internos de alvenaria erguidos sobre as paredes divisórias das capelas laterais e por um sistema de parede dupla, que consiste na existência de dois muros laterais, um interno, na base do qual se abrem os vãos dos arcos de acesso às capelas laterais, e outro externo. Entre estes dois muros, sobre as capelas laterais, corre uma galeria interna de cobertura em quarto de círculo e atravessada por grandes arcos-diafragmas, com a função de arcobotantes. Quer a cobertura desta galeria interna quer os arcos-diafragmas ajudam a descarregar o peso apoiado pelo pouco espesso muro interno no externo. J. C. V. da SILVA – “A reconstrução tardo-medieval da igreja”. *Monumentos. Igreja e Convento de S. Francisco de Évora*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Ministério das Obras

levantada sugeria ao relator da memória da freguesia de S. Antão, a que pertencia a Igreja de S. Francisco, o reitor Domingos Cardoso, era que a abóbada estava suspensa no ar³⁹². Estas eram, do gótico, opiniões altamente elogiosas num século em que aparentemente imperava o paradigma da estética classicista. Acrescente-se que essas opiniões foram proferidas por Francisco da Fonseca e pelos autores das *Memórias Paroquiais* com uma eloquência que contrasta com a timidez da adjectivação aplicada ao mesmo estilo pelos autores a quem a História da Arte tem convencionado atribuir os primeiros indícios da sua revalorização em Portugal, entre os anos de 1780 e 1821.

Em 1780, o naturalista Abade José Correia da Serra (1750-1823) dizia encontrar belezas que o encantavam no Mosteiro dos Jerónimos, para logo de seguida lamentar que o architecto daquele edificio não tivesse imitado as belas formas da Grécia³⁹³. Em 1794, para o pintor e memorialista Cyrillo Volkmar Machado (1748-1823), na ordem gótica tudo era arbitrário, não havia “Ordem, nem Belleza”, tudo era feio e desproporcionado, logo não merecia o “nome de Architectura”³⁹⁴. Em 1812, um artigo sobre a Catedral da Notre Dame de Paris publicado em *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, afirmava que os “edifícios Gothicos” despertavam nos seus espectadores “humas serie daquellas feudaes e monasticas visoes, que, [...], são, de todas as imagens a mais

Públicas, Transportes e Habitação, 2002 (nº. 17), 19-23; J. F. C. RAMALHO, J. A. PESTANA, A. R. G. LAMAS, A. S. GAGO – “Intervenções da DGEMN”. *Monumentos. Igreja e Convento de S. Francisco de Évora*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, 2002 (nº. 17), 97-111.

³⁹² “[...], e hé huma maravilha da arte, por que sendo de grande altura, e tendo de largo não entrando o vão das Capellas, sessenta palmos, e duzentos e dezouto de comprido sem haver parede, que exceda a grossura de tres palmos, nem passado as semalhas das Capellas demais de dous terços de altura, parece se firma no ar a sua abobeda por falta de acompanhamento; [...]”. M. L. B. GRILO, *op. cit.*, 135.

³⁹³ Di-lo numa carta dirigida a R. de Vagondy, editor da *Encyclopédie Méthodique*. De ressaltar que à altura, e até 1842, ano em que Francisco Adolfo Varnhagen utilizou a expressão “arquitectura manuelina” pela primeira vez, aplicada ao Mosteiro de Santa Maria de Belém ou dos Jerónimos, todos os edificios que actualmente classificamos como manuelinos eram simplesmente tidos por góticos. J. A. FRANÇA – *A Arte em Portugal no Século XIX*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1990 (volume I), 86 e 87. P. S. RODRIGUES – “A Arte como Metáfora da História”. *Garrett e as Artes. Actas do Ciclo de Conferências*. Évora: Centro de História da Arte da Universidade de Évora, 2002, 15, 23-25.

³⁹⁴ C. V. MACHADO – *Conversações sobre a pintura, escultura e architectura*. Lisboa: Officina Simão Thaddeo Ferreira, 1794, 71. Mais tarde, pouco antes de 1823, já se consentia escrever que em Portugal haviam obras de “grande magnificencia, tanto no estylo Gothico, como no Grego”. C. V. MACHADO – *Colecção de Memórias relativas às vidas dos pintores, e escultores, architectos, e gravadores portuguezes, E dos Estrangeiros, que estiverão em Portugal, recolhidas e ordenadas por...* Lisboa: Imprensa de Victorino Rodrigues da Silva, 1823, 160.

deliciosa para huma phantazia romanesca”, ressaltando, no entanto, que não havia edifícios no nosso país com uma arquitectura susceptível de exercer tal influência no espírito humano³⁹⁵. Em 1816, Pedro Alexandre Cravoé admitia que os mosteiros da Batalha e de Belém podiam ser obra-primas, mas somente no universo peculiar do gótico – “talvez no genero gothico os melhores do mundo”. Para Cravoé, Atenas e Roma continuavam a ser as fontes de onde emanavam o bom gosto, os preceitos da Architectura e a boa execução em Escultura³⁹⁶. Perto do final da sua vida, o escultor Joaquim Machado de Castro (1731-1822) encontrava no gótico um “certo ar de atrevimento que o avisinhava do Sublime”, mas sem deixar de o entender como um “mesquinho gosto”³⁹⁷. Em 1821, o escritor Almeida Garrett (1799-1854), nas vésperas de redescobrir o gótico como um estilo belo e solene³⁹⁸, proclamava-o nascido “entre ferros, e sob a escravidão militar, e religiosa, lanços curtos, muitos resquifes, rendados, e cortados são o seu carácter e cunho”, comparando-o com a arquitectura clássica de “rasgos nobres, proporções em grande, poucos enfeites, simples tudo”³⁹⁹.

³⁹⁵ O *Investigador Portuguez em Inglaterra* era, como o nome indica, um jornal editado em Inglaterra desde 1811 por emigrados portugueses: Vicente Pedro Nolasco da Cunha, Bernardo José de Abrantes e Castro e José Liberato Freire de Carvalho. A leitura poética que fazem da catedral parisiense – evocadora de imagens do passado, da imaginação e da fantasia – é claramente um tópico da literatura romântica, a que chegaram por influência da cultura inglesa do início do século XIX. O artigo em causa é assinado pelos redactores. “Literatura. Continuação das Cartas sobre França e Inglaterra. Carta VI”. *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, volume IV, Agosto de 1912, 198; P. S. RODRIGUES (2002), *op. cit.*, 15 e 16.

³⁹⁶ Pedro Alexandre Cravoé foi um arquitecto autodidacta e um marceneiro com oficina afamada em Lisboa, no Largo das Duas Igrejas. Entre 1816 e 1817 publicou o *Jornal de Bellas Artes ou Mnémossine Lusitana*. P. A. CRAVOÉ – “Artes e Officios. Da Estatuária, e Escultura em pedra em Portugal”. *Jornal de Bellas Artes ou Mnémossine Lusitana*. Lisboa: Impressão Régia, nº. XIII, 1816 (vol. I), 207-209.

³⁹⁷ O conceito de *sublime* significa aqui a “belleza, elegância, e magistério com que se vê executada qualquer obra de Desenho, Pintura e Escultura”. J. M. de CASTRO – “Gótico”. *Dicionário de Escultura*. Lisboa: Livraria Coelho, 1937, 50 e 64 (o manuscrito foi publicado somente em 1937).

³⁹⁸ Aconteceu-lhe ao visitar a catedral gótica de Worcester em Inglaterra, onde se havia auto-exilado em 1823, depois da reacção miguelista à Revolução de 1820. P. S. RODRIGUES (2002), *op. cit.*, 13 e 14.

³⁹⁹ Carta de Almeida Garret a propósito do projecto de um monumento à Liberdade do escultor Joaquim Rafael a erigir no Porto, dirigida ao redactor do jornal portuense *Borboleta Constitucional* e publicada no nº. 111 de 21 de Setembro de 1821. Citada por H. de C. F. LIMA – *Joaquim Rafael, pintor e escultor portuense – Breves notas biográficas e compilação dos seus escritos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921, 18 e 19. A ambiguidade das opiniões acerca das arquitecturas medievais e tardo-medievais manteve-se, todavia, até à década de 1830, até aos textos fundadores de uma teoria e história da arquitectura gótica do arquitecto Joaquim Possidónio da Silva (*O que foi e é Architectura; e o que aprendem os Architectos fora de Portugal*, 1833) e do escritor Alexandre Herculano (“A Architectura Gótica”, artigo publicado em *O Panorama* a 6 de Maio de 1837). Veja-se como em 1827, na *Memória História Sobre as*

A prudência com que escritores, artistas e teóricos encetaram a reavaliação do estilo gótico a partir de cerca de 1780 contrapõe-se efectivamente à eloquência que a antecede com Francisco da Fonseca e os relatores das Memórias Paroquiais de Évora, pouco comedidos nos elogios à catedral e à Igreja de S. Francisco. Não se pense, todavia, que essa confrontação se deve a uma singularidade eborense. As opiniões expressivamente favoráveis que os três religiosos emitiram sobre a Sé e S. Francisco não foram, na cronologia que as baliza, um fenómeno isolado. Recorrendo novamente à riquíssima fonte histórica que são as *Memórias Paroquiais*, mas agora às de Lisboa, verificamos que já aqui, em 1758, o Mosteiro de Santa Maria de Belém é adjectivado de “magnifico” e o Convento do Carmo é considerado “hum dos mais sumptuosos templos que tinha” aquela cidade⁴⁰⁰. Sobre o Convento do Carmo de Lisboa há ainda a dizer que tendo ficado bastante danificado com o Terramoto de 1755, os frades seus habitantes intentaram a reconstrução da igreja gótica em conformidade com o seu estilo original, sob a superintendência de um padre carmelita⁴⁰¹.

A evidente coerência das opiniões assim expressas inseria-se num movimento mais geral da cultura artística europeia que vinha reapreciando e valorizando as características formais e as qualidades estruturais do gótico desde finais do século XVII. O seu início ter-se-ia dado em França⁴⁰², onde o

Obras do Real Mosteiro de Santa Maria da Victória, Vulgarmente Chamado da Batalha, Frei Francisco de São Luís (ou cardeal Saraiva, 1766-1845) manteve essa ambiguidade, que em alguns argumentos evolui para a clara contradição. Se declara que o Mosteiro da Batalha é um símbolo da grandeza, da formosura e do sublime no pensamento e na arte, também acaba por concluir que as construções góticas não eram arquitectura e que os Gregos e os Romanos tinham sido povos privilegiados porque havia sido apenas a eles que a Natureza tinha revelado as proporções e as medidas que caracterizavam a arte clássica. P. S. RODRIGUES (2002), *op. cit.*, 17.

⁴⁰⁰ F. PORTUGAL, A. de MATOS – *Lisboa em 1758. Memórias paroquiais de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1974, 93 e 226; P. S. RODRIGUES – “O Terramoto e a génese da consciência de Património em Portugal”. *ACT14. 1755: Catástrofe, Memória e Arte*. Lisboa: Edições Colibri, Centro de Estudos Comparatistas, 2006, 251.

⁴⁰¹ As obras decorriam já em 1757 e foram interrompidas com a extinção do convento em 1835. Até a esse último ano, a fachada sobre o Largo do Carmo foi substituída, foram-no também troços da parede Norte, as capelas da abside e parte da capela-mor. P. V. GOMES – “Traços de Pré-Romantismo na Teoria e na Prática Arquitectónicas em Portugal na Segunda Metade do Século XVIII”. *Romantismo – Da Mentalidade à Criação Artística*. Sintra: Instituto de Sintra, 1986, 235.

⁴⁰² Excluimos desta análise a Inglaterra, onde nunca se deixou completamente de construir segundo os parâmetros da arquitectura gótica do século XVI ao XIX. Veja-se que no início do século XVIII, o viajante inglês John Breval, ao visitar Évora, classifica a sua catedral como um majestoso casarão gótico. L. PATETTA – *L'Architettura dell'Eclettismo. Fonti, teorie, modelli. 1750-1900*. Milano: Citta'Studi, 1995, 142 e 143; A. M. CANTO, *op. cit.*, 289.

físico e arquitecto Claude Perrault (1613-1688), tradutor dos *Dez livros de Architectura* de Vitruvio para a língua francesa (1673) e autor de *Ordennances des Cinq Espèces de Colonnes* (1676), desenvolveu um ideal de arquitectura baseado nas ordens clássica e gótica, entendendo esta última como nacional. O factor “nacionalista” foi, de resto, fundamental para a perspectiva que os Franceses tiveram do gótico, encarado como o maior símbolo do passado gaulês, motivo pelo qual, a partir do último quartel de seiscentos, se tornou num incessante objecto de estudo, de orgulhosa divulgação e de constante admiração⁴⁰³. Em 1699, Jean-François Félibien (1658-1733), outro francês, publicava *Dissertation touchant l'architecture antique et l'architecture gothique*. Pouco tempo depois, o clérigo Jean Louis Cordemoy (activo entre 1709 e 1740), autor do *Nouveau traité de toute l'architecture ou l'art de bastir utile aux entre preneurs et aux ouvriers* (1706), confessava-se admirador da sofisticação técnica da arquitectura gótica⁴⁰⁴. Fora de França, em 1678, um contemporâneo de Perrault, o espanhol Juan Caramuel de Lobkowitz (1606-1682), um monge cisterciense que foi bispo de Vigevano, teólogo, filósofo e arquitecto (para além de cientista, jurista, linguista, gramático, musicólogo, político, diplomata, soldado, engenheiro, conde de Zen e membro do Conselho do rei), publicou um tratado intitulado *Arquitectura Civil Recta y Oblicua* (em 3 tomos) que realça as qualidades dos edifícios góticos, designadamente a sua originalidade em relação à gramática clássica, a estrutura abobadada que não podia ser desligada dos seus suportes e o sistema de ordens dos pilares⁴⁰⁵. Por volta de 1680, o arquitecto italiano Guarino Guarini (1624-1683) escrevia *Architettura*

⁴⁰³ Provam-no as obras histórico-literárias que, a partir dessa altura, são publicadas acerca das grandes catedrais francesas: Notre Dame (por André Duchesne), Chartres (por Rovillard) e Amiens (por De La Morlière). Começam a ser também publicados numerosos guias que as descrevem para aqueles que as visitam, como o dedicado a Chartres por Vincent Sablon em 1671. Quando necessário, as catedrais são reparadas ou reconstruídas em consonância com o estilo gótico preexistente. Assim sucede com a catedral de Orleães em 1601 e com a Saint-Chapelle em 1631. L. PATETTA, *op. cit.*, 175; J.-P. BABELON, A. CHASTEL, *op. cit.*, 21-24 e 131-133; J.-M. LENIAUD, *op. cit.*, 70 e 71.

⁴⁰⁴ D. WIEBENSON – *Los Tratados de Arquitectura. De Alberti a Ledoux*. Madrid: Hermann Blume, 1988, 89, 124 e 188; G. GERMANN – *Gothic Revival in Europe and Britain: Sources, Influences and Ideas*. Cambridge. Massachusetts: The MIT Press, 1972, 19; F. CHECA CREMADES, J. M. MORÁN TURINA – *El Barroco*. Madrid: Ediciones Istmo, 1989, 363.

⁴⁰⁵ Para o seu conhecimento terão certamente contribuído as viagens que fez pela Flandres, pela Alemanha e pela Boémia e o ter vivido em Castela, todos territórios onde predominava a arquitectura gótica. Caramuel foi ainda o primeiro autor a apresentar os exemplos das catedrais de Sevilha, Salamanca e Milão. A. BONET CORREA – *Figuras, modelos e imágenes en los tratadistas españoles*. Madrid: Alianza Editorial, 1993, 191-194, 205-209, 223.

Civile, publicado postumamente em 1737 mas com fortes repercussões por toda a Europa, cujo último capítulo, *Dell'Ordine Gotico*, reflectia o seu fascínio pela ordem arquitectónica medievá⁴⁰⁶.

Todos estes arquitectos, teóricos e memorialistas que intervieram entre os anos finais de seiscentos e a primeira metade de setecentos fizeram-no sob o ascendente da cultura artística barroca, na qual, segundo Paulo Varela Gomes, os elementos decorativos conferem um dinamismo e uma qualidade simbólica à estrutura arquitectónica de matriz clássica (aos alçados em particular) que a torna num objecto legível e interpretável em termos simultaneamente formais e religiosos, ou políticos, ou sociais⁴⁰⁷. São estes mesmos valores que eles encontram na arquitectura medieval e é a sua percepção e o seu enaltecimento que os distanciam das precauções que os autores de 1780 a 1821 puseram na reavaliação que empreenderam do estilo gótico. Estes, sob a égide do rigor estético do neoclassicismo, concebiam a arquitectura clássica como o modelo de beleza ideal que sintetizava os mais perfeitos arquétipos da realidade natural em formas depuradas e primárias, em que a estrutura e a dimensão simbólica coincidiam. No gótico identificavam-se com o ritmo e o rigor postos na distribuição dos elementos pelo corpo dos edifícios, mas rejeitavam a exuberância dos ornamentos e a imaginação plástica que estilizava o referencial da realidade ao ponto de este, por vezes, existir apenas como símbolo, evocação ou sugestão; era neste aspecto em particular que se concentravam as suas maiores reservas⁴⁰⁸. Apenas O *Investigador Português em Inglaterra* e Joaquim Machado de Castro assomam uma tímida aproximação do gótico à nova categoria estética romântica do sublime⁴⁰⁹, sugerindo que a sua arquitectura pode não se encaixar

⁴⁰⁶ Guarini passou por Lisboa, onde foi o arquitecto da desaparecida Igreja da Divina Providência. G. GERMANN, *op. cit.*, 15; F. CHECA CREMADES, J. M. MORÁN TURINA, *op. cit.*, 86, 87 e 363.

⁴⁰⁷ P. V. GOMES – *A Cultura Arquitectónica e Artística e Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Editorial Caminho, 1988, 48 e 49.

⁴⁰⁸ P. S. RODRIGUES (2002), *op. cit.*, 11.

⁴⁰⁹ No século XVIII, o conceito de *sublime* está ligado ao terrível, ao poderoso, ao desmesurado, embora não com um sentido negativo, na medida em que suscita reacções emotivas, sentimentos, sensações elevadas e nobres. Nomeia um valor estético alternativo à harmonia e ao equilíbrio clássico. Tanto que *sublime* converge tendencialmente para o *belo* na cultura alemã. Na Inglaterra, tem um papel autónomo e dialéctico relativamente ao belo. Traduz o que não cabe nos parâmetros estéticos gregos e romanos, o inominável. P. d'Angelo – *A Estética do Romantismo*. Lisboa: Estampa, 1988, 133-137; M. D. Antigüedad; S. AZNAR – *El Siglo XIX. El cauce de la memoria*. Madrid: ISTMO, 1998, 93 e 94.

completamente nas regras do gosto clássico, mas é capaz de estimular sensações e emoções alternativas, excitantes e temerosas.

Também os memorialistas eborenses expressam a sua admiração pelo sentido de ordem que subjaz à arquitectura gótica, mas que neles é extensiva, em concordância com os seus contemporâneos europeus, à riqueza ornamental e à capacidade técnica de levantar edifícios com a monumentalidade da Catedral e de S. Francisco. Relembremos que as *Memórias Paroquias* evidenciam o bom delineamento da Catedral e a simetria com que os pilares da sua nave foram dispostos, factores que perpetuaram a admiração pelo seu arquitecto; que Francisco da Fonseca refere quão soberba a Sé era com as suas três naves e aos seus belíssimos e preciosos ornatos; e que a Igreja do Convento de S. Francisco era classificada, pelas mesmas *Memórias Paroquiais*, uma maravilha da arte. E esta admiração não era mera retórica. Novamente segundo o atrás citado Paulo Varela Gomes, aquando da renovação barroca da capela-mor da Catedral de Évora pelo arquitecto real Ludovice, iniciada em 1718, a intervenção pauta-se por um claro entendimento do gótico: fica estritamente limitada à área intervencionada, complementando e não suplantando a preexistência, respeita a sobriedade decorativa dos elementos exteriores e sublinha determinados aspectos da estrutura como a verticalidade dos muros exteriores e as molduras arquitectónicas, ou seja aqueles que a cultura arquitectónica barroca prezava no gótico⁴¹⁰.

O factor da “arquitectura nacional” que tanto favorecia o gótico aos olhos dos arquitectos e teóricos franceses é, em Évora, substituído pela relevância dos edifícios da Sé e de S. Francisco para a história da cidade, como fica patente logo pela atenção que merecem, pelos acontecimentos e pelas personagens que lhes são associados e pelo destaque dado ao facto do segundo destes templos ter sido a “primeyra Capella Real que houve neste Reyno”⁴¹¹. É lógico que assim o entendessem Francisco da Fonseca e os relatores das *Memórias Paroquiais*, visto não serem arquitectos, nem filósofos, nem sequer lhes interessar uma reflexão sobre a natureza das formas

⁴¹⁰ Atitude que, na perspectiva de Paulo Varela Gomes, pautou as intervenções barrocas em edifícios medievais em Portugal durante a primeira metade do século XVIII. Á Sé de Évora acrescenta os exemplos da fachada do Mosteiro de Alcobaça (1725), e das sés da Guarda (1703), do Porto e de Lamego. P. V. GOMES (1988), *op. cit.*, 47 e 48; P. V. GOMES (1986), *op. cit.*, 231-235.

⁴¹¹ M. L. B. GRILLO, *op. cit.*, 135.

arquitectónicas. Aquilo que os movia era a afirmação da condição histórica da sua cidade. A assunção daqueles dois edifícios, a Catedral e a Igreja de S. Francisco, enquanto expressões, duas das mais relevantes, dessa condição histórica converte-as em antiguidades – a primeira documentando a conquista de Évora pelos cristãos e a segunda o desenvolvimento da urbe sob a presença da dinastia de Avis, ambas a importância da diocese. O que significa que, também em Portugal, o conceito de Antiguidade havia deixado de estar limitado ao universo da arquitectura e da arte romanas e da sua arqueologia, passando a abranger construções das épocas seguintes, aquelas que efectivamente respeitavam à história do Reino.

Desde 1721 que esta nova latitude do conceito de Antiguidade estava formalizada e oficializada, por intermédio de um alvará real, proclamado por D. João V a 20 de Agosto daquele ano. De carácter genérico, o alvará joanino sobre a conservação dos monumentos antigos não tem qualquer relação directa com a história da cidade, mas os princípios que dele emanaram foram essenciais à definitiva consolidação do valor histórico de Évora e à imagem da cidade que vinha a ser construída desde o século XVI. Ver-se-á como de seguida.

Capítulo VI

Da Antiguidade ao Monumento Antigo.

Na sequência das leis de protecção às Antiguidades decretadas em Inglaterra por Isabel I (1560), na Dinamarca por Cristiano IV (1622) e na Suécia por Gustavo II (1630), também Portugal teve a sua por alvará real de D. João V, promulgado a 20 de Agosto de 1721⁴¹²:

“Eu El-Rey Faço saber aos que este Alvará de Ley virem, que por me representarem o Director, e Censores da Academia Real de Historia Portugueza, Ecclesiastica, e Secular, que procurando examinar por si, e pelos Académicos os Monumentos antigos, que havia, e se podiaõ descobrir no Reyno, dos tempos, em que nelle domináraõ os Phenices, Gregos, Persos, Romanos, Godos, e Arábios, se achava que muitos, que pudéraõ existir nos edificios, estatuas, mármores, cippos, laminas, chapas, medalhas, moédas, e outros artefactos, por incuria, e ignorancia do vulgo se tinhaõ consumido, perdendo-se por este modo hum meyo muy proprio, e adequado, para verificar muitas noticias da venerável antiguidade, assi Sagrada, como Politica; e sería muy conveniente á luz da verdade, e conhecimento dos Séculos passados, que, no que restava de semelhantes memorias, e nas que o tempo descobrisse, se evitasse este damno, em que póde ser muito interessada a gloria da Nação Portugueza, naõ só nas materias concernentes á Historia Secular, mas ainda á Sagrada, que são o instituto a

⁴¹² Apesar de no próprio alvará estar registado o dia 20 de Agosto, na *História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal* de José Silvestre Ribeiro é indicada a data de 14 de Agosto de 1721. Esta segunda data corresponderia, no entanto, conforme o indicado pelo Marquês de Alegrete (Manuel Teles da Silva), secretário da Academia Real de História Portuguesa, ao dia em que baixou à Mesa do Desembargo do Paço. J. S. RIBEIRO – *Historia dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artísticos de Portugal nos Successivos Reinados da Monarchia*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1871 (volume 1), 170; M. T. da SILVA – *Historia da Academia Real de Historia Portugueza*. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Silva, 1727, 312.

que se dirige a dita Academia. E desejando eu contribuir com o meu Real poder, para impedir hum prejuízo tão sensível, e tão damnoso á reputação, e gloria da antiga Lusitânia, cujo Dominio, e Soberania foi Deos servido dar-me; Hey por bem, que daqui em diante nenhuma pessoa, de qualquer estado, qualidade, e condição que seja, desfaça, ou destrua em todo, nem em parte, qualquer edificio, que mostre ser daquelles tempos, qinda que em parte esteja arruinado; e da mesma sorte as estatuas, marmores, e cippos, em que estiverem esculpidas algumas figuras, ou tiverem letreiros Phenices, Gregos, Romanos, Goticos, e Arabicos; ou laminas, ou chapas de qualquer metal, que contiverem os ditos letreiros, ou caracteres; como outro-si medalhas, ou moedas, que mostrarem ser daquelles tempos, nem dos inferiores até o reynado do Senhor Rey D. Sebastião; nem encubraão, ou occultem alguma das sobreditas cousas: e encarrego ás Camaras das Cidades, e Villas delle Reyno tenhaõ muito particular cuidado em conservar, e guardar todas as antiguidades sobreditas, e de semelhante qualidade, que houver ao presente, ou ao diante se descobrirem nos limites do seu districto; e logo que se achar, ou descobrir alguma de novo, daraõ conta ao Secretario da dita Academia Real, para elle communicar ao Director e Censores com a noticia, que se lhes participar, poderaõ dar a providencia que lhes parecer necessaria, para que melhor se conserve o dito monumento assi descoberto; se o que assi se achar, e descobrir novamente, forem laminas de metal, chapas, ou medalhas, que tiverem figuras, ou caracteres, ou outro-si moedas de ouro, prata, cobre, ou de qualquer outro metal, [...]; e as pessoas de qualidade, que contravierem esta minha disposição, desfazendo os edificios daquelles Seculos, estatuas, mármores, e cippos; ou fundindo laminas, chapas, medalhas, e moedas sobreditas; ou tambem deteriorando-as em fórma, que se não possaõ conhecer as figuras, e caracteres; ou finalmente encubrindo-as, e occultando-as, além de incorrerem no meu desagrado; experimentarão tambem a demonstração, que o caso pedir, e merecer a sua desatenção, negligencia, ou malicia; e as pessoas de inferior condição incorrerão nas penas impostas pela Ordenação do Liv. 5. Tit. 12. [...]”⁴¹³.

Da transcrição parcelar do alvará sobressai, em primeiro lugar, a sua emanção da Academia Real de História Portuguesa, criada no ano anterior pelo mesmo monarca⁴¹⁴, correspondendo aquele ao segundo decreto produzido no quadro desta recém criada instituição. A Academia de História havia sido fundada para fazer, em primeiro lugar, a história eclesiástica do reino – “que sempre deve ter o primeiro lugar, é a que em Portugal estava mais imperfeita e diminuta”⁴¹⁵ – e, depois, a profana. Para habilitá-la a cumprir este seu principal objectivo, a primeira medida a tomar pelo rei foi dirigir, a 11 de Janeiro e a 16 e 18 de Março de 1721, uma ordem ao Patriarca, aos arcebispos, aos bispos, aos cabidos, aos prelados seculares das Ordens

⁴¹³ M. T. da SILVA, *op. cit.*, 312-314.

⁴¹⁴ Foi por decreto de 8 de Dezembro de 1720 que D. João V ordenou o estabelecimento de uma Academia Real da História Portuguesa, a 4 de Janeiro de 1721 foram confirmados os seus estatutos e a 6 do mesmo mês foi dotada com uma prestação anual de 1:000\$000 réis. J. S. RIBEIRO, *op. cit.*, 169.

⁴¹⁵ J. S. RIBEIRO, *op. cit.*, s/p (Prólogo).

Militares, às colegiadas e seus cabidos, ao Reitor da Universidade de Coimbra, aos prelados superiores das religiões, às câmaras das cidades e vilas do Reino e aos prelados das câmaras que todas as instituições e todos os arquivos e cartórios do reino comunicassem à Academia os seus catálogos e documentos⁴¹⁶. Cerca de cinco meses depois, a complementar a recolha das fontes documentais, D. João V, com o seu “Real poder”, criava condições para a conservação dos monumentos antigos, de modo a garantir a existência de fontes materiais e arqueológicas⁴¹⁷, atribuindo a sua tutela à Academia Real de História Portuguesa, impondo a proibição do seu desaparecimento ou destruição (parcial ou total) a toda a “pessoa, de qualquer estado, qualidade, e condição”, estabelecendo sanções que penalizassem os incumpridores e responsabilizando as câmaras das cidades e vilas pela sua conservação, dos existentes e dos que viessem a ser achados⁴¹⁸. Ser o alvará o segundo decreto directamente derivado da criação da Academia de História significa que os edifícios e os objectos enumerados importavam conservar pelo seu valor para a “gloria da Nação Portuguesa, não nas materias concernentes á Historia Secular, mas ainda á Sagrada [...]”, por serem um “meio muy próprio, e adequado, para verificar noticias da veneravel antiguidade” para confirmarem o relato escrito. Quer isto dizer que se passou a um nível mais objectivo da interpretação da arquitectura e dos objectos antigos. Se, até aqui, memorialistas, historiadores e eruditos destacaram, recensearam, caracterizaram e catalogaram os mais importantes e originais com o objectivo de construir os alicerces de uma identidade histórica local, a lei de D. João V

⁴¹⁶ I. M. H. F. da MOTA – *A Academia Real de História. A história e os historiadores na primeira metade do século XVIII*. Coimbra: Tese de doutoramento em História Moderna, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001, 91 e 92; J. S. RIBEIRO, *op. cit.*, 169.

⁴¹⁷ Os historiadores viam-se permanentemente confrontados com a falta de monumentos antigos, facto que atribuíam à ignara acção das populações. J. C. P. BRIGOLA – *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003, 65.

⁴¹⁸ Determinava, por exemplo, que os objectos que corriam maior perigo de depredação, os mais pequenos e por isso mais fáceis de transportar, como as lâminas de metal, chapas, medalhas, moedas de ouro, prata e cobre, fossem imediatamente comprados aos seus descobridores ou proprietários pelas respectivas câmaras e depois entregues, por estas, à Academia. O orçamento da Academia ressarciria as câmaras dessa despesa. A 22 de Maio de 1738, a *Gazeta de Lisboa* noticiava a salvação de uma significativa quantidade de medalhas romanas pelo académico Luís António Lopes de Carvalho, senhor de Abadim e Negrelos, quando aquelas estavam prestes a ser fundidas por um ourives. Tinham sido descobertas, “duas panellas cheas”, por um camponês chamado António Rodrigues perto de sua casa, situada numa freguesia entre Braga e Guimarães. O académico ofereceu algumas ao Conde da Ericeira e a outros cortesãos. Citado por J. C. P. BRIGOLA, *op. cit.*, 66.

põe-nos perante a necessidade da sua preservação por esse valor *histórico-identitário* que comportam; ou seja, estamos já perante uma verdadeira sensibilidade conservatória de escala nacional que prepara a consagração do conceito de monumento histórico nacional que se concretizará no século seguinte.

Os frutos decorrentes dos dois alvarás em termos de levantamento e recenseamento documental, de descobertas arqueológicas e do estudo dos monumentos antigos vão ser fundamentais às actividades da Academia, de que resultaram um grupo assinalável de publicações fundadoras de um *corpus* de fontes históricas. Logo a 6 de Março de 1721, a *Gazeta de Lisboa* noticiava que os académicos iam “compondo varias dissertações para a perfeição della, e vão chegando das Provincias muytos documentos e noticias”⁴¹⁹. Tanto que foi necessário reforçar os funcionários da Torre do Tombo capazes de auxiliarem as pesquisas dos académicos. Os resultados deste processo ficaram evidentes na *Colecção de Documentos e Memórias* (15 volumes, 1721-1736), nas *Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga* (4 volumes, 1732-1747) de D. Jerónimo Contador de Argote – obra em que o autor descreve a Citânia de Sanfins e que contem gravuras de desenhos seus do Santuário de Panóias –, na *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (19 volumes, 1735-1748) de D. António Caetano de Sousa, nas *Memórias sobre D. Sebastião* (4 volumes, 1736-1754) e na *Biblioteca Lusitana* (1741-1759) de Diogo Barbosa Machado. A Academia Real de História promoveu ainda o primeiro estudo sobre antas em Portugal, feito por Martinho de Mendonça Pina. A *Gazeta de Lisboa*, para além de fazer a apreciação dos livros dos académicos, passou a dar notícia do aparecimento e da descoberta de monumentos antigos⁴²⁰.

Estava-se ainda em 1721, a 29 de Maio, e a *Gazeta de Lisboa* aludia já às inscrições, às colunas e aos vestígios de edifícios antigos de que até aí nada

⁴¹⁹ Citado de J. C. P. BRIGOLA, *op. cit.*, 65 (n. 53).

⁴²⁰ I. M. H. F. da MOTA, *op. cit.*, 92; M. M. T. B. CALADO – *Arte e Sociedade na Época de D. João V*. Lisboa: dissertação de doutoramento em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1995 (2º volume), 751-753; O. LOPES – “Academias”. *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, s.d. (volume I), 14;

se sabia e que haviam sido descobertos em vários sítios do reino⁴²¹. Em 16 de Abril de 1748, perto da vila de Torres Novas, estando alguns agricultores a cavar a terra, descobriram moedas metálicas com as efígies dos imperadores Honório e Teodósio, canos de um antigo aqueduto, muitos cunhais de pedra lavrada e “60 carradas de pedra, que haviam servido em hum edifício antigo”⁴²². Todos esses achados e recenseamentos deram origem a um museu arqueológico, instalado nas salas do palácio dos duques de Bragança ao Chiado (na chamada rua do Tesouro Velho), cedido parcialmente para a realização das sessões da Academia por D. João V em 1721. Acabou destruído, com toda a sua colecção, no terramoto de 1755⁴²³.

O valor histórico-identitário supracitado está embrionariamente relacionado com a nomenclatura usada no alvará para designar os edifícios e os objectos a proteger, “monumentos antigos” em vez de “antiguidades”, e este é o segundo aspecto que nos merece particular atenção na lei joanina.

O sentido conferido ao termo “antiguidades” na literatura historiográfica e memorialista portuguesa desde o século XVI, tal como é enunciado desde André de Resende nos títulos de algumas das obras por nós abordadas, aparenta ter uma ampla latitude, talvez demasiado genérica, mas que, na verdade, é apenas utilizado em conformidade com o seu significado etimológico original, “tempo de outrora”⁴²⁴. Foi-o com a intenção de englobar todas as dimensões e registos dessa antiguidade existentes no presente, quer a memória factual dos acontecimentos e das personalidades, quer as notícias, quer todo o género de documentos que transportaram essa memória e a comprova. Não se pode, pois, descolar a utilização do termo “Antiguidades” do âmbito temático das obras em que aparece. São por regra publicações historiográficas ou memorialistas que visam tratar da generalidade dos aspectos que mais destacam ou se destacam a / na antiguidade de uma vila, cidade, região ou país. A presença da expressão *monumento antigo* no alvará

⁴²¹ Monumentos que foram copiados a desenho. A esses vestígios juntaram-se muitos documentos curiosos e importantes dos cartórios nacionais, copiados em cumprimento das ordens reais

⁴²² No dia 27 de Junho do mesmo ano, noticiava-se o achamento de moedas da época do Imperador Constantino e de D. João I no Minho. Citado por J. C. P. BRIGOLA, *op. cit.*, 66 (n. 57).

⁴²³ J. C. P. BRIGOLA, *op. cit.*, 67 e 68; M. M. T. B. CALADO, *op. cit.*, 750.

⁴²⁴ J. P. MACHADO – *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. Primeiro Volume A-B*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977 (3ª edição), 267.

joanino tem a ver com a especificidade da legislação, que reverte somente para uma das dimensões dessas “Antiguidades”, a dos testemunhos de natureza artística, arquitectónica e arqueológica: “edifícios, estatuas, marmores, cippos, laminas, chapas, medalhas, moedas e outros artefactos”. Vinha de encontro à definição que a palavra “monumento” encontrará no *Novo Dicionário da Língua Portuguesa* de 1806, “obra pública erigida para memória à posteridade. Sepultura [...] Escrituras [refere-se a inscrições epigráficas] que conservam a memória de quasquer sucessos, e feitos”⁴²⁵. A junção do adjectivo “antigo” restringia-a aos limites temporais impostos pelo discurso historiográfico. Passa a corresponder a um universo mais estrito de bens antigos, cuja constituição denota um esforço de conceptualização que remonta à segunda metade do século XVI.

O carácter mais específico do conceito de *monumento antigo* introduzido pelo alvará de 1721 é compensado pelo alargamento do espectro cronológico dos objectos considerados antigos, não estando na lei confinado ao paradigma clássico, quer recuando quer avançando para períodos anteriores e posteriores. Inclui, para trás, os Fenícios e os Persas e, para a frente, os Godos, os Árabs e todas as épocas da história de Portugal até ao reinado de D. Sebastião. Isto é, estava muito além da abertura de referências culturais que a apreciação estética da arquitectura gótica por Francisco Fonseca e pelos relatores das *Memórias Paroquiais* tinha representado, confirmando a metodologia seguida por Manuel Fialho e António Franco na *Évora Ilustrada*, obra que aborda edifícios religiosos, ou vinculados a ordens religiosas, erigidos até ao século XVI. De notar, porém, que em relação à quase totalidade dos edifícios mais tardios mencionados na *Évora Ilustrada*, Manuel Fialho ou António não emitem quaisquer juízos estéticos, mas a história que deles contam realça a sua relevância para a história da cidade (ou da cidade de Évora para a história da Igreja portuguesa). Demonstra esta análise que o *monumento antigo* permite-se ultrapassar a barreira do cânone clássico e a menos consensual do gótico porque está ao serviço da história do reino, ou da cidade, e não unicamente ao da história da arquitectura ou da história da arte.

⁴²⁵ *Novo Dicionário da língua portuguesa composto sobre os que até o presente se tem dado ao prelo, e acrescentado de varios vocábulos extrahidos dos clássicos antigos, e dos modernos de melhor nota, que se achão universalmente recebidos*. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1806.

Concluimos lembrando que as estátuas, os mármores, os cipos, as lâminas e as chapas a defender deviam ter figuras esculpidas ou inscrições com caracteres fenícios, gregos, romanos, góticos e árabes, ou seja com signos passíveis de transmitir informações históricas, secundarizando-se nitidamente o seu possível valor formal.

A modernidade e a pertinência do alvará real de 1721 confirmam-se na reafirmação das disposições ali postuladas em 1802, quando D. João VI as volta a promulgar com força de Lei a 4 de Fevereiro (foi publicado a 12 do mesmo mês). No entanto, a tutela dos monumentos antigos é agora atribuída ao Bibliotecário Maior da Real Biblioteca de Lisboa, opção que se deveu à extinção da Academia Real de História Portuguesa na década de 1780⁴²⁶ e ao colmatar do vazio deixado por essa instituição com a criação da Real Biblioteca Pública em 1796, onde se procurou criar uma “Collecção de Peças de Antiguidade e raridade” para a ilustração das artes e das ciências⁴²⁷.

A demorada atenção que prestámos ao alvará de D. João V justifica-se porque nele encontramos uma legitimação oficial da relevância que a arquitectura vai assumindo na construção da história da cidade de Évora desde André Resende no século XVI, a que recorre apenas pontualmente – são privilegiados os registos epigráficos –, até António Franco e Francisco da Fonseca na alvorada do século XVIII, em que é dominante. O propósito político de emitir um alvará consignando unicamente a protecção de edificações e objectos, o seu agrupamento sob a nomenclatura específica de “monumento antigo” e as épocas dos bens a proteger são coincidentes com essa relevância e com os conteúdos que a sustentavam. Porque torna o passado em algo mais concreto, com uma dimensão material, vivencial, a evolução do conceito de Antiguidade para o de Monumento explica e representa bem o culminar do

⁴²⁶ A ausência de competitividade, a pouca harmonia entre os sócios, a falta de estímulo e a restrição das despesas fomentaram a decadência da Real Academia de História que se agravou dramaticamente com o terramoto de 1755. Na década de Oitenta, as sessões eram meramente pontuais. I. M. H. F. da MOTA, *op. cit.*, 113-121.

⁴²⁷ Ver transcrição policopiada do documento depositada na Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian, *Alvará Real (D. João VI) sobre a Conservação de Monumentos e Peças Históricas, de valor Nacional*, cota RS. 11978. A Real Biblioteca Pública da Corte ou Livraria Pública foi criada por alvará de 29 de Fevereiro de 1796 e instalada na ala ocidental do Terreiro do Paço, onde ficou até 1837. P. A. R. S. RODRIGUES – *Património, Identidade e História. O valor e o significado dos monumentos nacionais no Portugal de Oitocentos*. Lisboa: dissertação de Mestrado em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Lisboa, 1998 (volume I), 62; J. C. P. BRIGOLA, *op. cit.*, 436-444.

estatuto simbólico de Évora enquanto cidade antiga e histórica na centúria de Setecentos. Este não é uma mera evocação abstracta, é visível e pode ser percepcionado, constatado e confirmado fisicamente, vivido até, fazendo com que a memória da cidade de Évora se consubstancie numa imagética que os séculos XIX e XX converterão em identidade. Fiquemos ainda pela imagética para voltarmos às *Memórias Paroquiais* de 1758, a que já recorremos várias vezes como fonte, mas que agora se apresentam como o exemplo ideal da manifestação discursiva dessa imagética. É por isso que só neste momento é apropriado fazer uma pequena introdução ao contexto da produção das *Memórias Paroquiais*

Memórias Paroquiais titulam por convenção um inquérito de sessenta questões enviado, por disposição do rei D. José, aos párocos de todas as freguesias do reino⁴²⁸, com o objectivo de fixar uma descrição, a mais exacta possível, das terras, dos rios e das serras de Portugal. O seu autor foi o padre oratoriano Luís António Cardoso, membro da Academia Real de História, tendo sido ele a conseguir a autorização para a realização do questionário junto do Marquês de Pombal⁴²⁹. Dado usualmente como um balanço dos danos provocados pelo sismo de 1755 no país, essa intencionalidade concentra-se somente na questão 26 (“Se padeceu alguma ruína no Terramoto de 1755 e em quê e se está reparada?”), verificando-se por aí que a sua necessidade ultrapassou o balanço dos danos provocados pelo terramoto. Este fora feito logo em 1756, com um outro questionário composto por treze itens, pelo qual se procurou obter, em exclusivo, um relato do cataclismo do ano anterior e das consequências dele derivadas⁴³⁰. Quanto às *Memórias Paroquiais* de 1758, embora desconheçamos em concreto as razões da sua execução, parecem ter vindo completar o *Dicionário geográfico ou notícia histórica de todas as cidades, vilas, lugares e aldeias, rios, ribeiras e serras do reino de Portugal e*

⁴²⁸ Os diferentes níveis culturais dos párocos das freguesias resultaram em respostas de qualidade e graus de pormenorização variáveis. P. S. RODRIGUES (2006), *op. cit.*, 247.

⁴²⁹ F. PORTUGAL, A. de MATOS, *op. cit.*, 9-10.

⁴³⁰ Deste primeiro inquérito conhece-se um exemplar impresso no bispado de Coimbra e actualmente depositado na Torre do Tombo. Das respostas enviadas entre 6 de Fevereiro e 26 de Junho de 1756, restam 566 manuscritos, referentes aos Açores, a Aveiro, a Bragança, a Coimbra, a Évora, à Guarda, a Leiria, a Portalegre, a Santarém, a Vila Real e a Viseu. A. G. COELHO – “Do «Inquérito do Marquês de Pombal» ao estudo de Pereira de Sousa sobre o terramoto de 1 de Novembro de 1755”. *O Grande Terramoto de Lisboa. Volume I. Descrições*. Lisboa: FLAD, Público, 2005, 155-159.

do Algarve, redigido pelo mesmo Luís Cardoso, segundo igual método de inquirição paroquial e do qual tinham sido publicados apenas os dois tomos respeitantes às letras A (em 1747) e B-C (em 1751)⁴³¹. A transposição dos quesitos de 1747⁴³² para 1758, aos quais foram acrescentados quatro⁴³³, confirma o vínculo estabelecido entre as *Memórias Paroquiais* e o *Dicionário geográfico*. Esta associação inscreve as primeiras na tradição literária das *Gramáticas das Terras* do Reino, arrumadas por grandes espaços regionais, realizadas por necessidades administrativas e de controlo do espaço da parte da Coroa, das câmaras ou da nobreza proprietária, entre as quais se destaca a *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do famoso Reino de Portugal* (1706) do padre António Carvalho da Costa⁴³⁴.

Embora a designação de “monumento antigo” não seja utilizada pelos relatores das *Memórias* concernentes às freguesias do núcleo urbano de Évora, a atenção que as edificações com valor histórico aí merecem é coincidente com a autonomia conceptual que lhes é concedida no alvará. O relator da freguesia de S. Antão, de seu nome Domingos Cardoso, chega, inclusivamente, a aplicar o termo “antigalha”⁴³⁵ a fim de especificar a dimensão material e concreta do objecto em causa, distinguindo-o da categoria

⁴³¹ A apresentação por ordem alfabética era uma inovação em Portugal. O restante trabalho já feito por Luís Cardoso perdeu-se no incêndio que se seguiu ao sismo de 1755, catástrofe que também interrompeu o prosseguimento do inquérito. J. R. MAGALHÃES (1993), *op. cit.*, 20 e 21; A. G. COELHO, *op. cit.*, 177; J. V. CAPELA (Coord.) – *As freguesias do Distrito de Vila Real nas «Memórias Paroquiais» de 1758. Memórias, História e Património*. Braga: José Viriato Capela, 2006, 34.

⁴³² Estes, por sua vez, repetiam os formulados pela Academia Real de História em 1721 para a elaboração de uma História Eclesiástica e Secular do Reino e suas Conquistas, encomendada por D. João V, aos quais Luís António Cardoso acrescentou os relativos aos rios e às serras. J. V. CAPELA, *op. cit.*, 29 e 30.

⁴³³ O 20 (“Se tem correio e em que dias da semana chega e parte; e se o não tem, de que correio se serve e quanto dista a terra aonde ele chega?”), o 21 (“Quanto dista da cidade capital do bispado e de Lisboa capital do reino”), o 22 (“Se tem alguns privilégios, antiguidades, ou outras coisas dignas de memória?”) e sintomaticamente o citado 26. F. PORTUGAL, A. de MATOS, *op. cit.*, 21 e 22.

⁴³⁴ A descrição da comarca de Évora, que sintetiza a informação contida na *Évora Ilustrada*, constitui o Livro II do Tomo II. A. C. da COSTA – *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do famoso Reyno de Portugal*. Lisboa: Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1712 (Tomo Segundo), 418-430.

⁴³⁵ “Antigalha”, o mesmo que “Antigualha”, resto de Antiguidade, como ruínas de monumentos, lápides, inscrições e medalhas. A. M. da SILVA – *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editora Confluência, Libânio da Silva, 1949 (volume I), 927 e 929. “Merece tãobem fazerse memoria neste lugar da grande antigalha do pórtico do templo de Diana, que deoio de dezoito seculllos se concerva inteiro no mais eminente da cidade sustentado em quatorze columnas de notavel grandeza com capiteis de folhagens de admiravel feito e primor”. M. L. B. GRILO, *op. cit.*, 130.

conceptualmente mais abstracta de “Antiguidade”. Dever-se-á esta ausência, talvez, à estrutura do questionário e à formulação das perguntas que faz com que as referências aos principais edifícios da cidade se distribuam essencialmente por três dos quesitos: “Qual he o seu orago, quantos altares tem, e de que santos, quantas naves tem, se tem irmandades, quantas e de que santos?” (7º), “Se tem Conventos de que religiosos ou religiosas e quem são os seus Padroeyros?” (10º) e “Se tem alguns privilégios, antiguidades ou outra couza digna de memória?” (22º)⁴³⁶. Nas respostas do 7º e do 10º quesitos, por exemplo, párocos houve que não se limitaram a enumerar os edifícios em causa, também os historiaram ou, pelo menos, registaram a data da sua fundação e / ou a identidade do seu fundador⁴³⁷. Por outro lado, o âmbito do 22º é demasiado generalista, reporta à antiguidade e à memória do passado das freguesias nos seus diversificados aspectos, de entre estes os que mais se destacam, e não apenas aos *monumentos antigos*.

Ao monumento antigo, nas *Memórias Paroquiais*, correspondiam os “templos magníficos e fabricas sumptuosas”⁴³⁸ que davam forma à cidade que Domingos Cardoso, pároco de Santo Antão, provavelmente inspirado pelos autores a que foi buscar as informações sobre a freguesia de que era o responsável religioso – André de Resende, Gaspar Estaco e Severim de Faria, os citados, e certamente em Francisco da Fonseca⁴³⁹ -, descrevia do seguinte modo:

“O seu material he formozo, e ornado de egrégias fabricas, assim sagradas, como profanas, as suas ruas são alegres, e direytas com muytas praças, e em algumas engraçadas fontes de nevados marmores daquelle agoa, chamada da prata, que por distancia de quazi três legoas, lhe traz o celebre aqueducto Sertoriano; destas praças a melhor, e mais principal, hé a que chamão grande, não por estar no coração da Cidade, plano, e

⁴³⁶ Agrupamento que ainda pode incluir os quesitos 11º (“Se tem Hospital, quem o administra, que renda tem?”), 12º (“Se tem Caza de Mizericordia?”), 13º (“Se tem algumas Ermidas, e de que santos, e se estão dentro ou fora do lugar, e a quem pertencem?”) e 17º (“Se há memoria de que nella florecessem, ou della sahisses alguns homens insignes por virtudes, letras ou armas?”). Acontece que como a maioria dos relatores não respondeu aos quesitos individualmente, mas elaborou um único texto que aborda os diferentes temas do interrogatório, em que os conteúdos referentes a estes três quesitos se diluem na contabilidade dos edifícios religiosos da cidade. M. L. B. GRILO, *op. cit.*, 121, 124, 125 e 127-129.

⁴³⁷ Veja-se os exemplos da Sé de Évora no interrogatório à respectiva freguesia e dos muitos conventos masculinos e femininos da freguesia de S. Antão. M. L. B. GRILO, *op. cit.*, 121 e 135-138.

⁴³⁸ M. L. B. GRILO, *op. cit.*, 130.

⁴³⁹ M. L. B. GRILO, *op. cit.*, 131.

assentado della em que desembocão, ou nascem outo principais ruas, mas também pellos bellos edificios com que se orna: a sua figura he quadrada, mas de maior comprimento, está toda cercada de arcos, em cujas columnas, e pillares se sustentão airozas galarias, da parte Sul, tem o Palacio da Camera, ornado o seu frontispício dos sipos e antiquilhas romanas, postas em bella semitria, que o fazem vistozo, e agradável, e junto a estes os cárceres, e cadeia publica, e entre as duas ruas do Raymundo, e Cadea, o Palácio Régio chamado impropriamente dos Estaos, que hé hoje parte do Senado Eborense e parte dos Senhores das Alcáçovas; porem de todos os edificios com que se em nobresse esta praça, o mais principal, e magnifico, hé o desta Basilica de S. Antão Abbade, [...]”⁴⁴⁰.

Esses templos magníficos, fábricas sumptuosas, ruas alegres, belos edificios e “antiquilhas” incorporam o que a cidade de Évora tem de “muito antiga”, “illustre” e “original”, o que faz dela a “segunda deste Reyno nos privilégios, e regallia”, a “Metrópole do Alem-Tejo, a que são sufraganeos os bispados do Algarve e Elvas”⁴⁴¹. Atestam as qualidades que lhe eram atribuídas na literatura desde o século XVI, que foi “fecunda de varões Illustres e egregios nas virtudes, nas letras, e nas armas” e “berço felix de heroes famosos, [...] em todas as idades, e em todas as artes [...] na paz e na guerra, nas escollas e nas campanhas, no valor e na piedade, no século e no claustro, no Reyno e nas conquistas”; que a sua antiguidade he couza bem notória e já no tempo do Capitão Viriato era povoação famosa, foi corte do valerozo Sertorio”; que “sempre conservou o próprio nome desde a sua primeira origem”; que foi “a primeira Cidade da Lusitânia, que recebeu a fe de Christo pregada pelo Sagrado Apostolo S. Mancio”; que tinha o segundo assento em cortes logo depois de Lisboa e nella as celabrarão os Reys”⁴⁴².

O monumento antigo pode não aparecer verbalizado nas Memórias Paroquiais, mas surge inequivocamente num manuscrito anónimo mais tardio, depositado na Biblioteca da Ajuda, alusivo ao estudo das letras em Évora nos finais do século XVIII⁴⁴³, em que também se reflecte e expõe esta consciência do valor cultural dos bens do passado.

⁴⁴⁰ A curiosa descrição valorativa da Praça Grande ou do Geraldo deve-se a esta fazer precisamente parte da resposta ao inquérito da freguesia de S. Antão. M. L. B. GRILO, *op. cit.*, 132 e 133.

⁴⁴¹ M. L. B. GRILO, *op. cit.*, 120, 128, 139, 147 e 144.

⁴⁴² M. L. B. GRILO, *op. cit.*, 128-130.

⁴⁴³ O manuscrito, que está truncado, foi possivelmente redigido depois de 1778, uma das datas mais tardias indicadas no corpo do texto, mas ainda no século XVIII. A sua transcrição foi publicada em 1880, no *Boletim de Bibliographia Portuguesa*.

A principal finalidade deste autor desconhecido foi fazer a defesa do ensino secular, entabulando, com esse fim, uma crítica acutilante das ordens religiosas regulares de Évora, acusadas por ele de delir e enterrar “os mais preciosos e respeitáveis monumentos das nossas antiguidades!”, de arruinar, “entupir” e desfigurar os veneráveis jazigos de “nossos maiores, as Capellas que origirão”:

“Seria de huma infinita escritura contar aqui tudo o que os Regulares de Evora têm consumido e desfigurado, porque sendo huma boa parte dos Conventos que há nesta Cidade de huma notavel antiguidade, alli se depositarão muitos testemunhos, e monumentos authenticos e preciosos da nossa gloria nas virtudes, nas letras e nas armas, do que apenas vemos hoje poucos pedaços de ruínas”⁴⁴⁴.

No Convento do Espinheiro, a capela erigida por Garcia de Resende para seu túmulo serviu de “abrigo a porcos”. No de S. Domingos, a Capela dos Cisneiros, “nobre pela talha que tinha em pedra, nobre pelas pinturas e mais ornatos, nobre por sua antiguidade”, foi entaipada com pedra e cal por Frei José da Câmara, prior em 1768. Em S. Francisco, da remodelação empreendida na capela-mor tinha resultado o levantamento e a quebra das lajes de muitas sepulturas, “obra que até os Godos se envergonharião que se levantasse em seus dias!”⁴⁴⁵.

A dedução que as citações das *Memórias Paroquiais* e do manuscrito da Biblioteca da Ajuda atrás transcritas confirmam, de como o conceito de monumento antigo deu corpo à consolidação da imagética de Évora no século XVIII, teve a sua melhor expressão na literatura de viagens que por esta centúria, no contexto da *Grand Tour*⁴⁴⁶, se encontrava em franca expansão. O primeiro objectivo deste género de literatura era informar o público em geral, e

⁴⁴⁴ “O Estudo de Letras em Evora nos finais do século XVIII”. *Boletim de Bibliographia Portugueza*. Dir. A. F. THOMAZ. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1880 (volume II), 153 e 154.

⁴⁴⁵ Perguntava-se ainda pelo paradeiro de uma estátua equestre em prata de D. Afonso V que pertencia à Igreja do Espinheiro e pelos manuscritos e livros, “monumentos immensos de antiguidades”, que André de Resende teria deixado em herança ao Convento de S. Domingos. *Idem*, 153.

⁴⁴⁶ Teve a sua origem em Inglaterra, durante o Renascimento, quando viajar até Itália, passando pela França e por vezes pelos Países Baixos, passou a fazer parte da educação humanista dos jovens mais abastados. A partir do século XVII, percursos e destinos começam a diversificar-se por outros países europeus. Atinge o seu apogeu no século XVIII, com jovens de toda a Europa a rematar a sua instrução formal viajando por toda a Europa. Muitos deles começam a publicar relatos das suas deambulações, fomentando o desenvolvimento da chamada literatura de viagens. P. A. R. S. RODRIGUES, *op. cit.*, 32.

os futuros viajantes em particular, sobre os territórios em causa, da sua cultura, da sua história, da sua geografia, do seu sistema político, das suas estruturas sociais e da sua economia. O peso que cada um destes aspectos tinha na obra dependia das intenções por de trás do périplo do autor, da sua formação, dos seus antecedentes e do percurso seguido. Mas porque viajar implicava, em primeiro lugar, conhecer e compreender os territórios percorridos, a história local era um tema constante na literatura de viagens. Por outro lado, porque quem viajava se sentia atraído pelas realidades dissemelhantes das suas, fazia-as sobressair nas suas narrativas literárias, quer no que concerne às paisagens e aos climas, quer em relação às artes, aos objectos, aos trajes, aos costumes, às atitudes sociais, às práticas religiosas, etc.⁴⁴⁷. Como se acreditava que os monumentos antigos materializavam e sintetizavam os aspectos mais emblemáticos, específicos e originais da história e das realidades locais, a enunciação da sua existência, a descrição da sua arquitectura, o seu historial e a representação gráfica da sua imagem eram tópicos frequentes da literatura de viagens. Deste modo, obedecendo ao cânone narrativo do género, os autores viajantes que escreveram acerca de Évora fizeram-no através dos seus principais monumentos. Ao fazerem-no com informações recolhidas *in loco*, transmitiram a imagética da cidade que se havia formado desde o século XVI, permitindo-nos conferir a sua plena consolidação no século XVIII.

Tomando cinco autores viajantes de setecentos como exemplos paradigmáticos – os ingleses John Durant Breval (c. 1680-1738) e James Murphy (1760-1814), os espanhóis Francisco Pérez Bayer (1711-1794) e José de Cornide y Saavedra (1734-1803) e o alemão Henry Frederick Link (1767-1851) –, verifica-se que todos salientam a antiguidade da cidade e os monumentos que comprovavam que Évora era, nas palavras de John Breval, a segunda cidade do reino, mesmo em relação à beleza e à antiguidade⁴⁴⁸. Numa carta de um viajante estrangeiro anónimo datada de 7 de Junho de

⁴⁴⁷ Nos livros, os assuntos eram abordados cronologicamente, de acordo com o itinerário percorrido e arrumados por tópicos. Integravam frequentemente mapas e roteiros com indicações geográficas, religiosas, sobre a fauna e a flora, as acomodações, os transportes, os sistemas monetários e o câmbio. Nas obras com uma intencionalidade mais recreativa, os autores expressavam mais livremente as suas personalidades de viajantes, empolando certos factos e omitindo outros em função dos seus gostos e interesses pessoais. P. A. R. S. RODRIGUES, *op. cit.*, 32 (n. 26).

⁴⁴⁸ Transcrito em A. M. CANTO, *op. cit.*, 279.

1791, em que ele relata o que viu e achou na sua passagem por Évora, afirma-se que “Esta Cidade sempre tem sido celebre pelos seus monumentos antigos, de que ainda se vem bastantes vestígios, tanto dentro da mesma Cidade, como nas suas vizinhanças”⁴⁴⁹.

John Durant Breval, antigo professor do Trinity College de Cambridge, literato, antiquário e militar, relata a sua viagem a Portugal na obra *Remarks on several Parts of Europe: Relating chiefly to the History, Antiquities and Geography, of Those Countries through wich the author hás travel'd; As France, The Low Countries, Lorrain, Alsatia, Germany, Savoy, Tirol, Switzerland, Italy, Spain and Portugal*, publicada em Londres, no ano de 1726. O livro refere-se maioritariamente às suas incursões na Europa enquanto preceptor de Lord Malpes, futuro conde de Cholmondeley, a quem dedica o volume. As páginas que devota a Portugal, contudo, terão resultado de três expedições que Breval fez à Península Ibérica entre 1708 e 1716, integrado no exército do duque de Marlborough, em que se alistou como voluntário depois de sair do Trinity College⁴⁵⁰. Aproveitaria estas suas estadas para exercer o seu gosto de antiquário, muito dirigido para os registos epigráficos romanos e árabes, dos quais transcreve alguns exemplares, mormente seis latinos que viu em Évora⁴⁵¹ – seis desses epitáfios haviam sido pretensas descobertas ou possíveis criações de André de Resende. Essa apetência pela epigrafia explicará a atenção que dá aos monumentos da presença romana em Évora, aqueles que contextualizam historicamente as inscrições. Complementa-os com referências à Sé e a um edifício que ele afirma ser a antiga mesquita moura e que à altura da sua visita seria usado para reuniões públicas. Todos, constituíam uma colecção de monumentos que ele achava serem pouco conhecidos da humanidade e, por esse motivo, oferecia ao conhecimento dos seus leitores⁴⁵².

⁴⁴⁹ BPE – Fundo Manizola, Cód. 36, nº. 12. Eram esses monumentos o aqueduto, as muralhas, o templo romano, a catedral e a igreja de S. Francisco, entendendo-se que os primeiros dois, aqueduto e as muralhas, eram de fundação romana. A. M. CANTO, *op. cit.*, 279-282; J. L. de VASCONCELOS, *op. cit.*, 136-139; J. MURPHY, *op. cit.*, 254-264; H. F. LINK – *Travels in Portugal and through France and France, with a dissertation of the literature of Portugal, and the Spanish and Portugueze languages*. London: T. N. Longman and O. Rees, Paternoster Row, 1801, 471 e 472 (ed. francesa de 1803).

⁴⁵⁰ A. M. CANTO, *op. cit.*, 266-270.

⁴⁵¹ A. M. CANTO, *op. cit.*, 279-281.

⁴⁵² A. M. CANTO, *op. cit.*, 267 e 282.

Eclesiástico valenciano, preceptor dos infantes espanhóis e Bibliotecário Maior da Biblioteca Real, Francisco Pérez Bayer era um eminente erudito, conhecido pelos seus trabalhos como orientalista, especialista em numismática, alfabeto e língua fenícias e antiquário⁴⁵³. É precisamente como antiquário que percorre a Andaluzia e Portugal em 1782, viagem de que resulta um diário manuscrito, publicado por Joaquim Leite de Vasconcelos no *Arqueólogo Português* em 1920⁴⁵⁴. Segundo o narrado nesse diário, em Évora dedicou-se a visitar as antiguidades da cidade, a estudá-las e a copiá-las. Os contactos que teve com outros eruditos e coleccionadores de antiguidades – tais como Frei Manuel do Cenáculo, Félix Caetano da Silva, Frei Vicente Salgado e Marquês de Angeja (D. António José Xavier de Noronha) – e as tertúlias que frequentou⁴⁵⁵ influenciaram-no certamente na interpretação que deu aos artefactos e monumentos que viu em Portugal e especialmente em Évora, aonde chega, vindo de Beja, no dia 8 de Novembro⁴⁵⁶.

À semelhança de John Breval, a sua prática de antiquário levou Perez Bayer até às placas epigráficas colocadas por Filipe II na Praça Maior, que transcreve⁴⁵⁷, e, dentro do mesmo quadro cultural da arqueologia clássica, ao velho açougue da cidade que ele diz ter sido instalado no antigo templo romano, atraído pelas colunas coríntias que permaneciam visíveis apesar das paredes em que estavam embebidas desde a Idade Média⁴⁵⁸. Detém-se ainda

⁴⁵³ A. M. CANTO, *op. cit.*, 328 e 329 (n. 86).

⁴⁵⁴ Encontrou-o na secção de manuscritos da Biblioteca Nacional com o seguinte título: *Diario // das primeiras viagens // que fez pelas terras de Portugal // D. Francisco Perez Bayer // Arcediago da Igreja Cathedral de // Valencia, Mestre dos Infantes de // Espanha, e Bibliotecario Mayor // da Real Bibliotheca de Madrid // copiado // de um Ms. que tem // Jozé Cornide de Saavedra*. J. L. de VASCONCELOS, *op. cit.*, 108.

⁴⁵⁵ J. L. de VASCONCELOS, *op. cit.*, 108; M. F. S. do PATROCÍNIO – “Certamente Ídolos, ou Coisa Semelhante...”: *Estudo historiográfico e comparativo dos exemplos e sensibilidades do elemento «pré-romano» na arte das antigas sociedades do território português*. Évora: Dissertação de Doutoramento em História da Arte em Portugal, Universidade de Évora, 2002 (volume I), 246 e 247 (n. 117).

⁴⁵⁶ Ficou em Évora quase quatro dias, partiu dia 11 para Montemor-o-Novo. Em Évora, esteve sempre acompanhado por José Maldonado, um secular amigo de Frei Manuel do Cenáculo, a quem este último tinha escrito uma carta a recomendar Perez Bayer, juntamente com outra do mesmo teor, dirigida a João de Aguiar e Meneses, Inquisidor da cidade. J. L. de VASCONCELOS, *op. cit.*, 131.

⁴⁵⁷ J. L. de VASCONCELOS, *op. cit.*, 136-139.

⁴⁵⁸ No trecho do seu diário de viagem referente ao templo, Bayer abriu um intervalo na mancha do texto, no qual deveria ter introduzido, segundo a sua própria anotação no texto, um desenho das colunas do templo que não consta no manuscrito. J. L. de VASCONCELOS, *op. cit.*, 133 e 136-139; M. F. S. do PATROCÍNIO, *op. cit.*, 250 e 251.

na Sé, na Igreja de S. Francisco, na chamada Torre de Sertório e no Convento da Cartuxa.

À Sé, achou-a pequena mas dotada de muita “magestad”, descrevendo-a com algum pormenor a capela-mor setecentista, considerada por ele “casa de gran gusto”⁴⁵⁹. Na Igreja de S. Francisco, “cerrada a lo Gothico primorosamente”, onde assistiu à missa no seu segundo dia em Évora, a capela dos Ossos, pelos efeitos dramáticos que emanavam das paredes revestidas de ossadas⁴⁶⁰, deixou-lhe uma poderosa impressão – sucedera o mesmo com James Murphy⁴⁶¹. Sobre a Torre de Sertório, que ele localiza num horto do Convento dos Lóios (S. João Evangelista) e não no pátio do palácio dos Condes de Basto, critica a tradição que a dava de fundação romana – “La Torre si es del tiempo de Sertorio, ni lo piensa, ni tiene de quinientos años arriba” –, que lhe foi transmitida pelo religioso que acompanhou quando a visitou – “pêro el Padre se mantenía com su Sertorio”⁴⁶². O motivo da visita ao Convento da Cartuxa residia no seu desejo de ali consultar alguns manuscritos cuja existência lhe fora comunicada por Frei Manuel do Cenáculo, ainda Bispo de Beja⁴⁶³.

Arquitecto de profissão⁴⁶⁴, o irlandês James Cavanah Murphy veio a Portugal por três vezes, a primeira de 1789 a 1790, a segunda de 1799 a 1802 e a última em 1808. Apenas nos interessa a sua primeira visita ao nosso país,

⁴⁵⁹ “El cuerpo de el edificio y el cruzero son de arquitectura gothica del siglo trece; El presbitero [sic] es moderno y cosa de gran gusto, assi por dentro como por fuera”. J. L. de VASCONCELOS, *op. cit.*, 132.

⁴⁶⁰ M. F. S. do PATROCÍNIO – “O Relato de viagem de Pérez Bayer (1722) e uma descrição setecentista de Évora”. *A Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal, II Série, nº. 4, 2000, 267-269.

⁴⁶¹ “Tambien lo és el claustro, y en un angulo de él hai una capilla baxa pero bastante capaz, y sostenida de dos ordenes de columnas, las quales, y todas las paredes de ella estan incrustadas de huesos humanos sin que se vea en toda quanta és la capilla ni en las columnas um dedo siquiera de pared, y estan los planos embutidos de canillas puestas á tizón, de suerte que no se vén sino los que se conservan casi enteros y con su piel acartonada estan en un angulo de la capilla atados como se ata un haz de leña, y colgados sin tocar, como dicen en Cielo ni en Tierra. Confieso que á mi me chocó el tal espectáculo”. J. L. de VASCONCELOS, *op. cit.*, 131 e 132.

⁴⁶² J. L. de VASCONCELOS, *op. cit.*, 133 e 134.

⁴⁶³ J. L. de VASCONCELOS, *op. cit.*, 135 e 136.

⁴⁶⁴ Murphy trabalhava como pedreiro quando a qualidade das caricaturas que fazia do seu patrão atraiu a atenção de Sir James Chaterton. Este aristocrata acabou por patrocinar a ida Murphy para Dublin, para estudar na escola de desenho e pintura da Dublin Society. Foi nesta cidade irlandesa que conheceu William Conyngham, que o incentivou a estudar arquitectura. Em 1786 era já um solicitado arquitecto de Dublin. P. A. R. S. RODRIGUES, *op. cit.*, 34-37; M. J. B. NETO – *James Murphy e o Restauro do Mosteiro de Santa Maria da Vitória no Século XIX*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, 31-34.

a qual ocorreu em virtude de uma tarefa muito específica de que foi encarregue pelo Honorável Sir William Burton Conyngham, um militar e político inglês que se havia tornado seu protector. Murphy veio com a incumbência de desenhar e estudar o gótico Mosteiro da Batalha, monumento que maravilhara William Conyngham desde que o visitara em 1783, aquando de uma viagem de recreio que realizou a Portugal⁴⁶⁵. Murphy aproveitou esta sua condição de bolseiro para percorrer o país do Norte (chegou ao Porto a 13 de Janeiro de 1789) ao Alentejo, périplo que lhe forneceu matéria informativa para a publicação de duas obras. Uma dedicada ao Mosteiro da Batalha, com o título *Plans, elevations, sections and views of the Church of Batalha*, publicado por subscrição entre 1792 e 1795⁴⁶⁶, e outra acerca da sua viagem pelo reino, o *Travels in Portugal; through the provinces of Entre Douro e Minho, Beira, Estremadura and além Tejo*, dado ao prelo em 1795 e reeditado em 1798, ampliado e renomeado de *A General View of the State of Portugal*. Murphy ainda terá pensado elaborar uma terceira obra sobre Portugal, sugerida pela Sociedade de Antiquários de Londres, desejo que o terá trazido novamente a Portugal, de 1799 a 1802. Tendo-a idealizado mais ambiciosa que as anteriores, mas já sem o patrocínio de Conyngham, entretanto falecido (em 1796), Murphy viu-se obrigar a procurar apoio financeiro junto de outras personalidades, como o Ministro de Estado dos Negócios Estrangeiros português, D. João de Almeida Melo e Castro, que o arquitecto inglês conheceu em Londres quando aquele ali exerceu as funções de enviado extraordinário e ministro plenipotenciário entre 1792 e 1801⁴⁶⁷. As suas

⁴⁶⁵ Já aquando da ida Conyngham à Batalha, o próprio terá feito alguns desenhos dos edifícios e encomendado esboços a artistas locais. Sobre a figura de William Conyngham ver M. J. B. NETO, *op. cit.*, 30 e 31.

⁴⁶⁶ Numa carta datada de Março de 1789, dirigida por Murphy ao seu patrono, está sugerida a intenção do arquitecto estudar igualmente o Mosteiro de Alcobaça. Mas, para além da abordagem que lhe é feita no *Travels*..., nada mais há que comprove a possibilidade de estar previsto este outro estudo. A. R. S. S. P. NAVARRO – *Uma visão artística de Portugal. James Murphy e a sua obra*. Lisboa: dissertação de Mestrado em Estudos Anglo-Americanos, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1987, 36.

⁴⁶⁷ O ministro português fora um dos assinantes do *Plans*... em 1795 e foi a ele que Murphy dedicou a sua obra. As boas relações entre ambos mantiveram-se em Lisboa, tendo o arquitecto frequentado a casa de D. João Melo e Castro, o Palácio Galveias, onde a sua família habitou de 1802 a 1820. Em 1801, Murphy endereçou-lhe uma missiva solicitando apoio financeiro para concretizar o projecto de um novo livro sobre Portugal. A carta incluía um plano detalhado da obra, correspondendo a uma ampliação do *Travels*, um inventário dos monumentos de todo o país. Nesta sua missiva, Murphy explicava que após o sucesso com que os seus desenhos tinham sido acolhidos, desejava embarcar num trabalho mais vasto. Por esse motivo estava em Portugal há três anos, a desenvolver o estudo dos monumentos

diligências, contudo, fracassaram e a obra não chegou a ser publicada. Murphy acaba por partir para Espanha em 1802, onde fica até 1805 e prepara *A History of the Mahometan Empire in Spain* (1811) e *Arabian Antiquities of Spain* (1816, postumamente).

A passagem de James Murphy por Évora encontra-se registada no *Travels in Portugal*, o que a integra no percurso realizado pelo arquitecto entre 1789 e 1790. O ofício da arquitectura e o seu interesse pelos monumentos antigos, que o tinham trazido a Portugal para estudar e desenhar o Mosteiro da Batalha, determinou a abordagem que fez e dá aos leitores da cidade. Tiveram também influência, por certo, as fontes locais a que recorreu para se informar sobre a história de Évora, na medida em que os factos e as personagens citados e a referência a Plínio apontam para a *História da Antiguidade de Évora* de André de Resende e possivelmente para a *Évora Ilustrada* de Manuel Fialho e António Franco, a cujos teores ele pode ter acedido directamente, pois aprendeu português, ou indirectamente, pelos muitos contactos que manteve com importantes figuras da cultura portuguesa de finais de Setecentos. Através de Don José de Cornide e Saavedra, que os viu juntos em Belém, sabe-se que Murphy conviveu com um abade português muito instruído, designadamente nas áreas da topografia e da literatura, e com o pintor Cyrillo Volkmar Machado, que colaborou com ele no levantamento gráfico dos Jerónimos. Por ele próprio, ficamos a saber que foi Inácio Pina Manique, o Intendente Geral de Lisboa, que lhe deu a conhecer o templo romano de Évora⁴⁶⁸.

A abordagem que James Murphy fez e deu de Évora aos seus leitores foi essencialmente arqueológica, concentrada no período romano, a mais recuada das épocas da cidade possíveis de serem testemunhadas por fontes

portugueses. O pastor sueco Carl Israel Ruders encontrou-o em Lisboa nesse ano de 1801, precisamente a visitar e a desenhar monumentos antigos. Em 1799, já o espanhol José de Cornide y Saavedra o havia visto em Belém, a desenhar o Mosteiro dos Jerónimos, tarefa que o ocupava havia quatro meses – di-lo numa carta que endereçou ao seu amigo Joseph López de la Torre Ayllón y Gallo a 15 de Março de 1799. F. de FIGUEIREDO – “Viajantes Espanhóis em Portugal – Séc. XVIII”. *Letras. Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*. S. Paulo: volume LXXXIV, nº. 3, 1947 (Separata), 57 e 58; C. B. CHAVES – “Murphy em Portugal, algumas achegas biográficas e duas cartas inéditas”. *Lusíada* (Separata). Porto: 1954, 7 e 8; C. I. RUDERS – *Viagem em Portugal (1798-1802)*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981, 174 e 175; A. R. S. S. P. NAVARRO, *op. cit.*, 47.

⁴⁶⁸ J. MURPHY, *op. cit.*, 264.

históricas⁴⁶⁹. Em consonância com este pressuposto, os únicos monumentos em que fixa a sua atenção de antiquário são o aqueduto e o denominado Templo de Diana. As descrições de ambos são ilustradas por três gravuras, feitas a partir de desenhos de Murphy, duas do aqueduto – uma vista geral e um pormenor da cobertura da Torre de Água que o rematava frente à Igreja de S. Francisco – e uma do templo transformado em açougue⁴⁷⁰. Em relação ao templo, admira a elegância e a beleza dos seus capitéis coríntios, mas lamenta o estado geral do edifício e o abandono a que a população o votara, “convertido agora em matadouro”, atribuindo a introdução das paredes intercolunares e das ameias sobre a estrutura primitiva aos mouros⁴⁷¹. Esta ligação entre antiguidades romanas e mouras mantém-se na referência que faz às inscrições existentes em Évora, nas reproduções que fez publicar de onze latinas e uma árabe⁴⁷². Nesta curiosidade pelos vestígios da presença muçulmana residia outro dos factores de atracção dos viajantes ingleses e do Norte da Europa pelos países da Península Ibérica, o carácter pitoresco⁴⁷³ da sua cultura, distinta da realidade que Murphy havia conhecido até aí. Esse pitoresco estava também patente numa certa vivência da religiosidade católica, dogmática e atávica, demonstrada através da descrição, ilustrada com uma gravura, em paridade com os monumentos antigos, da Capela dos Ossos na Igreja de S. Francisco, de cuja existência Murphy soube através de um frade franciscano⁴⁷⁴ e que começa por considerar grotesca⁴⁷⁵, para acabar tentando

⁴⁶⁹ Com excepção para as referências breves ao Colégio do Espírito Santo e ao Tribunal da Inquisição. J. MURPHY, *op. cit.*, 254 e 259.

⁴⁷⁰ J. MURPHY, *op. cit.*, 255, 257 e 259-264.

⁴⁷¹ J. MURPHY, *op. cit.*, 263 e 264.

⁴⁷² Das onze romanas, nove correspondem às que tinham sido colocadas na Praça Maior por Filipe II de Portugal. A primeira reproduzida, que identifica com o carácter D, é tida como possivelmente falsa. J. MURPHY, *op. cit.*, 264-271.

⁴⁷³ O conceito de *pitoresco* baseia-se na ideia de que a novidade ou a singularidade de um objecto ou de um tema, para além de causar-nos estranheza, pode fazer-nos contemplar com agrado até aquilo que inicialmente considerámos monstruoso, pois, alivia o tédio do quotidiano. Assim aconteceu com Murphy e a Capela dos Ossos. M. D. ANTIGÜEDAD, S. AZNAR, *op. cit.*, 93.

⁴⁷⁴ O frade tinha-o encontrado na Praça Maior, de manhã, a fazer alguns desenhos. Estes não foram publicados no *Travels...* Podemos imaginar que esses desenhos, assim como descrições dos muitos outros edifícios que Murphy terá visto e desenhado em Évora, poderiam fazer parte da obra de maior fôlego que ele projectou fazer sobre Portugal e não conseguiu concretizar. Não nos parecer provável que um arquitecto que veio a Portugal com o intento de estudar e desenhar o Mosteiro da Batalha tivesse simplesmente ignorado o gótico da Sé de Évora e o tardo-gótico de S. Francisco. J. MURPHY, *op. cit.*, 273-275.

⁴⁷⁵ Não como sinónimo de fantástico, mas como horrível ou terrível, disforme, desmesurado, pavoroso. P. d' ANGELO, *op. cit.*, 132 e 133.

descortinar a sua função simbólico-religiosa. De reparar que ele não faz qualquer comentário à arquitectura gótica da Igreja de S. Francisco, cingindo-se unicamente ao espaço da capela:

“O visitante fica surpreendido e aterrorizado ao entrar neste Gólgota. Tem sessenta e seis pés de comprimento por trinta e seis de largura. Os pilares são em número de oito, quatro de cada lado da nave, e as paredes são feitas de caveiras e ossos humanos, ligados por cimento. A obscuridade do lugar e a atitude dos fiéis prostrados no chão tornam este espectáculo horrível.

[...] Os frades, no entanto, parecem contemplar este espectáculo dos mortos sem a menor emoção pelo que ele tem de aterrador para os estranhos. Este é o efeito do hábito. A própria ideia de morte está despida de terror nos povos religiosos que meditam constantemente nela, assim como nas pessoas habituadas a ver mortos e cenas sanguinárias”⁴⁷⁶.

Henry Frederick Link era professor na Universidade de Rostock (Alemanha), especializado em Botânica e Mineralogia, valência que lhe possibilitou acompanhar, possivelmente com um estatuto próximo do consultor científico, o Conde de Hoffmannfegg, um mecenas da História Natural, numa viagem, por França e Espanha, até Portugal. Decorrida de 1798 a 1799, a finalidade da sua estada no nosso país era recolher espécimes da fauna e da flora lusitanas, cujo estudo iria ser publicado graças ao apoio do Conde de Hoffmannfegg, em associação com Hedwig de Brunswick, ambos excelentes entomologistas⁴⁷⁷. À semelhança de Murphy, que o antecedeu, apesar das paredes extemporâneas que as ligavam, Henry Link elogiou as belas formas das bem conservadas colunas coríntias do templo romano, que se tornavam ainda mais aprazíveis “after being fatigued with gothic angles and pointed

⁴⁷⁶ “Podemos juntar a isto os costumes dos Mexicanos, quando os espanhóis invadiram pela primeira vez o seu país; provavelmente para se habituarem aos horrores da morte, penduravam as caveiras das suas vítimas em volta dos templos, ou empilhavam-nas em forma de torres, cimentando-as com cal. Numa destas torres diz André de Tapia ter encontrado cento e trinta e seis mil caveiras.

Daí, talvez, o costume dos Antigos Romanos, que, nos seus banquetes obsequiavam os convidados com trágicas exhibições, de preferência as lutas com lanças, até que rios de sangue corressem sobre a mesa e nos pratos.

Os Egípcios, da mesma maneira, nas suas festas, tinham pessoas gritando para os convidados enquanto exibiam imagens da morte: «Bebe e alegra-te, porque tal será o teu destino no Final». J. MURPHY, *op. cit.*, 273 e 274.

⁴⁷⁷ Ver o prefácio da edição inglesa de H. F. LINK – *Travels in Portugal and through France and Spain, with a dissertation of the literature of Portugal, and the Spanish and Portuguese Languages*. London: T. N. Longman and O. Rees, 1801, III e IV. Link publicou, juntamente com Hoffmannfegg, *Flore Portugaise* (2 volumes) em 1807.

arches”⁴⁷⁸. No entanto, ao contrário de Murphy, é atraído pelas arquitecturas das casas nobres e das velhas igrejas da cidade, que com os seus torreões, corochéus, janelas e arcos tardo-góticos e manuelinos, que ele categorizava simplesmente de góticos, se distinguiam das casas baixas e pequenas das restantes cidades do Reino. Link chega a estabelecer uma analogia entre Évora e as cidades imperiais alemãs por esse “old style of building so common in German; so that the traveller may here imagine himself arrived in a german imperial town”⁴⁷⁹. Também destoa na perspectiva prosaica que transmite da antiga malha urbana eborense (a que aludimos no capítulo 1.5), talvez condicionado pelo espírito racionalista e empírico da sua formação científica: “The town consists of narrow crooked streets full of angles, (...)”.

A cidade que Link dá a ler está muito próxima da expressa na missiva supracitada (no capítulo 1.5, em que se estabelece a mesma analogia com o professor alemão) do viajante estrangeiro anónimo, com data de 7 de Junho de 1791, depositada na Biblioteca Pública de Évora. Também nessa carta se menciona “famosos Edefícios e Templos” como a “Igreja e Convento dos Franciscanos”, a Sé, os “Palacios pertencentes aos Grandes do Reino, por aqui terem a sua Rezidencia no tempo que foi Corte”, o “antigo muro que a cerca” e o “grande Aqueduto”, obra “sumptuoza, e util” feita “pelo romano Sertorio, e Reedificada pelo rei de Portugal D. João 3º”. Mas, ao mesmo tempo, não se deixa de notar que as ruas “desta Cidade à excepção de duas, ou três são irregulares, estreitas, e tortas; [que] as Cazas são ainda quazi todas de hum gosto barbaro” e que as residências dos Grandes do Reino estavam decadentes – “porem estes Senhores querem que na Ruína delles se conheça a antiguidade das suas famílias”. Percepção que vem confirmar a situação de degradação material vivida pela cidade a seguir ao terramoto de 1755, subentendida nas ordens emanadas do município na década de Oitenta para o “concerto das casas da câmara”, que se “achavam com ruína e indecência”⁴⁸⁰,

⁴⁷⁸ H. F. LINK, *op. cit.*, 471.

⁴⁷⁹ H. F. LINK, *op. cit.*, 471.

⁴⁸⁰ Em 1788, determinava-se ainda a reparação da “sala da câmara cuja a casa serve das audiências porque quanto se achava tão arruinada que já nela não se faziam as ditas audiências”. A.D.E. – *Actas da Câmara Municipal de Évora*, Livro nº. 51, sessão de 12 de Março de 1788, f. 69v.

“das calçadas”, dos “telhados do terreiro do pão e da calçada junto às portas do mesmo terreiro” e “do cano da cadeia”⁴⁸¹.

As impressões deste remetente anónimo, assim como as reflexões empiristas de Link, evidenciam ainda mais o pendor idealizante das descrições do núcleo urbano de Évora por parte dos antiquários e memorialistas portugueses, muito concentradas nas edificações e áreas que dão à cidade a sua dimensão monumental e antiga.

José Cornide y Saavedra era um ilustre académico e arqueólogo galego que esteve em Portugal entre 1799 e 1800, a pretexto de vir consultar e copiar um exemplar de *Las Partidas* de Afonso, o Sábio, depositado na Torre do Tombo em Lisboa. Havia sido incumbido dessa missão pela Real Academia de História espanhola, que tencionava editar as obras completas daquele monarca. Na verdade, José Cornide y Saavedra veio também como espião ao serviço de Godoy, ministro de Carlos IV e Maria Luísa de Espanha, sondar o estado do país antes da que viria a ser chamada de Guerra das Laranjas (1801)⁴⁸².

Na descrição que faz do estado de Portugal em 1800, Cornide y Saavedra inclui Évora pelo seu estatuto de capital da província do Alentejo, que detém, segundo o autor, pela sua antiguidade, pela sua nobreza e porque era sede de um arcebispado⁴⁸³. Com base na leitura da *Évora Gloriosa* de Francisco da Fonseca, nome que ele cita⁴⁸⁴, e provavelmente na *História da Antiguidade da Cidade de Évora* de André de Resende, alude às inscrições divulgadas pelo antiquário eborense⁴⁸⁵, Cornide repete o arquétipo da cidade mais antiga da Lusitânia, que já existia no tempo de Viriato, e da que teve e tinha, entre as povoações portuguesas, na Antiguidade, na Idade Média e na Modernidade, os melhores edifícios. Obedecendo à ordem pré-estabelecida

⁴⁸¹ A.D.E. – *Actas da Câmara Municipal de Évora*, Livro nº. 50, sessão de 4 de Agosto de 1781, f. 36v, sessão de 13 de Novembro de 1784, fl. 145v; Livro nº. 51, sessão de 14 de Fevereiro de 1789, fl. 80.

⁴⁸² F. de FIGUEIREDO – “Viajantes Espanhóis em Portugal – Séc. XVIII”. *Letras. Boletim da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*. S. Paulo: LXXXIV, nº. 3, 1947 (Separata), 19; J. CORNIDE – “Estado de Portugal en el Año de 1800”. *Memorial Histórico Español*. Madrid: Imprenta y Fundición de Manuel Tello, 1893 (vol. XXVI, tomo I), VI (Nota preliminar de A. SÁNCHEZ MOQUEL).

⁴⁸³ J. CORNIDE – “Estado de Portugal en el Año de 1800”. *Memorial Histórico Español*. Madrid: Est. Tip. de la Viuda e Hijos de Tello, 1897 (vol. XXVI, tomo III), 12.

⁴⁸⁴ J. CORNIDE (1893), *op. cit.*, 10.

⁴⁸⁵ J. CORNIDE (1897), *op. cit.*, 14.

das épocas, revisita os vestígios e as edificações amiúde citadas pela literatura sobre Évora, incluindo a longa série de conventos e igrejas erigidos a partir do século XVI, referindo a data da sua fundação, real ou aproximada, a identidade dos seus fundadores, quando era conhecida, a ordem religiosa a que pertenciam e as especificidades da sua arquitectura, caso as tivesse⁴⁸⁶. O texto de Francisco da Fonseca foi, evidentemente, a fonte em que se documentou de toda esta informação.

No seu discurso, contudo, registam-se duas heterodoxias em relação ao saber estabelecido pelos autores que o antecederam sobre os sinais da presença romana na cidade. São essas heterodoxias as probabilidades do templo ter sido dedicado a Cíbele, deusa frigia⁴⁸⁷, e não a Diana, e da existência de um grande *fórum* onde está a Praça Maior. Lamentavelmente, Cornide pouco adianta dos fundamentos que o levaram a colocar a hipótese de o templo de Évora ter sido levantado para a deusa Cíbele⁴⁸⁸. Podemos conjecturar, porém, que sendo a deusa Cíbele representada com uma coroa em forma miniatural de muralha de cidade, Cornide poderia estar a identificá-la com a fiada de merlões que, à altura, contornava a cobertura do antigo templo adaptado a açougue⁴⁸⁹. Esta tentativa de interpretação arqueológica repete-se

⁴⁸⁶ Revisita aos vestígios da muralha romana, do aqueduto e do templo (Antiguidade), da Catedral (descreve a capela mor riscada por Ludovice) e da Torre de Geraldo, ligados pela conquista da cidade aos mouros (Idade Média), o convento dos Loios, o Tribunal e Casa do Santo Ofício, a igreja de S. Francisco (cuja capela classifica de estilo alemão e grandiosa), o convento de S. Domingos, a Universidade, a Igreja do Espírito Santo (que lhe parece ser uma obra da escola de Herrera), a Igreja da Graça com as figuras colossais e nuas dos atlantes na fachada, os conventos dos Carmelitas Calçados, dos Remédios (Carmelitas Descalços), da Cartuxa, do Calvário, do Salvador, de Santa Catarina de Sena, do Paraíso, de Santa Mónica e de Santa Teresa, os colégios de S. Mancos e de Santa Maria Madalena, o seminário, o hospital e o aqueduto reconstruído por ordem de D. João III. J. CORNIDE (1897), *op. cit.*, 14-19 e 22.

⁴⁸⁷ Divindade de origem oriental, da Anatólia, na Ásia Menor, Cíbele é muitas vezes chamada de Mãe dos Deuses ou Grande Mãe, a *Magna Mater*, uma deusa da natureza, uma alegoria à Mãe-Terra. O seu culto foi introduzido em Roma em meados século III a.C. Em 204 a.C., o Senado romano ordenou que trouxessem uma grande "Pedra Negra" que simbolizava a deusa de Pessinunte e construiu-lhe um templo no Palatino, onde era servida por sacerdotes exclusivamente orientais, os Coribantes. É geralmente representada com a cabeça coroada de torres, acompanhada de leões ou em cima de um carro puxado por estes animais. N. S. RODRIGUES – *Mitos e Lendas da Roma Antiga*. Lisboa: Livros e Livros, 2005, 294-296; P. GRIMAL – *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Lisboa: Difel, 1992, 85 e 86.

⁴⁸⁸ J. CORNIDE (1897), *op. cit.*, 15.

⁴⁸⁹ Em 1799, José Cornide y Saavedra conhecia o templo de Évora apenas por desenho. Refere-o numa carta dirigida ao seu amigo Joseph López de la Torre Ayllón y Gallo, enviada de Lisboa a 29 de Fevereiro, quando lhe transmite o lamento expresso por um seu companheiro de visita a Lisboa, um professor Prado, pelo facto dos portugueses não aproveitarem os elementos que restavam do templo, possivelmente as colunas coríntias, comparáveis aos dos mais belos edifícios de Roma, para o exercício do desenho de arquitectura. A 30 de Dezembro de 1800, tendo escrito ao bispo de Beja, Frei Manuel do Cenáculo, Cornide transmite-lhe o seu

na alusão que faz a um edifício que na Praça Maior “ilustrava” esta nobre cidade, adornado com três ordens de colunas dóricas de mármore de Estremoz e que ele entendeu poder ser o que restava do *fórum* da urbe romana⁴⁹⁰. Percebe-se pela afirmação de que esse edifício teria sido demolido na época e a pedido do cardeal-infante D. Henrique, com as colunas sobreviventes a serem recolocadas em várias casas religiosas da cidade⁴⁹¹, que Cornide chegou à presunção da sua existência pela referência ao suposto pórtico romano da Praça Maior, adaptado a fonte e depois desmantelado para desafrontar a fachada da Igreja de S. Antão, feita por Francisco da Fonseca no seu livro *Évora Gloriosa*, a partir de outra anterior, formulada por Gaspar Estaço. Encadeamento modelar entre a literatura de viajantes e as memórias urbanas dos antiquários e historiadores eborenses, e destes entre si, que explica a sucessiva evolução e confirmação do paradigma de Évora como cidade antiga e histórica no desfiar do tecido de autores para aqui convocados.

Os livros destes viajantes escritores não são obras monográficas nem inventários, mas perspectivas pessoais da essência da cidade que, na impossibilidade de abarcarem todas as dimensões que compõem o espaço urbano, se posicionam num ponto de fuga narrativo. Esse ponto de fuga impôs-se aos autores pela imagética que se construiu de Évora, pois não se deslocaram aleatoriamente até lá, fizeram-no com a finalidade e a expectativa de conhecer uma cidade antiga e monumental – por formação e profissão, Bayer, Murphy e Saavedra y Cornide tinham um interesse directo no estudo

apreço pelo emblemático templo eborense, o que indicia que ele já o teria visitado. Esta proximidade entre Cornide e Frei Manuel do Cenáculo permite-nos ainda ensaiar outra explicação para a atribuição do templo romano de Évora ao culto de Cibele. Sabemos que Cenáculo detinha um grande fragmento de uma estátua sedenta feminina romana na sua colecção de antiguidades, achada no Vale de Aguiro (na propriedade do capitão Manuel Veiga), perto de Beja, em 1783, identificada como sendo uma representação da deusa Cibele – assim aparece no *Álbum das Lápides do Museu Sesinando Cenaculano Pacense* (com o n.º 42). Conhecendo a sua existência e tendo em conta a sua dimensão, Cornide pode ter relacionado a sua existência com uma prática de culto à deusa Cibele no Alentejo romano, servido pelo templo de Évora. James Murphy viu-a em Beja, mas identificou-a como sendo a representação de uma Sibila. F. de FIGUEIREDO, *op. cit.*, 48; J. C. BRIGOLA, *op. cit.*, 253; J. O. CAETANO – “Os Restos da Humanidade. Cenáculo e a Arqueologia”. *Imagens e Mensagens, Escultura Romana do Museu de Évora*. S.l.: Instituto Português de Museus, Museu de Évora, 2005, 53 e 90; J. S. RIBEIRO – *Apontamentos Históricos sobre Bibliotecas Portuguesas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1914, 23.

⁴⁹⁰ J. CORNIDE (1897), *op. cit.*, 15.

⁴⁹¹ Cornide chega ao pormenor de indicar que no Colégio do Espírito Santo (Universidade) foram aproveitadas 120 dessas colunas e 32 no Conventinho de Valverde (fora da cidade). Foram ainda implantadas no Convento da Cartuxa. J. CORNIDE (1897), *op. cit.*, 17 e 18.

dos monumentos antigos. Depois, a expectativa confirma-se ou que até é superada no contacto directo com a urbe. As poucas apreciações negativas são motivadas pela divergência em relação aos princípios estéticos predominantes (assim acontece com os edifícios em estilo gótico) ou pela ruína e pela monotonia das arquitecturas civil e corrente.

O ponto de fuga é a ancestralidade remota, o momento fundacional impreciso que está para além da nossa percepção e de um conhecimento histórico documentado, sugerido pelos monumentos mais antigos. Inicia-se neste ponto de fuga o percurso da biografia da cidade, cujas etapas são marcadas pelas edificações mais emblemáticas de cada época, à semelhança do que acontece na panorâmica iluminada de 1501. Confirma-se, deste modo, a força e a impositividade da imagética da cidade antiga culminada no século XVIII e que dá substância à consciência pré-patrimonial presente em autores como António Franco e Francisco da Fonseca. Imagética que se transformará numa auto-consciência que a centúria seguinte verificará ser incontornável em qualquer reflexão sobre Évora ou intervenção no seu espaço urbano, uma verdadeira identidade.

PARTE III

Da História como Identidade: Évora no século XIX

Afirmar que Évora assistiu, ao longo da centúria de XIX, a uma complexa conversão da imagética da sua antiguidade em identidade significa que a cidade do passado evocada pelos vestígios arqueológicos e pela arquitectura deixou de ser apenas um modelo conceptual ou um protótipo construído mentalmente¹, de pertencer somente ao domínio da imaginabilidade², à esfera das cidades ideais, distintas das reais como o mundo do pensamento o é dos factos³. Significa que ao passado foi sendo concedida uma participação tão poderosa na cidade real que aquele se impôs como o sentido e a justificação da própria existência de Évora no presente, fornecendo-lhe uma razão de ser quase metafísica que aglutina todas as restantes funções da urbe, ao ponto de a pautar fisicamente.

Segundo David Hume, a identidade é forjada pelo tempo. Isto é, a identidade é gerada quando a ideia que se tem de um objecto permanece invariável e ininterrupta no decorrer de um intervalo prolongado de tempo, em momentos diferentes da sua existência⁴. Desta maneira, ao tomarmos a cidade de Évora como o objecto da nossa reflexão, verificamos que a apreensão que dela se foi expressando nas artes e na cultura do século XIX concentrou-se efectivamente no reconhecimento do reflexo das dinâmicas da história, local e nacional, nas morfologias arquitectónicas e urbana da cidade. Isto é, no seu valor histórico, absolutamente dominante numa estrutura temporal de longa

¹ RYKWERT, J. – *La Idea de Ciudad. Antropología de la forma urbana en el Mundo Antiguo*. Madrid: Hermann Blume, 1985, p. 5.

² Conceito que fomos buscar a Kevin Lynch, que o define como a capacidade de um objecto material produzir ou evocar uma imagem memorável num dado observador. K. LYNCH – *A Imagem da Cidade*. Lisboa: Edições 70, 1999, 20.

³ G. C. ARGAN – “Cidade Ideal e Cidade Real”. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, 73.

⁴ D. HUME, Livro I, Parte IV, Secções II e VI. Sobre o conceito de identidade ver ainda F. GIL – “Identité. 1. Philosophie”. *Encyclopaedia Universalis*. Paris: Encyclopaedia Universalis, 1989 (vol. 11), 896-898 e R. POUIVET – “Identité”. *Dictionnaire d'esthétique et de philosophie de l'art*. Paris: Armand Colin, 2007, 234 e 235.

duração que perdura até aos dias de hoje. O valor histórico absorverá outros, como o político (enquanto sede temporária do poder real e da corte), o religioso (enquanto arcebispado) e o cultural (enquanto cidade universitária), concorrentes ou mesmo dominantes na formação da identidade da cidade até ao século XVIII. A partir de agora, aquilo que distingue a cidade de Évora é unicamente a história.

A cidade de Évora identifica-se com a história na medida que é compreendida enquanto conjunto de relações espacio-temporais, em que o espaço dimensiona a sùmula das acções e dos movimentos da comunidade dos seus habitantes no tempo⁵. O espaço deixa de ser somente um conceito matemático, avocando uma dimensão existencial⁶.

As relações espacio-temporais acima referidas materializam-se nos edifícios e nos factos urbanos do passado que permaneceram, porque entretanto ganharam novas funcionalidades⁷ ou porque a sua função memorial se tornou de tal modo fundamental que nenhuma outra lhe pôde ser acrescentada, ascendendo assim à categoria de monumentos⁸. Apesar das variabilidades estilísticas – romano, gótico, manuelino, renascentista, maneirista, barroco – e dos intervalos cronológicos que os separam, os monumentos são genericamente compreendidos como variações do mesmo tema, manifestações do tempo no espaço⁹. Os monumentos são, por isso, elementos constitutivos da relevância histórica que é o principal fundamento da cidade, a essência aglutinadora do sentido da sua existência, porque esta é concebida não pelas distintas qualidades morfológicas de cada um, mas pela coerência do estatuto de fonte histórica que é atribuído a todos eles¹⁰. Ou seja, são os monumentos que fazem da cidade um fenómeno intelectualmente coerente e compreensível quando esta se torna o objecto da observação de

⁵ M. HALBWACHS – *La Mémoire Collective*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968, 133; G. C. ARGAN – “O Tratado «De Re Aedificatoria»”. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, 110.

⁶ C. NORBERG-SCHULZ - *Genius Loci. Towards Phenomenology of Architecture*. New York: Rizzoli, 1984, 10,

⁷ A sobrevivência pela não permanência das funcionalidades originais prova a vitalidade das edificações e dos factos urbanos que foram conservados porque sofreram uma renovação tipológica. A. ROSSI – *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa: Cosmos, 2001, 77.

⁸ Os factos urbanos perenes identificam-se com os monumentos arquitectónicos porque, como estes, permaneceram fisicamente na estrutura da cidade pelo valor constitutivo da história, ou da arte, ou da memória, ou do ser. A. ROSSI, *op. cit.*, 76 e 77.

⁹ C. NORBERG-SCHULZ, *op. cit.*, 83.

¹⁰ A. ROSSI, *op. cit.*, 79.

artistas, escritores, pensadores, políticos, jornalistas, etc. A identidade de Évora confirma a aferição de Marc Augé de que sem a ilusão monumental, a história não passaria, aos olhos dos vivos, de uma mera abstracção. Eles tornam percepcionáveis a série de rupturas e continuidades no espaço que a continuidade do tempo representa¹¹. São os monumentos que fazem da história o *genius loci* (o espírito do lugar) de Évora¹².

Entre o século XIX e os dois primeiros decénios do século XX, consubstancia-se a história como identidade de Évora, como veremos de seguida mais aprofundadamente, na fixação da imagem da cidade, nos discursos que a tiveram como pretexto de reflexão, na classificação e na conservação dos seus monumentos e numa modernização que, intencional ou inadvertidamente, não rompeu com o seu pré-existente urbano. Desemboca este processo de construção identitária na aplicação da noção da “cidade museu” a Évora, em que monumentos e momentos diversificados da cidade são metaforicamente unificados pela circunscrição do perímetro urbano, sob a cúpula da narrativa e do conhecimento historiográficos.

¹¹ M. AUGÉ – *Não Lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*. Venda Nova: Bertrand Editora, 1998, 66 e 67.

¹² C. NORBERG-SCHULZ, *op. cit.*, 58.

Capítulo I

A Fixação da Imagem da Cidade de Évora

A 28 de Dezembro de 1844, na segunda série de *O Panorama*, o jornal literário e instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, o número 157 abria, na primeira página, com uma vista geral de Évora, desenhada por Esquível (Joaquim Sebastião Limpo Esquível) a partir da sua vertente sul, do Rossio de S. Brás¹³, e gravada por José Maria Baptista Coelho¹⁴. A gravura ilustrava um artigo sobre a cidade, não assinado¹⁵, que a descrevia e aos seus arredores¹⁶.

¹³ “A vista que apresentámos é tomada da parte da estrada de Lisboa, divisando-se extramuros o chafariz do Rocio, rodeado de marcos, e o seu respectivo tanque; a porta correspondente á alameda, é também denominada do Rocio”. “Évora”. *O Panorama*, 2ª série, vol. III, 28 de Dezembro de 1844 (nº. 157), 408.

¹⁴ Sabemos pouco sobre este artista gravador, apenas que nasceu em 1812 e morreu em 1891, que morava em Lisboa, que começou por aprender pilotagem e que era Cavaleiro de Cristo. Foi colaborador assíduo de Manuel Maria Bordalo Pinheiro, conheceram-se em 1838, e de Nogueira da Silva. Associado a Manuel Maria Bordalo Pinheiro, trabalhou no jornal *O Panorama*, no *Jornal de Belas Artes* e na *Ilustração Luso-Brasileira*. E. SOARES – *Evolução da Gravura de Madeira em Portugal. Séculos XV a XIX*. Lisboa: Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, 1951, 43.

¹⁵ Os artigos anónimos eram, por norma, da responsabilidade de um dos membros do corpo redactorial, nesta segunda série constituído por António Maria Gomes, J. Silveira da Mota e Jorge César de La Figanière, de acordo com a ficha técnica do periódico. Quem quer que fosse dos três a escrever o presente texto sobre Évora foi suportado, no que respeita à descrição dos monumentos históricos, por informação ministrada por Francisco A. Lima em 1839, conforme indicado em nota de rodapé. E. J. G. DIAS – *A Construção da História Medieval na imprensa periódica portuguesa de Oitocentos: os exemplos de O Panorama e do Archivo Pittoresco*. Porto: dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002 (vol. I), 15; “Évora”. *O Panorama*, 2ª série, vol. III, 28 de Dezembro de 1844 (nº. 157), 407.

¹⁶ Três anos mais tarde, o texto será republicado, na íntegra, no *Portugal Pittoresco* do francês Ferdinand Denis. No pequeno intróito que o antecede, o autor afirma sobre Évora que “Não ha terra em Portugal que possua monumentos que mais interesse excitam. Cita ainda as

Da vista geral de Évora publicada n' *O Panorama* retemos, à primeira observação, a convergência com a fisionomia da cidade nas representações iluminadas de 1501 (*Foral Novo*) e de cerca de 1534 (*Genealogia do Infante D. Fernando*). Apesar de captadas de perspectivas diferentes, coincidem na estrutura piramidal que tenta reproduzir a topografia da cidade, cujo vértice é sinalizado pelo perfil da Sé Catedral e cujas diagonais que a definem são marcadas, junto ao limite amuralhado da urbe, por edifícios emblemáticos como os restos do Paço de D. Manuel, da Igreja e do Convento de S. Francisco (à esquerda do espectador) e do Quartel dos Dragões (à direita). A Catedral também é, simultaneamente, o eixo do esquema perspectivo da composição e o ponto de fuga que lhe dá profundidade.

Da leitura do artigo retemos a sua sintonia com a tradição literária sobre Évora a que André de Resende deu início em 1553, ao publicar a *História da Antiguidade da Cidade de Évora*, e que teve o seu corolário com o manuscrito da *Évora Ilustrada* (c. 1698-1722) de Manuel Fialho e António Franco e a *Évora Gloriosa* (1728) de Francisco Fonseca. Em particular no enfoque que põe na enunciação das construções de origem romana ou consideradas como tal, seja o aqueduto ("chamado *da prata*, attribuido a Sertorio, e que foi reedificado por D. João 3.º, perdeu provavelmente muito da sua primitiva fabrica."), seja o templo ("O que chamam – templo de Diana – apresenta um bello fragmento de architectura da ordem corinthia.") ou "a torre quadrilatera, que vulgarmente denominam de Sertorio, por se attribuir a sua fundação áquelle illustre capitão"¹⁷. A efabulação da "Liberalias Júlia" ("Nesse periodo da dominação romana se edificaram nesta cidade templos notáveis;") e a concentração na descrição pormenorizada do templo ("Ommittimos agora o que respeita aos outros edificios, por nos termos alargado ácerca deste;")¹⁸ sugerem uma valorização da muita antiguidade da cidade que o autor incógnito partilha com os antiquários, os historiadores e os eruditos dos séculos XVI a XVIII. Sobre outros monumentos de referência de outras épocas, o artigo limita-se a identificar os representados na gravura: a Sé, o Convento do Carmo, o Quartel dos Dragões (antigo Castelo Novo), a Igreja do Senhor Jesus da Pobreza, o

referências de André de Resende e a *Évora Ilustrada* de Francisco da Fonseca. F. DENIS – *Portugal Pittoresco*. Lisboa: Typ. L. C. da Cunha, 1847 (volume IV), 167-171.

¹⁷ F. DENIS – *Portugal...*, 1847 (volume IV) 167-171.

¹⁸ F. DENIS – *Portugal...*, 1847 (volume IV), 407 e 408.

Convento da Graça, a Igreja de S. Francisco e o designado Palácio de D. Manuel (Trem ou Galeria das Damas)¹⁹.

Também na caracterização que o articulista de *O Panorama* faz da implantação da cidade na paisagem e das suas circunvizinhanças detectamos um paralelismo incontestável com a historiografia eborense, em concreto com a *Évora Gloriosa* do padre Francisco da Fonseca. Em 1844, começava-se por escrever que Évora era uma “cidade famosa desde tempos remotos, no centro da província do Alemtejo, capital do districto e arcebispado do seu mesmo nome, está situada em terreno não mui elevado, porem eminente a uma dilatada campina de terras mui ferteis, a qual é por toda a parte rodeada de montes e serras; entre ellas sobresaem a leste a serra d’Ossa, que atravessa o Alemtejo de oriente a poente, ao sudoeste a de Portel, ao sul a de Viana, ao noroeste a de Montemuro, e todas subministram aguas com abundancia”²⁰. Em 1728, Francisco da Fonseca mostrava que “No Centro desta rica, e opulenta Província, para que, como coração de toda ella, lhe pudesse com mais facilidade comunicar os espíritos vitais, em altura de trinta e oito graus, e trinta minutos, está situada a antiquíssima, e gloriosa Cidade de Évora. Fica sentada em uma colina, tão docemente levantada, que apenas se percebe a subida; e tão proporcionalmente alta, que domina quatro, e cinco léguas de planíssima, e fertilíssima campanha; terminando-se a vista; ou com o horizonte perdido em si mesmo, ou com as serras d’Ossa, Portel e Alcáçovas, que a cercam em distância de algumas léguas”²¹.

A afinidade de conteúdos não é demonstrativa, só por si, do ascendente do padre Francisco da Fonseca sobre o articulista de *O Panorama*, pois desde os séculos XVI e XVII que a idealização da beleza, da riqueza e da fertilidade dos arrabaldes das cidades era um tópico comum do género histórico-

¹⁹ “No ponto mais alto e quasi no centro avulta a sé eborense; á direita desta cathedral apparece o zimborio do convento do Carmo, o edificio vasto que depois se lhe segue era o antigo castello, hoje quartel de cavallaria n.º, 5, a elle proximo, rematando a vista da casaria por esta parte, está o antigo recolhimento da Piedade e Sr. Da Pobreza. – Logo para a esquerda da sé fica o convento da Graça, obra d’antiga construcção onde se aquartelou a guarda de segurança, e que actualmente é occupado pelo destacamento de infantaria, descobre-se depois da casaria a igreja do convento de S. Francisco, agora freguezia de S. Pedro, finalmente vê-se para o mesmo lado o Trem, dependencia do Arsenal do exercito, que se reconhece por sua cupula pyramidal rematando na grimpa”. F. DENIS – *Portugal...*, 1847 (volume IV), 408.

²⁰ F. DENIS – *Portugal...*, 1847 (volume IV), 407.

²¹ F. da FONSECA (Padre) – *Évora Gloriosa. Epilogo dos 4 tomos da Evora Ilustrada, que compoz o R. P. M. Manoel Fialho da Companhia de Jesus*. Roma: Officina Momarediana, 1728, 2.

topográfico, como mostra o exemplo da *Descrição da Cidade de Lisboa* (1554) de Damião de Góis (1502-1574):

“No que diz respeito à salubridade do lugar e da situação de Lisboa, assim como à doçura do clima, é tal a suavidade e a amenidade, e tanta a harmonia entre a terra e a atmosfera, que quase não há um único dia do ano em que se sinta o calor ou frio excessivos. Daí resulta que muitos estrangeiros, vindos de nações diversas e de regiões muito afastadas, atraídos pela pureza do clima, para aqui imigram, abandonando o seu torrão natal e os cuidados da sua pátria, e aqui fixam residência definitiva e domicílio vitalício.

O território da cidade, para qualquer direcção que se deite a vista, está polvilhado por toda a parte de casas de recreio suburbanas e de quintas rústicas, com edifícios magníficos, devido à fecundidade dos campos e à grande densidade de habitantes.”²²

Sabemos, porém, que a *Évora Gloriosa* era uma obra sobejamente conhecida dos autores da geração dos redactores de *O Panorama*, juntamente com as de André de Resende, Duarte de Galvão e Frei Bernardo de Brito. Foi nestes autores que o poeta António Feliciano de Castilho (1800-1875) se baseou para escrever o episódio da conquista de Évora por Geraldo Sem Pavor em 1166, da série dos “Quadros Históricos de Portugal”, conforme o próprio afirma em nota final²³. A *Évora Gloriosa* de Francisco da Fonseca é também uma das fontes citadas pelo Abade António Dâmaso de Castro e Sousa no seu *Itinerario, que os estrangeiros, que vem a Portugal, devem seguir na observação, e exame dos Edifícios, e Monumentos mais notáveis deste reino*, publicado em 1845²⁴. No ano seguinte, num pequeno ensaio acerca da possível existência de um pórtico romano na Praça Maior e do seu possível desmantelamento no século XVI por ordem do cardeal D. Henrique, da autoria de Cunha Rivara (bibliotecário da Biblioteca Pública de Évora) e publicado no *Les Arts en Portugal* do Conde Athanasius Raczyński, transcreve-se um pequeno trecho da *Évora Gloriosa*, mencionando-se ainda o manuscrito, não

²² D. de GÓIS – *Descrição da Cidade de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 2001, 56.

²³ A. F. de CASTILHO – *Quadros Históricos de Portugal*. Lisboa: Typographia da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, 1838, 48.

²⁴ Designadamente no que respeita à Sé de Évora, um dos monumentos que aconselha a visitar. A. D. de C. e SOUSA – *Itinerario, que os estrangeiros, que vem a Portugal, devem seguir na observação, e exame dos Edifícios, e Monumentos mais notáveis deste reino*. Lisboa: Typ. Da Historia d’Hispanha, 1845, 27.

publicado à altura, da *Évora Ilustrada* de Manuel Fialho²⁵, as actividades arqueológicas e historiográficas de André de Resende e a *Collecção de Antiguidades de Evora* (1785) de Bento José de Sousa Farinha²⁶. A conjugação das três referências enumeradas (Feliciano de Castilho, Abade Castro e Sousa e Cunha Rivara) aponta para a existência de uma cumplicidade entre a prosa de Francisco da Fonseca e a eloquência de *O Panorama* sobre Évora que ultrapassa a mera coincidência.

Quanto à possibilidade da Iluminura do Foral Novo de Évora ter servido de modelo ao desenho de Esquível e à gravura de Baptista Coelho, não há evidencias que o demonstrem cabalmente para além do que é sugerido pelas semelhanças de composição entre as duas imagens. Sabe-se apenas que na década de 1870 o foral terá sido alvo de uma intervenção com a finalidade de proteger a sua integridade material, que consistiu na sua encadernação com uma capa de veludo e ornamentos em ferro²⁷. A preocupação em protegê-lo indica o reconhecimento da sua importância, mas é pouco para podermos afirmar que Esquível, o autor do desenho que antecedeu a gravura de *O Panorama*, a usou como referencial.

A proximidade que reconhecemos entre estas duas imagens com 343 anos de distância dever-se-á, parece-nos, à sugestão do próprio lugar, cujo perímetro não ultrapassou a linha da segunda muralha desde o século XVI ao XIX, nem o perfil teve alterações substanciais apesar das construções novas que foram surgindo, como atesta a presença do Quartel dos Dragões na gravura de 1844. Muitas dessas construções foram, inclusivamente, incorporadas no valor histórico da cidade por autores como António Franco e

²⁵ Estava depositado na Biblioteca Pública e era conhecido graças, muito possivelmente, à referência que lhe faz a *Évora Gloriosa* de Francisco da Fonseca.

²⁶ C. A. RACZYNSKI - *Les Arts en Portugal - Létres adrèsses a la Societé Artistique et Scientifique de Berlin et accompagnés de documents*. Paris: Jules Renouard, Lib., 1846, 362 e 363. O texto de Cunha Rivara foi por nós abordado na Parte II.

²⁷ Das decorações faziam parte um fecho, quatro brochas, uma em cada canto, em forma de esferas armilares e o escudo de Portugal ao centro. Esta encadernação foi retirada ao Foral Novo aquando do seu restauro em 2001, por ocasião das comemorações do seu quinto centenário. O achamento, pelos técnicos de restauro, entre a pasta e a folha intermédia de cartão da capa, de um papel manuscrito com uma série de datas que variam entre 1874 e 1878, talvez um índice, balizou cronologicamente essa encadernação. Entre 1886 e 1896, de acordo com a identificação e a descrição do foral feita por Gabriel Pereira, o caderno já encontrava assim encadernado. I. I. S. de A. dos S. CORREIA – “Foral Manuelino de Évora. Estudo e recuperação ao nível da sua encadernação”. *A Cidade de Évora. Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora, II série, 2002-2006 (nº. 16), 55-57; G. PEREIRA – “O Arquivo Municipal”. *Estudos Eborenses*. Évora: Edições Nazareth, 1947 (1º vol.), 348 (publicados em 37 fascículos entre 1886 e 1896).

Francisco da Fonseca – assim aconteceu com o convento da Graça –, o que as impôs às representações e descrições posteriores. É portanto consequente que *O Panorama*, sendo um jornal dedicado à divulgação da história nacional e estrangeira, das antiguidades e dos monumentos²⁸, as não pudesse evitar.

Obviamente que alguns desses edifícios são também, no plano da representação, elementos referenciais da paisagem urbana. Por eles, pelo efeito de simulacro que criam com os seus referenciais no plano da realidade, é estabelecida a escala da composição e a orientação do olhar do espectador no percurso da apreensão da imagem. Esta outra função destes monumentos está bem patente numa gravura alusiva ao ataque das forças cabralistas a Évora durante a revolução da Patuleia, de datação incerta e autoria desconhecida, e numa aguarela de 1862 e assinada por J. L. Esquível, muito provavelmente Joaquim Sebastião Limpo Esquível, o autor da ilustração d'*O Panorama* de 1844, cuja análise se concluiu no parágrafo anterior²⁹.

São as duas panorâmicas de Évora, gravura e aguarela, mas desta vez não tiradas do Rossio de S. Brás, do lado Sul, mas do Ocidental, de uma perspectiva que permite vislumbrar a porta da Lagoa e o aqueduto, no percurso que lhe dá entrada na cidade. São reconhecíveis, pela pormenorização realista com que foram representados, para além do citado aqueduto e das omnipresentes catedral (no topo topográfico) e Igreja de S. Francisco, uma das torres do Palácio Cadaval (junto da Sé), o Quartel dos Dragões e a Igreja de S. Antão na Praça Maior. Fora de muros, ambas as composições incluem ainda o forte e a Ermida de Santo António, enquanto a Cartuxa está presente apenas na aguarela. Ainda na aguarela, é também de destacar, junto à Porta da Lagoa, a chaminé industrial da fábrica de moagem de farinha, depois de cortiça e serração de madeiras, que a família Braamcamp-Reynolds instalou no edifício

²⁸ Ernesto Rodrigues - "(O) Panorama". *Dicionário do Romantismo Literário Português*. Lisboa: Editorial caminho, 1997, 404.

²⁹ Actualmente, a gravura está depositada no Arquivo Histórico Militar e a aguarela é propriedade de António Pestana de Vasconcelos. As evidentes semelhanças entre as duas, desde a perspectiva da cidade que apresentam até à caracterização das construções assinaladas, evidenciam uma afinidade que aponta para uma relação estreita entre ambas, talvez na autoria do desenho subjacente à gravura. P. S. RODRIGUES – "A fixação da imagem da cidade na origem do conceito de património urbano: o exemplo de Évora". *Arte Teoria. Revista do Mestrado em Teorias da Arte da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa*, nº. 10, 2007, 151 e 152; C. ALMEIDA (cord. Edit.) – *Évora Desaparecida. Fotografia e Património – 1839 ... 1919*. Évora: Câmara Municipal de Évora, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, Centro de História da Arte da Universidade de Évora, 2007, 54.

do antigo Colégio de S. Manços, secularizado após a extinção das ordens religiosas³⁰.

Se, no caso da aguarela, a discreta marcação da contemporaneidade com a inscrição da chaminé industrial na imagem salienta o pendor descritivo desta, completado pelos outros marcos referenciais da paisagem urbana que são os edifícios imediatamente reconhecíveis, a cuidadosa pormenorização com que estes últimos foram representados também os evidencia, tal como na gravura, enquanto signos das suas qualidades arquitectónicas e da historicidade que elas convocam. Em ambos os registos, esse valor icónico é sublinhado pela distorção, comparativamente ao referente, dos posicionamentos da catedral, da Igreja de S. Antão, do Quartel dos Dragões e de S. Francisco na estrutura do núcleo urbano. Estes monumentos são, de facto, observáveis do ponto de vista captado pelas duas panorâmicas, mas não exactamente nas orientações e na ordem com que foram distribuídos pelos respectivos planos de imagem – a fachada de S. Antão não é visível desta perspectiva (está virada a Oriente), nem está tão distante da catedral, nem tão próxima do Quartel dos Dragões; o mesmo acontece com a fachada da Igreja de S. Francisco, que deveria estar mais próxima do primeiro plano que o Quartel dos Dragões. Significam as soluções compositivas aludidas que a figuração da realidade percepcionável foi subordinada à representação da ideia, da ideia que se tinha dos edifícios assinalados. Logo, estes não são meras citações visuais.

Mas há que reforçar que a idealização presente na gravura e na aguarela é, como foi notado pela nossa análise, ligeira. Talvez porque não é este, a Ocidente (sudoeste), o ponto de vista da cidade que se constituiu como paradigma da sua imagem, o do Rossio de S. Brás da gravura de *O Panorama*, de onde eram visíveis os seus principais monumentos, aqueles em que se concentrava o essencial do simbolismo histórico que emanava de Évora. É a percepção e a interpretação de Évora que era possível ter deste seu flanco Sul que é verbalizada numa descrição da cidade feita por Augusto Filipe Simões, a partir da torre da muralha incluída nas Ruínas Fingidas do Jardim Público, num artigo publicado no *Manuelinho d'Évora* em 1882:

³⁰ Antes de ser o Colégio de S. Mansos, o edifício fora paço dos Sepúlvedas. T. ESPANCA – *Inventário Artístico de Portugal. VII. Concelho de Évora*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1966 (I volume), 276 e 277.

“Junto da torre fica para essa parte a cerca de S. Francisco, em cuja fresca verdura se deleitam os olhos antes de se dilatarem pela parte occidental da cidade, que mais adiante fecha o quadro. D’entre innumeras casas brancas de neve alevanta-se a egreja de Santo Antão, e de outra parte as altas e denegridas torres da sé, que patenteiam na forma e na côr a antiguidade da povoação. Mais perto vê-se a egreja de S. Francisco livre e desacompanhada, com a sua coroa de ameias e coruchéos espiraes.

A quem desce da torre depois de ter contemplado todas estas bellezas não se lhe desvanecem logo as impressões que recebeu. Continúa a ver os interessantes panoramas que admirou, e a nutrir o espírito das reflexões a que dão assumpto”³¹.

Saliente-se como a descrição física dos monumentos os caracteriza quanto à sua ancestralidade e como a cidade tem o estatuto de paisagem, com uma leitura e interpretação cultural que ultrapassa a mera beleza formal, o pitoresco – “nutrir o espírito das reflexões a que dão assumpto”. Mesmo para quem vinha de fora do país, uma observação panorâmica da cidade de Évora, “standing on a hill”, tinha “a very imposing appearance” e a “great air of antiquity about it”³².

Foi essa muito impositiva aparência e essa grande atmosfera de antiguidade que o mesmo *Manuelinho d’Évora* intentou sintetizar na alegoria mnemónica que tomou como cabeçalho para a sua primeira página, durante o período da publicação da sua primeira série, de 1880 a 1904. O periódico eborense abria com um frontispício³³ em que se acumulavam, no plano da

³¹ “Ruínas Fingidas no passeio publico d’Evora”. *O Manuelinho d’Evora*, nº. 46 (Ano II), 1882, 2.

³² A. C. SMITH – *Narrative of a Spring Tour in Portugal*. London: Longmans, Green, and Cº., 1870, 64.

³³ Assinado por Pastor, presumivelmente Francisco Pastor (1850-1922), desenhador e gravador espanhol que foi discípulo de Severini, que também trabalhou em Portugal, e se estabeleceu em Lisboa em 1873. Colaborou em vários jornais nacionais, como o *Diário Ilustrado*. Foi ainda director artístico do *Correio da Europa* e editor do *Almanach Illustrado* e da *Semana Illustrada*. Deve-se-lhe a autoria dos primeiros postais ilustrados feitos em Portugal. São particularmente conhecidas as suas gravuras camoneanas, nomeadamente as que realizou para uma edição de *Os Lusíadas* de 1878 (Episódio dos Doze de Inglaterra, Canto VI), para a pequena brochura *Retrato e biographia de Camões escripta especialmente por Theophilo Braga e offerecida gratis pela casa Minerva* (Lisboa, 1880), um medalhão de Camões para o *Diário Ilustrado* de 10 de Junho de 1880, um retrato de João de Barros, em associação com um de Camões gravado por Casanova, incluídos na *Collecção Camoneana* (1895) de J. do Canto. Também abriu trabalhos desenhados por outros artistas, como o de “Inês de Castro” de Manuel de Macedo para a capa da *Nova Castro. Tragédia de João Baptista Gomes Júnior* (Porto, s.d.). São também conhecidas as suas ilustrações para *D. Quixote da Mancha*, tradução portuguesa da obra de Cervantes feita por D. José Carcomo Lobo, e as suas gravuras de retratos das personagens da vida política, intelectual e económica das últimas décadas do século XIX e das primeiras do seguinte. F. de PAMPLONA – *Dicionário de Pintores e Escultores Portugueses ou que Trabalharam em Portugal*. s.l.: Livraria Civilização, 1988 (IV), 267 e 268; B. X. COUTINHO –

representação, como num mostuário, os mais simbólicos e conhecidos monumentos da cidade, seleccionados em conformidade com o seu poder evocativo. Ao centro, com grande destaque, a figura do Manuelinho de Évora³⁴ empunhava, na mão esquerda, um estandarte com o brasão da cidade³⁵ e, na direita, uma cartela com o nome do jornal muito semelhante, e nela certamente inspirada (vimos atrás que foi intervencionada na década de 1870), à representada na iluminura de 1501, com a frase *Ebura Colonia Romana*. No primeiro plano, Manuelinho de Évora está ladeado pelo busto de Sá de Miranda e um medalhão com a efígie de André de Resende, medalhões em que foram inscritas datas importantes para a história da cidade e da nação³⁶, e outros objectos alusivos ao prestígio erudito, científico e cultural da cidade (globo terrestre, luneta e livros). Em segundo plano, da esquerda para a direita, são reconhecíveis o templo romano, o palácio Barahona, a torre da lanterna da Sé, o perfil do corpo da igreja de S. Francisco e o Aqueduto da Água da Prata, com a torre que o rematava frente à fachada de S. Francisco.

Do conjunto das edificações representadas, sobressaem as inclusões do palácio Barahona e da torre do aqueduto. Ao denominado palácio Barahona, “a mais elegante casa moderna da cidade”³⁷, projecto da autoria do arquitecto

Camões e as Artes Plásticas. Subsídios para a Iconografia Camoneana. Porto: Livraria Figueirinhas, 1949 (volume II), 68, 170, 232, 235-238, 253, 273, 274, 276 e 344.

³⁴ Eborense do século XVII que seria, talvez, um tal Manuel Martins, irmão da Misericórdia de Évora, tido como o tolo da cidade. Ficou popularmente conhecido porque a sua alcunha, Manuelinho de Évora, surgiu como o autor das ordens dos levantamentos da cidade contra o domínio castelhano em 1637, ocultando a identidade dos seus verdadeiros responsáveis. A efabulação que foi criada, nas épocas posteriores, à volta desta figura tornou-a protagonista de várias obras literárias.

³⁵ Com a figura de Geraldo Sem Pavor a cavalo e as cabeças dos dois mouros que ele terá decapitado, segundo a tradição, aquando da conquista da cidade. P. S. RODRIGUES – “O passado é uma cidade ideal: um olhar sobre a patrimonização de Évora”. *Revista de História da Arte*. Lisboa: Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, nº. 4, 2007b, 280.

³⁶ 1166, data do primeiro foral da cidade, concedido por D. Afonso Henriques logo a seguir à conquista cristã por Geraldo Sem Pavor; 1637 e 1640, anos dos levantamentos de Évora contra a monarquia filipina e da Restauração; 1834, ano da vitória dos liberais sobre os absolutistas. A inscrição do ano de 1879 tem uma leitura política muito precisa que abordaremos no próximo parágrafo.

³⁷ F. de ALMEIDA – *Em Évora*. Évora: Diário do Sul, 2002, 21. Publicado no volume *Estâncias de Arte e Saudade* em 1924, o presente texto terá sido redigido na última década do século XIX, certamente antes de 1901, ano da demolição do Convento do Paraíso, que é ainda descrito por Fialho de Almeida (41-44 e 59-63), e de 1893, ano da primeira edição de *O País das Uvas*, de que faz parte o conto “O Menino Jesus do Paraíso”, que contém passos concernentes à descrição do convento repetidos no *Em Évora*. A datação provável será 1891, em virtude de ao escrever sobre a inauguração do Teatro Garcia de Resende no caderno nº 42 de *Os Gatos*, do dia 20 de Junho de 1892 (a abertura da sala de espectáculos tinha ocorrido no primeiro dia desse mês), mencionar que tinha visitado o “teatro d’Évora” há um ano. Isto é, tinha

italiano Giuseppe Cinatti para o abastado proprietário rural José Maria Ramalho Perdigão, cuja construção decorreu de 1856 a 1867, já dedicámos algumas das linhas da Parte I. Por agora, basta-nos reter o impacte estético que a sua construção teve entre os eborenses, que em menos de vinte anos o emparelha com os mais emblemáticos monumentos históricos da cidade. Abordaremos o significado desta presença mais adiante. Relativamente à torre do aqueduto, esta já não existia no ano da publicação do primeiro número do *Manuelinho d'Évora* (1880), por mercê da sua demolição cerca de cinco anos antes, acontecimento envolto em polémica que retomaremos no capítulo 3.3. O aqueduto com a sua torre importa para aqui pela sua força enquanto ícone do valor histórico da cidade, que o cabeçalho de *O Manuelinho d'Evora* fez perdurar além da sua própria existência para efeitos de manipulação partidária da memória do destino que a câmara de Évora lhe havia dado.

Jornal fundado com o objectivo político de inconformismo e protesto em relação aos atropelos, aos abusos e às parcialidades cometidas por qualquer quadrante partidário contra o constitucionalismo³⁸, o *Manuelinho d'Evora* foi, na verdade, um periódico de tendência regeneradora que fará, logo desde o seu início, uma evidente oposição aos progressistas que, chefiados por Anselmo Braamcamp, governavam Portugal desde 1879³⁹. A redacção d'*O Manuelinho d'Evora* exhibia essa oposição acintosamente fazendo reconstituir, na gravura

visitado a cidade no ano anterior, em 1891. F. d'ALMEIDA – *Os Gatos*. Lisboa: Clássica Editora, 1992 (volume V), 170.

³⁸ “Hoje que a controversia politica dos partidos militantes, que o favoritismo audaz dos governos protervos, que a legislação inepta e vexatoria de estadistas aventureiros ameaça impellir o espirito liberal da sociedade portugueza para um meio subversivo, suscitando uma conflagração geral no paiz, e quiça na península, a gargalhada inoffensiva, mas arguta e conceituosa, do Manuelinho, reflectindo-se nas caixas typographicas da imprensa periódica, e protestando energicamente pelos abusos e vexames sancionados por fementidos patriotas de qualquer procedencia politica, achará por certo um echo sympathico e perduravel no fôro intimo do cidadão portuguez, que preze sinceramente as instituições liberaes do seculo e as aspirações consentaneas do legitimo progresso.” *O Manuelinho d'Evora*, nº. 1, 1 de Dezembro

³⁹ “Já por vezes temos dito que não estamos filiados nem sujeitos a qualquer dos partidos que ahi se debatem. Não podemos pertencer ao partido regenerador, porque é um partido que, apesar de ter dotado o paiz com melhoramentos importantes, illaqueou a sua ultima gerencia com erros politicos de que ainda não está penitenciado. / Não podemos pertencer ao partido progressista, porque, tendo este promettido emendar os erros dos seus adversarios, e corrigil-os completamente, só lhes tem dado vulto, aggravando-os com vinganças pessoaes. / Somos, portanto, independentes. / Como os passados erros não podem justificar os presentes, combatemos e combateremos os erros da situação politica actual, porque temos mais amor a esta terra e interesse pela sua prosperidade, do que esse grupo de especuladores cheios de vaidade, guindados ao poder pelo acaso burlesco, e que em logar de administrarem melhor a fazenda publica, apenas satisfazem as suas conveniencias politicas”. *O Manuelino d'Evora*, nº. 8, 8 de Março de 1881 (1º ano), 1.

que encimava a primeira página dos seus números, a torre do aqueduto que fora desmantelada, precisamente, por uma edilidade progressista. Completava a provocação introduzindo, no canto inferior esquerdo da composição, um medalhão com as inscrições invertidas do ano da tomada de posse do ministério de Anselmo Braamcamp, 1879, e da palavra "PROGRESSO", colocado estrategicamente junto dos destroços de uma coluna coríntia. Denunciava-se deste modo, por comparação com a força empreendedora das épocas passadas (que os monumentos, as datas e os autores representados lembravam), o impulso destruidor do presente. Embora não de todo o presente, somente o das conjunturas progressistas – o Palácio Barahona, entre S. Francisco, a catedral e o templo romano, estava lá a sinalizar uma noção menos pessimista da contemporaneidade. É o próprio redactor de *O Manuelinho d'Evora* a confirmá-lo, em tom desabrido, a 29 de Março de 1881, depois da queda de Anselmo Braamcamp, substituído pelo regenerador António Rodrigues Sampaio⁴⁰:

"Cairam.

Era a sua condição normal.

[...], quando elles na maxima parte representavam de per si só a *negação do progresso* e a *mystificação* de umas *nullidades* reaccionarias, que a despeito da civilisação contemporanea se pavoneavam de salvadores da patria, [...].

[...]

Os nossos contrterraneos da facção chamada progressista, salvas honrosas excepções, baquearam tambem, isto é, voltaram ao capitulo da bemavenrurança *ici-bas*; e, como em justiça entendemos que suas virtudes, quiçá de bravos indigenas, devem ser recompensadas, offerecemos ao seu representante na imprensa (a *Ze Barro*⁴¹) dois *fac-similes* da sua importancia scientifica – um é a medalha com o progresso ás avessas, a qual tinhamos guardada em logar proprio (ao canto das ruínas) – outro, é o espectro do seu vandalismo, uma torrinha de edificação romana, cujo desenho se vê á esquerda do frontespício d'esta folha, e que em tempos, que já lá vão, o vandalico poeta *Zé Barro* mandou em nome do progresso doitar ocheiva⁴²

⁴⁰ Substituído, a partir de Novembro, por Fontes Pereira de Melo. L. N. E. da SILVEIRA, P. J. FERNANDES – *D. Luís*. Casais de Mem Martins. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2006, 291 e 292. "À voz de Fontes Pereira de Mello e dos seus intelligentes collaboradores, desfez-se o encanto. Encontrou-se com energia no caminho em que a Europa nos precedera vinte annos pelo menos. «Política de fomento», diz-se agora; política de vida, dizemos nós, política de resurreição". "O sr. Fontes a enganar o diabo". *O Manuelinho d'Evora*, nº. 44, 18 de Novembro de 1881 (1º ano), 1.

⁴¹ Aludia ao correspondente de *O Progresso*, órgão noticioso do partido Progressista em Évora.

⁴² "O progresso, a medalha e a torrinha". *O Manuelinho d'Evora*. Évora: nº. 11, 29 de Março de 1881 (1º ano), 1. Pouco depois da nomeação do novo governo, a partir de 9 de Dezembro de 1881, do nº. 47 de *O Manuelinho d'Evora*, o medalhão é mantido como elemento da

Numa versão mais tardia do mesmo cabeçalho⁴³, a formatação simbólica aligeira-se para dar lugar a uma panorâmica bastante fiel à realidade da vista geral da cidade que se tinha do Rossio de S. Brás. Mantinham-se os elementos alegóricos, mas estes servem agora de cercadura à imagem da cidade. As figurações do Manuelinho de Évora e do templo romano, que o panorama não deixa ver, são deslocados para as extremidades laterais da composição, a enquadrar a cena principal.

A solução encontrada para incluir o denominado Templo de Diana no cabeçalho, utilizando-o simbolicamente como o ex-libris da antiguidade pré-nacional de Évora que ele sempre fora, como uma espécie de preâmbulo do panorama que compensaria a sua invisibilidade do flanco Sul da cidade, é reveladora da importância que lhe era dada. Esta era equiparada apenas pela da catedral e pelo aqueduto. Os três, templo, catedral e aqueduto, foram os únicos monumentos a ser referidos por todos os guias de turismo da cidade de Évora publicados entre 1875 e 1916⁴⁴.

composição sem qualquer inscrição (data ou palavra). Até aí e desde o nº. 41, sem data, mas provavelmente do final de Outubro (talvez do dia 30), que o cabeçalho do jornal não apresentava qualquer imagem, apenas o seu título.

⁴³ Assinada igualmente por Francisco Pastor.

⁴⁴ Conforme se pode verificar por um levantamento realizado por Ana Cardoso Matos e Maria Luísa Santos para os anos de 1875 a 1933. Para os anos de 1875 a 1916, a sua pesquisa utilizou como fontes *A handbook for travellers in Portugal: a complete guide for Lisbon, Cintra, Mafra, Évora...* (London, John Murray, 1875, 3 vols.), *Roteiro da cidade de Évora e breve notícia dos seus principais monumentos* (Évora, Tipographia Minerva, 1881, 1ª ed: 1871) de António Francisco Barata, *Através da cidade de Évora ou apontamentos sobre a cidade de Évora e seus monumentos* (Évora, Minerva, 1900) de Caetano da Câmara Manuel (por nós já citado) e *Évora e seus arredores: indicações gerais para uso dos viajantes* (Lisboa: Tip. da Gazeta dos Caminhos de Ferro, 1916) da Sociedade de Propaganda de Portugal. De acordo com o mesmo levantamento, seguiam-se-lhes a Igreja de S. Francisco, não incluída apenas no percurso definido por Caetano da Câmara Manuel; a de S. Antão, o Convento de Santa Clara e os palácios da Inquisição e dos Condes de Basto, a Torre de Sertório, a Universidade, o Quartel dos Dragões e a muralha, que ficaram de fora do guia editado em inglês por John Murray; e o

– “Os Guias de Turismo da cidade de Évora no contexto do turismo contemporâneo (dos finais do século XIX às primeiras décadas do século XX)”. *A Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal, nº. 5, 2001 (III Série), 395, 396 e 401-405. Antes de 1875, as três edificações são dadas como as mais notáveis da cidade de Évora pelo *Guia do Amador das Bellas-Artes* de Daniel de Moura Guimarães. D. M. de M. GUIMARÃES – *Guia do Amador das Bellas-Artes*. Porto: Typographia Commercial, 1871, 24. Em termos práticos, são estes três monumentos, mais a Igreja de S. Francisco, que regem a excursão a Évora do casal Joaquim de Vasconcelos e Carolina Michäelis de Vasconcelos, na companhia de José Queiroz, realizada de 9 a 15 de Fevereiro de 1901. Visitam ainda a Ermida de S. Brás, o “Aqueduto da Prata”, a Igreja dos Lóios, o Palácio Cadaval, a chamada Torre de Sertório e o Convento do Espinheiro. J. QUEIROZ – *Da Minha Terra: Figuras Gradadas. Impressões de Arte*. Lisboa: Cultarte, 2003, 3, 6, 11-13 e 19.

O Manuelinho de Évora posiciona-se alegoricamente sobre a área do Rossio de S. Brás e mantém, da versão anterior, o estandarte da cidade seguro pela mão direita e, pela esquerda, a esvoaçante cartela com o nome do jornal, suspensa sobre o perfil de Évora, em nova alusão à iluminura do foral manuelino. Entre os dois, em primeiro plano, o globo terrestre, os livros, a luneta e os medalhões com as datas históricas⁴⁵.

Organizada segundo um esquema compositivo de perspectiva trapezoidal, resultante da intenção significativa de ampliar a panorâmica à escala, o horizonte da cidade que assinalava a primeira página do *Manuelinho d'Évora* tem o seu vértice na catedral, descentrada para a direita, no plano mais distante da posição do espectador, a marcar a cota da urbe com as suas torres e os seus coruchéus, tal como era representada desde o século XVI.

Também novamente a partir da Sé, em diferentes níveis de distância e escala, até ao limite do Rossio de S. Brás, um cuidadoso sentido do pormenor assinala, sobressaindo de entre a massa construída do aglomerado urbano, trechos de alguns dos mais emblemáticos monumentos históricos eborenses. São reconhecíveis, se o nosso olhar percorrer o panorama da direita para a esquerda, a cúpula do Convento do Carmo, a cobertura da Igreja da Misericórdia, parte do Palácio do Vimioso, o Convento da Graça e, em contraponto à catedral, o perfil da Igreja e parte do Convento de S. Francisco. Num plano ligeiramente à frente, os dois corpos e a pequena torre do mais importante edifício da Évora oitocentista, o Palácio Barahona. Não falta, inclusive, a marcação da avenida da Estação, futura avenida Barahona, pelos renques de árvores que a ladeavam (sobre a qual assentam a base do globo terrestre e um dos pés do Manuelinho de Évora). A gravura terá sido realizada a partir de uma imagem fotográfica que está actualmente depositada no Arquivo Fotográfico de Évora⁴⁶. Copiada ao pormenor, a sua autoria não está identificada, nem a datação estabelecida. No entanto, existe um exemplar da

⁴⁵ Em relação ao frontispício anterior, desapareceram os anos de 1640 e de 1834, para serem substituídos pelos de 1383 (adesão dos eborenses à causa do Mestre de Avis, futuro D. João I) e 1808 (resistência de Évora ao invasor francês, que acabou com a ocupação e sequente saque da cidade pelo exército napoleónico). As imagens de Sá de Miranda e de André de Resende também não foram retomadas. O centro da composição é ocupado por um elemento novo, um grande escudo, cuja superfície foi decorada com uma paisagem, uma planície onde se vislumbra o nascer do sol e os sinais de uma jornada de trabalho, o carro e os instrumentos agrícolas.

⁴⁶ AFE, PEP0011

mesma fotografia na Biblioteca Pública da Évora que foi encadernada, juntamente com outras fotografias da cidade, num álbum registado com o título *Vistas Photographicas de Évora* (f. 3) e o ano de 1883⁴⁷. Esta é uma data possível para a fotografia em questão.

Verdadeira montra dos monumentos arquitectónicos de Évora, a vista do Rossio de S. Brás com que o *Manuelinho d'Évora* abria tornar-se-á, nos anos finais do século XIX, na imagem iconográfica da capital transtagana, muito por força da sua repetição em registos fotográficos. Encontramo-la na *Vista Geral do Rossio de S. Brás*, atribuída a José Serra e com execução provável entre 1899 e 1920, assim como na fotografia panorâmica que dava entrada, numa das páginas de rosto não numeradas, ao guia *Atravez da Cidade de Évora ou Apontamentos sobre a Cidade de Évora e seus Monumentos*, redigido por Caetano da Câmara Manuel, engenheiro da Direcção Distrital de Évora do Ministério das Obras Públicas, e publicado em 1900. Da primeira para a segunda destas duas fotografias, a objectiva aproximou-se mais do horizonte da cidade, concentrando-se na Sé, na Igreja de S. Francisco e no Palácio Barahona, que é o que sucede na imagem do guia *Atravez da Cidade de Évora...*⁴⁸

Em termos de significados precisos, os quatros edifícios correlacionam três fases fundamentais da história de Évora. O estilo gótico da Sé (século XIII), entronizado no ponto mais alto da urbe, como no século XVI, continua a assinalar o seu núcleo original e a remeter o espectador para a conquista cristã da cidade na Idade Média e, por consequência, porque lhe está directamente ligado, para o processo de fundação do reino. Portanto, à percepção visual da distância física que separa a Catedral do limite da área da cidade, marcado pelo

⁴⁷ BPE, Casa Forte, Estante 2, Gaveta 10.

⁴⁸ Uma variante deste ponto de vista, que em nada altera o seu significado geral, pode ser vista a fazer de fundo à *Parada militar no Rossio* (AFE, GPE0293), numa fotografia de 1889 atribuída a José A. Barbosa. Variante porque, para Ocidente, capta apenas uma parcela do Palácio Barahona. Em compensação, nas proximidades da catedral, revela-se parte do Palácio do Vimioso e, colada à torre Norte, o telhado do antigo palácio arquiépiscopal e actual Museu de Évora. Numa outra reprodução, executada por António Vicente da Rocha Júnior no ano seguinte (*Vista panorâmica de Évora*, propriedade de João Cabral Silveira), a perspectiva fecha-se ainda mais sobre a catedral e o Convento da Graça, deixando os restantes monumentos, dos atrás referenciados, quase irreconhecíveis (são-no somente pelas coberturas), embora se consiga descortinar a torre oriental das Portas de Moura, mais a cobertura e a aresta do frontão da Igreja do Espírito Santo. C. ALMEIDA – *Évora – Objectos Melancólicos*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2005, 138 e 139; C. ALMEIDA (2007), *op. cit.*, 142 e 143; P. S. RODRIGUES (2007), *op. cit.*, 146-149.

arvoredo e pelo gradeamento do Jardim Público (à esquerda, iniciado em 1863) e do Jardim do Palácio Barahona (à direita), ou seja pela Évora modernizada do século XIX, corresponde a sugestão de um distanciamento temporal que aqui encontra o seu pólo mais recuado. Os conventos de S. Francisco (séculos XIV e XV) e da Graça (século XVI) testemunham o período de maior florescimento e apogeu de Évora com a dinastia de Avis, quando ascendeu à categoria de residência temporária de monarcas, nobres, eruditos, poetas e artistas, e foi sede de várias cortes. O Palácio Barahona e a renovada Porta do Rossio, de onde sai o eixo da Avenida da Estação em primeiro plano – era por aqui que entravam na cidade todos aqueles que chegavam de comboio⁴⁹, desde a inauguração do caminho-de-ferro em 1863 –, representam o presente, a cidade burguesa, contemporânea ao momento da execução ou da captação das imagens, na qual desagua o fluxo histórico que os restantes monumentos documentam⁵⁰:

“ [...], tudo esquecemos ao distinguirmos as ruínas do *paço d'El-Rei D. Manuel*, o *palácio do lavrador Ramalho*, e o *quartel chamado dos Castellos*, onde ora está (podendo estar trez ou quatro) o regimento 5 de cavallaria.

A habitação do opulento lavrador, situada á entrada da cidade, e vastíssima, de risco elegante como tudo quanto traça o lapis do sr. *Cinatti*, de quem foi a obra, e está alli como para advertir ao recémchegado, a riqueza do proprietario e a da província transtagana⁵¹.

Os restantes monumentos, de antiguidade (logo autenticidade) evidente nas suas particularidades estilísticas, criam uma distância entre o presente da paisagem que os integra e o passado a que aludem. Ao provocarem este efeito, demonstram que monumentos e topografia permanecem iguais num sistema que se modifica, dialéctica que dá maior complexidade ao presente, uma vez

⁴⁹ Assim sucedeu com Joaquim e Carolina Michæelis de Vasconcelos na visita que fizeram a Évora em 1901 e com Fialho de Almeida na segunda década do século XX. J. QUEIROZ, *op. cit.*, 5; F. de ALMEIDA (2002), *op. cit.*, 17 e 18. Na crónica de viagem “Tres dias em Évora”, Júlio César Machado descreve, sinteticamente, como era chegar a Évora antes do caminho-de-ferro: “Depois do clássico chá das Vendas-Novas, – o unico e melhor dos dias n'esta planeta subllunar que habitamos! – deixei á mesa os passageiros da mala-posta, e parti com o meu amigo e excellent companheiro P. n'uma sege que não recordava a do Tolentino, nem na saude, nem na velocidade, correndo rapida como o pensamento nas azas... de dois machos.” J. C. MACHADO, “Tres Dias em Evora”. *Passeios e Phantasias*. Lisboa: José Maria Corrêa Seabra, 1862, 77.

⁵⁰ P. S. RODRIGUES (2007b), *op. cit.*, 278.

⁵¹ J. M. A. NOGUEIRA – “Algumas horas em Evora”. *Jornal do Commercio*, nº. 3935, 1 de Dezembro de 1866, 1.

que permite pressupor um devir, uma dinâmica histórica que revela simultaneamente as causas e os efeitos, as decisões e as acções⁵². Daí as imagens fotográficas sugerirem a ideia de união entre passado e presente: “como os factos estão contidos na memória, à cidade acrescem novos factos”⁵³. O presente é interpretado como o culminar de um processo histórico que o legitima e lhe confere sentido. Isto significa a convicção que a cidade de Évora iria, no essencial, permanecer para o futuro como tinha vindo do passado⁵⁴.

Tal como afirma Raymond Ledrut, o presente não deixa de ser visto sob o ângulo do passado, o que faz com que a personalidade urbana se manifeste através dos monumentos consagrados e se privilegie, nas panorâmicas de Évora, as ordens, as formas e os signos instituídos⁵⁵. A insistência na vista tirada do Rossio fixou-a enquanto estereótipo da imagem de Évora, transformando-a num eufemismo da cidade histórica⁵⁶, da qual a Sé e S. Francisco se fixam como ícones fundamentais.

Através deles, desses ícones fundamentais, todos os outros edifícios antigos de Évora são evocados. Constituem estes um conjunto bem mais vasto e plural de referências arquitectónicas e históricas, dos quais apenas uma pequena minoria está visível ou é irrisoriamente perceptível nas imagens fotográficas, como o Convento da Graça ou a Igreja da Misericórdia, mas que no seu todo representam uma presença sempre latente intelectualmente, mesmo que oculta.

A figuração dessa presença revela-se disseminada por muitas gravuras e fotografias de enfoque específico em monumentos individuais, publicadas na imprensa nacional e em publicações monográficas ou de divulgação, como ilustrações ou acompanhadas de notas explicativas. Previsivelmente, as imagens centradas nos monumentos de maior simbolismo são as mais frequentes (Sé, S. Francisco, Templo e Aqueduto), mas estão longe de se

⁵² A. ROSSI, *op. cit.*, 184; M. AUGÉ, *op. cit.*, 75.

⁵³ A. ROSSI, *op. cit.*, 192 e 193.

⁵⁴ D. J. OLSEN, *op. cit.*, 308.

⁵⁵ R. LEDRUT – “La imagen de la ciudad”. AA.VV. – *La significación del entorno*. Barcelona: Colegio Oficial de Arquitectos de Cataluña y Baleares, 1972, 37. Cit. F. de GRACIA – *Construir en lo Construido. La arquitectura como modificación*. Guipúzcoa: Nerea, 2001, 27.

⁵⁶ Para criar um estereótipo, é necessário ter o poder de fixar uma imagem a um molde, explorando sistematicamente os factos até eles se tornarem numa eufemismo. M. C. BOYER, *op. cit.*, 313. Ver ainda E. H. GOMBRICH – “Truth and Stereotype”. *Art & Illusion. A study in the psychology of pictorial representation*. London: Phaidon, 1995, 55-64.

esgotarem nestes. Em 1848 e 1849, a *Revista Popular* divulga a Galeria dos paços reais de S. Francisco, a catedral e o antigo colégio do Espírito Santo⁵⁷. O *Archivo Pittoresco* dá a conhecer, acompanhados por textos de Augusto Filipe Simões, o edifício da antiga Universidade (claustro e fachada da Sala dos Actos)⁵⁸, a catedral (o transepto e a cabeceira)⁵⁹, o aqueduto, (incluindo alguns pormenores da sua construção, como a torre que existiu frente à igreja de S. Francisco)⁶⁰, a ermida de S. Brás⁶¹, a igreja de S. Francisco⁶², a igreja de S. João Evangelista do Convento dos Lóios (o portal da entrada)⁶³, o palácio de D. Manuel ou Galeria das Damas (em diferentes perspectivas)⁶⁴ e o convento da Cartuxa⁶⁵. A *Ilustração Portuguesa* publicou gravuras dos paços reais, do convento e da igreja de S. Francisco⁶⁶. Na década de 1890, *O Ocidente* ilustra as suas páginas com o templo romano, a Igreja da Graça, a Sé e a Universidade (Sala dos Actos)⁶⁷. As páginas de *Atravez a Cidade de Évora...* de

⁵⁷ *Revista Popular*, nº. 48, 27 de Janeiro, 1848; nº. 7, 21 de Abril, 1849; nº. 9, 5 de Maio, 1849.

⁵⁸ *Archivo Pittoresco*, nº. 21, 1862, tomo V, 161. Um pequeno texto explicativo acompanha a gravura. O desenho é de Nogueira da Silva e a gravura de J. Coelho e Pedroso.

⁵⁹ *Archivo Pittoresco*, nº. 22, 1862, tomo V, 169. Com um pequena história do edifício.

⁶⁰ *Archivo Pittoresco*, nº. 6, 1864, tomo VII, 41; nº. 5, 1867, tomo X, 33.

⁶¹ *Archivo Pittoresco*, nº. 24, 1864, tomo VII, 185.

⁶² *Archivo Pittoresco*, nº. 2, 1868, tomo XI, 9. Ilustra um extenso artigo sobre o Convento de S. Francisco.

⁶³ *Archivo Pittoresco*, nº. 49, 1867, tomo X, 385.

⁶⁴ *Archivo Pittoresco*, nº. 1, 1868, tomo XI, 1; nº. 6, 1868, tomo XI, 41.

⁶⁵ *Archivo Pittoresco*, nº. 29, 1868, tomo XI. Segundo o jornal *Perseverança* de 17 de Março de 1868 (nº. 15), as gravuras dos monumentos eborenses saídas no *Archivo Pittoresco* nesse mesmo ano (tomo XI) correspondiam às enviadas para a Exposição de Paris de 1867, feitas a partir de fotografias de autor não identificado. O seu "habil photographo" foi possivelmente um dos três que estiveram no certame: Wenceslau Cifka, Jacques Francem e Thurston Thompson, que estivera em Portugal, a fotografar, no ano anterior. São notórios os paralelismos temáticos com as fotografias que Jean Laurent (1816-1892), o mais importante fotógrafo da Espanha oitocentista, que terá estado em Portugal entre 1868 e 1870, e especificamente em Évora no ano de 1869. De nacionalidade francesa, Jean Laurent residiu em Madrid, onde abriu estúdio fotográfico em 1856, durante 46 anos. O inventário das imagens de Évora apareceu nas páginas 338 e 339 do *Nouveau Guide du Touriste en Espagne et Portugal*, editado pelo próprio em 1879 (o itinerário artístico era da responsabilidade de Alfonso Roswag, genro de Laurent): "Façade de l' ancienne Chartreuse; Façade de la Cathédrale; Une Porte de l' Église de Saint Jean Evangeliste; le temple de Diane; façade de l'ancienne Université, maintenant Casa Pia; Église de Chamblas; Façade de l'ancien Palais du roi don Emmanuel; Tour de l'Aqueduc". C. ALMEIDA (2005), *op. cit.*, 57, 113 e 114. C. T. CADENAS – "Laurent em Portugal". *Évora Desaparecida. Fotografia e Património – 1839 ... 1919*. Évora: Câmara Municipal de Évora, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, Centro de História da Arte da Universidade de Évora, 2007, 33-36, 38 e 47.

⁶⁶ *A Ilustração Portuguesa*, nº. 35, 23 de Fevereiro, 1885, 1 e nº. 42, 13 de Abril, 1885, 8.

⁶⁷ Mas também o Teatro Garcia de Resende, que dava uma perspectiva mais actual da cidade. Em relação ao templo, a gravura que o reproduz foi executada a partir de uma fotografia de M. Nicolau da Costa. "O templo de Diana em Évora". *O Ocidente*, nº. 420, 21 de Agosto, 1890, 187 e 189; G. PEREIRA – "Monumentos de Évora I. A igreja da Graça". *O Ocidente*, nº. 490, 1 de Agosto, 1892, 169 e 170; "Theatro Garcia de Rezende". *O Ocidente*, nº. 494, 11 de Setembro, 1892, 203-206; G. PEREIRA – "Monumentos de Évora II. A Sé". *O Ocidente*, nº. 503, 11 de

Caetano da Câmara Manuel discriminavam selectivamente, por fotografia, o templo romano, a Sé, o Convento dos Lóios (o pórtico da sala capitular e do refeitório), a denominada Casa de Garcia de Resende (janela manuelina), o Convento do Carmo (pórtico), o aqueduto, o Mosteiro de S. Bento de Castris e a Ermida de S. Brás, estes dois últimos fora de muros⁶⁸. Em 1907, as entradas sobre Évora de *Portugal. Dicionário Histórico, Chorographico, Biographico...* concentrava-se na Graça, no aqueduto, no claustro da Universidade, no palácio de D. Manuel, na ermida de S. Brás (o único de que se reproduz uma gravura e não uma fotografia), a Sé e o templo⁶⁹.

Foram igualmente representados e fotografados edifícios mais recentes, dos fins do século XVIII ou dos inícios do século XIX, por mercê da sua arquitectura, monumentalidade e/ou intencionalidade comemorativa, que com o passar do século vão entrar na classe dos monumentos históricos. É o que acontece com a Porta de Aviz, cuja imagem desenhada e gravada abriu, em 1862, o nº. 13 do *Archivo Pittoresco*, ou com o Quartel dos Dragões, que acolhia o regimento de cavalaria nº. 5. Novamente, o valor arquitectónico e a importância da tipologia justificavam a atenção concedida a edifícios de reduzida ancestralidade ou até contemporâneos, como o Palácio Barahona e o

Dezembro, 1892, 275 e 276; "Universidade de Évora. A Sala dos Actos". *O Ocidente*, nº. 566, 15 de Setembro, 1894, 211 e 212.

⁶⁸ Duas das fotografias, dos conventos dos Lóios e do Carmo, não versavam os edifícios propriamente ditos, mas elementos que se salientavam pela qualidade artística ou pelo pitoresco. O texto era bem mais abrangente que as ilustrações, acrescentando-lhes a chamada Torre de Sertório, o Paço Arquiepiscopal, a Biblioteca Pública, os palácios Cadaval, da Inquisição e dos Condes de Basto, as igrejas dos Lóios, de S. Vicente, da Graça, de S. Antão, da Misericórdia e de S. Francisco, os conventos de Santa Clara e de Santa Helena do Monte Calvário, a Ermida de S. Miguel, a Capela de S. Manços, a Cerca Nova, os Paços do Concelho, o Celeiro Comum, a Universidade e o Seminário (antigo Colégio da Purificação). C. da C. MANOEL – *Atravez a Cidade de Evora ou Aparentamentos sobre a Cidade de Evora e seus Monumentos*. Évora: Minerva Comercial, 1900, 13-97; *Roteiro da cidade de Evora e breve noticia dos seus principaes monumentos*. Évora: Imprensa do Governo Civil, 1871, 6-11.

⁶⁹ Integra ainda uma imagem da capela de Garcia de Resende, sita na cerca do Convento do Espinheiro. E. PEREIRA, G. RODRIGUES (a) – *Portugal. Dicionário Histórico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Heraldico, Numismatico e Artístico*. Lisboa: João Romano Torres e C^a, Editora, 1907 (vol. III), 237-239; E. PEREIRA, G. RODRIGUES (b) – "Evora (Aqueducto de Sertorio ou da «Prata» em)". *Portugal. Dicionário Histórico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Heraldico, Numismatico e Artístico*. Lisboa: João Romano Torres & C^a. Editores, 1907 (vol. III), 241; E. PEREIRA, G. RODRIGUES (c) – "Evora (Conventos de)". *Portugal. Dicionário Histórico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Heraldico, Numismatico e Artístico*. Lisboa: João Romano Torres & C^a. Editores, 1907 (vol. III), 241 - 243; E. PEREIRA, G. RODRIGUES (d) – "Evora (Sé de)". *Portugal. Dicionário Histórico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Heraldico, Numismatico e Artístico*. Lisboa: João Romano Torres & C^a. Editores, 1907 (vol. III), 244; E. PEREIRA, G. RODRIGUES (e) – "Evora (Templo romano em)". *Portugal. Dicionário Histórico, Chorographico, Biographico, Bibliographico, Heraldico, Numismatico e Artístico*. Lisboa: João Romano Torres & C^a, Editores, 1907 (vol. III), 245.

Teatro Garcia de Resende⁷⁰, os quais não deixavam de conter a profecia da sua futura patrimonziação⁷¹.

De notar que o número de imagens produzidas e publicadas de um monumento específico foi largamente superior ao das panorâmicas. Não deixam de conter, porém, quase por inerência e implicitamente, a leitura geral da cidade de Évora que os panoramas tomados do Rossio de S. Brás fixaram ao longo do século XIX. Cada ruína, igreja, convento, palácio ou trecho de muralha reproduzido recordava um acontecimento ou acontecimentos e uma personagem ou personagens da biografia de Évora. Cada vez que o faziam, consolidavam, uma vez mais, a história como identidade da cidade. É esta dialéctica poderosamente identitária entre panorâmicas e monumentos individuais que reconhecemos concretizada em 1902, no primeiro volume de *A Arte e a Natureza em Portugal*, colecção de álbuns de fototipias dedicada à descrição das cidades, dos monumentos históricos, dos costumes e das paisagens de Portugal⁷².

O primeiro volume de *A Arte e a Natureza em Portugal* integra, de facto, uma fototopia panorâmica de Évora, tirada por Emílio Biel (1838-1915) do Rossio de S. Brás⁷³. O enquadramento escolhido por Biel captava,

⁷⁰ C. da C. MANUEL, *op. cit.*, 46 e 50.

⁷¹ No levantamento dos Guias de Turismo da cidade de Évora acima citado, encontramos duas referências ao Teatro Garcia de Resende e ao Palácio Barahona (por Caetano da Câmara Manuel e pela Sociedade de Propaganda de Portugal) e as três já citadas ao Quartel dos Dragões. A. C. de MATOS, M. L. F. N. dos SANTOS, *op. cit.*, 401, 403 e 404. O teatro, por exemplo, foi visitado por Joaquim de Vasconcelos, Carolina Michäelis de Vasconcelos e José Queiroz em Fevereiro de 1901. J. QUEIROZ, *op. cit.*, 20.

⁷² Formada por oito volumes, publicados entre 1902 e 1908 pela portuense Casa Emílio Biel, a colecção era dirigida Fernando Brütt e Cunha Moraes, os dois principais colaboradores do fotógrafo alemão Emílio Biel, autor das imagens de grande formato que a compunham e que vinha realizando desde cerca de 1884. Para a autoria dos textos que as fototipias ilustravam contaram, para além de Gabriel Pereira, com uma série de nomes ilustres: A. M. de Simões Castro, António Augusto Gonçalves, Augusto Fuschini, Brito Rebelo, Carolina Michäelis de Vasconcelos, Conde de Arnoso, D. João de Castro, Joaquim de Vasconcelos, Júlio de Castilho, M. Vieira da Natividade, Manuel Monteiro, Ramalho Ortigão, entre outros. Todos os textos são acompanhados por uma versão em francês, possivelmente com a intenção de alargar o espectro do seu público para além das fronteiras nacionais. P. Baptista – *A Casa Biel e as suas edições fotográficas no Portugal de Oitocentos*. Lisboa: dissertação de Mestrado em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1994 (volume I), 177-183 e 198; A. SENA – *História da Imagem Fotográfica em Portugal*. Porto: Porto Editora, 1998, 169, 172, 174 e 175; P. A. R. S. RODRIGUES – *Património, Identidade e História. O valor e o significado dos monumentos nacionais no Portugal de Oitocentos*. Lisboa: dissertação de Mestrado em História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Lisboa, 1998 (volume I), 156 e 157.

⁷³ A prova original em albumina desta imagem, de datação não confirmada, é propriedade da Associação dos Arqueólogos Portugueses e está depositada na Divisão de Documentação

significativamente, a Sé, a Igreja de S. Francisco, o Convento da Graça e o Palácio Barahona. São ainda vislumbrados, embora com menos peso simbólico, a Igreja de S. Antão (na extremidade esquerda, por de trás de S. Francisco), a cobertura do antigo palácio arquiiepiscopal (actual Museu de Évora), adjacente à torre Norte da Catedral, e, mais em baixo, parte do Palácio do Vimioso. Caso subsistissem dúvidas acerca da intencionalidade da objectiva de Biel, cairiam perante a leitura do texto de Gabriel Pereira (1847-1911)⁷⁴ que acompanhava a fototipia e a descrevia do seguinte modo:

Fotográfica do Instituto Português de Museus e Conservação. Foi publicada em C. ALMEIDA (2007), *op. cit.*, 158 e 159.

⁷⁴ Nascido em Évora a 7 de Maio, Gabriel Vítor do Monte Pereira passou parte da sua juventude em Setúbal, onde seu pai, António Pereira, dirigia o liceu. Estudou depois na Escola Naval, que abandonou perto do final do curso por pressão materna, e na Escola Politécnica, que também abandonou antes da conclusão dos seus estudos. Acabou a exercer o magistério no Liceu de Setúbal, onde o seu pai era director, começando então a despertar nele um acentuado gosto pela história e pela arqueologia. Com o encerramento do Liceu de Setúbal, voltou com seu pai para Évora, onde, em 1873, com 26 anos, começou a exercer as funções de amanuense e arquivista na Misericórdia de Évora, onde trabalhou 14 anos. Durante esse período, aprendeu paleografia e organizou o cartório da Misericórdia, competências que lhe permitiram dedicar-se ao estudo da documentação histórica da cidade, sobretudo da época medieval. Aqui ficou até 1887, altura em que entrou como colaborador extraordinário para a Biblioteca Nacional de Lisboa, acabando por ingressar no respectivo quadro de pessoal, a convite de António Enes, bibliotecário-mor, ocupando os cargos de conservador e de conservador-director. A 1 de Novembro de 1902, por morte de Lino de Assunção, foi nomeado Inspector das Bibliotecas e Arquivos. Da sua vasta bibliografia de cariz historiográfico e arqueológico destacam-se *Dólmens ou antas nos arredores de Évora* (1875), *Notas de Arqueologia* (1879), *Documentos Históricos da Cidade de Évora* (1885-1891) e *Estudos Eborenses* (1864-1894), *O Museu Arqueológico do Carmo* (1900), *Monumentos Nacionais I e II* (1900 e 1902), *Torres Vedras. Notas de Arte e Arqueologia* (1904), para além de diversos estudos sobre Arqueologia, Arte, Etnologia e História saídos na imprensa e reunidos por João Rosa no livro *Estudos Diversos* em 1934. Como bibliotecário e arquivista: *Biblioteca Nacional de Lisboa* (1898), *Bibliotecas e Arquivos Nacionais* (1910), numerosos catálogos de colecções de desenhos, pinturas e manuscritos, como *A Colecção de desenhos e pinturas da Biblioteca de Évora em 1884* (1903) ou a *Colecção de códices com iluminuras da Biblioteca Nacional de Lisboa* (1904), etc. Experimentou também a literatura de ficção, escrevendo e publicando *Contos singelos* (1876), *Narrativas para operários* (1878-1879) e *Madrugadas* (1888). Foi ainda tradutor, designadamente da *Biografia de Quinto Sertório por Plutarco de Chéronea* (da versão de E. Talbot, 1878), da versão francesa do Livro III da *Geografia de Estrabão (Descrição da Península Ibérica, 1878)* e dos *Contos de Andersen* (1879). A maioria destes textos foi publicado, antes ou depois da sua edição em livro, na imprensa: *O Arqueólogo Português*, *Arquitectura Portuguesa*, *Arquivo Pitoresco*, *Arte Portuguesa*, *Boletim da Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses*, *Boletim de Bibliografia Portuguesa*, *O Comércio de Lisboa*, *O Instituto*, *Jornal da Infância*, *O Louletano*, *Manuelinho de Évora*, *O Ocidente*, *Passatempo*, *Revista Arqueológica e Histórica*, *O Universo Ilustrado*, etc. J. ROSA – “Tábuas bibliográficas dos trabalhos de Gabriel Pereira”. *Estudos Diversos*. G. PEREIRA. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1934, 457-488; P. A. R. S. RODRIGUES, *op. cit.*, 92 (n. 4); M. J. BRANCO – “A defesa do património construído em Évora. Cunha Rivara, Filipe Simões, Gabriel Pereira e Túlio Espanca”. *Monumentos*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 26 (Abril), 2007, 116-123; M. J. B. NETO – “Monumentos Nacionais através do lápis do distinto eborense Gabriel Pereira (1849-1911)”. *Monumentos*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 26 (Abril), 2007, 124-133.

“Sobranceira aos seus olivares e vinhedos, ás terras de pão, e aos montados de azinho e sobreiro, a cidade mostra a sua elegante linha coroada pela imponente cathedral, de altas torres quadradas, e alteroso zimbório, que parece um elmo. A estampa mostra bem a Sé eborense.

No primeiro plano a photographia apresenta-nos o rocío de S. Braz; o arvoredado da avenida que da estação do caminho de ferro conduz á porta sul, onde começa a rua do Paço, agora christmada em Marquez de Pombal.

Ao terminar o arvoredado da avenida sobressae o palacio Barahona, e os seus jardins. Á esquerda o arvoredado do passeio publico, em terraço sobre as muralhas dos baluartes feitos no século XVII. Sobre o arvoredado do passeio espreita a casa do asylo de infância, construcção moderníssima, e logo a grande parede sul da igreja de S. Francisco, com os seus coruchéos e ameias do século XVI. A torre que se vê isolada e moderna. Além do templo de S. Francisco, á esquerda, avista-se Santo Antão, construído pelo cardeal-rei, D. Henrique, quando era arcebispo de Evora.

Á direita do palacio Barahona avulta em tom escuro o edificio do convento da Graça, erguido em tempo de D. João III. Uma casa que alveja por sobre o telhado da Graça, é agora residencia particular e foi o palacio do bispo D. Affonso de Portugal. Perto vê-se um trecho do claustro da Sé (século XIV) e avulta logo dominando tudo a construcção robusta e altaneira da Sé (séculos XII-XIII), seguindo-se ao zimbório, lado do nascente, á direita da estampa, a capella-mór, primorosa obra do tempo de D. João V. A photographia está tão nítida que mostra bem a differença do claro marmore que reveste a capella-mór, e o tom pardo-escuro da silharia de granito. Entre a casaria miuda vê-se ainda a parte superior da Misericórdia, e o começo do Carmo. De qualquer parte que se photographar a cidade apparecem palacios e conventos, de familias fidalgas que abandonaram a cidade ha muito, de ordens religiosas que se apagaram, para salvar as finanças do paiz.

Riqueza historica, archeologica e artistica abunda em Evora.”⁷⁵

Avançando no texto, nas fototipias e nos volumes, a descrição geral da cidade dá lugar à focalização nos monumentos que ficaram de fora do enquadramento do panorama da cidade, mas com a relevância necessária para merecerem uma atenção especial. Em relação a estes, Gabriel Pereira concentra a atenção do leitor no templo romano, na Ermida de S. Brás, na Universidade (que albergava o liceu da cidade à altura), o Aqueduto da Água da Prata, o Convento da Cartuxa e o palácio de D. Manuel (o que restava do paço real de S. Francisco)⁷⁶. Das edificações captadas pelo panorama, a Igreja da Graça, a Igreja de S. Francisco e a Sé são descritas com mais pormenor,

⁷⁵ G. PEREIRA – “Evora”. *A Arte e a Natureza em Portugal*. Porto: Emílio Biel, 1902 (volume I), 6 e 7.

⁷⁶ Os artigos dedicados a Évora foram republicados no volume *Recordação de Évora*; J. ROSA, *op. cit.*, 470. Deste conjunto também faz parte o altar-mor da Igreja de Santo Antão. Todos os monumentos citados são reproduzidos em fototipia. G. PEREIRA, *op. cit.*, 7-13, 15-18 e 20-22.

principalmente as duas últimas, às quais são dedicados artigos individuais⁷⁷, ou não marcassem, respectivamente, o eixo e o limite de uma das diagonais que confere profundidade à imagem.

As fototipias de Emílio Biel e os textos de Gabriel Pereira, ao concretizarem a dimensão do tempo pelo itinerário simbólico entre o passado e o presente que os monumentos captados obrigam o olhar a percorrer⁷⁸, representam a consagração da imagem de Évora como cidade histórica. A sua recorrência no século XIX confunde-a com a própria noção que se passa a ter de Évora e patenteia que a identidade eborense, consolidada ao longo da centúria, se consignou como *locus*, no sentido que lhe é dado por Aldo Rossi, de uma “relação singular e no entanto universal, que existe entre uma certa situação local e as construções aí localizadas”⁷⁹. Ao interpretar essa relação como de natureza eminentemente histórica, está-se a impor uma estrutura inteligível (a história) a uma realidade aparentemente desordenada (as desiguais morfologias arquitectónicas dos monumentos reproduzidos)⁸⁰, na qual a topografia permite escalonar os muitos tempos que Aldo Rossi diz estarem concentrados na forma da cidade, desde os mais remotos, representados pela Sé no cume do alto de S. Bento, aos mais recentes, o Palácio Barahona no limite da muralha, à beira do Rossio de S. Brás⁸¹. Neste sentido, os monumentos que as panorâmicas dão a ver perdem algum do seu poder individual para ficarem intimamente ligados à cidade, na medida em que são expressão da memória e da história dos poderes, dos grupos e dos indivíduos que a habitaram ao longo do tempo⁸²:

“A História da cidade de Évora é longa e interessante; é uma epitome da história universal, e, com especialidade, da do Reino, pois n’ella habitaram os romanos, os godos, os árabes, os mouros, etc. e os seus naturaes se distinguiram nas artes, nas sciencias, e em todos os

⁷⁷ G. PEREIRA, *op. cit.*, 15 e 19; G. PEREIRA – “Evora. Egreja de S. Francisco”. *A Arte e a Natureza em Portugal*. Porto: Emílio Biel, 1902 (volume II), 68-75.

⁷⁸ C. NORBERG-SCHULZ, *op. cit.*, 56; G. C. ARGAN – “O Tratado «De Re Aedificatoria»”. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, 110.

⁷⁹ A. ROSSI, *op. cit.*, p. 151, 154 e 192.

⁸⁰ D. J. OLSEN – *The City as a Work of Art*. London, Paris, Viena. New Haven and London: Yale University Press, 1986, 307.

⁸¹ A. ROSSI, *op. cit.*, 80.

⁸² A. ROSSI, *op. cit.*, 192.

acontecimentos que tiveram lugar no Paiz, ou, se deram fora, desempenharam papéis importantes”⁸³.

⁸³ C. da C. MANUEL, *op. cit.*, 9.

Capítulo II

A Fixação do Discurso sobre a Cidade de Évora

Da leitura dos textos escritos por Gabriel Pereira para *A Arte e a Natureza em Portugal* verificamos a sua sintonia com a tradição literária sobre Évora a que André de Resende deu início em 1553, ao publicar a *História da Antiguidade da Cidade de Évora*. Em particular com a *Évora Gloriosa* (1728) do Padre Francisco Fonseca, na eleição dos edifícios enunciados e na descrição que faz da paisagem eborense e dos seus arredores. Em rigor, podemos afirmar, sem perigo de exagerar, que Gabriel Pereira significou o zénite do culto da antiguidade da cidade de Évora que começou no século XVI com André de Resende, na medida em que o levou, na charneira do século XIX para o Século XX, até aos seus limites, ao ponto de os romper. Os estudos de Gabriel Pereira partiram das referências dos primeiros estudiosos de Évora, que ele citava frequentemente ou mantinha presentes quer como modelo de pioneirismo nos campos da história e da arqueologia, quer como fontes primeiras de informação, para as rever criticamente e ultrapassar, ultrapassando em definitivo o ciclo do memorialismo erudito e da história religiosa, em que predominava o efeito de projecção, por vezes perigosamente especulativa, dos grandes acontecimentos e das grandes personalidades na aparência ou na imponência dos monumentos. Gabriel Pereira fá-lo porque, como filho do seu século, munido que estava dos postulados da ciência positiva, desenvolveu uma metodologia de estudo em que concilia o valor heurístico intrínseco dos monumentos, que capta empiricamente, observando-os, descrevendo-os e

comparando-os entre si, processo que importou da arqueologia⁸⁴, com uma exaustiva investigação arquivística⁸⁵. É essa complementaridade que inferimos quando nos deparamos com uma visão de conjunto da produção bibliográfica de Gabriel Pereira, perceptível, desde logo, na pluralidade das abordagens que enceta da cidade. Se escreveu sobre a muralha de Évora e os vestígios da presença romana na cidade, acerca da Sé, da Biblioteca e do Museu Cenáculo, do convento do Carmo, do convento do Espinheiro, da igreja da Graça, da janela da Casa de Garcia de Resende, da Casa Cordovil, dos antigos Paços do Concelho, do aqueduto, da ermida de S. Brás, do convento dos Lóios⁸⁶,

⁸⁴ Área em que Gabriel Pereira tinha experiência de estudo, a qual lhe permitiu acompanhar, em trabalhos de campo, o arqueólogo Emil Hübner, os arquitectos Possidónio da Silva e Albrecht Haupt, ou o etnólogo Leite de Vasconcelos. Era membro da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses em 1876 e diversos dos seus primeiros trabalhos, como os que foram escritos para o *Universo Ilustrado* e para a *Gazeta Setubalense* entre 1877 e 1878, reunidos em 1879 na publicação *Notas de Arqueologia*, são sobre antas e dólmenes do Alentejo (*Dólmenes ou Antas nos Arredores de Évora*, 1875) e artefactos pré-históricos. A sua capacidade de observação do objecto arquitectónico fica patente nos muitos desenhos, necessariamente analíticos, que fez dos monumentos do país (Guimarães, Barcelos, Coimbra, Leiria, Palmela, Arraiolos, Évora, Vila Viçosa) – os seus cadernos de desenho estão hoje depositados na Biblioteca Nacional de Lisboa e foram recentemente divulgados por Maria João Baptista Neto. M. J. B. NETO, *op. cit.*, 124-133; M. J. C. BRANCO, *op. cit.*, 121.

⁸⁵ É de lembrar que ele foi arquivista da Misericórdia de Évora, onde terá aprendido paleografia

⁸⁶ “Portugal. Ermida de Garcia de Resende. Na cêrca do Espinheiro (Évora)” (*O Universo Ilustrado*, 1878, publicado também no *Manuelinho d'Evora* em 1881 e na *Ilustração Alentejana* e nas *Notícias de Évora* 1898), “Arqueologia. Sepulturas romanas recentemente descobertas nas proximidades de Évora” (*O Universo Ilustrado*, 1880, publicado também no quarto tomo da *Revista Arqueológica e Histórica* em 1890), “Templo Romano” (*A Renascença*, 1879, *O Manuelinho d'Evora*, nº 75 e nº 76, 1882, e carta a Possidónio da Silva publicada no *Real Boletim da Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses*, tomo IV, nº. 3, 1883), “A porta do celeiro da Biblioteca de Évora” (*Arte Portuguesa*, 1895), “Évora romana: As lápides – O museu Cenáculo” (*Real Boletim da Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses*, tomo IV, nº. 5), “Os sinos da Sé de Évora” (*Real Boletim da Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses*, tomo IX, nº. 4 – nº. 12, publicado em *O Manuelinho d'Evora* em 1902), “Monumentos de Évora. A Igreja da Graça” e “A Sé” (*O Ocidente*, 1892, transcrito no *Manuelinho d'Evora* em 1893), “Baixos relêvos da Graça, de Évora”, “Janela da casa de Garcia de Resende”, “A varanda da casa Cordovil em Évora. Largo da Porta de Moura” (*O Ocidente*, 1893, transcrito no *Manuelinho d'Evora*), “Antigos Paços do Concelho de Évora” (*O Ocidente*, 1895, transcrito no *Manuelinho d'Evora*, nº 742 e nº 743), “Porta do côro da Sé de Évora” (*O Arqueólogo Português*, tomo VI, nº. 5 – nº. 7, 1901), “O Aqueduto” (*Passatempo*, 1901), “S. Brás” (*Passatempo*, 1901), “Santa Monica” (*Passatempo*, 1901), “Templo Romano em Évora” (*Passatempo*, 1901), “O Largo da Porta de Moura, em Évora” (acompanhado de uma fotografia de Luís de Melo Guveia, *Passatempo*, 1902), “Porta da Casa do Capítulo dos Lóios” (*Passatempo*, 1903), “Évora, Janela antiga (Palácio das Pêgas)” (*Passatempo*, 1904), “A Torre de Alconchel” (*Passatempo*, 1904), “As pinturas da Biblioteca de Évora” (*Brasil-Portugal*, 1902). No *Manuelinho d'Evora* publicou: “Antiguidades romanas em Évora. O arco de D. Isabel e um trêcho da cêrca velha” (1882 e 1885, e também em *O Arqueólogo Português*, tomo V, nº. 4, 1899-1900), “S. Brás” (1884, nº 179 e 1895, nº 734), “Porta da Casa do Capítulo dos Loios (Évora)” (1895, 1898 e 1903), “O Mosteiro de Nossa Senhora do Espinheiro” (1896), “Antiguidades alentejanas (acêrca da oferta de achados romanos e outros e ofertas à Biblioteca de Évora)”, “Apontamentos sôbre a capela mor da Sé”, “Apontamentos para a história da igreja do convento do Carmo”, “Arqueologia, Antiguidades prehistóricas, Ladrilhos romanos, (noticias de achados)”; “Paraíso” (1883), “Santa Clara” (1884),

também o fez sobre a origem do nome da cidade, da mouraria e da judiaria⁸⁷. Edita igualmente transcrições do seu primeiro foral de Évora, concedido por D. Afonso Henriques em 1166, trechos das crónicas de Garcia de Resende e de Fernão Lopes alusivos à cidade, ou as constituições do bispado da cidade de 1534⁸⁸. Grande parte destes temas foi tratada por Gabriel Pereira numa série de trinta e sete artigos publicados em colectânea, em igual número de fascículos, entre 1884 e 1894. Os três primeiros fascículos receberam o título de *Estudos Eborenses. História e Arqueologia*, alterado em 1886 para *História, Arte e Arqueologia*, mais consentâneo com a abrangência do teor dos textos⁸⁹. Paralelamente, 299 documentos recenseados por Gabriel Pereira vão sendo editados integralmente nos anos de 1885, 1887 e 1891, em três partes, sob a denominação de *Documentos Históricos da Cidade d'Evora*.

Evidentemente que os inquéritos arquivísticos não eram uma novidade da historiografia oitocentista, esta fora sempre a principal dimensão da prática da História. O que a investigação arquivística de Gabriel Pereira trouxe de novo para a História de Évora foi que conjugada com a caracterização física do objecto, permitiu problematizar e ajuizar as singularidades histórica e artística dos monumentos no contexto das circunstâncias específicas da construção e da vivência concreta de cada um ao longo do tempo⁹⁰. Foi assim possível

"S. Bento" (1885), "A Igreja de Santo Antão" (1885), "O convento do Salvador", "O convento de Santa Catarina do Sena", "Convento de Santa Mónica", e "Ermida de Garcia de Resende (Espinheiro, Évora)". J. ROSA, *op. cit.*, 463, 464, 466 e 472 – 479.

⁸⁷ "Judiaria e mouraria". *O Manuelinho d'Evora*, nº. 46 (Ano II), 1882, 2 e 3.

⁸⁸ Em *O Manuelinho d'Evora* publicou "Évora antiga", "Évora, 29 de julho de 1808", "Évora, 1828 a 1834", "Évora e o Alentejo no Oriente", "Feitiços e bruxarias. Constituições do Bispado de Évora, 1534", "O Governo supremo do distrito de Évora", "Medidas sanitárias no século XVI", "Narrativas eborenses: Os tumultos de 1384. A tomada do castelo. A morte da Abadessa de S. Bento. Janeiro de 1834", "As festas reais do casamento do príncipe D. Afonso, Évora, 1490", "Nomes de Damas", "D. Gonçalo de Cordova", "Uma carta de Clenardo, Évora, 1535", "Os festejos de Évora em 1729: Casamentos da Infanta D. Maria Bárbara com o príncipe das Astúrias e da Infanta de Castela, D. Maria Ana de Bourbon, com o príncipe do Brasil, D. José" (1883). J. ROSA, *op. cit.*, 465 e 476.

⁸⁹ Muitos destes artigos correspondem a reedições ou revisões de textos saídos anteriormente na imprensa. Outros foram posteriormente transcritos em jornais e boletins. Ver notas 80 e 81. J. ROSA, *op. cit.*, 467.

⁹⁰ Por exemplo, a transcrição na segunda parte dos *Documentos Históricos da Cidade d'Evora* dos principais episódios eborenses da crónica de Garcia de Resende, designadamente do levantamento de uma sala de madeira em S. Francisco e dos banquetes que ali se realizaram para receber os convidados dos festejos do casamento do Príncipe D. Afonso (filho de D. João II), ou de um extracto da *Chronica Serafica do Padre frei Jerónimo de Belém*, vieram enriquecer o conhecimento que se tinha dos acontecimentos que condicionaram a existência do convento franciscano de Évora e das personagens cujas decisões agiram directamente sobre a sua arquitectura. G. PEREIRA – *Documentos Históricos da Cidade de Évora*. s.l.: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, s.d., 225-260 e 405-451 (Segunda Parte, 13-48 e 193-239).

compreender e aceitar melhor as transformações que sofreram até ao presente⁹¹; mitigar extrapolações exageradas das biografias individuais dos edifícios e da cidade para uma interpretação mais geral da história, à escala nacional e até europeia⁹²; e construir uma identidade baseada numa realidade histórica estreitamente consistente com os seus testemunhos materiais no presente⁹³ e, simultaneamente, passível de ser idealizada sem perder plausibilidade ou cair na mistificação das centúrias precedentes⁹⁴.

Foi precisamente em nome da coerência entre os indícios arqueológicos, o que estava escrito e o que fora construído que Gabriel Pereira contestou a presença de Sertório em Évora e a tradicional atribuição da edificação do templo romano à vontade daquele general romano, que dera origem, como verificámos no capítulo 2.4, à nomeação popular de Templo de Diana⁹⁵:

⁹¹ É o que acontece com o que escreveu da Casa Pia, cuja história faz começar na origem do edifício em que fora instalada, o Colégio do Espírito Santo da Universidade, e acaba na sua instituição em 1836. “A «Casa pia de Évora» ocupa em parte o vasto edifício do antigo Colégio do Espírito Santo, da Companhia de Jesus, situado a oriente da cidade. Governo civil, Junta geral, Repartição de fazenda do distrito e o Liceu nacional ocupam outra parte desta grandiosa construção fundada pelo cardeal-rei, quando arcebispo de Évora em 1551”. G. PEREIRA – “Casa Pia”. *Estudos Eborenses*. Évora: Edições Nazareth, 1947, 59; *Roteiro da cidade de Évora...*, 18.

⁹² O exemplo do templo romano é elucidativo: embora seja pormenorizadamente descrito, ao nível da medição das suas dimensões, não é pretexto para uma reflexão sobre a história da arquitectura romana, mas é-o para Gabriel Pereira discorrer sobre a presença romana no território português. G. PEREIRA – “Évora Romana. 1ª Parte. O Templo Romano. As inscrições Lapidares”. *Estudos Eborenses*. Évora: Edições Nazareth, 1947, 33-55.

⁹³ “No edifício há, porém, uma parte seguramente anterior à reconstrução do século XVI, é o recinto abobadado onde vem a escada do eirado da cisterna, era talvez a primitiva casa capitular; os capitéis das pilastras são do século XV, os azulejos da escada, semelhantes aos de S. Braz e a outros conhecidos, são do tempo de D. João II, e numa das paredes, a certa altura, há dois relevos em barro num dos quais se reconhece bem o pelicano, o símbolo adoptado por João II, que ia muitas vezes ao mosteiro rezar e disciplinar-se. / D. Manuel I, assecera-se isto, ali recebeu a notícia da descoberta da Índia; a princesa D. Isabel, a esposa do infeliz D. Afonso ali esteve por alguns dias antes de fazer a entrada solene na cidade.” G. PEREIRA – “O Mosteiro de Nossa Senhora do Espinheiro”. *Estudos Eborenses*. Évora: Edições Nazareth, 1947, 18.

⁹⁴ “A propósito dos belos azulejos da igreja dos Loios vou reunir alguns dados sobre este ramo de arte. (...) Nenhuma povoação do país possui tão grande variedade de azulejos como Évora; muitos e óptimos exemplares de diferentes épocas”. G. PEREIRA – “Loios (antigo mosteiro ou casa de S. João Evangelista)”. *Estudos Eborenses*. Évora: Edições Nazareth, 1947, 93.

⁹⁵ Em rigor, desde a primeira metade do século XIX que a denominação tradicional de Templo Diana vinha sendo posta questionada. No ano de 1844, numa carta endereçada à *Revista Universal Lisbonense* pelo bispo de Beja, Manuel Pires de Azevedo Loureiro, este opinava contra o “erro popular” que dedicava o templo de Évora à deusa Diana. Baseando-se confusamente em Vitruvius, que relacionou a ordem jónica com o corpo feminino e a dórica com o masculino, o bispo de Beja defendia a ideia que os romanos antigos destinavam a ordem jónica às deusas e a coríntia aos deuses. Pertencendo o templo de Évora à ordem coríntia, havia sido necessariamente consagrado a um deus. Enviada a 23 de Novembro de 1843, a carta foi publicada a 25 de Abril do ano seguinte. “Sobre o Templo Romano de Évora”. *Revista Universal Lisbonense*, nº 36, 1844 (25 de Abril), 430; Vitruvius, *Tratado de Arquitectura*, IV, 1, 6-7 (Lisboa, IST Press, 2006, 143). No século XX, porém, ainda houve quem achasse pertinente o

“O templo é conhecido como de Diana; a verdade é que nada se abe a tal respeito; a história da lenda é simples. Resende e depois a sua escola, que, como todas as escolas, teve os defeitos do mestre em maior grau, e em menor as perfeições, possuiu-se da mania de trazer para Évora, para aumento da sua glória (mas, como todas as belezas verdadeiras, Évora não carece de ouropéis para seu melhor brilho) memórias de Sertório. Plutarco fala da corça de Sertório e há edifícios romanos, logo Sertório fez o templo e consagrou-o a Diana. Assim pensaram, assim procede hoje muita gente boa nos seus raciocínios.

Mas o último termo é posterior a Resende, pois este não supôs ali o templo, e sim, vagamente, um pórtico.

Os arqueólogos fincaram todos no esplêndido final; todos, depois de Fialho, lhe chamaram de Diana, e assim modernamente, seguindo o mesmo impulso, temos o largo, o passeio, as ruas de Diana.”⁹⁶

De seguida, questionava outro dos axiomas da arqueologia erudita dos séculos XVI a XVIII, a que dava a Évora romana como capital da Lusitânia, por nítida falta da monumentalidade inerente ao estatuto e de registos epigráficos creíveis que o comprovassem. A este dogma havia-se colado à associação dos nomes dos heróis da história antiga a *Ebora Liberalitas Iulia*. No entanto, tomava como verdadeira a presumível existência de um arco romano na Praça Maior, demolido no século XVI, que explicaria os fragmentos arquitectónicos e de inscrições que podiam ser encontrados pela cidade:

“Mesmo a ideia inicial de que Évora foi a capital da Lusitânia em tempo de Sertório não tem fundamento; outro sorites, outra invenção de historiadores sem escrúpulos.

Flóro que tratou da guerra sertoriana, Plutarco que biografou Q. Sertório, minuciosamente, não mencionam Évora uma só vez.

[...]

Podemos esboçar a lenda criada pela aliança da ciência e da fantasia, estudar-lhe a formação. Sertório chamado pelos Lusitanos, é o ponto firme.

Évora cidade notável da Lusitânia, porém de classe inferior a outras; mas aqui os vestígios de grandes obras romanas: dos imperadores? Esses beneficiaram Pax-Júlia, Emerita, Scalabis, Olisipo, povoações de maior categoria oficial. Dos proconsules dos exércitos republicanos? Esses guerrearam, conquistaram, pouco trataram de melhoramentos materiais; logo Sertório seguramente; e Sertório fez aqui a sua capital política, e reuniu senado, e fez templo, a muralha, o aqueduto, e até o seu palácio; os sabedores de latinórios inventaram inscrições e assim responderam de vez aos de fé tibia nas maravilhosas descobertas. Este empenho de aliar à

debate à volta da possível veracidade histórica do episódio da oferta da corça a Sertório: L. CHAVES – “Sertório, Diana e a Corça”. *A Cidade de Évora*, vol. IX, nº. 29-nº. 30, 1952, 293-298.

⁹⁶ G. PEREIRA – “Évora Romana. 1ª Parte. O Templo Romano. As Inscrições Lapidares”. *Estudos Eborenses*. Évora: Edições Nazareth, 1947 (I vol.), 39.

história de Évora o nome de Sertório, assim como os de Viriato, Júlio César, etc, chegou ao ponto de merecer já no século XVII a sátira, por vezes graciosa, chamada – Antiquidades de Evora – de Amador Patrício, pseudónimo de Cardoso de Azevedo.

A lenda erúditica fixou-se todavia; tem sido apenas falta de reparo. Para que teria Sertório duas capitais, Osca (desta há testemunhos certos) e Evora, a trinta dias de marcha, pelo menos, uma da outra? [...].

Na parede dos antigos paços do concelho na Praça do Giraldo, estão algumas inscrições agrupadas em todo arquitectónico, sobre uma base granítica que é um fragmento de arquitrave e friso com seus triglifos, florões ou escudos circulares, e caveiras de touro; é possível que este fragmento pertencesse ao templo romano. Não devemos todavia esquecer que na Praça existiu até ao último quartel do século XVI um arco romano, de que poderia fazer parte este fragmento de arquitrave.⁹⁷

Há que ter em conta, no entanto, que o revisionismo crítico da presença romana em Évora empreendido por Gabriel Pereira beneficiava de duas gerações ascendentes dedicadas à investigação e à difusão da história de Portugal e dos seus monumentos escritos e construídos, como foram concebidos no contexto do nacionalismo romântico e liberal, reinterpretados a partir do decénio de setenta pelos ecos da historiografia positivista, assim o verificaremos adiante. A começar pela figura tutelar do escritor e historiador Alexandre Herculano (1810-1877), pelo seu esforço de propagação começado nas páginas de *O Panorama*, o jornal de conhecimentos úteis de que foi o principal redactor entre 1837 e 1839⁹⁸, e pelo seu aturado trabalho de recolha documental no Arquivo da Torre do Tombo e noutros arquivos e bibliotecas do país, de que resultou a edição da *Portugaliae Monumenta Historica*, iniciada em 1856, por solicitação da Academia Real das Ciências⁹⁹. No que foi acompanhado por Luís Augusto Rebelo da Silva (1822-1871), Rodrigo de Lima Felner (1809-1877), Luz Soriano (1802-1891), A. Teixeira de Vasconcelos (1816-1878), José Maria Latino Coelho (1825-1891), Manuel Pinheiro Chagas (1842-1895), João Correia Aires de Campos (1818-1891), Joaquim Martins de Carvalho (1822-1898)¹⁰⁰; e seguido por Teófilo Braga (1843-1924), Emídio

⁹⁷ G. PEREIRA (1947), *op. cit.*, 39-41.

⁹⁸ Alexandre Herculano foi o redactor principal de *O Panorama* até 13 de Julho de 1839, a partir de quando colabora apenas pontualmente. A 20 de Janeiro de 1843, recupera as suas primeiras funções na redacção do jornal, que perde apenas com a suspensão do periódico no ano seguinte. E. RODRIGUES, *op. cit.*, 404.

⁹⁹ P. A. R. S. RODRIGUES, *op. cit.*, 47, 48, 83 e 84.

¹⁰⁰ Estes dois últimos, Aires de Campos e Martins de Carvalho, destacam-se pelo seu trabalho de levantamento de documentos para a história da Inquisição, que fizeram publicar nas revistas *O Instituto*, o primeiro, e *O Conimbricense*, o segundo. F. CATROGA – “Positivistas e Republicanos”. *História da História de Portugal. s.l.*: Círculo de Leitores, 1996, 77 e 78.

Garcia (1838-1904), Teixeira Bastos (1857-1902), Consiglieri Pedroso (1851-1910), Júlio de Matos (1856-1922), Luciano Cordeiro (1844-1900) e Oliveira Martins (1845-1894)¹⁰¹.

Na esteira de *O Panorama*, foram muitos os periódicos particularmente activos na divulgação do passado nacional, dando a conhecer acontecimentos, figuras, monumentos e outras fontes históricas, quer enquanto jornais instrutivos e propagadores de conhecimentos úteis¹⁰², quer no âmbito dos primeiros exemplares de uma imprensa especializada em arte e arquitectura¹⁰³. Neste contexto, adquirem especial relevo os monumentos arquitectónicos enquanto objecto de estudo – Alexandre Herculano abriu o primeiro número de *O Panorama* com um artigo acerca de “A Architectura Gótica” –, que cedo ganharam autonomia editorial, conforme atestam a publicação dos ensaios monográficos dedicados pelo Abade António Dâmaso de Castro e Sousa ao Mosteiro de Belém (*Descrição do Real Mosteiro de Belém, com a notícia da sua fundação*, 1837), ao Palácio da Vila de Sintra (*Descrição do Palácio Real na Villa de Cintra, que alli tem os Senhores Reis de Portugal*, 1838), ao Mosteiro de Nossa Senhora da Pena (*Memória Histórica sobre a origem da fundação do*

¹⁰¹ F. CATROGA, *op. cit.*, 90-92.

¹⁰² Designadamente *O Archivo Popular* (1837-1843), o *Universo Pittoresco* (1839-1844), o *Museu Portuense* (1838-1839), o *Museu Pittoresco* (1840-1842), *A Ilustação* (1845-1846), o *Archivo Pittoresco* (1857-1869), o *Museu Histórico e Recreativo* (1861), o *Diário Ilustrado* (1872), *O Ocidente* (1878-1915) e *A Ilustação Portuguesa* (1903-1923). Por exemplo, em 1866, na descrição de uma visita a Évora saída no *Jornal do Comércio*, o seu autor refere explicitamente o conhecimento prévio que tinha do aqueduto através de duas gravuras publicadas no *Archivo Popular*, em 1837, e no *Archivo Pittoresco*, em 1864: “Á saída demos com a vista na torre ou caixa d’agua do aqueducto de Sertorio, que está defronte da porta da mesma egreja. É das mais bellas preciosidades archeologicas d’Evora, notando-nos o sr. Brito e Mello que, nas suas detidas viagens ao estrangeiro, muitas vezes, e com razão, lhe tinham mostrado com encarecimento a estampa d’aquella famosa reliquia da architectura romana. Aqui, que nos saibamos, só o *Archivo Popular*. n.º 5, de 29 de Abril de 1837, e o *Archivo Pittoresco*, n.º 6, de 1864, trouxeram a gravura que a representa, sendo a da segunda d’estas publicações muito superior à da primeira”. P. A. R. S. RODRIGUES, *op. cit.*, 84 e 157; J. M. A. NOGUEIRA – “Algumas horas em Evora”. *Jornal do Commercio*, n.º. 3943, 12 de Dezembro, 1866, s/p (1).

¹⁰³ O *Jornal das Belas-Artes* (1843-1844, 1848), a *Revista Pittoresca e Descritiva da Portugal com vistas Fotograficas* (1861-1863), fundada e dirigida por Joaquim Possidónio da Silva, o *Archivo de Architectura Civil*, *Jornal da Associação dos Architectos Portugueses* (1865-1867), sucedido pelo *Boletim de Architectura e de Archeologia da Real Associação dos Architectos Civis e dos Archeologos Portugueses* (1874-1910), a que o *Boletim da Associação dos Archeólogos Portugueses* deu continuidade no pós República, o *Panorama Photographico de Portugal* (1869-1874) de Augusto Mendes Simões de Castro, *Artes e Letras* (1872-1875, 1ª série), *A Arte* (1879-1881), *A Arte Portuguesa* (1882-1884, 1895), a *Arte. Archivo de Obras de Arte* (1905-1912), *A Construção* (1896-1899), *A Construção Moderna* (1900-1919) e *A Architectura Portuguesa* (1908-1918). P. A. R. S. RODRIGUES, *op. cit.*, 84-89, 91 e 92.

Real do Mosteiro de Nossa Senhora da Pena, 1841) e ao Castelo da Serra de Sintra, conhecido como Castelo dos Mouros (*Investigação do Castelo situado na Serra de Cintra*, 1843)¹⁰⁴. Especialmente denotativos da atenção que o século XIX vai prestar à história da arquitectura portuguesa, entendida como o espelho da história do país, são os *Monumentos Nacionaes* de José da Silva Mendes-Leal (1818-1886), volume dado ao prelo em 1868, e os *Monumentos de Portugal. Históricos, Artísticos e Archeológicos* de Inácio Vilhena Barbosa (1811-1890)¹⁰⁵, editado no ano de 1886.

Em Évora, especificamente, Gabriel Pereira também beneficiava dos precedentes de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (1809-1879)¹⁰⁶ e Augusto

¹⁰⁴ P. A. R. S. RODRIGUES, *op. cit.*, 45 e 82.

¹⁰⁵ Natural de Lisboa, fez o seu percurso escolar na escola régia do bairro do Rossio e no Real Colégio de S. Vicente de Fora. Frequentou ainda os estudos teológicos do Convento de S. Bento de Xabregas (Cónegos Seculares de S. João Evangelista), para onde entrou em 1828. Uma doença prolongada impediu-o, contudo, de frequentar a Universidade. Jornalista e escritor, Inácio Vilhena Barbosa foi autor de uma série de narrativas de carácter moral e patriótico que veio a ter larga divulgação ao longo do século, cujo objectivo era divulgar alguns temas da história pátria e arqueologia. Aludimos a *Exemplos de virtudes cívicas e domésticas* de 1872, reeditado em 1891, obra que recebeu a aprovação oficial para o ensino primário e para o curso liceal. Era membro do Conservatório Real de Lisboa, da Academia Real das Ciências, onde foi inspector da biblioteca desde 1875, da Real Associação dos Arquitectos e Arqueólogos Portugueses, da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, da Academia Nacional de Paris e honorário do Retiro Literário Português do Rio de Janeiro. Foi redactor de *A União* (órgão do partido conservador) e *Diário do Governo* (1848-1850), e colaborou no *Universo Pittoresco* (desde 1839), no *Heraldo* de Madrid, em *O Panorama*, no *Mosaico*, na *Ilustração Luzo-brasileira*, no *Ramalhete do Christão*, no *Panorama Photographico de Portugal*, nas *Artes e Letras*, no *Archivio Pittoresco* e no *Commercio do Porto*. São ainda sa sua autoria *As cidades e villas da monarchia portugueza que têm brasão de armas* (1860-1862) e *Estudos historicos e archeologicos* (1874). I. F. da SILVA, P. V. B. ARANHA – *Diccionario bibliographico portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1958, 57 e 58 (tomo II) e 216 (tomo III); P. A. R. S. RODRIGUES, *op. cit.*, 117.

¹⁰⁶ Natural de Arraiolos, bacharel em Medicina por Coimbra, fixa-se em Évora no ano de 1837 como primeiro official da administração geral e no ano seguinte como professor de Filosofia Racional e Moral no liceu local, desempenhando simultânea e gratuitamente o cargo de bibliotecário da Biblioteca Pública. Nestas funções, é notável o seu trabalho de reabilitação e ampliação das instalações da biblioteca, assim como a reorganização e a catalogação das espécies ali depositadas. Ele próprio doou duas centenas de livros antigos da sua colecção pessoal e salvou, fazendo-as recolher à biblioteca, milhares de manuscritos e de volumes impressos dos cartórios dos conventos extintos em 1834. Foi deputado pelo círculo de Évora em 1853 e Secretário-geral do Estado da Índia entre 1855, nomeado pelo ministro Rebelo da Silva a 3 de Julho, e 1877, em que foi também comissário régio para a circunscrição dos bispados. Regressou a Évora, onde morreu, doando a sua biblioteca e os seus manuscritos à biblioteca da cidade que dirigiu. Era Associado Provincial da Academia Real das Ciências desde 1853, pertencia ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil e foi um dos fundadores do Instituto Vasco da Gama. Colaborou em *O Panorama*, *Revista Universal*, *Revista Litteraria do Porto*, *Boletim do Governo da India* e *Archivo Universal*. Publicou *Ensaio de Topographia medica da cidade de Evora e seus muros, relativo ao semestre de Junho a Dezembro de 1839*, ... (saído nos *Annaes do Conselho de Saude Publica*, tomo V, 1840), *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Publica Eborensis* (quatro tomos saídos em 1850, 1869 e 1871), *Memórias da Villa de Arrayollos* (parcialmente publicado em *O Panorama* no ano de 1853), *Apointamentos sobre os Oradores parlamentares de 1853, por um Deputado* (1853), *De Lisboa a Goa pelo*

Filipe Simões (1835-1884)¹⁰⁷ e da sua prática historiográfica com estreitos vínculos à arqueologia, centrada na Biblioteca Pública da cidade, de que foram directores, o primeiro de 1838 a 1853 e o segundo de 1863 a 1870, no que seguiam o espírito e a acção do seu fundador, o arcebispo D. Frei Manuel do Cenáculo Villas-Boas, que lhe anexara, já o referimos, gabinetes de antiguidades e curiosidades naturais¹⁰⁸. Particularmente eloquentes dos

Medieteraneo, Egypto e Mar-vermelho, em Setembro e Outubro de 1855 (1855), *Reflexões sobre o Padroado Português no Oriente* (1858), *Arquivo Português Oriental* (1857-1876), *Grammatica da lingua Concani, pelo P. Thomas Estevam, e accrescentada por outros padres da Companhia de Jesus. Segunda edição correcta e annotada, a que precede como introdução a Memoria sobre a distribuição geographica das principaes linguas da India por Sir Erskine Perry, e o Ensaio historico da lingua concani por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara* (1857), *Grammatica da lingua Concani no dialecto do norte, escripta no seculo XVII por um Missionario portuguez, e agora pela primeira vez dada à luz, por diligencia de J. H. Da C. R.* (1859?), *Manifesto preventivo dos propagandistas da India contra a Concordata* (1860) e *O Chronista de Tissuary* (1866-1869). Da extensa bibliografia que publicou, entre documentos e manuscritos sobre história da Índia e de Portugal, estudos de recolha epigráfica, estudos médicos e trabalhos filológicos, consultar I. F. da SILVA, P. V. B. ARANHA, *op. cit.*, 83 e 84 (tomo IV) e 57-68 (tomo XII). Ver ainda M. J. C. BRANCO, *op. cit.*, 119 e 120; T. ESPANCA – “Herculano e o Panorama Cultural da sua Época na Cidade de Évora”. *A Historiografia Portuguesa de Herculano a 1950. Actas do Colóquio*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1978, 229-231.

¹⁰⁷ Nascido em Coimbra e bacharel em Filosofia e Medicina pela universidade daquela cidade, chegou a Évora em 1863 para dar aulas no liceu, sendo ainda nesse ano que entrou para a Biblioteca Pública. Em Évora, escreveu para a *Folha do Sul*, foi provedor da Misericórdia, cuja reforma promoveu, criou uma escola nocturna com aulas de francês, português e geometria aplicada às artes, propôs a criação de um posto meteorológico na cidade (instalado em 1869 na Torre de Sertório) e deu assistência médica gratuita na Associação Artística. São particularmente importantes os documentos que produziu, em 1865 e 1869, sobre a Biblioteca de Évora (*Relatório Acerca da Bibliotheca Publica de Évora*, 1865) e a renovação do Museu Cenáculo (*Relatório á Cerca da Renovação do Museu Cenáculo, Dirigido ao Ex.º Sr. Visconde da Esperança, Presidente da Câmara Municipal de Évora*, 1869), enquanto seu director, a que voltaremos no nosso discurso, e sobre a reforma do ensino secundário, enquanto professor do liceu. Regressou a Coimbra em 1870 como lente de Medicina da Universidade. Sócio efectivo do Instituto de Coimbra, fundou a sua secção de Arqueologia. Foi deputado às cortes na legislatura de 1880 e 1881 e fez parte da comissão que dirigiu os trabalhos da exposição da Arte Ornamental Espanhola e Portuguesa no South Kensington Museum de Londres de 1881. Suicidou-se a 1 de Fevereiro no edifício da Biblioteca da Universidade de Coimbra. Foi colaborador de *O Ocidente*, *Arquivo Pitoresco*, *Artes e Letras* e *Boletim da Real Associação dos Architectos e Arqueólogos Portuguesas*, de que era sócio correspondente e do *Panorama Photographico de Portugal* de Possidónio da Silva, tendo ali feito sair textos dedicados a uma “Casa impropriamente denominada de Dona Maria Teles em Coimbra” (vol. II, nº. 8, 1872) e ao “Claustro do Mosteiro de Santa Maria de Belém” (vol. IV, nº. 6, Junho de 1874). Publicou ainda, entre outros textos que citaremos ao longo do nosso trabalho, *Relíquias da Architectura Romano-Bizantina em Portugal e particularmente na cidade de Coimbra* (Lisboa, 1870), *Erros e preconceitos da educação physica* (1872), *Introdução á archeologia da Península Ibérica* (1878), *Da Architectura Religiosa em Coimbra durante a Idade Média* (Coimbra, 1875), *A civilização e a educação e a phisica* (1879), etc. I. F. da SILVA, P. V. B. ARANHA, *op. cit.*, 283 e 284 (tomo I) e 340 (tomo VIII); T. ESPANCA (1978), *op. cit.*, 232 e 233; P. A. R. S. RODRIGUES, *op. cit.*, 74, 89, 239; M. J. C. BRANCO, *op. cit.*, 120 e 121.

¹⁰⁸ M. J. C. BRANCO, *op. cit.*, 118-121. Notar-se-á certamente a ausência de uma referência a António Francisco Barata, outra das figuras tutelares da historiografia eborense e, ao mesmo tempo, director da biblioteca da cidade. Essa ausência não se deve a qualquer menorização da sua importância neste contexto, mas porque o essencial da sua produção de estudos históricos

contributos historiográficos de Cunha Rivara e Augusto Filipe Simões são as escavações arqueológicas que Rivara dirigiu e executou no perímetro do templo romano entre 1845 e 1846, cujas circunstâncias merecerão a nossa atenção no próximo capítulo, e que terão servido de base empírica para o que Augusto Filipe Simões escreveu sobre o mesmo monumento nas páginas do *Archivo Pitoresco* em 1865 e em nove números de *Artes e Letras* em 1873, e de que o próprio Gabriel Pereira ainda beneficiou. Designadamente a este último, permitiu-lhe apresentar os materiais ali usados como prova da sua autenticidade e comparar a disposição da planta e a respectiva estrutura compositiva com a “*maison carrée* de Nimes” e o “templo de Antonino e Faustina em Roma”, de modo a sugerir, com subtileza, uma datação para o monumento romano de Évora – de finais do século II ou início do III¹⁰⁹.

É esta abordagem dos monumentos com uma metodologia interdisciplinar, em que predomina a análise comparativa de materiais, técnicas de construção, gramáticas formais e fontes escritas que permite a Augusto Filipe Simões desconstruir o mito da génese romana do aqueduto de Évora, ambigualmente mantido desde as primeiras considerações a esse respeito de André de Resende. Fá-lo-á a pretexto de um artigo de Inácio Vilhena Barbosa, saído no ano de 1863.

Efectivamente, a utilização de tijolo de barro, e não de pedra, na construção de uma Caixa de Água do aqueduto que existiu frente à fachada da Igreja de S. Francisco, havia feito com que esta fosse entendida como uma obra romana até tarde¹¹⁰. D. José de Urcullu chegou a considerá-la um dos

é contemporânea à de Gabriel Pereira, facto que nos impede de a considerar um precedente em relação a este último. No entanto, o seu nome é frequentemente citado quando oportuno ao nosso trabalho.

¹⁰⁹ “Em muitos pontos do envasamento ha restos da conhecida argamassa romana formada de cal e pequenos fragmentos de tijolo, de extrema rjeza, mostrando que todo o *opus incertum* foi assim revestido primitivamente. As duas columnas medias da face norte foram entalhadas para metter ahi uma porta ogival. A escadaria, com a ara, deitava para o sul. A disposição das columnas, as proporções, o estylo, estabelecem identidade com a conhecida *maison carrée* de Nimes, e o templo de Antonino e Faustina em Roma. Por isto os archeologos o attribuem ao fim do II seculo ou começo do III. É de notar que algumas pedras mostram ter sido aproveitadas de alguma construcção anterior. Em roda do templo descobriram-se tanques, e paredes de pequenos edificios de ha muito arrasados. Encontraram ahi um pedaço de base de estatua, um dedo de figura colossal, e pequenos fragmentos de folhagem dos bellos capiteis corinthios”. G. PEREIRA (1902, volume I), *op. cit.*, 8.

¹¹⁰ “A torre termina o aqueducto do lado da cidade. É formada de pequenos tijollos, e revestida de um reboco de bitume quasi indestructivel. Estes tijolos antigos, inteiramente differentes dos nossos, são chatos, de duas pollegadas de grossura, e tão bem cozidos que parecem de pedra; são unidos por uma argamassa que torna quasi impossivel a sua separação.... A torre é de

mais belos dos exemplares da arquitectura antiga clássica que ainda se conservavam em Portugal, ganhando até na comparação com o templo romano da mesma cidade, sobretudo porque este fora, nas palavras de Adriano Balbi, lamentavelmente profanado pelos eborenses, que o haviam posto a servir de matadouro¹¹¹. No sentido oposto, o conde polaco Athanasius Raczyński, ministro do rei da Prússia na corte portuguesa de Maio de 1842 a Janeiro de 1845, afirmava que do aqueduto romano só restavam vestígios, e que mesmo assim havia que os descobrir¹¹².

A ironia de Raczyński mostra que este nunca havia sido e continuava a não ser um assunto pacífico. Até à década de sessenta do século XIX, a convicção dominante era, efectivamente, a da origem romana do aqueduto de Évora. Cunha Rivara acreditou poder comprová-la quando descobriu, em 1845, ao escavar em redor do Templo de Diana, o que pensou ser o depósito geral da

forma redonda; a sua maior circumferencia, pela parte de dentro das columnas, é de trinta e cinco pés; entre cada uma das oito columnas da ordem jonica que a adornam, ha um nicho, em um dos quaes está praticada a porta que dá entrada para o interior do edificio. O andar superior é ornado de pilastras jonicas, intercalladas de aberturas destinadas a facilitar a introdução do ar e da luz no interior da torre. O tecto termina numa espécie de zimborio hemispherico. No interior ha um reservatorio onde se deposita a agua que passa por cima dos arcos, e aqui se divide em duas partes: uma sae logo alli em uma fonte, e a outra continua o seu caminho por baixo do chão até sair em diversas fontes e cisternas da cidade. / Não pudemos visitar o interior da torre; mas pelo que vimos e nos disseram, temos por exacta a narração. É admiravel a solidez d'este trabalho de ha mais de 19 seculos". J. M. A. NOGUEIRA – "Algumas horas em Evora". *Jornal do Commercio*, nº. 3943, 12 de Dezembro de 1866, 1.

¹¹¹ "O pavilhão circular de tijolo que serve de depósito para as aguas que se distribuem para as diferentes d'Evora, é d'uma forma tão elegante que faz recordar a famosa lanterna de Diógenes em Aténas; é um dos mais belos monumentos de arquitectura antiga que se conservam em Portugal. É pena, diz Balbi, que outro monumento fundado tambem por Sertório, o templo de Diana, que era um templo periptero seja profanado pelos habitantes de Evora até o ponto de servir de matadouro. Ignoramos se depois que aquele eminente geografo escreveu isto, continua a servir este elegante edificio para tão ignovel ministerio, pois n' este cazo daria uma bem triste idéa do gosto d'aqueles habitantes". J. de URCULLU – *Tratado elemental de Geografia, Astronomia, Fizica, Historica ou Politica Antiga e Moderna*. Porto: Tipografia Comercial Eborense, 1837 (tomo II), 85 e 86. Urcullu parafraseava o que Balbi havia escrito acerca do aqueduto e do templo: "Par l'élégance de la forme qui rapelle la fameuse lanterne de Diogène à Athènes, et par sa parfaite conservation, nonobstant la faiblesse des matériaux dont il est composé, ce monument est un des morceaux de l' architecture ancienne les plus beaux que l'on puisse trouver en Portugal. Il est à regretter qu'un autre monument fondé aussi par Sertorius, le temple de Diana, qui était un temple périptère, soit abandonné aux ravages du temps, et que les habitans d'Evora le laissent profaner au point de le faire servir de boucherie". A. BALBI – *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, s.d. (1ª ed. 1822), Tome Second, 196. A. Germond de Lavigne dá igual testemunho, do templo prosaicamente transformado em açougue. A. G. de LAVIGNE – *Itinéraire de l' Espagne et du Portugal*. Paris: Librairie de L. Hachette et Cª, s.d., 757.

¹¹² Le Comte A. RACZYNSKI – *Les Arts en Portugal*. Paris: Jules Renouard et Cie, Libraires-Éditeurs, 1846, 359.

água do antigo aqueduto romano¹¹³. Pretendeu confirmá-la Inácio de Vilhena Barbosa, em artigo escrito para o *Archivo Pittoresco* em 1863, em que chamava a atenção dos leitores para “dois esbeltos e lindos pavilhões” que pontuavam estrategicamente o aqueduto, ornamentados com colunas jónicas e dóricas, vasos e nichos¹¹⁴. Correspondiam esses dois pavilhões a duas Caixas de Água, uma das quais apareceu representada numa gravura que ilustrava novo artigo sobre o aqueduto, saído no mesmo periódico no ano seguinte. Nessa ilustração, a Caixa de Água estaria colocada junto ao pano da muralha que ligava Porta de Avis à da Lagoa, no troço do aqueduto que entrava na área intramuros da cidade, no seu flanco nordeste¹¹⁵.

A gravura do *Archivo Pittoresco* copiava uma ilustração do *L' Univers Pittoresque*, do volume em que fora publicada a história de Portugal escrita por Ferdinand Denis, já utilizada em Portugal pelo *Archivo Popular*¹¹⁶ que, por sua vez, recriava uma gravura aparecida no *Magasin Pittoresque* em 1835¹¹⁷. Acontece que a Caixa de Água que fora desta forma repetidamente representada e descrita não era real, inexistência denunciada por Augusto

¹¹³ Inicialmente, considerou que o tanque era a estrutura de uns banhos romanos. Ver carta de Cunha Rivara ao Governador Civil de Évora de 9 de Outubro de 1845, transcrita em P. SARANTOPOULOS – *O Templo e as termas: dois edifícios da Évora Romana. Contributos para uma recuperação e valorização integrada*. Évora: dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, 1998, 119 (doc. 21); e BPE – “O Templo de Diana e o Aqueducto de Sertório em Evora”. *Fundo Rivara*, Armário III e IV, nº. 30, peça 2, fls 4 e 5.

¹¹⁴ Vilhena Barbosa foi um dos fundadores e principais redactores do *Archivo Pittoresco*. Na sua observação do aqueduto parece distinguir o que fora levantado no século XVI sobre os alicerces do primitivo romano dos vestígios que restavam do original, a que corresponderiam os dois torreões (ou “Mães d’Água”) de que Vilhena Barbosa fala no artigo. I. de V. BARBOSA, “O Arco Triumphal Romano da Praça de Évora”. *Archivo Pittoresco*, nº. 36, 1863, volume VI, 286 e 287.

¹¹⁵ Das duas gravuras do aqueduto, a mais antiga, de 1864, ilustra um artigo que traça a biografia do general romano Sertório, escrito por Inácio Vilhena Barbosa. *Archivo Pittoresco*, nº. 6, 1864, tomo VII, 41; I. V. BARBOSA – “Aqueducto de Evora”. *Archivo Pittoresco*, nº. 5, 1867, tomo X, 33.

¹¹⁶ Impressa na primeira página do seu nº. 5, de 29 de Abril de 1837. O artigo que a acompanhava começava por classificar o aqueduto de Évora como “Huma das mais preciosas reliquias das antiguidades romanas que ainda hoje se encontrão em Evora, e que os viajantes instruidos admirão pelo seu bom estado de conservação, he o seu aqueducto, e huma torre redonda, ou castello, que termina do lado da cidade” (34 e 35). O artigo acabava por fazer uma síntese da história da cidade até 1834 e vinha na continuidade de um anterior sobre o templo romano (nº. 2, 8 de Abril de 1837), ilustrado com uma imagem gravada deste monumento que tentava recriar um ambiente de mercado, alusivo ao açougue que ali funcionou até ao liberalismo. Ainda nesse ano, em Junho, a mesma gravura e outro texto sobre o templo de Évora foram publicados no espanhol *Semanario Pintoresco* (nº. 64, 18 de Junho, 1837, 183 e 184).

¹¹⁷ Ver “Aqueduc et Castellum d’ Evora en Portugal”. *Magasin Pittoresque*, nº. 49, Dezembro, 1835, tomo III, 385; I. de V. BARBOSA – “O Aqueducto III”. *Archivo Pittoresco*, nº. 6, tomo X, 1867, 48.

Filipe Simões, no mesmo ano de 1864, nas páginas da *Folha do Sul*¹¹⁸. O equívoco das versões francesas adviria da descrição do aqueduto feita por Adrien Balbi, que colocava um pavilhão circular em tijolo, destinado a acolher um reservatório de água de onde partiam os canos que conduziam a água aos diferentes chafarizes e cisternas de Évora, no troço do aqueduto que entrava na cidade, comparando a elegância do seu desenho clássico com o da famosa lanterna de Diógenes em Atenas e considerando-o um dos mais belos testemunhos da arquitectura antiga que se podia encontrar em Portugal¹¹⁹. Sucede que as observações de Balbi deverão ter resultado de uma extrapolação daquela que foi, por certo, a sua principal fonte para o que escreveu acerca do aqueduto de Évora, as *Travels in Portugal* de James Murphy¹²⁰. Nesta sua obra, o arquitecto irlandês desenha com minúcia e descreve elogiosamente “uma torre” que se erguia “sobre o aqueduto, no extremo da cidade”¹²¹. Não sendo mais específico quanto à sua localização, nem mencionando uma segunda torre, só podemos deduzir pela sua configuração que se tratava da que fora levantada frente à fachada da Igreja de S. Francisco, a única cuja existência está comprovada documentalmente, inclusive por fotografia. Confirma-o a estampa do aqueduto integrada por Murphy na mesma obra, que representa o troço que transpõe a muralha da cidade sem incluir qualquer caixa de água¹²². Acresce que a área do complexo da igreja e do convento de S. Francisco corresponde, de facto, a um dos extremos do perímetro amuralhado de Évora, o Sul, sinalizado pela Porta do Rossio.

Vilhena Barbosa reagiu a Augusto Filipe Simões por carta, de cujo conteúdo transcreverá o essencial passados três anos, em artigo do *Archivo*

¹¹⁸ No artigo “O aqueducto de Evora e o Archivo Pittoresco”. I. de V. BARBOSA – “Aqueducto de Evora”. *Archivo Pittoresco*, nº. 5, 1867, tomo X, 34.

¹¹⁹ “Vers l’extrémité par laquelle il touche à la ville, est un pavillon circulaire en briques, destiné à couvrir le réservoir d’où partent les canaux qui conduisent l’eau aux différentes fontaines et cisternes d’Evora”. A. BALBI, *op. cit.*, 196.

¹²⁰ Balbi não cita directamente Murphy, mas, para além de enunciar o seu nome quando enumera os autores que descreveram os costumes portugueses, é evidente que a explicação que dá sobre o funcionamento do reservatório do aqueduto de Évora foi retirada do *Travels in Portugal*: “A gravura XVIII dá-nos a perspectiva de uma torre que se ergue sobre o aqueduto, no extremo da cidade. Ao centro dela existe um pequeno reservatório, donde saem os canos que se estendem a diferentes fontes e cisternas, [...]”. A. BALBI, *op. cit.*, 22; J. MURPHY – *Viagens em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1998, 259.

¹²¹ J. MURPHY, *op. cit.*, 257 (Plate XVIII), 259 e 260.

¹²² J. MURPHY, *op. cit.*, 255 (Plate XVII).

*Pittoresco*¹²³. Nesta missiva, explicava Vilhena Barbosa que a intenção da gravura era reconstituir graficamente uma “Mãe d’Água” que não existia realmente, mas que, segundo André de Resende, teria existido igual “na fôrma e na architectura” à de S. Francisco. André de Resende referir-se-ia aos dois pavilhões como romanos na *Apologia pelo aqueducto de Sertorio contra D. Miguel da Silva, bispo de Vizeu*, texto redigido aquando da contenda acerca da existência ou não de um aqueduto romano em Évora que o humanista teve com aquele clérigo na década de 1530¹²⁴. Desaparecido tanto à época como hoje¹²⁵, Vilhena Barbosa afirma ter acedido a uma cópia do dito manuscrito oriunda da livraria do Conde do Vimieiro, possivelmente dos finais do século XVII ou da centúria seguinte¹²⁶. Por isso, não teve dúvidas em que:

“(…) se gravasse a dita estampa antes de saber se o monumento (o pavilhão) se conservava, porque em todo o caso o desejava fazer conhecido, pelo muito que interessa á historia dos nossos monumentos, e por conseguinte á historia de Portugal. Não existindo o pavilhão, apenas accrescentaria ao artigo n’ este ponto – que mais um acto do nosso habitual e immemorial vandalismo tinha destruido um dos mais bellos specimens da architectura romana, o qual fariamos reconstruir na gravura, em utilidade da história e das artes”¹²⁷.

Perante a justificação de Vilhena Barbosa, Augusto Filipe Simões rendeu-se à evidência da descoberta do manuscrito. Demonstra-o divulgando publicamente as informações prestadas por Vilhena Barbosa, a que juntou alguns comentários seus, na *Folha do Sul*. Essas suas observações realçavam a importância do “manuscrito de que falla o sr. Vilhena Barbosa”, por motivo de ter sido, até aí, uma frágil suposição, suportada apenas por uma citação feita pelo seu próprio autor na *História da Antiguidade da Cidade de Évora*. Todos os

¹²³ Ilustrado também, com uma gravura da Caixa de Água Circular do largo de S. Francisco, o segundo pavilhão a que o texto de 1863 faz alusão.

¹²⁴ Ver Parte II, Capítulo 2.2.

¹²⁵ Cunha Rivara refere esta possível obra de André de Resende e a controvérsia que a envolveu numa carta que escreveu ao conde de Raczynski no dia 6 de Outubro de 1845. P. SARANTOPOULOS – *O Templo ...*, 116 (doc. 19). Segundo Sylvie Deswarte, terá sido levada para Espanha na época de Filipe II. S. DESWARTE – *Il “Perfetto Cortegiano” D. Miguel da Silva*. Romas: Bulzoni Editore, 1989, 86.

¹²⁶ Dizia ainda que fora a localização deste pavilhão junto à muralha que levava André de Resende a fazer pesquisas e escavações arqueológicas nos limites da cidade e junto ao aqueduto. Para além do manuscrito, Vilhena Barbosa afirma ter também acedido, entre outras missivas do mesmo autor, a uma cópia da carta de André de Resende ao Bispo de Vizeu que terá dado origem à *Apologia do aqueducto de Sertório contra D. Miguel da Silva, bispo de Vizeu*. I. de V. BARBOSA (1867), *op. cit.*, 34; I. de V. BARBOSA (1867, III), *op. cit.*, 48.

¹²⁷ I. de V. BARBOSA (1867), *op. cit.*, 34.

antiquários que se seguiram a André de Resende e que o citaram abundantemente haviam-se mantido silenciosos sobre o assunto: “Não viram, porém, estes manuscriptos nem os padres Fialho, Fonseca e Franco, nem outros escriptores que depois do seculo XVI trataram das antiguidades”¹²⁸. Ora, a Caixa de Água junto à muralha podia ter desaparecido, mas o aparecimento da cópia da *Apologia...* comprovava que fora uma realidade e que a sobrevivente, defronte da Igreja de S. Francisco, era também romana, como demonstrara a “respeitavel auctoridade de Murphy, que não podia de modo nenhum confundir a architectura do tempo dos romanos com a da epocha de D. João III”¹²⁹.

Vilhena Barbosa dava à gravura uma finalidade semelhante à do restauro: recriar o que o tempo ou a incúria do passado tinha feito desaparecer. Não sabemos se Vilhena Barbosa teve realmente acesso a um manuscrito sobre o aqueduto de Évora redigido por André de Resende, mas percebemos, pelo trecho acima transcrito, que escreveu sobre aquele monumento sem o ter visto *in loco*. Só esse desconhecimento explicaria o emprego do condicional na declaração da não existência da Caixa de Água da muralha – “Não existindo o pavilhão, [...]”. Tanto que diligencia para que a única torrinha existente seja fotografada, sendo por essa fotografia que ele terá escrito o artigo sobre o aqueduto de Évora publicado no *Archivo Pittoresco* e que se fará a gravura que o ilustrou¹³⁰.

A questão não estava, todavia, terminada para Augusto Filipe Simões. Passados cerca de dois anos de observação, estudo e reflexão, ele remete nova missiva a Vilhena Barbosa, no dia 12 de Julho de 1866, em que reconsidera as suas dúvidas anteriores e conclui que a Caixa de Água de S.

¹²⁸ Com excepção de Barbosa Machado. I. de V. BARBOSA (1867), *op. cit.*, 34.

¹²⁹ Também tornava de razoável fidedignidade, por extensão, a informação de que teria havido um arco romano na Praça Grande, de que se não “tinha outra notícia que reputasse fidedigna, além do documento pelo qual fora mandado demolir, parece-nos também que, em razão da incontestável competência de André de Resende, devemos adoptar a sua opinião, attribuindo-o a Sertorio”. I. de V. BARBOSA (1867), *op. cit.*, 35.

¹³⁰ “Logo depois de se passarem todas estas coisas, começámos em diligencias de obter uma photographia do pavilhão ou mãe d’agua do aqueducto, que se conserva dentro da cidade de Evora, contiguo ao templo de S. Francisco. / Além do desejo que tinhamos de ornar as paginas do *Archivo* com a gravura d’esse gracioso monumento, esperavamos com anciedade por essa ocasião para corrigirmos a inexactidão da gravura do aqueducto publicada no vol. VII: para explicarmos os fundamentos que serviram de base aos nossos juizos; e, finalmente, para rectificarmos o que houvesse de errado em nossas apreciações”. I. de V. BARBOSA (1867), *op. cit.*, 35.

Francisco não era romana, nem era possível ter alguma vez existido uma segunda a assinalar a entrada do aqueduto intramuros¹³¹. Sobre a última não havia qualquer registo ou memória na literatura, nem restavam vestígios materiais da sua presença, nomeadamente dos arcos necessários ao suporte de uma construção com as suas supostas dimensões e características, para além da área disponível ser insuficiente para a base circular de uma Mãe de Água igual à do Largo de S. Francisco¹³². Relativamente a esta, Augusto Filipe Simões optou por um método positivista de análise empírica e comparativa da torrinha com o que restava do Palácio de D. Manuel, entretanto integrado no recém construído Jardim Público. Deste modo, comparando a Mãe de Água com as colunas e os outros ornamentos do que restava da galeria principal do paço de D. Manuel, a chamada Galeria das Damas ou Trem, verifica que são de estilos semelhantes e edificados com tijolos de igual espessura e feição, indícios materiais que tornavam solidamente plausível serem aquelas obras coetâneas, ambas do reinado de D. João III:

“Ao pavilhão do aqueducto serve de base um corpo quadrangular, cuja face oriental se vê representada na gravura que v. me remetteu, no logar em que terminam os arcos. É obra de alvenaria, feita em grande parte com pedras de granito lavradas. Ora na mencionada galeria, no cunhal, cujas faces olham para o sul e poente, ha pedras *exactamente* eguaes, na natureza, lavor, côr e fôrma, ás que se vêem na base do pavilhão. Tudo isto induz a crer que ambas as construcções são contemporaneas”¹³³.

¹³¹ Na verdade, à parte da concordância de Augusto Filipe Simões com Vilhena Barbosa, a polémica acerca da pretensa romanidade da Caixa de Água de S. Francisco ter-se-á mantido acesa, situação que terá impellido Augusto Filipe Simões a continuar a ponderar o assunto. É ele que conta como houve, logo a seguir à saída dos seus artigos do *Archivo Pittoresco* na *Folha do Sul*, juntamente com as suas observações, quem impugnasse verbalmente, junto dele, a tese de que a Caixa de Água situada frente a S. Francisco era uma obra romana, defendendo a modernidade da construção. Houve quem o fizesse rejeitando a possibilidade de ter havido uma outra Mãe de Água entre as portas de Avis e da Lagoa, que, a existir, impediria o aqueduto romano de ser mais elevado do que era a sua reconstrução, o que coarctava o abastecimento de água à área mais alta da cidade, nomeadamente os tanques adjacentes ao templo romano, escavados por Cunha Rivara e João Rafael de Lemos na década de 1840. Augusto Filipe Simões rebatia o argumento explicando como os romanos provocavam a ascensão da água através da pressão. Em relação à real, no largo de S. Francisco, muitos alegavam que não podia ser romana por estar distante da primeira cintura de muralhas, logo fora dos limites da cidade romana, ou por terem sido construídos com tijolos, material que a fragilizaria e impediria a sua aparente resistência à passagem dos séculos. Augusto Filipe Simões opunha-se-lhes com as evidências de que uma cidade rica e poderosa, como acreditava que *Liberalitas Julia* havia sido, poderia ter um aqueduto que fizesse chegar a água também aos seus arredores e que eram muitas as construções de tijolo conservadas desde o Império romano, e mesmo de épocas anteriores. F. S. – “Folhetim. Descobrimento Archeologico”. *Folha do Sul*, nº. 62, 1864 (13 de Novembro), 1; I. de V. BARBOSA (1867, III), *op. cit.*, 47.

¹³² I. de V. BARBOSA (1867, III), *op. cit.*, 47.

¹³³ I. de V. BARBOSA (1867, III), *op. cit.*, 47.

Perante o rigor metodológico e crítico da análise de Augusto Filipe Simões, Vilhena Barbosa fica sem alternativa senão concordar com o bibliotecário eborense. Desculpa o erro da sua apreciação inicial com a proximidade estilística da torrinha verdadeira com a arquitectura romana, parecença que conjectura ter partido da iniciativa de André de Resende e da sua predilecção pelas antiguidades romanas, que poderia ter diligenciado nesse sentido junto do arquitecto responsável¹³⁴. Mas também com a leitura da cópia do manuscrito *Apologia pelo aqueducto de Sertorio contra D. Miguel da Silva, bispo de Vizeu*, que, perante as conclusões de Augusto Filipe Simões, ele deduz ser apócrifo¹³⁵.

Demonstra o caso do Aqueduto da Água da Prata que para os edifícios eborenses, ao contrário do postulado pelo crítico de arte inglês John Ruskin (1819-1900)¹³⁶, a antiguidade conjugada com a qualidade arquitectónica e dos materiais eram a expressão máxima de um passado idealizado.

A revisão crítica do saber estabelecido desde o século XVI empreendida de Augusto Filipe Simões a Gabriel Pereira não significou, no entanto, que se estivesse a questionar a validade desses escritos na sua qualidade de textos fundadores, ou a duvidar do valor histórico atribuído a Évora. Pelo contrário, depurados das interpretações e especulações abusivas pela arqueologia e pela história modernas, os antiquários e eruditos responsáveis pela construção da memória histórica de Évora, e da imagem da cidade que dessa memória se formou, conservam o fundamental do seu ascendente historiográfico. A sua citação, enquanto referência legitimadora da informação que se transmite sobre Évora, converte-se num dos vectores permanentes dos escritos que se debruçam sobre a cidade.

¹³⁴ Chega-se, inclusivamente, ao ponto de cometer o equívoco de se considerar que o Aqueduto da Água da Prata fora uma obra de André de Resende. J. QUEIROZ, *op. cit.*, 19.

¹³⁵ I. de V. BARBOSA (1867, III), *op. cit.*, 48. Para ter a percepção das repercussões da polémica dever-se-á consultar a descrição que dela é feita por Carlos Basto. C. BASTO (4º Volume), *op. cit.*, f. 93-98.

¹³⁶ Para quem "a maior gloria de um edificio não dependia, de facto, nem da sua pedra, nem do seu ouro. Toda a sua glória está na sua idade, nessa sensação profunda de expressão, de vigilância grave, de simpatia misteriosa, de aprovação ou de crítica que para nós se desprende dos seus muros amplamente banhados pelas horas rápidas da humanidade". J. RUSKIN – *Las Siete Lámparas de la Arquitectura*. Barcelona: Alta Fulla, 1987 (ed. orig. 1849), 217.

Como verificámos no início do capítulo anterior, desde a década de 40 do século XIX que as fontes das centúrias antecedentes conheciam acentuada divulgação. São principalmente André de Resende, Manuel Fialho e Francisco da Fonseca que continuam a ser os autores seminais do conhecimento que o século XIX manifesta ter sobre a cidade. A manutenção do seu ascendente é particularmente sintomática na sobrevivência de alguns arcaísmos historiográficos, resquícios dos séculos XVI a XVIII, tais como as afirmações de que Évora foi fundada pelos netos de Noé, de que foi a primeira capital da Lusitânia nos tempos de Viriato e de Sertório, de que foi a primeira cidade da Península Ibérica onde foi pregado o cristianismo, por S. Manços entre os anos 36 e 44, do registo dos santos mártires que aqui viveram¹³⁷.

Em termos de citações directas, o *Archivo Pittoresco*, em 1862, a propósito de uma gravura da Porta de Aviz, transcreve um trecho da *Evora Gloriosa*, em que o autor dá a conhecer as circunstâncias da construção da segunda cintura de muralhas da cidade e enumera as suas portas e as distâncias que as medeiam. O artigo faz ainda uma pequena alusão à *Évora Ilustrada* do padre Manuel Fialho, referindo que o texto de Francisco da Fonseca corresponde ao seu epílogo, função que havia sido, à altura, completamente assumida pelo seu autor¹³⁸. No ano seguinte, na crónica de uma viagem a Évora que fez publicar em cinco partes no *Jornal do Commercio*, o erudito José Maria António Nogueira (1822-1884)¹³⁹ declarava, logo no início

¹³⁷ A. S. d'A. B. de Pinho LEAL, *op. cit.*, 107 e 115-117.

¹³⁸ De notar, o uso da grafia "Ficalho" e não "Fialho", a mais comum e a utilizada na actualidade. Talvez por isso fez questão de especificar, em nota de rodapé, que se conservava uma assinatura deste autor na sala dos manuscritos da Biblioteca Nacional de Lisboa. O pequeno artigo inclui ainda uma outra transcrição, retirada de uma obra que não faz parte daquelas identificadas tradicionalmente com a história da cidade de Évora. Referimo-nos ao *Santuário Mariano* de Frei Agostinho de Santa Maria, datado de 1718 e que interessa ao *Archivo Pittoresco* pela abordagem que faz das muralhas de Évora no seu tomo 6. *Archivo Pittoresco*, nº. 13, tomo V, 1862, 97.

¹³⁹ Funcionário da contadoria do Hospital de S. José, foi adquirindo ao longo da vida conhecimentos históricos, literários e científicos que lhe permitiram realizar uma série de investigações e estudos de âmbito historiográfico. Para além do *Jornal do Comércio*, foi colaborador dos seguintes periódicos: *Revolução de Setembro*, *Português*, *Jornal do Centro Promotor*, *Federação*, *Comércio de Portugal*, etc. Teve um papel preponderante no desenvolvimento das associações operárias patrocinadas pelo Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas e foi um dos responsáveis pela sindicância ao Depósito Público de Lisboa, nomeado (juntamente com Silva e Cunha) pelo bispo de Viseu, de cujo relatório saiu a ideia da criação da Caixa Geral de Depósitos. Da sua extensa produção bibliográfica destacamos: "Algumas notícias acerca dos hospitais existentes em Lisboa e suas proximidades, antes da fundação do Hospital de Todos-os-Santos, 15 de Maio de 1492" (*Jornal do Comércio*, 1865) e "Arqueologia do teatro português 1588 a 1762" (*Jornal do Comércio*,

do primeiro “folhetim”, que fora movido a deslocar-se até Évora pelo desejo de ver “as antiguidades da patria de *Duarte Nunes de Leão, André e Garcia de Rezende*”, citando amiudadamente as obras de André de Resende¹⁴⁰, Diogo Mendes de Vasconcelos, Gaspar Estaço, Bernardo de Brito e Severim de Faria, que consultou graças à colectânea reunida por Bento José de Sousa Farinha e editada em 1785¹⁴¹, e sobretudo a *Évora Gloriosa* de Francisco da Fonseca¹⁴². Em 1864, o jornal *Folha do Sul* publica o “Elogio de Évora”, capítulo das *Notícias de Portugal* de Manuel Severim de Faria, citando ainda, na apresentação do texto, os nomes de André de Resende, Diogo Mendes de Vasconcelos, Gaspar Estaço, Frei Bernardo de Brito, o manuscrito da *Évora Ilustrada* de Manuel Fialho e a *Collecção das Antiguidades de Évora* de Bento José de Sousa Farinha, colectânea pela qual provavelmente acedeu aos textos de Resende, Mendes de Vasconcelos e Estaço¹⁴³. Três anos depois, Carlos Basto (1843-1915?), ao registar por escrito as suas impressões de uma viagem a Évora que efectuou, juntamente com sua mulher e seu pai, de 26 a 29 de Junho, alude, a pretexto de legitimar a informação que deixou manuscrita, à *Évora Gloriosa* de Francisco da Fonseca e à *História da Antiguidade de Évora* de André de Resende¹⁴⁴. Chegados ao século XX, a 1907, para ser mais preciso, o dicionário de cariz enciclopédico (histórico, corográfico, biográfico, bibliográfico, heráldico, numismático e artístico) intitulado *Portugal*, na entrada “Évora”, indicava como bibliografia de referências as obras de Amador Patrício

1866), *Notícia dos manuscritos da livraria do Ex.^{mo} conde de S. Lourenço* (1871). Deixou manuscrita a obra *Arqueologia Médica*. I. F. da SILVA, P. V. B. ARANHA, *op. cit.*, vol. XIII, 82-85.

¹⁴⁰ Cita André de Resende, por exemplo, a pretexto do ano do início da construção da Sé de Évora, em 1186, sob o reinado de D. Sancho I. J. M. A. NOGUEIRA – “Algumas horas em Evora”. *Jornal do Commercio*, nº. 3938, 5 de Dezembro de 1866, 1 (n. 1).

¹⁴¹ A visita de José Nogueira teve início no dia 23 de Junho. J. M. A. NOGUEIRA – “Algumas horas em Evora”. *Jornal do Commercio*, nº. 3935, 1 de Dezembro de 1866, 1 (n. 5).

¹⁴² “A *Evora gloriosa* instrue e deleita, salvo a opinião dos que só encontram interesse na leitura de certos romances”. J. M. A. NOGUEIRA – “Algumas horas em Evora”. *Jornal do Commercio*. Lisboa: nº. 3943, 12 de Dezembro de 1866, 1 (n. 1).

¹⁴³ *Folha do Sul*, nº. 44, 10 de Julho, 1864 (1º ano), 1; J. M. A. NOGUEIRA – “Algumas horas em Evora”. *Jornal do Commercio*, nº. 3943, 12 de Dezembro de 1866, 1 (n. 2).

¹⁴⁴ Carlos Augusto Pereira Basto era filho de Nuno José Peixoto Basto, um negociante da praça de Lisboa. Casou-se em 1865 com Leopoldina Maria Bessone, filha de Tomás Maria Bessone. As suas impressões de Évora preenchem quatro volumes encadernados de apontamentos manuscritos e ilustrados, com o título colectivo de *Viagem a Beja e a Évora em 26 de Junho de 1867* – o original é hoje propriedade de Fernando Marques da Costa. Foi também autor de um diário em 263 volumes que memorizou a sua vida de 1870 a 1915. J. E. da C. LEAL – *Giuseppe Cinatti (1808-1879). Percorso e Obra*. Lisboa: Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, 1996 (volume I), 206; C. BASTO – *Viagem a Beja e Évora em 20 de Junho de 1867*, 3º Volume, f. 25 (exemplar policopiado).

e André de Resende (numa edição de 1790)¹⁴⁵. A pretexto do templo romano, aludiam a Diogo Mendes de Vasconcelos, Gaspar Estação, Manuel Fialho – a quem atribuem, acertadamente, o baptismo de Templo de Diana e a ligação a Sertório que essa denominação implicava – e, mais uma vez, André de Resende¹⁴⁶. De resto, foi certamente pela leitura de André Resende que os seus autores insistiram na origem romana do aqueduto, apesar de Augusto Filipe Simões ter demonstrado, ainda na centúria precedente, como analisámos demoradamente, a improbabilidade histórica e arqueológica dessa preexistência¹⁴⁷. Este motivo explicará igualmente que mantivessem o equívoco, também desmontado por Augusto Filipe Simões, como realçámos, da sobrevivência de um pavilhão do aqueduto romano “sobre a muralha, entre as da Lagôa e Aviz”¹⁴⁸.

A persistência da influência dos estudos eborenses de André de Resende a Francisco da Fonseca, em virtude de continuarem a ser as principais fontes de informação sobre a cidade para as literaturas historiográfica, monográfica, corográfica e de viagens dos séculos XIX e XX, acabou por condicionar a própria estrutura dos discursos destas últimas num intervalo cronológico que vai de 1844 a 1916. Absorveram a forma como os primeiros intercalaram a abordagem dos principais monumentos, com destaque para os romanos e em que dominam os religiosos, com os acontecimentos e as personalidades que marcaram ou que estiveram ligados de alguma maneira ao passado de Évora¹⁴⁹. Acontecimentos e figuras notáveis – como a conquista da cidade muçulmana por Geraldo Gualdes, D. Afonso IV e a batalha do Salado, D. Manuel I, Vasco da Gama e a descoberta do caminho marítimo para a Índia, a morte de Gil Vicente, Garcia de Resende, Manuelinho de Évora, Infanta D.

¹⁴⁵ E. PEREIRA, G. RODRIGUES (a), *op. cit.*, 239 e 240.

¹⁴⁶ E. PEREIRA, G. RODRIGUES (e), *op. cit.*, 245.

¹⁴⁷ Em 1816, no guia de Évora da Sociedade Propaganda de Portugal, o aqueduto é ainda tido como somente restaurado por D. João III, embora remeta a sua fundação para umas imprecisas “épocas remotas”. Sociedade de Propaganda de Portugal, *op. cit.*, 21

¹⁴⁸ Chega a citar uma das lápides transcritas por André de Resende na *História da Antiguidade da Cidade de Évora* que vinculavam a figura de Sertório à construção de um aqueduto em Évora. E. PEREIRA, G. RODRIGUES (b), *op. cit.*, 240 e 241.

¹⁴⁹ Francisco da Fonseca é citado directamente: “Lê-se na *Evora Gloriosa* (do padre Francisco da Fonseca) a pag. 230, nº. 408, que – D. Fernando de Castro, 1º conde de Basto fundou um hospital, na travessa fronteira á universidade, abaixo da do Salvador, para velhos e velhas, a quem a falta de forças e sobra de idade, embaraçava de ganharem a sua vida”. A. S. d’A. B. de Pinho LEAL, *op. cit.*, 120.

Isabel (filha de D. João I e duquesa da Borgonha), etc.¹⁵⁰ – cruzam-se com a narrativa da história e a descrição dos monumentos da cidade como o templo romano, o provável palácio de Sertório, o Aqueduto, a Sé, o Colégio do Espírito Santo (antiga Universidade, ocupada pela Casa Pia e pelo liceu de Évora), os paços arquiiepiscopal (actual Museu de Évora) dos Estaus, de S. Miguel e de S. Francisco, a Biblioteca Pública, a Ermida de S. Brás, a Casa da Câmara, as igrejas da Misericórdia, do Espírito Santo, de S. Pedro e de Santo Antão, os antigos hospitais de Évora, os conventos femininos (Santa Helena, Santa Clara, Remédios, Santa Catarina, S. Bento, Nossa Senhora do Paraíso, Nossa Senhora do Carmo) e os masculinos (Freires de Avis, S. Francisco, S. Domingos, Nossa Senhora das Mercês, Nossa Senhora dos Remédios, Santo António, *Scala Coeli*, Nossa Senhora do Espinheiro, Lóios, Nossa Senhora do Carmo, Nossa Senhora da Graça)¹⁵¹.

Se os textos redigidos entre os anos de Quinhentos e os de Setecentos se mantêm uma referência basilar, também se conservou, por consequência, a idealização do passado de Évora que os seus autores formalizaram, embora esta fosse agora assente num conhecimento que se reclamava documental e arqueologicamente mais rigoroso. Gabriel Pereira expressa-o exemplarmente afirmando que “Resende e depois a sua escola, que, como todas as escolas, teve os defeitos do mestre em maior grau, e em menor as perfeições, possuiu-se da mania de trazer para Évora, para aumento da sua glória (mas, como todas as belezas verdadeiras, Évora não carece de ouropéis para seu maior brilho) memórias de Sertório”¹⁵². Até quando expurgada do seu vínculo a Sertório por Gabriel Pereira, Évora mantinha-se uma das mais interessantes

¹⁵⁰ C. BASTO (3º volume), *op. cit.*, f. 114-118; A. S. d'A. B. de Pinho LEAL, *op. cit.*, 104 -115.

¹⁵¹ C. BASTO (2º volume), *op. cit.*, f. 40, 42-50, 56-60 e 62-86; C. BASTO (3º volume), *op. cit.*, f. 2-68, 79-81 e 83-108; C. BASTO (4º volume), *op. cit.*, f. 33-60; *Roteiro da cidade de Évora ...*, 6-23 e 25-31; A. S. d'A. B. de Pinho LEAL, *op. cit.*, 92-96, 98-103 e 110-120; C. da C. MANOEL, *op. cit.*, 13, 15, 22, 24, 28, 32, 40, 51, 53, 59, 61, 64, 67, 76, 81 e 97; E. PEREIRA, G. RODRIGUES (a), *op. cit.*, 238 e 239; E. PEREIRA, G. RODRIGUES (e), *op. cit.*, 244-246; E. PEREIRA, G. RODRIGUES (b), *op. cit.*, 240 e 241; E. PEREIRA, G. RODRIGUES (d), *op. cit.*, 243 e 244; E. PEREIRA, G. RODRIGUES (c), *op. cit.*, 241-243; A. F. BARATA – *Evora Antiga. Noticias colhidas com afanosa diligencia. Em favor dos asylos de Infancia Desvalida e Ramalho-Barahona*. Évora: Minerva Commercial, 1909, 26-27, 54, 55, 184 e 185; Sociedade de Propaganda de Portugal – *Evora e seus arredores. Indicações para uso dos viajantes*. Lisboa: Typ. da Gazeta dos Caminhos de Ferro, 1916, 7-15 e 17-22.

¹⁵² G. PEREIRA (1947), *op. cit.*, 39.

cidades de Portugal. A sua antiguidade romana não tinha, indubitavelmente, rival no país¹⁵³.

A permanência dessa idealização do passado da cidade é evidente na verificação e na afirmação cada vez mais explícita da dualidade contrastante entre o que Évora era e o que fora: residência de reis, sede de cortes e berço de figuras ilustres da cultura portuguesa, como o muito mencionado André de Resende, Manuel Severim de Faria e Garcia de Resende¹⁵⁴. Aquilo que de finais do século XVII ao século XVIII fora um sentimento mais ou menos difuso, subjacente às narrativas da história de Évora, tornou-se, na segunda metade do século XIX, numa declaração tão categórica que só poderia ser incitada por um consciente e agudo desejo de mudança. A frequência com que os autores recorreram à comparação entre o prestígio atingido no passado, representado pelos monumentos arquitectónicos, e a inflexão, ou mesmo a decadência, verificada no presente converteu-a num dos *topos* dos discursos sobre Évora.

Em 1862, o romancista, dramaturgo e jornalista Júlio César Machado (1835-1900), na crónica “Tres dias em Evora”, fazia contrastar o “tom de solidão” que reinava “na cidade, que” predispunha “o viajante a enfastiar-se mortalmente” – “ [...] chega uma pessoa a suppôr que Evora desde os deuses nunca mais foi habitada, e cae-se n’um abatimento, n’uma prostração, n’uma melancholia toda mithologica!...”¹⁵⁵ –, com o quão “illustre!”¹⁵⁶ fora Évora, como ficava patente pela observação da “clara, imponente, magestosa” catedral e dos outros monumentos¹⁵⁷.

¹⁵³ *Handbook for Travellers in Portugal*. London: John Murray, 1855, 48 e 49.

¹⁵⁴ C. BASTO (3º Volume), *op. cit.*, f. 123 e 124.

¹⁵⁵ J. C. MACHADO (1862), *op. cit.*, 78. Júlio César Machado voltou a editar a descrição das suas impressões de Évora em 1880, com algumas alterações estilísticas: “Sente-se a solidão. / Cae-se n’uma atonia physica e moral, n’uma melancholia phantastica. Chega uma pessoa a suppôr que Evora desde os deuses nunca mais fosse habitada. A proporção que se encontra o solar Garcia de Rezende, a Casa da Misericórdia, onde estiveram as freiras maltezas, e a casa de Vimioso, em que apenas se adivinha nas janellas a ordem gothica, estando até os arabescos das cimalthas trocados por ornatos modernos, não se logra fazer idéa alguma da época em que se está, e acodem logo desejos de procurar a sepultura de Venus...” J. C. MACHADO – *A Vida Alegre (apontamentos de um folhetinista)*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & C^a, 1880, 170 e 171.

¹⁵⁶ “O olhar demora-se melancholicamente n’aquelle horisonte, e, ao baixal-o de novo para a cidade, nasce uma idéa envolvida n’uma lagrima: - Evora foi illustre!”. J. C. MACHADO (1862), *op. cit.*, 82.

¹⁵⁷ “A cathedral é uma coisa de que não se formaria idéa pelas descripções, por mais habeis e minuciosas que possam ser”. J. C. MACHADO (1862), *op. cit.*, 79 e 80.

“Ao sair de S. Francisco, o silencio d’Evora pareceu-me mais solemne do que nunca; praças desertas, jardins abandonados, ruas silenciosas como os corredores dos hypogens de Thebas. Dir-se-hia aquella cidade morta dos condes arabes, em que o viajante peregrinava entre os simulacros da vida sem accorder outra voz senão o echo. Oh! Evora! Evora! Tu que és tão bella e tão illustre, tão senhoril e tão nobre, como é que podes conservar-te n’essa melancholia que toca o phantastico; e porque é que as tuas casas não teem senão fachadas cegas, em que as palpebras de taboinhas se conservam sempre tristemente descidas? D’este mesmo silencio, bem o sei, podia eu fazer obra se fôra poeta, mas a prosa dos chronistas é por vezes rebelde á phantasia.”¹⁵⁸

À desertificação das gentes¹⁵⁹, à ausência de uma planificação urbana e à pouca qualidade da arquitectura corrente, Martinho António da Cruz acrescentava, no ano seguinte (1863), a miséria e a falta de higiene que se via nas ruas da cidade aos factores pelos quais a “antiquissima cidade de Evora”, “a *Felicitas Julia*, a patria de grandes homens”, jazia “em decadencia”:

“Não vae ainda longe o tempo em que nas ruas d’esta cidade d’Evora, se não vissem as scenas mais asquerosas e repugnantes!

A rua do Paço lá ao fim, desde S. Francisco até à porta do Rocio, estava carregada de andrajos e miserias.”¹⁶⁰

Verificamos uma mudança na avaliação do presente da cidade somente no início do século XX. Embora continuasse a ser uma urbe de “irregularissima” construção, “triste, feia, mal calcetada e mal cheirosa, encerrando ainda muitas artérias públicas por cuja superfície” corriam imundices e os fétidos “esgotos das habitações”, com a sua principal praça, a do Giraldo, “estreita e comprida”, “de perspectiva soturna e velharenga”, começava a evidenciar progressos

¹⁵⁸ J. C. MACHADO (1862), *op. cit.*, 97 e 98.

¹⁵⁹ Em relação à qual o dia da Feira de S. João constituía uma excepção: “É hoje dia de S. João. / Evora tornou-se uma outra. Desde a porta da Alagoa até à do Rocio, perto de seis mil pessoas passam e repassam incessantemente; da de Aviz á de Alconchel, ninguém póde dar um passo. Á Porta Nova, burlescamente denominado Chiado, estaciona uma massa compacta. / Todas as hospedarias, todas as casas e cavallariças estão occupadas: e nos pateos e quintaes ninguém se póde decidir a atravessar incolume, por causa dos *ins* e dos *uns* das mulas!...” M. A. da CRUZ – *Os Miseraveis do Alentejo*. Évora: Editores Bravo, Correia, e Mello, 1863 (Primeira Parte), 62 e 63.

¹⁶⁰ “Em muitos d’aquelles infelizes as feridas e as lesões, são de origem real e verdadeira; porém, noutros, a massa caustica, a falta de asseio, e sobretudo os unguentos rançosos e oxygenados, conservam-lhes as feridas em aberto, o que elles muito desejam para terem um pretexto a advogar! / Á lamuria, á gritaria infernal com que assaltavam, á feira de S. João, accrescentavam os berros estridentes á queima roupa, que dilaceravam os tympanos mais delicados!... / Um calor insupportavel, e um pó tenuissimo invadiam as fôssas nasaes dos concorrentes.” Situação que o autor considerava se dever, em parte, à importância que as ordens religiosas haviam tido no ensino ministrado na cidade: “Ressente-se esta cidade da educação puramente fradesca, [...]. M. A. da CRUZ, *op. cit.*, 32-35, 62 e 63.

morais e melhoramentos materiais. Reconheciam-se estes na boa edificação das agências do Banco de Portugal, riscada pelo architecto Adães Bermudes, e do Banco do Alentejo, localizadas, precisamente, na Praça do Giraldo, e na abertura dos hotéis Eborense e Central, da hospedaria da Antónia do Chiado e de cafés e restaurantes¹⁶¹. Esses melhoramentos, no entanto, não permitiam esquecer o que pareciam os problemas endémicos de Évora: a falta de redes de abastecimento de água, que continuava a ser assegurada pelo aqueduto quinhentista, e de esgotos¹⁶², a que acrescia a depressão demográfica, que mantinha a cidade encerrada intramuros, com excepção das duas avenidas que a ligavam à estação ferroviária.

Em contrapartida, o passado idealizado que servia de referência às comparações com o declínio do presente encontrava a sua melhor expressão na abóbada da Igreja de S. Francisco, ou melhor na capacidade técnica que a tinha levantado e a mantinha suspensa sem suportes intermédios:

“A abobada da igreja de S. Francisco desperta a admiração, pela admiração, pela grandeza, imponencia das suas arrojadas linhas, e ainda porque olhando as paredes lateraes, que parecem aguental-a, se reconhece, nas esguias frestas, que taes paredes são mui delgadas. Por isto se tem dito que é, como a sala capitular do mosteiro da Batalha, um d’aquelles milagres da arte que assustam e despertam admiração. Exteriormente as grandes paredes mestras não têm gigantes ou botaréus; só nos cunhaes os mostram não mui fortes, na direcção das paredes.”¹⁶³

Era este passado, “quer pela sua historia, quer pelos monumentos que ainda conserva que são verdadeiras obras d’arte”, que fazia com que Évora, conquanto não pudesse ser considerada “uma das mais lindas cidades de Portugal”, fosse uma das mais importantes¹⁶⁴.

¹⁶¹ J. A. CORRÊA – *Cidades de Portugal*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1907, 185-188.

¹⁶² “É ainda o aqui-secular aqueduto de Sertório, reconstruído por D. João III, que abastece a cidade; por isso logo no princípio do verão os fontanários públicos são insuficientíssimos para as necessidades da população. Esta grave e indesculpável falta, junta á de uma rede de esgotos, motiva o repugnante e nauseabundo espectáculo da exhibição das fezes das habitações pelos regos que cortam central e lateralmente a grande maioria das artérias da cidade”. J. A. CORRÊA, *op. cit.*, 187 e 188.

¹⁶³ G. PEREIRA (1902, volume II), *op. cit.*, 70. Por outro lado, a devolução da estrutura conventual adaptada a palácio aos franciscanos, depois de Évora ter deixado de ser uma residência frequente dos monarcas portugueses, é um dos sinais do princípio da decadência da cidade. C. BASTO (3º Volume), *op. cit.*, f. 84.

¹⁶⁴ Sociedade de Propaganda de Portugal, *op. cit.*, 3.

A perenidade da idealização do passado de Évora está directamente relacionada com o culto da sua antiguidade – “cidade tão notavel pela antiguidade da sua fundação, como pelas vicissitudes porque tem passado.”¹⁶⁵. Esse culto consubstanciou-se na inscrição dos restantes factores da singularidade de Évora na sua antiguidade, pela qual eram exaltados. O ser uma das “mais antigas terras do reino” ligava a história de Évora à da Península Ibérica, a sua intersecção com a biografia do general romano Sertório, a sua preeminência na cristianização da Península Ibérica com S. Mansos¹⁶⁶, a sua participação no processo de reconquista aos “mouros” através de Geraldo Geraudes, denominado o Sem-Pavor¹⁶⁷, e o ter sido um centro político, cultural e artístico do reino durante os períodos em que ali a corte estacionou e as principais famílias nobres estabeleceram residência, entre os séculos XIV e XVI¹⁶⁸, é hiperbolizado e enaltecido até transformar Évora num arquétipo de cidade antiga:

“Uma das mais antigas cidades da nossa pequena, mas gloriosa monarchia, é, sem contradicção, esta cidade de Évora. Côrte de nossos reis em tempos que passaram; patria de muitos varões prestantes, nas letras e nas armas; séde de uma academia durante dous seculos; cheia de monumentos e obras d’arte notaveis; repositorio de antiguidades romanas e dellas matriz fecunda, de sobejo incentivo ha n’ella para as visitas, contemplação e estudo do visitante curioso e archeologo”¹⁶⁹.

¹⁶⁵ C. BASTO (3º Volume), *op. cit.*, f. 111 e 112.

¹⁶⁶ C. BASTO (3º Volume), *op. cit.*, f. 120 e 121.

¹⁶⁷ C. BASTO (3º Volume), *op. cit.*, f. 113-117, 120 e 121; E. PEREIRA, G. RODRIGUES (a), *op. cit.*, 237.

¹⁶⁸ “Aqui se reuniram Côrtes em 1437, 1481, 1490 e 1535; e aqui tiveram a sua Côrte quasi todos os nossos reis até D. Sebastião, pelo que a cidade tem o titulo de *Côrte e sempre leal*. Foi em Evora que se realisou o casamento do principe D. Affonso, filho do rei D. João II, tendo então logar esplendidas festas, cuja descripção fez Garcia de Rezende. Em Evora existe ainda o palacio dos Mellos, antigos marqueses de Ferreira, no qual esteve encerrado o duque de Bragança, Fernando II, suppliciado na mesma cidade por ordem d’aquelle monarcha. De Evora mandou el-rei D. Manuel a Vasco da Gama para a viagem do descobrimento do caminho da India”. E. PEREIRA, G. RODRIGUES (a), *op. cit.*, 237.

¹⁶⁹ *Roteiro da cidade de Évora...*, 5. Ver ainda a transcrição do discurso proferido pelo arcebispo de Évora, Eduardo Augusto Nunes, perante os membros da Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes, aquando de uma sua visita a Évora a 5 de Junho de 1897: “*Noblesse oblige*: as tradições fidalgas da antiga côrte de nossos reis, e as não menos honrosas tradições scientificas e litterarias da antiga séde d’uma universidade, da patria de Garcia de Resende, hão de inspirar, inspiram sem dúvida, aos habitantes d’Evora os primores de cortezia e o acolhimento sympathico a que têm direito tão illustres homens de sciencia”. “Visita a Evora dos Engenheiros Socios da Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes em 5 de Junho de 1897. *Discurso de S. Ex.^a Rev.^{ma} o Sr. Arcebispo de Evora aos engenheiros-excursionistas por occasião da sua recepção no paço archiepiscopal de Evora*”. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, tomo VII, nº. 10, 1897, 159.

Por ser um arquétipo da cidade antiga, Évora é, também, um protótipo da história geral (“A história portuguesa escrita em obras de arte”¹⁷⁰), pelo que reflecte, à dimensão do local, dos padrões da história nacional – as presenças romana, goda e moura¹⁷¹; as manifestações das tendências artísticas de cada época; os desenvolvimentos científicos ao longo do tempo; e a participação dos seus naturais nos acontecimentos que mais influenciaram a existência do país desde a sua fundação:

“A História da cidade de Évora é longa e interessante; é um epitome da história universal, e, com especialidade, da do Reino, pois n’ella habitaram os romanos, os godos, os arabes, ou mouros, etc. e os seus naturaes se distinguiram nas artes, nas sciencias, e em todos os acontecimentos que tiveram lugar no Paiz, ou, se deram fóra, desempenharam papeis importantes”¹⁷².

A participação dos naturais de Évora em todos os acontecimentos que tiveram lugar no país, em conformidade com o declarado na citação acima transcrita, implicava uma outra característica da identidade da cidade que o século XIX fixou e que passa a ser recorrentemente atribuída aos eborenses de todas as épocas, o seu patriotismo: “Esta cidade tem-se tornado sempre celebre pelo acresolado patriotismo dos seus habitantes, que nunca foram os ultimos a pugnar pela liberdade e independencia da sua patria”¹⁷³.

Fruto da cultura nacionalista do século XIX, esse patriotismo veio ocupar o lugar preponderante que o suposto protagonismo de Évora na cristianização da Península teve nos textos escritos e publicados até ao século XVIII. Fundamenta-se esta nossa asserção na nacionalização da figura do romano Sertório empreendida pelo terceiro volume da obra de cariz corográfico *Portugal Antigo e Moderno*, editado em 1874. Aqui, o seu autor, Augusto Soares d’Azevedo Barbosa de Pinho Leal, altera a naturalidade do general romano, provavelmente de modo a poder conceder-lhe o estatuto de herói nacional. Deu-o como Lusitano, emparelhando-o com Viriato, até no destino que,

¹⁷⁰ F. de ALMEIDA (2002), *op. cit.*, 27.

¹⁷¹ Três fases da ocupação do território eborense que o templo e a muralha, com as suas torres (como a “chamada de Sertorio”) e as suas portas (como o “arco de Santa Izabel”), atestavam. Tornavam perceptíveis a “opulencia” e a “grandeza” da “grande cidade”, “muito commercial e povoada” que Évora fora. Lembravam, por exemplo, a existência de uma mesquita e de um castelo entretanto desaparecidos. E. PEREIRA, G. RODRIGUES (a), *op. cit.*, 237.

¹⁷² C. da C. MANOEL (1900), *op. cit.*, 9.

¹⁷³ C. BASTO (3º volume), *op. cit.*, f. 124.

segundo ele, tiveram – assassinados por estrangeiros, leia-se romanos¹⁷⁴. O patriotismo dos eborenses é ainda exemplificado por dois acontecimentos sucedidos na cidade, mas inscritos na história da nação: as “Alterações de Evora” contra o domínio filipino em 1637 e a resistência ao invasor francês em 1808¹⁷⁵.

A originalidade, o pitoresco, de alguma da arquitectura tardo-gótica eborense, dos muitos “edifícios apreciáveis pela sua construção curiosa”¹⁷⁶, sobretudo a manuelina e a de carácter marcadamente *mudéjar*, é outra das permanências conceptuais que reconhecemos nas apreciações da cidade. A começar pela curiosa construção da “Capella de S. Braz”, “velho edificio, à direita da estrada [do Rossio de S. Brás, de quem vinha da estação ferroviária], que por seus arruinados corucheus, seteiras e outras obras d’estranha disposição, ora” parecia “egreja, ora fortaleza dos velhos tempos”¹⁷⁷ – “Excellent é o exterior pelas formas guerreiras, que mais a assemelham a uma fortaleza do que a um templo christão”¹⁷⁸. Segundo Carlos Basto, pertenciam a um tipo de arquitectura que poucos apreciavam no nosso país, a que ele propunha chamar “architectura normando-militar”¹⁷⁹.

Já intramuros, havia a também “curiosa *porta do convento do Carmo*”, junto ao palácio da casa de Bragança, com as suas “ombreiras e verga” colossais, a representar “troncos de arvore, enlaçados por cordões com amiadados nós, que symbolisam a empreza tomada por D. Jayme, quarto duque de Bragança”¹⁸⁰. Ou ainda a tão “característica feição exterior” da Igreja

¹⁷⁴ “Foi depois residencia dos grandes generaes lusitanos, Viriato e Sertorio. / (...) Sempre será bom notar que os assassinos de Viriato e Sertorio eram estrangeiros”. A. S. d’A. B. de Pinho LEAL – “Evora”. *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1874 (volume 3), 89 e 91.

¹⁷⁵ C. BASTO (3º Volume), *op. cit.*, f. 118 e 124; E. PEREIRA, G. RODRIGUES (a), *op. cit.*, 238.

¹⁷⁶ C. BASTO (3º Volume), *op. cit.*, f. 123.

¹⁷⁷ “Nunca vimos construcção mais curiosa, e cremos que assim o dirão todos os que, visitando Evora pela primeira vez, passarem n’este sitio.” J. M. A. NOGUEIRA – “Algumas horas em Evora”. *Jornal do Commercio*. Lisboa: nº. 3935, 1 de Dezembro de 1866, 1.

¹⁷⁸ Entendia-se a galilé e o portal como os únicos sinais exteriores que o identificavam como um templo cristão. *Roteiro da Cidade de Évora ...*, 6; E. PEREIRA, G. RODRIGUES (a), *op. cit.*, 239.

¹⁷⁹ C. BASTO (4º Volume), *op. cit.*, f. 42-44.

¹⁸⁰ “É um bello trabalho de esculptura, perfeitamente conservados, como tambem succede ao palacio, que faz parte do apanagio do principe real.” J. M. A. NOGUEIRA – “Algumas horas em Evora”. *Jornal do Commercio*, nº. 3938, 1 de Dezembro de 1866, 1. “A igreja é clara, espaçosa e de simplíssima architectura. O seu portal, que parece haver pertencido á primitiva construcção, é de granito, formado por duas columnas espiraes, as quaes na altura da verga se abraçam, e dão uns nós, allusivos, porventura, a empreza, ou divisa, – depois de vós, nós, – do

de S. Francisco, de “aspéto próprio, original, quanto possível, com uns visos, por assim dizer, de mesquita”, as “fórmãs tão intumcentes e selváticas, como outras ainda não” vistas, a rara “arcada da galilé”, “na sua mistura de estilos”, em que “ao arco de volta redonda segue-se outro em volta de ferradura, e a este outro em ogiva”¹⁸¹. O aspecto externo do convento do Paraíso, que simulava o “duma destas casas de Tânger, misteriosas, de altas paredes encastoadas umas às outras, [...]”¹⁸². O exotismo do arco de volta em ferradura da galilé de S. Francisco encontrava paralelo no estilo “manuelino-moirisco, um verdadeiro granadino”, da Galeria das Damas¹⁸³. No final do século XIX, o jornalista e escritor Fialho de Almeida (1857-1911) ainda classificava esta galeria como “*amouriscada*”¹⁸⁴.

Eram exotismos arquitectónicos que valiam e se destacavam pela singularidade da sua plasticidade, expressiva da opulência do tempo que lhe tinha dado forma, e porque sublinhavam, por contraste, o “puro e elegante risco gothico”, como o da porta da Igreja de S. João Evangelista do Convento dos Lóios¹⁸⁵. Tanto que se chega a declarar que os “*typos da architectura arabe* [leia-se *mudéjar*] e gothica” estavam “perfeitamente caracterisados” em Évora, “em diversas obras de elegante desenho”¹⁸⁶.

O último dos axiomas a fixar-se no discurso do século XIX sobre Évora foi a dimensão vivencial do conhecimento histórico que se verificou ser imanente da ancestralidade de uma estrutura urbana como a de Évora e das edificações que a ocupavam. Cara à cultura romântica¹⁸⁷, a noção de história

duque de Bragança D. João I, bisneto de D. Fernando II, decapitado na praça desta cidade”. *Roteiro da cidade de Evora...*, 22.

¹⁸¹ “É raro isto em Portugal, mas ha exemplos na architectura hespanhola, de combinações de romanico, ogival e mudejar, obedecendo mais ao capricho d’architecto que a necessidade de construcção”. G. PEREIRA (1902, volume II), *op. cit.*, 68; A. HAUPT – *A Architectura da Renascença em Portugal*. Lisboa: J. Rodrigues & C^a, s.d., 283 e 284.

¹⁸² “[...] sustadas a cunhais, caiadas, esfoladas, sem o menor sinal de vida de relação, nem portas, nem fachadas, nem mirantes, e só umas gaiolas de ferro ressaíndo em *muscarabieh* junto do tecto, a cobrir como máscaras de esgrima, minúsculas lucarnas que dão para dentro daquele cárcere inquietante”. F. de ALMEIDA (2002), *op. cit.*, 42.

¹⁸³ E. PEREIRA, G. RODRIGUES (a), *op. cit.*, 238.

¹⁸⁴ F. de ALMEIDA (2002), *op. cit.*, 21.

¹⁸⁵ J. M. A. NOGUEIRA – “Algumas horas em Evora”. *Jornal do Commercio*, nº. 3938, 5 de Dezembro de 1866, 1. Do claustro do convento fazia parte “uma notável porta manuelina”. *Roteiro da Cidade de Evora...*, 16.

¹⁸⁶ J. M. A. NOGUEIRA – “Algumas horas em Evora”. *Jornal do Commercio*, nº. 3943, 12 de Dezembro de 1866, 1.

¹⁸⁷ “No idealismo a que facilmente se entregam os que se entreteem com estas sombras do passado, pareceu-nos ver sentado a uma d’aquellas janellas qualquer dos reis da dynastia avizense gosando o bellissimo panorama que d’alli [do chamado Palácio de D. Manuel ou Trem]

vivenciada faz parte da essência das cidades antigas, em virtude de pressupor que o conhecimento do passado de que aquelas conservaram a memória se tornava mais inteligível e fácil de transmitir no processo de as vivenciar. Assim acontecia quando se circulava pelas ruas ou se observava e frequentava as construções onde, séculos antes, acontecimentos notáveis se haviam desenrolado e figuras históricas os tinham protagonizado. Estar na “praça principal da cidade, onde teve lugar o supplicio do duque de Bragança, D. Fernando II”, tendo esta mantido a sua configuração e a maioria dos edifícios – “É um quadrilongo, empedrado como a praça de D. Pedro em Lisboa, tendo ao fundo a igreja de Santo Antão, e da parte opposta a casa da camara” –, é convocar a memória do “succedido havia 383 annos e dois dias (21 de junho de 1483)”¹⁸⁸, que é uma forma de o reviver. Por este motivo, colada que está ao valor histórico da cidade, a noção de história vivenciada prolongar-se-á, em Évora, muito para além do período do Romantismo e encontramos-a aplicada aos seus mais importantes monumentos, como o templo romano¹⁸⁹. Gabriel Pereira expressa-a ainda em 1902, ao exclamar “Recordações, santo Deus! quantos dramas e tragedias, quantas festas, quantas luctas, quantos soffrimentos por esses palacios e praças!”¹⁹⁰. Ou evocando as figuras de D. Henrique, D. Sebastião, Francisco de Borja e Luís de Molina perante edifício da antiga Universidade, a servir de liceu à altura:

“A quadra ou geral do lyceu, as suas aulas, a sala dos actos, a igreja e a sacristia, a capella particular do cardeal, o refeitório e a sua monumental fonte ou lavatório, constituem um grupo mui digno de attenção. Por essas luminosas arcadas passaram figuras historicas: D. Henrique e D. Sebastião, Francisco de Borja e Luiz de Mollina, e quantos mais!”¹⁹¹

Para além dos principais monumentos, verificamos que no início do século XX, para a experiência de viver a história também muito contribuí a

se deve descobrir”. J. M. A. NOGUEIRA – “Algumas horas em Evora”. *Jornal do Commercio*, nº. 3943, 12 de Dezembro de 1866, 1.

¹⁸⁸ J. M. A. NOGUEIRA – “Algumas horas em Evora”. *Jornal do Commercio*. Lisboa: nº. 3935, 5 de Dezembro de 1866, 1. Ver também *Roteiro da Cidade de Evora ...*, 11.

¹⁸⁹ “Seguimos em busca do chamado *Templo de Diana*, e ao vê-lo, lembrou-nos paraphrasear o dito do primeiro Napoleão, ao exclamar no Egypto: - *Soldados, do alto d'aquellas pyramides trinta seculos vos contemplam*. De facto, não eram trinta, mas dezanove seculos, que do alto d'aquellas columnas nos olhavam”. J. M. A. NOGUEIRA – “Algumas horas em Evora”. *Jornal do Commercio*. Lisboa: nº. 3935, 1 de Dezembro de 1866, 1.

¹⁹⁰ G. PEREIRA (1902, volume I), *op. cit.*, 8.

¹⁹¹ G. PEREIRA (1902, volume I), *op. cit.*, 10.

morfologia irregular da cidade, fruto das sucessivas modificações introduzidas na malha da cidade ao longo dos séculos, erigindo-se de raiz ou assimilando-se e adaptando-se as pré-existências a novas funcionalidades, de forma planeada ou empiricamente, em consonância com as alterações das necessidades e das modas. Defende-se, inclusive, a intocabilidade desta estrutura urbana em relação a uma modernidade esteticamente uniformizadora, que negava a temporalidade das coisas humanas. O que significa que a dimensão vivencial da história inerente à cidade antiga a irá converter, como analisaremos no último capítulo, em objecto de saber:

“Ao crepúsculo a cidade é maravilhosa de dramático, porque as linhas banais dos prédios perdem-se, as dimensões redobram, as perspectivas cavam-se, e é o momento em que os bairros, purgados pela sombra, do modernismo pífilo que os emplastra, readquirem o burel medieval pràs frontarias, agigantam o lóbrego das suas escadinholas, passagens e gargantas, e enfim resumem num agregado de trágicas arestas o que devia ser há quatro séculos uma grande povoação peninsular. Em muitas ruas, ex. as que avizinham da praça de Geraldo, os prédios assentam em arcarias de abóbada solidíssima, fazendo de uma e outra banda passagens cobertas, para onde abrem as lojas e as escadas.

Não há meio de encontrar um prédio no seu devido alinhamento, ou uma extensão de rua no piso geométrico que o macadame moderno lhe assinou: por toda a parte escaninhos e cunhais reentrando e ressaíndo da esquadria, estrangulamentos e ampolas na via pública, ondulações e depressões pela calçada, ruelas que mergulham por baixo de arcos de Bastilha, escadas levando a pórticos inferiores ao nível da rua, e esqueletos de ruínas, enfim, espavorindo o crepúsculo de esmagadoras formas tenebrosas.

[...]

A cada passo, onde menos se espera, *remembers* de arquitectura e de arqueologia avocando os ciclos de arte e história antiga mais flagrantes”¹⁹².

Neste passo de um texto do escritor Fialho de Almeida sobre Évora, na utilização que faz de expressões como “maravilhosa de dramático”, “esqueletos de ruínas” ou “crepúsculo de esmagadoras formas tenebrosas”, na sua teatralidade, na capacidade sugestiva que denotam, no apelo que fazem à inteligência emotiva, mais que à percepção ou à cognição, percebemos que viver a história é senti-la para conhecê-la, senti-la nas diferentes dimensões da urbe – na materialidade das arquitecturas, na fisicalidade dos espaços e na imaterialidade dos acontecimentos do presente, enquanto potenciais

¹⁹² F. de ALMEIDA (2002), *op. cit.*, 24 e 25.

fenómenos evocadores de modos de vida ancestrais ou assim interpretados por quem os observa, por mais prosaicos que sejam:

“Atravessando pouco depois, já sol posto, os terreiros fronteiros de S. Francisco, formidável e estranho santuário de que depois lhes falarei, impressionou-me uma destas coisas evocativas, poeticamente locais, que, sem valor, recordam, apesar disso, toda a vida. Por diante da fachada do templo vinha passando devagar um velho padre, pela mão dum rapazinho (cego me pareceu, pela atitude), e de repente trindades soaram num *gong* terrífico, subterrâneo, distante, um destes sinos de torre medieva, que enrouqueceram a soar o alarme dos motins populares e das invasões. O padre descobriu-se, a rezar, e, como passasse ante o pórtico, os descalçadinhos da rua, que brincavam na terra, lhe vieram pedir todos a benção”¹⁹³.

Esta atitude não implicou, contudo, uma total antagonização dos melhoramentos das condições de habitabilidade e de circulação de que Évora tanto necessitava, para as quais se alertava, como salientámos antes, desde a década de 1860. O que se queria era uma modernização controlada, de que a cidade devia beneficiar em termos de salubridade pública, conforto e um certo grau de cosmopolitismo, sem ser contagiada pela voragem destruidora e regularizadora que anulava as identidades dos lugares. Desejava-se a conciliação da tradição e da modernidade, da intocável idealização do passado e das expectativas de futuro, na qual reconhecemos um verdadeiro modelo utópico da contemporaneidade, a que ainda voltaremos.

Assim se formalizou discursivamente a identidade de Évora. Perceberemos de seguida como essa identidade se consagrou, em termos concretos, na selecção, preservação, classificação e restauro dos monumentos históricos e nacionais da cidade.

¹⁹³ F. de ALMEIDA (2002), *op. cit.*, 23 e 24.

Capítulo III

A Institucionalização dos Monumentos Nacionais e a Consagração dos Monumentos Históricos Eborenses.

Em termos da conceptualização e das representações do passado, o século XIX assistiu à evolução da categoria de *monumento antigo*, tal como fora aplicada no decreto joanino de 1721, para a de *monumento histórico* ou *monumento nacional* – que por vezes também recebe a classificação de *pátrio*¹⁹⁴. A distinção, aparentemente residual, não é de desvalorizar. À mudança da adjectivação aplicada ao substantivo, o monumento, correspondeu uma modificação de valores.

Segundo Alois Riegl, historiador vienense do dealbar do século XX, os *monumentos* deixam de ser apenas *antigos* e tornam-se também *históricos* quando passam a representar mais que simplesmente o passado, mas uma sua etapa específica, que ele cinge às áreas criativas da humanidade. Desta perspectiva, perdem importância as cicatrizes da passagem do tempo, os sinais dos factores que actuaram sobre a estrutura do monumento desde a sua construção, e, conseqüentemente, ganha relevo o que a sua materialidade nos transmite da sua criação, noutra época, como obra humana e civilizacional¹⁹⁵. Logo, o valor histórico do monumento é maior quanto menor fosse a alteração

¹⁹⁴ De 1872 a 1873, ao reeditar, num só texto, integrado na colectânea *Opúsculos. Questões Públicas*, os seus famosos artigos dedicados à defesa dos monumentos portugueses, publicados no jornal *O Panorama* em 1838 (“Monumentos” I e II) e 1839 (“Mais um brado a favor dos Monumentos” I e II), Alexandre Herculano concedeu-lhe o título de “Monumentos Pátrios”. A. HERCULANO – *Opúsculos I*. Porto: Editorial Presença, 1982, 173.

¹⁹⁵ A. RIEGL – *El culto moderno a los monumentos*. Madrid: Visor, 1999, 57.

sofrida pelo seu estado original, o que apresentava no momento imediatamente a seguir à sua génese – princípio que se revelou determinante, no decorrer da centúria de XIX, para o domínio da ideia do restauro enquanto reconstituição do pretensado estado original dos monumentos históricos¹⁹⁶.

A aplicação paralela, mas entendida como complementar, da categoria *nacional* fechava ainda mais os critérios definidores da valorização monumental e da classificação dos edifícios do passado, restringindo-os às particularidades da história pátria¹⁹⁷. De ressaltar, porém, que a demarcação da especificidade nacional estava já presente aquando da primeira utilização conhecida do termo *monumento histórico*, na página inicial das *Antiquités Nationales ou Recueil de Monuments* do antiquário naturalista Aubin-Louis Millin, cujo primeiro volume foi apresentado na Assembleia Nacional Constituinte francesa em 1790. Millin designa as antiguidades nacionais precisamente por oposição à antiguidade greco-latina¹⁹⁸. No nosso país, sucedem as primeiras utilizações do critério nacionalista aquando da extinção das ordens religiosas e da nacionalização dos seus bens, em que a carta de lei de 15 de Abril de 1835 que regulou a venda destes últimos excluía, no seu artigo 3º, as obras e os edifícios de notável antiguidade que merecessem ser conservados pelo seu valor artístico, ou por serem monumentos históricos de grandes feitos, ou por serem monumentos históricos de “Épocas Nacionais”¹⁹⁹. Em 1840, o Inspector-geral das Obras Públicas, Luís Mousinho de Albuquerque, afirmava que os monumentos mereciam a “atenção Nacional” pelo seu valor histórico e / ou

¹⁹⁶ Que não deve ser confundida com o restauro estilístico, preconizado por Viollet-le-Duc, embora este tenha sido entendido frequentemente como uma reconstituição e ambos partilhem alguns dos parâmetros de intervenção. O que está em causa no restauro estilístico é sobretudo a uniformização da gramática arquitectónica da edificação, até quando essa coerência nunca tenha existido, mesmo na época da sua construção.

¹⁹⁷ Em 1876, a categoria de “monumento histórico nacional” era utilizada no artigo 68 do relatório apresentado pela comissão encarregada, a 10 de Novembro do ano anterior, pelo Ministro do Reino António Rodrigues Sampaio, da tripla tarefa de elaborar a reforma das academias de belas artes de Lisboa e Porto, um plano para a criação de um museu artístico e arqueológico e a organização de um serviço público para a conservação, protecção e restauro dos monumentos históricos do reino. M. H. MAIA – *Património e Restauro em Portugal (1825-1880)*. Lisboa: Edições Colibri, IHA-Estudios de Arte Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2007; P. A. R. S. RODRIGUES, *op. cit.*, 237-240.

¹⁹⁸ F. CHOAY – *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2000, 86 e 102 (n. 4).

¹⁹⁹ M. H. MAIA, *op. cit.*, 50; P. A. R. S. RODRIGUES – *Património ...*, 60.

artístico²⁰⁰. Nesse mesmo ano, constituía-se a efémera Associação Conservadora dos Monumentos Nacionais²⁰¹.

Processaram-se estas mudanças por condição de um relativismo histórico que autores como Vico, Winckelmann, Herder e Hegel vinham teorizando desde a centúria de mil e setecentos e que impôs a noção de que cada época tinha características únicas²⁰². Confluiu esse relativismo histórico com a formação das identidades nacionais europeias, definidoras de um percurso no tempo, um território e um carácter distintos para cada povo, de que decorreram formas e códigos culturais exclusivos, isto é, nacionais²⁰³. Os pressupostos da história e do nacionalismo vincularam as expressões culturais às especificidades do tempo e do espaço, determinantes para a identidade dos povos. Neste quadro, dentro das manifestações da cultura, ganham especial relevância as de dimensão material, na sua múltipla variedade, enquanto meios privilegiados para a condensação e, retrospectivamente, o reconhecimento dos sinais que singularizavam a nação e a sua história. Às que comportavam, na sua configuração, a memória das realidades, dos factos e dos indivíduos em que essa distinção se havia sedimentado, era atribuído o duplo estatuto de monumentos históricos ou nacionais.

Dentro da classe dos monumentos históricos ou nacionais cabia uma múltitude de bens culturais²⁰⁴, tudo o que fosse, nas palavras do escritor e

²⁰⁰ Afirmou-o em 1840, ao propor um plano de arrolamento dos edificios públicos do reino, organizado em três classes. M. H. MAIA, *op. cit.*, 54-57.

²⁰¹ “Conservação dos Monumentos Nacionais”. *O Panorama*, nº. 165, 27 de Junho, 1840; P. A. R. S. RODRIGUES, *op. cit.*, 62 e 63.

²⁰² P. S. RODRIGUES – “Monumentos e Identidade Nacional no Portugal Oitocentista”. *História*, nº. 39, Outubro de 2001, 65.

²⁰³ No século XIX, o conceito de nação implicava a existência de um grupo alargado de indivíduos que comungavam de uma série de factores, tais como um território, uma história que estabelecesse um percurso contínuo e coerente entre o passado e o presente, uma língua, uma religião, uma mentalidade, costumes e hábitos. Era a convicção desta partilha que, por um lado, lhes conferia unidade e os identificava enquanto comunidade e, por outro lado, os diferenciava de outros grupos de indivíduos, ou seja, das outras nações. P. S. RODRIGUES (2001), *op. cit.*, 65.

²⁰⁴ Por exemplo, no *Dictionnaire des Beaux-Arts* (1806) de Millin, na entrada dedicada à arqueologia, discriminam-se os monumentos literários (livros, diplomas e inscrições), os monumentos artísticos (arquitectura, escultura, pintura, glíptica, numismática, etc.) e os monumentos mecânicos (utensílios, armas, etc.). D. POULOT – *Une histoire du patrimoine en Occident*. Paris: PUF, 2006, 53. Em Portugal, Alexandre Herculano, ao aludir aos documentos escritos, utilizou a terminologia “monumentos narrativos” ou “monumentos literários”. A. HERCULANO – *Carta dirigida ao Ministério do Reino pela Segunda Classe da Academia Real das Sciencias sobre o estado dos trabalhos relativos á publicação dos Monumentos Históricos de Portugal e sobre a suspensão delles*. Lisboa: Typographia da Academia, 1856, 1-5; A. HERCULANO – “Carta à Assembleia Geral da Academia das Sciencias, recusando o auctor a

historiador Alexandre Herculano (1810-1877), “um meio de transmitir ao futuro uma lembrança do passado”²⁰⁵. Lembremos que quando Herculano inicia, em 1856, a edição da colecção de documentos escritos que recolheu na Torre do Tombo e em outros arquivos do país, intitula-a de, sintomaticamente, *Portugaliae Monumenta Historica*²⁰⁶.

A grande amplitude com que a categoria de monumento histórico começou por ser aplicada não obistou, porém, a que a arquitectura sobressaísse, desde o início, como protótipo do conceito. Haviam sido as edificações que tinham dado o mote para que Alexandre Herculano escrevesse, logo em 1838, os primeiros artigos em defesa dos monumentos pátrios nas páginas d’O *Panorama*: “A indústria foi também introduzida à força; mas as artes, e principalmente a arquitectura, cuja história neste lugar nos importa mais do que a nenhuma outra, [...]”²⁰⁷. Por certo que as circunstâncias que levaram à redacção dos artigos por Herculano, o abandono e a destruição que tinham atingido os imóveis das antigas ordens religiosas após a sua extinção em 1834²⁰⁸, condicionaram a centralização do tema na arquitectura. Mas, para além das circunstâncias da sua produção, os textos revelam o sentimento de que a arquitectura era, de entre todos os suportes materiais que os monumentos históricos podiam assumir, o que mais fielmente preservava a memória e a individualidade das nações:

“Mas desgraçadamente o velho Portugal estava coberto de recordações do passado. Cada facto histórico tinha uma igreja, uma casa, um mosteiro, um castelo, uma muralha, uma pedra de sepulcro, que eram os documentos perenes desse facto, e da existência das pessoas que nele tinham aparecido: com isto tudo topou o vandalismo e irou-se”²⁰⁹.

reeleição de Vice-Presidente”. *Opúsculos*. Venda Nova. Amadora: Livraria Bertrand, s.d. (volume II), 149-166. A carta está datada de 1856.

²⁰⁵ A. HERCULANO – “A Escola Politécnica e o Monumento”. *Opúsculos (Questões Públicas)*. Venda Nova. Amadora: Livraria Bertrand, s.d., 127.

²⁰⁶ P. A. R. S. RODRIGUES, *op. cit.*, 47.

²⁰⁷ A. HERCULANO – “Monumentos Pátrios”. *Opúsculos I*. Porto: Editorial Presença, 1982, 183 (c. 2).

²⁰⁸ “É esta cabal desculpa dos desvarios de século e meio; dessa primeira época da decadência. Vejamos se igual descargo de si pôde apresentar a segunda época. / Esta começou há poucos anos, mas nesses poucos anos já dará maior número de páginas malditas à história da arte, do que lhe deu século e meio. O picão e camartelo só há bem pouco tempo que podem dizer: triunfámos! [...] Corre o vandalismo despeado de um a outro extremo do reino, e tudo assola e desbarata: [...]”. A. HERCULANO (1982), *op. cit.*, 190 e 191 (c. 2).

²⁰⁹ A. HERCULANO (1982), *op. cit.*, 192 (c. 2).

A feição do espírito de cada época e, dentro do tempo, da individualidade de cada nação plasmava-se na configuração arquitectónica, que por esta relação se converteu em estilo, entendido como uma gramática formal fechada, a ler e a interpretar para além do figurativo, como signo. É assim apropriado pelo nacionalismo liberal e romântico da primeira metade do século XIX português, sintetizando-o na ideia da arquitectura como “livro de pedra”²¹⁰, isto é, essencialmente como documento. Mas também pelo Positivismo que, a partir do decénio de 1870, aproveitando a analogia da edificação com o documento, defende o imperativo do meio natural, do ambiente social e da história sobre os estilos artísticos, tornando-os susceptíveis de serem explicados cientificamente²¹¹.

O jornalista, crítico de arte e escritor Ramalho Ortigão (1836-1915) explicou, com eloquência, a capacidade da arquitectura de assimilar, na plasticidade das estruturas e dos elementos, o carácter de determinada época, de o preservar no tempo e de o continuar a representar enquanto dimensão física da memória histórica. Segundo ele, os palácios, os castelos, as basílicas e as catedrais erguidos durante a Idade Média e a Renascença, por reis, monges, fidalgos e burgueses enriquecidos, “concentravam todos os esforços do talento de uma raça”. O que os textos dos documentos escritos narram, as configurações arquitectónicas e escultóricas sugerem, empírica e emocionalmente, ou tornam visíveis pelas particularidades das suas morfologias e pela antiguidade dos seus materiais. Daí que “Nesses edifícios incomparáveis se achavam coligidas como em escolas monumentais, como em museus portentosos, tôdas as maravilhas da ciência, da poesia e da arte. A escultura arquitectural, a estatuária dos mausoléus, a imaginária dos altares, a iluminura dos missais, a pintura das vidraçarias, a talha dos retábulos subordinavam-se a um pensamento comum, expresso num vasto simbolismo, compreendendo as fecundidades e nos seus triunfos, a perturbação dos

²¹⁰ Amplamente cultivado em Portugal durante todo o século XIX, a noção da arquitectura como “livro de pedra” deve a sua paternidade ao escritor francês Victor Hugo, que a introduz no capítulo II (“Ceci Tuera Cela”) do livro V do romance *Notre-Dame de Paris*, adicionado na sua segunda edição, de 1832, aquela que fixou definitivamente o texto. No nosso país, esta noção foi aproveitada para sublinhar, ideologicamente, a função documental do monumento enquanto instrumento de legitimação histórica do novo regime liberal, que elegeu a Idade Média como modelo, e de aspiração ao progresso, através do conhecimento dos heróis e das glórias do passado. P. A. R. S. RODRIGUES, *op. cit.*, 119-125 e 133-139.

²¹¹ P. S. RODRIGUES (2001), *op. cit.*, 66.

sentidos pelo pecado, a fatalidade do sangue, o horror do universal aniquilamento, e o vôo da alma para Deus, levada por um imortal instinto de amor, de paz, de verdade e de justiça”²¹². Estava-se perante uma simbiose entre tempo e matéria que encontrava as suas melhores exemplificações nos mosteiros da Batalha e Belém²¹³. A monumentalidade e a qualidade arquitectónica do primeiro simbolizava a consolidação da nacionalidade no século XIV, com D. João I e Aljubarrota, processo que integrava Portugal no grupo maioritário de Estados europeus que tivera a sua génese na Idade Média, situação que explicava o gótico internacional do Mosteiro da Batalha. A originalidade do manuelino do Mosteiro dos Jerónimos em Belém, assim designado e teorizado a partir de 1842, por Francisco Adolfo Varnhagen, era consequência do momento singular de progresso e glória que o reino havia vivido nos séculos XV e XVI, com a expansão e os descobrimentos ultramarinos. Por outro lado, às épocas de decadência correspondiam estilos artísticos decadentes, isto é, monótonos, sem grandiosidade ou qualquer originalidade, como eram consideradas as variantes do classicismo dos séculos XVII e XVIII²¹⁴.

A definição historiográfica dos estilos artísticos foi um contributo fundamental para progressiva sintonia do conceito de monumento histórico com a arquitectura, tornado evidente, em primeiro lugar, nas publicações que se dedicavam ao tema. A consagração dessa sintonia, quando o monumento histórico se torna sinónimo de objecto arquitectónico, só acontece, no entanto, com a sua institucionalização, quando o Estado a rectifica pela lei. Esta reavaliação e a maior selectividade dos parâmetros classificativos dos monumentos do passado, subordinados às edificações de maior significado histórico e singularidade estilística – na medida em que até o seu valor artístico

²¹² R. ORTIGÃO – “O Culto da Arte em Portugal”. *Arte Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1943 (Tomo I), 9 e 10. A primeira edição do texto data de 1896.

²¹³ “Dos grandes monumentos disse um grande escriptor que representam não tanto o sentir individual dos architectos, como as idéas sociaes das épocas em que foram construídos. / Reflectem, com effeito, as artes do espirito da civilisação que as sustenta e promove; e a cada uma de suas partes integrantes, a cada povo ou sociedade traduzem lhe o principal caracter, a feição proeminente por que mais se distingue. Assim é que nos edificios monasticos se desenham os génios das religiões que os fundaram; as índoles das comunidades que por longos seculos encheram de seus canticos os templos, ora silenciosos e desertos; os pensamentos que os monges herdavam aos que lhes sobreviviam, como as cellas que se vão desmoronando em lamentaveis ruínas”. A. F. SIMÕES – “Templo de S. Francisco em Evora”. *O Ocidente*, nº. 631, 5 de Julho, 1896, 147.

²¹⁴ P. A. R. S. RODRIGUES – *Património ...*, 1998, 164-183.

era ponderado de uma perspectiva historicista e nacionalista –, estará, pois, directamente relacionada com a proficuidade legislativa da Europa, no que respeita ao património, durante todo o século XIX. Somava-se este factor à necessidade de regular as políticas de protecção e conservação de bens considerados propriedade pública ou da nação, sentida pelas estruturas administrativas cada vez mais normalizadoras dos Estados europeus, principalmente daquelas que estavam ao serviço dos regimes constitucionais. Por todo o continente e pela Grã-bretanha assiste-se à renovação das antigas leis patrimoniais, promulgadas entre os séculos XVI e XVIII, ou à sua instauração pelos Estados recém criados, onde a questão do nacionalismo era ainda mais premente. A Dinamarca fá-lo em 1807, 1848 e 1861. Os territórios italianos legislam nesse sentido em 1820 e, já unificados, em 1892. A França criou o cargo de Inspector dos Monumentos Históricos em 1830, a Comissão dos Monumentos Históricos em 1837 e a sua primeira lei patrimonial em 1887. A Grécia institucionaliza a protecção dos seus monumentos históricos em 1834 e a Roménia em 1892. Na Inglaterra, a *Society for the Protection of Ancient Buildings* é criada em 1877 e o *Ancient Monuments Protection Act* é aprovado em 1882²¹⁵.

Em Portugal, após a instauração do Liberalismo, não tendo o novo regime produzido uma lei geral para a classificação, a protecção e a conservação dos monumentos nacionais, manteve-se em vigor o regulado pelo alvará real de 1802. Conservou-se, por isso, a tutela dos monumentos nacionais sob a alçada dos bibliotecários-mores do reino, partindo da iniciativa de um dos mais destacados detentores do cargo, José da Silva Mendes-Leal, o estabelecimento da Inspecção dos Monumentos e Antiguidades em 1858²¹⁶. A

²¹⁵ P. A. R. S. RODRIGUES, *Património ...*, 217 (n. 125); F. CHOAY, *A Alegoria ...*, 124; M. H. MAIA, *Património ...*, 196 e 197; N. BOULTING – “The law’s delays: conservationist legislation in the British Isles”. J. FAWCETT (edit). *The Future of the Past. Attitudes to conservation 1147-1974*. New York: Whitney Library of Design, 16 e 17.

²¹⁶ P. A. R. S. RODRIGUES, *Património ...*, 49 e 63; M. H. MAIA, *Património ...*, 63. Em Évora, ainda encontramos o conservador da Biblioteca Pública de Évora, Tomás Gomes Ramalho, a assumir esta responsabilidade quando, a 4 de Dezembro, convidou os presidentes das câmaras municipais dos distritos alentejanos a enviar todos os objectos antigos relevantes para o estudo da arqueologia que possuíssem e que viessem a ser achados em futuras obras municipais e particulares para as instalações da biblioteca. A intenção era protegê-los do abandono ou da destruição acondicionando-os devidamente, “em local apropriado, de fácil acesso ao archeologo estudioso”, numa secção de arqueologia que em breve se instalaria na biblioteca. Ali, poderiam ser confrontados com os objectos e vestígios reunidos por Cenáculo, Cunha Rivara e Augusto Filipe Simões, e com os entretanto achados e lá depositados, o que evitaria novas despesas

situação só se altera substancialmente em 1880, quando, depois de uma tentativa gorada de organizar um serviço público especializado em 1875, o Ministério das Obras Públicas atribui a incumbência de proceder à classificação dos monumentos nacionais à Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses, uma entidade privada. A associação elabora uma proposta de classificação, apresentada e divulgada ainda nesse ano, e que terá como única consequência relevante a realização de um inventário monumental, dirigido pelo arquitecto Joaquim Possidónio da Silva a partir de 1881 e concluído em por volta de 1884. Em 1890, o Ministério da Instrução Pública e Belas Artes criou uma comissão consultiva de artistas, arqueólogos e escritores com a finalidade de tomar medidas de protecção dos monumentos históricos e artísticos. Sucedeu-lhe, em 1894, a Comissão dos Monumentos Nacionais, vinculada ao Ministério das Obras Públicas. Seguem-se o Conselho Superior dos Monumentos Nacionais em 1898, o Conselho dos Monumentos Nacionais em 1900 e, com a República, os Conselhos de Arte e Arqueologia em 1911²¹⁷.

Em relação a Évora, a consagração do monumento histórico veio também consagrar a história como identidade da cidade. Assim sucedeu porque as construções em que se ancorava a identidade historicista de Évora coincidiram com aquelas que viriam a ascender ao estatuto de monumento nacional. Deveu-se esta ascensão ao reconhecimento quase tácito dos monumentos cuja singularidade histórico-arquitectónica se impôs como metáfora figurativa da relevância nacional do passado da cidade. Carlos Basto, no ano de 1867, verbalizou o poder sugestivo dessa metáfora figurativa ao mostrar como o remanescente do antigo paço manuelino de Évora, uma galeria

com deslocações quando esse estudo comparativo fosse necessário. Coincidia a iniciativa de Tomás Gomes Ramalho com a de D. Augusto Eduardo Nunes (1890-1920), arcebispo de Évora, que também nesse ano emite uma circular sobre arqueologia religiosa, dirigida aos párocos da diocese. "Museus Archeologicos Provinciaes. De um modo genérico, recomendava que quando fosse necessário restaurar uma igreja ou capela, se garantisse a preservação da traça primitiva do monumento, devendo-se evitar qualquer demolição ou alteração que conduzisse à adulteração do estilo original; um maior cuidado e vigilância na conservação das alfaias do culto, proibindo a sua troca ou alienação; e que os párocos informassem as bibliotecas e os museus do distrito da descoberta de qualquer objecto arqueológico ou artístico dentro dos limites das respectivas freguesias. Neste contexto, deve-se entender a "arqueologia" na sua acepção Oitocentista, a ciência dos usos e costumes antigos, ou seja, uma análise histórico-artística dos vestígios materiais do passado, para além da especificamente arqueológica como hoje a entendemos. O Museu Eborense". *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, tomo VII, nº. 10, 1897, 147; P. A. R. S. RODRIGUES, *Património ...*, 1998, 186; D. POULOT, *Une histoire ...*, 53.

²¹⁷ P. A. R. S. RODRIGUES, *Património ...*, 1998, 235-298; M. H. MAIA, *Património ...*, 2008, 245 e 246.

e algumas portas e janelas, permitia avaliar a formosura elegante da fábrica original e reconhecer, mesmo ao mais leigo observador, “no airoso das fórmās, no primoroso dos lavores, as mesmas mãos que ergueram a Batalha, S. Maria do Olival e Belem, esses grandiosos monumentos da arte christa, no nosso paiz”²¹⁸. O enquadramento urbano desses monumentos, uma massa de construções que não obedecia ao cânone moderno da regularidade da malha edificada, destacava ainda mais a sua singularidade desses núcleos polarizadores da antiguidade que da cidade emanava, como fica patente pela seguinte afirmação de Inácio de Vilhena Barbosa:

“Evora não tem bellezas de situação, nem regularidade de edificações, nem amenidade de arrebalde, com que possa encatar os viajantes; mas em compensação tem muito com que satisfazer a curiosidade das pessoas que apreciam os monumentos da antiguidade, da historia e das artes”²¹⁹.

Continua Vilhena Barbosa substanciando o seu discurso na identificação das edificações de maior singularidade monumental e simbolismo histórico: o Colégio do Espírito Santo – agora ocupado pela Casa Pia, pelo Governo Civil e repartições próprias de uma capital de distrito –, o Templo de Diana, o Aqueduto da Água da Prata, a catedral, a muralha, a igreja e o convento de S. Francisco²²⁰. A este grupo pertenciam ainda, de forma genérica, os “velhos e grandes palacios de muitas das antigas familias titulares do reino”, de entre as quais se destacava, pela configuração acastelada, o dos duques de Cadaval, e os “edificios mais ou menos singulares por merecimento artistico, e mais ou menos ricos de tradições historicas”, como o Quartel dos Dragões, no largo dos Castelos, terminado há pouco mais de meia centúria, e a Biblioteca Pública, aqui destacada na sua função de Museu Arquiepiscopal²²¹.

De salvaguardar, porém, que a atenção concedida às construções seiscentistas e setecentistas, pouco vulgar no contexto da cultura oitocentista, particularmente valorizadora dos estilos gótico e manuelino, pelo que representavam em termos de expressão plástica de dois momentos chave da

²¹⁸ C. BASTO (3º volume), *op. cit.*, f. 85 e 86.

²¹⁹ I. de V. BARBOSA (1863), *op. cit.*, 286.

²²⁰ À semelhança das apreciações realizadas no século XVIII (ver Parte II), a Igreja de S. Francisco era salientada “pela sua extraordinaria largura sem pilares ou columnas que ajudem as paredes a sustentarem a abobada;”. I. de V. BARBOSA, *op. cit.*, 286 e 287.

²²¹ I. de V. BARBOSA, *op. cit.*, 287.

história nacional²²², a consolidação da nação no século XIV e a sua expansão nos séculos XV e XVI, foi-lhes concedido pelo que significavam para a história local, da cidade. Foi sob esta condição que a Igreja da Misericórdia, o edifício da Universidade e a Igreja do Espírito Santo não deixaram de ser frequentemente citados, apesar da primeira ser pequena, do segundo, “vasto e precioso”, não ter “bellezas d’arte” e ser de uma “solidez monotona” – “que bem harmonisava com a frieza, embora intelligentíssima e perigosa, dos filhos da companhia de Jesus” –, e da terceira apresentar “proporções mui limitadas”²²³. Estes eram edifícios que não entravam ainda na categoria dos monumentos nacionais, reservada ao grupo mais restrito dos que detinham, pela identidade da sua arquitectura ou pelas memórias que evocavam, uma relevância de escala nacional. Cabiam nesta categorização a Sé, a Igreja de S. Francisco, o templo romano, a Ermida de S. Brás e o aqueduto, aqueles que vimos dominarem as imagens da cidade, gravadas, desenhadas ou fotografadas. A leitura da percepção dos viajantes estrangeiros que passaram por Évora, pelos seus relatos ou por aquilo que se lhes oferecia a ver, confirma esta hierarquização²²⁴. A classificação oficial desses imóveis como monumentos nacionais institucionalizou-a.

²²² “Erguendo-se tisonado pelo halito dos seculos, o palacio de D. Manoel com suas janellas geminadas entre verdura e flores, é de um admiravel effeito, e desperta n’alma poeticas suadades d’aquelles tempos de esplendor nacional, de saraus, festins e musicas que por aquellas abobadas resoariam”. *Roteiro da Cidade de Evora ...*, 7

²²³ J. M. A. NOGUEIRA – “Algumas horas em Evora”. *Jornal do Commercio*, nº. 3946, 15 de Dezembro de 1866, 1.

²²⁴ George Borrow, sacerdote protestante inglês que esteve em Évora nos anos 40 do século XIX, afirmava que “The two principal edifices are the See, or cathedral, and the convent of San Francisco, (...)”. O facto do templo romano estar ainda ligado ao palácio da Inquisição quando George Borrow o conheceu permite-nos colocá-lo em Évora na primeira metade da década de 1840: “After some discourse, we went out together to examine an ancient edifice, wich was reported to have served, in bygone times, as a temple to Diana. Part of it was evidently of Roman architecture, for there was no mistaking the beautiful light pillars wich supported a dome, under which the sacrifices to the most captivating and poetical divinity of the heathen theocracy had probably been made; but the original space between the pillars had been filled up with rubbish of a modern date, and the rest of the building was apparently of the architecture of the latter end of the middle ages. It was situated at one end of the building which had once been the seat of the Inquisition and had served, before the erection of the present see, as the residence of bishop”. Pela mesma altura, em 1845, o abade António Dâmaso de Castro e Sousa colocava entre os monumentos mais notáveis do reino, os que deveriam ser conhecidos pelos estrangeiros em Évora, a catedral e o paço arquiépiscopal adjacente, o aqueduto, o templo “chamado vulgarmente de Diana” e a designada Torre de Sertório. Para o Reverendo Alfred Charles Smith, em 1870, a catedral era naturalmente “the first object of attraction”. Destacava também “the celebrated temple of Diana” e “the famous aqueduct”. Durante uma viagem a Portugal realizada entre Maio e Agosto de 1907, são as tardo-medievais igrejas de S. Brás e S. Francisco que atraem a atenção do francês G. Le Roy Liberge. G. BORROW – *The Bible in Spain. Or, the Journeys, Adventures and Imprisonments of an Englishman, in an Attempt to*

Na acima mencionada primeira tentativa de fixar uma grelha classificativa dos monumentos nacionais e “Padrões Históricos e Commemorativos de Varões Illustres”, protagonizada pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes, que a apresentou ao governo a 30 de Dezembro de 1880, o templo romano (“por ser o mais notavel padrão da dominação romana”) e a catedral de Évora era considerados monumentos de primeira classe, grau que abrangia os “Monumentos históricos e artísticos, e os edificios que sómente se recommendam pela grandeza da sua construcção, pela sua magnificiência, ou por encerrarem primores de arte”²²⁵. Os de segunda classe – “Edifícios importantes para o estudo da história das artes em Portugal, ou sómente históricos, mas não grandiosos, ou simplesmente recommendaveis por qualquer excellencia de arte” – incluíam os restos dos paços reais (“Historico”) e a Igreja de S. Francisco (“obra notavel de architectura”), a Ermida de S. Brás (“Pela sua estructura, flanqueada de bastiões e coroada de ameias”), o edificio da Universidade ou antigo colégio dos Jesuítas (“Um dos mais vastos edificios do reino” e “padrão da grande lucta da Universidade de Coimbra com os jesuitas”), a Igreja de Scala Coeli do Convento da Cartuxa (“Construcção sumptuosa de D. Theotonio de Bragança, arcebispo d’Evora, no seculo XVI”) e o aqueduto²²⁶.

Circulate the Scriptures in the Peninsula. London: MacDonald, 1959, 23, 26 e 27; G. Le R. LIBERGE – *Trois Mois en Portugal*. Paris: Bernard Grasset Éditeur, 1910, 106 e 107; A. C. SMITH, *op. cit.*, 65, 71 e 72; A. D. de C. e SOUSA – *Itinerário que os estrangeiros, que vem a Portugal, devem seguir na observação, e exame dos edificios, e monumentos mais notaveis deste reino*. Lisboa: Typ. Da Historia d’Hispanha, 1845, 27 e 28.

²²⁵ A Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes dividiu a sua proposta de classificação dos monumentos nacionais em seis classes. A Sé de Évora integra a primeira pela simples razão das catedrais do país serem “todas, mais ou menos, monumentos historicos e artisticos”, sem que a tabela classificativa as discrimine. A presença de Évora está implícita na quinta classe, a dos “Padrões de mui differentes generos importantes para a historia e para as artes”, na categoria genérica dos “Cippos, columnas, miliarias e outras memorias epigraphicas”, em que o Alentejo era das províncias mais ricas. Na sexta classe, concernente aos “Monumentos prehistoricos”, assinalava-se a sua presença nos arredores de Évora, nas herdades da Murteira e da Tisnada, e no Monte do Outeiro. Conselho dos Monumentos Nacionais – *Subsidios para a Classificação dos Monumentos Nacionaes*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904, 3, 4, 16, 19 e 21.

²²⁶ Conselho dos Monumentos Nacionais, *Subsidios ...*, 5, 7 e 13. No inventário que se seguiu, levado a cabo pela Real Associação e dirigido por Possidónio da Silva, este, no relatório sobre Évora, concentrou-se nos monumentos que poderiam ser exemplos de uma conservação bem sucedida (Templo de Diana e Palácio de D. Manuel) ou do oposto, de abandono, ruína e intervenções desastrosas (Colégio do Espírito Santo e Igreja de S. Francisco). J. da SILVA – “Monumentos Nacionaes. Extracto do Relatorio da Commissão dos Monumentos Nacionaes apresentado ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Ministro das bras Publicas, Commercio e Industria, em 1884, pelo presidente da referida commissão, que foi auctorizado a fazer esta publicação”. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, nº. 11, 1885, 167 e 168.

No início do século XX, aquando da publicação em *Diário do Governo* do decreto que fixava as primeiras catorze edificações classificadas pelo governo português como monumentos nacionais, datado de 10 de Janeiro de 1907, de Évora apenas constavam, novamente, a Sé e o templo romano²²⁷. Com a ampliação significativa da lista oficial dos monumentos nacionais no ano seguinte, foram-lhe adicionados, na divisão dos monumentos “lusitanos e lusitano-romanos”, o castelo de Valongo (fora do perímetro da cidade) e o arco romano de D. Isabel. Integrados na secção dos monumentos medievais, do Renascimento e modernos, eram classificados as igrejas de S. Francisco, dos Lóios, de Nossa Senhora do Espinheiro e da Cartuxa, a Ermida de S. Brás (na subsecção das capelas), os Paços Reais, o Colégio do Espírito Santo, a Casa Garcia de Resende (na subsecção de Palácios Particulares e Casas Memoráveis), o Aqueduto, o Chafariz da Praça do Geraldo e a fachada da Igreja da Graça (na subsecção de trechos arquitectónicos)²²⁸.

Do conjunto dos monumentos eborenses classificados como nacionais fazia parte o grupo mais restrito dos intervencionados, ao longo do século XIX e já no século XX, por operações de conservação e restauro. O propósito dessas operações, das profiláticas às mais intrusivas, foi preservar, sublinhar e até recuperar as qualidades arquitectónicas que materializavam a memória e a identidade da cidade, e que vão proporcionar-lhes o título de monumentos nacionais em 1910. Começemos por verificá-lo na Sé, monumento maior da cidade que não precisou do culto que a literatura romântica prestou à catedral

²²⁷ Os restantes doze mais emblemáticos monumentos do país eram os mosteiros da Batalha e de Alcobaça, os conventos dos Jerónimos (Belém, Lisboa), de Cristo (Tomar) e de Mafra, as sés Velha de Coimbra, da Guarda e de Lisboa, as igrejas de Santa Cruz de Coimbra e do Carmo em Lisboa, a Basílica do Coração de Jesus (Estrela, Lisboa) e a Torre de S. Vicente (Belém, Lisboa). O decreto saiu no *Diário do Governo* de 17 de Janeiro de 1907 (nº. 14). G. C. da G. CORREIA – *Collecção da Legislação Relativa aos Serviços do Ministério das Obras Públicas. Legislação de 1907*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1908 (volume XIV), 1 e 2.

²²⁸ Neste segundo rol, o templo romano fazia parte da secção dos monumentos “lusitanos” e “lusitano-romanos”, clara afirmação de nacionalidade. A catedral era, dos monumentos eborenses, o primeiro da secção dos medievais, do Renascimento e modernos. Propunha-se ainda para classificação, na secção de monumentos pré-históricos, dez antas localizadas nos arredores de Évora. Aprovada pelo governo, esta lista foi oficializada por decreto de 16 de Junho de 1910, publicado no *Diário do Governo* (nº. 137) a 25 de Junho de 1910. Ministério das Obras Públicas Comercio e Industria. Conselho dos Monumentos Nacionais – *Classificação dos Monumentos Nacionais*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1909, 5, 7-10, 13, 18, 19, 27-30 e 34; G. C. da G. CORREIA – *Collecção da Legislação Relativa aos Serviços do Ministério das Obras Públicas. Legislação de 1910*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1910 (volume XVII), 118-142.

medieval para se sagrar símbolo da sua comunidade²²⁹, pois era-o, assim o registámos na Parte II, desde a centúria de XVI.

A arquitectura maciça da Sé, com as duas fortes torres a marcar a fachada e as ameias a lembrar as igrejas-fortalezas comuns nas épocas e zonas de instabilidade, demarcava a antiguidade da sua fundação²³⁰, fazendo com que fosse vista como filha “do espírito religioso e guerreiro que enervára Portugal em sua infância, e lhe dera forças para vencer numerosos islamitas”²³¹. Houve, de resto, quem estabelecesse uma relação determinista entre o carácter guerreiro dos primeiros reis de Portugal e dos seus soldados e as características arquitectónicas da catedral: “A sé d’Evora é grave e singela e robusta como devia de ser robusta e grave e singela a fé dos batalhadores de Affonso ou de Sancho I”. Apenas a capela-mor quebrava a uniformidade estilística que veiculava esta leitura – “É pena... porém, que a capella mór não concorra para a harmonia geral do templo”²³². Mas até a capela-mor se destacava pela qualidade do trabalho de cantaria e de escultura:

“A Sé de Evora é um dos mais ricos e sumptuosos templos que existem em Portugal, é verdade que a capella-mór não é do mesmo gosto que o corpo da igreja, mas que importa, se ella é riquissima em obra de cantaria e de escultura.

[...]

Chega-se a capella-mor encontra-se então ahi tudo quanto há de maravilhoso em marmores, [...]”²³³.

Desde o século XVIII, da reconstrução da capela-mor sob a responsabilidade de Ludovice, que a Sé havia mantido um estado de conservação material satisfatório sem recorrer a reparações muito profundas, mercê, porventura, do seu nunca interrompido estatuto de catedral. A permanência das suas funções cultuais e da sua dignidade eclesiástica ter-lhe-á granjeado uma manutenção constante, a vigilância frequente de possíveis danos ou deteriorações e a realização dos devidos concertos quando

²²⁹ P. A. R. S. RODRIGUES, *Património ...*, 45 (n. 76).

²³⁰ “A Sé de Évora é um dos mais venerandos templos que existem no reino, assim pela antiguidade da sua fundação, como por ser um bello especimen de architectura dos primeiros tempos da monarchia, conquanto não haja memorias que indiquem ao certo qual foi o edificador desta famosa cathedral – nem o architecto que deo a traça, [...]” C. BASTO (3º Volume), *op. cit.*, f. 2 e 3.

²³¹ *Roteiro da Cidade de Evora ...*, 11.

²³² C. BASTO (3º Volume), *op. cit.*, f. 4.

²³³ C. BASTO (3º Volume), *op. cit.*, f. 30 e 33.

necessários, apesar de os rendimentos do cabido nem sempre permitirem uma intervenção imediata. Foi o que sucedeu em 1843, quando perante a necessidade de cobrir o terraço sobre a capela-mor com telhas, pois o seu desgaste provocara a queda de fragmentos de mármore, o cabido decide não fazer “obra de novo” pelo seu elevado custo (147 040 réis)²³⁴. Em contrapartida, os estragos infligidos na torre do flanco esquerdo, aquela cujo coruchéu está revestido de azulejos, no zimbório, nos tectos, nas varandas, na capela do Esporão e nas abobadilhas das casas do sineiro por um terramoto ocorrido a 9 de Outubro de 1858 foram concertados logo no ano seguinte²³⁵. Sucederam-se outras pequenas intervenções com vista à valorização da arquitectura da Sé, como, em 1860, por vontade do rei D. Pedro V, a retirada das tribunas reais que obstruíam as portas de acesso ao paço arquiépiscopal²³⁶. Eram operações realizadas com alguma ponderação, em virtude da valia histórica e religiosa do edifício em questão. Esse cuidado verificou-se em 1869, ao decidir-se não abrir uma janela no topo da capela-mor, proposta pelo cónego Pires de Lima a 26 de Junho, porque o parecer dos peritos consultados fora negativo²³⁷.

A classificação do templo romano de Évora como monumento nacional advinha da sua relevância enquanto documento arquitectónico único da presença romana em território português, por vezes até exageradamente estendida à Península Ibérica²³⁸. Os muitos artigos de divulgação e estudos de

²³⁴ “Apontamentos extraídos dos “livros de acordos do arquivo capitular da Sé de Évora pelo dr. Abel Martins Ferreira, chantre da mesma sé”. *Archivo Eborense. Publicação Semanal*. Évora, Typ. Eborense de F. C. Bravo, 1893, 196. A carta transcrita (nº. VII, Id. fl. 27) está datada de 29 de Agosto.

²³⁵ Alguns anos antes, a mesma torre tinha sido já atingida por um raio. No zimbório, foi necessário apear a imagem de um anjo, caída por causa das tempestades e não devido ao terramoto e substituir o poste de ferro que segurava a bandeira colocada na catedral. “Apontamentos extraídos dos livros de acordos do arquivo capitular da Sé de Évora pelo dr. Abel Martins Ferreira, chantre da mesma sé”. *Archivo Eborense. Publicação Semanal*. Évora, Typ. Eborense de F. C. Bravo, 1893, 238 e 239. As reparações terão terminado somente por volta de 1860, pois tendo o rei D. Pedro V visitado a cidade nesse ano e desejando ver a Sé, ordenou, a 24 de Outubro, que se retirassem as “armações” que cobriam as colunas. A presença destas “armações” permite-nos supor que a igreja estava ainda ou tinha estado até recentemente em obras. “Apontamentos extraídos dos livros de acordos do arquivo capitular da Sé de Évora pelo dr. Abel Martins Ferreira, chantre da mesma sé”. *Archivo Eborense. Publicação Semanal*. Évora, Typ. Eborense de F. C. Bravo, 1893, 247 e 248.

²³⁶ “Ministério dos Negócios do Reino. Boletim do dia 24 de Outubro de 1860”. *Diário de Lisboa*, nº. 249, 30 de Outubro, 1860, 1179.

²³⁷ “Apontamentos extraídos dos livros de acordos do arquivo capitular da Sé de Évora pelo dr. Abel Martins Ferreira, chantre da mesma sé”. *Archivo Eborense. Publicação Semanal*. Évora: Typ. Eborense de F. C. Bravo, 1893, 263 e 264.

²³⁸ “O que se alcança com certeza é que desde os Pyreneos até á extrema occidental da peninsula não há umas tão bellas ruinas architectonicas do grande povo, e que em Portugal é

que foi objecto no século XIX, designadamente os de Augusto Filipe Simões e Gabriel Pereira por nós abordados, testemunham essa importância patrimonial, validada logo em 1836, com o encerramento do açougue que ali funcionava desde a Idade Média, por ordem do então governador civil do distrito, António José de Ávila (futuro duque de Ávila e Bolama). A medida revela, da parte do governador civil, a intenção de conferir uma dignidade monumental ao templo, pouco compatível com a sua utilização como matadouro, devendo ser entendida como um primeiro passo para a sua conservação. Será prosseguida na década seguinte, graças à iniciativa de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, o à altura responsável pela Biblioteca Pública de Évora²³⁹.

Reflexo da sua ocupação pelo açougue da cidade desde a Idade Média, o denominado Templo de Diana chegou ao século XIX significativamente modificado, com os vãos intercolunares preenchidos com panos de alvenaria, formando paredes que subiam acima do nível do entablamento original e eram ameadas. A face norte, onde fora rasgada uma porta de acesso ao interior, era rematada pelo campanário colocado em 1500, por ordem do rei D. Manuel I e do vereador Mendes Cicioso (ver Parte I). Ailhargada Ocidental encontrava-se incorporada, por uma série de corpos anexos, ao antigo Tribunal do Santo Ofício. Deu Cunha Rivara continuidade à deliberação de António José de Ávila procedendo no sentido, precisamente, de libertar o templo dos anexos que o prendiam ao corpo do edifício da Inquisição, de modo a isolá-lo no centro de um largo. Com esta operação, Cunha Rivara pretendia recuperar o que ele achava ser a disposição primitiva do templo na malha urbana e conceder-lhe o destaque adequado ao mais relevante monumento romano do território português. Completava-se o propósito do bibliotecário com a realização das reparações indispensáveis à boa conservação do velho monumento e com a possibilidade de o refuncionalizar instalando, no seu interior, uma gliptoteca. É esta a proposta que apresenta, por carta, a 21 de Janeiro de 1842, ao presidente da Câmara de Évora, a proprietária do templo:

este arruinado templo o unico monumento, embora mutilado, da graciosa arte romana que possuímos". *Roteiro da Cidade de Evora...*, 15.

²³⁹ P. S. RODRIGUES – "Giuseppe Cinatti e o Restauro do Templo Romano de Évora". A *Cidade de Évora*, Évora: Câmara Municipal de Évora, nº. 4, 2000, 276 e 277; P. S. RODRIGUES, A. C. de MATOS – "Restaurar para renovar na Évora do século XIX". *Monumentos*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 26, 2007 (Abril), 136 e 137.

“Se S. Ex^a permitisse a demolição daquelles pardieiros da Inquisição velha, e se dignasse conceder ao público o terreno dela, com a parte correspondente dos cárceres demolidos, ficaria o monumento ao centro de uma praça, e seria este o princípio do seu maior lustre, fazendo possíveis outros reparos indispensáveis á sua boa conservação – Só então se poderia realizar o projecto de transformar este grande monumento em repositório de outros monumentos, e daria Évora, auxiliada por S. Ex^a o primeiro exemplo de uma Glypto-theca portuguesa”²⁴⁰.

O plano da Cunha Rivara tinha apenas um obstáculo a impedir a sua plena execução: a posse do Palácio da Inquisição, especificamente dos muros do terreno que fora ocupado pelos cárceres e dos casarões arruinados da chamada Inquisição velha que o ligavam ao templo²⁴¹, era detida pela duquesa de Palmela, filha do conde da Póvoa²⁴², que o tinha adquirido em 1836, aquando da venda dos bens eclesiásticos, na sequência da sua nacionalização com a abolição das ordens religiosas. Tendo acolhido positivamente a proposta de Cunha Rivara, a câmara diligenciou adquirir a Inquisição Velha à duquesa.

²⁴⁰ O principal motivo é reiterado por Cunha Rivara numa carta dirigida ao Governo Civil do distrito de Évora a 3 de Fevereiro de 1844: “Sendo o Templo de Diana, cuja guarda está a cargo d’essa Câmara, um dos monumentos historicos mais recomendáveis que possuímos, e convindo desafrontar a obra primitiva que ali existe de toda a fabrica grosseira e irregular que o encobre principiado, entre o Templo e o Edifício da Inquisição nova, a fim de deixar em volta do Templo o espaço necessário para se gosar a sua architectura; [...]”. BPE - *Correspondência privada de J. H. Cunha Rivara*, carta dirigida ao Governo Civil de Évora, 3 de Fevereiro de 1844; carta de Francisco Adolfo Varnhagen, s.d. [20 ou 21 de Janeiro de 1842]. Ver ainda P. SARANTOPOULOS – *O Templo...*, 95 (doc. 2), 98 (doc. 1) e 104 (doc. 7).

²⁴¹ Em consonância com o esquema gráfico desenhado por Cunha Rivara em missiva dirigida ao Marquês do Faial, no dia 21 de Janeiro de 1842. P. SARANTOPOULOS – *O Templo...*, 99 (doc. 2).

²⁴² Por ser filha do conde da Póvoa, D. Maria Luísa Sampaio de Noronha, é por vezes nomeada na correspondência com esse título, condessa da Póvoa. Em alguma da documentação (ver nota 239) é o seu marido, D. Domingos António Maria Pedro de Sousa Holstein, segundo duque de Palmela, que aparece em alguma da documentação como proprietário do imóvel, mas identificado com outro dos seus títulos nobiliárquicos, Marquês do Faial. J. C. F. C. de C. B. e TORRES, V. de S. de BAËNA – *Memórias Historico-Genealogicas dos Duques Portuguezes do Seculo XIX*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1883, 396 e 397.

Após demoradas negociações²⁴³, no mês de Fevereiro de 1844, a câmara solicita ao Governador Civil que proponha ao Conselho de Distrito que lhe conceda a autorização para aforar o terreno em que estão as casas que ligavam o templo romano à Inquisição, para que se pudesse proceder à sua demolição e, por conseguinte, ao isolamento daquele monumento, “de tanta antiguidade, e estima”²⁴⁴. Considerou-a assim a rainha D. Maria II quando declarou oficialmente a sua aprovação por tais medidas a 11 de Março, levadas a cabo, no parecer da soberana, para salvar “Monumento tão notável pela sua antiguidade como pelo labôr da sua architectura” da “total ruína” a que o “desleixo dos homens parecia have-lo votado”²⁴⁵. Em Dezembro, o município acabou por aforar o dito edifício por 1200\$000 reis anuais²⁴⁶.

Derrubados os anexos de ligação à Inquisição, operação que foi entendida como um restauro²⁴⁷, Cunha Rivara pôde efectuar, coadjuvado por João Rafael de Lemos, que o substituirá à frente da Biblioteca Pública em 1853, aquelas que foram as primeiras escavações arqueológicas no perímetro do templo romano de Évora. Os trabalhos arqueológicos decorreram no biénio de 1845 e 1846²⁴⁸, não sem algumas vicissitudes no que respeita ao seu financiamento, que incluíram pedidos de subsídios ao governo e ao arcebispo

²⁴³ O município de Évora estabeleceu o primeiro contacto com o Marquês do Faial, marido da condessa da Póvoa, no início de 1842. Não obtendo qualquer reacção por parte do aristocrata, a comissão municipal reiterou o contacto a 23 de Setembro de 1843, a que o marquês respondeu aceitando a demolição da Inquisição Velha para desafrontar o templo, desde que lhe fosse cedido, em troca, um qualquer outro edifício da câmara ou que esta aforasse o terreno como indemnização. A correspondência trocada foi publicada em P. SARANTOPOULOS – *O Templo...*, 104 (doc. 7) e 105 (doc. 7a). A visita do casal real, D. Maria II e D. Fernando, a Évora nesse ano de 1843, pela atenção que deram à necessidade de restaurar o templo, terão sido um estímulo determinante para que o Marquês do Faial aceitasse encetar negociações com a câmara e começasse a responder aos seus primeiros contactos. J. M. A. NOGUEIRA – “Algumas horas em Évora”. *Jornal do Commercio*, nº. 3935, 1 de Dezembro de 1866, 1; I. de V. BARBOSA – “Templo romano em Évora”. *Archivo Pittoresco*, 1865, tomo VIII, 315.

²⁴⁴ ADE – “Ofício da Secretaria da Câmara Municipal de Évora de 16 de Fevereiro de 1844”, Caixa 209, doc. 200, 2 f.

²⁴⁵ ADE – Livro 1, nº. 62, Governo Civil de Évora, Ministério do Reino, 2ª Direcção, 1ª Repartição, doc. 259, 1 f.

²⁴⁶ Ver actas das sessões camarárias de 14 de Novembro, 13, 17 e 31 de Dezembro de 1844, 13 de Janeiro e 8 de Setembro de 1845. ADE – *Livro das Actas da Câmara Municipal de Évora*, nº. 62, 1843-1846, fls. 66, 66v, 70v, 71, 74v, 77v, 121v e 122. Consultar ainda a documentação do Governo Civil de 22 de Fevereiro e 13 de Março de 1844 publicada em P. SARANTOPOULOS – *O Templo...*, 106 (doc. 8) e 107 (doc. 9).

²⁴⁷ “[...], e começou a restauração do Templo por desafronta-lo deste visinho importuno e antipathico”. BPE – “O Templo...”, f. 28.

²⁴⁸ A licença foi concedida por despacho de 10 de Setembro de 1845. A 17 desse mês, Cunha Rivara redigia um primeiro minucioso relatório das escavações entretanto realizadas, dirigido ao Governador Civil do distrito. P. SARANTOPOULOS – *O Templo...*, 113 (doc. 16); BPE – “O Templo...”. *Fundo Rivara*, Armário III e IV, nº. 30, peça 2, 25 fls.

de Évora, o contributo dos eborenses por meio de uma subscrição pública e o seu custeamento pelo próprio Rivara²⁴⁹. As escavações acabaram suspensas por falta de sustentação económica. Até lá, foram descobertos os tanques adjacentes ao templo, parte da base de uma estátua, três fragmentos de esculturas, uma pequena medalha e algumas lucernas²⁵⁰. Cunha Rivara providenciou ainda para que algumas lápides antigas fossem colocadas no interior do templo, medida que ensaiava a instalação da gliptoteca prevista no programa geral da operação²⁵¹.

Finalizada a campanha arqueológica em volta do templo, a atenção do município ao templo concentrou-se no arranjo do seu enquadramento urbano, que melhorado permitiria uma fruição plena dos vestígios da arquitectura romana e sublinharia o valor histórico do monumento. Esta foi a principal intenção da Câmara quando, em 1855, decidiu rasgar uma nobre e elegante praça arborizada frente ao alçado norte do templo. A plantação das árvores, que se prolongou até à Sé, contribuía com uma segunda vantagem para a cidade, fundamental no quadro dos modelos urbanos do século XIX, ao aumentar a salubridade atmosférica do local. No seguimento dessa decisão, a 30 de Março de 1858, a Câmara Municipal constituiu uma comissão de cidadãos “zelosos” para, por meio de uma subscrição voluntária, promover as obras de aformoseamento do terreiro em que estava o Templo de Diana. A sua concretização impôs a regularização do piso do largo do templo ao nível das ruas mais próximas, operação que destruiu parcialmente os muros dos tanques romanos descobertos por Cunha Rivara e obrigou ao derrube de uns casarões

²⁴⁹ Conforme o enunciado em anotação de Cunha Rivara ao seu relatório de 1845. A importância da descoberta dos tanques ou banhos faz com que a rainha conceda, a 6 de Setembro de 1845, 200\$000 réis para a campanha arqueológica do templo romano de Évora, quantia que ainda não tinha sido entregue passado um ano, conforme sabemos por carta enviada ao arcebispo de Évora a 4 de Abril de 1846, o que obrigou à interrupção dos trabalhos. Tenta uma subscrição pública, conseguindo cerca de sessenta mil réis que não serão suficientes, e apela a um subsídio do Governo Civil, que não será atendido. Ainda em 1845, em carta de 19 de Dezembro, Cunha Rivara pedia ao governo que o reembolsasse das quantias que ele provasse ter gasto do seu “bolso particular”. Perante as dificuldades financeiras, em missiva ao Governador do distrito de 17 de Setembro de 1845, Cunha Rivara chegou a pôr a hipótese de utilizar presos condenados a trabalhos públicos nas escavações do templo. BPE – “O Templo...”, fls. 6v, 7, 15-16 e 28v; P. SARANTOPOULOS – *O Templo...*, 115 (doc. 18), 117 (doc. 20), 118 (doc. 20a), 119 (doc. 21), 120 (doc. 21a), 129 e 130 (doc. 24); M. J. C. BRANCO – “A defesa...”, 119.

²⁵⁰ BPE – *Correspondência Privada de J. H. Cunha Rivara*, carta dirigida ao Governo Civil de Évora, 19 de Dezembro de 1845; P. SARANTOPOULOS – *O Templo...*, 128 (doc. 23).

²⁵¹ A. F. SIMÕES – “O Templo Romano de Évora IX. Conclusão”. *Artes e Letras*, 12 (Dez.), 1873, 188.

do duque de Cadaval em 1859²⁵². Terminada em 1864, a praça tornou-se no primeiro jardim público de Évora, baptizado de Passeio de Diana pela proximidade com o templo²⁵³.

O reenquadramento urbano do templo não obsteu a que sua estrutura, sem obras de consolidação de monta desde que o açougue fora encerrado (Cunha Rivara ficara-se pelas acções paliativas de conservação), se fosse degradando devido à infiltração das águas da chuva, situação que provocou a queda de parte da cobertura ainda antes de Augusto Filipe Simões assumir a direcção da Biblioteca Pública de Évora em 1863²⁵⁴. Apesar do seu estado semi-arruinado, por falta de lugar mais conveniente para as depositar, Augusto Filipe Simões conseguiu autorização da câmara para pôr a colecção epigráfica de Frei Manuel do Cenáculo – muitas “inscrições romanas, godas e portuguesas de varias epochas” reunidas pelo prelado em Beja e Évora – no templo, rebaptizado por ele de Museu Cenáculo em 1869²⁵⁵. Correspondeu esta resolução ao retomar e à efectiva empresa, devida a Augusto Filipe Simões, da gliptoteca idealizada por Cunha Rivara.

Passados três anos sobre a nomeação de Augusto Filipe Simões para a direcção da Biblioteca Pública, um artigo saído no jornal *O Alentejano* aludia ao “soffrível estado” do templo, ao seu “exterior immundo e d’alguma fôrma repellente”, alvitando a sua limpeza, concerto, embelezamento e até aproveitamento para eventos culturais – teatro, saraus literários, reuniões científicas, artísticas e musicais – ou para escola nocturna de desenho linear e

²⁵² O duque foi compensado com o aforamento de três propriedades municipais. Aproveitou-se a obra para calçar o largo da Sé, cujo piso estava muito danificado. ADE – Câmara Municipal de Évora, Repartição Central, Livro 3, nº. 20, doc. 173, 2 f.; J. E. da C. LEAL – *Giuseppe Cinatti (1808-1879). Percurso e Obra*. Lisboa: dissertação de Mestrado em História da Arte apresentada na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1996 (volume I), 266 e 267.

²⁵³ Os custos da obra foram suportados por uma subscrição de cidadãos. No entanto, uma deficiente colocação da cantaria provocou, em Junho desse ano, a abertura de falhas, com consequente queda de reboco, no pano da muralha que suportava o Passeio. O Passeio de Diana é hoje designado de Jardim Conde de Schomberg. “Extracto da Sessão da Câmara Municipal de 1 de Fevereiro de 1864”. *O Jornal d'Evora*, nº. 18, 28 de Fevereiro, 1864, 3; “Acta da junta geral do distrito de Évora de 2 de Julho”. *Folha do Sul*, nº. 42, 26 de Junho, 1864 (1º ano), 1; A. F. SIMÕES – “O Templo Romano de Évora”. *Escriptos Diversos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1888, 118-141.

²⁵⁴ A. F. SIMÕES – “O Templo...”. *Artes e Letras*, 12 (Dez.), 1873, 188.

²⁵⁵ As lápides que Augusto Filipe Simões trouxe de Beja deram entrada no templo no mês de Dezembro de 1868. *Roteiro da Cidade de Evora...*, 15; A. F. SIMÕES – *Relatório Acerca da Renovação do Museu do Cenáculo, Dirigido ao Ex.mo Sr. Visconde da Esperança, Presidente da Câmara Municipal de Évora*. Évora: Typographia da Folha do Sul, 1869, 4, 5 e 9.

línguas estrangeiras²⁵⁶. Com grandes fendas a ameaçarem as paredes de derrocada, o que acarretaria a perda das colunas e da arquitrave romanas²⁵⁷, a situação tornou-se intolerável e Augusto Filipe Simões viu-se obrigado, no ano de 1869, a publicar um relatório que propunha a renovação do Museu Cenáculo. Apoiado nos conselhos técnicos de Caetano da Câmara Manuel e João Macário dos Santos, engenheiros de obras públicas do distrito de Évora, e, a seu pedido, do arquitecto italiano Giuseppe Cinatti que à data era responsável pelo restauro do Mosteiro dos Jerónimos em Lisboa e pelos projectos do Palácio de José Maria Perdigão e do Jardim Público em Évora, o relatório de Augusto Filipe Simões ensaiava uma tentativa de recuperar a pureza da ordem coríntia do templo por via da expurgação dos acrescentos medievais, no espírito dos princípios teorizados pelo arquitecto e engenheiro francês Eugène Viollet-le-Duc (1814-1879). Considerava Augusto Filipe Simões que a reparação das paredes medievais seria, para além de dispendiosa, de mau gosto, porque perpetuava um vandalismo que nunca devia ter sucedido, a adulteração da arquitectura clássica original. Demoli-las, deixando somente o que era obra romana, era vantajoso estético e economicamente. O relatório do bibliotecário denotava uma clara desvalorização do significado histórico das estruturas medievais, a favor dos elementos arquitectónicos romanos. Augusto Filipe Simões rematava defendendo a manutenção da colecção arqueológica dentro do templo, mesmo sem a protecção prestada pelas paredes pós romanas, porque com a queda de parte do telhado antes de 1863, os espécimenes já se encontravam, à altura, sujeitas às intempéries:

“É grande infelicidade, porem, que em tempos antigos mutilassem e adulterassem o templo de Diana de sorte que do edificio primitivo não resta senão a base, alumas columnas e parte da architrave. Tudo o mais foi barbaramente acrescentado e substituido ao que as mãos habeis dos architectos e esculptores romanos tinham alevantado, conforme os preceitos da arte que os gregos aprenderam.

[...]

A reparação do que é romano e a demolição do restante é a obra unica e razoavelmente admissivel.

[...]

²⁵⁶ M. – “Variedades. Monumentos de Évora...”. *O Alentejano*, 12 (Julho), nº. 1, 1866, f. 1; M. – “Variedades...”. *O Alentejano*, 15 (Julho), nº. 2, 1866, f. 3. No ano seguinte, Carlos Basto confirmava a ruína do monumento. C. BASTO (2º Volume), *op. cit.*, f. 58.

²⁵⁷ A. F. SIMÕES – “O Templo...”. *Artes e Letras*, 12 (Dez.), 1873, 188.

O concerto de todo o edificio tal como está, além de muito dispendioso, pareceria de mau gosto aos entendidos por perpetuar um vandalismo que nunca deveria ter existido. A reparação do que é romano e a demolição do restante é a obra unica e razoavelmente admissivel. Não se podendo conservar todo o edificio pela ruina das paredes; que a infiltração das aguas pluviaes augmenta de anno para anno, não havendo n'elle coisa importante além da parte romana; não sendo de modo nenhum licito sacrificar-a á obra da barbaria; tornar-se-hia inutil e até prejudicial todo o escrupulo que se oppozesse ao plano que apresento à consideração de V. Ex.^a e que não é só meu mas das pessoas conhecedoras das bellas artes que teem vindo a Evora. A todas tenho ouvido lamentar que não se desobstrua e separe a parte romana das outras que a conspurcam”²⁵⁸.

A proposta de Augusto Filipe Simões, no entanto, encontrou resistências significativas entre os cidadãos eborenses, divididas, por sua vez, em duas sensibilidades discordantes. Os mais pragmáticos defendiam o abandono e consequente desaparecimento do monumento ou a sua demolição, a fim de promover a rápida renovação daquela área da cidade. Outros pugnaram pela conservação integral do templo nas condições materiais em que estava, com os aditamentos medievais e Quinhentistas²⁵⁹, por acreditarem que eram de origem islâmica²⁶⁰. A posição destes estava muito próxima da de John Ruskin (1819-1900)²⁶¹, crítico de arte inglês que entendia os monumentos como estratificações em que era possível identificar diferentes fases da história da comunidade que o produziu.

A pressão exercida pelas duas facções foi suficiente para levantar dúvidas ao presidente da câmara, o visconde da Esperança, acerca da opção

²⁵⁸ A. F. SIMÕES – *Relatório...*, 7-9.

²⁵⁹ “Uns, sequazes, inscientemente, das doutrinas utilitárias, entendiam que as ruínas do templo não passavam de uma antigualha improdutiva, que se havia de deixar cair ou até de pôr por terra para desembaraçar o espaço que ocupa. Outros, pelo contrário, filiados também sem o saberem, na eschola tradicional, pretendiam que se conservasse religiosamente não só a parte romana, mas ainda a da idade média, que supunham representante da dominação árabe”. A. F. SIMÕES – “O Templo Romano de Évora”. *Escriptos Diversos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1888, 118-141.

²⁶⁰ “Era vulgar a idéa de que o templo, por ter ameias, servira de mesquita aos moiros. E corre até impressa esta fabula com as outras de que tinham tecido commodamente a historia d'aquelle edificio. Como prova irrefragavel de que fôra mesquita, não faltou em Evora quem allegasse o campanario que estava entre as ameias. Ora o *campanario moirisco*, mandara-o construir em 1500 el-rei D. Manuel para o sino de correr!”. Acrescenta, em nota de rodapé, a fonte documental desta última informação: “*Archivo municipal Eborense. Liv. III dos originaes, fol. 37*”. A. F. SIMÕES – “O Templo...”. *Artes e Letras*, 12 (Dez.), 1873, 189 e 190.

²⁶¹ A filosofia patrimonial do historiador e crítico de arte inglês John Ruskin considerava que todas as alterações, acidentes e mutilações sofridas por um imóvel eram marcas introduzidas pelo tempo, faziam parte da história que os monumentos documentavam. Apagá-las era anular a memória dos acontecimentos que as haviam provocado. Ruskin opunha-se ao restauro estilístico e reconstitutivo da escola francesa, liderada por Eugène Viollet-le-Duc. P. A. R. S. RODRIGUES – *Património ...*, 331-333.

mais correcta a tomar em relação ao estado do Templo de Diana. Para chegar a uma solução que não o compromettesse excessivamente, decide realizar uma consulta à escala nacional, a vinte personalidades consideradas autoridades nas áreas da Arqueologia, da História e da Arquitectura. Foram eles Alexandre Herculano (historiador), António Augusto Teixeira de Vasconcelos (escritor, jornalista e vice-presidente da Academia de Ciências de Lisboa), abade António Dâmaso de Castro e Sousa (historiador), António Feliciano de Castilho (poeta que fora bibliotecário mor do Reino), Eduardo Allen (director do Museu Municipal do Porto), Francisco de Assis Rodrigues (Director Geral da Academia Real de Belas Artes de Lisboa), Francisco da Fonseca Correia Torres, Giuseppe Cinatti (arquiteto), Inácio de Vilhena Barbosa (jornalista, escritor e historiador), João Correia Aires de Campos (director do Museu Arqueológico do Instituto de Coimbra), João Maria Feijó (engenheiro e arqueólogo), João Pires da Fonte (arquiteto, professor da Academia de Belas Arte de Lisboa e um dos sócios fundadores da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses), Joaquim Possidónio Narciso da Silva (arquiteto, arqueólogo, sócio fundador e presidente da Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses), José Maria de Abreu (catedrático de Filosofia da Universidade de Coimbra), José Maria Eugénio de Almeida (Provedor da Casa Pia e principal responsável pela primeira fase do restauro do Mosteiro dos Jerónimos), José da Silva Mendes Leal (escritor, historiador e bibliotecário-mor do reino), Luís Augusto Rebelo da Silva (escritor, historiador e um dos primeiros professores de História do Curso Superior de Letras), Manuel Bernardo Lopes Fernandes (numismata e conservador do Gabinete Numismático da Real Academia das Ciências), marquês de Sousa Holstein (Vice Inspector da Academia Real de Belas Artes de Lisboa), Vítor Bastos (escultor e professor de escultura na Academia Portuense de Belas Artes) e o Visconde de Juromenha (erudito)²⁶².

Os pareceres foram unânimes. Todos preconizaram a expurgação de tudo o que não fosse romano, dos elementos tidos como anacrónicos. O medievalista Alexandre Herculano, em Maio de 1870, autorizava o presidente a câmara a transmitir a sua opinião de “que ali não devia ficar nada que não fosse

²⁶² ADE – *Livro de Actas da Câmara Municipal de Évora*, nº. 73, 1869-1872, sessões de 17 de Janeiro e 7 de Fevereiro de 1870, fls. 43v, 44, 49v e 50.

primitivo e romano, porque tudo o mais não tinha merecimento algum histórico nem artístico e só poderia servir para arrastar dia a dia na sua ruína o que era realmente precioso”²⁶³. O escultor Vítor Bastos entendia que se devia “tirar de cima do monumento a massa informe com seu nicho e espécie de ameias, que assoberba o monumento dando a esta bella reliquia uma apparencia militar que está tam pouco em harmonia com o fim para que o monumento era destinado, e que sobre o templo é um anachronismo, por isso pertence a outra epocha”. Havia ainda quem também aprovasse o estabelecimento de um museu arqueológico no templo, como António Feliciano de Castilho e Inácio Vilhena Barbosa, ou salientasse a escolha do italiano Cinatti, “pelo habito de ver monumentos romanos na sua patria”, para a realização do restauro, como sucedia com o visconde de Juromenha²⁶⁴. A declaração do visconde de Juromenha sugere que embora Augusto Filipe Simões não o explicity no *Relatorio á cerca da renovação do Museu Cenaculo*, quando pediu ao “artista José Cinatti” que visitasse e examinasse o templo de Diana, a sua intenção seria, desde logo, caso lhe fosse permitido cumprir a obra, entregá-la ao architecto italiano, estando a participação dele já implícita na consulta aos entendidos.

Resultando a consulta numa concordância total, a vereação presidida pelo visconde da Esperança estava legitimada para expurgar o monumento dos componentes estranhos à architectura romana, mas nunca saberemos se realmente o faria. Em eleições entretanto realizadas para o biénio de 1870 a 1872²⁶⁵, Manuel de Paula da Rocha Viana, um official da biblioteca pública, substituiu o visconde da Esperança na superintendência da edilidade, devendo-se-lhe a decisão camarária de restaurar o templo romano em consonância com a orientação aconselhada por Augusto Filipe Simões e confirmada pelos pareceres de historiadores, arqueólogos e académicos. Atribuída a direcção da

²⁶³ ADE – *Livro de Actas da Câmara Municipal de Évora*, nº. 73, 1869-1872, sessão de 9 de Maio de 1870, fl. 71; A. F. BARATA – “Restauração do templo romano em Évora”. *Instituto Vasco da Gama*. Nova Goa: Imprensa Nacional, (Jan.), 1872, 206 e 207.

²⁶⁴ A. F. BARATA – “Restauração...”, 196-199 (n. 17). António Francisco Barata publica trechos dos pareceres de António Feliciano de Castilho (Visconde de Castilho), José Maria Eugénio de Almeida, abade António Dâmaso de Castro e Sousa, Francisco Assis Rodrigues, Vítor Bastos, Inácio Vilhena Barbosa e Visconde de Juromenha.

²⁶⁵ A. F. BARATA – “Restauração...”, 195.

campanha ao arquitecto italiano Giuseppe Cinatti²⁶⁶, a sua execução iniciou-se a 17 de Junho de 1870²⁶⁷. O núcleo epigráfico depositado no templo foi transferido para o piso inferior da Galeria das Damas, que sofreu obras para a receber²⁶⁸, medida distinta do preceituado para o Museu Cenáculo no relatório de Augusto Filipe Simões.

A empreitada iniciou-se com trabalhos preliminares, que consistiram no levantamento de possíveis elementos ou fragmentos de valor histórico e / ou artístico depositados no revestimento do templo e na realização de uma prospecção no *podium*. Destes trabalhos resultaram a descoberta de fustes, fragmentos de capitéis, inscrições e o conhecimento de algumas técnicas de construção romanas²⁶⁹. Passando à execução propriamente dita, derribaram-se as paredes intercolunares e engatou-se a arquitrave, sobre a qual foi integrado um fragmento de um friso encontrado embutido numa das paredes dos Paços do Concelho²⁷⁰. No final de 1871, com o calcetamento da área de implantação do templo e a colocação de uma grade a cercá-lo, para travar o acesso do público, a obra ficou concluída.

²⁶⁶ Segundo Augusto Filipe Simões, Cinatti tinha-se oferecido para dirigir a obra logo quando fora chamado pelo bibliotecário para examinar o templo. A. F. SIMÕES – “O Templo...”. *Artes e Letras*, 12 (Dez.), 1873, 189.

²⁶⁷ ADE – *Livro de Actas da Câmara Municipal de Évora*, nº. 73, 1869-1872, sessões de 17 de Junho de 1870 e 11 de Novembro de 1871, fls. 78v, 161v e 162.

²⁶⁸ Deliberação tomada a 11 de Dezembro de 1871. ADE – *Livro de Actas da Câmara Municipal de Évora*, nº. 73, 1869-1872, fls. 161v e 162.

²⁶⁹ Para além de moedas de prata e cobre dos reinados de D. João II, D. Manuel I e D. João III, e uma pedra com a inscrição do seguinte nome: D. João Gonçalves Vilalobos. A. F. BARATA – “Restauração...”, 200 e 201.

²⁷⁰ Num gesto simbólico, foram Manuel Rocha Viana e Giuseppe Cinatti que, subindo ao cimo do templo por uma escada, iniciaram os trabalhos de demolição: “A despeito dos que viam n'aquellas paredes uma construcção arabe, em 17 de Junho de 1870, estando em Evora o snr. Cinatti, encostaram-se escadas de mão àquelles muros, e por uma d'ellas subiram os srs. Vianna e Cinatti. / Junto das ameias deu o Presidente da Camara ao notavel artista um camartello com que este, jubiloso, deu a primeira pancada n'uma das ameias, que, momentos depois, desabava sem saudade das artes e do bom gosto”. A Augusto Filipe Simões coube a vigilância do trabalho dos operários, depois substituído, por motivos de saúde, por António Francisco Barata. As ideias de engatar a arquitrave para melhor segurança, da colocação do friso que estava numa das paredes dos Paços do Concelho e do gradeamento foram ponderadas por Cinatti logo aquando da consulta que Augusto Filipe Simões lhe fez para a elaboração do relatório acerca da renovação do Museu Cenáculo. Também Vítor Bastos opinou pela recolocação no templo dos fragmentos architectónicos que se acreditava lhe pertencerem e que estavam dispersos pela cidade, pela colocação de um gradeamento de ferro em seu redor e pela plantação de vegetação “adequada ás ruinas” na área que separava o gradeamento do monumento. G. do MONTE – *Évora, Catedral da Luz... Efemérides*. s.l.: 1985 (volume 2), 58; A. F. SIMÕES – “O Templo...”. *Artes e Letras*, 12 (Dez.), 1873, 187-190; A. F. SIMÕES – *Relatório...*, 9; A. F. BARATA – “Restauração...”, 197-199.

O templo romano de Évora foi recriado enquanto ruína, mas estilisticamente apurada, que na sua semi-existência física e na sua absoluta pureza arquitectónica se tornou no símbolo perfeito da mais distante das épocas comensuráveis. Na ruína, o que restou une-se, quase sacramento, ao que o tempo omitiu, fazendo com que essa ausência, que apenas permite a sugestão, tenha um poder imune a qualquer contestação. A presença física dos elementos e das estruturas que sobreviveram evocam, por analogia com o arquétipos da arquitectura clássica, o que desapareceu, demonstrando a irreversibilidade do passado e, simultaneamente, sublinhando uma antiguidade que, de tão antiga, é já só destroço, fragmento, e, por isso, aberta a todas as elocubrações²⁷¹:

“[...] o templo romano de Evora, ostenta hoje na parte mais elevada da cidade, apesar de mutilado, a donairosa elegancia da arte greco-romana, deixando retratar no azul do ceu seus lindos capiteis corinthios, deliciando artistas, inspirando saudades do passado, a poesia das ruinas em toda a sua magestade, maiormente em noutes de luar, quando a lua em ceu nublado, de espaço a espaço se nos mostra através de suas columnas denegridas. É esplendido! É sem duvida o brasão mais venerando de Evora e de suas antiguidades”²⁷².

Como temos vindo a verificar com insistência, depois da catedral e do templo romano, a igreja do convento de S. Francisco era outro dos principais monumentos nacionais de Évora, devido, principalmente, ao “arrojado da sua architectura”, “com a sua coroa de ameias e coruchões espiraes”²⁷³. De nave única, a abóbada que a cobria, sem suportes intermédios e as paredes de apoio a não ultrapassar “a largura de 0,^m70!”, aparentava estar “suspensa no ar por um prodígio de força arquitectónica”, sem mísulas, pilares, frisos ou escoras, “nem apoios de ordem alguma”²⁷⁴ – “Talvez não haja outra igualmente

²⁷¹ Como nota Maria da Conceição Fernandes, com o restauro do templo romano de Évora, há uma vivência romântica da ruína que muito deve a John Ruskin, embora ignore a postura anti-restauro do crítico inglês, pois concebe a ruína como algo a reconstruir ou até a fabricar, não a conservar tal como sobreviveu ao passar dos séculos. M. da C. L. A. FERNANDES – *Os “restauros” e a memória da cidade de Évora (1836-1986)*. Évora: dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, 1998, 53. Ver ainda A. USTÁRROZ – *La lección de las Ruinas. Presencia del pensamiento griego y del pensamiento romano en la arquitectura*. Barcelona: Fudacion Caja de Arquitectos, 1997, 26-35.

²⁷² A. F. BARATA – “Restauração...”, 202.

²⁷³ E. PEREIRA, G. RODRIGUES (a), *op. cit.*, 238; A. F. SIMÕES – “Ruinas Fingidas no passeio publico de Évora”. *Archivo Pittoresco*, nº. 36, 1868, 281.

²⁷⁴ F. de ALMEIDA (2002), *op. cit.*, 70.

construída no reino”²⁷⁵. Se a originalidade do efeito ilusório da abóbada, realçada e elogiada desde meados de Setecentos (ver Parte II), não era propriamente uma novidade, o engenho técnico que a executara, explicado por Augusto Filipe Simões²⁷⁶, constituía-se, no século da industrialização e do saber positivo, como valor acrescido da monumentalização da igreja de S. Francisco.

O reconhecimento da qualidade construtiva de S. Francisco não a poupou, porém, às vicissitudes da História. A igreja e o convento franciscanos tinham entrado na centúria de XIX com os respectivos corpos arquitectónicos severamente castigados, muito por efeito da perda das suas funções palatinas no século XVII (Parte I)²⁷⁷. Agravou-se a situação da igreja em 1808, com a ocupação da cidade pelo exército francês, que arrombou a porta à machadada, quebrou as vidraças e roubou as imagens, os respectivos ornatos de ouro e prata e os vasos sagrados²⁷⁸. A extinção das ordens religiosas em 1834 encerrou a igreja, que assim permaneceu, quase abandonada, até 1837. Nesse ano, a Ordem Terceira solicitou que a igreja lhe fosse concedida, para aí estabelecer a sua capela e casa de reuniões. Deferido o pedido, a Ordem Terceira permaneceu ali até 1840, altura em que S. Francisco foi tornada sede paroquial da freguesia de S. Pedro, alteração de estatuto que implicou a sua devolução ao culto.

Carente de recursos, a freguesia de S. Pedro foi incapaz de implementar um programa de conservação do edifício, deixando-o atingir um grau de degradação que quase obrigou à transferência da paróquia para a igreja do convento do Carmo²⁷⁹. Face ao progressivo estado de ruína do edifício de S. Francisco, desde pelo menos 1851 que a paróquia foi requerendo e solicitando,

²⁷⁵ J. M. A. NOGUEIRA – “Algumas horas em Évora”. *Jornal do Commercio*, nº. 3943, 12 de Dezembro de 1866,1; *Roteiro da Cidade de Évora...*, 8.

²⁷⁶ “A traça imaginada pelo architecto para resolver este problema de equilíbrio, diz o sr. Filipe Simões, foi muito simples e engenhosa. Em vez de uma só parede, de proporcionada espessura, fez duas de cada lado da igreja, separadas por um vão de quase três metros, cuja parte inferior acomodou para capelas laterais. De espaço a espaço travou as duas paredes, com outras transversais, que em baixo separam as capelas entre si”. F. de ALMEIDA (2002), *op. cit.*, 72 e 73.

²⁷⁷ Conforme o descrito nas *Memórias Paroquiais* de 1758, o convento de S. Francisco estava já em ruínas no século XVIII. M. L. B. GRILLO – “O Concelho de Évora nas Memórias Paroquiais de 1758 (Conclusão)”. *A Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal, II série, 1994-1995 (nº. 1), 130.

²⁷⁸ Verificaram-se, inclusivamente, algumas mortes entre os religiosos. J. J. da SILVA – “Évora Lastimosa Vol. II”. *O Saque de Évora pelos franceses em 1808*. F. A. L. VAZ (coord.). Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2008, 136-138 (a primeira edição do texto é de 1809).

²⁷⁹ A. F. SIMÕES – “Évora. Igreja e Convento de S. Francisco”. *Archivo Pittoresco*, nº. 11, 1868, 84.

repetidamente, o restauro desta igreja, quer ao governo, quer aos órgãos legislativos, quer às autoridades locais. A inconsequência destes apelos e pedidos está patente no nível de desgaste que atingia todo o complexo conventual em 1859, levando a que se ponderasse transferir a sala de audiências instalada em S. Francisco para o edifício do Celeiro Comum, nas suas proximidades. Temia-se que a abóbada de adobe da sala de audiências de S. Francisco, sem reparação e protegida apenas por uma parede de tijolo ou de pedra muito delgada, desabasse²⁸⁰. A 17 de Dezembro desse ano, a fim de suster a degradação da igreja de S. Francisco, o prior da freguesia, o reverendo António de Ascensão Teles, dinamiza a criação de uma comissão de cidadãos eborenses notáveis²⁸¹, com a finalidade de financiar e promover a reparação “de um templo que é um monumento de arte e de arquitectura [...], sendo a sua [...] reparação [...] considerada um dever para o país [...]”²⁸². A comissão punha a igreja de S. Francisco a par, em termos do seu valor artístico e do seu significado histórico, como monumento merecedor de veneração, obra de arte que a geração do presente tinha a obrigação de conservar para as gerações futuras, aos mosteiros de Alcobaça, da Batalha e dos Jerónimos e ao convento de Tomar²⁸³. A comissão iniciou as suas actividades a 17 de Dezembro de 1859, começando pelo fundamental, a recolha de fundos.

Não é irrelevante o alto valor patrimonial que a comissão conferiu ao monumento de S. Francisco e a analogia que estabeleceu com os quatro mais importantes monumentos da nação. Do reconhecimento da necessidade de preservar o grande valor histórico, artístico e nacional de S. Francisco gerou-se a dinâmica social que fez nascer a comissão e o interesse que personalidades

²⁸⁰ ADE – *Câmara Municipal de Évora, Juízo de Direito*. Livro 4, n.º 20, doc. 266, 3 fls.

²⁸¹ Para além do prior, a comissão era constituída por Jerónimo Namorado Cordeiro de Carvalho, Francisco Lopes, José António da Cruz Camões, João José Pereira Gouveia, Joaquim Manuel da Costa e Silva, Joaquim Epifânio da Silva Meneses, José Carlos Gouveia, Fortunato Firmo Maia, Marcos Torres Vaz Freire, Baltasar Cavaleiro Lopo Limpo de Vasconcelos, Inácio Fiel Gomes Ramalho, José Sebastião Torres Vaz Freire e José Paulo de Mira. M. de C. MONIZ – “O Convento e a Igreja de S. Francisco de Évora”. *Separata do Boletim da Junta de Província do Alto Alentejo*. Évora: Junta de Província do Alto Alentejo, 1959, 29, 30, 33, e 60-62.

²⁸² “O templo de S. Francisco de Évora”. *A Nação*. Lisboa, 1 (Dez.) 1859, n.º 3609, 1; 12 (Jan.) 1860, n.º 3642, 1. Em Portugal, a igreja de S. Francisco não foi caso único no que respeita à participação activa das elites locais na promoção, no patrocínio e na execução da obra de restauro de um monumento histórico. Assim sucedeu com a capela de S. Miguel do Castelo em Guimarães, no ano de 1874, e com o Castelo da Feira em 1904 e 1910, tendo-se chegado a criar a Comissão de Vigilância, Guarda e Conservação do Castelo da Feira. P. A. R. S. RODRIGUES – *Património...*, 1998, 311-313.

²⁸³ ADE – *Rellatorio...*, Câmara Municipal de Évora, Livro 4, n.º 20, doc. 66, fl. 2.

e entidades exteriores a Évora vão manifestar pela sua conservação²⁸⁴. O empenho que todos eles puseram na viabilização do restauro de S. Francisco é sintomático de como este templo era estruturador da identidade histórica da cidade de Évora.

Com o financiamento garantido, a primeira etapa dos trabalhos consistiu na elaboração de um relatório acerca do estado do edifício pelo Director Geral das Obras Públicas do distrito de Évora, o major engenheiro Manuel Vicente Graça. Esse relatório, por ser extremamente exaustivo e detalhado quanto à discriminação das acções a tomar no exterior, no interior e nas dependências²⁸⁵ de todo o templo de S. Francisco, foi, na prática, o verdadeiro programa de recuperação do edifício. O que significa que o restauro da igreja de S. Francisco foi dirigido indirectamente por Manuel Vicente Graça. A sua execução foi consignada pela comissão ao empresário inglês, residente em Portugal, John Bouvi Jr²⁸⁶. A escritura do contrato que com ele então se fez abrangia, em treze cláusulas, todas as dimensões do processo, dos pormenores da obra²⁸⁷ à forma

²⁸⁴ A relação dos subscritores da campanha de recolha de fundos, elaborada em 1863, num total de 198 assinantes, que contribuíram com 5:402\$893 réis, incluía os reis D. Luís e D. Maria Pia (que é identificada com o seu título de duquesa de Bragança), a infanta Isabel Maria, o arcebispo de Braga, o bispo de Bragança, a condessa de Rio Maior, os condes das Galveias e de Murça, José Abílio de Oliveira, João Rafael de Lemos, Estevão José Pereira Palha e Francisco Manuel Frago das Alcáçovas. A estes juntaram-se os conventos de religiosas do reino, as religiosas que contribuíram a título individual, as irmandades e o governo. Os contributos de todos cobriram as despesas da campanha, que totalizaram 6:435\$481 réis. Significa isto que o financiamento da obra acabou por ser misto, pago maioritariamente pelos donativos recolhidos pelos notáveis da comissão, em parte concedido pelo governo. ADE – *Governo Civil de Évora, Junta Geral*, docs. nº. 8 (2 f), nº. 9, nº. 10, nº. 11, nº. 51 (2 fls) e nº. 64 (2 fls).

²⁸⁵ Por dependências entendia-se a sacristia e os corredores que lhe eram anexos, as serventias das capelas, as casas de arrecadação e a galilé. M. de C. MONIZ – “O Convento...”, 1959, 65.

²⁸⁶ Embora a bibliografia crítica identifique este John Bouvi (ou Bouvie, grafia com que o apelido é usualmente transcrito) como arquitecto de profissão e o dê como responsável pelo restauro de S. Francisco, o estudo atento da documentação permitiu-nos verificar que ele é identificado como empresário e não como arquitecto. Pela leitura do contrato, percebemos que a sua acção em S. Francisco estava muito limitada, não lhe cabendo a orientação da intervenção, nem a definição dos parâmetros a seguir, mas apenas a sua execução de acordo com definido no relatório de Manuel Vicente Graça. M. De C. MONIZ – “O Convento...”, 1959, 62-69; P. S. RODRIGUES, A. C. de MATOS – “Restaurar...”, 2007, 139.

²⁸⁷ Em relação aos pormenores da obra, o contrato estipulava que as áreas a intervir seriam a abóbada (picada, revestida com “hidro-argamassa” e rebocada) e as paredes (reparadas, limpas e com a cantaria substituída onde fosse necessário) da nave, a capela-mor (picada, estucada e pintada a imitar mármore, com os ornamentos a serem dourados ou renovados), o coro (reparado e rebocado), o arco do órgão, todas as capelas laterais (restauradas segundo o “antigo gosto” ou “no gosto moderno”, de acordo com o seu estado ou condição), o ladrilho (todo substituído), janelas (uma nova no lado da Epístola e consertos diversos, como a colocação de vidros), o terraço sobre a capela-mor (ladrilhado), os telhados da nave e das capelas laterais (substituição completa por telha “argamamassada” e anulação da separação

de pagamento²⁸⁸, incluindo um termo de responsabilidade²⁸⁹ e a orientação geral da conservação do “antigo gosto” do templo²⁹⁰. A sua assinatura aconteceu no dia 8 de Janeiro de 1860 e os trabalhos começaram a 7 de Maio²⁹¹. Estes decorreram em três fases, a primeira de Janeiro a Setembro de 1860, a segunda de Junho a Outubro de 1861 e a terceira de Janeiro a Junho de 1862.

A primeira fase correspondeu ao cumprimento do estabelecido no contrato e foi dada por terminada no dia 12 de Setembro, em conformidade com o estipulado pelas partes. John Bouvi concertou o telhado e os algerozes, picou e rebocou a abóbada, reforçou as paredes laterais, limpou a cantaria e libertou-a do reboco e de outras excrescências dos séculos XVII e XVIII, colmatou as falhas entre as pedras com argamassa e cal, desmantelou uma tribuna que estaria colocada na parede direita da igreja – tida como disforme e como um desagradável contraste arquitectónico – e substituída por uma janela igual às originais da igreja, levantou uma nova torre sineira (elevada três metros acima do espigão da cobertura do templo) e ampliou o janelão da fachada, intervenção que terá prejudicado a solidez da empena, abrindo-lhe fendas²⁹².

Terminada a obra, a comissão solicitou ao Director Geral das Obras Públicas que inspeccionasse o resultado final. A vistoria deu-se no dia 26 daquele mês, com a presença dos membros da comissão. O relatório Manuel Vicente Graça confirma a execução do imposto na adjudicação, mas detecta

entre a nave e as capelas laterais), as paredes (picadas e rebocadas de novo) e os ornamentos (consertos, reparações e substituição dos desaparecidos) exteriores e a torre sineira (desmontagem do antigo campanário, reconstruído no extremo oposto à sua posição original, com uma altura de três metros acima do espigão do telhado da igreja). Exigia-se ainda a abertura de passadeiras longitudinais e transversais sobre o telhado, para que se pudessem andar ali sem scorrar, a substituição de toda a cantaria exterior e interior que se achasse danificada e a limpeza da que fosse mantida, e a utilização de materiais de primeira qualidade. M. de C. MONIZ – “O Convento...”, 1959, 64 e 64.

²⁸⁸ Pela tarefa, John Bouvi receberia 4 500\$000 réis de honorários, pagos quatro prestações iguais de 1 125\$000 réis. A primeira aquando do começo da obra, a segunda depois de concluído o restauro exterior, a terceira quando os trabalhos no interior estivessem a meio e a quarta depois da conclusão do trabalho. M. de C. MONIZ – “O Convento...”, 1959, 66; ADE – *Livro de Notas*, 1859-1860, nº. 19, fls. 59-62.

²⁸⁹ Uma garantia em que o empresário se comprometia a reparar qualquer dano verificado na igreja após a sua intervenção dentro de um prazo de um ano. ADE – “Relatório...”. Livro 4, Câmara Municipal de Évora, nº. 20, doc. 66, fl. 3.

²⁹⁰ Com excepção de alguns dos estuques e das pinturas a renovar. M. C. MONIZ, *O Convento...*, 1959, 64.

²⁹¹ ADE – “Relatório...”. Livro 4, Câmara Municipal de Évora, nº. 20, doc. 66, fl. 2.

²⁹² P. A. R. S. RODRIGUES – *Património, Identidade...*, 1998, vol. I, 309; ADE – “Relatório...”. Livro 4, Câmara Municipal de Évora, nº. 20, doc. 66, fl. 5.

algumas imperfeições nos acabamentos, que o empresário inglês se compromete a corrigir, em conformidade com o termo de responsabilidade que havia assinado. Antes de o chegar a fazer, o rigor daquele Inverno permite detectar infiltrações de água da chuva na igreja. A 6 de Fevereiro de 1861, o Director das Obras Públicas é novamente chamado para examinar a origem do problema. Manuel Vicente Graça detecta fissuras na abóbada e a Comissão contacta o empresário inglês para que proceda à sua reparação, e à dos danos e problemas que foram entretanto surgindo. Este prontifica-se a realizá-las, sugerindo que se adie a operação até ao Verão, estação mais adequada a este género de trabalho²⁹³.

Na segunda fase do restauro, procedeu-se à reparação das fissuras da abóbada, por um engenheiro que o relatório nomeia de d'Alvaneo. A Comissão considera, contudo, que as instruções dadas pelo Director de Obras Públicas não foram plenamente cumpridas e requer a John Bouvi que o faça. Depois de dois meses sem receber qualquer contacto da parte do empresário inglês, a Comissão recorre às autoridades exigindo que Bouvi se sujeite às suas obrigações. Consegue-o e a obra é dada como concluída²⁹⁴. Depois dos trabalhos estruturais terem terminado, entendia-se que a igreja havia ficado livre das “*implastagens* e *replastagens*, que no dizer de A. Garrett teem anachronisado tudo”²⁹⁵.

A terceira fase diz respeito ao restauro do interior do templo e do seu património móvel e integrado²⁹⁶: a pia baptismal, pinturas, pavimentos, capelas, imagens e outros ornatos em péssimo estado de conservação²⁹⁷. No decorrer deste processo, uma capela retirada da igreja da Graça e outra do Convento da Cartuxa foram aqui reintegradas, estucaram-se cinco capelas originais, todo o pavimento da igreja (incluindo os terraços e as varandas) foi ladrilhado, a capela-mor foi assoalhada, substituíram-se as duas portas da entrada da

²⁹³ ADE – “Relatorio...”. Livro 4, Câmara Municipal de Évora, nº. 20, doc. 66, fls 2-4.

²⁹⁴ ADE – “Relatorio...”. Livro 4, Câmara Municipal de Évora, nº. 20, doc. 66, fl. 4.

²⁹⁵ M. A. NOGUEIRA – “Algumas horas...”. *Jornal do Commercio*, 12 (Dez.) 1866, nº. 3943, 1.

²⁹⁶ Esgotado o primeiro orçamento na reparação da estrutura da igreja, é solicitado um subsídio ao governo para esta terceira fase da campanha, que corresponde ao pedido atribuindo um conto de réis. São também recebidos donativos de beneméritos particulares. ADE – “Relatorio...”. Livro 4, Câmara Municipal de Évora, nº. 20, doc. 66, fl. 4.

²⁹⁷ ADE – “Contas da Comissão encarregada das Obras no Templo de S. Francisco desta Cidade de Evora. Para serem impressas conjuntamente com o Relatorio”. *Câmara Municipal de Évora*. Livro 4, nº. 20, doc. 66, fls. 1-10, 11 e 16.

Capela dos Ossos e colocaram-se caixilhos de ferro e vitrais em todas as janelas. Para além disso, conseguiu-se realizar o restauro de 47 imagens e 60 castiçais e cruzeiros, repintar e dourar diversos quadros e capelas, reparar o órgão e pratear 4 banquetas. Mesmo assim, a Comissão considerou que, perante o estado ruinoso do edifício e do seu acervo e o limite dos meios disponíveis, foi apenas feito o mais urgente e essencial²⁹⁸. A bênção solene do monumento recém restaurado ocorreu a 21 de Junho de 1862.

Decorridos pouco mais de dois anos, por decreto real de 25 de Junho de 1864²⁹⁹, a posse do que restava do edifício e da cerca do convento de S. Francisco foi concedida pelo governo à edilidade. A cedência do convento de S. Francisco ao município de Évora está inscrita no quadro mais genérico da nacionalização dos bens das ordens religiosas, depois do fim destas, que permitiu a venda, concessão e refuncionalização de uma parcela significativa dos seus imóveis. Denotamo-lo nas contrapartidas que a câmara teve de assegurar para receber o convento, criar condições para que o imóvel pudesse receber o tribunal judicial e uma aula nocturna de instrução primária, e a abrir uma praça frente à igreja de S. Francisco, na antiga cerca conventual, de modo a desafrontar a fachada do templo e aformosear o contexto urbano que a enquadrava³⁰⁰.

A abertura de uma praça para desafogar e ampliar a visibilidade da fachada de S. Francisco significa que a recuperação da igreja também passou pela sua reintegração no espaço exterior dentro dos princípios do urbanismo moderno e

²⁹⁸ Na Capela dos Ossos foi ainda colocada uma tribuna e pintadas as divisões que a antecedem. ADE – “Rellatorio...”. Livro 4, Câmara Municipal de Évora, nº. 20, doc. 66, fls. 5 e 6.

²⁹⁹ *Diário do Governo*. 14 (Jul.) 1864, n.º 154.

³⁰⁰ As contrapartidas impostas à câmara pela concessão do convento não foram aceites pacificamente por todos. Provocaram, inclusive, críticas contra o deputado do distrito de Évora, Manuel Alves do Rio, pelos esforços que empregou para que a doação fosse concretizada e aceite pela edilidade. Houve também uma contestação da parte da junta da paróquia da freguesia de S. Pedro, proprietária legal de várias casas do convento (desde de 20 de Maio de 1845), apresentada pelo parlamentar José de Moraes. A contestação visava a indemnização da junta da paróquia por ficar, caso o projecto da câmara se concretizasse, sem acesso às ditas casas e evitar que se cedesse mais terreno da cerca que o necessário para abrir a praça pública, de modo a poder vender o que sobrasse. Ou seja, que todo o terreno da cerca do convento que não fosse necessário à abertura da praça e da rua revertsse à Fazenda Nacional. Em resposta, Alves do Rio garantiu que o serviço da paróquia não seria interrompido e que o segundo problema não se punha devido à pouca extensão da cerca de S. Francisco. Acabou por ser aprovado um aditamento à proposta de Alves do Rio, redigido pelo próprio, em que se estabelecia que seria a câmara e a junta da paróquia, em acordo, a decidir qual a parcela do edifício do convento que deveria permanecer na posse da junta. *Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, Acta nº. 99, 22 de Maio, 1864, 1675 e 1676.

que não foi alheia aos melhoramentos materiais que aquela área vinha recebendo desde os finais da década de Cinquenta, protagonizados por duas obras fundamentais da Évora Oitocentista, o palácio Ramalho Perdigão (depois Barahona) e o Jardim Público, ambas desenhadas por Cinatti. Embora o decreto não o declarasse abertamente, o rasgar daquela praça implicava o deitar abaixo da torre quinhentista atribuída a Francisco de Arruda que fechava o aqueduto da Água da Prata defronte da galilé da igreja de S. Francisco e que tanta polémica vinha suscitando por aquela altura, como notámos, entre Augusto Filipe Simões e Vilhena Barbosa. Este último, em 1863, havia alertado para a necessidade de colmatar os sinais de deterioração que a estrutura da Caixa de Água apresentava, apelando à intervenção do município nesse sentido, a fim de evitar um perigo cuja possibilidade por ele então verbalizada se veio a revelar, no ano seguinte, um verdadeiro vaticínio:

“Todavia, ha pequenos estragos na parte superior da torre, e a camara eborense não póde, sem incorrer no mais grave delicto perante o bom gosto, e o respeito às artes, deixar de empregar todos os esforços conducentes a conservar, por meio de uma intelligente restauração, tão precioso monumento da indústria e arte romana, em que se reúne o util ao agradável, pois que ainda e por favor da obra de Sertorio que a cidade se abastece de muita e boa agua. Hoje, que a locomotiva conduz o estrangeiro em breves horas á capital do Alemtejo, quem nos salvaria do epitheto de barbaros, se deixassemos desmoronar a *torre do aqueducto das aguas da prata*, que lá fora se conhece e admira?”³⁰¹.

Por não estarem completamente explícitas, as condições da entrega do convento de S. Francisco à câmara provocaram o rumor de que a Caixa de Água ia ser aluída, de que Augusto Filipe Simões nos dá conta:

“O terreno em que assenta [a Torre de Água] pertence hoje á camara municipal, pela concessão que o governo lhe fez em 1864. Como tem de ser construido n’ este lugar o novo mercado, não falta quem diga que o pavilhão será demolido *para não obstruir a praça*”³⁰².

O boato, porém, tinha algum fundamento, pois, em cerca de sete anos, de 1859 a 1869, parte da estrutura conventual, que incluía as antigas

³⁰¹ I. de V. BARBOSA, “O Arco Triumphal Romano da Praça de Evora”. *Archivo Pittoresco*, nº. 36, 1863, volume VI, 286 e 287. Em 1868, Augusto Filipe Simões alertava que a velha cisterna estava tão atulhada que custava reconhecê-la. A. F. SIMÕES – “Evora. Egreja e Convento de S. Francisco”. *Archivo Pittoresco*, nº. 3, 1868, 19.

³⁰² I. de V. BARBOSA – “O Aqueducto III”. *Archivo Pittoresco*, nº. 6, 1867, 48.

dependências paçãs que a ligavam à denominada Galeria das Damas e o claustro quinhentista das Gerais do Noviciado, fora sacrificada com o fim de ganhar espaço para a abertura do Jardim Público e para o levantamento do mercado municipal e de um novo tribunal judicial³⁰³. Os receios expressos pelos eborenses demoraram pouco tempo a tornarem-se uma realidade. Efectivamente, na sessão camarária de 13 de Maio de 1872, o município deliberou, sob proposta do vereador das obras públicas, a favor da demolição dos arcos do aqueduto do largo de S. Francisco³⁰⁴. Por uma notícia saída no jornal *Correio do Sul* de 25 de Agosto sabemos que a Caixa de Água estava incluída no segmento do aqueduto a desmantelar:

“Uma das obras que a actual vereação já levou a efeito foi a demolição dos arcos do largo de S. Francisco, desaparecendo tambem a caixa d’agua, monumento historico, que outras cabeças, e por consequinte outras idéas, pensavam em restaurar, e diziam que com o fim de se conservar mais uma das glorias archeologicas d’Evora.

Em abono da verdade diremos que o largo desembaraçado, como está, se torna mais agradável á vista”³⁰⁵.

O teor da notícia do *Correio do Sul*, para além de ser revelador de quão ambígua podia ser a atitude dos indivíduos para com certos monumentos históricos da sua cidade (“Em abono da verdade diremos que o largo desembaraçado, como está, se torna mais agradável á vista”), permite-nos saber com certeza que a torrinha de S. Francisco, a Mãe de Água levantada na

³⁰³ T. ESPANCA – *Cadernos de História e Arte Eborense III. Palácios Reais de Évora*. Évora, Edições Nazareth, 1946, 54 e 55. Uma pintura datada de 1862, assinada por Dolores Castro, possibilita uma visualização da aparência do convento durante esta primeira fase do seu desmantelamento muito próxima da descrita por Augusto Filipe Simões em 1868: “Tinha o convento, como diz a memória, duas clausturas. Uma existe ainda, posto que muito arruinada; da outra apenas restam alguns vestígios. Era esta última n’um espaço alastrado de ruínas, que hoje vemos entre o edifício e o muro que entesta com a rua que ha pouco se abriu desde a porta lateral do passeio publico até à rua do Paço”. A. F. SIMÕES – “Evora. Igreja...”. *Archivo Pittoresco*, nº. 3, 1868, 19. O engenheiro Adriano Augusto da Silva Monteiro, autor do projecto do Mercado de D. Manuel, fundamentou a opção tomada: “Nestas circunstâncias julguei indispensável cortar dois compartimentos na fachada do norte da construção existente alargando assim a rua que deve correr entre a fachada principal do mercado e o muro do suporte que deverá separar o pavimento da nova edificação e ruas adjacentes do adro da Igreja de S. Francisco [...]”. ADE – *Livro das Actas...*, nº 76, 1878, sessão de 22 de Maio, fls. 52v-54. O tribunal não chegou a ser construído, apesar de projectado por Caetano da Câmara Manuel em 1874. A. F. SIMÕES – “Restaurações architectónicas em Évora”. *O Comércio do Porto*. Porto, 7 (Set.) 1870, nº 214, 1; ver ainda supra capítulo 1.7.

³⁰⁴ Decidiu-se ainda encomendar a tubagem necessária para substituir os arcos na condução da água para o Passeio Público da cidade. ADE, *Livro de Actas...*, Livro nº. 73, 1869-72, sessão de 13 de Maio de 1872, fl. 206.

³⁰⁵ “Evora 23 d’agosto”. *Correio do Sul*, nº. 41, 25 de Agosto, 1872, 4.

cerca do convento, não foi demolida em 1873, como tem sido enunciado pela maioria dos autores, mas em 1872³⁰⁶. O equívoco nasceu do quase silêncio das fontes, derivado da descrição dos envolvidos na decisão de demolir a torre, tal era a sensibilidade da questão. O destaque que foi dado à Caixa de Água desde James Murphy, tomada como um belo exemplar da antiga arquitectura romana ou como “pavilhão de estilo romano, notável pela elegancia e boas proporções da sua fabrica”³⁰⁷, e o debate que a tinha envolvido poucos anos antes, expressão do seu valor histórico-arqueológico, tornaria a controvérsia inevitável assim que o seu desaparecimento fosse publicamente conhecido. Foi o que sucedeu em 1875, quando o periódico britânico *Athenaeum* noticiou, a 4 de Setembro, em tom de protesto, o derrube da torrinha do aqueduto eborense³⁰⁸. O artigo era assinado por J. C. Henry, revisor do guia de Portugal de John Murray, que refere o acontecido na sua edição de 1887³⁰⁹. Curiosamente, foi por via deste pequeno artigo do *Athenoeum*, que teve eco em Portugal graças ao *Jornal do Comércio*³¹⁰, que os membros da Comissão para

³⁰⁶ Joana da Cunha Leal foi a única a sugerir, pela leitura das actas, que 1872 seria uma data mais provável para a demolição do fecho do aqueduto do que 1873. E. da C. LEAL – *Giuseppe...*, 1996, 281 (n. 61).

³⁰⁷ A. F. SIMÕES – “Ruínas...”. *Archivo Pittresco*, nº. 36, 1868, 281.

³⁰⁸ “A Lisbon Correspondent writes: - «It is stated that the beautiful Roman tower wich terminated the aqueduct of Quintus Sertorius in Evora, the capital of the Alemtejo, has lately been demolished by order of the Municipal Chamber, in order to make a market on the site. [...] So let Murray, Bradshaw, Boedeker, and others, strike out the Tower of Sertorius, one of the glories of Evora, from the list of the sights of Portuguese travel». “Fine-Art Gossip”. *The Athenaeum*, nº. 2497, 4 de Setembro, 1875, 349.

³⁰⁹ A sua edição de 1855 dava a conhecer a Caixa de Água da cerca do convento de S. Francisco como o melhor vestígio da arquitectura romana que podia ser encontrado fora de Itália. A de 1887 adjectivava-a de “exquisite Roman workmanship”. *Handbook for Travellers in Portugal*. London: John Murray, 1855, 49; *Handbook for Travellers in Portugal with a short account of Madeira, the Azores and the Canary Islands*. London: John Murray, 1887, 43; P. A. R. S. RODRIGUES, *Património...*, 1998, p. 188.

³¹⁰ “A torre de Sertorio em Evora – Recebemos a seguinte carta: «Sr. Redactor – Li hoje n’um jornal que chegou a Lisboa o governador civil de Evora, o visconde de Guedes. Parece-me bem aproveitar a ocasião para diligenciar saber de s. ex.^a que destino teve a *Torre de Sertorio*, monumento romano que se admirava na capital do Alemtejo. Soube ha dias, por denuncia de um respeitavel estrangeiro meu amigo que esse monumento desapareceu de Evora [...]”. / A destruição do monumento a que o nosso correspondente se refere é um acto de tal modo vandalico que, por muito que respeitemos o testemunho do seu informador, não se deve estranhar que nos custe acreditar-o. / Que razões poderiam levar a edilidade eborense, a cargo de quem está a conservação dos monumentos públicos e relíquias da antiga dominação romana que ennobrecem o seu município, a resolver destruir essa tão conhecida como admirada torre, [...]”. *Jornal do Commercio*, nº. 6536, 20 de Agosto, 1870, fl.1. Este artigo suscita uma segunda carta de protesto de outro leitor, em que se corrige a denominação de “Torre de Sertório”, que designava a torre medieval em que estava instalado o observatório meteorológico e que é aqui erradamente atribuída à Caixa de Água, e se compara o sucedido ao aqueduto com a situação de ruína do convento de S. Francisco. *Jornal do Commercio*, nº. 6539, 24 de Agosto, 1870, fl.1. As duas missivas eram claramente hostis para com o partido

a Reforma do Ensino Artístico e a Organização do Serviço dos Museus, Monumentos Históricos e Arqueologia tiveram conhecimento do destino do fecho do Aqueduto da Água da Prata, três anos após o seu desfecho³¹¹. Era tarde demais para o impedir, mas não para reagir, nem que fosse politicamente, como lembrava uma composição poética inédita até António Francisco Barata a retirar dos *Decénios Eborenses* e publicá-la em 1909:

“Da Câmara a um presidente,
Cá da terra natural,
Vi destruir, de repente,
Uma obra principal
Nas artes muito excelente,

Que vinha a ser do aqueducto
Uma linda construção,
Um manoelino producto,
De mui fina concepção
Um formosíssimo fructo.

Terminus da Agua da Prata,
Dava a lembrar obelisco,
Que uma cúpula remata:
De frente de S. Francisco
Era á vista muito grata.

Nem respeito á antiguidade,
Amor ao nosso passado,
Nobresa desta cidade,
Nada disto respeitado
Foi por essa edildade!”³¹²

Progressista, força política a que o visconde de Guedes pertencia e que estava à frente da Câmara de Évora aquando da demolição da torrinha do aqueduto. Seis anos depois da troca de correspondência entre os leitores do *Jornal do Comércio*, o episódio da destruição da Mãe de Água do largo de S. Francisco era ainda utilizado como arma política contra os progressistas nas páginas de *O Manuelino d'Evora*. “O progresso, a medalha...”. *O Manuelinho d'Evora*, nº. 11, 29 de Março, 1881, fl.1.

³¹¹ Foi provavelmente a repercussão internacional deste caso que esteve por de trás da anedota narrada por António Francisco Barata em 1909, alusiva à ocorrência de um suposto duelo entre um americano e um inglês pela insistência de um (não especificado) na existência da torrinha, contrariada pelo outro, que só conhecera Évora depois da demolição da dita Caixa de Água: “Por causa da demolição da formosa *torrinha* chegara a haver, ou estivera para isso um duelo entre um americano e um inglez, como nos affirmou em Lisboa o livreiro inglez, Leutas, que tinha loja ao cimo da Rua Nova do Carmo. Um, vira de pé o monumento e affirmára sua existencia, o outro, que viera a Evora depois d'elle, escrevera que não existia. / Defendendo-se, o que primeiro viera, escreveu á Câmara Municipal, perguntando-lhe se tinha mandado demolil-o, e a corporação, para occultar o facto, que a deslustrava, respondera que *não*. / Tal seria a causa de se esmurrarem mutuamente um *John-Bull* e um *Yankee*”. A. F. BARATA (1909), *op. cit.*, 184 e 185.

³¹² A. F. BARATA (1909), *op. cit.*, 185 e 186.

Tem sido dado como comprovado pela literatura que a operação do derrube do fecho do aqueduto atingiu o cunhal e o arco do lado sul da galilé da igreja de S. Francisco, que foram pronta e gratuitamente reconstruídos por Giuseppe Cinatti³¹³. Também já o dissemos³¹⁴ e continuaríamos a dizê-lo não fossem as datas das actas das sessões camarárias que registaram a reconstituição da galilé por Cinatti, 5 de Janeiro e 28 de Dezembro de 1871³¹⁵. Ou seja, a operação de reconstrução ocorreu ainda no ano anterior ao do desaparecimento da Caixa de Água. Isto quer dizer que os danos na galilé são anteriores a 1872. Logo, só podem ter sido provocados pelas operações de desmantelamento parcelar do convento de S. Francisco iniciadas em 1869, executadas rente à galilé da igreja – mostra-o uma imagem fotográfica deste templo em que ainda se vê a torre projectada por Francisco de Arruda³¹⁶. A revisão do motivo não altera o entendimento que se tem tido do serviço prestado graciosamente pelo arquitecto italiano na igreja de S. Francisco de Évora, uma legitimação da acção vereação naquela área³¹⁷.

Limitada ao pormenor da reconstrução de um cunhal e de um arco da galilé, a acção de Cinatti em S. Francisco não impediu a deterioração do estado do igreja, apesar dos restauros de 1860 a 1862³¹⁸, agravado pelo paulatino desmantelamento da antiga estrutura conventual, que ia deixando o corpo do templo sem apoio estrutural, fragilizando-o. Perante a ameaça do edifício cair “na total ruína”, um dos vereadores do município propôs em Fevereiro de 1874 que a Câmara intentasse convencer o governo do reino da necessidade de

³¹³ A. S. d'A. B. de Pinho LEAL – “Évora”, 1874 (volume 3), 93.

³¹⁴ P. S. RODRIGUES – “Giuseppe...”. *A Cidade de Évora*, Évora: Câmara Municipal de Évora, nº. 4, 2000, 276; P. S. RODRIGUES, A. C. de MATOS – “Restaurar...”. *Monumentos*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 26, 2007 (Abril), 139.

³¹⁵ O trabalho foi executado por Cândido Joaquim, mestre das obras municipais, e João dos Santos Rio Maior, canteiro. A direcção de Cinatti valeu-lhe o louvor e o agradecimento da câmara de Évora. ADE – *Livro...*, nº. 73, 1869-1872, sessões de 5 de Janeiro e 28 de Dezembro de 1871, fls. 175 e 176.

³¹⁶ A fotografia permite-nos calcular que a distância que separava a torre da galilé reforça a improbabilidade da igreja ter sido atingida pela demolição da Mãe de Água. AFE – PEP0015.

³¹⁷ J. E. da C. LEAL – *Giuseppe...*, 1996, 276 e 280-282.

³¹⁸ Daí as críticas às obras proferidas pelo arquitecto Joaquim Possidónio da Silva no relatório da Comissão dos Monumentos Nacionais em 1884, salientando que não se deve deixar a responsabilidade por estas decisões nas mãos das paróquias ou das irmandades. Citado por L. M. C. ROSAS – *Monumentos Pátrios. A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*. Porto: Dissertação de doutoramento em História de Arte, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, vol. II, 260.

reparar “o mais magestoso templo nesta cidade”³¹⁹. A Câmara não acatou a proposta, mas os problemas que tinham motivado a sua apresentação foram confirmados dez anos depois, num relatório sobre o estado do convento de 26 de Fevereiro de 1884, elaborado pelo engenheiro Adriano Augusto da Silva Monteiro (1846-1925), chefe da 1ª secção das Obras Públicas do Distrito de Évora e pelo desenhador José Joaquim Marrecas. O relatório alertava para a condição de quase derrocada de todo o complexo conventual, incluindo a igreja, onde se manifestava desde há largos anos, perceptível até para quem não possuísse conhecimentos técnicos na engenharia³²⁰. Embora a ruína do convento não permitisse avaliar cabalmente o estado das infra-estruturas, podendo iludir os inspectores e conduzi-los a uma ponderação errada, Adriano Monteiro deu-o como inútil e condenou-o à demolição completa, com excepção do corpo da igreja. Para compensar a falta do suporte que a estrutura conventual dava à igreja, cuja existência dependia, a seu ver, desta solução, pois não havia outra maneira de a consolidar directamente (a topografia demonstrava-o, assim como a decisão original de construir o convento naquele local), Adriano Monteiro defendia que fossem rapidamente levantadas novas edificações nos terrenos ocupados até aí pelo convento³²¹. Poderia ser um grande edifício plurifuncional, integrando alojamentos para o quartel general da 4ª divisão, o tribunal militar dessa divisão, o tribunal civil da comarca de Évora e porventura outros serviços públicos, como o comissariado da polícia, as escolas municipais e algumas repartições do concelho³²².

³¹⁹ ADE – *Livro...*, nº. 74, 1872-1875, Sessão de 9 de Fevereiro de 1874, fls. 92 e 92v. Notícias sobre a condição de ruína do convento e a ameaça de desabamento da igreja começaram a sair na imprensa lisboeta. *Jornal do Commercio*, nº. 6539, 24 de Agosto, 1870, fl.1.

³²⁰ Perigo de desmoronamento que ameaçava, inclusivamente, o Mercado do Peixe, cuja deslocação para zona mais segura da cidade era defendida por Adriano Monteiro. Segundo Albrecht Haupt, nos anos finais do decénio de 1880, os lanços intermédios dos antigos paços e convento de S. Francisco tinham desabado “quási que de tódo”. A. HAUPT – *A Architectura...*, s.d., 287.

³²¹ “[...] que em nome dos preceitos d’arte de construir e dos methodos scientificos que a ella presidem, dos brios fundamentados da actual civilisação, e do respeito e veneração pelo modo como os nossos antepassados affirmaram á posteridade a sua existencia grandiosa, se proceda ao melhoramento, de todo o edificio, denominado = ruínas de S. Francisco = (...). ADE – *Livro s/n*, Governo Civil de Évora, Secção da Junta Geral, nº. 423, fl. 2.

³²² ADE – Governo Civil de Évora, Secção da Junta Geral, Repartição Distrital de Obras Públicas, Livro 26, nº. 42 / 3, doc. 16, fl. 5. Uma proposta apresentada à Junta do Distrito de Évora em 1888 por um dos procuradores do tribunal da cidade, Inácio de Brito Pardelha, tentou colmatar esta necessidade dentro dos parâmetros definidos por Adriano Monteiro. Sugeriu Inácio Pardelha que se comprasse o que restava das ruínas do Convento de S. Francisco e se pedisse um subsídio ao governo para edificar um palácio público para albergar os serviços do Governo Civil, da Repartição da Fazenda do Distrito e dos tribunais administrativo e judicial. A

O relatório de Adriano Monteiro também alertava para o perigo que a demolição do convento podia constituir para o muito fragilizado corpo da igreja, o que se vem a verificar em 1888. Nesse ano, o apear da portaria e do refeitório havia fragilizado a sustentação do cunhal Sul do corpo da igreja, provocando a reabertura de fendas vedadas na campanha de restauro de 1860 – o problema que lhes dera origem deveria remontar a antes de 1834 –, que ameaçavam fazer ruir a Capela dos Ossos³²³. Recomendava-se, como solução, a reparação do telhado (“em grande ruína”), a limpeza de uns entulhos “desnecessários ao perfil estavel das abobadas”, ali deixados desde 1862 por culpa do empreiteiro da obra, e, novamente, o levantamento de uma grande edificação adjacente ao flanco Sul do templo, sobre os restos do convento, de modo a substituí-lo no apoio que dava à igreja³²⁴. O Governo Civil chegou a requerer à Câmara Municipal que esta mandasse remover os entulhos que pesavam sobre as abóbadas e a edilidade tentou fazê-lo solicitando o pessoal técnico necessário à tarefa à Direcção Geral de Obras Públicas e, depois, por indicação da Direcção Geral, ao Ministério das Obras Públicas. No final do ano, o Ministério nem sequer tinha ainda respondido à Câmara de Évora:

“O templo de S. Francisco, esta memória, esta tradição de pedra, com a sua côr tiszada, bafo de seculos que entristece e santifica os monumentos, occupa o lugar de honra na serie de glorias d’Evora, e ha quem lhe recuse o seu valimento pessoal e official, abandonando-o á

proposta foi recusada por unanimidade na Junta Geral. A solução assim gizada e rejeitada estava directamente relacionada com a compra pela Junta Geral de uma casa, a Casa Valente, para instalar as repartições públicas acolhidas no Colégio do Espírito Santo, por esgotamento da capacidade deste edificio para as receber. “O Templo de S. Francisco”. *O Manuelinho de Évora*, nº. 409, 25 de Novembro, 1888, 1.

³²³ “A ruína tem crescido: o sol entra francamente pelas fendas e ainda ultimamente, após uma inspecção do director das obras públicas do districto, foi mandada fechar a *Capella dos Ossos*, que está prestes a cair. No dia em que se produzir a derrocada, e não será em epocha distante, a do templo estará imminente”. “O Templo...”. *O Manuelinho de Évora*, nº. 409, 25 de Novembro, 1888, 1.

³²⁴ As soluções avançadas tinham apenas um, mas fatal, entrave, a falta de recursos da junta da paróquia para financiar a envergadura das operações propostas. Defendeu-se então que aquelas fossem totalmente suportadas pelo poder central, responsabilidade que decorria da inclusão de S. Francisco, “a titulo de obra notavel de architectura”, na lista de monumentos a classificar como nacionais proposta pela Real Associação dos Architectos Civis e Arqueólogos Portugueses em 1881. Os jornais lisboetas noticiavam que era assim que o Ministério das Obras Públicas ia proceder com a Igreja de S. Tiago de Coimbra, que se encontrava em ruínas e que também fazia parte da lista dos monumentos nacionais, a qual havia sido publicada, logo sancionada, no Diário do Governo de 19 de Março desse ano (nº 62). “O Templo...”. *O Manuelinho de Évora*, nº. 409, 25 de Novembro, 1888, 1.

acção dynamica do tempo, para se vivificar no altar vilipendiado d'uma política sem ideal!"³²⁵.

Somente em 1892 é que o governo central se mostra predisposto a aplicar a solução idealizada por Adriano Monteiro em 1888 para a igreja e o convento de S. Francisco de Évora. Começou por autorizar a edilidade transtagana a vender os restos do convento que ainda estavam na sua posse, que incluíam a famosa sala da Rainha e o claustro do século XV, exceptuando o Pavilhão Meridional ou Galeria das Damas. Como condição à transacção impunha a obrigatoriedade do novo proprietário erigir contrafortes em alvenaria ou cantaria e edificações contíguas à igreja, para a sustentarem e acolherem os serviços da paróquia – estas novas construções estavam, no entanto, sujeitas ao plano de melhoramentos que a Câmara mandasse fazer para aquela área da cidade.

A aquisição do corpo conventual é arrematada no ano seguinte, por Francisco Eduardo de Barahona Fragoso, famoso benemérito da cidade, a quem o município impôs ainda, para além das condições enunciadas no decreto, a abertura de uma rua com uma largura mínima de 20 metros, compreendendo os passeios laterais, a reconstrução exterior da Capela dos Ossos e a reserva de uma porção de terreno para a câmara, onde fosse mais conveniente ao novo proprietário, para arrecadação das ferramentas e dos utensílios do Jardim Público. Em articulação com a decisão de comprar as “ruínas” de S. Francisco, Francisco Barahona Fragoso patrocinou o tão necessário restauro da igreja³²⁶. Decorrida em 1894 e dirigida pelo engenheiro Caetano da Câmara Manuel³²⁷, que não recebeu qualquer remuneração pelo seu trabalho, esta nova operação reparadora incidiu na fachada principal, nos anexos contíguos do lado sul, onde tinham surgido fendas, em algumas capelas laterais e na torre sineira³²⁸. Ainda se pensou estender a recuperação ao

³²⁵ “O Templo de S. Francisco”. *O Manuelinho de Évora*, nº. 409, 25 de Novembro, 1888, 1.

³²⁶ Recebendo, por esse motivo, um louvor da Comissão dos Monumentos Nacionais. *O Conimbricense*, Coimbra, nº. 5013, 5 de Outubro, 1895, 3. Ver ainda L. M. C. ROSAS, *Monumentos Pátrios...*, 1995, vol. II, 261.

³²⁷ As obras de restauro foram executadas pelos mestres-de-obras e alvenaria Olímpio de Mira Coelho e José Maria da Costa. *Diário de Évora*, nº. 87, 6 de Fevereiro de 1895; M. de C. MONIZ – “O Convento...”, 1959, 69-71; *Diário de Évora*. Évora, 6 (Fev.) 1895, nº. 87, 2.

³²⁸ Porque se havia concluído que “o esmagamento do colunelo de uma das janelas do coro da capela-mor” se devia ao tamanho insuficiente da base da torre sineira e a uma má distribuição do seu peso. M. de C. MONIZ – “O Convento...”, 1959, 71.

claustro, intervenção não concretizada, possivelmente porque parte da arcada desabou por essa altura³²⁹.

Oficializada a venda do convento em 1895³³⁰, procedeu-se ao derrube definitivo do que havia sobrevivido da sua estrutura, desaparecendo então o claustro do século XV, a sala da Rainha e a área remodelada por Giuseppe Cinatti depois de 1864. Depois, em conformidade com o plano de Adriano Monteiro e com o decreto da venda, por ser considerado indispensável à estabilidade da estrutura da igreja, erigiu-se o conjunto de prédios que ainda hoje estão alinhados com a sua fachada³³¹.

O episódio acima descrito da demolição da Caixa de Água que fechava o aqueduto em frente da fachada da igreja de S. Francisco, ocorrido em 1872, é elucidativo da maior fragilidade de outro dos monumentos nacionais de Évora, o aqueduto. Essa fragilidade residia na sua dupla condição de monumento e infra-estrutura, já que o aqueduto mantinha activas as suas funções originais, continuando a ser o principal meio de distribuição das águas em Évora: “O aqueducto é um monumento, e alem do interesse que tem, como obra de architectura, deve considerar-se como meio indispensável à existência, conservação e saude do povo d’Evora”³³². Simultânea antiguidade e funcionalidade em que se cruzavam os problemas inerentes à conservação de um monumento histórico e os problemas práticos do abastecimento da água à cidade, numa associação que punha exigências técnicas muito específicas à

³²⁹ “Questionário aos parochos – A igreja de S. Francisco”. *O Manuelinho de Évora*, nº. 682, 17 de Junho, 1894 (Ano XIV), 1.

³³⁰ A escritura da aquisição foi lavrada somente a 21 de Janeiro de 1895. Francisco Barahona Fragoso declarou à imprensa que não fez a aquisição por interesses lucrativos, mas para apoiar a população artística da cidade num momento de crise de trabalho. M. de C. MONIZ – “O Convento...”, 1959, 35, 35 e 70; J. E. da C. LEAL – *Giuseppe ...*, 1996, 280.

³³¹ De início, todos esses prédios estavam destinados a habitação. Em 1900, alguns desses prédios, aqueles cujas fachadas davam para o Jardim Público, passaram a acoitar, benemeritamente, o Asilo da Infância Desvalida. Fundado por Joaquim Brancamp, acolhia trinta meninas e mantinha-se graças a rendimentos legados. J. A. CORRÊA – *Cidades...*, 1907, 167, 173 e 174.

³³² *Folha do Sul*, nº. 71, 11 de Janeiro, 1865 (2º ano), 1. Na descrição que dele fez o architecto alemão Albrecht Haupt: “Nem devo deixar em esquecimento o sobêrbo aqueduto, reconstruido por D. João III cêrca de 1552 sôbre os fundamentos do antigo aqueduto romão. É notável no ponto de vista architetonico pelos torreôezinhos, que de onde em onde interrompem os arcos, estabelecendo nas encruzilhadas das estradas formôsos trêchos de architétúra. Estes torreões, de fórmãs várias, quadrangulares, ostentando cúpulas, são construidos de tijôlo e muito ornatados. A obra, em seu conjunto, é grandiósa quanto possível; leva a água de nascente a uma distância de quinze quilómetros da cidade”. A. HAUPT – *A Architectura...*, s.d., 303 e 304.

recuperação do aqueduto³³³, tornando indistintas as intervenções de conservação monumental das de melhoria da sua eficácia utilitária – todas tiveram essa dupla valência durante o período considerado. Adriano Monteiro sintetizou admiravelmente essa dualidade ao afirmar que o aqueduto era “uma recordação da história e uma necessidade do povo”³³⁴.

No século XIX, o abastecimento de água era um dos principais problemas infraestruturais da cidade de Évora³³⁵, como fica patente por uma sessão da câmara ocorrida a 1 de Fevereiro de 1864, em que se discutiu as dificuldades de distribuição no bairro oriental e na fonte do Rossio³³⁶. Esses problemas aconteciam apesar da Câmara despender, desde 1834, e vai fazê-lo até 1870, cerca de um conto de réis por ano em pequenos trabalhos levados a efeito no aqueduto. Muito circunscritas, estas operações eram meros paliativos para as necessidades de uma edificação que fora atingida por sismos sucessivos em 1755, 1792, 1794, 1819 e 1822³³⁷, que se ia desgastando com a passagem do tempo e que também era um monumento histórico. Sem a reunião das melhores condições técnicas e financeiras, as pequenas reparações que se foram fazendo revelaram-se, a médio prazo inconsequentes. É bastante explícito que somente quatro anos depois de uma operação de reparação (saneamento de rupturas e recolocação de pedras), limpeza e desobstrução do cano principal do aqueduto, de onde se tinham retirado “408 carradas” de dejectos (areia, lodo e raízes de árvores)³³⁸, realizada em 1860, já se anunciava o “estado de ruína” a que o aqueduto havia chegado, protestando-

³³³ Requeria um arquitecto, um plano da construção, um minucioso estudo hidráulico, o conhecimento dos materiais e do local, só assim não seria “destruído pelo tempo”, nem “abandonado pelos homens”. *Districto de Évora*, nº. 10, 10 de Fevereiro, 1867, 2.

³³⁴ *Districto de Évora*, nº. 10, 10 de Fevereiro, 1867, 2.

³³⁵ Ver Capítulo 1.7.

³³⁶ Aqui, a falta de água havia obrigado o vereador responsável a “tiral-a, temporariamente aos proprietários particulares de dentro e fora da cidade, porque o cano geral d’onde parte a distribuição para os diferentes estabelecimentos d’aquelle bairro, e fonte da Porta de Moura está em tão mau estado, que não admite a quantidade d’agua necessaria. “Extracto da Sessão da Câmara Municipal de 1 de Fevereiro de 1864”. *O Jornal d’Evora*, nº. 18, 28 de Fevereiro, 1864, 3.

³³⁷ M. F. M. MONTEIRO – *O Aqueduto da Água da Prata em Évora. Bases para uma Proposta de Recuperação e Valorização*. Évora: dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagista, Universidade de Évora, 1995, 224 e 227.

³³⁸ Ordenada pelo vereador Luís Valente Pereira Rosa e realizada pelo mestre-de-obras da câmara José Maria do Nascimento em Setembro de 1860. “Notícia sobre o aqueducto”. *O Jornal d’Evora*, nº. 18, 28 de Fevereiro, 1864, 3 e 4. Dois relatórios de 1860, um de 15 de Agosto e outro de 17 de Setembro, dirigidos ao presidente da Câmara e aos restantes membros do executivo camarário, redigidos por José Maria do Nascimento, dá conta do que então foi feito no aqueduto. ADE – Correspondência da CME, 1860, nº. 73, 6 fls. e nº. 74, 5 fls.

se contra a inconsequência dos métodos aplicados nas reparações anteriores e a sua repetição pela edilidade em funções, pela qual se reclamava da administração municipal, por esse motivo, “a mais seria atenção”³³⁹. No estado em que se encontrava, apenas os arcos e as galerias subterrâneas pareciam poder subsistir, os canos que conduziam a água teriam de ser completamente substituídos segundo os preceitos recomendados pela engenharia civil e pela higiene moderna. Como a obra devia ser feita em contínuo e não por fases, a *Folha do Sul* propunha que a câmara procedesse a um pedido de empréstimo para custeá-la³⁴⁰ e o seu presidente assim procedeu ainda o ano não tinha findado³⁴¹. Consequentemente, em Abril de 1865, a Secretaria da Direcção das Obras Públicas do Distrito de Évora, na pessoa do engenheiro Manuel Vicente Graça, apresentava, manuscrita, uma *Succinta discrição do aqueducto da agua da prata, de suas ruinas e das Obras de reparação necessarias, e estimativa da despesa para isso necessaria*³⁴².

Manuel Vicente Graça reconhece o relevo histórico da infra-estrutura, a sua construção por D. João III no século XVI e a presumível origem romana, mas o que o preocupou verdadeiramente foram os “preceitos com que são delineadas e construídas as obras modernas do mesmo genero, tanto em relação ás partes puramente technicas, como debaixo do ponto de vista higienico”³⁴³. São estes os princípios que predominarão em todas as abordagens do aqueduto até ao século XX³⁴⁴. Por conseguinte, também na

³³⁹ “A julgar pelos resultados das obras emprendidas todos os annos pelas camaras transactas, não pode defender-se um systema que absorveu quantiosas sommas e não poude dar-nos agua potavel e abundante: Sisyphos de nova especie, os representantes municipaes mandavam reparar de verão os estragos do inverno, para no verão seguinte recommencarem a interminável e improductiva tarefa. / A vereação actual proseguindo no mesmo systema, e applicando ás obras de reparação mais avultada quantia, se conseguiu augmentar um pouco a precisão d’agua no verão, não poude corrigir as pessimas qualidades d’aquella que consummimos no inverno”. *Folha do Sul*, nº. 44, 10 de Julho, 1864 (1º ano), 2 e nº. 50, 21 de Agosto, 1864 (1º ano), 1.

³⁴⁰ *Folha do Sul*, nº. 62, 13 de Novembro, 1864 (2º ano), 1.

³⁴¹ *Folha do Sul*, nº. 71, 11 de Janeiro, 1865 (1º ano), 1.

³⁴² ADE – Correspondência da CME, 1865, nº. 3, fls. 88-93.

³⁴³ ADE – Correspondência da CME, 1865, nº. 13, fls. 89v

³⁴⁴ Depois de uma primeira tentativa frustrada de elaborar um projecto de abastecimento de água para cidade em 1890, solicitada pela Câmara Municipal à Direcção Distrital de Obras Públicas e inviabilizada por falta de técnicos e dotação orçamental, o problema só ficou resolvido a 4 de Junho de 1933, com a inauguração da rede de água canalizada (e de esgotos) e da Central Elevatória de Água, no centro de Évora. M. A. BERNARDO – “A modernização das infra-estruturas de saneamento na cidade de Évora: as vicissitudes do processo (1890-1933)”. *A Cidade de Évora*, nº. 5, 2001, 274-278; A. C. de MATOS, J. PEREIRA – “Entre a modernização urbana e a preservação da memória da cidade. Évora na segunda metade do

grande campanha de reconstrução do cano seiscentista iniciada a 27 de Outubro de 1871 e orientada por Adriano Monteiro. Muito demorada, prolongar-se-á até 1879³⁴⁵. De 1894 a 1900, realizaram-se mais duas reparações do cano, custeadas, a título benemérito, por particulares, nomeadamente pelo sempre prestativo Francisco Barahona Fragoso, presidente do município de 1896 a 1905³⁴⁶. Entre as duas, por portaria de 17 de Junho de 1895, a conservação e o policiamento do aqueduto foi entregue à Câmara Municipal de Évora³⁴⁷.

Outro dos monumentos nacionais cuja singularidade artística e histórica lhe granjeou a defesa dos eborenses, por via da aplicação de cuidados em prol da sua conservação, foi a Ermida de S. Brás. Erigida no século XVI, a sua singularidade residia, para Augusto Filipe Simões, na elegancia da sua arquitectura, conferida pelos contrafortes circulares e maciços, coroados por coruchéus, e pelas ameias, que lhe davam a aparência de uma fortaleza medieval³⁴⁸. Localizada fora do perímetro amuralhado, no limite Sul do Rossio, a ermida de S. Brás havia ficado com a sua estrutura gravemente fragilizada com a construção da estrada que, a partir de 1863, atravessando o terreiro do Rossio, passou a ligar a cidade à estação do caminho de ferro, inaugurado nesse ano. O nivelamento do solo então realizado deixou “completamente deteriorada a frente d’este notavel monumento da architectura eborense, que ainda ha pouco mereceu a importancia de uma estampa e um artigo no *Archivo Pitoresco*”³⁴⁹, designadamente as colunas da galeria que cobria a entrada, em risco de queda. Em 1867, considerava-se ter havido uma “imperdoável incúria” na conservação deste monumento³⁵⁰. Em Agosto de 1886, o architecto alemão Albrecht Haupt (1852-1932)³⁵¹ testemunhava as deturpações que o tempo havia

século XIX e início do século XX”. *Évora Desaparecida. Fotografia e Património. 1839...1919*. Évora: Câmara Municipal de Évora, CIDHEUS, CHA, 2007, 73.

³⁴⁵ M. F. M. MONTEIRO, *O Aqueduto...*, 1995, 227.

³⁴⁶ M. F. M. MONTEIRO, *O Aqueduto...*, 1995, 225; M. A. BERNARDO – “A modernização das infra-estruturas...”. *A Cidade de Évora*, nº. 5, 2001, 263.

³⁴⁷ A. C. de MATOS, J. PEREIRA – “Entre a modernização...”. *Évora Desaparecida. Fotografia e Património. 1839...1919*. Évora: Câmara Municipal de Évora, CIDHEUS, CHA, 2007, 73 (25).

³⁴⁸ “Avista-se a pequena distancia a elegante ermida de S. Braz, cujas ameias, paredes e torrinhãs, tismadas pelos seculos, lhe dão a apparencia das construcções feudaes”. A. F. SIMÕES – “Ruínas...”. *Archivo Pittoresco*, nº. 36, 1868, 281.

³⁴⁹ *Folha do Sul*, nº. 59, 23 de Outubro, 1864 (1º ano), 4.

³⁵⁰ C. BASTO (4º Volume), *op. cit.*, f. 42 e 43.

³⁵¹ Albrecht Haupt, professor no Instituto Politécnico de Hannover, foi o autor de uma obra em dois volumes sobre a arquitectura do Renascimento em Portugal (*Baukunst der Renaissance in*

infligido ao interior da ermida³⁵², restando da decoração original apenas um “rico atavio de azulejos, apresentado ainda, em parte, a técnica mourisca”³⁵³.

Por altura de uma visita do rei D. Luís à cidade, em 1889, a vereação ordenou que as paredes da ermida de S. Brás fossem caiadas, a fim de melhorar a aparência das paredes exteriores, enegrecidas pela idade. À volta de 1902, foi a vez do interior ser rebocado, processo que terá procurado compensar a queda, em 1886, de grande parte dos azulejos que o revestiam e que Haupt ainda tinha observado³⁵⁴. Não se pode considerar, contudo, que ambas as operações tenham sido verdadeiros restauros, mesmo dentro dos parâmetros da época, pois acabaram por encobrir os esgrafitos que existiam nos rebordos superiores das paredes do alpendre. Foram simples obras de reparação. Um restauro foi o que ocorreu mais tarde, entre 1904 e 1906, a expensas de Francisco Eduardo Barahona Fragoso e, após a sua morte, de sua viúva, Ignacia Fernandes Ramalho Barahona³⁵⁵. As fontes são pouco eloquentes relativamente a esta campanha, reduzindo as informações prestadas à sua direcção técnica, da responsabilidade do Conselho dos Monumentos Nacionais³⁵⁶.

A ligação de Francisco e Inácia Barahona a S. Brás parece residir na originalidade da sua arquitectura tardo-gótica, talvez enquanto configuração estilística da identidade da cidade, reconhecida no desenho do Asilo Ramalho Barahona, que o casal de beneméritos havia mandado erguer fora da cerca, junto à Horta do Bispo, e que estava em construção à altura do restauro da ermida de S. Brás. Riscado pelo aquarelista Enrique Casanova e inaugurado

Portugal). Era um roteiro da arquitectura portuguesa do século XVI, acompanhada por um levantamento gráfico dos exemplares inventariados. O trabalho foi elaborado entre os anos de 1886 e 1888, tendo o primeiro volume sido publicado em 1890 e o segundo em 1895, ambos em Frankfurt. A primeira tradução portuguesa apareceu na folha *Serões*, de 1903 a 1909. P. A. R. S. RODRIGUES – *Património...*, 1998, 171 (n. 417).

³⁵² M. C. M. ATANÁZIO – “Introdução Crítica”. *A Arquitectura do Renascimento em Portugal*. A. HAUPT. Lisboa: Editorial Presença, 1986, IV.

³⁵³ A. HAUPT – *A Arquitectura...*, s.d., 293.

³⁵⁴ Segundo Gabriel Pereira, quando a Ermida de S. Brás foi caiada, ter-se-á misturado “pós de sapatos” na cal, o que conferiu um aspecto “pardo” ao edifício, que terá desagradado a D. Luís. Também de acordo com o mesmo autor, aquando do desprendimento dos azulejos do interior do edifício, terão caído fragmentos do reboco das paredes que desvendaram vestígios de pintura (folhagens e folhas). Informa que a queda dos azulejos terá sucedido em 1885 ou 1886. Pelo testemunho de Albrecht Haupt, que terá estado em Évora em Agosto de 1886, cremos que os painéis azulejares mantiveram uma relativa integridade até essa altura. G. PEREIRA – “Evora”. *A Arte e a Natureza em Portugal*, 1902 (volume I), 10.

³⁵⁵ A. F. BARATA – *Evora Antiga...*, 1909, 26 e 27.

³⁵⁶ L. M. C. ROSAS – *Monumentos Pátrios...*, 1995, vol. II, 265.

em 1908, a inspiração colhida na arquitectura da ermida é evidente no revivalismo das ameias do frontão da entrada e dos contrafortes circulares rematados por coruchéus que, aos pares, pontuam, conferindo-lhes ritmo e dinamismo, as quatro faces do corpo do edifício.

A ermida de S. Brás representou a última grande empreita restauradora dentro das balizas temporais que definem a cronologia da nossa investigação. Isto poderia querer dizer que numa cidade cuja identidade se estava a consolidar sobre a auto-consciência do seu alto valor histórico, as edificações restauradas e conservadas no contexto da consagração do monumento histórico eram, surpreendentemente, poucas, limitadas que ficaram a uma parcela das classificadas como monumentos nacionais em 1910. A realidade foi, contudo, bem mais complexa. No próximo capítulo, iremos verificar como, na Évora do século XIX, preservar os testemunhos da arquitectura do passado nem sempre passou pelos métodos convencionais de conservação e restauro, mas pela sua incorporação numa ideia de progresso, a que serviu controversamente de emblema e legitimação.

Capítulo IV

O Presente Ideal: o Passado como factor de Modernização.

Contrariamente à leitura para que a historiografia portuguesa tem tendido, influenciada possivelmente pela perspectiva daqueles que no século XIX tentaram defender os monumentos nacionais das demolidoras políticas municipais de obras públicas – como Alexandre Herculano, Almeida Garrett, os próprios Augusto Filipe Simões e Gabriel Pereira, ou Ramalho Ortigão³⁵⁷ –, a ideia de progresso e de modernização das cidades não se opôs necessariamente à da conservação dos testemunhos materiais da memória histórica local. É um facto incontornável que, nas principais cidades e vilas portuguesas, a implementação de melhoramentos urbanos e de novas construções, sobretudo com a Regeneração (1851-1868), beneficiou da oportunidade criada pela extinção das ordens religiosas e pela sequente alienação dos seus bens imóveis – acontecimento sempre evocado porque foi, de facto, estruturante de todo o século XIX –³⁵⁸, quer por intermédio da

³⁵⁷ Sobre as intervenções públicas destes e de outros autores em defesa a conservação dos monumentos nacionais durante o período liberal (1834-1910), ver P. A. R. S. RODRIGUES – *Património...*, 1998, 52-60 e 216-233,

³⁵⁸ Embora a maioria da literatura apenas refira o decreto de 30 de Maio de 1834, que incidiu quase exclusivamente sobre as ordens regulares masculinas – das 448 casas religiosas então suprimidas, 356 eram conventos de frades –, sucederam-se, no decorrer do século, até à lei republicana da Separação do Estado da Igreja, de 20 de Abril de 1911, outras vagas desamortizadoras dos bens das corporações eclesiásticas, nomeadamente em 1841, 1861, 1865, 1869, 1901 e 1909. A. CASTRO – “Bens Nacionais”. *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Iniciativas Editoriais, s.d. (volume I), 332-334; A. M. da SILVA – “Extinção das Ordens Religiosas”. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Casais de Mem Martins. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000 (C-I), 232-236; L. N. E. Da SILVA – “Desamortização. II. Século XIX”. *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Casais de Mem Martins. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000 (C-I), 60-62.

adaptação de antigas edificações religiosas a novas e modernizadoras funções seculares, quer pela disponibilidade de espaço que criaram no centro dos núcleos urbanos para, desmanteladas as preexistências, construir edifícios e equipamentos de raiz. Em povoações de média e pequena dimensão, cujo perímetro urbano pouco ou nada se havia expandido, essa oportunidade revelou-se fulcral para se renovarem e criarem novas centralidades. Apurámos já, em diferentes momentos da nossa reflexão, como esse processo se desenrolou em Évora.

Fechada dentro das suas muralhas até ao século XX, Évora teve todas as grandes alterações urbanas a processarem-se na malha construída, o que significa que implicaram, sempre, o desaparecimento de imóveis ou de estruturas mais antigos, maioritariamente de cariz religioso, mas não só, como podemos conferir pelo que sucedeu com a torre do aqueduto do largo de S. Francisco. Essa realidade teve tanto de inevitável, provocada pelas necessidades infraestruturais que as práticas da vida moderna punham às cidades, como de opção estética, pela vontade das elites eborenses. Estas, a partir de finais da década de cinquenta do século XIX, com a pacificação política trazida pela Regeneração e o consequente aumento do investimento capitalista, começou a cultivar um certo cosmopolitismo, exercido em hábitos e circuitos de sociabilidade, recreação e cultura conducentes com os padrões de vida da burguesia europeia, os quais implicavam novas tipologias arquitectónicas e infra-estruturas urbanas³⁵⁹. Não nos vamos demorar muito mais com a caracterização da natureza e da forma que as alterações provocadas por essas novas vivências assumiram na estrutura edificada da cidade de Évora, pois fizemo-lo no capítulo 1.7. Devemos apenas salientar que conhecendo as suas péssimas condições de salubridade, sem redes de esgotos e água – de lembrar as descrições da cidade, por nós atrás citadas, feitas por Júlio César Machado (1862) e Martinho António da Cruz (1863) –, ou o estado adulterado, empobrecido e degradado a que tinha chegado a maioria

³⁵⁹ Sabemos, graças à investigação desenvolvida por Helder Adegar Fonseca, que a elite económica eborense da segunda metade do século XIX, «independentemente da diversidade de origens e percursos individuais», pautou o seu estilo de vida por uma «maior abertura a modos de viver identificados com outras elites europeias». H. A. FONSECA – *O Alentejo no Século XIX. Economia e Atitudes Económicas*. S. l.: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1996, 206-220.

dos conventos e casas religiosas³⁶⁰, ainda verificável pelas imagens fotográficas dos decénios de 1870 e 1880, a que se somava a estreiteza e a irregularidade dos perfis das ruas e da arquitectura corrente, percebe-se que Évora pudesse ser vista, sob a influência dos ideais oitocentistas de saneamento, circulação e monumentalidade, como uma urbe atávica, arruinada e abandonada:

«Contem Evora grande numero de ruas estreitas, a sua maioria. É ainda a cidade arabe, judaica, e goda nos bairros extremos, como nas freguezias de S. Mamede e em parte das de Santo Antão e de S. Pedro.

Insalubres, doentias, mal cheirosas são essas ruas, já por sua estreiteza, já por não serem canalizadas em sua maior parte e talvez mesmo pelo não poderem ser, por pouco declisovas e por não abundarem na cidade aguas para lavagens de canos»³⁶¹.

Ao contrário do que parecerá a uma análise menos atenta, esta atitude não comportava qualquer incompatibilidade com a afirmação da história como identidade da cidade de Évora. Pelo contrário, entre aqueles que defendiam a introdução de melhoramentos materiais em Évora era frequente usar o passado para os justificar, estabelecendo analogias entre o que a cidade tinha sido e o que se desejava que viesse a ser no futuro próximo. A comparação entre a cidade que se pensava que Évora deveria e poderia ser, tendo em conta o seu passado e a região onde estava integrada, e a cidade real é um argumento constante nos discursos favoráveis às obras de modernização. Em 1863, perante a perspectiva da câmara de Évora vir a receber o que restava do convento e antigo paço de D. Manuel, para ali instalar alguns serviços de que a

³⁶⁰ Condição que não se devia apenas ao seu encerramento aquando do fim das ordens eclesiásticas. Vinha de trás, causada pela crise financeira que as afligia desde o século XVIII e pelos conflitos militares que haviam marcado o início da centúria: as invasões francesas (1807-1811) e a guerra civil entre absolutistas e liberais. P. S. RODRIGUES – “Em Busca da Cidade Perdida. Condição e destino dos monumentos históricos eborenses (1834-1920)”. *Évora Desaparecida. Fotografia e Património – 1839 ... 1919*. Évora: Câmara Municipal de Évora, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, Centro de História da Arte da Universidade de Évora, 2007, 56.

³⁶¹ “Melhoramentos em Évora II”. *Notícias de Évora*, nº. 1075, 27 de Abril, 1904, s/p. Também se lamentava a quase inexistência de arquitectura nova – «Do Tejo para cá domina ainda a rotina dos antigos: a arquitectura de hoje é como a de há trezentos annos, tirando uma ou outra excepção. / Homens ricos que podiam mandar construir formosos predios para as suas habitações, deixam-se viver nas em que viveram os seus antepassados. Não há estimulo, não há, talvez, demasiado bom gosto, não há emulação» - e se avançava com a ideia de demolir as muralhas, excepto onde servisse de muro a casas e quintais, para facilitar o crescimento da cidade. “Melhoramentos em Évora I”. *Notícias de Évora*, nº. 1074, 26 de Abril, 1904, s/p; “Melhoramentos em Évora III”. *Notícias de Évora*, nº. 1076, 28 de Abril, 1904, s/p.

cidade precisava, nomeadamente duas salas para expor produtos e instrumentos agrícolas, destacava-se o simbolismo que derivava da situação do palácio voltar a acolher, como no século XVI, uma actividade geradora de riqueza material e espiritual:

«(...): notavel coincidência! A escada e sallas por onde entraram os portuguezes, acompanhando a Vasco da Gama com as primícias do Oriente, para as depôr aos pés do affortunado monarcha, que assoberbava os mares com o poderio das suas esquadras, que era o senhor de grande império do Oriente, que nos constituiu um povo rico, feliz e respeitado; será a escada e sallas por onde entrarão os expositores com os modestos productos da nossa agricultura, que nos hão de tambem constituir no futuro povo rico e feliz; mas esta felicidade será duradoura, porque se basea na liberdade, no progresso lento, mas constante da humanidade, que della deriva, porque um povo que não é livre, nunca poderá ser feliz»³⁶².

A citação permite compreender que a perspectiva progressista não renegava a idealização do passado. Pelo contrário, consumava-a no optimismo militante do presente face às potencialidades de desenvolvimento técnico, económico e social do futuro³⁶³. Salvaguardando, no entanto, que esse passado não se repetiria, apenas serviria de modelo a uma actualidade que o reivindicava sedimentada em novas mundividências³⁶⁴, as do Liberalismo português e europeu. Significa isto que a “destruição criadora”, aquela que era necessária para a introdução dos melhoramentos³⁶⁵, não foi aleatória. Obedeceu a deliberados e elaborados princípios, fazendo desaparecer as estruturas e imóveis antigos considerados de valor secundário, em conformidade com o modelo de sociedade e de comportamento que se

³⁶² J. GOMES, *O Jornal d'Evora*, nº. 6, 6 de Dezembro, 1863, 1. Segundo este artigo, a cedência do Paço de D. Manuel ao município havia sido uma promessa de um Ministro da Guerra progressista, o visconde de Sá da Bandeira. A realização de exposições agrícolas visava fazer com que a agricultura portuguesa saísse do seu estado de torpor. Por isso se considerava que as exposições eram “as verdadeiras batalhas da moderna civilização, em que não ha vencidos nem vencedores; uns e outros colhem os despojos, em honra do progresso e da humanidade”.

³⁶³ «O grau de civilização de huma Nação reconhece-se nos seus monumentos publicos; [...]. / Via-se que, o espirito do tempo he de progresso, e que o verdadeiro progresso fixa suas presas no futuro, mas o seu fundamento e suas raízes estão no passado, e sua acção no presente [...]». “Acta da Junta Geral do Distrito de Évora de 2 de Julho”. *Folha do Sul*: 26 (Jun), 1864, nº. 42, 1.

³⁶⁴ M. AUGÉ, *op. cit.*, 81.

³⁶⁵ Sobre o conceito de “destruição criadora” ver – A. SÁNCHEZ DE JUAN – “La ‘destrucción creadora’: el language de la reforma urbana en tres ciudades de la Europa Mediterránea a finales del siglo XIX (Marsella, Nápoles y Barcelona)”. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 (Mai.), 2000, nº. 63 (www.ub.es/geocrit/sn-63.htm).

reivindicava do passado, ao mesmo tempo que se conservava, restaurava e destacava uma selecção de monumentos nacionais, tornando-os mais visíveis, mais acessíveis para o estudo ou mais aptos a dominarem a paisagem urbana³⁶⁶. O capítulo anterior focou, precisamente, os monumentos históricos que em Évora foram privilegiados com essa valorização e os critérios que a regeram, que pela sua coerência estilística e qualidade arquitectónica: Sé, Templo Romano, Igreja de S. Francisco, Aqueduto e Ermida de S. Brás. À margem dessas acções ficaram os imóveis cujo carácter construtivo e estilístico não se integrava na definição de monumento histórico ou não correspondiam à idealização que se fazia de Évora, a dos anos de 1400 e 1500, quando fora sede de corte e residência de reis. Entre essas estavam todas as que haviam sido objecto de adulterações profundas nas suas estruturas e que se apresentavam esteticamente híbridas, sem um estilo artístico reconhecível, o que impedia a cultura nacionalista dominante de as usar como instrumento de evocação de um tempo histórico particular – a Idade Média, por exemplo³⁶⁷.

Regressemos aos eleitos para nos determos naqueles que, em Évora, receberam as mais extensas e apuradas campanhas de conservação e restauro durante o século XIX, o templo romano e a igreja de S. Francisco. O entendimento do arranjo do espaço urbano em volta do denominado Templo de Diana como um factor de valorização daquele monumento é evidente num balanço das obras realizadas na cidade desde 1860 feito pelo jornal *O Manuelinho d'Evora* em 1894: "Abriram-se as ruas e construiu-se o terraplano do passeio de Diana, aprazível alameda e optimo ponto-de-vista, abrilhantado pela reliquia archeologica do templo romano, e circundado por algumas das melhores edificações públicas e particulares d'Evora"³⁶⁸. A dignidade urbana que as obras de restauro e as novas funcionalidades confeririam ao templo completavam-se na proximidade, estava-lhe fronteiro "um dos mais bellos

³⁶⁶ D. J. OLSEN, *op. cit.*, 1986, 296, 306 e 307. O autor toma como referência a acção de Haussmann em Paris, em que se procedeu, simultaneamente, a uma demolição e preservação selectiva de monumentos e conjuntos históricos.

³⁶⁷ P. S. RODRIGUES – "Em Busca da...". *Évora Desaparecida. Fotografia e Património – 1839 ... 1919*. Évora: Câmara Municipal de Évora, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, Centro de História da Arte da Universidade de Évora, 2007, 55.

³⁶⁸ "Os Serviços municipais da cidade d'Evora". *O Manuelinho d'Evora*, nº. 704, 18 de Novembro, 1894 (Ano XIV), 2.

passeios públicos d'Evora"³⁶⁹, o denominado Passeio de Diana, iniciado depois da separação do templo do Palácio da Inquisição. Do mesmo modo era entendida a renovação da área da cerca do convento de S. Francisco em relação à igreja, que incluía a construção do Jardim Público e do mercado de D. Manuel³⁷⁰, apesar da sua concretização ter implicado a demolição de grande parte do edifício conventual. Em Novembro de 1864, noticiando as demolições verificadas na cerca do Convento de S. Francisco, a *Folha do Sul* considerava-as necessárias à valorização da igreja através da reordenação da área urbana em que estava integrada, entendida como melhoramento (inclusive em relação ao enquadramento original do templo) na medida em que ao desafrontá-la dava o devido destaque à qualidade da sua arquitectura e à relevância do seu passado:

“As obras que a ex.ma camara traz na cerca, que por ora consistem em demolições necessarias, já mostram como poderá ficar gracioso templo no meio da bella praça, que ha de fazer-se. Já se vê que ficará com o seu adro independente, e mais ainda do que primitivamente o foi, porque do lado esquerdo do templo bem se vê que não houve acanhamento na edificação, e que foi sacrificada a construções com que ficou confinada, quando valia de certo bem a pena o demolil-as para o desafrontar. Hoje vão a terra essas construcções, ou as que teem reformado, e o adro do templo ficará de muito interesse e bom effeito, e só elle por si dando solemne e grandiosa magestade à futura praça”³⁷¹.

De recordar ainda o sucedido em 1894 e 1895, aquando da compra do remanescente do convento de S. Francisco por Francisco Barahona Frago. Ao mesmo tempo que adquiria o corpo conventual para o demolir e levantar

³⁶⁹ “ (...) isto é limpo, concertadas com maior perfeição possível algumas das suas partes de construção que a hajam soffrido algum estrago, e em bellesada (...)”. / Tão celebrado monumento talvez o mais antigo da Lusitania, conserva-se hoje em soffrivel estado, mas com um exterior immundo e d'alguma fórma repellente (...). / Ora interiormente para nada serve o templo, conforme nos consta, e é n'esse ponto que vamos observar o que nos não parece ser de todo ocioso”. M. “Variedades. Monumentos de Evora. Sua Conservação – seu aproveitamento – o Templo de Diana – O Alvitre”. O *Alemtejano*, nº. 1 e nº. 2, 12 e 15 de Junho, 1866, 3.

³⁷⁰ Esta percepção aparece expressa num artigo de protesto contra o abandono a que tinham sido votadas as obras do mercado de D. Manuel nos anos finais do século XIX: “Este phenomeno de aberração política, que offendia as leis elementares do bom gosto, do decoro, e até da educação da classe dirigente d'Evora, era agravado com o desprezo por uma lei especial, que concedeu a cêrca do extincto convento de S. Francisco, para excutar o grande plano de melhoramentos, em volta do grandioso templo, um dos actuaes monumentos nacionaes, em que a arte portugueza se revela pela creação d'um estylo architectonico, se nos é lícito exprimirmo-nos assim em tensa linguagem technica”. “Os Serviços municipaes da cidade d'Evora”. O *Manuelinho d'Evora*, nº. 705, 25 de Novembro, 1894 (Ano XIV), 1.

³⁷¹ *Folha do Sul*, nº. 64, 27 (Nov.) 1864 (1º ano), 3.

uma fiada de novos prédios no seu lugar, patrocinava o restauro da igreja, dirigido por Caetano da Câmara Manuel.

Fomentando a renovação das respectivas molduras urbanas e a abertura de novas espacialidades, como o Passeio de Diana, a conservação selectiva do templo romano e da igreja de S. Francisco demonstrava que ao passado era possível estar integrado no progresso e até ser um dos seus factores. Mas também revelou os limites dessa inclusão, já que a conservação selectiva estava condicionada à lógica do monumento isolado. Somente dentro deste quadro conceptual e pelas práticas dele decorrentes se pode afirmar, sem ambiguidade ou contradição, que o restauro e a conservação monumental participaram das políticas de renovação urbana, em virtude de também concorrerem para a melhoria do ambiente e da imagem da cidade:

«De duas ordens, sob o ponto de vista mais geral, podem ser os melhoramentos públicos: 1º - A restauração e conservação do que nos legaram as gerações extintas, pelo menos de aquilo que ainda tem valor de qualquer ordem; 2º - Criação de novas coisas necessárias à vida, ordenadas pelo crescente movimento de comodidade, resultante da luta constante dos homens para melhorar de sorte [...]»³⁷².

A conservação selectiva teve ainda uma outra dimensão fundamental para a apropriação que o progresso fez do passado, caracterizada por um elevado grau de precisão e que consistiu na deslocação dos elementos e trechos architectónicos de maior valor histórico e estético³⁷³ das edificações antigas a

³⁷² «Os serviços municipaes da Cidade d'Evora». *O Manuelinho de Évora*. Évora, 5 (Mar.) 1893, nº. 619, fl. 1. Houve também quem defendesse que o contributo dos monumentos nacionais para os melhoramentos públicos podia passar ainda por uma reutilização compatível com o valor histórico dos edificios: «Ora, nós não queremos somente a conservação ou restauração dos monumentos que atestam as nossas antigas e homéricas glórias sacras ou profanas; vamos um pouco mais longe: em analogia com o espírito do século, passando à prática, ao positivismo, à utilidade, física, palpável, de qualquer tentamen, desejamos ardentemente e com muita especialidade, o aproveitamento de muitos dos monumentos em questão [...]». Dava-se o exemplo do templo romano que, depois de devidamente restaurado, poderia vir a receber saraus literários, de teatro e música nas noites de Inverno, ou uma escola popular nocturna de desenho e línguas estrangeiras, com o apoio da Câmara Municipal. M. – “Variedades. Monumentos de Évora, sua conservação, seu aproveitamento. O Templo de Diana, um alvitre”. *O Alentejano*. Évora: Tipografia do Alentejano, 12 (Jul.) 1866, nº. 1, fl1.

³⁷³ Veja-se como se considerava a casa da câmara da Praça Maior «pobre e acanhada para tão importante municipio», à excepção de «tres janellas dignas de attenção, que formam varanda sobre a praça, e que, segundo o dizer do padre Fonseca, devem ser obra do tempo de D. João II»; ou como a profunda transformação da antiga Igreja de S. Pedro em Escola Normal de Segunda Classe, acontecida em 1884, poupou o portal gótico, do século XIV, formado por três arquivoltas e colunas de mármore Filipe II. J. M. A. NOGUEIRA – “Algumas horas em Evora”. *Jornal do Commercio*, nº. 3935, 1 de Dezembro de 1866, 1; ADE – Governo Civil de Évora,

demolir ou a refuncionalizar, no âmbito das políticas de melhoramentos, para os depositar, como objectos museológicos, na colecção arqueológica da Biblioteca Pública ou para os reintegrar noutras construções. A reintegração era feita, por norma, numa edificação recente³⁷⁴, provavelmente com a finalidade de a enobrecer e garantir-lhe a legitimidade, como novidade que era, vinculando-a ao pretérito construído da cidade. Funcionavam como entidades intermediárias que, preservando a memória da época que os originara, declaravam a obra nova como produto de um presente que ambicionava resgatar a cidade da decadência que a atingia e recuperar algum do prestígio que tivera enquanto centro político e cultural do reino³⁷⁵. De um progresso que pretendia dar a ver as espacialidades, os equipamentos e as infra-estruturas implementadas como o retomar de um processo histórico de maior glória cuja origem recuava ao período que ia do século XIV ao século XVI. Na prática, acreditava-se que apenas se estava a cumprir a função operativa que os monumentos históricos sempre tiveram enquanto redutos do passado e que foi exercido com particular acutilância no século XIX, em reacção às rápidas e grandes mudanças políticas sucedidas nessa centúria e às profundas alterações que a industrialização tinha implementado nos modos de vida, principalmente nos meios urbanos³⁷⁶.

Secção da Junta Geral, *Livro de Actas da Comissão Executiva da Repartição Distrital de Obras Públicas do Distrito de Évora*, Livro 1, nº. 49, doc. nº. 28, sessão de 15 de Abril, 1884", 2 f e 2 des.

³⁷⁴ Também houveram reintegrações realizadas em monumentos históricos relativamente coetâneos da época do imóvel de onde as parcelas e os elementos arquitectónicos a remontar tinham sido retirados, talvez com o objectivo de os preservar num contexto estilístico mais próximo do original, como se tratasse de uma espécie de reconstituição. Esta opção foi, contudo, residual. Verificou-se, por exemplo, com um dos portais renascentistas do demolido convento de S. Domingos, recolocado no edifício da antiga Universidade de Évora. P. S. RODRIGUES – “Em Busca da...”. *Évora Desaparecida. Fotografia e Património – 1839 ... 1919*. Évora: Câmara Municipal de Évora, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, Centro de História da Arte da Universidade de Évora, 2007, 59.

³⁷⁵ Ao escrever sobre a abertura da estrada que ligava a cidade de Évora à estação de caminho de ferro, em fase de conclusão no mês de Dezembro de 1863, um articulista de *O Jornal d'Évora* afirmava que a câmara não tinha desistido de fazer com que a cidade voltasse a ser a terceira do reino. Defendia, por isso, o apagamento de todos os elementos que lembrassem as dificuldades que se haviam imposto ao progresso, como, por exemplo, a chamada “casa do peso”, localizada no Rossio de S. Brás, logo à direita da porta do Rossio. Era uma “especie de alverque” que atestava “o fossilismo e antigas inconveniencias”, não devendo ficar ali, concluída a estrada, “aquella recordação miseravel de indolencia e ignorancia”. “Estrada da cidade á gare do caminho de ferro”. *O Jornal d'Evora*, 6 (Dez.) 1863, nº. 6, 2. Prevvia-se que a estrada fosse patrulhada à noite e que tivesse candeeiros que a iluminassem. “Fomos ouvidos”. *O Jornal d'Evora*, 27 (Dez.) 1863, nº. 9, 3.

³⁷⁶ De facto, no Portugal oitocentista, apesar esta de ser uma atitude cultural frequentemente identificada com os primeiros ideólogos do liberalismo e com a Geração de 70, a apropriação da história como principal meio de superação das crises políticas, sociais e morais foi culturalmente estruturante. A história tanto serviu para preparar os cidadãos no sentido de uma

Identificamos a intencionalidade que acabámos de expor na reintegração de um portal renascentista salvo da demolição do convento de S. Domingos, ocorrida faseadamente entre 1835 e 1842, na entrada do cemitério público de Évora, acolhido na antiga cerca do convento extra-muros de Nossa Senhora dos Remédios em 1840, a enobrecer a sua principal entrada³⁷⁷. Um portal rococó e uma gárgula ou quimera do convento do Espinheiro, vendido a particulares logo a seguir à extinção das ordens religiosas³⁷⁸, foram adaptados ao chamado Palácio Barahona, projectado por Giuseppe Cinatti. O portal ficou a emoldurar a porta exterior que dava acesso ao jardim da residência e a gárgula foi colocada a ornamentar o tanque desse mesmo jardim.

O italiano Giuseppe Cinatti ainda dirigiu uma outra reintegração em Évora, esta mais inventiva e poética, a das janelas e portais tardo-góticos retirados do Palácio do Vimioso³⁷⁹ aquando de uma remodelação do edifício nos anos quarenta do século XIX, nas ruínas fingidas do Jardim Público, por volta de 1866³⁸⁰. Recriada junto ao que restava de um troço da cerca nova, a

acção em prol de mudanças político-sociais como para legitimá-las se concretizadas. O processo implicou sempre a idealização de certos períodos históricos e a evocação dos seus méritos, a Idade Média e o da expansão ultramarina, de maneira a constitui-las como exemplos dirigidos aos portugueses do presente, para que estes pudessem recuperar e actualizar os valores que outrora tinham transformado o reino num império. Deste modo, desenvolveu-se um verdadeiro culto da pátria e da identidade nacional, espécie de religiosidade cívica que visava a recuperação da ventura perdida. Os monumentos históricos, porque participam do presente e do passado em simultâneo, tiveram a função pedagógica de representar e veicular pedaços concretos do que essas épocas idealizadas tinham sido, encaradas como verdadeiros paraísos perdidos, modelos de comportamento e de índole a recuperar. P. A. R. S. RODRIGUES, *Património...*, 1998, 400 e 401.

³⁷⁷ J. M. A. NOGUEIRA – “Algumas horas em Évora”. *Jornal do Commercio*, nº. 3938, 5 de Dezembro de 1866, 1; A. S. d’A. B. de Pinho LEAL, *op. cit.*, 94; T. ESPANCA – “Convento de Nossa Senhora dos Remédios”. *A Cidade de Évora*, nº. 5, Dezembro, 1943, 87; L. M. N. CAROLINO – “A cidade dos mortos – um espelho da sociedade dos vivos. Estratégias de afirmação social no cemitério de N^a Sr.^a dos Remédios de Évora. 1840-1910”. *2º Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre. Actas*. Lisboa: Associação de Professores de História, 1996, 271.

³⁷⁸ Com excepção da igreja do convento. Grande parte das telhas, das madeiras e dos mármore desappareceram então. P. S. RODRIGUES – “Em Busca da...”. *Évora Desaparecida. Fotografia e Património – 1839 ... 1919*. Évora: Câmara Municipal de Évora, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, Centro de História da Arte da Universidade de Évora, 2007, 57 e 59.

³⁷⁹ A data precisa da remodelação do Palácio do Vimioso durante o século XIX é incerta. A probabilidade de ter ocorrido nos anos quarenta advém de terem sido trasladados uns arcos daquele palácio para a casa da Câmara por essa altura, talvez por Cunha Rivara. “Ruínas Fingidas no passeio publico d’Evora”. *O Manuelinho d’Evora*, nº. 46, 1.

³⁸⁰ “Ao pôr do sol são de um magico e delicioso agradar as ruinas fingidas com lindissimas janellas, portados e columnas manuelinas, que pertenceram aos paços do bispo d’Evora D. Affonso de Portugal, e que, transformados em moderna habitação, ainda existem defronte da Sé”. *Roteiro da Cidade de Évora...*, 7. 1866 é o ano da concessão da autorização do presidente

ruína de Cinatti aproveitou ainda uma torre da muralha, transformando-a num mirante³⁸¹.

Apelidadas de “pittoresco espectáculo”, as Ruínas Fingidas do Jardim Público de Évora acentuavam o carácter romântico daquele espaço, quer pelo ambiente dramático que criavam³⁸², daí o adjectivo cenográficas ser recorrente nos autores que as abordaram³⁸³, quer pela sua capacidade de fazer despertar a imaginação de um passado idealizado em quem as contemplava – e aqui é de imaginação que se trata, mais que evocação, já que a natureza incompleta do próprio conceito de ruína tem precisamente esse propósito, de deixar-se completar pela divagação de quem a observasse. O reconhecimento ou conhecimento implícito de que se tratava de uma recreação com elementos deslocados do Palácio do Vimioso, mandado construir fronteiro à Sé pelo bispo D. Afonso de Portugal e a proximidade com a Galeria das Damas, que ficara dentro da área do jardim, acentuavam a sua função de intermediário temporal:

“Em vista das janellas e portaes, feitos de arcos de granito bem lavrado, assente em columnas de marmore, julgará que que tem diante de si os restos de uma das muitas casas apalaçadas que em tempo de D. Manuel se edificaram em Portugal, e particularmente em Evora. E se o viajante souber que a proxima galeria, sob cuja arcada passou, pertenceu aos paços reaes, convencer-se-ha, sem dúvida, de que de uma parte d'elles ficaram as ruinas que observa. Reconstituir-lhe-hão então a phantasia as antigas salas ricas, de tectos esculpidos, de marmores cinzelados, de alizares de azulejos, de pinturas a fresco ou de pannos de

da Câmara, António Potes de Campos, para a composição das ruínas. A. F. SIMÕES – “Ruínas...”. *Archivo Pittoresco*, nº. 36, 1868, 281 e 282.

³⁸¹ C. BASTO (3º Volume), *op. cit.*, f. 75.

³⁸² “Ao forasteiro que entra ao descair da tarde no passeio publico de Evora, e, deixando a rua central, sóbe á direita, pela que, por meio de multiformes canteiros floridos e verdejantes, conduz á arcada da galeria, deparam-se-lhe de subito, em deleitosa perspectiva, as ruinas fielmente representadas na gravura hoje publicada. As sombras do crepusculo avançam já dos recantos mais profundos pelas paredes interiores, esvaecendo as fórmãs e as cores dos objectos; porém as ameias da torre, curvas caprichosas dos muros desmantellados, as columnas e as voltas recortadas das janellas destacam ao vivo no horisonte, que tinge de púrpura e rosas o sol recém-escoudido por detraz dos monticulos de S. Bento”. A. F. SIMÕES – “Ruínas Fingidas no passeio publico d’Evora”. *O Manuelinho d’Evora*, nº. 46 (Ano II), 1. Texto parcialmente publicado e gravura (de José Sebastião Limpo Esquível) reproduzida no *Archivo Pittoresco* (nº. 36, 1868, tomo XI, 281 e 282) e no *Passatempo* (1901). J. ROSA, *op. cit.*, 478.

³⁸³ “As ruínas foram artificiosamente fabricadas. Fingiu-as um engenhoso artista, não em a tēla do painel ou nos bastidores do theatro, mas alli, no campo, em vulto e tão reaes como as arvores que as cercam, as trepadeiras que as vestem, ou o ceo em que se desenhã elegantes e graciosas. Excepto a torre e algum pedaço de muro, tudo o mais alli foi posto sob a phantasiõsa direcção do sr. José Cinatti. Parece que pertendeu e logrou tornar palpavel e não ficticia, para lhe redobrar o encanto, a mais esplendida e maravilhosa scena que para o theatro poderia com o seu pincel de magico e de poeta”. A. F. SIMÕES – “Ruínas Fingidas...”. *O Manuelinho d’Evora*, nº. 46 (Ano II), 1.

raz. Figurar-se-lhe-hão nas janellas, debaixo dos refolhos dos capiteis, as damas da corte del-rei D. Manuel, e da parte de fóra, em pequena distancia, algum gentil cavalleiro enamorado a ladear galhardamente no fogoso ginete, que não o deixa demorar tanto quanto deseja.

A lição da historia e da archeologia portugueza não serviu ao nosso forasteiro senão para imaginar novella, em quanto pensava restituir algumas paginas do passado sobre documentos de inconstestavel authenticity. Quantas se não escreverão assim!”³⁸⁴.

A sua incompletude, a sua aparente fragilidade, a sensação de finito que transmitem contrastam com os elementos naturais da paisagem, com a organicidade da vegetação, sinais da espontaneidade e da fertilidade da vida que acentuam a artificialidade civilizacional e a transitoriedade da ruína, símbolo maior da passagem do tempo³⁸⁵:

“Logo ao pé da torre, as ruínas fingidas, com os muros meio derruidos e os arcos troncados, e mais adiante as ruínas verdadeiras dos paços reaes destacam mui graciosamente por meio das mantas de verdura. As ruas tortuosas, deseguaes, irregulares, correm como que abertas ao natural á roda dos lagos, feitos de pedra brutesca; dividem os canteiros, povoados de arbustos e plantas herbaceas; contorneiam os esteveaes e luzernaes, orlados de ailandos, cycomoros, amoreiras e platanos; e cercam as boscagens de cedros e pinheiros esbeltos e viçosos.

No meio d’ esta vegetação alegre e animada erguem-se, tristes e melancolicas, as ruínas, como reliquias venerandas do passado que mãos piedosas engrinaldassem de verdura e de flores”³⁸⁶.

As ruínas recriadas pelo architecto italiano foram, no entanto, alvo das críticas de Ramalho Ortigão e Fialho de Almeida, não tanto pelo objecto inventado, mas pela ironia que perpassava da invenção de umas ruínas fingidas numa cidade que abandonava à degradação física e demolia muitos dos seus monumentos. Para Ramalho Ortigão:

“A Câmara de Évora, vangloriosa no pelintrismo das suas inovações, bota abaixo os mais venerandos monumentos da cidade; por outro lado improvisa ruínas cenográficas no seu jardim público, armando com trepadeiras e malvaíscos grupos sentimentais de velhas colunas postas de pernas para o ar nesse efeito de bordado a cortiça ou a miolo de figueira; [...]”³⁸⁷.

³⁸⁴ A. F. SIMÕES – “Ruínas Fingidas...”. *O Manuelinho d’Evora*, nº. 46 (Ano II), 1.

³⁸⁵ “No meio d’esta vegetação alegre e animada erguem-se, tristes e melancólicas, as ruínas, como reliquias venerandas do passado que mãos piedosas engrinaldassem de verdura e de flores”. A. F. SIMÕES – “Ruínas Fingidas...”. *O Manuelinho d’Evora*, nº. 46 (Ano II), 1.

³⁸⁶ “Ruínas Fingidas no passeio publico d’ Evora”. *O Manuelinho d’ Evora*, nº. 46 (Ano II), 1.

³⁸⁷ R. ORTIGÃO, *op. cit.*, 93.

Fialho de Almeida reiterava Ramalho Ortigão dizendo que as ruínas de palácio gótico fingidas por Cinatti, por terem sido levantadas numa cidade onde as verdadeiras eram “duma imponência a ancher de assombro o mais romanesco peito de *touriste*”, ridiculizavam a memória do arquitecto italiano³⁸⁸.

Vimos como ao perorar-se sobre as Ruínas Fingidas, se aludia também ao palácio de D. Manuel como outro dos factores que tornavam o Jardim Público “lindíssimo” e “muito mais curioso que o da Estrella” em Lisboa³⁸⁹. No início do século XIX, este palácio de D. Manuel ou Galeria das Damas (ou Trem) consistia num pavilhão de planta rectangular, com dois pisos, telhado de duas águas e, a marcar a entrada, ao centro da fachada nascente, torreão quadrangulado com escadaria lateral de acesso, *loggia*, três janelas de peito rectangulares (apilastradas e com frontões de vieiras) e cobertura em forma de coruchéu gomado. A face sul, voltada para a muralha, era rematada por uma galilé, composta por cinco arcos em ferradura, que seria utilizada como terraço. Todos os restantes vãos do edifício, com excepção dos arcos da *loggia* e das pequenas aberturas que pontuavam as paredes, estavam entaipados, subsistindo apenas, embebidas na alvenaria, as molduras de antigas janelas manuelinas, os mastros ou os toros circulares que as ladeavam e o relevo de algumas pilastras das arcarias originais. Era esta galeria que fechava, como já temos considerado, um dos extremos do convento e paço de S. Francisco de Évora, o oposto ao da igreja e que com esta serão os únicos corpos a serem poupados às vagas de demolições que atingiram, ao longo do século XIX, o complexo de que eram parte integrante. Tal como sucedera com a igreja, a sua valorização e posterior classificação como monumento nacional garantiram-lhe a sobrevivência. Em 1849, um pequeno artigo publicado na *Revista Popular* identificava, em redacção ingénua, o principal critério dessa valorização, o da sua traça tardo-gótica, então entendida apenas como gótica, e das semelhanças que tinha com os principais monumentos da nação: os mosteiros da Batalha e de Santa Maria de Belém³⁹⁰. Quinze anos mais tarde, apesar dos

³⁸⁸ F. de ALMEIDA (2002), *op. cit.*, 21.

³⁸⁹ C. BASTO (2º Volume), *op. cit.*, fls. 48 e 49; C. BASTO (3º Volume), *op. cit.*, fl. 74.

³⁹⁰ “O mais leigo observador reconhece e admira no mimoso do trabalho, no airoso das fôrmas, no primoroso dos labores, as mesmas mãos que ergueram a Batalha, Santa Maria do Olival e Belem, esses grandiosos monumentos da arte christã, no nosso paiz”. A gravura que o texto

“acrescentamentos, mutilações e emplastamentos” que o desfeavam”, era considerado um monumento arquitectónico de “grande preço” porque as suas “velhas paredes”, “janellas e escadas de marmore” recordavam “uma das épocas mais brilhantes da historia portugueza”, em que a cidade de Évora foi “poderosa e florescente, côrte de reis, residencia de sabios illustres”³⁹¹. Razão pela qual foi deixado que fosse assimilado pelo Jardim Público³⁹². Ao sê-lo tornou-se, também, num exemplo como o progresso podia apropriar-se, sem os destruir, os documentos materiais da história. A sua biografia posterior demonstrará que os monumentos podiam ser um factor de modernização, tornando-se a Galeria das Damas no protótipo mais completo, elaborado e explícito desta atitude para com a arquitectura do passado.

Sabe-se que a Galeria das Damas esteve concessionada ao exército desde antes de 1834, existindo ali um depósito militar do Conselho de Guerra. Esse usufruto detido pelos militares manteve-se até 1864, como comprovam uns orçamentos para obras no denominado “Trem” da cidade de Évora elaborados pelo Real Corpo de Engenharia em 1850³⁹³ – a *Folha do Sul* asseverava que serviria de “palheiro e hospital de cavallos”³⁹⁴ – e o parecer que a Comissão de Guerra do parlamento teve de dar sobre a cedência da posse do paço de D. Manuel ao município eborense, a 2 de Maio de 1864³⁹⁵. Havia sido a própria Câmara de Évora a requerê-la em Abril desse ano, fundamentado a sua pretensão em sessão parlamentar com a necessidade de “acomodação para serviço da municipalidade” e o empenhamento que tinha no “aformoseamento da cidade”, salientando as vantagens que decorriam de uma medida que se acreditava capaz de conservar e melhorar o edifício enquanto monumento e rentabilizá-lo com funções entendidas como adequadas

legendava havia sido realizada por Barreto a partir de um esboço, copiado do natural, de Mendes-Leal. “Evora – Galeria dos paços reaes”. *Revista Popular*, nº. 48, 27 de Janeiro, 1849, 377.

³⁹¹ *Folha do Sul*, nº. 62, 13 de Novembro, 1864, 2.

³⁹² Para Joana Esteves da Cunha Leal, a presença da Galeria das Damas permitiu que Cinatti prescindisse da construção de quaisquer pavilhões no jardim. J. E. da C. LEAL – *Giuseppe Cinatti...*, 1996, 274.

³⁹³ Dados de 7 de Outubro e 6 de Novembro de 1850. AHM – Propriedades e Instalações Militares. Obras em Geral, Cx. n.º 22, DIV/3/20/22/43 (4 fls.) e DIV/3/20/22/44 (6 fls.).

³⁹⁴ *Folha do Sul*, nº. 62, 13 de Novembro, 1864 (2º ano), 2.

³⁹⁵ *Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, Acta nº. 99, 22 de Maio, 1864, 1675 e 1676.

às especificidades da sua arquitectura e antiguidade³⁹⁶. O motivo do empenho da Câmara em conseguir a posse da Galeria das Damas e de lhe atribuir uma mais condigna utilização decorria certamente de este ter sido abarcado pelo Jardim Público, depois de separado do corpo conventual por volta de 1859.

Com o requerimento aprovado pelo parlamento e deferido pelo governo, a propriedade da Galeria das Damas, com os terrenos anexos, é concedida à Câmara Municipal de Évora pela carta de lei de 25 de Junho de 1864 – que em concreto, como referimos no capítulo anterior, entregava a posse total do que restava do complexo arquitectónico do convento e do paço de S. Francisco à edilidade. O decreto, no entanto, cedendo no solicitado pelo município, mas também prevenindo e tentando refrear qualquer interpretação mais livre da refuncionalização criteriosa que era autorizada, impunha que o restauro dos restos do palácio lhes desse um destino que não prejudicasse a sua conservação³⁹⁷.

A Câmara cumpre o disposto na carta de lei realizando obras no edifício, dirigidas pelo mesmo arquitecto do Jardim Público, Giuseppe Cinatti³⁹⁸. Estas decorriam já antes de 1867, como atesta um testemunho da época³⁹⁹. Nesta fase, incidiu-se sobretudo na ala Sul do piso superior, na reabertura de dez janelas geminadas de arco em ferradura, suportado por colunélos de mármore, e no rés-do-chão do flanco Norte, onde foram desobstruídos os arcos primitivos

³⁹⁶ “Aquelle edificio denominado *Trem* que foi palacio de El-Rei D. Manuel, assim como o convento e cerca de S. Francisco, estão de tal maneira dispostos que não servem nem podem servir para nada vantajosamente, a não ser em benefício da camara municipal; para construir uma praça, abrir uma rua, ampliar o passeio publico, respeitando, melhorando e conservando o que é monumento, e aproveitando, o que é aproveitável seja, para casa de audiencias judiciais e escolas. Nenhum outro destino pôde ter, ao menos de igual vantagem”. Transcrição de uma citação do parlamentar Calça e Pina. *Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, Acta nº. 99, 22 de Maio, 1864, 1676.

³⁹⁷ *Folha do Sul*, nº. 62, 13 de Novembro, 1864 (2º ano), 2; J. M. de C. N. L. e VASCONCELOS – *Collecção Official de legislação portugueza, ano de 1864*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1865, 324.

³⁹⁸ C. BASTO (2º Volume), *op. cit.*, f. 49.

³⁹⁹ “[...] o palácio de ElRei D. Manoel de architectura manoelina, estavam-o a arranjar pois se achava em bastante ruína, tinha as janellas tapadas de pedra e cal, era uma verdadeira miseria este palácio, hoje não, pois lhe appareceu o seu salvador que foi o grande pintor Cinati a quem Evora deve muito”.

“Direi eu agora; é verdade que até aqui tem estado em estado de abandono este monumento, mas hoje não visto ter o Cinatti tomado a sua conta; os trez arcos por baixo do palácio estão rotos e serve de passagem d’um a outro lado do passeio, vão vasar as janellas e acabalas e arranjar o pórtico que é na realidade uma verdadeira belleza, a roda d’esta galeria está tudo arborisado, e para futuro deverá ser lindo e até respeitavel este passeio conservando no seu seio uma belleza como é a galeria dos Paços Reaes.” C. BASTO (3º Volume), *op. cit.*, fls., 74, 75, 86 e 87.

que, abertos, configuraram uma alpendrada⁴⁰⁰. As janelas do piso nobre aparecem já completamente desentulhadas numa fotografia, sem autoria identificada ou datação concreta, mas certificadamente da segunda metade do século XIX⁴⁰¹, de um recanto do Jardim Público, do lago que ali existiu, enquadrado pela fachada da Galeria das Damas. A alpendrada completamente desobstruída pode ser vista numa gravura publicada no *Archivo Pittoresco* em 1868⁴⁰².

No ano seguinte, Cinatti desentulhou os vãos em arco de volta inteira da ala Norte da Galeria, a suportada pela alpendrada, e avançou para o arranjo do seu interior. Uma outra imagem fotográfica da fachada do pavilhão, da autoria de J. Laurent, datada precisamente de 1869, em que é possível ver, no piso superior ou nobre, a ladear o torreão axial, desobstruídos, uma das janelas manuelinas e um dos arcos de volta inteira, junto do qual ainda estava um andaime erguido, certifica a ocorrência desta campanha de obras⁴⁰³. Os trabalhos na Galeria das Damas prolongaram-se até depois de 1870, por motivo de ter sido nesse data que foi apresentado, em sessão camarária, um projecto de Cinatti para instalar o tribunal judicial da cidade no segmento Norte daquele pavilhão, enquanto o Sul ficava para sala de exposições industriais e reuniões públicas, as funcionalidades condignas a que o decreto de 1864 obrigava⁴⁰⁴. O

⁴⁰⁰ "Obras municipais". *Folha do Sul*, nº. 90, 22 de Março, 1865 (2º ano), 3.

⁴⁰¹ AFE – CME0294. Propriedade do Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Évora, considera-se que é uma fotografia anterior a 1863. Pelos factos expostos no corpo do texto e considerando que Cinatti iniciou a sua intervenção na Galeria das Damas depois da carta de lei de 25 de Julho de 1864, estamos convictos que será mais correcto situá-la cronologicamente entre os anos de 1865 e 1868.

⁴⁰² A gravura foi feita por Alberto, a partir de um desenho de Leipolde. *Archivo Pittoresco*, nº. 6, 1868, tomo XI, 41.

⁴⁰³ Imagem fotográfica propriedade do Instituto del Patrimonio Historico Español, Archivo Fotográfico Ruiz Vemacci. Ver C. ALMEIDA (cord. Edit.) – *Évora Desaparecida. Fotografia e Património – 1839 ... 1919*. Évora: Câmara Municipal de Évora, Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora, Centro de História da Arte da Universidade de Évora, 2007, 118 e 119.

⁴⁰⁴ O plano de Cinatti visaria, possivelmente, substituir o tribunal estabelecido no antigo refeitório e anexos do convento de S. Francisco desde cerca de 1845. O grau de degradação atingido por este convento em meados da década de 1860 ter-lhe-á retirado a dignidade necessária para continuar a receber uma sala de audiências judiciais, situação que levou um juiz local a recusar-se a constituir o tribunal numa casa que não passava de uma "espelunca indecente" para "taes actos, e até insalubre". A adaptação da Galeria das Damas para o instalar tinha a finalidade de suprir esta falta, "indesculpavel nos tempos que correm tão propensos de idéas de commodidade, conforto e luxo". A 20 de Novembro de 1871, as actas das reuniões camarárias registaram a entrega próxima de um conjunto de colunas e mais peças não especificadas, realizadas em Lisboa pela firma de canteiros de António Moreira Rato, para o restauro dos paços de D. Manuel e construção do Tribunal Judicial. *Diário das Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, Acta nº. 99, 22 de Maio, 1864, 1676; ADE – *Livro de*

projecto de Cinatti devia ser realizado em articulação com o restauro do templo romano, efectivado nesse ano, de feição a poder aproveitar alguns dos materiais dali retirados na adaptação do espaço às novas instalações forenses⁴⁰⁵.

Das duas novas funcionalidades previstas para a Galeria das Damas em 1870, apenas a do museu arqueológico se terá concretizado⁴⁰⁶, sendo imprecisa a utilidade do piso nobre até ao Inverno de 1881, quando parte da cobertura abobadada do pavilhão abateu. No rescaldo do incidente, aproveitando os danos verificados na estrutura da antiga galeria, a Junta Distrital conseguiu autorização camarária para criar ali um Museu de Produtos Naturais e Industriais (Exposição Distrital Permanente), tentativa malograda de criar um Gabinete Etnográfico, mas que cumpria uma das utilizações atribuídas ao segmento Sul em 1870. Por considerar que era um corpo estranho à estrutura original do edifício, “brutalmente collocada sobre as paredes d’aquella elegante edificação”, o plano da Junta Distrital previa a extracção do que restava da abóbada danificada e a sua substituição por uma cobertura mais ligeira e em harmonia “com o estylo architectonico do edificio”⁴⁰⁷. O engenheiro Adriano Augusto Monteiro ficou encarregado de elaborar o projecto de remodelação do imóvel, apresentado logo no ano seguinte⁴⁰⁸.

Actas da Câmara Municipal de Évora, nº. 73, 1869-1872, sessão de 20 de Novembro de 1871, fl. 157; A. F. SIMÕES – “Restaurações arquitectónicas em Évora”. *O Commercio do Porto*, 7 (Set.) 1870, nº. 214, 1; L. ROSAS – *Monumentos Pátrios...*, 1995 (vol. II), 110; J. E. da C. LEAL – *Giuseppe Cinatti...*, 1996, 279.

⁴⁰⁵ “[...] esta obra que tem um fim duplicado e urgente fosse feita debaixo da direcção do esclarecido autor do plano e que se começasse logo que fosse possível e em seguida a obra do templo de Diana para desta se aproveitarem os materiais convenientes [...]”. ADE – *Livro de Actas da Câmara Municipal de Évora*, nº. 73, 1869-1872, sessão de 20 de Junho de 1870, fls. 79v-80. Também em consonância com as obras do templo romano, como referimos antes, os espécimes epigráficos da colecção da Biblioteca Pública foram transferidos para o piso térreo da Galeria das Damas, por sugestão de Augusto Filipe Simões, constituindo-se ali o Museu Arqueológico do Cenáculo.

⁴⁰⁶ Conclusão a que chegamos pela existência do projecto para um novo tribunal, a construir de raiz na extremidade do que restava do convento de S. Francisco, da autoria de Caetano da Câmara Manuel e datado de 1874 (ver capítulo 1.7).

⁴⁰⁷ *O Manuelinho de Évora*, nº. 21, 7 de Junho, 1881, 1.

⁴⁰⁸ J. PEREIRA – *A Intervenção dos Engenheiros e Condutores de Obras Públicas na Modernização da Cidade de Évora*: Évora, 2005. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de Évora, texto policopado.

A campanha de remodelação decorreu de 1883 a 1887⁴⁰⁹, tendo sido objecto de nova orçamentação em 1884 e 1886⁴¹⁰. A sua execução resultou na elevação do edificado, que passava a três níveis exteriores, aos quais correspondiam dois pisos interiores. Os alçados mantinham-se divididos por oito tramos, separados por contrafortes e colunas ou colunelos. No nível intermédio, no segmento a Norte do torreão, cada tramo era agora rasgado por três janelas em arco (duas nas fachadas extremas), geminadas e com caixilhos em ferro. No segmento oposto, foram conservadas as janelas duplas de arcatura e moldura manuelinas, mas com os vãos fechados com caixilhos de metal e vidro. O último nível, o superior, correspondia a uma infra-estrutura quase totalmente em ferro fundido, com excepção das colunas e dos cunhais de alvenaria, destacando-se os tramos rasgados por amplos janelões formados por um arco abatido, preenchidos nos vãos com grelhas de metal recortado e vidro. Foram ainda acrescentados platibandas, frontões triangulares – assinalados, nos tímpanos, por pequenos óculos trilobados –, quadrifólios com cruces de Cristo inscritas, uma torre semi-circular paralela, no alçado oposto, ao torreão original e, a rematar a cobertura, um lanternim também em ferro forjado,

⁴⁰⁹ Com as obras do palácio, a colecção epigráfica que viera do templo foi transferida para a Biblioteca Pública. J. A. CORRÊA, *op. cit.*, 174 e 178. A 17 de Janeiro e a 6 de Março de 1883, o concurso para a construção completa da nova cobertura do palácio de D. Manuel (vigamento de madeira, assentamento das ferragens, montagem de todo o sistema e a colocação da telha) foi anunciado na imprensa pela Câmara Municipal de Évora. A 22 de Janeiro, a imprensa também anunciou a contratação de mão-de-obra para a mesma finalidade. De Agosto a Novembro, são realizados os trabalhos de carpintaria pelo mestre eborense José Maria da Silva. Já em 1884, no dia 21 de Fevereiro, a empreitada da estrutura metálica envidraçada para as arcadas superiores, para a escada e para a clarabóia do vestíbulo nobre é contratada à portuense Fábrica Fundição do Douro – Luís Ferreira de Sousa Cruz & Filhos. ADE – Governo Civil de Évora, Secção da Junta Geral, Livro 1, nº. 56, docs. 17 (1fl.), 99 (7 fls.), 326 (2 fls.); ADE – Governo Civil de Évora, Secção da Junta Geral, Livro 1, nº. 113, doc. s.n (1fl.).

⁴¹⁰ Em relatório dirigido ao presidente da Junta Geral de Obras Públicas no dia 1 de Maio de 1884, Adriano Augusto Monteiro solicita que se ordenasse a realização de dois orçamentos suplementares, um de 2 000.000 réis para a cobertura e outro ainda indefinido para a concretização da obra. A razão desta reorçamentação estava na diferença entre os 1 596.836 réis atribuídos anualmente para a obra e o custo real dos desenhos e da estrutura metálica envidraçada encomendada à Fábrica Fundição do Douro, no valor total de 3 172.800 réis. ADE – Governo Civil de Évora, Secção da Junta Geral, Livro 1, nº. 505, doc. 80 (3 fls.). O segundo orçamento foi apresentado por Adriano Monteiro a 7 de Agosto de 1886. ADE – Governo Civil de Évora, Secção da Junta Geral, Livro 2, A. A. da S. MONTEIRO, *Memória justificativa do 2º Orçamento suplmentar para as obras do palácio de D. Manuel. Destinado a exposição distrital permanente*, 1886, nº. 424, doc. 65 (5 fls.).

como se de um mirante se tratasse. No torreão, a escada lateral primitiva foi substituída por uma escadaria de duas faces e um balcão frontais⁴¹¹.

Ainda a obra não estava totalmente terminada, em Março de 1885, e já o *Progresso do Alentejo* a dava como fruto de uma “imaginação desvairada em manifesta desarmonia com todas as regras da arte e perspectiva”⁴¹². O cenógrafo e arquitecto italiano Luigi Manini (1848-1936)⁴¹³ referiu-se-lhe como a “estufa que estão pondo em cima dos paços de D. Manuel”⁴¹⁴. Para o escritor Fialho de Almeida, o edifício “reposto no «conforto moderno»” era fruto de uma “arquitectura burocrática”, em que à estrutura primitiva havia sido sobreposta “uma espécie de gaiola ou estufa, com colunas dóricas, pequenas pilastras de ferro” e a cobertura de telha escarlate decorada com “rendinhas de ferro forjado, pintadas a óleo”. A escada antiga fora substituída por uma de “fábrica de conservas, reservada por sua gradezinha da fundição Colares”. As janelas, com os vidros presos por “grelhas de ferro forjado”, também estavam sujeitas ao “régimen das rendinhas e arabescos que já tínhamos visto no telhado”⁴¹⁵.

Por sua vez, Adriano Monteiro não compreendia as reacções dos que o acusavam de “tão grande heresia artística [...], de [...] tamanho erro”. Pois, para ele, a reconstrução da Galeria das Damas tinha o mérito de “transformar em coisa útil as ruínas de pouco que existia dos antigos paços reais de Évora”, o que acabava por ser uma aproximação modesta do que se costumava “fazer nos centros de grande civilização por motivos de efeito transitório, como acontece nas grandiosas exposições universais” ou “nas festas nacionais”. Entendia Adriano Monteiro, enquanto engenheiro, que o aproveitamento das vantagens construtivas de um material moderno como o ferro era a melhor homenagem que podia ser prestada à destreza técnica dos construtores tardo-medievais da igreja de São Francisco, capazes de levantar uma arrojada nave

⁴¹¹ P. S. RODRIGUES, A. C. de MATOS – “Restaurar para renovar na Évora do século XIX”. *Monumentos*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 26, 2007 (Abril), 140 e 141.

⁴¹² *Progresso do Alentejo*, nº. 155, 25 de Março, 1885, 1.

⁴¹³ Manini fez parte da equipa de artistas decoradores encarregados da ornamentação do Teatro Garcia de Resende entre 1888 e 1890. A pintura que fez para o pano de boca do palco inclui a representação de uma reconstrução idealizada da secção Sul, a das janelas manuelinas, da Galeria das Damas. F. BANDEIRA – “O Teatro Garcia de Resende. A pertinência de um inventário para avaliação de uma herança”. *Monumentos*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 26, 2007 (Abril), 85-87.

⁴¹⁴ IAN/TT, *Correspondência Artística e Científica Nacional e Estrangeira com J. Possidónio da Silva*, t. XIV (8º), doc. 3359, carta de Gabriel Pereira, 3 de Maio de 1885.

⁴¹⁵ F. de ALMEIDA (2002), *op. cit.*, 22 e 23.

única, em que o peso da abóbada era todo suportado lateralmente⁴¹⁶. No templo de S. Francisco, o engenheiro eborense encontrava uma beleza orgânica, estrutural, sem ornamentação superficial, muito próxima da identificada por Eugène Viollet-le-Duc (1814-1879) para a arquitectura gótica francesa⁴¹⁷. O que essa beleza o inspirou a fazer no pavilhão do paço de D. Manuel aproximava Adriano Monteiro de uma outra vertente do pensamento daquele arquitecto francês, que se constituiu como a principal referência teórica da arquitectura portuguesa da segunda metade da centúria de XIX, a de reencontrar o espírito que havia edificado os monumentos medievais e fazer com que voltasse a frutificar numa arquitectura moderna, no sentido do seu próprio tempo⁴¹⁸. Na situação específica da Galeria das Damas, era a recuperação do espírito empreendedor da Évora do século XVI que se procurava.

Adriano Monteiro não só recuperava o edifício refuncionalizando-o, como o fazia através de um compromisso que aplicava o metal, um material moderno, na recriação dos elementos e motivos formais das gramáticas gótica e manuelina, os estilos originais. Os grandes janelões do piso superior, que configuravam um amplo e iluminado espaço expositivo, lembravam os pavilhões das grandes exposições nacionais e internacionais, integrando o pavilhão nos circuitos e nos espaços de sociabilidade, recreação e culto do espírito tão ao gosto do modo de vida burguês, ao mesmo tempo que evocavam a transparência dos vitrais das catedrais e igrejas góticas, assinalando a génese

⁴¹⁶ ADE - Governo Civil de Évora, Secção da Junta Geral, Livro 2, A. A. da S. MONTEIRO, *Memória justificativa...*, 1886, nº. 424, doc. 65, fls. 2v e 3.

⁴¹⁷ Para Eugène Viollet-le-Duc, nas construções góticas, tal como nos organismos humano e animal, todos os elementos e partes, por mais insignificantes que possam parecer, são fundamentais para a existência do todo, do corpo. Demonstrou-o no seu *Dictionnaire raisonné d'architecture française du XI^e au XVI^e siècle*, editado de 1854 a 1868, apresentado como se tratasse de um laboratório de experimentação gráfica da arquitectura medieval, em que a especificidade funcional de cada elemento e a unidade do conjunto da construção é analisada, quase poderíamos dizer dissecada. A. ISAC – *Ecletismo Y Pesamiento Arquitectonico en España. Discursos, Revistas, Congresos (1846-1919)*. Granada; Deputacion Provincial de Granada, 1987, 60; M. BRESSANI – “Opposition et équilibre: le rationalisme organique de Viollet-le-Duc”. *Revue de l'Art*, nº. 112, 1996, 28-37.

⁴¹⁸ E. VIOLLET-LE-DUC – “Preface”. *Dictionnaire Raisonné de l'architecture Française du XI^e au XVI^e siècle*. Paris: Morel y Lie Editeurs, 1867 (vol. I), IX; P. FRANCASTEL – *Arte e Técnica nos Séculos XIX e XX*. Lisboa: Livros do Brasil, s.d., 107; P. A. R. S. RODRIGUES – *Património...*, 1998, 327 e 328.

histórica da galeria⁴¹⁹. Ou seja, acreditava que a conservara modernizando-a na forma e na função, levando ao limite o exemplo dos construtores de finais da Idade Média, o que ampliava o seu cariz monumental⁴²⁰.

Ocorreu, no entanto, que a renovada Galeria das Damas pouco serviu às exposições da Junta Distrital, ali organizadas apenas pontualmente⁴²¹. O pavilhão acabou por ser usado para salões dançantes, bailes de máscaras, festas infantis, cerimónias solenes e outros eventos sociais e políticos, como a recepção dos reis D. Carlos e D. Amélia aquando da sua visita a Évora em 1899. A partir de 18 de Fevereiro de 1901, passou a receber exhibições de dramaturgia popular, o Teatro Eborense, vocacionado para as muitas companhias amadoras que existiam na cidade. Em 1908, iniciam-se as concorridas sessões do animatógrafo. Assim entrou no quotidiano dos eborenses, que conviveram com a arquitectura metálica da Galeria das Damas até à sua destruição por um violento incêndio, deflagrado na madrugada do dia 10 de Março de 1916, quando estavam em exibição as revistas *Ou vai ou racha* e, ironicamente, *Pólvora sem fumo*⁴²².

À semelhança do que acontecia noutras localidades do país e dando continuidade a uma prática que, na Europa, remontava à Idade Média, o aproveitamento e a adaptação da arquitectura antiga a novas funcionalidades deveu-se, em grande parte, a razões práticas e económicas: sem orçamento para construir de raiz, todos os equipamentos e serviços necessários ao Estado liberal e aos novos modos de vida e, por outro lado, com um extenso rol de imóveis das extintas ordens religiosas na sua posse, a sua reconversão às funcionalidades em falta apresentou-se como a solução pragmaticamente

⁴¹⁹ P. S. RODRIGUES, A. C. de MATOS – “Restaurar para renovar na Évora do século XIX”. *Monumentos*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 26, 2007 (Abril), 141 e 142.

⁴²⁰ O princípio do respeito pela integridade das memórias históricas que a Galeria das Damas convocava está patente, por exemplo, no cuidado que é posto, a 5 de Julho de 1884, em adquirir pedra igual às das colunas do palácio para a aplicar nos trabalhos em curso. ADE – Governo Civil de Évora, Secção da Junta Geral, Livro 1, nº. 56, doc. 137 (1fl.).

⁴²¹ Como as exposições de floricultura em homenagem aos reis D. Luís e D. Carlos. H. da F. CHAVES – “As obras no Palácio de D. Manuel”. *A Cidade de Évora*, nº. 17-18, (Mar. -Jun.) 1949, 317 e 318.

⁴²² S. GODINHO – “Temas Oitocentistas Eborenses – IV Série”. *A Cidade de Évora*, nº 67 – 68, 1984 – 1985, 71-74. A Galeria das Damas receberá uma profunda operação de restauro em 1943, dirigida pelos arquitectos Baltazar de Castro e Humberto Reis da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, que procederão à reconstrução do monumento tal como hoje se nos apresenta. T. ESPANCA – “Palácios Reais de Évora”. *A Cidade de Évora*, n.º 11, (Dez.) 1946, 55-57.

lógica. Advém, no entanto, que cruzada esta prática com a conservação e a valorização, total ou selectiva, de muitos desses edifícios ou de elementos deles retirados e com a renovação qualitativa dos enquadramentos urbanos dos mais importantes monumentos da cidade, podemos interpretar a globalidade do processo como a concretização possível do desejo de conciliar a nobreza e o prestígio do passado de Évora com a necessidade de “em mais de um sitio transformar a cidade”, de “fazer-lhe ainda muitos maiores beneficios”, “a exemplo de tantos outros [municípios] do reino, e que por certo se não acham tão desonerados, tão isemptos d’encargos d’esta ordem e em tão vantajosas condições, como aquellas em que está a camara d’esta cidade”⁴²³.

Neste desejo encontramos claramente expresso um dos temas centrais da cultura portuguesa Oitocentista, talvez a sua grande e única utopia, conseguir alcançar um estado de coexistência ideal da tradição com o progresso, em que este não precisa de ser a negação daquela. Pelo contrário, o progresso incorpora a tradição na sua formalização material, o que o legitima enquanto instrumento civilizador conferindo-lhe um sentido histórico – a história é mudança pela inovação. As manifestações da exequibilidade deste ideal em Évora revelam um conceito de cidade que se constitui alternativo ao antagonismo dos modelos progressista e culturalista, tal como foram definidos por Françoise Choay⁴²⁴, “como síntese possível das concepções pré-

⁴²³ *Folha do Sul*, nº. 45, 17 de Julho, 1864 (1º ano), 1.

⁴²⁴ Consequência directa das profundas alterações provocadas pela revolução industrial nos modos de vida e de organização social, o modelo da cidade progressista é concebido para indivíduos independentes de todas as contingências e diferenças do lugar e do tempo, e susceptíveis de serem definidos em tipologias de necessidades cientificamente dedutíveis. Deste modo, lógica e beleza são coincidentes, numa confluência que recusa qualquer herança artística do passado, submetendo-se exclusivamente às leis de uma geometria “natural”. Embora muitos dos que contribuíram para a elaboração do modelo progressista, entre os quais estavam os fundadores do socialismo, condenassem o poder alienador da sociedade industrial, também a encararam como um instrumento de libertação, desde que a máquina pudesse ser utilizada para transformar o Homem e o seu mundo. Protagonizaram o modelo progressista Robert Owen (1771-1858), Charles Fourier (1772-1837), Etienne Cabet (1788-1856), Victor Considérant (1808-1893) e Jean Baptiste Godin (1817-1888). O modelo culturalista nasceu de uma acirrada crítica aos efeitos desintegradores e desumanizadores da industrialização e caracteriza-se pela noção de que a cidade é uma comunidade humana, uma unidade orgânica onde cada indivíduo, com as suas particularidades e a sua originalidade, é um elemento insubstituível. Defende que essa unidade orgânica existiu, no seu estado ideal, no passado pré-industrial, predominantemente na Idade Média, e pretende fazê-la reviver pelo regresso a esse mesmo passado. As marcas dessa ordem orgânica são a variabilidade, a irregularidade e a assimetria, integradoras das heranças sucessivas da história e exteriorizadoras da potência criadora da vida, que tem a sua mais elevada expressão na inteligência humana. A cidade culturalista está patente sobretudo nos escritos dos ingleses John Ruskin (1818-1900) e William Morris (1834-1896) e no urbanismo, na sua teoria e na sua prática, do arquitecto vienense

urbanísticas de Oitocentos⁴²⁵. Representaram, de certa maneira, possibilidades de resolução do dilema da modernidade, relativo à atitude a tomar para com as edificações e as estruturas antigas da cidade, dividida entre a preocupação pelo prestígio da tradição histórica e a recusa de uma tirania do passado que impedisse o desenvolvimento de novas e mais racionais formas arquitectónicas e urbanas⁴²⁶. Assim o entendemos porque o que estava em causa não era a sobrevivência dos vestígios construídos do passado por mérito de uma modernidade cuja acção sobre a aparência da cidade havia sido mais lenta que o fôlego que a impulsionou, mas a nítida intenção de combinar pretérito, presente e futuro, tradição e inovação, de forma a levar a cabo uma modernização que em vez de romper com a identidade de Évora, consolidada na sua história, como vimos, dela comungasse ou até fosse gerada.

O passado como factor de progresso dependeu, porém, da lógica do monumento isolado, pela qual o valor heurístico do imóvel ou do elemento arquitectónico estava confinado às características formais internas do objecto e era indiferente ao exterior onde estava inserido. Por isso se permite que hajam elementos deslocados e reintegrados noutras construções ou que os seus enquadramentos urbanos sejam totalmente reordenados.

A situação começou a sofrer alterações no término da centúria, com o advento da consciencialização da singularidade da morfologia do tecido urbano de Évora, sedimentado intramuros pelos séculos da sua história, onde os monumentos nacionais passam a estar incluídos. A partir de aqui, o reconhecimento das particularidades da feição da cidade são também outorgantes de identidade. O popular epíteto de *cidade museu* sintetiza, precisamente, essa identidade cuja consubstanciação se começa agora a alargar à fisionomia urbana de Évora, tão marcada pela arquitectura corrente como pelos principais monumentos históricos. Assiste-se, então, à passagem de uma identidade *atomista*, suportada pelo conjunto de unidades dos monumentos nacionais, para uma identidade *holística*, reflexo da cidade

Camillo Sitte (1843-1903). F. CHOAY – *The Modern City: Planning in the 19th Century*. New York: George Braziller, 1969, 31, 32 e 97-106; F. CHOAY – *O Urbanismo. Utopias e Realidades. Uma Antologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998, 7-14.

⁴²⁵ J. C. LEAL – “A individualidade de Lisboa e o tipo de casa portuguesa em Júlio de Castilho”. *Vinte e Um por Vinte e Um. Revista da Escola Superior Artística do Porto*, nº. 2, 2006, 74.

⁴²⁶ Sobre a definição do dilema da modernidade ver M. C. BOYER – *The City of Collective...*, 1994, 270 e 271.

enquanto unidade orgânica e prefiguração do conceito de património urbano. Canonizou-a o nascimento de movimentos de cidadãos em defesa de Évora, em veemente oposição a qualquer intuito de alterar essa organicidade. Passaremos a analisar de que modos o fizeram.

Capítulo V

A Cidade Museu

A verbalização da ideia de *cidade museu*, devida a Ramalho Ortigão, como verificaremos à frente, correspondeu à última fase da formação da identidade de Évora, a da sua assimilação completa, patente na extrapolação dos valores históricos até aqui atribuídos aos monumentos isolados para a morfologia do tecido urbano, dominado pela arquitectura corrente e pela habitação. Sob o ascendente da *cidade museu*, a organicidade e a irregularidade da estrutura urbana de Évora vão deixar de ser avaliadas como defeitos e começam a sê-lo como fundamentos da sua antiguidade e da sua singularidade, uma vez que se passou a entender que foi o tempo a modular a variabilidade da fisionomia dos edifícios e da configuração das artérias. Apreendidos neste ambiente consonante, os monumentos históricos ganham uma nova relevância, tornam-se mais legíveis, credíveis e verdadeiros, daí a denominação de *cidade museu*.

Embora não sejam sinónimas, a ideia de *cidade museu* antecipou o conceito de património urbano⁴²⁷ pela partilha do mesmo processo de conceptualização da cidade antiga como objecto do saber histórico. Iniciou-se

⁴²⁷ O conceito de *património urbano* aparece enunciado pela primeira vez na obra *Vecchie città ed edilizia nuova* do engenheiro, arquitecto e historiador da arte italiano Gustavo Giovannoni (1873-1947), publicada em 1931, com base num artigo com o mesmo nome que ele havia escrito em 1913: "Si nous ne voulons pas que l'Italie perde son merveilleux patrimoine urbain et architectural [...]". G. GIOVANNONI – *L'urbanisme face aux villes anciennes*. S.l. [Paris]: Seuil, 1995, 59; P. S. RODRIGUES - "O passado é...". *Revista de História da Arte*. Lisboa: Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, nº. 4, 2007, 283 e 284; F. CHOAY – *A Alegoria do...*, 2000, 147 e 148 (n. 43).

- esse processo na Europa com os textos do britânico John Ruskin acerca das urbes medievais⁴²⁸, em que a cidade histórica (Veneza, Florença, Ruão e Oxford) não é somente uma evocação proporcionada pela presença física dos monumentos isolados, mas uma estrutura e um ambiência reais que as ruas e a arquitectura doméstica concretizam, convertendo a cidade em paisagem mnemónica⁴²⁹. Para Ruskin, a beleza e o reconhecimento da antiguidade de uma cidade como Veneza devia-se mais às habitações de menor notoriedade e dimensão que à riqueza artística dos grandes palácios. Reequacionados por estas novas coordenadas de leitura, aspectos da cidade que até aqui não eram particularmente significativos por si, adquirem valor histórico e estético enquanto componentes de um conjunto que deve ser compreendido como unitário⁴³⁰. Intuiu o escritor britânico, sem o formular explicitamente, nota Françoise Choay, algo que ainda hoje nem sempre é evidente, que ao longo dos séculos, sem que aqueles que a edificaram ou habitaram tivessem essa intenção ou disso estivessem conscientes, a cidade representou o papel memorial do monumento tanto pelas grandes edificações como pela mais modesta das construções⁴³¹.

Se a John Ruskin devemos o encetar de uma interpretação mais globalizante da cidade histórica, a sua formalização teórica foi-nos legada pelo urbanista vienense Camillo Sitte (1843-1903), no seu ensaio *O Urbanismo Segundo os seus Fundamentos Artísticos* (*Der StädteBau nach seinen Künstlerischen Grundsätzen*) de 1889. Neste seu texto, Camillo Sitte afere que nas cidades pré-industriais, principalmente nas da Europa do Sul, os edifícios monumentais, mais elaborados e de maior qualidade estética, particularmente as igrejas, não estavam localizados no centro de praças ou isolados, solução recorrente no urbanismo oitocentista, mas embebidos na continuidade do tecido construído⁴³². Verifica ainda que, devido a se terem desenvolvido

⁴²⁸ Ver sobretudo *The seven lamps of Architecture* (1849), *The stones of Venice* (1851) e *The opening of the Crystal Palace* (artigo de 1854).

⁴²⁹ Um ambiente porque não é uma realidade projectável, mas formada pela passagem do tempo, pelas especificidades circunstanciais dos diferentes períodos históricos naquele espaço específico, e porque os elementos individuais que o compõem só ganham sentido associados e em retrospectiva. F. de GRACIA, *op. cit.*, 33, 57 e 58; F. CHOAY – *A Alegoria...*, 2000, 158-160; J. RUSKIN – *Las Siete Lámparas de la Arquitectura*. Barcelona: Alta Fulla, 1997, 210-212.

⁴³⁰ A. BOURDIN – *Le Patrimoine Réinventé*. Paris: Presses Universitaires de France, 1984, 28.

⁴³¹ F. CHOAY – *A Alegoria...*, 2000, 159.

⁴³² C. SITTE – *L'art de bâtir les villes. L'urbanisme selon ses fondements artistiques*. S.I. [Paris]: Seuil, 1996, 22-34.

progressivamente através dos séculos, as praças antigas são, por norma, irregulares e que essa irregularidade não é desagradável – acentua a impressão de que é natural, estimula o nosso interesse e, sobretudo, reforça o pitoresco do conjunto –, característica que o autoriza a asseverar que a preocupação em impor uma regularidade imaculada às cidades era um neologismo⁴³³. Advoga, por isso, a conservação como “herança do passado” desse ambiente singular composto pelo monumento histórico contextualizado nas construções que o ladeavam⁴³⁴.

Em Portugal, a origem da conversão da cidade material em testemunha da sua própria memória tem sido encontrada nos autores fundadores da olisipografia, na atenção que deram aos chamados bairros antigos de Lisboa. Sobretudo em Júlio de Castilho (1840-1919) e nos seus sucessores literários imediatos, José Joaquim Gomes de Brito (1843-1923), Eduardo Freire de Oliveira (1841-1916) e João Pinto de Carvalho (conhecido pelo anagrama Tinop, 1858-1936). Na obra *Lisboa Antiga: o Bairro Alto*, publicada em 1879 e reeditada de 1902 a 1904, a que se seguiu uma segunda parte dedicada aos *Bairros Orientais* da capital, composta por oito volumes, editados a partir de 1884, Júlio de Castilho dá a conhecer e sublinha a historicidade desses bairros enquanto agregados de edifícios antigos⁴³⁵. Todavia, não obstante a índole fundadora da abordagem que Castilho fez da história da capital, pouca influência teve na situação eborense, talvez porque a categorização de *bairro antigo* não tinha lugar numa cidade que encontrava na antiguidade a sua natureza. Para Évora será mais relevante uma noção que, acerca dela, se começa a esboçar na década de 1860, a de *cidade monumental*.

Em Évora, porque a consagração do monumento histórico esteve directamente relacionada com a preservação e o culto da memória colectiva da cidade, o domínio do paradigma do monumento isolado nunca foi, na dimensão conceptual, totalizante. Razão pela qual a desvalorização da arquitectura

⁴³³ A importância que o tema da irregularidade das praças antigas teve para o pensamento de Sitte fez com que este lhe dedicasse o capítulo V de *O Urbanismo Segundo os seus Fundamentos Artísticos*. C. SITTE – *L’art de bâtir...*, 1996, 55-61.

⁴³⁴ C. SITTE – *L’art de bâtir...*, 1996, 16, 29 e 30; M. C. BOYER, *op. cit.*, 381.

⁴³⁵ P. S. RODRIGUES – *Lisboa. A Construção da Memória da Cidade*. Évora: Casa do Sul, Centro de História da Arte da Universidade de Évora, 2005, 56 e 57; J. C. LEAL - “A individualidade de Lisboa...”. *Vinte e Um por Vinte e Um. Revista da Escola Superior Artística do Porto*, nº. 2, 2006, 73-85; F. C. BRANCO – “Olisipografia”. *Dicionário da História de Lisboa*. Lisboa: 1994, 662-665.

corrente e da conformação dos arruamentos a favor das construções eruditas ou de prestígio, como a efectuada pelo folhetinista Júlio César Machado na sua crónica “Tres dias em Evora” em 1862⁴³⁶, não menospreza as espacialidades e os conjuntos edificados por completo. Pelo menos, a praça Maior ou do Geraldo é um tema tão recorrente na imprensa ilustrada oitocentista como os mais conhecidos monumentos da cidade – *A Ilustração Luso-Brazileira*, por exemplo, representa-a em gravura, com a fonte henriquina e os paços do Concelho ao fundo, no ano de 1856⁴³⁷.

Área cardinal da cartografia da cidade, espaço de sociabilidade e centro administrativo e económico, a praça do Geraldo é, porém, apreendida e apresentada como um monumento histórico. Não pelo perfil urbano que a praça configura, mas pelas memórias de personalidades, factos políticos e vivências de que foi palco e que eram associadas à permanência do próprio vazio que a define enquanto realidade espacial e aos monumentos que a cingiam (Estaus), a delimitavam nos extremos (igreja de Santo Antão e paços do Concelho) ou a sinalizavam à superfície (fonte quinhentista). Ou seja, no essencial, a praça do Geraldo era interpretada como monumento histórico pela quantidade de

⁴³⁶ “A entrada d’Evora é festiva e elegante; os suburbios da cidade em duas legoas de redor não se compoem senão de quintas de uma frescura, de uma graça, de um bom tom extremo. Os olhos hesitam um instante, quando depois se fixam no interior da cidade, em aceitar o estylo desgracioso da maior parte dos predios, baixos, corcovados, com as suas informes sacadas vermelhas, ou a maneira exotica de algumas ruas em que se passa por baixo de arcos acanhados e desiguaes, que teem o ar de um *tunnel* de camara optica! / A par d’isto, e maior é o contraste, sobresaem alguns predios magnificos e sumptuosos, em que apenas se faz sentir, que as casas tenham de brilhar por si sós, porque ás janellas não se vê ninguém, e janellas sem senhoras, são como rostos sem olhos! / [...] Todas as impressões desagradaveis desaparecem desde que principiam a visitar-se os monumentos”. J. C. MACHADO (1862), *op. cit.*, 78 e 79. Em 1880, o autor publicou uma outra versão do mesmo texto: “Entramos festivamente em Evora, ás oito horas da manhã. A entrada da cidade é alegre; quintas e mais quintas de uma frescura extrema. O olhar hesita, quando depois de fixa no interior da cidade, em acceitar o estylo desgracioso da casaria, predios brancos, corcovados, de informes sacadas vermelhas, ruas em que se passa por baixo de arcos acanhados e desiguaes... A par d’isto, alguns palacetes magnificos, destinados a brilharem por si sós, porque nunca se veja ninguém á janella...” J. C. MACHADO (1880), *op. cit.*, 170.

⁴³⁷ De referir que a praça do Geraldo surge captada do lado da igreja de Santo Antão, devido ao posicionamento da fonte no primeiro plano e dos paços do Concelho em último, o que faz com que o corpo da antiga prisão adjacente à Câmara Municipal, os edifícios da arcada à direita e o que aparenta ser uma parcela do prédio dos antigos Estaus, à esquerda, estejam na orientação errada. Vistos da igreja de Santo Antão, a prisão e os Estaus deveriam estar à direita, ao fundo, próximos dos paços, e a arcada do lado oposto. *A Ilustração Luso-Brazileira*, nº. 28 (volume I), 12 de Julho, 1856, 235, 236 e 260. O mesmo periódico também publica gravuras do claustro da Universidade de Évora (fachada da Sala dos Actos) e da Sé. Em 1895, gravuras tanto da praça como apenas do edifício municipal aparecem nas páginas de *O Ocidente*. “Evora, a praça do Geraldo”. *O Ocidente*, nº. 580, 5 de Fevereiro, 1895, 26-28; G. PEREIRA – “Antigos Paços do Concelho de Évora”. *O Ocidente*, nº. 589, 5 de Maio, 1895, 99 e 100.

monumentos históricos que congregava. Corrobora-o a comparação com a descrição que Gabriel Pereira fez do cume topográfico da cidade na colectânea *A Arte e a Natureza em Portugal* em 1902, em que conjunto dos edifícios ali sedimentados pelo tempo – templo romano, catedral, paço dos Arcebispos, convento dos Lóios, palácio Cadaval, casa do Santo Ofício e palácio de S. Miguel – é tomado peremptoriamente como um monumento no seu todo:

“É um monumento, esse conjuncto todo. Ha ahi coisas romanas, janellas arabes deliciosas (Cadaval), na cathedral ha ogival de todas as épocas e maravilhas do renascimento”⁴³⁸.

Será a partir da monumentalização histórica de áreas circunscritas de Évora – a praça do Geraldo e o topo do alto de S. Bento – que se avançará até à noção da cidade como monumento. Carlos Basto é o primeiro a fazer a extrapolação, ao avaliar, em 1867, a cidade de Évora como “inteiramente monumental – alli cada pedra é uma recordação dos tempos que foram”⁴³⁹. A adjectivação ajuizava a quantidade e a qualidade dos monumentos históricos existentes em Évora, incluindo os elementos arquitectónicos singulares dispersos pela cidade, como a janela manuelina da denominada Casa de Garcia de Resende⁴⁴⁰.

A condição de “cidade monumental” implicava a extensão a toda a urbe da competência pedagógica que o século XIX atribuiu aos monumentos nacionais, a de prover os portugueses de um conhecimento do passado pátrio que restabelecesse a confiança e a regeneração do país. Acreditava-se que a história era um instrumento de coesão social e moral da nação e que o seu culto tinha um efeito redentor, pois abria caminho para que Portugal se libertasse de todos os problemas que o oprimiam⁴⁴¹. A aplicação desta função social dos monumentos históricos a Évora conduziu à formulação, pela primeira vez, por parte do jornal *O Ocidente*, em 1896, da ideia de que a “cidade

⁴³⁸ G. PEREIRA (1902, volume I), *op. cit.*, 8.

⁴³⁹ C. BASTO (3º Volume), *op. cit.*, f. 122.

⁴⁴⁰ “[...], a maior parte das janellas em Evora são immensamente antigas, no gosto das que ha no Palacio de Cintra, notarei por principaes as que estão n’uma caza por baixo da Sé, ahonde mora um conego”. Não falta a referência à praça Maior, ilustrada por desenhos do chafariz henriquino e da fachada com arcada de um dos prédios laterais que a limitam: “A praça é toda guarnecida de bellas casas e a um lado tem a caza da Camara e cadeia, há aqui uma varanda muito antiga mas de gosto”. C. BASTO – *Viagem a Beja...*, 1867, fl. 71 e 108.

⁴⁴¹ P. A. R. S. RODRIGUES – *Património, Identidade...*, 1998, 134-136.

monumental” devia ser convertida numa reserva da memória da nação, aberta, quando necessário, à fruição de todos os portugueses, o que antecipava a “cidade museu”:

“Evora, a cidade monumental, que em cada pedra tem um monumento da nossa historia, monumentos que remontam a épocas anteriores á fundação da nacionalidade portugueza e que, em épocas successivas vêm marcando na pedra ou no bronze as phases porque passou este paiz, desde a sua fundação até aos tempos mais áureos, que de tudo ali se encontram indeléveis padrões a affirmar nossas grandezas passadas, devia ser para os portuguezes, como que uma cidade sagrada, onde fossem retemperar a alma nas recordações do passado, quando se sentissem abatidos pela decadencia do presente”⁴⁴².

Colateralmente, Gabriel Pereira ia imprimindo uma alteração deveras substantiva no monopólio do monumento isolado sobre a representação da cidade histórica. De 1885 a 1891, inventariou, transcreveu e publicou mais de milhar e meio de documentos dos arquivos eborenses relativos à história da cidade. Os *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, título concedido à colectânea em que os publicou, aludem maioritariamente a aspectos da administração municipal e da legislação urbana, à construção e à apropriação de imóveis ou estruturas, ao comércio, à salubridade das ruas e das habitações, à circulação de pessoas e bens, ao estabelecimento de impostos. Em suma, à cidade como *polis*⁴⁴³, aos pormenores da gestão da vida em comunidade que se projectaram, ao longo do tempo, na organização do espaço e do construído. Este novo ponto de vista da história da cidade, mais ligado ao quotidiano que aos grandes acontecimentos, contribuiu decisivamente para que Gabriel Pereira compreendesse a cidade e a arquitectura que a constituía fora dos parâmetros de análise dos grandes monumentos, como reflexo dos modos de vida e das práticas quotidianas. Permitiu-lhe, por exemplo, reconhecer e valorizar as especificidades das casas nobres ou apalaçadas, as do século XVI em particular, enquanto factor caracterizador do ambiente histórico do núcleo urbano de Évora.

⁴⁴² A. F. SIMÕES – “Templo de...”. *O Ocidente*, nº. 631, 5 de Julho, 1896, 147. O excerto transcrito pertence à introdução que apresenta a publicação póstuma deste artigo sobre a igreja de S. Francisco de Évora de Augusto Filipe Simões.

⁴⁴³ F. de GRACIA, *op. cit.*, 27.

A pretexto da varanda da Casa Cordovil, sita nas proximidades da porta de Moura, um artigo de Gabriel Pereira intenta essa nova abordagem associando as actividades e os estatutos sociais das “grandes famílias” residentes nas “casas apalaçadas do século XVI” de Évora com o “estilo especial” da sua arquitectura, evidente tanto na disposição da planta dos edifícios como na formulação plástica dos elementos que os compunham. A lógica do raciocínio era simples: sendo o proprietário simultaneamente fidalgo, morgado e “capitão de cavallos”, quando levantou a sua casa na cidade, transplantou o plano do seu solar campreste para o contexto urbano e combinou soluções baseadas na arquitectura militar com outras inspiradas na arquitectura rural:

“Um largo portal dava entrada n’ um pateo, vasto e descoberto; a um lado a morada com seu andar nobre; nos outros lados as casas dos dependentes, as cavallariças, os palheiros, as oficinas, a casa da lenha; no pavimento terreo do palacio os celleiros, as dispensas; todas estas casas tinham portas para o pateo.

Para entrar no andar nobre subia-se uma escada descoberta, bem construída, que ia terminar n’ uma varanda coberta; uma porta comunicava com uma vasta sala de entrada. Era um systema de defeza”⁴⁴⁴.

Na feição especial da arquitectura doméstica eborense quinhentista, Gabriel Pereira descortinou um estilo manuelino de influência muçulmana e do Norte de África, perceptível nos arcos em ferradura da famosa galeria da Casa Cordovil⁴⁴⁵. Explicava-se este “manuelino mourisco” de Évora, como Gabriel Pereira o designa, pela permanência dos mouros na cidade e nos campos que a circundavam até ao reinado de D. Manuel, onde viviam e exerciam as profissões de curtidores, sapateiros, oleiros, taipadores, etc. Mas também pela presença de muitos eborenses no Norte de África, como D. Rodrigo de Melo,

⁴⁴⁴ G. PEREIRA – “A Varanda da Casa Cordovil em Evora. Largo da Porta da Moura”. *O Manuelinho de Évora*, nº. 625, 16 de Abril, 1893 (Ano XIII), 1. O artigo era ilustrado por uma gravura executada a partir de um desenho de Luciano Freire e foi publicado pela primeira vez nesse mesmo ano em *O Ocidente*, nº. 510, 21 de Fevereiro, 1893, 43-45 e 48.

⁴⁴⁵ Em 1868, a arquitectura manuelina eborense era definida como uma “aliança dos estilos gothico e arabe, a modificação das fôrmas graves e severas do primeiro pelas galas e phantasias do segundo”. Chegava-se a interpretar o emparelhamento de dois arcos como a configuração da inicial do nome do rei, o M de Manuel. Os arcos de ferradura mudéjares eram tidos como sendo do mais “puro estilo arabe”. *Archivo Pittoresco*, nº. 6, 1868, tomo XI, 41. No fim do século XIX, Fialho de Almeida descrevia a galeria da Casa Cordovil como uma “espécie de quiosque com ferraduras amouriscadas, e colunelos grácis nos ângulos”. F. de ALMEIDA (2002), *op. cit.*, 26.

conde de Olivença, companheiro de Afonso V nas campanhas africanas e primeiro capitão de Tânger – “Quem sabe se as lindas janellas geminadas da casa Cadaval, que foi casa de D. Rodrigo de Mello, serão uma lembrança de Tânger”⁴⁴⁶.

Os fundamentos da tese de Gabriel Pereira não eram, contudo, propriamente novos. Remonta à centúria de XVII a identificação de uma influência oriental na arquitectura ibérica, especificamente em determinadas singularidades da ornamentação dos edifícios tardo-góticos, como o gosto pela proliferação de elementos decorativos e pelos motivos vegetalistas⁴⁴⁷. Numa primeira fase, até à década de 1840, a causa dessa influência foi atribuída à presença dos muçulmanos na Península desde o século VIII. Depois de 1842, da publicação da *Notícia Histórica e Descritiva do Mosteiro de Belém* no jornal *O Panorama* por Francisco Adolfo Varnhagen (1810-1878), em que pela primeira vez é utilizada a expressão *arquitectura manuelina* para nomear essa variante nacional do tardo-gótico, concebendo-o como um estilo exclusivamente português, passou-se a explicar essa originalidade pelos contactos com as arquitecturas bizantina e indiana, proporcionados pela expansão e pelos descobrimentos ultramarinos dos séculos XV e XVI⁴⁴⁸. A novidade trazida por Gabriel Pereira estava na regionalização da teoria da origem do estilo

⁴⁴⁶ “Em Evora ao ultimo gothico applicaram o granadino. Se em alguns pontos o artista mouro isolado fez o *mudejar*, por exemplo o claustro de S. Bento (n’ este extincto convento encontram-se ainda exemplares de ameias arabes, ornamentaes, em arestas e zigue-zagues, e tambem azulejos em relevo, provavelmente de Sevilha), em outros o desenho, o motivo mourisco casa-se com o gothico. Por exemplo no claustro da Sé, a arcada é ogival do século XIV, e os espelhos, os oculos são graciosos e engenhosos entrelaçados arabes, abertos em granito”. G. PEREIRA (1893), *op. cit.*, 1.

⁴⁴⁷ Em 1699, o pintor e escultor Florent le Comte descrevia o estilo da Basílica de S. Marcos em Veneza como uma mistura do “gosto antigo” com o “gosto arabesco”, e o estilo dos edifícios espanhóis como sendo a maneira de construir dos sarracenos ou dos árabes. A opinião de Florent le Comte era devedora de uma teoria então muito em voga que atribuía a introdução do gótico na Europa aos árabes espanhóis ou às cruzadas no Médio Oriente. O arquitecto irlandês James Murphy, referindo-se às Capelas Imperfeitas no *Plans, elevations, sections and views of the Church of Batalha* (1795), escreve que a sua arquitectura era em parte gótica e em parte árabe, enquanto o mosteiro dos Jerónimos cruzava os estilos normando, gótico e árabe. Em 1810, no *Catálogo do Museu dos Monumentos Franceses*, conclusão da *História das Artes em França*, Alexandre Lenoir defendeu que a arquitectura gótica fora trazida da Península Ibérica e do Oriente para a França precisamente por artistas que haviam participado nas cruzadas, o que era demonstrado pela utilização do arco quebrado e pelo excesso de motivos ornamentais, como sucedia nas mesquitas. Lenoir era da opinião que a arquitectura gótica devia ser denominada “sarracena”. G. GERMANN – *Gothic Revival in Europe and Britain: Sources, Influences and Ideas*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1972, 40; P. S. RODRIGUES – “A Arte como Metáfora da História”. *Garrett e as Artes. Actas do Ciclo de Conferências*. Évora: Centro de História da Arte da Universidade de Évora, 2002, 25 e 26.

⁴⁴⁸ P. A. R. S. RODRIGUES – *Património, Identidade...*, 1998, 77-79.

manuelino e na sua vinculação à identidade artística de Évora, separando-o da ascendência indiana, a que estava na génese do estilo e era reconhecível no portal da Igreja de S. Francisco de Évora, nas Capelas Imperfeitas do Mosteiro da Batalha e em alguns “elementos decorativos indiaticos” da Torre de Belém – “antes d’elles, ou ao lado d’elles, em outra phase, os eborenses adoptaram o capitel e o arco mourisco, familiar mesmo a muitos artistas da cidade”⁴⁴⁹.

Tal como sucedia com a Casa Cordovil, era nas janelas, varandas e galerias das casas nobres que este “manuelino mourisco”, actualmente categorizado de *mudéjar*, se manifestava com maior força. Integradas na densa malha de construções que forma a cidade, as casas nobres tinham nesses elementos de maior riqueza plástica o símbolo que fazia sobressair o seu estatuto, remetendo quem os visse para um passado de maior prosperidade⁴⁵⁰. Disseminados pela cidade, esses elementos criavam um ambiente urbano que valorizava historicamente o agrupamento construído em que as antigas edificações aristocráticas se tinham, com o tempo, dividido e diluído, enquanto elementos constituintes da artéria onde estavam localizadas. António Francisco Barata demonstrou-o num levantamento das janelas antigas de Évora que levou a cabo em 1907⁴⁵¹.

O ambiente de Évora resultava então das peculiaridades da articulação dos elementos arquitectónicos com os corpos dos edifícios, da justaposição destes últimos na composição das vias de circulação e da sua implantação na

⁴⁴⁹ Merece alguma atenção a defesa que Gabriel Pereira faz, no seguimento da sua tese da influência moura no manuelino eborense, de uma arquitectura contemporânea revivalista árabe ou moura (não parece distinguir os dois conceitos) para o Sul de Portugal: “Na verdade á luz intensa, ao forte sol alentejano, no ar muito azul, fica bem a arcada mourisca. / Os hespanhoes modernos teem tido bom gosto em adoptar a casa arabe no sul do seu luminoso paiz: a varanda, o pateo interior, animado pela pequenina fonte, as plantas nos seus vasos de barro vermelho, a engenhosa decoração composta de elementos simples em diversas combinações. / Dizem muito melhor com o sol, a paisagem e o povo peninsular, do que estes *chalets* suissos, suecos, russos hoje tanto em moda. / Os francezes nos seus departamentos do sul gostam so estylo arabe, e estão a appical-o em construcções modernas de luxo; em Portugal, em Cintra, fazem *chalets* de escuros e agudos telhados, eternamente condemnados a esperar pelas grossas camadas de neve”. G. PEREIRA (1893), *op. cit.*, 2.

⁴⁵⁰ “Na diaria transformação por que vae passando a cidade de Evora, é conveniente e dever patriotico salvar por meio da estampa esses restos de uma passada grandesa artistica, que nobilitou esta nação a par das estrangeiras, e construiu Belem, a Batalha e Thomar”. A. F. BARATA – “Évora Antiga. Janellas dos Séculos XVI e XVII”. *Serões*, nº. 20, Fevereiro, 1907, 91.

⁴⁵¹ “Na antiga, estreita e tortuosa rua do Tinhoso, em Evora, hoje chamada da *Moeda*, uma das que da Praça de Geraldo descem para poente, para o bairro que foi dos Judeus, ha uma casa humilde de apparencia, actualmente, mas que póde ser o que resta de rica construcção, onde se vê a janella representada na estampa, na verdade, elegante”. A. F. BARATA – “Évora Antiga. Janellas...”. *Serões*, nº. 20, Fevereiro, 1907, 92 e 93.

topografia, adaptando-se ou adaptando-a. As ruas que para um viajante francês do decénio de 1830 eram estreitas e mal construídas⁴⁵², são vistas a partir de 1880 como pitorescas. O arquitecto alemão Albrecht Haupt é especialmente assertivo na caracterização desse ambiente⁴⁵³. Salienta as muralhas “mouriscas e medievais”, “escalonadas e em zigue-zagues”, as “ruas irregulares, ostentando arcarías nos pisos térreos dos prédios”, as “Arcarías mais ou menos âmpas”, os “torreões com telhados cónicos”, os “arcos de ferradura e angreados” e o “insistente revestimento de cal tanto nas parêdes lisas como nos membros da arquitetura”⁴⁵⁴. Por seu lado, o escritor Fialho de Almeida descreve poeticamente “os bairros preguiçosos”, o “silêncio solene dos casarões de granito brasonados”, o “frescor dos pátios e quintais abertos”, o “deserto das ruas tortuosas e mal calçadas”, a “meia penumbra parda das arcarias dos prédios”, as ruas que parecem “tortuosíssimos novelos que levam constantemente ao mesmo sítio” e as “coisas de álbum” que estão por toda a parte: “fachadas de estranhos estilos, baldaquinos de granito por cima de pórticos, ruínas com ar de ópera, janelas manuelinas embutidas em paredes de casas modernas, claustros de ogiva, palácios renascença, fortalezas romanas, muralhas fernandinas, inscrições, arcos, passagens medievais”, “um não acabar de surpresas históricas”⁴⁵⁵.

Todos os aspectos das imagens sugestivas de paisagem urbana criadas por Haupt e Fialho de Almeida, os elementos decorativos, as estruturas arquitectónicas dos edifícios – estilisticamente coerentes ou estratificando os sinais materiais dos diferentes períodos históricos –, as massas expressivas dos conjuntos construídos, formadas por apropriações, adaptações e sobreposições várias, a simbiose ou a convivência entre o erudito e o vernáculo, os espaços e os percursos, o inusitado das localizações e a surpresa de as descobrir, constituem “as iluminadas páginas do imenso elucidário que Évora” era da “história portuguesa”. Por seu intermédio, a categoria do monumento, da edificação que era um “livro de pedra”, é aplicada à cidade. Em relação à cidade, contudo, distintamente do que sucedia com os monumentos individuais, mais relevantes quanto mais estilisticamente coerentes fossem, o

⁴⁵² A. G. de LAVIGNE, *op. cit.*, 757.

⁴⁵³ Em Évora foi guiado por Gabriel Pereira. A. HAUPT, *op. cit.*, 281 (n. 1).

⁴⁵⁴ A. HAUPT, *op. cit.*, 281 e 282.

⁴⁵⁵ F. de ALMEIDA (2002), *op. cit.*, 18 e 19.

seu valor histórico aumentava com a variedade de épocas artísticas representadas no tecido da cidade. Foi a aferição positiva desta pluralidade⁴⁵⁶ somada com a dimensão vivencial que a história adquiria numa cidade como Évora (estar em “plena cidade” era estar em “plena arqueologia”)⁴⁵⁷, a que aludimos anteriormente, que conduziu à transição da *cidade monumento* à ideia de *cidade museu*:

“Inscrições, túmulos, azulejos, ruínarias escoradas no ar por um prodígio de cenografia trágica – torres e fachadas de carrancuda sanha, lúgubres palácios de átrios silenciosos, cubelos e muralhas de guerra sobre que se debruçam arbustos de jardim – de tal maneira estas camadas de civilização se ensanduíçam, comprimem, sobrepõem, que a cidade se me afigura, neste meu vaguear à luz morrente, uma necrópole-museu de grande povo, [...]”⁴⁵⁸.

O que distinguia a *cidade museu* era exactamente a vivência desse ambiente histórico, que nada retirava à singularidade individual dos principais monumentos⁴⁵⁹, mas que a completava com a singularidade da feição das ruas e praças da cidade, de cuja valorização histórica e estética ascenderá o conceito de património urbano. Em consonância com este novo olhar sobre a cidade histórica, a idealização do passado de Évora, que nos anos de 1860 e

⁴⁵⁶ Que também terá beneficiado, e muito, da posição teórica de John Ruskin para com o restauro dos monumentos históricos, defensora de uma autenticidade edifícios antigos que estava na conservação de todas as alterações impostas pelo tempo ao estilo original das construções, em épocas diversas e por motivo de actualizações estéticas, adaptações funcionais ou outros. Era na acumulação dos sinais de cada período histórico por que o monumento tinha passado que residia o seu carácter singular. A partir de 1883, o arquitecto italiano Camillo Boito empreenderá uma actualização do conceito de restauro arquitectónico em que tentará conciliar as ideias de Ruskin com a teorização do restauro estilístico, tal como foi praticada e formalizada por Eugène Viollet-le-Duc. Assim o fez, nesse ano, no III Congresso dos Arquitectos e Engenheiros Civis Italianos, realizado em Roma, e no texto “Conservare e restaurare”, que integra a sua obra *Questioni pratiche di belli arti*, publicada em 1893. Boito defende que cada demolição, transformação, refuncionalização e ampliação de um edifício reflecte uma alteração da história e da história da arte, devendo ser salvaguarda como monumento artístico e histórico, caso não ponha em causa a integridade material do imóvel. Gabriel Pereira foi dos primeiros teóricos, senão o primeiro, a fazer eco da teoria de restauro de Boito em Portugal e a questionar as premissas do restauro estilístico, num artigo intitulado, tal como o do arquitecto italiano, “Conservar e Restaurar”. G. PEREIRA – “Conservar e Restaurar”. *Monumentos Nacionais II*. Lisboa: Typ. do *Dia*, 1902, 17 e 18; P. A. R. S. RODRIGUES, *Património, Identidade...*, 1998, 331-333 e 383-388.

⁴⁵⁷ F. de ALMEIDA (2002), *op. cit.*, 18.

⁴⁵⁸ F. de ALMEIDA (2002), *op. cit.*, 26.

⁴⁵⁹ Fialho de Almeida, na narrativa da sua visita a Évora, depois de transmitir as suas impressões gerais do conjunto da cidade, debruça-se sobre as suas mais importantes construções, as respectivas histórias e patrimónios, dentro e fora da cerca: conventos de Nossa Senhora do Espinheiro, dos Lóios, de S. Bento de Castris, do Paraíso, de Santa Clara, da Cartuxa, de S. Francisco, a muralha romana e o Templo de Diana. F. de ALMEIDA (2002), *op. cit.*, 28-38, 41-44, 59, 60, 63-75 e 81-84.

1870 se contrapunha à necessidade urgente de modernização do sistema de edificações e infra-estruturas em que os grandes monumentos estavam integrados, passa a traduzir-se de modo explícito, na transição para o século XX, numa patrimonização do conjunto urbano considerado até aí decadente, muitas vezes em oposição à hodiernidade que a Regeneração tinha desejado e tentado implementar. Repare-se como em 1896, Ramalho Ortigão, no seu quase manifesto *O Culto da Arte em Portugal*, texto chave para compreender as tendências estruturantes da arte em Portugal na segunda metade do século XIX, a pretexto da demolição da varanda dos paços do Concelho e do convento do Paraíso, lamentava que a “Pobre cidade de Évora, um dos nossos mais vastos e preciosos museus de arqueologia e arte”, preferisse ser “uma estúpida colecção de praças largas e de ruas novas!”. Para ele, os “velhos bairros históricos” eram “o tesouro das cidades que os possuem”. O que atraía e retinha Ramalho Ortigão em Évora, aquilo que tornava a cidade bela aos seus olhos e o que nela o encantava não era “as suas novas avenidas, nem as suas praças, nem o seu lindo teatro, nem o seu belo Passeio Público”, mas as ruas “estreitas e sinuosas”, os “velhos mosteiros”, as “antigas igrejas”, a “arquitectura ogival” e a “arquitectura da Renascença, tão especialmente amouriscada nesta parte do Alentejo”. Tal como acontecia com outras cidades do país – Viana do Castelo, Braga, Guimarães, Tomar, Santarém ou Beja –, Évora interessava pela “sua antiga arte”, não pelo que dava “de novo”⁴⁶⁰.

Apesar do cepticismo em relação ao “novo”, do aparente conservadorismo ideológico, o pensamento de Ramalho Ortigão não recusa por princípio o progresso. O que ele pretende com a sua dissertação à volta de *O Culto da Arte em Portugal*, à semelhança de outros autores seus contemporâneos, embora sem conseguir atingir o nível reflexivo de uma teoria do património, como Alois Riegl em *O Culto Moderno dos Monumentos* (1903), ou de uma teoria do urbanismo, como Camillo Sitte em *O Urbanismo Segundo os seus Fundamentos Artísticos* (1889), é cogitar sobre a incapacidade do seu século criar uma arquitectura que reflectisse esteticamente o seu tempo como a produzida nas centúrias anteriores as espelhava. Conservar a cidade do

⁴⁶⁰ R. ORTIGÃO, *op. cit.*, 92-95.

passado era, portanto, mais que proteger uma herança material deixada pela história, preservar um modelo de futuro:

“O Século XIX, se com a impotência de continuar a obra monumental dos séculos que a precederam, acumulasse a incapacidade de compreender e de venerar essa obra, representaria um pavoroso retrocesso na história”⁴⁶¹.

Com a entrada no século XX, a identidade de Évora assimilará por completo a historicidade da arquitectura corrente, das pequenas construções e dos trechos arquitectónicos, das ruas, praças e vielas, enfim a permanência da paisagem citadina. Falamos de paisagem citadina e não de paisagem urbana ou de urbanismo porque não é exactamente a morfologia da cidade que a condição histórica de Évora passa a abranger, mas o ambiente ou os ambientes que decorriam da relação estabelecida entre o construído e as circunstâncias naturais em que a cidade estava implantada. A valorização desses ambientes é, em primeiro lugar, estética, como evidencia o uso recorrente do termo *pitresco* para os categorizar, feita a partir de uma percepção que muito deve ao naturalismo literário e pictórico, em que natureza e arquitectura, as dimensões natural e civilizacional da realidade, parecem confluir espontânea e idealmente graças à passagem do tempo. A temporalidade dessa simbiose imputa-lhes um carácter heurístico. Ambas as qualidades, a estética e a heurística, estão implícitas na opinião, emitida pelos participantes numa excursão a Évora, realizada pela Associação dos Arqueólogos Portugueses em Junho de 1916, por iniciativa do engenheiro Henrique da Fonseca Chaves, de que um dos aspectos mais belos da cidade era, “pelo seu pitoresco!”, o beco do Chantre, “encantador pelos resaltos dos seus muros brancos e pelos efeitos de luz e sombra das suas obras de tijolo, de tradição mosarabe”⁴⁶².

A visita dos arqueólogos portugueses a Évora leva-os a constituir, no seio da sua associação, uma comissão de defesa da capital do Alentejo⁴⁶³, com

⁴⁶¹ R. ORTIGÃO, *op. cit.*, 14 e 15.

⁴⁶² Associação dos Arqueólogos Portugueses – *Defesa de Évora*. Lisboa: Imprensa Libanio da Silva, 1916, 4.

⁴⁶³ Proposta por José Queioz em sessão de 23 de Outubro de 1916 e criada oficialmente a 21 de Novembro, era composta por membros da associação e individualidades residentes ou naturais de Évora. Esta grande comissão dividiria-se em duas comissões executivas mais pequenas, em que uma seria formada por arqueólogos associados e a outra eleita pelo núcleo dos filiados eborenses. De entre os arqueólogos, foram eleitos D. José Pesanha, José Queiroz,

o propósito, nas palavras do seu proponente, o pintor e arqueólogo José Queiroz (1856-1920), de contribuir, por todos os meios, para que “a historica cidade do Sul” fosse respeitada “não só nos seus grandes monumentos, como nas suas construções civis, artisticas e pittorescas”. Realçava que a cidade ainda possuía um “accentuado caracter” (leia-se identidade), devido, segundo o mesmo João Queiroz, tanto à “nobreza das suas edificações” como à “exibição da sua arte tradicional”⁴⁶⁴.

Davam corpo ao “accentuado caracter” de Évora, de acordo com os objectivos do movimento de arqueólogos em defesa da cidade, os “grandes monumentos” e as construções de “aspecto tipico”, com “detalhes architectónicos ou decorativos” ou associadas a memórias históricas de relevo, as especificidades locais “no que respeita aos materiaes, processos de construir, aspecto geral externo e interno, decoração, etc.” e a paisagem – factores a conservar e, se necessário, a inventariar⁴⁶⁵. Embora em nenhum passo do texto se chegue a categorizar explicitamente Évora de *cidade museu*, a forma plural, viva e palpitante como a onnipresença da história, a sua e a do país, é descrita, a analogia que é feita com o livro, todo o programa da comissão aponta para essa noção:

“Desde os templos mais vastos, em que a arte architectural se estadeia, cheia de pujança e virilidade, até aos esgrafitos graciosamente trabalhados, onde se dilue uma concepção artistica delicadissima, em tudo, nas suas ruas tortuosas, nas suas arcarias severas, canta, vibra, palpita a

Rosendo Carvalheira, Henrique Chaves, Alberto Sousa, D. Sebastião Pessanha e Nogueira de Brito. Este último foi eleito secretário e relator e D. José Pessanha foi escolhido para presidente. Os dois, presidente e secretário, foram os autores do programa de objectivos do grupo. Da comissão local faziam parte o Visconde da Esperança, o dr. Máximo Homem, José Soares, José Câmara Manuel, António Simões Paquete, Miguel de Matos Fernandes, Schiappa Monteiro, Ezequiel de Campos, Manuel Tomás de Sousa, António Coelho Villas-Boas e Lopes da Silva. A comissão central dever-se-ia reunir uma vez por ano em Évora e as duas comissões executivas individualmente uma vez por mês e conjuntamente a cada trimestre. Associação dos Arqueólogos Portugueses – *Defesa...*, 1916, 3, 6 e 11; C. ALMEIDA – *Évora – Objectos...*, 2005, 92 e 117 (n. 255).

⁴⁶⁴ Associação dos Arqueólogos Portugueses – *Defesa...*, 1916, 3 e 4.

⁴⁶⁵ Propunham-se ainda a perpetuar os usos e costumes tradicionais; a fazer ressurgir as artes e indústrias locais; a ampliar e instalar convenientemente o museu, de cuja colecção se tencionava fazer um catálogo ilustrado; a organizar exposições retrospectivas de arte ornamental; a publicar um guia ilustrado da cidade; a conservar a toponímia original ou, quando os nomes das ruas estivessem já alterados, indicá-la a par da nova; a implementar comboios directos para Évora e a abrir hotéis que obedecessem às exigências do conforto moderno; e a criar núcleos semelhantes à presente comissão em outras localidades do Alentejo que também possuíssem monumentos a defender. Associação dos Arqueólogos Portugueses – *Defesa...*, 1916, 7-9.

recordação de outras épocas, de outros costumes, de outras gerações. Pelas páginas da história de Évora perpassam fremitos de evocação da história do próprio país. [...] É que raras terras de Portugal teem, certamente, esse condão maravilhoso de se nos mostrarem, quasi, taes quaes foram nos seculos distantes”⁴⁶⁶.

Esse programa será publicado em folheto, com o título *Defesa de Évora*, e oferecido à cidade em cerimónia pública realizada no teatro Garcia de Resende em Dezembro do mesmo ano de 1916, com a presença dos elementos da comissão⁴⁶⁷. Assistiram ao evento o arcebispo de Évora, D. Augusto Eduardo Nunes, e Leonor Fernandes de Barahona Caldeira (1874-1943), que nos interessa para aqui por vir a presidir, três anos mais tarde, ao Grupo Pro-Évora.

Apesar do entusiasmo e do esforço posto na execução da ideia, na elaboração do programa e na sua divulgação, a comissão para a defesa de Évora da Associação dos Arqueólogos Portugueses foi ineficaz⁴⁶⁸. É o vazio deixado pelo gorar das expectativas criadas pela comissão da Associação dos Arqueólogos Portugueses que o Grupo Pro-Évora vem ocupar – até como redenção das responsabilidades da comissão executiva eborense na frustração da *Defesa de Évora*. Fundado a 16 de Novembro de 1919, o Grupo Pro-Évora revela o ascendente do programa da *Defesa de Évora* para a cidade na amplitude das áreas do património em que exerceu a sua acção protectora: monumentos históricos, frontarias e pormenores de prédios, instituições históricas de cultura, obras literárias e artísticas, objectos de culto, estética citadina, toponímia tradicional e indústrias artísticas populares⁴⁶⁹. O seu carácter local fez com que não se ficasse pelas intenções generalistas de preservar a memória histórica da cidade, concentrando-se em problemas concretos, como os postos logo na primeira reunião⁴⁷⁰: a instalação da Biblioteca Pública em edifício mais apropriado e a organização do Museu

⁴⁶⁶ Associação dos Arqueólogos Portugueses – *Defesa...*, 1916, 10.

⁴⁶⁷ O arquitecto Rosendo Carvalheira foi o orador da cerimónia. Chamou a atenção para a necessidade de intervir na igreja de S. Francisco, na Sé e em outros monumentos da cidade, que compara a Florença. Associação dos Arqueólogos Portugueses – *Defesa...*, 1916, 92.

⁴⁶⁸ O motivo dessa inoperância ter-se-á prendido com a incapacidade organizativa da comissão executiva eborense. Associação dos Arqueólogos Portugueses – *Defesa...*, 1916, 92.

⁴⁶⁹ M. A. E. RODRIGUES – “Acerca do Grupo Pro-Évora e da defesa do património eborense ao longo do século XX”. *A Cidade de Évora*, nº. 5, 2001, 419.

⁴⁷⁰ Realizada em casa de D. Leonor Caldeira, senhora culta e possuidora de uma avultada fortuna, com relações nos meios artísticos, literários e políticos eborenses. Foi nessa primeira reunião que a convidaram para presidente do grupo. C. ALMEIDA – *Évora – Objectos...*, 2005, 87, 93 e 116 (n. 229).

Regional, pretendendo que o governo adquirisse o palácio Amaral para o efeito. No mês seguinte, tomaram-se providências junto da Comissão dos Monumentos Nacionais e da paróquia de S. Pedro por motivo do estado de degradação dos telhados da igreja de S. Francisco, da Câmara Municipal para que cedesse a igreja de S. Vicente, a fim de instalar ali um museu dos objectos de culto pertencentes ao município, do comandante do Regimento Artilharia nº. 1 para que o mirante da torre sineira do convento do Salvador fosse reparada e do proprietário do antigo palácio dos Sepúlvedas para que desentaipasse duas janelas da fachada daquele edifício⁴⁷¹.

Completavam-se estas medidas com um esforço para mostrar o valor económico de uma cidade de antiguidade evidente, tendo em conta a crescente importância do turismo como fonte de rendimento dos países europeus, principalmente dos mediterrâneos ou de influência mediterrânea, como Portugal. Foi por certo com essa intenção que o Grupo Pro-Évora ofereceu os seus préstimos ao cônsul da Suíça, a 8 de Fevereiro de 1920, para receber um grupo de estudantes da Universidade de Zurique que se deslocaria a Évora na Primavera. A 20 de Abril, solicita à Sociedade dos Grandes Hotéis de Portugal que construísse, em Évora, um hotel digno da cidade, onde os forasteiros se pudessem instalar comodamente⁴⁷².

Não nos deteremos mais nas actividades do Grupo Pro-Évora, que perduram até à actualidade. Salientamos apenas, a rematar a nossa reflexão, como a criação do grupo representa o culminar da assimilação da identidade de Évora, da cidade antiga e histórica, de aglomeração excepcional de objectos arquitectónicos singulares, integrados no seu contexto urbano original, pelos próprios eborenses. A consciência plena e a vivência quotidiana dessa identidade, o peso da tradição historiográfica que a construiu, o modo como se manifesta por toda a área intra-muros despertou este movimento colectivo de cidadãos eborenses com o objectivo concreto de defender e preservar não apenas um monumento específico numa situação particular, como tinha sucedido no século XIX, mas toda a cidade. Por isso, ser *pro-Évora* era, no essencial, defender a cidade antiga, não por atavismo, mas pelo

⁴⁷¹ M. A. E. RODRIGUES – “Acerca do Grupo...”. *A Cidade de Évora*, nº. 5, 2001, 417 e 418.

⁴⁷² A. C. de MATOS, M. L. F. N. SANTOS – “Os Guias de Turismo...”. *A Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal, nº. 5, 2001 (III Série), 382 e 383; M. A. E. RODRIGUES – “Acerca do Grupo...”. *A Cidade de Évora*, nº. 5, 2001, 418.

reconhecimento de que a sua historicidade era a sua essência e principal valência, o que a distinguia da maioria das restantes cidades do país, atraindo forasteiros nacionais e estrangeiros, dinâmica que a mantinha viva e vivida.

Considerações finais

Com Évora, o tempo da longa duração, que é o que dá sentido e possibilita a formação das identidades, foi efectivamente marcado por uma permanência: a da apologia da sua antiguidade, transmitida pelo simbolismo das suas imagens ou pela narrativa da sua história, fonte de todo o seu prestígio. Desde logo, essa apologia está presente na panorâmica da cidade que ilumina o foral manuelino de 1501, momento fundacional do tema em questão. Este, por sua vez, corresponderá a uma construção cultural de raízes ainda mais profundas no passado. Mas só com André de Resende e a sua *História da Antiguidade da Cidade de Évora*, publicada em 1553, se formalizará como discurso historiográfico.

Na iluminura de 1501, reconhecemos o que parece ser a matriz de um modelo de registo visual panorâmico de Évora, que se prolongará até ao século XIX, até à imagem fotográfica. Nele, a Sé medieval domina o horizonte da cidade, no seu ponto mais alto, como que a marcar a sua origem. A partir desse ponto original, a cidade vai descendo em sucessivos níveis, até ao sopé do alto de S. Bento, à beira do Rossio de S. Brás. Esse movimento descendente, simultaneamente espacial e temporal, porque resulta da evolução da cidade ao longo das épocas, é assinalado por relevantes monumentos históricos, representativos de diferentes momentos da história de Évora. A permanência da paisagem urbana de Évora, cuja imagem geral pouco se alterará desde finais do século XVI, imporá o modelo.

Quanto à obra de André de Resende, podemos afirmar que será o alicerce de uma tradição historiográfica à escala nacional que terá Évora como objecto de estudo. As suas repercussões são inéditas entre nós, prolongando-se muito para além do seu próprio tempo e do seu território, incluindo referências entre os escritores viajantes que passaram por Évora (atenda-se ao exemplo do arquitecto irlandês James Murphy), numa longevidade que não a esgotará. Pelo contrário, enriquece-a e actualiza-a. Tal permanência será protagonizada por uma verdadeira genealogia de antiquários, cronistas, arqueólogos e historiadores, de que se destacam os nomes de Frei Bernardo de Brito, Manuel Severim de Faria, Diogo Mendes de Vasconcelos, Gaspar Estaço, Manuel Fialho, António Franco, Francisco da Fonseca, Augusto Filipe Simões e Gabriel Pereira. Condicionados por conjunturas históricas distintas, suportados por contextos teóricos diversos e munidos de instrumentos metodológicos diferentes, une-os a referência basilar de André de Resende e a afirmação de Évora pelo prestígio do seu passado. Esse passado serviu como instrumento de afirmação da urbe alentejana perante as outras cidades do país e de uma identidade de contornos variáveis ao longo do tempo.

As diferentes abordagens que todos eles fizeram da cidade divergem, de facto, em muitos aspectos. Desde logo, a separar os autores do século XIX dos precedentes está a atenção privilegiada concedida à antiguidade romana, no século XVI e à história religiosa até ao século XVIII. Esta será substituída, com o liberalismo, pela participação de Évora na história política e militar da nação, com especial relevo para as fases da formação (séc. XII), da consolidação (séc. XIV) e da expansão (sécs. XV e XVI). O período romano, no entanto, dada a presença do templo na cidade, o mais importante monumento da antiguidade clássica no país, e o desenvolvimento da arqueologia a partir do decénio de 1840, nunca chegou a ser relegado para o segundo plano dos interesses dos historiadores da cidade: verificámo-lo por mais do que uma vez.

De acordo com as condicionantes e os interesses atrás enunciados, assim como da evolução sucedânea dos conceitos de antiguidade, monumento antigo, monumento histórico, cidade-monumento e cidade-museu, também se assistiu a diferentes valorizações de diferentes testemunhos materiais do passado e à distensão do limite cronológico desse passado. Nos séculos XVI e XVII dominam os vestígios epigráficos romanos e as referências ao templo, à

muralha, aos banhos, à origem romana do aqueduto e ao pórtico que supostamente havia existido na praça do Geraldo até ao reinado de D. João III, aqueles que demonstravam a extrema antiguidade de Évora. Do final do século XVII ao dealbar do século XIX, as atenções concentram-se predominantemente na arquitectura, mas nos conventos e igrejas, na sua fundação e crescimento, expressão da relevância da cidade alentejana para a história eclesiástica. Entre os decénios de 1840 e 1890, são os monumentos nacionais, aqueles que evocam os acontecimentos fulcrais da história do reino, sobretudo os góticos e tardo-góticos, ou manuelinos, os primeiros a serem classificados, preservados e até restaurados. De 1890 às primeiras duas décadas da centúria de XX, a arquitectura corrente da cidade, os ambientes das ruas e das praças, o pitoresco dos recantos, dos becos, das arcarias e da simbiose das habitações populares com as casas aristocráticas, os monumentos no seu contexto urbano começam a beneficiar do interesse de arqueólogos, historiadores e outros estudiosos.

Comum a todos os que escreveram acerca de Évora, todavia, será sempre o templo romano, verdadeiro ícone da antiguidade da cidade, que no século XIX será escavado por Cunha Rivara, estudado por Augusto Filipe Simões e Gabriel Pereira, e receberá as intervenções reconstitutivas mais profundas. Veja-se ainda como a figura do general romano Quinto Sertório, que André de Resende pretendeu pôr a residir em Évora, é ostensivamente mais vezes citada e referenciada que a do cristão Geraldo Galdes, o conquistador da cidade aos mouros.

Mas a apologia da cidade antiga comporta também uma dimensão ideológica, quer enquanto imagética, quer enquanto identidade. Esta dimensão foi porventura a mais importante e está evidente na sua instrumentalização, para afirmar Évora perante as outras cidades do reino ou para superar crises identitárias de contornos variáveis ao longo do tempo, beneficiando da essência da própria noção de “Cidade Antiga” aplicada a Évora, imanência de Identidade por si própria. Vimo-la, com André de Resende, a justificar a vontade de fixar a corte e a administração do reino em Évora. Frei Bernardo de Brito fá-la convergir para a afirmação da autonomia portuguesa no contexto da monarquia dual, sob a dinastia filipina. Manuel Severim de Faria pô-la ao serviço da Restauração e da entronização da nova dinastia, a de Bragança.

Manuel Fialho, António Franco e Francisco da Fonseca procuraram atenuar o sentimento de decadência que se abateu sobre a cidade, depois que a corte deixou de lá se acolher, centralizada que ficou em Lisboa a partir do século XVII. Évora, que havia ascendido ao lugar da terceira mais importante cidade do reino, por ser um dos seus centros políticos e culturais do reino desde o século XIV, devido ao facto de ali terem estacionado reis e cortes por várias temporadas, era agora afectada, com a centralização da administração do reino numa capital, pela diminuição da sua população e pela ameaça da sua degradação material. Convocar, por intermédio da História, o prestígio de um passado antigo, tanto ao serviço do Império Romano como sob as duas primeiras dinastias da história portuguesa, era uma forma de compensar esse declínio, sugerindo, pelo exemplo do passado, um modelo de comportamento para o presente e perspectivando o futuro.

Totalmente convertida em identidade no século XIX, a apologia da cidade antiga, na sua dimensão ideológica, que entendia urbe como agregação histórica da sociedade, está explícita tanto no discurso daqueles que defendiam a conservação estrita dos monumentos históricos eborenses e até da própria cidade, de que é exemplo Ramalho Ortigão, como entre aqueles que pugnavam pela implementação de políticas de melhoramentos materiais, de higienização e embelezamento, em Évora. Estes últimos procuravam um equilíbrio entre o progresso e a memória, uma modernização que apagasse a imagem degradada da urbe e adequasse a realidade contemporânea da cidade à identidade histórica que dela se tinha construído e fixado desde o século XVI. O modo como a mesma identidade é partilhada pelas duas facções oponentes é demonstrativa da sua força, alimentada pela sua longevidade. A dualidade será ultrapassada com a monumentalização de todo o espaço intra-muros, de que decorrerá a ideia de cidade-museu. A formação dos movimentos *Defesa de Évora* e *Pro-Évora*, em 1916 e 1919, respectivamente, na forma englobante com que virão a entender a urbe alentejana representam a assimilação e a sedimentação plena da identidade da cidade antiga. Estes terão formatado os comportamentos dos Eborenses nos anos seguintes, no cultivar dessa identidade, que tem um dos seus expoentes na classificação de Évora como cidade Património Mundial pela UNESCO em 1986.

Deste modo, a apologia da cidade antiga nunca foi entendida como um meio de escapar ao presente, mas uma forma de pensar o mundo, em que se articulam passado, presente e futuro, arte e ciência, humanidade e natureza, Igreja e Estado, o bem, a verdade e o belo, um meio racional de lidar com a profusão de factos, imagens e ideias em que os tempos do Homem foram e continuaram a ser férteis.

Bibliografia

ALARCÃO, J. de – Architectura Romana. IN *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Edições Alfa, 1986.

ALARCÃO, J. de – *O Domínio Romano em Portugal*. Mira Sintra – Mem Martins: Publicações Europa-América, 1988.

ALARCÃO, J. de – *Portugal Romano*. 3ª edição. s.l.: Editorial Verbo, 1983.

ALMEIDA C., BARBOSA J. M. P. – *Riscos de um Século. Memórias da Evolução Urbana de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora, 2001.

ALMEIDA, F. de – *História da Igreja em Portugal*. Porto. Lisboa: Livraria Civilização, s.d. (vol. III) .

ANDRADE, F. de - *Do Convento de Nossa Senhora de Jesus*. Lisboa: Editorial Império, 1946.

ARAÚJO, N. de - *Peregrinações em Lisboa*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira, s.d. (Livro 5).

ARROTEIA, J. C. – *A evolução demográfica portuguesa. Reflexos e perspectivas*. Lisboa: 1985.

BABELON, J.-P., CHASTEL, A. – *La Notion de Patrimoine*. s.l.: Liana Levi, 1994.

BALESTEROS, MIRA, C., É. – As Muralhas de Évora. IN TAVARES, M. J. F [coord.]- *A Cidade. Jornadas inter e pluridisciplinares*. Lisboa: Universidade Aberta, 1993.

BARKAN, L. – *Unearthing the Past: Archaeology and Aesthetics in the Making of Renaissance Culture*. New Haven. London: Yale University Press, 1999.

BEIRANTE, M. A. – Espaços públicos nas cidades portuguesas medievais: Santarém e Évora. IN TAVARES, M. J. F - *A Cidade. Jornadas inter e pluridisciplinares*. Lisboa: Universidade Aberta, 1993, vol. II.

BEIRANTE, M. A. – Évora no dealbar do Império. IN *Foral Manuelino de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001.

BEIRANTE, M. A. R. – *Évora na Idade Média*. s.l.: Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995.

BELÉM, F. J. de - *Chronica Serafica da Santa Provincia dos Algarves, da Regular Observância do Nosso Seráfico Padre S. Francisco*. Lisboa: Officina de Ignacio Rodrigues, 1753 (vol. 1).

BORGES, A. G. de M.– Duas inscrições árabes inéditas no Museu de Évora. IN *A Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal, 1984-1985, nº. 67-68.

BORGES, A. M. M. – *Évora: da Reconquista ao Século XVI. Alguns aspectos de desenvolvimento urbano e arquitectura*. Évora: Universidade de Évora, 1988.

BORGES, A.M., MACHADO J. A. G. – “O Colégio do Espírito Santo”. *Monumentos*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 26 (Abril), 2007.

BORROW, G. – *The Bible in Spain. Or, the Journeys, Adventures and Imprisonments of an Englishman, in a Attempt to Circulate the Scriptures in the Peninsula*. London: MacDonald, 1959.

BOULTING, N. – “The law’s delays: conservationist legislation in the British Isles”. *The Future of the Past. Attitudes to conservation 1147-1974*. ed. J. FAWCETT. New York: Watson-Guption Publications, 1976.

BOYER, M. C., *The City of Collective Memory. His Historical Imagery and Architectural Entertainments*. Cambridge and London: The MIT Press, 1994.

BRANCO, M. J. C.– Evolução do sítio do século XIII ao século XX. IN *Monumentos (S. Francisco de Évora)*. Lisboa: DGEMN, 2002, Setembro, nº. 17.

BRIGOLA, J. C. – “Frei Manuel do Cenáculo – Semeador de Bibliotecas e de Museus. O Conceito de Biblioteca-Museu na Museologia Setecentista”. *Frei Manuel do Cenáculo – Construtor de Bibliotecas*. Coord. F. A. L. VAZ, J. A. CALIXTO. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006.

BRIGOLA, J. C. P.– *Colecções, Gabinetes e Museus em Portugal no Século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2003.

CAETANO, J. O. - “Os Restos da Humanidade. Cenáculo e a Arqueologia”. *Imagens e Mensagens, Escultura Romana do Museu de Évora*. s.l.: Instituto Português dos Museus, Museu de Évora, 2005.

CAROLINO, M. – “A Arquitectura Tumular em Évora – 1840-1910”. *Além-Tejo*, Évora, nº. 6 (1996), pp. 28-31.

CAROLINO, M. – “A cidade dos mortos – um espelho da sociedade dos vivos. Estratégias de afirmação social no cemitério de Nossa Senhora dos Remédios de Évora”. *Actas do 2º Encontro de História Regional e Local do Distrito de Portalegre*. Lisboa: Associação dos Professores de História, 1996, pp. 217-284.

Catálogo da Correspondência dirigida a Fr. Manuel do Cenáculo Vilas-Boas. Évora: Publicações da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, 1946 (vol. III).

CHOAY, F – *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2000.

COELHO, A. B. – *Portugal na Espanha Árabe*. Lisboa: Editorial Caminho, 1972.

COELHO, M. H. da C– *D. João I*. Casais de Mem Martins. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

CORRÊA, J. A.– *Cidades de Portugal*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1907.

CORREIA, F. B. – *Évora islâmica – fragmentos de cinco séculos de história*, 2003, 2 - 4 (não publicado comunicação apresentada no *Curso Livre “História e Património da Cidade de Évora”*, Évora, Departamento de História da Universidade de Évora).

CORREIA, J. E. C. H.– *Vila Real de Santo António. Urbanismo e Poder na Política Pombalina*. Porto: F.A.U.P., 1999.

COSTA, C. da – *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal*. Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes, 1708 (tomo II).

DESWARTE, S. – *Ideias e Imagens em Portugal na Época dos Descobrimentos. Francisco de Holanda e a Teoria da Arte*. Lisboa: Difel, 1992

DOMINGOS, M. D. – “A Primeira Biblioteca Pública Portuguesa, 1775-1795. Planos, Projectos e Primeiros Fundos”. *Cadernos BAD (1)*, Lisboa, 1994.

EDRISI, A.– A. M., – *Description de l’ Afrique et de l’ Espagne*. Amsterdam: Oriental Press, 1969.

Enciclopedia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti. Milano: Instituti Giovanni Treccani, 1931, vol. IX.

ESPANCA, T. – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Beja*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes, 1992 (vol. XII).

ESPANCA, T. – *Évora*. 1ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1993.

FABIÃO, C. – O Passado Proto-Histórico e Romano. A romanização do actual território português. IN *História de Portugal. Primeiro Volume. Antes de Portugal*. s.l.: Círculo de Leitores, 1992.

FERREIRA, C. A. – Comentários a Damião de Góis, Olisipógrafo e Cronista do Património Histórico-Cultural. IN *Damião de Góis e o Seu Tempo (1502-1574)*. Lisboa: Academia de História, 2002.

GARCIA, J. M. – “Poder, História e Exotismo na Iluminura Portuguesa Quinhentista”. *Oceanos*, nº. 26, Abril / Junho, 1996.

GASPAR, J. – *A área de influência de Évora. Sistemas de funções e lugares centrais*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1981.

GODINHO, V. M. – *A estrutura na antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1971.

GOMES, A. C. C. da C. – “Subsídios para o estudo da vida e obra do arcebispo de Évora D. João de Melo”. *A Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal, 2002-2006 (II série, nº. 6).

GRILO, M. L. B., – “O Concelho de Évora nas Memórias Paroquiais de 1758 (Conclusão)”. *A Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal, 1994-1995 (II Série, nº. 1).

GRIMAL, P. – *O Império Romano*. Lisboa: Edições 70, 1999, 24.

GRIMAL, P. – *O Século de Augusto*. Lisboa: Edições 70, 1997.

GRIMAL, P. – *Le siècle des Scipions. Rome et l'hellénisme au temps des guerres puniques*. s.l.: Aubier, 1993.

GROMICHO, A. B. – Origens da Cidade de Évora. IN *A Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora, 1962-63, nº. 45/46.

GRUEN, E. S. – *Culture and National Identity in Republican Rome*. New York: Cornell University Press, 1992.

HEERS, J. – *A Idade Média, uma Impostura*. Porto: Edições Asa, 1994.

HERNÁNDEZ , F. HERNÁNDEZ– *El Patrimonio Cultural: la memoria recuperada*. Gijón: Ediciones Trea, 2002.

JOKILEHTO, J. – *A History of Architectural Conservation*. Oxford: Butterworth-Heinemann, 1999.

LACERDA, A. De – *História da Arte em Portugal*. Porto: Portucalense Editora, 1942.

LENIAUD, J.-M. – *Les Archipels du Passé. Le patrimoine et son Histoire*. s.l.: Fayard, 2002.

LIMA, M. dos R. P. de– *O Recinto Amuralhado de Évora*. Évora: Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, 1995.

LIMA, M. P. de – *O Recinto Amuralhado de Évora*. s.l.: Estar Editora, 1996.

LOURO, P. H. da S. – *Freguesias e Capelas Curadas da Arquidiocese de Évora (sécs. XII / XX)*. s.n: Évora: 1974.

MACHADO, J. A. G. - *Um Coleccionador Português do Século das Luzes: D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas, Arcebispo de Évora*. Évora: Publicações Ciência e Vida, Lda., 1987.

MACIEL, M. J. – A Arte da Época Clássica (Séculos II a.C. – II d.C.). IN *História da Arte Portuguesa*. s.l.: Círculo de Leitores, 1995.

MAGALHÃES, J. R. – O enquadramento do espaço nacional. A construção da capital. IN MATTOSO, J. [dir.]; MAGALHÃES, J. R. [coord.] - *História de Portugal. No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*. s.l.: Círculo de Leitores, 1993, vol. III.

MAGALHÃES, J. R.– “Filipe II (I de Portugal) ”. *História de Portugal. No Alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, direc. J. MATTOSO, coord. J. R. MAGALHÃES. s.l.: Círculo de Leitores, 1993. vol. III.

MANSO, M. de D. B – *Évora, Capital de Portugal*. Lisboa: Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990, vol. I.

MARQUES, A. H. de O. – Portugal na crise dos séculos XIV e XV. IN SERRÃO J. (dir.); MARQUES, A. H. de O [dir]. Lisboa - *Nova História de Portugal* . Lisboa: Editorial Presença, 1987, vol. IV.

MARQUES, A. H. de O. (Cord.) – *Nova História de Portugal. Portugal e a Instauração do Liberalismo*. Direc. J. SERRÃO, A. H. de O. MARQUES. Lisboa: Editorial Presença, 2002, vol. IX.

MARQUES, A. H. de O., GONÇALVES, ANDRADE, A. A. – *Atlas de Cidades Medievais Portuguesas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

MENDONÇA, A. – *(1850-1900)*. Lisboa: Edições Cosmos 2000.

MERCADAL, J. G. – Jerónimo Münzer – Relato de la Viaje. IN *Viajes de Extranjeros por España y Portugal*. Madrid. Aguilar: S. A. De Ediciones, 1952.
MERCADAL, J. G. – *Viajes de Extranjeros por España y Portugal, Siglo XVIII*. Madrid: Aguilar S.A. Ediciones, 1962, vol. III.

MOURATO, H. C. P. – *Salvaguarda da Imagem Urbana de Natureza Histórica de Évora*. Évora: dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, 2000.

NEVES, J. A. das – *História Geral da Invasão dos Franceses em Portugal e da Restauração deste Reino*. Porto: Edições Afrontamento, s.d., tomos III, IV e V.

PEREIRA G. – *Estudos Eborenses*. Évora: Livraria Nazaré, 1974.



PEREIRA, G. – *Documentos Históricos da Cidade de Évora*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998.

PEREIRA, P. – Arte e Arquitectura Megalítica. Significado Antropológico-religioso. IN PEREIRA, P. - *História da Arte Portuguesa*. s.l.: Círculo de Leitores, 1995, vol I.

PIMENTEL, A. F. – “Bibliotecas”. *Dicionário da Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

PINHEIRO, M. A. – “Crescimento e modernização das cidades no Portugal oitocentista”. *Ler História*, Lisboa, nº. 20, 1990.

PLUMB, J. H. – *The Death of the Past*. Hampshire. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

PLUMB, J. H. – *The Death of the Past*. Hampshire. New York: Palgrave Macmillan, 2004 (1ª ed. 1969).

QUARESMA, A. M. - *Porto Covo* - "Um Exemplo de Urbanismo das Luzes". *Anais da real Sociedade Arqueológica Lusitana*, 2ª. série, 1988 (II).

RAMALHO, A. C. – Algumas figuras de Évora no Renascimento. IN *A Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal, 1982-1983, nº. 65-66.

RECHT, R. – *Penser le patrimoine. Mise en scène et mise en ordre de l'art*. Paris: Editions Hazan, 1998

RESENDE, A. de – História da Antiguidade da Cidade de Évora. IN *Obras Portuguesas*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1963.

RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H. – *Geografia de Portugal*. Lisboa: Sá da Costa, 1988, vol. I

RIEGL, A. – *El Culto Moderno a los Monumentos*. Madrid: Visor, 1999.

RODRIGUES, P. S – “O Terramoto e a génese da consciência de Património em Portugal”. *ACT14. 1755: Catástrofe, Memória e Arte*. Lisboa: Edições Colibri, Centro de Estudos Comparatistas, 2006.

RODRIGUES, P. S, MATOS, A. C. de – “Restaurar para renovar na Évora do século XIX”. *Monumentos*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 26, 2007 (Abril).

RODRIGUES, P. S. – “O Passado é uma Cidade Ideal: um olhar sobre a património de Évora”. *Revista de História da Arte*, Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, nº. 4, 2007.

RODRIGUES, P. S. – “A fixação da imagem da cidade na origem do conceito de património urbano: o exemplo de Évora”. *Arte Teoria. Revista do Mestrado em*

Teorias da Arte da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, Lisboa, nº. 10, 2007.

SALGUEIRO, T. B. – *A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SARANTOPOULOS, P. – *O Templo e as Termas*. 1998.

SCHNAPP, A. – *La Conquête du Passé. Aux origines de l'archéologie*. Paris: Éditions Carré, 1993.

SERRA, T. B. – O Foral Manuelino de Évora e as suas Iluminuras. IN *Foral Manuelino de Évora*. Évora: Câmara Municipal; Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2001.

SERRÃO, J. V. – *História de Portugal. A Instauração do Liberalismo (1807-1832)*. s.l.: Editorial Verbo, 1990.

SIDARUS, A. – Um texto árabe do século X relativo à nova fundação de Évora e aos movimentos Muladi e Berbere no Ocidente Andaluz. *A Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal, 1988-1993, anos XLV-L, nº. 71-76.

SIDARUS, A. – Um texto árabe do século X relativo à nova fundação de Évora e aos movimentos Muladi e Berbere no Ocidente Andaluz. *A Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal, 1988-1993, anos XLV-L, nº. 71-76.

SILVA, A. C. – A «Restauração» do Templo Romano de Évora. IN *A Cidade de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora, nº. 1 (2ª série), 1994-95.

SILVA, J. C. V. da – *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPPAR, 1995.

SILVA, J. C. V. da, – *O Tardo-gótico em Portugal. A Arquitectura no Alentejo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1989.

SIMPLÍCIO, M. D. - *O espaço urbano de Évora - contributo para melhor conhecimento do sector intramuros*. Évora: Universidade de Évora, 1991.

SOROMENHO, M. – “As possíveis fontes tipológicas da fachada da Igreja”. *Monumentos. Convento da Cartuxa de Évora*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 10 (Março), 1999.

SOROMENHO, M. e SILVA, N. V. e – “Salvaguarda do Património – Antecedentes Históricos”. *Dar Futuro ao Passado*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico, Secretaria de Estado da Cultura, Galeria de Pintura D. Luís, 1993.

TORRES, C., MACÍAS, S. – *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*. s.l.: Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus, Museu Nacional de Arqueologia, 1998.

VAZ, F. A. L. – “A Fundação da Biblioteca Pública de Évora”. *Frei Manuel do Cenáculo – Construtor de Bibliotecas*. Coord. F. A. L. VAZ, J. A. CALIXTO. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2006.

VILAÇA, R.– Arte megalítica. IN *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Edições Alfa, 1986, vol I.

VILAR, H., FERNANDES, H.– “O Urbanismo de Évora no Período Medieval”. *Monumentos*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, vol. 26 (Abril), 2007.

VITERBO, S. – *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988 (vol. II – H/R).

P. AMENDOEIRA - “Castelo Novo / Quartel dos Dragões”.
www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx. 15/11/2006.

Fontes

BPE – Fundo Manizola, Cód. 75, nº. 16. Documento levantado e transcrito (por Tânia Morais Rico) no âmbito do projecto “Documentação Artística de Évora dos séc. XVI-XVIII” do CHA, coordenado por José Alberto Gomes Machado e Joaquim Caetano.

Arquivo do Cabido da Sé de Évora, Pasta 18, Assuntos das freguesias e vigarias da Diocese de Évora com o Cabido, doc. 1. Documento levantado e transcrito (por Ana Rita Costa) no âmbito do projecto “Documentação Artística de Évora dos séc. XVI-XVIII” do CHA, coordenado por José Alberto Gomes Machado e Joaquim Caetano.

Arquivo do Cabido da Sé de Évora, Pasta 18, Assuntos das freguesias e vigarias da Diocese de Évora com o Cabido, doc. 1. Documento levantado e transcrito (por Ana Rita Costa) no âmbito do projecto “Documentação Artística de Évora dos séc. XVI-XVIII” do CHA, coordenado por José Alberto Gomes Machado e Joaquim Caetano.

Biblioteca Nacional de Lisboa, COD. 3060

RESENDE, G. de – *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Lisboa: 1973

Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 27, fol. 142

C. da COSTA – *Corografia Portuguesa e Descrição Topográfica do Famoso Reyno de Portugal*. Lisboa: Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1708 (tomo II)

A. H. da SILVEIRA – “Racional Discurso sobre a Agricultura e População da Província do Alentejo”. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa. 1789-1815*. Lisboa: Banco de Portugal, 1991 (tomo I)

Arquivo do Cabido da Sé de Évora, Pasta 3, Cartas Relativas ao reinado de D. João V, doc. 23 (carta datada de 18 de Maio de 1728)

Arquivo do Cabido da Sé de Évora, Pasta 3, Cartas Relativas ao reinado de D. João V, doc. 31. Documento levantado e transcrito (por Ana Rita Costa) no âmbito do projecto “Documentação Artística de Évora dos séc. XVI-XVIII” do CHA, coordenado por José Alberto Gomes Machado e Joaquim Caetano.

BPE – Fundo Manizola, Cód. 36, nº. 12 Pasta 3. Documento levantado e transcrito (por Tânia Morais Rico) no âmbito do projecto “Documentação Artística de Évora dos séc. XVI-XVIII” do CHA, coordenado por José Alberto Gomes Machado e Joaquim Caetano.

AHE – *Livro de Actas da Câmara Municipal de Évora nº. 44*, 78v-79v (12/11/1755), 81v (19/11/1755); 82v-83 (22/11/1755).

AHE – *Livro de Actas da Câmara Municipal de Évora nº. 50*, 36 (04/08/1781), 69v (12/03/1788).

AHE – *Livro de Actas da Câmara Municipal de Évora nº. 50*, 36 (04/08/1781), 69v (12/03/1788).

H. F. LINK – *Travels in Portugal and through France and Spain, with a dissertation of the literature of Portugal, and the Spanish and Portuguese Languages*. London: T. N. Longman and O. Rees, 1801

J. S. RIBEIRO – *Apontamentos Históricos sobre Bibliotecas Portuguesas*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1914

M. do CENÁCULO – *Memórias Historicas e Appendix Segundo [...] Para Observância e Estudos da Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco*. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1794 (V. 2)

G. PEREIRA – *Cartas Geographicas e Topographicas, gravadas ou manuscriptas conservadas na Bibliotheca Pública de Évora*. s.l.: s.n., 1880,

BPE, Gaveta 8, Pasta nº. 1, Desenho 21.

BPE, Gaveta 8, Pasta nº. 1, Desenhos 6-9

BPE, Gaveta 8, Pasta nº. 1, Plantas 45-51.

BPE, Gaveta 8, Pasta nº. 1, Plantas 53-55 e 57

BPE, Gaveta 8, Pasta nº. 1, Desenhos 26-28 e 32

BPE, Gaveta 8, Pasta nº. 1, Desenho 34

BPE, Gaveta 8, Pasta nº. 1, Desenho 24

BPE, Gaveta 8, Pasta nº. 1, Desenho 23

BPE, Gaveta 8, Pasta nº. 1, Plantas e Desenhos 37-39

BPE, Gaveta 8, Pasta nº. 1, Plantas e Desenhos 40-44

João Limpo Pimentel de Lacerda, *Mappa Histórico-Militar-Político, e Moral da Cidade de Évora, ou exacta narração do Terrível Assalto, que à mesma Cidade deu o General Loison com hum Exército de nove mil homens em o Fatal Dia 29 de Julho de 1808* (Lisboa, Oficina de António Rodrigues Galhardo, 1814); António Mexia Fouto Galvão Pereira, *Évora no Seu Abatimento, gloriosamente exaltada ou Narração histórica do Combate, Saque e Crueldades praticadas pelos Francezes em 29. 30. E 31. De Julho de 1808 na Cidade de Evora, com huma breve exposição das suas antecedencias, e consequencias, para maior clareza da historia. Dedicada ao Principe Regente Nosso Senhor, em nome da mesma Cidade pelos Deputados, que ella mandou á Suprema Regencia do Governo da Corte, e Reinos, e escrita pelo Bacharel António Mexia Fouto Galvão Pereira* (Lisboa, Na Typografia Lacerdina, 1808); José Joaquim da Silva, *Evora lastimosa pela deploravel catastrophe do fatal triduo de 29, 30, e 31 de Julho de 1808: Memoria histórica dos acontecimentos relativos especialmente ás Corporações Ecclesiasticas de hum, e outro sexo: dividida em duas partes: Offerecida ao Il. E Exmo Marquez de Olhão; Gentil-Homem da Camara do Principe Regente, Nosso Senhor; Gram Cruz da Ordem de Cristo; Monteiro Mór do reino; Tenente General, e Capitão General do Algarve; e Governador do Reino. Primeira Parte* (Lisboa, Na nova Officina de Rodrigues Neves, 1809); José Joaquim da Silva, *Evora Lastimosa (...). Segunda Parte* (Lisboa, Na Impressão Régia, 1814).

Frei M. do C. V. BOAS - *Memoria Descritiva do assalto, entrada e saque de Évora pelos Francezes, em 1808*. Évora: Minerva Eborensis, 1887

ADE – *Correspondência da Câmara Municipal de Évora*, Livro 16, f. 92-95.

A. S. d' A. B. de Pinho LEAL – “Evora”. *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia, 1874 (vol. 3)

C. BASTO – *Viagem a Beja e Évora em 20 de Junho de 1867*, 2º Tomo, f. 31 (exemplar policopiado).

AHM – *Propriedades e Instalações Militares. Obras em Geral*, Cx. n.º 22, DIV/3/20/22/23 (4 fls., 1 mp.) e DIV/3/20/22/27 (11 fls. 1 mp.).

C. da C. MANOEL – *Atravez a cidade de Evora ou Apointamentos sobre a Cidade de Evora e seus Monumentos*. Évora: Minerva Comercial, 1900

P. S. RODRIGUES, A. C. de MATOS – “Restaurar para renovar na Évora do século XIX”. *Monumentos*. Lisboa: Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 26, 2007 (Abril), pp. 140 e 141.

). T. ESPANCA – “Evolução dos Paços do Concelho de Évora”. *A Cidade de Évora*, 12, 1947 (Março), 19 e 27

PEREIRA, G. – *Estudos Eborenses. Os Mouros*. Évora: Minerva Eborense, 1893

J. de CASTILHO - *Lisboa Antiga*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand - José Bastos, 1903 (2ª ed.)

Ver Frei Manuel do Cenáculo, *Memoria Descriptiva do assalto, entrada e saque de Évora pelos Francezes, em 1808. Imprensa e expensas do Municipio em gratidão e lembrança do Arcebispo D. Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas*, 1808 (impresso e editado em 1887 pela Minerva Eborense, com prefácio de António Francisco Barata)

ESTAÇÃO, G.– *Varias Antiguidades de Portugal*. Lisboa: 1625.

RIBEIRO, J. S. – *Historia dos Estabelecimentos Scientificos Litterarios e Artísticos de Portugal nos Successivos Reinados da Monarchia*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1873 (Tomo III)